

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

Marilene Proença Rebello de Souza

Alayde Maria Pinto Digiovanni

Hugo Cancino

Rogelio de la Mora

(Organizadores)

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

Cultura e História na criação intelectual na Europa e na América Latina, séculos XIX e XX

1ª Edição

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina

Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino-Americanistas e Europeus (AHILA) "Trabalho
Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, séculos XIX e XX (TIPMAL)"

São Paulo

2018

APOIADORES:



Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Cultura e história na criação intelectual na Europa e na América Latina, séculos XIX e XX / organizado por: Marilene Proença Rebello de Souza, Alayde Maria Pinto Digiovanni, Hugo Cancino e Rogelio de la Mora. - São Paulo : Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2018.

612 f.

ISBN: **978-85-86736-90-2**

1. História 2. Cultura 3. América Latina 4. Europa I. Título.

D204

Elaborada por: Elaine Cristina Domingues – CRB 08/5984

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO: Márcia Justino da Silva (Textos);
CAPA: Felipe Oliveira (artes).

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos este livro organizado com trabalhos de pesquisa selecionados no VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino-Americanistas e Europeus (AHILA) “Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, séculos XIX e XX (TIPMAL)”, que teve como temática - Cultura e História na Criação Intelectual na Europa e na América Latina, Séculos XIX e XX - realizado nos dias 16 a 18 de maio de 2018, na Universidade de São Paulo, Brasil.

O Grupo de Trabalho TIPMAL existe desde 1996 e tem como objetivo favorecer o desenvolvimento da história contemporânea na América Latina com a divulgação de trabalhos de pesquisadores sobretudo latino-americanos. Centra seus estudos em torno da Modernidade, articulando o pensamento europeu, e seus efeitos e projeções nos discursos culturais, políticos e educacionais, bem como suas formas de recepção, adaptação e resistência. Os diversos encontros acadêmicos têm a intenção de possibilitar trocas e estabelecer redes internacionais de pesquisa, o GT assina várias publicações de seus membros.

Para este livro os artigos foram organizados em doze eixos que abrangem temáticas importantes para a América Latina e Caribe.

Inicia-se com o Eixo 1 que aborda a crise econômica mundial e suas consequências para a América Latina: um dos trabalhos apresenta quais avanços e limites teóricos e programáticos da Teoria da Dependência que foi desenvolvida nos espaços institucionais acadêmicos e políticos da América Latina, com destaque para sua produção no Brasil e no Chile, entre as décadas de 1960-1970; o outro retrata como a privatização da educação no Chile, feita na ditadura de Pinochet e resguardada na Constituição até os dias atuais, foi o alicerce para a formação de uma das sociedades mais desiguais do mundo.

O Eixo 2 discute a América Latina e as relações econômicas e financeiras internacionais, o primeiro trabalho deste eixo revisa o contexto histórico da divisão bipolar do mundo, por meio de aspectos gerais e mediante o testemunho de um Consul

equatoriano em Bremen. O Segundo classifica e analisa a transferência de valores do Brasil e da Argentina para os países centrais, utilizando-se de indicadores macroeconômicos e o terceiro introduz os reflexos da diplomacia cultural e da diplomacia presidencial na política externa brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002).

O Eixo 3 apresenta diversos trabalhos que abordam a relação entre a imprensa e editoriais na criação cultural, a saber: o primeiro artigo explora subtextos ocultos presentes nas imagens a partir das intervenções feministas e de modelos de interseccionalidade que a historiadora de arte Griselda Pollock aponta em suas investigações, estudando os processos de elaboração dos discursos do anticlericanismo e laicidade e a maneira que influenciaram a matriz de pensamento latinoamericano; outro ainda se propõe descrever e analisar o contexto tanto cultural como intelectual em que surge e se desenvolve a criação literária hispanoamericana, tendo como cenário a capital francesa desde o final da primeira Guerra Mundial até finais da década de 1930; em seguida temos o artigo que aborda o contexto da reforma das prisões, explicando as diferentes transformações da concepção sobre a questão criminal no Chile; tem-se também uma análise da complexa relação entre a imprensa e a política no período de transição democrática na Argentina, entre os anos de 1987 e 1989, conjuntura caracterizada pelo declínio da liderança de Raúl Alfonsín; além de um estudo das origens de *La Revista de Buenos Aires* no ano de 1863, analisando seus processos e seus fluxos colaborativos e as causas do seu desaparecimento em 1971; em outro artigo analisa-se os fundamentos teóricos e técnicos requeridos pela análise sistemática da informação, bem como na exposição das soluções pluridisciplinares e das expectativas epistemológicas patentes no site das *Revistas de Ideias e Cultura* já publicadas; na sequência temos o artigo que discute a organização de parte da “sociedade de indivíduos” reunida em torno da Academia Brasileira de Letras nas décadas de 1930 e 1940, bem como o intercâmbio cultural entre escritores brasileiros e argentinos neste período; por fim, este eixo traz aspectos da cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928), tratando particularmente da circulação de uma série de produções intelectuais que manifestavam uma mudança radical de visão acerca dos rumos da história do ocidente e suas adjacências.

O Eixo 4 discute comemorações, modernidade e processos de modernização. Apresenta três artigos, o primeiro deles se caracteriza por um estudo que pretende ressaltar experiências e trajetórias de atores sociais e políticos que circularam pela região, especificamente no Uruguai, acrescentando importantes contribuições para a definição de nossas identidades; o segundo estuda a incidência da estatuária de bronze no ideário patriótico da sociedade equatoriana republicana, particularmente a representação de Mariscal de Ayacucho Antonio José de Sucre localizada na Plaza de Santo Domingo na cidade de Quito; e, por último, um estudo que apresenta os resultados do levantamento bibliográfico e documental sobre os mercados populares de gêneros alimentícios Kinjo Yamato e La Vega, ambos localizados nas regiões centrais das cidades de São Paulo e Santiago.

O Eixo 5 apresenta os discursos e as instituições religiosas: o primeiro artigo descreve as redes intelectuais e os itinerários formativos que consolidaram um desenvolvimento social-cristão, por intermédio das produções escritas do Filósofo Jacques Maritain, do frade dominicano Louis Joseph Lebret e do economista François Perroux. Particularmente as repercussões nos periódicos das visitas a Argentina de Maritain e Perroux; e de Lebret a Brasil e Colômbia; seguido por um artigo que analisa as ações da Igreja de enfrentamento permanente com a Ditadura no Chile destacando seu papel significativo no processo de transição democrática chilena; e por último neste eixo temos o texto que reflete sobre quais teriam sido as apropriações da atuação de Caetano Brandão entre os ultramontanos, pois o mesmo teria um perfil jansênico-regalista, em uma época em que, tanto no Brasil como em Portugal, a Igreja se debatia com os Estados e seus homens de letras católicos, regalistas e maçons contra a supremacia do poder temporal sobre o espiritual.

No Eixo 6 se discorre sobre a história intelectual e do pensamento econômico, político e social; o primeiro artigo pretende verificar algumas concepções que envolvem a autonomia nacional brasileira e latino-americana a partir das obras de Manoel Bomfim e Manuel de Oliveira Lima; o segundo analisa a estética barroca na América Latina, partindo do princípio que o Barroco constitui um paradigma cultural tecido a margem da realidade social do período colonial em que surgiu, séculos XVII e XVIII, sendo muitas vezes abreviado em sua significação, neste sentido o texto

apresenta um conceito ampliado de Barroco para além das manifestações artísticas e literárias, estendendo-o a todos os aspectos da cultura, fruto de um sincretismo cultural e de uma mestiçagem se contrapondo ao discurso hegemônico; o terceiro texto apresentado analisa as interpretações e elaborações de Rodney Arismendi acerca do que chamava de caminho uruguaio ao socialismo, a estratégia de alianças entre classes e frações destas, sob hegemonia dos trabalhadores que impactaram na criação da Frente Ampla como espaço de unidade da esquerda daquele país; o quarto texto traz a história da Campanha do Deserto, uma guerra contra os índios do Pampa argentino comandada pelo militar e ministro da Guerra e Marinha Julio A. Roca, guerra legitimada por discursos raciais e científicos onde as sociedades indígenas foram colocadas como “bárbaras” e como entraves ao processo de modernização vivido pelo país; na sequência o quinto texto é faz um balanço a respeito da prática da história cultural e intelectual em sua modalidade ocidental, cuja revisão aprofunda-se no contexto mexicano e permite que se observe as condutas acadêmicas como parte da renovação historiográfica da segunda metade do século XX, incorporando a experiência de diferentes seminários realizados pelo Departamento de Investigações Históricas do Instituto Nacional de Antropologia e História no México; o sexto artigo reflete acerca do olhar do general, historiador e ex-presidente argentino Bartolomé Mitre sobre o Brasil nas décadas finais do Império brasileiro. Neste período posterior à Guerra do Paraguai, encontramos, em meio a muitas tensões, episódios de aproximação de Mitre com políticos, diplomatas e intelectuais brasileiros que ilustram suas concepções sobre a monarquia vizinha; por fim o sétimo e último texto deste eixo pretende demonstrar que a obras de Lorenzo de Zavala – Ensayo histórico de las revoluciones de México (1831), e de Luis Gonzaga Cuevas – Porvenir de México (1851-1858) são ensaios típicos das perspectivas liberal e conservadora da história mexicana

O Eixo 7 articula literatura e pensamento político, apresentam-se neste eixo dois trabalhos. O primeiro sobre Jorge Luis Borges (1899-1986) e Astor Piazzolla (1921-1992), reconhecidos como criadores inovadores, desenvolveram uma parceria artística que resultou no LP El Tango, de 1965. Mais jovem que o consagrado Borges, e engajado no projeto de um nuevo tango, Piazzolla aproxima-se do poeta como quem deseja marcar lugar junto às vanguardas artísticas, e promover uma articulação entre a

música popular e a poesia reconhecida como erudita. Seguiu-se ao trabalho uma incompreensão mútua, documentada em falas públicas e comentários privados. Outras e mais complexas são as aproximações entre os dois criadores e suas poéticas: a firmeza das escolhas estéticas e o tom militante e polêmico com que as defendem, o tango tomado como matriz e campo cultural, com o qual suas obras se defrontam, compreendidas além da análise estética, como elaboração discursiva sobre a realidade social e as tensões políticas, sociais e culturais da sociedade argentina entre os anos de 1920 a 1960; seguido por uma leitura transversal de três textos fundadores de uma tradição de indagação, produzidos aproximadamente com 20 anos de diferença, apresentam a violência da conquista espanhola como uma das chaves da sociedade americana, particularmente a argentina e mexicana, obras são: Blasón de Plata (1910), de Ricardo Rojas, Radiografía de la pampa (1933), de Ezequiel Martínez Estrada e El laberinto de la soledad (1950), de Octavio Paz, neles a representação de uma violência originária da América permite explicar certas características culturais de argentinos e mexicanos

O Eixo 8 trata especificamente do pensamento econômico, nele apresentamos um artigo que tem como objetivo mostrar que as obras literárias regionalistas do escritor brasileiro Bernardo Joaquim da Silva Guimarães podem ser consideradas como fontes para estudos sobre a economia e a sociedade no *hinterland* central do Brasil do século XIX. Nelas, pode-se encontrar, por exemplo, a descrição da pobreza e outros impactos econômicos e sociais decorrentes do fim do ciclo da mineração. O texto trata ainda das possíveis relações entre a Literatura e a História.

O Eixo 9 articula o pensamento econômico à crise mundial e suas consequências para o continente latino-americano, tem dois artigos, o primeiro se propõe a discutir o processo de ocupações das escolas, no Brasil e no Chile, como resposta às políticas públicas educacionais, bem como debater qual horizonte se apresenta como futuro para os estudantes, para a Educação e para a Democracia em nossa sociedade. O outro analisa as particularidades entre Brasil e Paraguai durante o Período Colonial e os primeiros anos após o processo de Independência.

O Eixo 10 traz diversos trabalhos sobre o pensamento pedagógico e seus projetos e práticas. O primeiro texto analisa a importância da mediação frankfurtiana

na circulação do repertório psicanalítico em Buenos Aires na primeira metade do século XX. Conhecida como uma das capitais mundiais da psicanálise, a ampla circulação do vocabulário freudiano, no entanto, não obedeceu a uma lógica unívoca; o segundo tem por objetivo discutir o caráter estrutural da educação escolar na formação econômico-social da América Latina. Sua intencionalidade é apresentar como proposta teórico-metodológica os parâmetros estabelecidos pela condição de dependência e subdesenvolvimento dos países latino-americanos, para compreender a totalidade social como elo entre as relações de produção desenvolvidas no interior dessas sociedades e a dialética e particularidades que a escola assume na região; no terceiro texto estudou-se os projetos e propostas prévias para modificar ou eliminar a Academia e os debates da Convenção Constituinte provincial, com especial atenção nas influências da tradição europeia nas Universidades Argentinas, tomando como objeto de estudo a Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires; o quarto texto analisa os imperativos sociais, históricos, econômicos e político ideológicos que forjaram a relação saúde e educação no contexto colombiano constituindo, nesta relação, o fazer e saber docente e um olhar para o normal/anormal na criança escolar, o quinto texto discorre sobre o acordo de cooperação técnica assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, em junho de 1956, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE) teve duas fases, a primeira gerida pela Internacional Cooperation Administration (ICA), e a segunda coordenada pela USAID e baseou-se na Aliança para o Progresso proposta por Kennedy em agosto de 1961. Tais ações mobilizaram a organização educacional no período da Ditadura Civil Militar ocorrida no Brasil (1964-1985), desembocando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que vigorará até 1996; o sexto artigo tem como objetivo evidenciar a apropriação do movimento escolanovista por meio do trabalho de Helena Antipoff no período de 1948 a 1974. Coletaram-se depoimentos registrados em cadernos de diários de alunas dos cursos da Fazenda do Rosário que se encontram arquivados no Memorial Helena Antipoff, em Ibirité/MG, além de depoimentos orais de ex-alunas que participaram dos cursos, com a intenção de se compreender o processo de circulação e recepção dos conhecimentos científicos ocorridos em Minas Gerais, que estavam sustentados nos princípios da Escola Nova e nos métodos da

Escola Ativa; o sétimo trabalho apresenta a obra educacional de Waldemar Valle Martins e sua atuação como professor e educador no ensino superior em que atuou: Universidade Católica de Santos. Analisando seus escritos na mídia impressa santista, no campo educacional as aulas nas universidades em que lecionou, bem como na sua atuação administrativa como Reitor na Unisantos, atesta-se sua importância para a formação intelectual de seus alunos e de seus leitores.

O Eixo 11 faz uma análise de políticas sociais, contendo um artigo que discute a situação linguística na Bolívia atual depois da nova lei de Direitos e Políticas Linguísticas (2012) com respeito ao status das muitas línguas oficiais, a legislação reconhece, promove e regula os direitos linguísticos individuais e coletivos recuperando os idiomas oficiais dos habitantes do Estado Plurinacional da Bolívia, surgindo como uma tendência regional da América Latina, no caso boliviano desde que Evo Morales assumiu a presidência em 2005 as línguas indígenas assumiram um papel cada vez mais importante.

Por fim o Eixo 12 traz as vozes femininas nas lutas sociais e políticas no continente, apresenta-se a investigação que busca abordar o processo histórico, político e social do MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand) enquanto projeto político, e assim compreender a elaboração da memória coletiva relacionada ao espaço e suas interlocuções na contemporaneidade. Destacando o papel da arquiteta Lina Bo Bardi, que projetou o museu, no centro do campo da arquitetura do século XX, como representante feminina do modernismo. Discute-se a participação feminina nos grupos de arquitetos modernos no âmbito de um recorte de gênero; e outro trabalho realizado a partir do acervo virtual do Memorial da Anistia Política do Brasil e das fontes primárias, principalmente, através da identidade visual dos cartazes do Movimento Feminino pela Anistia, com a intenção de entender o movimento e suas ações, analisar as relações entre a resistência das mulheres e as representações coletivas que mobilizaram a população civil em direção à futura conquista da redemocratização no Brasil.

Como podem observar são trabalhos densos que contribuem para uma ampliação na produção historiográfica da América Latina e nos dias atuais em que se constata um avanço de posições conservadoras, colonialistas e imperialistas, espera-se

que este livro seja mais uma produção intelectual de resistência, que por meio das leituras dos diversos textos possam os leitores e leitoras encontrar na memória histórica produzida cientificamente pelo VI Encontro do Grupo de Trabalho TIPMAL algumas das razões e dos processos que organizam e regulam na contemporaneidade a vida econômica, política, social e cultural da América Latina.

Boa leitura!

Alayde Digiovanni

Hugo Cancino

Marilene Proença

Rogelio De La Mora

Sumário

EIXO 1: A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AMÉRICA LATINA	15
Aspectos gerais e limites da Teoria da Dependência	16
<i>Luiz Fernando da Silva</i>	
<i>Gisele Cardoso Costa</i>	
O mito educacional chileno: qualidade e desenvolvimento	30
<i>Franco Alejandro López Marín</i>	
EIXO 2: AMÉRICA LATINA E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS INTERNACIONAIS	40
Cara y cruz de las relaciones económicas internacionales ecuatorianas con Alemania: 1950-1951	41
<i>Rocio Rosero</i>	
Classificação das transferências de valor nos países dependentes: análise de dados macroeconômicos de Brasil e Argentina (2000-2015)	57
<i>Lilian Prado Pereira</i>	
<i>Júlio Manuel Pires</i>	
Diplomacia cultural versus diplomacia presidencial: aproximações, distanciamentos e práxis na era FHC	73
<i>Bruno Massola Moda</i>	
<i>Lincoln Ferreira Secco</i>	
EIXO 3: ATORES, IMPRENSA E EDITORIAIS NA CRIAÇÃO CULTURAL	86
Adelitas, Charras, Rancheras y Tehuanas: mujeres ideales para la construcción de un estado nación a partir de los Cromos Mexicanos (1940-1950)	87
<i>Blanca Josefina Menese Romero</i>	
Anticlericalismo y laicidad en la revista <i>Repertorio Americano</i> , 1920- 1930	98
<i>María Fernanda Galindo</i>	
Confraternidades literarias hispanoamericanas en París a inicios del siglo XX	113
<i>Rogelio de la Mora</i>	
La construcción de una <i>Sociedad Punitiva</i> en la formación del estado- nación: la prensa chilena durante la reforma al sistema de prisiones (1843-1860).....	126
<i>Hugo J. Castro Valdebenito</i>	
La recepción del discurso político por parte de la prensa: Argentina, 1987- 1989	144
<i>Maria Cristina Basombrio</i>	
<i>La Revista de Buenos Aires</i> (1863-1871): construcción y ocaso de un proyecto editorial americano	159
<i>Nicolás Arenas Deleón</i>	
O estudo da imprensa cultural na era das humanidades digitais	173
<i>Luis Andrade</i>	
Oliveira Vianna e o intercâmbio cultural entre escritores brasileiros e argentinos na década de 1930.....	184
<i>George Leonardo Seabra Coelho</i>	

Sensibilidades internacionais: decadência e ruína na cultura intelectual brasileira na Primeira República	199
<i>Thiago Lenine Tito Tolentino</i>	
EIXO 4: COMEMORAÇÕES, MODERNIDADE E PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO	210
Aproximações culturais na América Latina revelam histórias de afeto e solidariedade.....	211
<i>Margarida Nepomuceno</i>	
<i>Dilma de Melo Silva</i>	
La estatua más esperada. El Mariscal Antonio José de Sucre y su escultura en Quito.....	225
<i>Nataly Andrea Cáceres Santacruz</i>	
Mercados populares: a permanência dos mercados Kinjo Yamato em São Paulo (Brasil) e <i>La Vega Central</i> em Santiago (Chile) como possível <i>lócus</i> de cultura alimentar.....	241
<i>Fábio Molinari Bitelli</i>	
<i>Júlio César Suzuki</i>	
EIXO 5: DISCURSOS E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	254
Desarrollismo en clave socialcristiana: redes intelectuales e itinerarios formativos	255
<i>Horacio García Bossio</i>	
El conflicto entre la Iglesia y el Estado bajo la dictadura militar chilena, 1973-1989.....	269
<i>Hugo Cancino Troncoso</i>	
Um jansenista setecentista em um ninho de ultramontanos oitocentistas. O lugar de Frei Caetano Brandão (1740-1805) nas querelas político-religiosas do Segundo Reinado – Brasil (1860-1870)	286
<i>Jefferson Almeida Pinto</i>	
EIXO 6: HISTÓRIA INTELLECTUAL E HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NA AMÉRICA LATINA.....	292
A problemática da autonomia e da heteronomia brasileira e latino-americana a partir de Manoel Bomfim e Oliveira Lima.....	293
<i>Renata Baladin Maciel</i>	
<i>Carlos Henrique Armani</i>	
Barroco y Neobarroco en América Latina: aproximación teórica y ejemplos prácticos	308
<i>Cristina Retta Sivolella</i>	
Caminhos da revolução: Rodney Arismendi e as experiências latino-americanas	325
<i>Mateus Fiorentini</i>	
<i>Maria Cristina Cacciamali</i>	
Campanha do Deserto (1879): uma discussão sobre raça, modernização e identidade na Argentina	341
<i>Ana Carollina Gutierrez Pompeu</i>	
Estrategias historiográficas en historia intelectual y cultural en México desde la digitalidad postinternética	353
<i>Rómulo Pardo Urías</i>	
Mitre e o Império brasileiro: intelectuais, política e diplomacia (décadas de 1870 e 1880).....	367
<i>Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva</i>	
Ruptura o continuidad: la construcción de la identidad mexicana en las historias nacionales de Lorenzo de Zavala y Luis Gonzaga Cuevas.....	381
<i>Ricardo Ledesma Alonso</i>	
EIXO 7: LITERATURA E PENSAMENTO POLÍTICO.....	395
As reescrituras da tradição: <i>El Tango</i> , entre Borges e Piazzolla.....	396
<i>Avelino Romero Pereira</i>	

Tres ensayos sobre la violencia de la conquista: Ricardo Rojas, Ezequiel Martínez Estrada y Octavio Paz	411
<i>Pablo Martínez Gramuglia</i>	
EIXO 8: PENSAMENTO ECONÔMICO	424
Economia e sociedade no Centro-Oeste brasileiro do século XIX a partir da leitura do romancista Bernardo Guimarães	425
<i>Márcio Bobik Braga</i>	
EIXO 9: PENSAMENTO ECONÔMICO, CRISE MUNDIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AMÉRICA LATINA	441
Do Chile ao Brasil: a luta dos estudantes secundaristas	442
<i>Felipe Oliveira</i>	
<i>Marilene Proença Rebello de Souza</i>	
Economias do Brasil e do Paraguai no período colonial e independente: uma análise comparativa	457
<i>Milena Magalhães Oliveira</i>	
<i>Amaury Patrick Gremaud</i>	
EIXO 10: PENSAMENTO PEDAGÓGICO: PROJETOS E PRÁTICAS	476
A circulação do vocabulário psicanalítico na argentina a partir da mediação frankfurtiana: 1940 – 1960	477
<i>Alexandra Dias Ferraz Tedesco</i>	
Educação escolar e capitalismo dependente: questões estruturais da educação latino-americana	491
<i>Gisele Cardoso Costa</i>	
<i>Marilene Proença Rebello de Souza</i>	
Las transformaciones de la educación universitaria Argentina en el proceso de creación de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires	506
<i>María Angélica Corva</i>	
O encontro entre Medicina e Educação na Colômbia de finais do século XIX: algumas observações históricas	522
<i>Ana María Tejada Mendoza</i>	
<i>Marilene Proença Rebello de Souza</i>	
Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar: a dominação sob a égide da colaboração	536
<i>Alayde Maria Pinto Digiovanni</i>	
Recepção da Escola Nova no Brasil na obra da psicóloga e educadora Helena Antipoff – o aprender fazendo, o conhecimento da criança, o respeito aos direitos humanos	544
<i>Regina Helena de Freitas Campos</i>	
<i>Adriana Otoni Silva Antunes Duarte</i>	
Waldemar Valle Martins (1926-2004): presença intelectual na universidade	558
<i>Alexander Marques da Silva</i>	
EIXO 11: POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA	570
El proceso de modernización: la modernización lingüística de Bolivia - la reemergencia de las lenguas originarias	571
<i>Rita Cancino</i>	
EIXO 12: VOZES FEMININAS NAS LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS	582
O idealismo de Lina Bo Bardi na construção da cidade contemporânea: o MASP como espaço democrático	583

Merylyn Escobar de Oliveira
Yara Felicidade Reis

“Saia da sombra”: identidade, representação e resistência nos cartazes do Movimento
Feminino pela Anistia594

Luise Gonçalves Villares
Mônica de Souza Nunes Martins

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX

EIXO 1: A CRISE ECONÔMICA MUNDIAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AMÉRICA LATINA

De 16 a 18 de maio de 2018
Universidade
de São Paulo
Brasil

Aspectos gerais e limites da Teoria da Dependência

Luiz Fernando da Silva
Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil
lf-silva@faac.unesp.br

Gisele Cardoso Costa
Universidade de São Paulo-USP, Brasil
giseleccosta@usp.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar quais foram os avanços e os limites teórico-programáticos da Teoria da Dependência. Desenvolvida nos espaços institucionais acadêmicos e políticos da América Latina, com destaque para sua produção no Brasil e no Chile, entre as décadas de 1960-1970, essa teoria entrou para a história do pensamento social latino-americano como a elaboração mais crítica ao chamado nacional-desenvolvimentismo e às teorias da modernização. No entanto, em termos políticos seus teóricos não conseguiram superar as perspectivas dos governos de conciliação de classe da região, tal como ficou expresso durante o Governo de Salvador Allende (1970-1973), bem como em tempos recentes durante a experiência do petismo no Brasil e do chavismo na Venezuela.

Palavras-chave: América Latina; Dependência; Subdesenvolvimento; Conciliação de classe.

Introdução

O termo Teoria da Dependência designa uma extensa, diversificada e original produção teórica nas Ciências Sociais latino-americanas, principalmente entre a década de 1960 e 1970. Embora não tenha se constituído como teoria, em sentido pleno, indagou como as condições externas (países centrais ou imperialistas) expressavam-se nas relações sociais de produção, nas instituições políticas e na produção cultural dos países latino-americanos, produzindo assim a subordinação política e o subdesenvolvimento. Os estudos da dependência realizaram inovadora interpretação sobre os países da região, e traziam em si as experiências políticas e teóricas críticas ao desenvolvimentismo, em suas distintas correntes. Assim conseguiu reinterpretar a história da América Latina, em temas como passado colonial, industrialização, burguesia nacional e associada, Estado, integração econômica, transnacionais, dependência cultural e outros.

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa sobre as contribuições históricas e os possíveis limites teóricos e políticos da Teoria da Dependência¹ para analisar as questões estruturais na América Latina. As recentes experiências políticas dos chamados “governos progressistas” – também conhecidos como de frente popular, nacional-burgueses ou social-

¹ Pesquisa desenvolvida no Grupo de Pesquisa América Latina e Marx: Movimentos Sociais, Partidos, Estado e Cultura – vinculado ao CNPq.

liberais - recolocaram para intelectuais, militantes políticos e partidos de esquerda (social-democratas, reformistas ou revolucionários) a questão sobre os limites que as relações estruturais (interno/externo) impõem aos projetos que enfocam transformações sociais de caráter popular, nos marcos do modo de produção capitalista. Essas determinações estruturais recolocaram a questão sobre a inviabilidade de governos caracterizados como *populares* em administrarem estados burgueses e manterem alianças políticas com frações do capital nacional e internacional. Em outras palavras, a condição política sul-americana constituída nas últimas duas décadas recolocou em cena a teoria do imperialismo, considerada de distintas maneiras pelas correntes da Teoria da Dependência, e suas articulações e nexos com as relações institucionais internas. Recolocou, inclusive, a discussão sobre as possibilidades do desenvolvimento econômico e social, agora marcado pela teorização sobre o *neo-desenvolvimento*.

Nesse sentido, parece-nos relevantes apresentar a seguinte interrogante: O percurso e análise da Teoria da Dependência permanecem relevantes como chaves interpretativas da realidade latino-americana? Quais seriam as hipóteses a respeito dos seus possíveis limites?

Para o desenvolvimento do debate proposto pelas questões levantadas, este artigo estrutura-se, então, por meio da seguinte maneira a partir desta introdução: apresentação do contexto geral do surgimento do dependentismo; o conceito de dependência e vertentes teóricas constitui o terceiro tópico; os pressupostos a respeito de um suposto fracasso da Teoria da Dependência e seus limites integram a quarta parte desse trabalho, a anteceder as breves considerações finais.

Como procedimento teórico-metodológico, esse trabalho utilizou diretamente os materiais produzidos pelos principais autores da Teoria da Dependência, bem como a apreensão bibliográfica que serviu como fontes a respeito das interpretações contextuais e interpretativas sobre o dependentismo, referenciada por diversos autores das ciências sociais latino-americana.

Contexto e dimensão política do surgimento da Teoria da Dependência

O que levou o nome de teoria da dependência nada mais foi do que cerca de 30 cientistas sociais, de acordo com Beigel², que configuraram esse campo nas instituições acadêmicas de Santiago do Chile, a partir de 1966: 27 deles eram sul-americanos, sendo metade constituída por brasileiros com idade entre 27 anos e 30 anos. Os economistas dividiam ao meio esse

² Fernanda Beigel, *A Teoria da Dependência em seu laboratório* In: *Crítica e Sociedade*: Revista de Cultura Política. v. 04, n.º. 02 – Dossiê: pensamento social, desenvolvimento e desafios contemporâneos dez. 2014. ISSN: 2237-0579, p.79

conjunto; a outra parte eram sociólogos, advogados e cientistas políticos. Os autores do dependentismo são parte das classes médias urbanas em crescimento. A relação que essa jovem geração estabeleceu com os conceitos do marxismo apresentava relevância nessa elaboração teórica, em torno do que poderíamos considerar como um *marxismo acadêmico*, pois ambientado principalmente no espaço institucional universitário e dialogando (de maneira mais ou então menos crítica) com as abordagens (e metodologia) funcionalista e weberiana.

Com o golpe político que derrubou o Governo de Salvador Allende, em 1973, alguns desses pesquisadores seguiram para o México, instalando-se na Universidade Autônoma do México, e lá seguiram seus estudos sobre a dependência. Outros retornaram ao Brasil e fundam o Centro Brasileiro de Estudos e Planejamento (CEBRAP) que acompanhou muitos procedimentos desenvolvidos na experiência institucional chilena.

As ciências sociais encontravam-se naquela década de 1960 em momento importante de renovação e acompanhavam o processo de modernização que transcorria em alguns pólos universitários e institutos de pesquisa, como na Universidade do Chile, Universidade de São Paulo e Universidade Autônoma do México. Essas universidades principalmente se encontravam em transformação, transitando lentamente do modelo de cátedra predominante até a década de 1950, para um espaço privilegiado e articulador de docência e pesquisa.

O período no qual se desenvolveu os primeiros escritos da Teoria da Dependência fora marcado pela combinação consolidada entre a expansão tecnológica promovida pelos países imperialistas, em especial pelos EUA, e o dilema do nacional-desenvolvimentismo em realizar a transição da produção de bens de consumo para a produção de bens de capital. Frente à incapacidade do projeto populista em superar por vias autônomas a primeira fase da industrialização na região, esse se aliou ao capital forâneo como meio de resolver a problemática instalada entre a necessidade de investimento para o projeto de industrialização e o alto processo inflacionário que inviabilizava tal projeto.

Esse alinhamento, inevitável desde uma perspectiva capitalista, configurou novos parâmetros da dependência latino-americana e o reordenamento das classes sociais³. A burguesia interna tornara-se sócia do capital internacional; o proletariado iniciara o enfrentamento contra as grandes empresas; e a pequena burguesia, sem projeto próprio, ameaçada enquanto classe mediante a entrada do capital monopolístico na indústria, no comércio e serviço, se deslocou para os grandes aparatos privados e estatais desenvolvidos com

³ Inés Reca e Tomás Amadeo Vasconi, Dependencia y educación In: La Teoria Social Latinoamericana: textos escogidos – Tomo II - La teoria da dependencia – Ciudad de Mexico: Universid Nacional Autonoma de Mexico, 1994 p.218

a modernização conservadora das sociedades latino-americanas. A educação, sobretudo o ensino universitário, ganhou então centralidade para os setores pequenos burgueses que se transformaram em setores médios assalariados.

Nesse quadro, a desnacionalização de parte da própria indústria de bens de consumo, do setor financeiro e o controle estrangeiro direto sobre a tecnologia aplicada no interior das economias subcontinentais não apenas colocaram em relevo as características da dependência que escapavam à compreensão exógena de dominação, mas também dimensionaram para o plano interno as relações de integração subordinada e os projetos de classes.

De modo, ao mesmo tempo em que a integração da América Latina ao capitalismo industrial se consolidou, gestou-se também a ascensão, institucionalização e profissionalização de quadros intelectuais que elaboraram sobre as determinações gerais das próprias transformações que os produziram enquanto acadêmicos.

A análise da dependência estrutural manteve como questão, para alguns de seus autores, a possibilidade do desenvolvimento capitalista integrado ao capital internacional; para outros, a questão do caráter da revolução latino-americana como dimensão central para a ruptura com a situação de dependência e subdesenvolvimento; e ainda para outros, a inviabilidade da afirmação capitalista em razão da manutenção do latifúndio e da predominância do capital estrangeiro. Ou seja, a produção teórica desse agrupamento ocorreu discutindo a viabilidade (ou não) do desenvolvimento capitalista e das mudanças institucionais na América Latina, e, de outro modo, aproximando-se da perspectiva da revolução latino-americana diferenciando-se da visão etapista dos partidos comunistas locais.

O dependentismo, como também ficou conhecido, recusava-se a interpretar a situação de subdesenvolvimento subcontinental produto das supostas características feudais e semi-coloniais da região, presente nas formulações da III Internacional Comunista a partir de 1928; (b) um processo *natural* pelo qual os países centrais já haviam passado, como propunha a teoria da modernização estadunidense (estágios lineares de desenvolvimento); ou então (c) decorrente apenas da troca desigual de mercadorias entre países industrializados e periféricos, na interpretação original da CEPAL. Nesse compasso crítico, as formulações dependentistas questionavam o protagonista das *burguesias nacionais* enquanto sujeitos políticos que levariam à superação do subdesenvolvimento. As suas distintas correntes consideraram que as burguesias locais eram estruturalmente débeis e integradas ao capital internacional. Neste sentido, a teoria da dependência constituiu-se contrapondo às diversas interpretações desenvolvimentistas e dualista sobre a América Latina. Para isso, considera a *teoria do imperialismo* a partir da

perspectiva do grupo da revista *Montlie Review*, organizado por Paul Sweezy, Paul Baran, Harry Magdoff e Leo Huberman e outros. Esses consideravam que o imperialismo entrava em novo período após a segunda guerra mundial, com a hegemonia política, econômica e militar dos EUA.

Em suas correntes, esboçou uma perspectiva sobre as particularidades da América Latina, todavia articulada ao desenvolvimento e afirmação do modo de produção capitalista. Tal enfoque aproximou-se da *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*⁴ e da *teoria da revolução permanente*⁵, que na região já referenciavam elaborações teóricas e práticas políticas em décadas anteriores.

A Revolução Boliviana (1952), embora capturada pelas forças nacionalistas burguesas, indicara que o sujeito social principal das transformações políticas era o reduzido operariado das minas de cobres com o apoio de camadas sociais populares, em especial o campesinato. Essa experiência política materializava as afirmações e análise que anteriormente se apresentaram nas chamadas *Teses de Pulacayo* (1946), onde possivelmente pela primeira vez na América Latina formulou-se teses políticas mediadas pelo enfoque trotskista. A Revolução Cubana (1959), por sua vez, indicou nitidamente a rápida evolução política de uma revolução com tarefas anti-imperialistas, portanto democráticas e anti-latifundiária, que transitou para as tarefas socialistas, expropriando a burguesia e acabando com as forças armadas e instaurando um novo Estado.

Alternativas políticas e econômicas distintas daquelas formuladas pelas correntes desenvolvimentistas. A crise dos governos *populistas* ou *nacional-burgueses* e a intensificação das lutas sociais manifestavam os limites das propostas desenvolvimentistas. O fracasso político desses governos não se limitou exclusivamente aos golpes civil-militares com apoio do imperialismo estadunidense. Diz respeito principalmente à debilidade das burguesias chamadas nacionais em se contraporem ao imperialismo, uma vez que parte significativa dessa classe social visava uma relação de associação (integração) subordinada ao imperialismo.

O conceito de dependência e o método histórico-estrutural

O conceito de dependência ganhou sentido nas ciências sociais mediante duas definições que marcariam também as formas de abordagem das principais correntes do dependentismo.

⁴ Formulação original presente em Leon Trotsky, em especial em sua obra *A teoria da revolução permanente* (1928).

Desse modo, destacam-se os escritos de seus principais formuladores: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1967), Ruy Mauro Marini (1969, 1973), Theotonio dos Santos (1969 e 1970), Vânia Bambirra (1972).

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto caracterizaram que a noção de dependência era o conceito que outorgava significado para um conjunto de fatos e situações em determinado momento, estabelecendo-se assim “*as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos*”⁶. Em tais condições, o componente externo expressar-se-ia em um modo particular de relação com os grupos e classes sociais nas sociedades dependentes. Em razão disso, estaria a validade de centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, visto que a noção de dependência utiliza-se de um tipo específico de conceito causal-significante e não de um conceito meramente mecânico-causal.

Em Marini, a conceituação de dependência ganha materialidade a partir da relação de subjugação econômica de uma nação formalmente independente perante a expansão e demanda da economia de outra nação, a redefinir ininterruptamente as relações de produção da primeira mediante os interesses da segunda:

(...) é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe⁷

Semelhante compreensão também pode ser verificada na definição de Theotônio dos Santos, para o qual a dependência é: “*uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida.*”⁸

Para compreender a situação de subdesenvolvimento nos países latino-americanos e as possibilidades (ou não) do seu desenvolvimento, os teóricos da dependência procuraram retirar o enfoque analítico até então centrado nas relações externas. Até os anos 1960 o fenômeno do subdesenvolvimento fora explicado em sua *causalidade* externa, devido ao comércio exterior desvantajoso para os países periféricos (deterioração dos valores de troca – CEPAL⁹) ou à

⁶ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto *Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaios de Interpretação Sociológica*. 7ª.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1970 p. 23

⁷ Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2000 p.109

⁸ Theotônio dos Santos *Las crisis de la teoría Del desarrollo y las relaciones en América Latina* - In: JAGUARIBE, Hélio et.alli. *La Dependencia política económica de América Latina*. México, Siglo XX, 1969. p. 38

⁹ Comissão Econômica para a América Latina, órgão ligado à ONU e criado em 1948

subordinação política daqueles ao Imperialismo (tese comunista). Nessa maneira de analisar haveria uma ótica “mecânico-causal”, onde unidades distintas estabeleceriam relações, uma submetendo a outra. Foi justamente essa ótica que a teoria da dependência procurou rejeitar.

Theotônio dos Santos afirmava que a questão da dependência foi colocada de um ponto de vista externo; isto é, a partir da análise dos países capitalistas centrais era afirmado que existiam “*certas variáveis externas que atuavam sobre a América Latina e determinava sua dependência interna, o que supunha a existência de uma estrutura interna independente*”. Para Santos, exatamente esse seria o enfoque a superar do ponto de vista teórico, pois a dependência seria “*um elemento interno, [e] que as estruturas latino-americanas são estruturas dependentes.*”¹⁰

A partir da década de 1960, portanto, perderia significado as concepções teóricas baseadas na contradição (ou exploração) entre as nações, como enfoque analítico do subdesenvolvimento. As mudanças que ocorriam na América Latina – crescente urbanização e industrialização de alguns países - teriam sido a base para o reenfoque sobre a dependência:

o conceito da dependência estava dando conta (...) de certas modificações que se haviam operado em seu objeto de estudo (na realidade das estruturas latino-americanas; ao menos das mais desenvolvidas), e que afetavam, logicamente, o estado dos marcos teóricos até então existentes¹¹

As modificações no tratamento da *variável externa*, como propunham os teóricos da dependência, vieram no sentido de preencher “*a ausência conceitual gerada pelas modificações operadas no desenvolvimento em nossas sociedades e representava, portanto, o aspecto mais afortunado da nova produção teórica.*”¹²

O surgimento do conceito, enquanto categoria explicativa básica, tornou-se importante porque possibilitou a explicação dos processos histórico-sociais da América Latina e a determinação de suas leis fundamentais.¹³ A consequência imediata teria sido o reenfoque da problemática interna/externa, desta vez de um ângulo radicalmente distinto, ao salientar o aspecto específico das estruturas das sociedades dependentes, porém não perde de vista o nexo daquelas formações sociais como momento da própria expansão do modo de produção capitalista.

¹⁰ Ídem, pp. 227-228.

¹¹ Sérgio Zermeno Garcia Granados, *Algunos razonamientos en torno al concepto de la dependencia* - Revista Mexicana de Sociología, nº03-04 jul.-sept.oct-dic. 1972 p. 466

¹² Ídem, p. 473

¹³ Tomás Amadeo Vasconi, *Dependencia y Superestructura*. In Revista Mexicana de Sociología, nº. 04 oct. dic. 1969, p. 768

Por essa razão, mesmo os críticos da Teoria da Dependência, como Francisco Weffort, compreendeu a função crítica desempenhada pelo dependentismo ao que diz respeito as peculiaridades da formação social da América Latina, e a sua função crítica à perspectiva que compreendia o processo pelo qual passou as chamadas ‘sociedades avançadas’ como padrão universal do desenvolvimento capitalista. Dessa maneira, as ideias sobre dependência teriam se constituído:

num fermento intelectual na medida em que, afirmando a especificidade da formação histórica latino-americana em contraste com a formação dos ‘países centrais’, questionaram de maneira mais ou menos global o que se tinha por estabelecido nas teorias convencionais do desenvolvimento capitalista¹⁴.

Pelo que foi colocado, é possível considerar que o surgimento da Teoria da Dependência ligou-se à crítica realizada a duas matrizes teóricas até então hegemônicas sobre a interpretação do subdesenvolvimento e do *atraso* latino-americano: o estrutural funcionalismo e a teoria do imperialismo – a primeira desenvolvida principalmente via CEPAL; a segunda, pelos partidos comunistas. Tanto para uma quanto para a outra matriz, a América Latina mantinha uma relação de dependência externa com os países industrializados. Mas a crítica realizada pelo dependentismo não foi somente teórica; pelo contrário, refletiu modificações estruturais (urbanização e industrialização, por exemplo) que ocorriam em alguns países do continente, além da radicalização política daqueles anos, principalmente a luta dos camponeses pela terra e as guerrilhas rurais.

Outra característica própria dessas correntes da dependência refere-se ao método que consideram como *histórico-estrutural*. Essa abordagem critica o estrutural funcionalismo, base da teoria da modernização.

Na obra *Sociologia do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento da Sociologia*¹⁵, Gunder Frank analisa criticamente a produção sociológica norte-americana que tratava a questão da mudança social e do desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos. Ele estuda as obras de Manning Nash, Bert F. Hoselitz, Talcott Parsons, e outros. Entre os muitos traços dessa sociologia, Frank ressalta três características que se destacariam nessa produção: (a) o método dos índices, que abstrai em um tipo ideal as características gerais da economia desenvolvida por um lado, e, por outro, os traços essenciais da economia pobre. A partir desses índices seria possível verificar os graus de desenvolvimento de uma sociedade; (b) a perspectiva de

¹⁴ Francisco Weffort, *Notas sobre a Teoria da Dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?* CEBRAP, Estudos nº 01, 1971 p. 3-4

¹⁵ André Gunder Frank, *Sociologia do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento da Sociologia*. In: DURAND, José Carlos e MACHADO, Lia Pinheiro (org.). *Sociologia do Desenvolvimento II*. Rio de Janeiro, Zagar, 1975

aculturação do processo de desenvolvimento, através da difusão de conhecimentos, especializações, organização, valores, capital para uma nação pobre, possibilitando o seu progresso; (c) a análise processual, preocupada em apreender o processo de mudança dos subdesenvolvidos para desenvolvidos.

O autor critica esse modelo de análise e demonstra a incompatibilidade com a situação dos países subdesenvolvidos, pois o atraso ou subdesenvolvimento dos países periféricos seria um processo social criado pelo desenvolvimento capitalista, e não se relacionava aos resquícios do feudalismo ou ao modo de produção pré-capitalista. Os conceitos e as diretrizes para a política de desenvolvimento foram tirados da experiência das nações capitalistas avançadas da Europa e da América do Norte; entretanto,

a experiência histórica dos países coloniais e subdesenvolvidos tem sido bastante diferente, o resultado é que as teorias correntes não refletem o passado da parte subdesenvolvida do mundo como um todo apenas em parte¹⁶

Ou seja, haveria a necessidade de repensar as teorias e as políticas de desenvolvimento em uma perspectiva subdesenvolvida, a partir de sua própria produção intelectual.

Em termos metodológicos, Cardoso e Faletto também atacaram a formulação sobre sociedades tradicionais e sociedades modernas.

No curso do processo de mudança social pareceria que, antes de se constituir a sociedade moderna, forma-se um padrão intermediário, híbrido, que caracteriza as sociedades dos países “em desenvolvimento”. Quando não, foram-se situações estanques entre um setor da sociedade que se moderniza e outros que permanecem arcaicos. Invoca-se então a noção de “dualismo estrutural”¹⁷

Ainda para Cardoso e Faletto os conceitos tradicional e moderno não conseguiriam apreender precisamente as distintas situações sociais, seus componentes estruturais e as condições de seu funcionamento; nem mesmo estabelecer os “nexos inteligíveis” entre as etapas econômicas e os diferentes e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades tradicionais e modernas. Embora fosse possível apreender características desses tipos de sociedades, em suas diferentes fases do processo de desenvolvimento, ainda assim seria impossível explicar a transição de uma para a outra sociedade, pois as mudanças sociais não se limitariam ao processo acumulativo de “novas variáveis”, mas implicaria, isto sim, “*um processo de relações entre grupos, forças, classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria.*”¹⁸

¹⁶ Idem, p. 25

¹⁷ Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaios de Interpretação Sociológica. 7ª.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, p. 17

¹⁸ Idem, p. 22

Os autores insistiram no estabelecimento das conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também com relações aos países desenvolvidos, pois a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades periféricas e centrais.

Para os teóricos da dependência, não caberia mais um enfoque que, por um lado, separava as realidades das sociedades latino-americanas (regiões rurais e urbanas); por outro, que impunha um referencial de modernidade e progresso espelhado nos europeus ou norte-americanos. Os pressupostos metodológicos orientavam a crítica às teorias do desenvolvimento, a partir da qual se refaziam as perspectivas analíticas e seus desdobramentos políticos. Como já foi frisado, a teoria da dependência teve como um de seus pilares essa fase de crítica ao universo teórico principalmente da sociologia americana e do pensamento cepalino da primeira fase.

Para Thomas Coutrot¹⁹, o enfoque centrado na relação centro/periferia é a problemática principal da dependência, embora reconheça o esvaziamento desse paradigma a partir dos anos 1980, o autor identifica a problematização presente no dependentismo. A natureza do mercado capitalista mundial impede o desenvolvimento da periferia? Uma reforma adequada permitiria superar os principais empecilhos? Seria possível realizar uma aliança nacional desenvolvimentista? Seria indispensável uma ruptura revolucionária com a classe dominante? Mediante tais interrogantes verifica-se três correntes: 1) a teoria cepalina da dependência, na qual se situavam inclusive as análises da primeira fase da CEPAL (Celso Furtado, Oswaldo Sunkel e outros); 2) a teoria marxista da dependência, segundo a qual a superexploração do trabalho na periferia seria a pedra angular que permitiria a manutenção da dependência como um acordo tácito entre os setores internos e internacionais do capital (Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Jaime Osório, etc.) e; 3) a perspectiva que compreendia a dependência desvinculada do subdesenvolvimento, e que terminou por preconizar no campo político a defesa do desenvolvimento econômico sem ruptura com os parâmetros de dependência (Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto).

As diferenças nesse campo intelectual difuso são importantes ressaltar, e agrupamos os autores com perspectivas analíticas e políticas diferentes, entre as quais se sobressaíram três correntes: a) André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra,

¹⁹ Thomas Coutrot, *Dependência e Informalidade: antigas e recentes controvérsias*. In: Novos Estudos CEBRAP, nº.29, 1991. p.157-161

Orlando Caputo e Roberto Pizarro no campo marxista; b) Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Aníbal Quijano, com enfoque weberiano e elementos conceituais marxistas, mas que expressaram uma perspectiva democrático-liberal; c) Celso Furtado, Oswaldo Sunkel que seguiam a matriz original cepalina e, na década de 1960, passaram a discutir a estagnação do capitalismo latino-americano.

Entretanto, apesar dos rumos distintos que essas perspectivas tomaram, todos (exceto os cepalinos) partiram de um mesmo enfoque crítico às teorias de modernização e às teses sobre o etapismo democrático-burguês dos partidos comunistas, advindas do VI Congresso da III Internacional. E isso, porventura, em termos ainda que teórico sobre a luta de classes tenha se constituído na principal contribuição da chamada Teoria da Dependência, isto é, a partir da análise sobre as particularidades da formação social latino-americana, caracterizar como condição histórica e estrutural a impossibilidade dos setores internos do capital de serem protagonistas de um processo de ruptura com a dependência.

Hipóteses explicativas sobre o fracasso da teoria da dependência

Apesar da relevante contribuição da Teoria da Dependência para a constituição do pensamento crítico latino-americano, suas formulações foram desterradas durante as duas últimas décadas do século XX até meados do início do século XXI. Isso obriga-nos a indagar as possíveis razões que levaram a perda da importância interpretativa do dependentismo durante esse período. Em outras palavras, questionar: onde reside a sua suposta derrota teórica e/ou política nas ciências sociais?

Uma hipótese explicativa levanta aponta para a possibilidade do *fracasso* da Teoria da Dependência residir em sua debilidade em compreender a multiplicidade da realidade subcontinental, e supostamente terminar por condicionar os sujeitos sociais ao determinismo estrutural.²⁰ Nessa hipótese, o enfoque da dependência remeteria à situação de dependência, na busca da conexão estrutural entre as dimensões externas e internas, e desconsideraria as dimensões conjunturais e cotidianas das lutas sociais. A essência epistemológica dessa crítica advém da perspectiva pós-estruturalista, que em contraponto às análises estruturais, históricas propôs o deslocamento das Ciências Sociais para temáticas como: Estado, democracia, movimentos sociais, movimentos identitários, etc.

²⁰ Hipótese levantada na obra de Victor Manuel Durand Ponte, *Estruturas e Sujeitos na Análise da América Latina*. In: LARANJEIRA, Sônia (org.) *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo, Hucitec, 1990

Essa crítica e deslocamento temático ocorreram em período entre as ditaduras militares sul-americanas e os processos de redemocratização, em diversos países da região. Para Cuevas²¹, o eixo do debate nas ciências sociais se deslocou das preocupações pelas mudanças estruturais para o tema da ordem e convivência democrática. No lugar do referencial histórico-estrutural, que era forte na teoria da dependência, dois enfoques ganharam presença nos espaços acadêmicos da região: o gramscianismo e o neoliberalismo. O neoliberalismo da década de 1980 ocupou o espaço teórico e político através de suas propostas de desobstrução dos entraves para a integração das sociedades latino-americanas à nova ordem internacional: desestatização da economia, fim das barreiras protecionistas, criação de um mercado latino-americano (ou americano?), etc.

O golpe civil-militar no Chile (1973) e como consequência o brusco corte de recursos para os centros institucionais nos quais se localizavam importantes teóricos da dependência, é outra hipótese explicativa para os anos de desterro da Teoria da Dependência no pensamento social latino-americano. No Chile, a partir da segunda metade da década de 1960 e, sobretudo no período do Governo de Salvador Allende (1971-1973), concentrou uma jovem intelectualidade acadêmica que foi consagrada com os estudos da dependência. Portanto, ao indagarmos sobre essa elaboração também nos referimos ao espaço institucional e aos sujeitos sociais que a elaboraram. O dependentismo, ao contrário das formulações que o antecederam, foi eminentemente acadêmico, portanto, se desenvolveu com procedimentos metodológicos das Ciências Sociais e nos espaços da universidade pública e dos institutos de pesquisa que surgiram no período como ferramenta para o desvelamento da realidade econômica e social regional. As condições institucionais e financeiras permitiram a ascensão da teoria da dependência, como também seu recuo, à medida que cessaram tais financiamentos.

Essa última hipótese, apesar de apresentar elementos materiais bastante plausíveis, a considerar o lócus de produção da Teoria da Dependência, parece-nos ainda insuficiente para explicar o ostracismo pelo qual passou o dependentismo por um período de mais de uma década.

Ao lado dessa explicação é preciso considerar os caminhos políticos engendrados pelas diversas vertentes da Teoria da Dependência, isto é, não apenas compreendê-las em suas dimensões mais abstratas e conceituais, mas verificar qual o percurso de sua análise não somente no campo econômico ou sociológico, mas diante da luta de classes e dos sujeitos políticos que a protagonizam. Em outras palavras, isso significa compreender a relação de seus

²¹ Augustín Cuevas, *Problemas e Perspectivas da Teoria da Dependência* In: Teoria Social e Processos Políticos na América Latina. México, Ed. Edical, 1979

teóricos frente às classes sociais e suas frações, aos governos, projetos políticos partidários e instituições estatais.

Esse debate não é irrelevante se considerarmos o deslocamento político de seus principais autores entre a década de 1960 e a década de 1980, do campo da esquerda contrária à conciliação de classes para um campo diretamente liberal, como sucedeu com Fernando Henrique Cardoso, ou para uma perspectiva nacional-burguesa como ocorreu com Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, primeiro em relação Governo Allende, e posteriormente em relação ao brizolismo.

Considerações finais

A importância da Teoria da Dependência para o pensamento social latino-americano, não está circunscrita às décadas de 1960 e 1970, mas também ao que diz respeito ao tempo presente. Sua dimensão, em muito, escapa a uma análise meramente conjuntural e adentra para o arcabouço das ciências sociais latino-americana como uma metodologia de compreensão das questões estruturais que se formaram desde a configuração política e econômica do subcontinente e que ainda permanecem vigentes.

A caracterização da burguesia autóctone como uma classe social débil, vacilante frente suas próprias tarefas históricas; as características das sociedades dependentes como combinação desigual do próprio desenvolvimento do capitalismo e da dominação do imperialismo, são algumas das análises estruturais da Teoria da Dependência que permanecem vigentes e resultam em importantes aportes para compreender a contemporaneidade das vicissitudes latino-americanas.

Isso ocorre porque há uma vinculação dos próprios conceitos elaborados pelo dependentismo e a realidade objetiva subcontinental. O problema da própria dependência e suas consequências; a superexploração do trabalho; o processo contínuo de transferência de valor para os centros capitalista; a integração da burguesia *local* com o capital internacional são problemas que não apenas não foram superados como se aprofundaram a partir da reconfiguração da divisão internacional do trabalho.

Essa perspectiva vigora na América Latina mediante um novo padrão de exportação que combina bens primários com bens secundários produzidos a partir de maquiladoras, por exemplo. Tal condição significa para a região, como bem caracteriza Jaime Osorio:

Mais do que economias dinâmicas que se orientam para o desenvolvimento (e que aproveitam as “janelas de oportunidades” abertas pelas novas tecnologias, como certos discursos gosta de destacar), o que temos na América Latina são novas formas de

organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população”²²

No entanto, apesar de sua vigência em relação às questões macroeconômicas, ainda segue em aberto aquilo que poderíamos considerar limites ou *calcanhar de Aquiles* da Teoria da Dependência, para usar uma expressão de Agustín Cueva: a ausência de uma análise a respeito dos sujeitos políticos e sociais que gerenciam a dependência estrutural como projeto político, bem como uma análise do único sujeito social que é capaz de promover a ruptura definitiva com a subordinação dos países latino-americanos – o operariado organizado mediante um programa político de total independência de classe.

Esse debate que já estava posto no passado, a partir da postura dos teóricos da dependência em relação ao governo da Unidade Popular, no Chile, e nas experiências em menor proporção do nacionalismo burguês no Brasil, a partir da constituição do Partido Democrático Trabalhista e a primeira gestão de Leonel Brizola, na condição de governador do Estado do Rio de Janeiro, recoloca-se agora mediante o silêncio analítico dos novos formuladores da Teoria da Dependência frente ao caráter de classe dos recentes governos de Frente Popular ou nacionalistas burgueses na América Latina (Hugo Chávez, Nicolas Maduro, Lula, Dilma, Néstor e Cristina Kirchner, Rafael Correa, Pepe Mujica, Tabaré Vázquez e Evo Morales), governos esses que não somente constituíram uma nova versão da conciliação de classes, como aprofundaram os patamares de dependência dos países latino-americanos nas últimas duas décadas.

²² Jaime Osorio, América Latina: *O novo padrão exportador de especialização produtiva – Estudo de cinco economias da região* – In: (comp) Carla Ferreira Mathias Luce; Jaime Osorio. : Padrão de Reprodução do Capital, São Paulo- SP - Boitempo Editorial, 2012 p.104.

O mito educacional chileno: qualidade e desenvolvimento

Franco Alejandro López Marín
Mestre em Ciências pelo Programa de Integração da América Latina (Prolam/USP)
Graduado em Jornalismo
E-mail: franco@usp.br

Resumo

Este artigo se propõe a retratar como a privatização da educação no Chile – feita na ditadura de Pinochet e resguardada na Constituição até hoje – foi o alicerce para a formação de uma das sociedades mais desiguais do mundo. Como arcabouço teórico, utilizam-se os autores Redondo, Bernasconi, Ferres e Maturana, entre outros. A partir da reflexão proporcionada pelos questionamentos propostos pelas ideias desses teóricos, busca-se fazer um levantamento documental tendo como propósito traçar o panorama da educação no Chile, erigindo como eixo central de análise a educação superior. Para retratar de forma abrangente como foi se modificando a educação chilena até chegar ao estado atual, o texto se propõe a abordar as etapas que se sucederam desde o golpe militar até hoje, momento em que movimentos estudantis e sociais progressivamente vêm questionando o modelo que rege a economia. Especial atenção é dada, ainda, à análise das propostas mais recentes de reformulação do sistema educacional do país. A partir do panorama da sociedade chilena nos anos 1970 e das estatísticas que o país apresentava em educação, contrapõe-se atualmente a maneira como a privatização foi gerando um Estado cada vez menor. Com o mercado tendo o poder absoluto garantido pela própria Constituição e definindo um novo status de mercadoria para a educação, esta passa a restringir-se como mero item de consumo para uma minoria de determinada classe social.

Palavras-chave: Desigualdade; Educação; Ensino Superior; Estado; Sociedade.

Introdução

O Chile é considerado para muitos analistas liberais como o país do “milagre econômico”, o exemplo a seguir na América Latina, onde a fórmula do livre mercado trouxe sucesso e estabilidade democrática após 17 anos de ditadura militar. Embora o modelo econômico tenha sido implantado durante o regime militar de Augusto Pinochet e sob a criação de uma Constituição feita à medida pelos Chicago Boys, foi no retorno da democracia que o neoliberalismo se arraigou profundamente na sociedade chilena.

Uma excessiva concentração da riqueza, um sistema educacional cerceado onde a educação superior é paga afastando os setores mais vulneráveis – e gerando que a matrícula dos que possuem maiores ingressos seja quase três vezes maior que o resto – é aparentemente hoje o preço a pagar pelo ‘milagre’. Contudo, há 10 anos o movimento estudantil chileno vem colocando em xeque até onde o foco no mercado e a competência tem sido positivos para a sociedade e quais são as consequências do “amargo remédio econômico da OMC e do FMI” do qual falava Chossudovsky¹.

¹ Ver mais em: Michel Chossudovsky, *A Globalização da Pobreza*. Editora Moderna. 1999.

Em uma década de manifestações, que começaram com os estudantes secundários e continuaram com os universitários, ocorrem duas mortes de jovens produtos da repressão, um estudante em coma, vários feridos e um país que se questiona até onde chega a herança de Pinochet. O fato talvez mais significativo é a eleição em 2013 de quatro dirigentes estudantis como deputados, que ingressaram ao congresso chileno sob a esperança de trazer um respiro à política chilena e uma forte pressão para criar uma Reforma Estudantil.

Contexto histórico

Para entender o Chile atual é preciso se contextualizar na chamada década perdida de 1980, quando Pinochet implantou as primeiras medidas radicais:

reducción del tamaño del sector público y restricciones del accionar de empresas del sector; devolución a sus antiguos propietarios de empresas y tierras expropiadas; privatización de empresas públicas tradicionales; supresión de la mayoría de los derechos sindicales existentes al inicio del régimen; y una reforma tributaria (...). El papel tradicional del Estado como empresario, promotor de la inversión y la industrialización, debía reducirse en el más breve plazo posible para que estos procesos resultaran exclusivamente de las decisiones tomadas por los agentes privados en mercados liberados y abiertos al exterior. (FRENCH DAVIS, 2003, p. 71)

O país que até então era um dos mais progressistas da região foi drasticamente transformado. Por exemplo, até o início do regime de Pinochet, em setembro de 1973, o Chile foi pioneiro em planificação familiar. Anos antes, na década de 1960, foi o governo de um presidente católico, Eduardo Frei Montalva, que promoveu o acesso aos métodos anticoncepcionais modernos, dois anos depois de a pílula sair ao mercado. Ironicamente, sendo o responsável por milhares de mortes e três mil desaparecidos provocados pela sua tirania, Augusto Pinochet - que se definia como católico praticante e defensor da vida – em agosto de 1989, meses antes de entregar o poder, modificou o código sanitário chileno e proibiu qualquer tipo de aborto.

Foi a ditadura também que converteu ao Chile no primeiro país da região em introduzir a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Até então o acesso universal e gratuito à educação chilena estava garantido, mas Pinochet iniciou em 1981 um conjunto de reformas amparadas na nova Constituição que adotou o critério econômico para ingresso. O Chile se convertia no modelo de vanguarda do neoliberalismo no mundo, antecipando inclusive a outros exemplos de governos neoliberais como o de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

Assim a Constituição oficializou o poder absoluto do mercado, apoiado na palavra “liberdade”, em destaque, a “liberdade de ensino”. O Estado “assume constitucionalmente sua

impossibilidade de fazer cargo da tarefa educativa em sua totalidade, desempenhando um papel complementar e privilegiando aos pais como principais responsáveis (REDONDO, 2007, p. 22)”.
22)”.
22)”.

Focado em potenciar o ensino privado e minimizar ao Estado, Pinochet decretou a Lei de Subvenções, um sistema de transferência de recursos públicos aos colégios e universidades privadas. O ensino fundamental e médio passou a ser responsabilidade das Prefeituras, e decretou-se a municipalização do ensino, por meio da qual os bairros se tornaram unidades orçamentárias autônomas e as escolas da periferia passaram a depender dos escassos recursos de uma base tributária pobre. O sistema de educação básica passou a contar com três escolas: a municipal, a particular subvencionada e a particular não subvencionada. A lei abria ao mercado a educação e a situava como um bem de consumo a mais, permitindo irregularidades via de regra das muitas terceirizações que veriam depois.

Redondo (2007, p. 43) detalha que a escola subvencionada não era obrigada a usar o dinheiro público na própria escola, além dessa verba ter sido entregue às empresas privadas sem nenhuma garantia de seu destino. O autor (2007, p. 44) diz que o cálculo do valor da subvenção era feito com base no “custo-aluno”, de modo que quanto mais alunos a escola privada declarar ter, mais ganhará. Não existe até hoje nenhuma fiscalização sobre a veracidade das informações declaradas pela escola subvencionada, que podem selecionar alunos com critérios privados e “livres” – mesmo sendo administradas com dinheiro público.

Com as universidades foi semelhante. Até 1980, o Estado sustentava praticamente em sua totalidade as oito universidades do sistema, mediante a aplicação do “modelo de subsídio para a oferta”, o qual se caracterizava pela provisão de montantes fixos às unidades educacionais, independentemente do total de alunos matriculados. Esse subsídio costumava ser determinado sobre a base do orçamento de anos anteriores, acrescido da correção inflacionária e dos aportes centralizados em parcelas específicas para equipamento e infraestrutura (DONOSO; SCHMAL, 2002).

Com a nova lei, o Estado passou a garantir somente de 30% a 40% do orçamento das universidades públicas na forma de Aporte Financeiro Direto (AFD) (BERNASCONI; ROJAS, 2004, p. 125). Foi criado um mecanismo de transferência para universidades privadas, chamado Aporte Financeiro Indireto (AFI). O AFI é distribuído até hoje de acordo com a Prova de Seleção Universitária, que aprova apenas 27 mil candidatos num universo de 200 mil (FERES, 1997, p. 4).

Na chamada ‘década perdida’, a maioria dos jovens chilenos teve de se endividar para estudar. A ditadura criou um sistema de crédito universitário ou crédito fiscal, chamado também Fundo Solidário, que existe até hoje com juros de 2,6% e onde o Estado é quem oferece financiamento. Os bancos criaram outras formas de crédito com juros de 6% (MORALES, 2011, p. 1). Ao mesmo tempo, a ditadura chilena passou a incentivar o mercado de universidades privadas, facilitando licenças e promovendo isenções de impostos. De 1982 até 1989, o orçamento público da educação caiu 30% (REDONDO, 2007, p. 44).

O Estado então passou a ser um ator secundário, restringindo-se política, ideológica e economicamente por uma nova concepção do seu papel na sociedade. Durante a década de 1980, os estudantes universitários e os secundários foram também protagonistas de protestos contra a ditadura, enfrentaram os militares e organizaram suas entidades clandestinas.

Pinochet foi o último dos ditadores latino-americanos a cair. Seu último ato foi a LOCE – Lei Orgânica da Educação (nº 18.962), publicada em 10 de março de 1990, um dia antes da volta à democracia. A LOCE deu base para a realização de todas as políticas educacionais dos governos subsequentes, especialmente os 20 anos da chamada *Concertación de Partidos por la Democracia* a coligação formada pelo Partido Socialista, Democracia Cristã e Partido Radical, criada após o retorno à democracia e que governou quase duas décadas. A partir da LOCE ocorreu a generalização das transferências de recursos públicos para as empresas e se aperfeiçoou o modelo Chicago Boys: fortalecendo as “liberdades de ensino” e esfacelando o direito à educação.

Volta da democracia

O retorno à democracia do Chile teve um começo promissor aproveitado pelo alto preço do cobre no mercado mundial, o que gerou grandes expectativas para o país, maior produtor do metal no mundo.

O país foi governado inicialmente por dois democratas-cristãos Patricio Aylwin (1990-1994) e Eduardo Frei Ruiz Tagle (1994-2000) deram forma a:

a uno de los períodos de mayor prosperidad de la historia económica de Chile, con una tasa de crecimiento promedio anual de 7% que se sostuvo entre 1989 y 1998, marcando un claro quiebre en la tendencia histórica de expansión del PIB, asociado a una alta formación de capital, y a un ambiente de estabilidad generalizado hasta 1998 (FFRENCH-DAVIS, 2003, p.183).

Os governos da *Concertación* decidiram não arriscar políticas econômicas diferentes ou independentes ao Consenso de Washington e procuraram “uma mudança em continuidade”, na

expressão de Ffrench-Davis, aproveitando a conjuntura econômica que levou a um crescimento da economia e um maior poder de consumo. Inegavelmente o desemprego baixou, mas a desigualdade e a pobreza aumentaram consideravelmente.

Thomas Piketty, no seu livro “O capital no século XXI”, diagnostica a gravidade da realidade chilena. Segundo o autor, o percentual de 1% mais rico da população detém 35% da riqueza nacional no Chile, o que representa uma desigualdade superior à registrada nos Estados Unidos. A Democracia Cristã – partido que compactuou com o golpe de 1973 e que internacionalmente foi sempre alinhado às políticas econômicas liberais – não surpreendeu ninguém com seu continuísmo após 1990. Mas depois de terminado o período de governo, assumiu o poder no país o partido Socialista – do qual era filiado Salvador Allende – e contra todo prognóstico continuaram aprofundando o modelo. Foram eles os responsáveis pela ampliação do volume de transferências ao setor privado, provocando um aumento de 12% das escolas subvencionadas.

No quarto governo da Concertación, em 2003, as transferências diretas do Estado ao setor privado da educação chegaram a cerca de US\$ 2,5 milhões. De 1994 a 2003, as isenções de impostos ao setor triplicaram, alcançando US\$ 28 milhões.

Hoje, o gasto privado das famílias com educação corresponde a 3,52% do PIB e o gasto do governo a 4% do PIB, sendo que mais da metade do gasto público subvenciona o setor privado (GOBIERNO DE CHILE, 2005, p. 19-20, 26, 48).

Modelo questionado

O terceiro presidente da Concertación foi o socialista Ricardo Lagos, eleito com a promessa de “Crescer com Igualdade”. Lagos, tal como a sua sucessora, Michele Bachelet, compõem o grupo dos socialistas ‘renovados’. Uma divisão do PS chileno que se inspira no PSOE da Espanha e em outros partidos europeus socialdemocratas.

Lagos, sempre um ferrenho defensor da liberdade empresarial, escolheu como uma de suas últimas atividades como mandatário assistir a uma ceia anual de empresários onde foi o convidado especial. Homenageado, declarou “*me voy teniendo más amigos que los que tenía cuando llegué hace seis años...*”. A ovação foi unânime.

A escolhida para ser a sua sucessora foi Bachelet, ex-ministra de Defesa do seu governo. Filha de um general que foi assassinado pelos próprios militares por resistir a formar parte do golpe, também sofreu, como seus pais, prisão e tortura.

Bachelet, médica, exilada e ex-ministra, converteu-se na primeira mulher presidenta do Chile. Como seu antecessor era também socialista. E também ‘renovada’. Foi com a chegada da nova presidenta que o cenário estudantil alcançou maior protagonismo. Bachelet em 2006 enfrentou um grande movimento dos estudantes secundários, conhecido como a ‘Revolução dos Pingüins’ (chamado assim pelas cores do uniforme dos colégios públicos que combina calça escura e camisa branca). As principais reivindicações dos secundaristas eram o fim da LOCE, o fim da municipalização do ensino, o financiamento estatal e a liberdade de organização de grêmios, proibidos por decreto (524 – 10/04/1990). Esse movimento seria o ensaio geral dos atos de 2011. Os estudantes realizaram uma greve de mais de 3 meses, ocuparam mais de 250 escolas, derrubaram o Ministro da Educação e fizeram despencar a aprovação da presidenta Michelle Bachelet em 15%. Foi a escola de luta social para uma nova geração de estudantes engajados.

O movimento chegou a conseguir que a LOCE fosse reformada em 2009. Com o tabuleiro político movimentado, em 2011, chegou ao poder o milionário Sebastián Piñera, representando a direita mais conservadora e a elite que via questionado o sistema e o modelo econômico que tanta riqueza lhes gerou durante a ditadura. O novo cenário exigia mão dura para pôr fim ao incipiente avanço dos movimentos sociais cada vez mais acelerado. A mobilização estudantil adquiriu rosto de luta de classes e o sonho da gratuidade se converteu numa luta que questionava modelo do lucro.

Lucro de cada dia

Com uma sociedade mais participativa e ciente do seu papel, atores como ONGs e organizações cidadãs denunciaram como o dinheiro público transferido pelo Estado às entidades educacionais subvencionadas servia também para a capitalização de lucros privados.

A burguesia chilena amparada na ditadura tinha criado diversos subterfúgios para disfarçar o lucro privado que obtinha com a educação. O principal deles era a manobra imobiliária. Os empresários da educação, além de receberem subvenções estatais, eram ao mesmo tempo os proprietários de imobiliárias que alugaram também terrenos às escolas e universidades públicas. De tal forma, o sistema permitia que se manipulassem livremente orçamentos, mensalidades e salários.

Um dos que usufruía há anos do negócio era o economista Joaquín Lavín. O acadêmico pertencente ao grupo dos Chicago Boys ingressou à política filiado à *Unión Demócrata Independiente* (UDI), o braço político da direita chilena criado com o retorno da democracia e

que buscava preservar a herança de Pinochet. Na sua carreira política, Lavín chegou a ser prefeito de uma das municipalidades mais elitizadas de Santiago e logo perdeu duas tentativas como candidato presidencial. Ao mesmo tempo, continuou sendo acadêmico e proprietário da *Universidad del Desarrollo*, uma das maiores entidades estudantis privadas do Chile, pertencente ao grupo religioso *Opus Dei* e que recebia também subvenção estatal.

Lavín, erudito como poucos do sistema, era também dono do terreno onde funcionava a faculdade e foi o escolhido para assumir a carteira de educação do governo Piñera. Em meio a massivas marchas e denúncias, Lavín foi o primeiro derrubado do novo governo após desvendados seus múltiplos empreendedorisismos. O livre mercado tido até então como máxima irrefutável do crescimento do país e a economia, resguardado inclusive na constituição chilena como a “liberdade de ensino”, era impugnado pelos estudantes, pais e aos poucos por uma sociedade que abalizava também ao modelo econômico como o causante da perda dos direitos mais elementares.

Hoje, o critério central na economia é a competitividade, e, em nome da competitividade, desmantelam-se arranjos Estado-sociedade. Há um movimento em direção à desregulamentação, à privatização, à restrição da intervenção pública nos processos econômicos (MELLO, 1999, p. 170).

Mais inclusão para todos

Em 2013, com o governo de Piñera golpeado pelas multitudinárias marchas e com movimentos populares cada vez mais organizados, as eleições do congresso deram como ganhadores a quatro dirigentes universitários: Camila Vallejo (eleita como a deputada mais votada do Chile) e Karol Cariola pelo *Partido Comunista do Chile*, PCCH, Giorgio Jackson pelo *Revolución Democrática* e Gabriel Boric pela *Izquierda Autónoma*, ambos os últimos grupos políticos formados antes das eleições e sob forte campanha cidadã.

Todos eleitos com grande maioria, os novos deputados apresentaram projetos de lei que buscavam reduzir o número de congressistas, seus próprios salários e, logicamente, buscar por todos os mecanismos possíveis financiar a ansiada educação superior gratuita, laica e de qualidade. No final do ano, com a população muito mais engajada politicamente e com os tradicionais partidos políticos abalados, a ex-presidenta Michelle Bachelet se apresentou novamente como candidata, mas desta vez incorporando suas forças políticas ao *Partido Comunista*. Assim, a desgastada *Concertación* passava a se chamar agora *Nueva Mayoría*.

Com a nova aliança, a guinada anunciava ser à esquerda e entre os principais compromissos assumidos pelo futuro governo estavam a realização de uma reforma educacional, uma tributária que desse o suporte econômico para financiar a primeira e uma nova constituição que viesse a substituir a elaborada por Pinochet em 1981. O Chile é até hoje o único país da América Latina que mantém uma carta magna feita por uma ditadura.

Em 2014, Michelle Bachelet foi eleita em segundo turno e no seu primeiro ano de governo conseguiu aprovar a chamada “Lei de Inclusão” que retirou das prefeituras a administração das escolas públicas, agora supervisionadas pelo Estado, e terminou com o sistema de subsídio estatal para as escolas chamadas subvencionadas. Estas últimas recebiam aportes estatais, enquanto cobravam paralelamente mensalidades e mantinham seleções consideradas arbitrárias que restringiam os ingressos segundo critérios econômicos, sociais e escolares.

Estudioso do sistema escolar, o biólogo chileno Humberto Maturana advertia há 10 anos:

(...) não desvalorizemos nossas crianças em função daquilo que não sabem: valorizemos seu saber. Guiemos nossas crianças na direção de um fazer (saber) que tenha relação com seu mundo cotidiano. Convidemos nossas crianças a olhar o que fazem e, sobretudo, não as levemos a competir (MATURANA, 2007, p. 35).

Desse modo o novo governo buscava transformar aos poucos o sistema escolar chileno desde a educação primária, usando como ferramentas principais a integração e, de alguma forma, a humanização de um sistema que apoiado no ideário neoliberal incentiva permanentemente o individualismo e a competição. Definida a educação como um “bem de consumo” a mais, ela carece de toda ética e torna a prática pedagógica apenas um elemento da engrenagem no sistema. Não se trata da ética do mercado, e sim da ética que condena o cinismo, a exploração, a perversão hipócrita da pureza em puritanismo, a discriminação da raça, do gênero, da classe, na atividade pedagógica e social. O melhor para lutar por ela é vivê-la. Em nossa prática, testemunhá-la. (FREIRE, 1999, p.12)

Considerações finais

Tanto a esperada Reforma Tributária quanto a Educacional – que ainda não foi enviada ao Congresso – foram alteradas no seu projeto original. Para aprovar a primeira no Senado, Bachelet teve de abrir mão de taxar as grandes fortunas e a alíquota de impostos das grandes empresas passou de 18% a 27%, e não a 35% como foi prometido. Sem o suporte econômico que sustentaria a Reforma Educacional, justifica-se o fim da promessa da gratuidade para 100%

dos universitários em 2020 e cerca de 70% de cobertura até o final de seu mandato, em março de 2018.

Em 2017, aproximadamente 145 mil estudantes de baixos ingressos conseguiram se matricular nas faculdades pública e privadas, mas desta vez financiados totalmente pelo Estado. Um fato histórico após 35 anos de educação superior paga. No entanto, o número é ínfimo frente da realidade e a exigência do país. A sociedade chilena está ciente de que o problema não passa só pela educação superior.

Os questionamentos se estenderam também ao sistema previdenciário. A semana passada, 750 mil pessoas se convocaram protestos massivos em todo o país², que contou com a participação de 150 mil estudantes³. A repressão como é característica dos governos pós-ditadura se manteve.

Durante os últimos 10 anos nas manifestações, dois estudantes morreram em confrontos com a polícia, e outros vários apresentaram lesões permanentemente em ouvidos e visão.

O Estado chileno já foi denunciado inúmeras vezes à Corte Interamericana de Direitos Humanos, mas panorama não mudou. No entanto, desta vez, a luta parece estar mais acirrada, pois os questionamentos ao sistema educacional atingiram a todo o sistema e expuseram as contradições do modelo neoliberal vigente. O mesmo que manteve a ideia do mercado como eixo central que sustentava ao país, imobilizando a sociedade e tornando-a mais individualista e neutralizando seu potencial político.

Como afirma Maturana, “a competição não é nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro (...). A competição é um fenômeno cultural e humano, e não constitutivo do biológico” (1998, p. 13).

No país, foram descobertos durante os últimos anos casos de conluio em farmácias, mercados, empresas produtoras de frangos, linhas de ônibus interurbanos, empresas elétricas e até em empresas de papel higiênico. O país, que muitos analistas elevam como exemplo de estabilidade econômica e democrática da região, vem aparecendo em barômetros de corrupção na América Latina cada vez mais frequentemente há vários anos e por casos cada vez maiores que afeitam a toda a classe política.

Os estudantes, antes isolados, hoje parecem fortalecidos num povo só que questiona o modelo e exige profundas mudanças. “É bem possível que voltemos a escutar, no Chile, as

² Ver mais em <http://www.lanacion.cl/noticias/pais/nacional/postales-de-la-masiva-marcha-contra-sistema-de-afp-en-santiago/2016-07-24/141601.html>

³ Ver mais em: <http://www.dw.com/es/masiva-protesta-estudiantil-en-chile-termina-con-graves-incidentes/a-19320035>

vozes que foram caladas num setembro sangrento em que se quis acabar de vez com as ameaças às 'leis do mercado' (SADER, 1982, p. 129).”

Referências

- BERNASCONI, Andrés; ROJAS, Fernando, **Informe sobre la educación superior en Chile: 1980-2003**, Santiago: Editorial Universitaria, 2004.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: impactos da política do FMI nos países do Terceiro Mundo**. São Paulo: Moderna, 1999.
- DONOSO, Sebastián; SCHMAL, Rodolfo. Elementos para definir una política de financiamiento de la educación pública. **Pensamiento Educativo**, ano 2002, n.31, p. 256-282.
- FERES, Héctor Guillermo Gaete, **Chile: Los Recursos del País al Sistema de Educación Superior y su Distribución Regional**. Universidad de Bío Bío, Concepción-Chillán, 1997.
http://www.ubiobio.cl/vitrina/hgaete/chile_recursos.pdf
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Chile, entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad. IN: **Nueva Sociedad**. N. 183, 2003, pag. 70-90.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. GOBIERNO DE CHILE, ¿Cómo se financia la educación en Chile? Estudios de Finanzas Públicas. Santiago: Ministerio de la Hacienda, 2005.
- GOBIERNO DE CHILE, GANE – **Gran Acuerdo Nacional de la Educación**, Julio de 2011. Guilherme Gorgulho (19/04/2012). Reforma do ensino superior chileno entra em pauta. Disponível em: <http://data.fech.cl/files/2011/07/GANE.pdf> Acesso em 20 jan. 2018.
- MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, G. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2007.
- MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MELLO, Valérie de Campos. Globalização, regionalismo e ordem internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.42, n.1, p.157-181, June 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 18 jan. 2018.
- MORALES, José Manuel. **Entrevista com José Manuel Morales**, dirigente da FECh – Federación de Estudiantes de la Universidad de Chile [22 de julho de 2011]. Santiago de Chile, 2011.
- REDONDO, Jesus. **El derecho a La educación en Chile**. Santiago: FLAPE, 2007.
- SADER, Eder, **Um rumor de botas: Ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982. Disponível em <http://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2015/01/14/piketty-y-la-desigualdad-en-chile-el-1-masrico-tiene-cerca-del-35-de-la-riqueza-nacional-y-es-la-cifra-mas-alta-del-mundo/>. Acesso em 10 fev. 2018

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX

EIXO 2: AMÉRICA LATINA E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

De 16 a 18
de maio de 2018
Universidade
de São Paulo
Brasil

Cara y cruz de las relaciones económicas internacionales ecuatorianas con Alemania: 1950-1951

Rocío Rosero Jácome
Academia Nacional de Historia - Ecuador
Universidad Internacional del Ecuador
rocioroserojacome@yahoo.com

Resumen

Este trabajo se sitúa en el marco de la segunda posguerra. Revisará el contexto histórico de la división del mundo en bipolar, a través de los antecedentes generales y mediante el testimonio de un Cónsul ecuatoriano en Bremen. En el desarrollo del trabajo se procurará responder a la pregunta ¿Cómo fueron las relaciones comerciales internacionales del Ecuador con Alemania entre 1950-1951? A través del texto, se vislumbrarán aspectos políticos, económicos, sociales y diplomáticos, basados en la correspondencia oficial y las comunicaciones reservadas del Cónsul ecuatoriano Fernando Chávez dirigidas al Ministro de Relaciones Exteriores Neptalí Ponce. Sus cartas tratan sobre las posibilidades de la venta de materias primas ecuatorianas en los mercados alemanes, de las perspectivas de los negocios ecuatorianos y de los negociadores extranjeros; de la compra de herramientas y maquinaria alemana, ello, en el marco del programa latinoamericano de sustitución de las importaciones, a la par, las relaciones de la banca alemana y ecuatoriana, como también, los riesgos de los negocios internacionales con Alemania y sus negociadores en el territorio nacional.

Palabras clave: Comercio ecuatoriano-alemán 1950-1951; Cónsul Fernando Chaves; Sustitución importaciones; Equidad comercial; Insumos.

Antecedentes: Las influencias comunista y capitalista en Occidente

Después de la Segunda Guerra Mundial, los soviéticos crearon Estados satélites en Europa Oriental, nucleados en el Kominform desde 1947¹, en rechazo del Plan Marshall para la reconstrucción de Europa Oriental. Moscú puso implementó un amplio plan económico que enfatizó en la industria pesada y la colectivización de las tierras. En 1949 se fundó el COMECON para la planificación regional del bloque del Este y, en lo militar, el Pacto de Varsovia. Los soviéticos intentaron anexionar Turquía para acceder libremente al Mediterráneo. Los turcos pidieron protección estadounidense, que envió flotas y tropas al Mediterráneo oriental e ingresó a la OTAN en 1949.²

Europa Occidental fue apoyada por Estados Unidos. Se creó la Organización Europea de Cooperación Económica (OECE) en 1948 y, el Consejo de Europa, en 1949. El propósito era consolidar una unidad económica capitalista que se cristalizó en 1952, con la Comunidad

¹ Kominform: Oficina de Información de los Partidos Comunistas y Obreros, 1947. Stalin agrupó bajo influencia soviética: Polonia, Checoslovaquia, Hungría, Bulgaria y Rumanía. Se sumaron los partidos comunistas de Francia e Italia. <http://www.historiasiglo20.org/GLOS/kominform.htm> (24.03.2018)

² Luis Enrique Otero Carvajal, et. al. *Historia del Mundo Contemporáneo*, Ediciones SM, España, s/a. pp. 236-237

Europea formada por Bélgica, Francia, Holanda, Luxemburgo, Alemania Occidental e Italia. Este bloque económico fue el oponente del poder financiero del COMECON. La Comunidad Europea logró su objetivo en 1955, tras la resolución de Moscú³.

1 – Testimonio de un cónsul ecuatoriano en Bremen

En 1945 Bremen pasa a ser una zona de ocupación norteamericana en el espacio otorgado a la ocupación británica. En 1949, Bremen, se constituye en un Estado de la República Federal de Alemania, RFA⁴. A partir de 1952, las fronteras interiores entre la República Democrática Alemana, RDA y la RFA se protegieron con vallas, vigilantes y una zona de 5 km. a la que sólo podían entrar con un permiso especial para residentes⁵. Ecuador, tiene un Consulado en Bremen, las palabras del Cónsul Fernando Chávez permiten apreciar la situación que vive esa ciudad en 1950, dice:

Las autoridades americanas preparan a toda prisa el plan de retirada. Se ha trazado un plan de evacuación que engloba a todos los funcionarios yanquis y franceses. (...) Servicios no considerados esenciales son levantados. Los almacenes que los americanos instalaron para sus hombres ya están en liquidación. Los agentes de los servicios secretos no tienen un instante de reposo y viajan de un rincón al otro de Alemania del Oeste a la caza de los saboteadores, de los comunistas infiltrados, de los agentes rusos que dan muestra de su presencia en todas partes⁶.

Esta visión del diplomático sobre la situación de la ciudad de Bremen, muestra su circunstancia vital en ciernes; le inquieta su destino y el de su familia, escribe unas líneas en tono de reproche a la Cancillería ecuatoriana, dice: “*si ese Ministerio se hubiera dirigido a la Alta Comisión Aliada como yo expliqué, (...) mi familia habría sido incluida en el plan de evacuación*”.⁷ Se deduce que el gobierno no consideraba su situación como un “peligro eminente”. El Cónsul, sin embargo, está inmerso en el proceso de la separación de Alemania. Observa las movilizaciones militares y señala: “*los rusos no están sino a 250 kilómetros, es decir, a ninguna distancia para una tropa mecanizada*.”⁸ Sus párrafos reflejan las posibles estrategias de movilización de las tropas rusas y aliadas, dice: “*los ataques serán llevados a las extremas regiones de las fronteras por tropas aerotransportadas (...) si son respetadas,*-las

³ Luis Enrique Otero Carvajal, et. al. *Historia ... cit.*, pp.224-225

⁴ Dutour, Thierry, *La ciudad medieval. Orígenes y triunfo de la Europa urbana*, Paidós, Buenos Aires, 2005, p.83

⁵ En la frontera había una barrera de 10 metros de altura “El Muro de Berlín, un asunto del presente”. Deutsche Welle 09.11.2006. 2006. (14-12-2017)

⁶ MRE Consulado General, Reservada, N°68/OMC/50, Bremen 27 de agosto de 1950. Tema: autorización para evacuar esta ciudad, p.1.

⁷ *Ibidem*. p.1

⁸ *Ibidem*. p.4

fronteras- *serán clausuradas hermética e instantáneamente*”⁹ Lo señalado por el Cónsul sucedió de ese modo.

Fernando Chávez, enmarca el contexto de la división bipolar, comenta que los rusos no atacarán Europa directamente, pero, en caso de conflagración, buscarán un responsable del conflicto, advierte que sus movilizaciones son rápidas. Observa las contradicciones entre los intereses económicos y la ideología antagónica de Este y Oeste, frente al equipamiento militar ruso en Alemania, dice:

Las compras de material estratégico son impresionantes: caucho, gasolina, minerales raros para endurecimiento del acero, máquinas útiles para acelerar la producción de municiones, etc. No poco de ello pasa por manos inglesas antes de llegar a las rusas. Y el financiamiento de las compras y de las transacciones se hace con dinero americano, y los materiales son de origen americano o de una zona controlada por ellos. Las advertencias hechas por el Comisionado McCloy a los industriales alemanes del Oeste para que no vendan acero y rieles a los rusos son patéticas.¹⁰

Los negocios armamentistas de los países aliados, Inglaterra y Estados Unidos no tienen ideología y los insumos de infraestructura se venden a los que desean o necesitan comprar, a pesar de ser enemigos. Señala la situación social del caótico y candente inicio de los años 1950 en Bremen, dice: “*y no se debe olvidar la agitación obrera*”¹¹. El movimiento obrero buscaba superar su anterior fragmentación. Los sindicatos debían convertirse en garantes estables del Estado, del trabajo y de los salarios reales. Las organizaciones sindicales surgidas en Hamburgo, Braunschweig y Bremen, impulsaron la creación de una estructura centralizada siguiendo el principio de las Asociaciones Industriales;¹² y, durante la reconstrucción apuntalaron un desarrollo capitalista planificado. El Cónsul informa al Ministerio de Relaciones Exteriores que hay masivos movimientos de varios otros grupos sociales que “*podrían tener como enseña, la salida de los americanos y de los ingleses y de los franceses de los territorios que ocupan*”¹³ Advierte la posibilidad de un baño de sangre por la represión que derivaría en una guerra civil. Así mismo, dice:

Rusia sabe que una Alemania unificada y aliada a ella crea la más formidable potencia de la historia no solamente por las doctrinas, la extensión territorial, los reservorios de hombres, la capacidad científica y técnica, sino también por la conjunción de apetitos

⁹ Ibidem. p.4

¹⁰ Ibidem. Bremen 27 de agosto de 1950, p.3 (error de la paginación original corresponde a la p.2)

¹¹ Ibidem, p.2

¹² Karl Heinz Roth y Angelika Ebbinghaus, *El «otro» movimiento obrero y la represión capitalista en Alemania (1880-1973)*, traductor, Imanol Miramón Monasterio, Ed. Traficantes de Sueños, Madrid, 2011, pp.269-270 Disponible en: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/EI%20otro%20movimiento%20obrero-TdS.pdf> (24-09-2018)

¹³ Ibidem, p.2

desmedidos, secularmente ahogados por la intervención armada de otras potencias occidentales.¹⁴

El Cónsul aprecia que en todas las manifestaciones sociales hay un recrudecimiento del nacionalismo alemán, dice: “*Es (...) síntoma posterior a las sangrías y es enfermedad incurable del espíritu alemán*”¹⁵. La carta expone diversos posibles escenarios en una situación de mayor efervescencia social, política y económica en la Alemania de postguerra, en el mundo bipolar.

2 – Las relaciones bancarias comerciales con Ecuador

En 1951 la economía y el comercio toman rumbo en las relaciones internacionales de Alemania con otros países y con Ecuador. El Cónsul General en Bremen, Fernando Chaves, recibe de los representantes del BREMER Bank una carta que señalan dificultades en el movimiento comercial entre Ecuador y Alemania debido a las reglamentaciones fijadas en el Convenio por los bancos estatales de los dos Estados. Los alemanes dicen:

(...) la prescripción de efectuar la apertura de créditos y librar órdenes de pago solamente por intermedio del Bank Deutscher Länder (Banco de las provincias Alemanas) y del Banco Central del Ecuador, en muchos casos, estorbó o retardó considerablemente la pronta apertura o el previo aviso para poner en vigencia telegráficamente los créditos a favor de exportadores ecuatorianos.¹⁶

Los representantes del banco, sugieren “*la posibilidad de una intervención directa de los bancos comerciales.*”¹⁷ Piden, además, el pago que debe hacer el Banco Central del Ecuador a los representantes de las casas comerciales alemanas, dicen:

(...) observamos que remesas que llegan a nosotros de los bancos del estado (oficiales) llegan sin que (...) estemos en posesión de las respectivas liquidaciones (...) de nuestros corresponsales ecuatorianos. (...) faltan las indicaciones de contabilidad, no tenemos (...) la posibilidad de establecer cuáles son los cobros correlativos a los importes recibidos, viéndonos en el caso de retener esos montos, (...) hasta recibir de los corresponsales la liquidación, (...) solo puede ser dada si el banco comercial ecuatoriano ha recibido una confirmación del Banco Central del Ecuador de la remesa efectuada, cosa que se realiza solamente con una demora considerable¹⁸

Chávez, está de acuerdo con esas observaciones, pues, el intercambio comercial presenta estancamiento del flujo de capitales en ambos sentidos: el pago a los exportadores ecuatorianos y el pago a los exportadores alemanes. Al hacer la comparación de las dos

¹⁴ Ibidem. p.3

¹⁵ Ibidem, p.3

¹⁶ Bremen 6 de Marzo de 1951 (traducción) p. 2

¹⁷ Ibidem. p.2

¹⁸ Ibidem. p.2

situaciones y evitar la presión de los extranjeros, aconseja al Ministro, como estrategia: “*pedir la cancelación de los créditos pendientes con exportaciones inmediatas de productos o maquinarias utilizables en nuestro acondicionamiento industrial*”¹⁹ y, sobre los retrasos en el pago a los exportadores alemanes, expone las situaciones que causan demoras y recomienda lo siguiente:

1º (...) un exportador ha recibido ya dinero por ventas relativamente nuevas, en tanto quedan en suspenso operaciones bastante anteriores. (...) Sería mejor que el ritmo cronológico de los pagos no sufriera interrupciones (...) 2º La eliminación de la intervención de los bancos oficiales ya ha sido realizada en la relación con otros países y se ha manifestado beneficiosa para la rapidez de las transacciones.²⁰

El Cónsul comenta que los exportadores y banqueros alemanes miran desde su lado, sin tomar en cuenta las dificultades de los exportadores ecuatorianos para hacer efectivos sus créditos y no reciben el dinero por el envío de las mercancías. Ante un reclamo ecuatoriano, público, dice: “*se ocupó del problema la Cámara de Comercio de Quito, según la información de EL UNIVERSO de Guayaquil*”²¹. *Se decía que llegó a más de un millón y medio de dólares, valor de exportaciones (...) que esperaba pago de los compradores alemanes*²². Advierte que el Ecuador debe reclamar y señala que verificará los montos.

Para el buen cumplimiento de su trabajo consular, pide y reclama al Ministro de Relaciones Exteriores, le envíe datos exactos del Ministerio de Economía o de la Sección respectiva de ese Ministerio para establecer una réplica documentada a las reclamaciones realizadas, dice: “*Las exportaciones ecuatorianas son una prioridad para el país siempre que sean pagadas o por lo menos, juiciosamente trocadas*”²³. Propone, para el futuro, se establezcan reformas al Convenio Comercial existente que es pedido también por los banqueros y exportadores alemanes.

Un mes después de la información de prensa, el Cónsul viaja a Hamburgo para averiguar sobre los fondos retenidos a los exportadores ecuatorianos y, al parecer, la noticia publicada en el *Universo* fue inexacta y dice: “*es oportuno señalar lo dañinas que son esas informaciones precipitadas, que luego son desmentidas por las autoridades competentes*”²⁴. Advierte que los importadores alemanes están pendientes de las *novedades sensacionalistas de la prensa* y que

¹⁹ *Ibidem*. p.3

²⁰ Departamento Consular y Comercial, Bremen 6 de marzo de 1951, Bremer Bank dirigida a Fernando Chávez, Cónsul General del Ecuador, p.3

²¹ La fecha correspondería al 23 de febrero de 1951

²² Bremen 6 de marzo de 1951, p.3

²³ *Ibidem*. p.3

²⁴ Bremen 18 de Abril de 1951, p.2

las oficinas consulares ecuatorianas, carecen de información oportuna “*para precisar las cuestiones y restablecer la verdad*”²⁵. Al carecer de información sobre el monto exacto de las exportaciones ecuatorianas pendientes de pago, se impide establecer negociaciones y/o reclamaciones fundamentadas, por ello, estando en Hamburgo, averiguó en las oficinas alemanas, en las Cámaras de Comercio, y dice: “*no he podido obtener tampoco una estimación, en lo posible exacta, de las compras hechas por Alemania de nuestros productos.*”²⁶ El Cónsul, buscó, sin éxito, datos indispensables para una réplica documentada a los reclamos de los exportadores alemanes y ecuatorianos; así, las dos partes: Ecuador y Alemania, carecían de información suficiente sobre sus respectivos intercambios.

3 – Perspectivas de exportación: Las conversaciones de Bremen y Hamburgo

En marzo de 1951 el Cónsul escribe al Ministro para informarle de las conversaciones con el Jefe de una de las grandes casas importadoras de frutas de Bremen, el Señor Meiser. Al comerciante le interesa hacer conocer el rumbo de las importaciones de la fruta ecuatoriana y al Cónsul, informarse de la opinión de los importadores, especialmente de banano; de estas conversaciones conoce que: “*El Ministerio de Economía Federal ya habría comenzado la publicación de licitaciones (...) con adjudicación de cantidades paralelas en divisas, para la importación de ciertas mercancías*”²⁷. Lo que significaba que había acuerdos comerciales previos sobre los requerimientos de insumos y las asignaciones económicas.

Además, el Señor Meiser, indica que el banano tendrá dificultades para su compra porque: 1) el sector agrícola alemán mira con desagrado la importación a gran escala de frutas extranjeras porque “*el monto de divisas consagradas a naranjas, plátanos, piñas, podría ser dedicado a subsidios para cultivadores de frutas nacionales (...) y, se priorizará la compra de “cereza, frambuesa, fresa, grosella, avellana, nuez*”²⁸ aprovisionados por Europa, Estados Unidos, Medio-Oriente y África del Norte. 2) Las frutas tropicales son productos de lujo y se deben cortar las importaciones, y, 3) Que el Ministerio de Economía Federal señala que las frutas venidas del sur deben ser gravadas con tasas especiales, por ser consumos suntuarios.

Lo expuesto, no son perspectivas halagüeñas para las exportaciones ecuatorianas. Entre los artículos de lujo, estarían: “*los bananos, el chocolate en todas sus formas*”²⁹. Ante la

²⁵ Ibídem. p.2

²⁶ Bremen 6 de marzo de 1951, p.3

²⁷ Consulado General del Ecuador, Correspondencia oficial, Bremen, 25 de marzo de 1951, p.1

²⁸ Bremen, 25 de marzo de 195, p.1

²⁹ Ibídem. p.1

proximidad de un impuesto del 25% al gravamen ya existente, los importadores alemanes tienen incertidumbre, por lo que el Cónsul dice: “*se vuelve imposible (...) la venta de la fruta en el mercado alemán*”³⁰. Señala, sin embargo, que el banano es apoyado para el consumo infantil y mucha gente de clase media “*De su escaso salario separan el marco que cuesta la libra de plátanos. (...) si es gravado el consumo con un 50% el cliente pobre deberá abstenerse.*”³¹ Sobre las tasas *de lujo* para el consumo del banano, comenta el Cónsul que se crearía “*una discriminación en contra de uno de los renglones de nuestra exportación a Alemania y trabaría el cumplimiento normal de esa parte del Acuerdo.*”³²

Los importadores, además, proponen al Cónsul, introducir algunas modificaciones al Acuerdo comercial, esto es, evitar especificidades, así, “*darían a su negocio una cierta probabilidad de ejercitarse, sin temor excesivo de medidas ulteriores del gobierno alemán*”³³. El Cónsul, a pesar de las restricciones, les ha propuesto la venta de naranjas, a lo que éstos mostraron disposición a hacer un pedidos de ensayo “*si sus esfuerzos son facilitados en aspecto transporte*”³⁴, por lo que sugiere consultar al Ministerio de Economía sobre adaptar alguno de los barcos de la *Flota Grancolobiana*³⁵; también, sugiere, revisar posibilidades para exportar desde Ecuador jugo de naranja, porque: “*los importadores de frutas harían los esfuerzos necesarios para la instalación (...) de una o varias plantas de extracción*”³⁶. Señala que la implementación de una industria extractora y envasadora podría ser un negocio económicamente beneficioso para las partes y atraería la inversión de capitales externos. También los importadores estarían dispuestos a hacer un ensayo para la compra de piña y lima, dependiendo de los exámenes sobre “*la calidad, estado, madurez, procedencia, etc.*”³⁷. Sugieren, además, los importadores, que en el Convenio Comercial se coloque solamente importación de “*frutas tropicales*”, sin especificar el tipo “*a fin de poder cambiar de producto importado dentro de los márgenes fijados*”³⁸

³⁰ Ibidem. p.2

³¹ Ibidem. p.2

³² Ibidem. p.3

³³ Bremen, 25 de marzo de 1951, p.3

³⁴ Ibidem. p.3

³⁵ En febrero de 1946 se celebró, en Bogotá, la Primera Conferencia Naviera Grancolombiana para la creación de una empresa de marina mercante con participación de Colombia, Venezuela y Ecuador. En abril, la Segunda Conferencia decidió la creación de la Flota y la participación: 45% Colombia, 45% Venezuela y 10% Ecuador. Para 1953, contaba con 12 barcos propios, instalaciones técnicas en Estados Unidos, en los tres países socios y en varias naciones de Centroamérica. Se creó una filial en Nueva York, tenía además dos muelles alquilados en Brooklyn.

<http://pensionadosdelaflotamercante.blogspot.com/2008/02/historia-de-la-flota-mercante.html> (12-11-2017)

³⁶ Ibidem. p.3

³⁷ Bremen, 25 de marzo de 1951, p.2

³⁸ Ibidem. p.3

El Cónsul Chaves, ante estas propuestas, hace algunas observaciones, entre otras, que dada la vigencia del Acuerdo, el gobierno alemán debería liberar periódicamente las cantidades de divisas necesarias para su compra “*con derecho de ser vendidas por Ecuador (...) como el cacao.*”³⁹ Por otro lado, El Cónsul es advertido por los comerciantes que, el mecanismo de licitaciones en Bremen es menor y limitado porque, hay un “*monopolio de potentes grupos de Hamburgo, Francfort y Munich, que (...) conocen por adelantado las decisiones que los otros comerciantes solo llegan a conocer por la hoja oficial cuando ya todo está en marcha*”⁴⁰

Por la obtención de estos valiosos datos, Fernando Chaves, viaja a Hamburgo para conversar con los importadores de cacao y café y también con los dirigentes de la *Sociedad Ibero-americana* que centraliza la información comercial con los países Latinoamericanos y la transfiere al Ministerio de Economía. Las conversaciones con los representantes de la *Sociedad Ibero-americana*, giran en torno al Convenio de Comercio, y dice: “*pues no habiendo sido denunciado por ninguna de las partes, se desprende (...) la validez del Acuerdo en 1951*”⁴¹. Sobre una revisión del Convenio, los exportadores de Hamburgo, sugieren aumentar los renglones de productos alemanes para ser comprados por Ecuador, porque señalan “*que las autoridades ecuatorianas (...) no ponen obstáculos a las compras en Alemania*”⁴² Consideran, que no es urgente una reforma, y, que prolongándolo a 1951, les ofrece cifras suficientemente altas que se evidencian “*por la cantidad de dólares que en permisos han concedido*”⁴³ las autoridades ecuatorianas.

Explica al Ministro que, varias veces, indicó a los exportadores que: “*el comercio exportador alemán hacia el Ecuador depende, en cuanto al volumen, de lo que sea el comercio importador alemán (...). Ambas corrientes (...) debieran poseer un desarrollo o una restricción simultáneas.*”⁴⁴ Esto es, sostiene el principio de igualdad de las partes contratantes, sin imponerse una, a pesar de que las condiciones de compra del Ecuador sean favorables a la consecución de productos alemanes. También, les ha indicado que él no tiene potestad para establecer reformas al texto del Acuerdo, empero, es el portavoz para las negociaciones comerciales entre Ecuador y Alemania, y explica al Ministro que se fundamentó en la nota *Nº4-DCC.2 de 19-02-1951* que señala la voluntad favorable del Ministerio de Relaciones del

³⁹ Ibidem. p.3

⁴⁰ Ibidem. p.3

⁴¹ Bremen, 18 de Abril de 1951, p. 1

⁴² Ibidem. p.2

⁴³ Ibidem. p.2

⁴⁴ Ibidem. p.2

Ecuador para examinar la conveniencia o inconveniencia de un cambio/s al texto del Acuerdo vigente, conforme el Ministerio lo considere necesario⁴⁵. Expone, además que, en el ejercicio comercial de 1950⁴⁶, la balanza comercial es ligeramente favorable al Ecuador. Lamenta no disponer de datos de 1949 y tampoco los más recientes.

Informa también, que el Secretario de la *Sociedad Ibero-americana* encuentra que las estimaciones del Acuerdo han sido acertadas, dice: “*Sobre un volumen global de 5 y medio millones de dólares, supuestos como dimensión máxima del comercio en cada sentido, se ha llegado a la cifra total de tres millones en cada sentido, lo cual puede considerarse satisfactorio*”.⁴⁷ Sin embargo, señala que los importadores no se hallan satisfechos. A continuación expone las percepciones del Secretario de la *Sociedad Ibero-americana*, sus palabras son: *Creen (...) que algunos productos sufren de la limitación de cifras límites establecidas en el Acuerdo, cifras que pueden ser sobrepasadas fácilmente, cargando la diferencia a los renglones que no han sido utilizados.*”⁴⁸ Por un lado, están de acuerdo en la vigencia del Convenio pero, las propuestas sugieren mayores beneficios para ellos.

El principio de reciprocidad del Acuerdo Comercial entre Ecuador y Alemania ha sido expuesto y defendido por el Cónsul a pesar de que los negociantes pretenden comprar menos y vender más. Reflexiona, luego de las conversaciones, que el volumen total del comercio en uno u otro sentido, debe poseer referentes que permitan desenvolverse y que, si las cifras globales alcanzaran seis y medio millones de dólares en cada sentido, no serían excesivas si ellas constaran en un Acuerdo nuevo que establezca fórmulas contractuales de “generalidades” y no de especificidades, que permita a los comerciantes, sin violar los Acuerdos, jugar con las opciones de importación de insumos.

Recuerda al Ministro que los monopolios comerciales de Hamburgo, Francfort y Múnich, están ligados a los círculos gubernamentales, de allí, la importancia de vincularse más con esas grandes localidades que tienen mayores flujos de comercio y noticias más cercanas a las disposiciones del Ministerio de Economía alemán. Así mismo, sugiere mantener la vinculación con importadores más pequeños, como los de Bremen, puesto que ellos proporcionan información práctica sobre el mercado de masas, sus preferencias y la posibilidad

⁴⁵ Consulado General del Ecuador, Reservada, 3/RMC/51, Fernando Chávez al Ministro de Relaciones Exteriores, Bremen, 18 de abril de 1951 al Dr. Neptalí Ponce, Ministro de Relaciones Exteriores., p.1

⁴⁶ Las ventas del Ecuador a Alemania es de 2.818 millones de dólares. Compras del Ecuador a Alemania 2.763 millones de dólares 3-RMC/51, Bremen, 18 de Abril de 1951, p.1

⁴⁷ Ibidem. p.2

⁴⁸ Ibidem. p.2

de establecer industrias alemanas o mixtas y vislumbran nuevas opciones de negocio para Ecuador y Alemania.

Señala, Chaves, que los importadores de Hamburgo, “*preferien el cacao nuestro al de otras procedencias*”⁴⁹, afirman, que si el Ministerio de Economía les permite, ampliarán sus pedidos y, si no fuera posible, flexibilizar el Convenio “*para utilizar en cacao un renglón que no ha sido utilizado*”⁵⁰. Insiste en lo provechoso de las vinculaciones diplomáticas para fortalecer los intercambios bilaterales mediante el cacao, dice: “*el mantenimiento de un mercado en Alemania es conveniente.*”⁵¹ Señala que, los productores y exportadores nacionales tendrían garantizado un mercado con alta demanda, que prefiere el cacao ecuatoriano por su calidad, sabor y aroma, por lo que sugiere al Ministro que se amplíen las áreas cultivadas para “*...satisfacer una demanda segura y liberal*”⁵² beneficiosa para el país. Indica que las condiciones propicias logradas por sus negociaciones sean gestionadas por las autoridades ecuatorianas, pues él es, solamente, un informante intermediario del panorama comercial en Alemania. Este aspecto del comercio bilateral, queda en suspenso para el Cónsul Chaves, hasta obtener las debidas instrucciones desde el gobierno del Ecuador.

4 – Importación de Maquinaria alemana para Ecuador

Es preciso recordar que Ecuador en la década de 1950 estaba sintonizado con la propuesta de la CEPAL sobre la sustitución de importaciones y, por lo tanto, desarrollar la industria nacional era su aspiración, por ello, el Cónsul señala que: “*Todo lo que sea maquinaria y equipo industrial debe gozar de protección fiscal para la entrada al país*”⁵³. Cabe señalar que este proceso inicia en los años 1940 cuando América Latina buscaba la reintegración a la economía mundial. Durante la segunda guerra, Latinoamérica fue la proveedora de Estados Unidos y lo apoyó activamente para la fundación de la ONU, por lo que consideraba seguro el acceso de sus materias primas, y, la expansión manufacturera principalmente de textiles, proveería los mercados internos, pero en 1947, luego de la Conferencia de la Habana, Estados Unidos impuso barreras proteccionistas⁵⁴. El autor Valpy FitzGerald señala que son tres las

⁴⁹ Bremen, 18 de abril de 1951, p.3

⁵⁰ *Ibidem.* p.3

⁵¹ *Ibidem.* p.4

⁵² *Ibidem.* p.4

⁵³ Bremen, 25 de marzo de 1951, p.3

⁵⁴ Valpy, FitzGerald d, E. V. K " ECLAC and the formation of Latin American economic doctrine", *Latin America in the 1940s war and postwar transitions*, D. Rock (ed.). Los Angeles, California, California University Press, 1994. Cfr. Valpy FitzGerald, *St. Antony's College, Oxford*, “La CEPAL y la teoría de la industrialización” Disponible en: <https://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/19229/valpy.htm> (25-09-2018)

principales justificaciones para la industrialización sustitutiva planteadas en la primera formulación de la CEPAL, a fines del decenio de 1940 y durante el de 1950, éstas fueron:

Primero, la restricción externa al crecimiento se atribuía a la caída de la relación de precios del intercambio para los productos primarios y a las barreras de acceso al mercado para las manufacturas, que necesitaban una fuente interna de crecimiento. Segundo, se advirtió la necesidad social de aumentar rápidamente el empleo para absorber la fuerza de trabajo creciente y ofrecer mejores oportunidades a la fuerza de trabajo subempleada de la agricultura campesina, que los sectores primarios de exportación no podían lograr. Tercero, la industrialización bajo la dirección del Estado fue vista como la única forma de generar rápidamente progreso tecnológico, porque los beneficios de un aumento de la productividad en el sector primario de exportación serían percibidos por los importadores y no por los exportadores.⁵⁵

Luego de la visita a Hamburgo, el Cónsul Chaves, reitera al Ministro en la necesidad de compras para la industria ecuatoriana, porque Alemania está dispuesta a vender, dice: *“deberían ser propiciadas durante todo el tiempo de que sea posible disponer del mercado alemán abierto a las solicitudes de nuestra incipiente vida industrial y técnica”*⁵⁶. Manifiesta que Ecuador debería solicitar un envío masivo de implementos industriales que podrían ser pagados con exportaciones de insumos; empero, reflexiona que no puede dejarse a la sola iniciativa privada porque *“incita a la irregularidad”* y si lo hace solamente el Estado, *“sus resultados se pierden entre papeles y trámites”*⁵⁷. Propone que debe hacerse mediante empresas mixtas.

Ecuador, como otros países Latinoamericanos, busca oportunidades para la compra de maquinarias usadas a precios menores, por lo que, el Cónsul dice: *“Hay todavía sectores de la industria que venden máquinas en condiciones aceptables, sin plazos enormes de entrega”*⁵⁸; sugiere facilitar esas compras mediante el sistema de consignación, pues, debido a la crisis de las fábricas alemanas necesitaban vender y la inicial industria ecuatoriana necesita comprar, señala que hay carencia generalizada de circulante divisa. Reitera, Chávez, la urgencia de la tecnificación para alcanzar mejores niveles de productos. También señala que Estados Unidos tiene una posición muy restrictiva de proveer insumos industriales y maquinas a los países menos desarrollados, dice:

Los yanquis persistirán en su gigantesco error de no colaborar de modo efectivo y sistemático en la industrialización de nuestros países y, el equipamiento nuestro, puede hacerse lentamente y por obra de nuestros propios esfuerzos por cualquiera que se ofrezca a hacerlo. La situación actual del mundo no servirá de lección a Yanquilandia, y sus hombres de estado continuarán pidiendo hipócritamente colaboración y apoyo, (que en último término solo significa despojo económico infringido a nuestras vacilantes nacionalidades para provecho de sus grandes grupos monopolistas) de países a los cuales

⁵⁵ Valpy FitzGerald, *St. Antony's College, Oxford*, “La CEPAL y la teoría de la industrialización”, cit. p.1.

⁵⁶ *Ibidem* Bremen, 18 de abril de 1951, p.3

⁵⁷ *Ibidem*. p.3

⁵⁸ Bremen, 25 de marzo de 1951, p.3

no han facilitado en tiempo oportuno ni caminos, ni fuentes de energía, ni puertos, ni industrias prósperas, ni marina mercante, ni entendimiento profundo de vecinos y próximos⁵⁹

Esta apreciación del diplomático, denota a Estados Unidos prevalido de su poder. Expone como ejemplo contradictorio, Ecuador, productor de caucho, carente de industria, en contraste, Portugal carente de caucho, está apoyado por Estados Unidos y tiene una industria cauchera con refuerzo técnico y capitales “yanquis”.⁶⁰ Así mismo, que Ecuador tiene carencia de gasolina y la produce, de gas butano y propano a pesar de tener fuentes, dice: *“parece razonable que se aproveche de toda coyuntura para empujar el desarrollo intermitente y lento del país, recogiendo maquinaria y técnica en donde se pueda”*⁶¹. Explica al Ministro la necesidad de modernizarse y hacer ver que Ecuador, tiene cierta estabilidad económica para algunos gastos, *“en la creación de industrias, en el mejoramiento y renovación de las ya existentes. Esta tarea (...) requiere intervención del Estado para poder ser llevada a buen término”*.⁶² Ecuador, aspiraba a insertarse en la propuesta Latinoamericana de la sustitución de importaciones.

5 – Una industria alemana en Ecuador

Fernando Chávez advierte al Ministro, Neptalí Ponce, sobre las diferencias de valores entre las facturas consulares y las facturas comerciales de la casa alemana FERROSTAAL de Essen, que tiene como su agente comercial a FERRUM, S.A. en Guayaquil, para que alerte al Banco Central sobre las diferencias en cantidades de divisas que se reembolsan por gastos de transporte, además, denuncia la inclusión del pago de los derechos consulares en sus facturas, dice: *“esos derechos son pagados por el importador en la Aduana (...) Hube de dirigir una enérgica carta a esta compañía para cortar esta viciosa práctica”*⁶³ Debido a estas gestiones la situación fue resuelta, sin embargo, señala que la empresa busca obtener divisas por otros medios y pide: *“(…) que se haga una rigurosa investigación (...) para obligar a proceder con seriedad a quienes no lo hacen”*⁶⁴. Presenta un cuadro donde se muestran las diferencias de los precios CIF y FOB de las exportaciones de hierro sumados los valores de flete y seguro, dice:

⁵⁹ Bremen, 18 de abril de 1951, p.3

⁶⁰ *Ibidem*. p.3

⁶¹ *Ibidem*. p.3

⁶² *Ibidem*. p.3

⁶³ Consulado del Ecuador, Reservada, H/RMC/51 /OMR/: Fernando Chávez a Neptalí Ponce, Bremen 18 de abril de 1951: Se pide control de diferencias en cantidades de divisas concedidas para gastos de transporte, reembolsables por el B.C.E -Banco Central del Ecuador-, p.1

⁶⁴ Bremen, 18 de abril de 1951, (divisas), p. 1

“difieren de los valores CIF de las facturas comerciales respectivas. (...) deben buscarse las razones de esas declaraciones falsas en las facturas consulares y comerciales⁶⁵. Sugiere cotejar los dos tipos de facturas, además señala que:

(...) el procedimiento es incorrecto porque utiliza documentos trucados que obtienen la legalización oficial con el fin de obtener ganancias excesivas. Si la habilidad tiende a conseguir reembolsos del Banco Central del Ecuador por cifras mayores a las reales, cuando las mercancías sean vendidas, ello revela falta de escrúpulos y parece susceptible de sanción⁶⁶.

Para comprobar sus afirmaciones inserta como Anexo los embarques enviados en el vapor ANNA BAKKE el 12 de abril de 1951. El Cónsul explica que no ha reclamado directamente porque en Alemania no existe una sanción sobre tal asunto, además, las agencias de navegación embarcan y despachan antes de presentar los documentos, y, porque los insumos enviados a Ecuador son necesarios para el desarrollo del país, además, en su calidad de diplomático, “no puede juzgar las prácticas de FERROSTAAL, firma alemana. A lo más (...) rechazar sus papeles”⁶⁷. A la par, solicita se investigue en Ecuador a FERRUM, “antes de obtener los giros para reembolso de sus mercancías recibidas en consignación.” Juzga que debería sancionarse si se comprueba falsedad en las declaraciones por “la obtención de cantidades mayores que las debidas como reembolso”⁶⁸. Expone, también, que FERRUM es una empresa filial extranjera de la casa comercial FERROSTAAL que busca su conveniencia económica y la de su país, se expresa así:

En otros países ninguna sociedad de comercio conectada con intereses extranjeros puede trabajar si en su capital y personal no está representado el elemento nacional por lo menos en un 55%. Así las tendencias al monopolio y los provechos excesivos son compensados siquiera, en parte, por las ganancias efectuadas por los capitales nacionales y por el trabajo de empleados nacionales.⁶⁹

Sugiere la formación de sociedades con capital mixto y evitar trabas a los nacionales como el idioma y las prácticas comerciales. Observa que el comercio ecuatoriano está en manos de importadores extranjeros, dice: “se vuelve dolorosa la comprobación muy repetida de que probablemente el 90% de las firmas importadoras ostentan apellidos extranjeros.”⁷⁰ A un mes de distancia de la carta anterior, el Cónsul Chaves, señala que ha hablado con el representante expedidor que trabaja con FERROSTAAL para indicarle que no serán legalizados los papeles de esa casa comercial por su consulado, si no cumplen con las condiciones comerciales

⁶⁵ Ibídem. p.1

⁶⁶ Bremen, 18 de abril de 1951, (divisas), p. 2

⁶⁷ Ibídem. p.2

⁶⁸ Ibídem. p.2

⁶⁹ Bremen, 18 de abril de 1951, (divisas), pp. 2-3

⁷⁰ Bremen, 18 de abril de 1951, (divisas), p. 3

establecidas por el Ecuador como: 1) Facturas originales firmadas y selladas por los productores de la mercancía, para la comprobación de los gastos de seguro 2) Presentación de las pólizas o la liquidación mensual de la compañía de seguros, para la comprobación de gastos bancarios o comisiones, 3) Presentación de planilla firmada y sellada por otras compañías y no por FERROSTAAL y añade: “ *las autoridades ecuatorianas están obligadas a reprimir con toda energía estos abusos.*”⁷¹ Señala que:

Para escamoteo de las facturas originales (...) alegan su deseo de defenderse de la competencia, pero no reparan en que sus maniobras les facilitan el realizar una competencia desleal por decir lo menos. Además, por medio de esas maniobras llegan a efectuar casi un monopolio de los artículos de hierro y de las máquinas alemanas que se venden en el Ecuador. Y las ganancias son totalmente realizadas por extranjeros (...) a fin de exportar oportunamente sus capitales⁷².

Explica al Ministro que esta compañía evita su control remitiendo las mercancías a Hamburgo, Amsterdam o Amberes porque él no tiene competencia en Bélgica. Solicita al Ministerio emitir una circular cablegráfica “ordenando que se rechacen los embarques de FERROSTAAL (...) a fin de no permitir que estas gentes burlen las decisiones de los funcionarios y de los textos de las leyes y reglamentos ecuatorianos.”⁷³ Pide, respaldo a sus resoluciones.

En junio de 1951, escribe que su carta e informe de mayo “ha sufrido un inexplicable retardo”⁷⁴, dice: *¿cómo una nota puesta al correo el día 12 de mayo no haya llegado a Quito el 1 de junio?*⁷⁵ Nuevamente, envió informe detallado de las medidas administrativas tomadas en Bremen, sobre los envíos de hierro de FERROSTAAL a Guayaquil y, remite también otra copia de las notas dirigidas a los consulados ecuatorianos de Amsterdam, Amberes y Hamburgo solicitando apoyo. Señala la posición de la compañía en estos términos:

(...) el argumento de FERROSTAAL es que ellos solamente obedecen instrucciones de FERRUM, S.A. y no cambiarán de procedimiento mientras FERRUM no les indique. He respondido que su conducta debía ceñirse a las leyes y reglamentos ecuatorianos y no a las instrucciones de una sociedad privada (...) y continúa indicando: Se me ha dado a entender que había personajes influyentes que apoyarían esa posición de Ferrum. A esto he respondido que estas cosas me tenían sin cuidado y que en el cumplimiento de mi deber no pueden desviarme las intimidaciones ni las amenazas.⁷⁶

⁷¹ Consulado del Ecuador, Reservada, 5/RMC/51, Cónsul Fernando Chaves a Dr. Neptalí Ponce, Ministro de Relaciones Exteriores: Medidas tomadas para obtener declaraciones de valores exactos en facturas consulares y comerciales, Bremen, 12 de mayo de 1951, p.1

⁷² Ibidem. pp.1-2

⁷³ Ibidem. p-2

⁷⁴ Consulado del Ecuador, Reservada, 7/RMC/51, Cónsul Fernando Chaves a Dr. Neptalí Ponce, Ministro de Relaciones Exteriores: Respuesta a un cablegrama, Bremen, 2 de junio de 1951, p.1

⁷⁵ Ibidem., p.4

⁷⁶ Ibidem. pp. 3-4

Conclusiones

1. El Cónsul Fernando Chávez vela por el cabal desenvolvimiento del Acuerdo Comercial: Ecuador-Alemania. Procura que las partes obtengan sus correspondientes pagos.
2. Los bancos oficiales Bank Deutscher Länder y Banco Central del Ecuador, ambos, tardan en pagar y, afecta, por igual, a los exportadores ecuatorianos y a las casas comerciales alemanas. Sugiere trabajar con bancos comerciales.
3. Las oficinas gubernamentales y comerciales de Ecuador y Alemania, carecen de información estadística suficiente y actualizada sobre las compras y ventas mutuas.
4. El Convenio Comercial satisface a los exportadores alemanes porque Ecuador no obstaculiza las compras de herramientas y maquinaria; empero, Ecuador se beneficiaría más al modificar a términos generales como: *frutas tropicales*, a la par, el Cónsul defiende el principio de reciprocidad en los volúmenes de importación y exportación.
5. La casa comercial FERROSTAAL y la subsidiaria en Guayaquil, FERRUM, cobra al Banco Central reembolsos excedentes en divisas, burlan las leyes y los reglamentos del país, con ello, Chaves defiende la soberanía nacional sobre las compañías privadas extranjeras en Ecuador.
6. Advierte indicios de una red de corrupción privada y pública, nacional e internacional interesada en el negocio del hierro.

Referencias

- DUTOIR, Thierry, *La ciudad medieval. Orígenes y triunfo de la Europa urbana*, Paidós, Buenos Aires, 2005
- HEINZ ROTH, Karl y EBBINGHAUS, Angelika, *El «otro» movimiento obrero y la represión capitalista en Alemania (1880-1973)*, traductor, Imanol Miramón Monasterio, Ed. Traficantes de Sueños, Madrid, 2011, pp. 269-270
Disponible en: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/El%20otro%20movimiento%20obrero-TdS.pdf> (24-09-2018)
- FITZGERALD, d. E. V. K., "ECLAC and the formation of Latin American economic doctrine", *Latin America in the 1940s war and postwar transitions*, D. Rock (ed.). Los Angeles, California, California University Press, 1994. Cfr. FitzGerald, Valpy, St. Antony's College, Oxford, "La CEPAL y la teoría de la industrialización".
Disponible en: <https://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/19229/valpy.htm> (25-09-2018)
- OTERO CARVAJAL, Luis Enrique et. al. *Historia del Mundo Contemporáneo*, Ediciones SM, España, s/a.

Webgrafía

- El Muro de Berlín, un asunto del presente. Deutsche Welle 09.11.2006. Disponible en: www.dw.com/es/el-muro-de-berlín-un-asunto-del-presente/a-2233106. (14-12-2017)
- Historia de la Flota Mercante Grancolombiana. Disponible en: <http://pensionadosdelaflotamercante.blogspot.com/2008/02/historia-de-la-flota-mercante.html> (12-11-2017)
- Kominform. Disponible en: <http://www.historiasiglo20.org/GLOS/kominform.htm> (24-03-2018)

Documentos

Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana.- Repositorio documental, Quito.

Consulado General, Reservada, N°68/OMC/50, Bremen 27 de agosto de 1950. Tema: autorización para evacuar esta ciudad, 4pp. (varios aspectos)

Bremer Bank a consulado General, Bremen, 06 de Marzo de 1951 (texto en alemán y traducción al castellano) 2 pp.

1-RNC-51, Correspondencia Oficial, de Cónsul Fernando Chaves, a Ministro de Relaciones Exteriores, Bremen, 06 de Marzo de 1951, 2pp.

2-RNC-51, Correspondencia Oficial, de Cónsul Fernando Chaves, a Ministro de Relaciones Exteriores, Bremen, 25 de Marzo de 1951 (Reuniones de importadores de frutas) 3pp.

3/RMC/51 Consulado General del Ecuador, Reservada, de Fernando Chávez, Cónsul General, al Dr. Neptalí Ponce, Ministro de Relaciones Exteriores, Bremen, 18 de abril de 1951, 4pp.

H/RMC/51 /OMR/ Consulado del Ecuador, Reservada: Fernando Chávez a Neptalí Ponce, Bremen 18 de abril de 1951: Se pide control de diferencias en cantidades de divisas concedidas para gastos de transporte, reembolsables por el B.C.E./ 4pp.

5/RMC/51, Consulado del Ecuador, Reservada, Cónsul Fernando Chaves a Dr. Neptalí Ponce, Ministro de Relaciones Exteriores: Medidas tomadas para obtener declaraciones de valores exactos en facturas consulares y comerciales, Bremen, 12 de mayo de 1951, 2pp.

7/RMC/51, Consulado del Ecuador, Reservada, Cónsul Fernando Chaves a Dr. Neptalí Ponce, Ministro de Relaciones Exteriores: Respuesta a un cablegrama, Bremen, 2 de junio de 1951, 4pp.

Classificação das transferências de valor nos países dependentes: análise de dados macroeconômicos de Brasil e Argentina (2000-2015)¹

Lilian Prado Pereira
Universidade de São Paulo, Brasil
lilian.pereira@usp.br

Júlio Manuel Pires
Universidade de São Paulo, Brasil
jmpires@usp.br

Resumo

Para analisar a inserção dos países latino-americanos no mercado mundial, partimos dos pressupostos de que (1) a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é uma característica estrutural da situação de dependência a que estes estão submetidos e que (2) a condição de dependência dos países periféricos se adaptou às novas conformações econômicas do mercado mundial e, como consequência, novas formas de transferência de valor surgiram. Buscamos classificar e analisar a transferência de valores de dois países latino-americanos, Brasil e Argentina, para os países centrais utilizando indicadores macroeconômicos que demonstram sua ocorrência por meio de três agentes: (a) o mercado, (b) o governo e (c) capitalistas privados. Chegamos à conclusão de que, apesar de serem países de renda mais elevada (renda média superior, conforme classificação do *World Development Investment Bank*), Brasil e Argentina se comportam como países de renda menor (renda média inferior e até renda baixa) no que se refere aos indicadores de transferência de valor, o que demonstra que, como países dependentes, são mais vulneráveis e transferem mais valor para os países centrais do que outros países na mesma faixa de renda.

Palavras-chave: Dependência; Transferência de valor; América Latina; Brasil; Argentina.

Introdução

A transferência de valores dos países dependentes para os países centrais é o fator estrutural do sistema capitalista que faz com que o excedente de capital produzido nos países periféricos não possa ser neles realizado, tornando-os permanentemente dependentes de recursos externos para manter seu desenvolvimento econômico e, se no período colonial estes valores eram simplesmente coletados pelas metrópoles de forma direta, pelo uso da violência, após o processo de independência os envios de recursos para fora passaram a ocorrer em outras formas menos óbvias.

O lucro extraordinário obtido pelos países desenvolvidos em suas relações comerciais com a América Latina só é possível porque, uma vez que estes conseguem uma maior produtividade, seus produtos apresentam preços inferiores aos produtos produzidos pelos países latino-americanos. Como seus produtos são vendidos pelo preço de mercado (preço médio) eles

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

conseguem um lucro extraordinário e, portanto, recebem não só valor que produziram, mas também parte do valor produzido nos países periféricos.

Uma dessas formas é a troca desigual é um mecanismo de extração de valor dos países menos desenvolvidos apontada pela primeira vez por Raúl Prebisch (2000), que, analisando os dados de comércio da América Latina, percebeu que com o passar do tempo a relação entre os preços primários e finais não permanecia a mesma, mas se tornava cada vez mais desvantajosa para os países subdesenvolvidos. Para Marini (2011), o fato de algumas nações produzirem produtos manufaturados que não podem ser produzidos com a mesma facilidade por outras nações menos desenvolvidas permite que elas troquem seus produtos por valores maiores que os valores equivalentes, ainda que menores que a média social. Este mecanismo também permite a estes países se apossarem de parte do valor produzido na periferia do sistema e, diante disso, entendemos que países cujo comércio com o exterior é formado pela exportação de bens que envolvem o uso de tecnologia menos avançada em sua produção ficam em desvantagem no que se refere aos termos de troca.

As transferências de valor dos países dependentes para os países dominantes podem acontecer também por meio do pagamento de juros de empréstimos tomados pelos seus governos para cobrir os déficits da balança comercial – com o lançamento de títulos da dívida no mercado pagando juros muito altos por conta da baixa credibilidade e altos riscos (AMARAL, 2008) – ou por residentes para ampliação e estabelecimento de novos negócios, do repatriamento dos lucros obtidos com Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) que foram utilizados para compra de empresas nacionais e estabelecimento de novas empresas no país que permanecem como propriedade de não residentes; do pagamento de royalties para utilização de tecnologias estrangeiras, uma vez que o desenvolvimento tecnológico nos países dependentes é insuficiente para alcançar a produtividade dos países desenvolvidos e que, para estabelecerem negócios competitivos, os residentes têm que adquirir meios de produção importados.

Enquanto a questão da transferência de valor está bastante clara nas operações do governo com o pagamento de juros sobre empréstimos realizados no exterior, o mesmo não acontece nas operações realizadas por capitalistas individuais nos Investimentos Estrangeiros Diretos. Esses fluxos de capital que adentram os países dependentes são investimentos que seguem a lógica capitalista de reprodução do capital, o que na América Latina significa a lógica de extração de excedentes por meio da transferência de valor. O IED chega a esses países buscando novos mercados e recursos para obter maiores lucros que serão posteriormente repatriados. Nesse sentido, politicamente, o IED atua na manutenção e reprodução da

dependência, uma vez que busca retirar do país receptor mais do que investir. Essa lógica fica clara quando observamos as medidas tomadas pelos países dependentes que pretendem atraí-lo por meio de políticas de abertura econômica que facilitam a entrada e saída de capital. Para Magalhães (2009) a essência do IED é a extração de recursos econômicos e naturais dos países dependentes ou forma sistemática por meio de uma acumulação prévia utilizada como adiantamento para uma acumulação posterior, normalmente maior.

O IED, enquanto fenômeno, formação material, é a manifestação visível de uma transferência de capital que parte dos países centrais e da qual apenas uma pequena parte se dirige aos países dependentes. Mas a atividade deste fenômeno, desta formação material, dá-se com o encobrimento da essência por parte da aparência: transfere-se um capital que fora previamente acumulado, e o utiliza para uma acumulação ulterior, a qual é então enviada aos países centrais, estes manipuladores principais, mas não imediatos, do processo de drenagem de recursos, sob a forma de remessas de lucros².

Neste trabalho buscamos analisar as diversas formas pelas quais a transferência de valor ocorre, dos países dependentes em direção aos países centrais, e com esses dados apreender a situação de dependência dos países objeto deste estudo (Brasil e Argentina) comparando-os com outros países de mesma faixa de renda (per capita) em diferentes regiões.

Para isso dividimos as transferências de valor em três tipos (ou categorias): a) por meio do comércio internacional; b) por meio de ações governamentais; c) por meio de transferências diretas de capital. São três categorias, por nós elaboradas, que dividem as transferências de valor de acordo com o ator/instituição que a torna possível (mercado, governo e capitalistas individuais) e que especificamos a seguir.

Uma nova proposta de classificação

Para Marini (2011), a transferência de valores dos países dependentes para os centrais é a responsável pela superexploração da força de trabalho naqueles, uma vez que, ao terem seus lucros desviados para fora do país, os capitalistas dos países dependentes tratam de extorquir sua parte da mais-valia usando expedientes para aumentar a parte da jornada não remunerada do trabalhador por meio do aumento da intensidade ou do tempo da jornada de trabalho sem o respectivo aumento da remuneração ou do pagamento abaixo do custo de reprodução da força de trabalho.

² MAGALHÃES, 2009, p. 90.

Em nosso entendimento, a transferência de valor assume papel principal na condição de dependência dos países latino-americanos aqui analisados, uma vez que é devido a ela que eles não conseguem se desenvolver ou, pelo menos, não conseguem se desenvolver plenamente.

Para chegar a uma classificação dos tipos de transferência de valores a que estão submetidos os países dependentes, apoiar-nos-emos nas classificações já realizadas anteriormente nos trabalhos de Edward Soja (1983, 1989), Theotônio dos Santos (2011) e Marisa Amaral (2008).

A classificação de Theotônio dos Santos (2011), que decompõe a situação de dependência em três momentos históricos, completada por Amaral (2008), divide a dependência em duas fases, uma primeira fase em que as transferências de valor são efetivadas principalmente por meio de diferenças nas condições de produção entre os países centrais e periféricos no mercado e uma segunda fase onde os tipos de extração de excedentes estão concentrados na balança de rendas (AMARAL, 2008). Essa classificação nos é muito cara, pois permite analisar a situação de dependência considerando o seu desenvolvimento histórico e não como uma conformação estática onde todas as condições estão dadas.

Enquanto dos Santos e Amaral fizeram uma classificação temporal dos tipos históricos de dependência levando em consideração a forma como os excedentes eram desviados nos países periféricos, Soja fez uma classificação dos tipos de transferência de valor a que estão submetidas as economias dependentes quando adentram o mercado mundial capitalista que se baseia na sua origem.

Baseando-se no trabalho de Hadjimichalis (1979), o autor divide as transferências de valor em duas formas, uma primeira forma originária ou “indireta”, que é intrínseca ao capitalismo e age indiretamente por meio do mercado capitalista competitivo, derivada das transferências de valores de Marx entre firmas e setores e uma segunda forma derivada, ou direta, que surge das relações de poder e controle político.

Na primeira forma, ou nível³, as transferências de valor são decorrentes das diferenças geográficas dos sistemas de produção e processos de trabalho constituindo a espacialização da transferência de valor apontada por Marx entre firmas e setores. Por estar em um nível de abstração superior, considera o autor que não seja possível a medição quantitativa da transferência de valor na forma originária de transferência de valor.

³ Em trabalho posterior de 1989 o autor chama de níveis de transferência.

No segundo nível, mais concreto, a transferência de valor derivada é apontada pelo autor com um conceito guarda-chuva⁴, que abrange uma grande quantidade de formas pelas quais a periferia é dominada pelo centro. Dentre elas

... procedimentos tais como remessa de lucros e preços de transferência dentro de corporações multilocais e multinacionais, políticas de taxaço e transferência de pagamentos públicos, exportação líquida de taxas e royalties sobre receita de “auxílios”, o chamado “*brain drain*” (transferência de cientistas e técnicos competentes) e até mesmo as oportunidades perdidas devido ao pequeno volume de capital periférico em comparação ao das áreas centrais. Está também incluído aqui, a ampliação ou redução da transferência geográfica de valor indireta que provém da fixação de preço e da manipulação das relações de comércio⁵.

Enquanto no primeiro tipo a origem é o mercado e a superioridade tecnológica dos países desenvolvidos, no segundo tipo é a dominação política dos países dependentes pelos países centrais.

Nossa classificação, assim como a de Edward Soja, está fundamentada na origem das transferências de valor, mas como nosso objetivo aqui é elaborar uma classificação que faça sentido na análise da situação atual da dependência, não podemos simplesmente classificar os modos de transferência de valor seguindo a classificação já realizada por esses autores.

A classificação de Soja não seria eficiente, uma vez que na primeira forma está em um nível de abstração muito elevado, o que impede que seja analisado por dados macroeconômicos de forma mais concreta, seguindo nossa proposta de trabalho. A segunda forma apresentada por Soja (1983) está baseada nos efeitos que, não só a transferência de valor, mas também a transferência de mão de obra qualificada e transferências de valor do primeiro nível (indiretas) desde que ocorram devido a intervenções políticas na economia.

O nosso objetivo neste trabalho é atuar em um nível de abstração mais baixo, analisando as formas como os excedentes são extraídos dos países dependentes e enviados para os países centrais no período mais recente. Para isso buscamos classificar as formas de transferência de valores dividindo-as de acordo com o meio por onde esses valores são extraídos.

Cada tipo de transferência que apresentamos acontece por meio de uma instituição diferente: o mercado, o governo e os capitalistas individuais. Nossa classificação coincide com a de Soja (1983) em seu primeiro tipo, uma vez que em ambos o motivo da classificação é a origem da transferência no mercado mundial devido à inferioridade em que nele competem os países dependentes, mas aí cessa a identidade entre elas.

⁴ *Umbrella concept* no original, a tradução é nossa.

⁵ SOJA, 1983, p. 69.

Apesar da coincidência, nossa classificação difere essencialmente da de Soja uma vez que a base da classificação de Soja é a intervenção ou não da política na economia. Se a transferência é causada pelas leis do mercado é considerada direta, se causada pelas intervenções políticas, indireta. Em nossa classificação não consideramos esse aspecto relevante, uma vez que focamos no meio pelo qual ocorreu a transferência e porque, analisando a situação atual da dependência onde as partes são Estados-nação bem definidos e independentes competindo no mercado mundial, não é possível separar quais transferências foram realizadas devido a intervenções políticas e quais não foram, porque todos os Estados-nação interferem no seu mercado interno (por meio de taxas de câmbio, taxas de juros, políticas de fomento da educação e de controle dos trabalhadores, incentivos fiscais, etc.) na tentativa de fazer seus produtos mais competitivos e atrair investimentos estrangeiros.

Entendemos, então, que no estágio atual do capitalismo não faz sentido classificar as transferências de valor pelo critério de Soja, mas consideramos a tarefa de classificação das formas de transferência de valor que vão dos países dependentes para os países centrais uma tarefa relevante para a compreensão dos condicionantes que impedem o desenvolvimento dos países dependentes dentro do capitalismo. Por mais que esses países se tornem cada vez mais urbanos e industrializados, não conseguem converter a mais-valia produzida em investimento interno, devido à impossibilidade de manterem seus excedentes dentro do seu território.

Realizamos, a seguir, uma análise das transferências de valor dos países dependentes para os países centrais classificando-as em três tipos: *a) por meio do comércio internacional; b) por meio de ações governamentais; c) por meio de transferências diretas de capital.*

Analisando indicadores macroeconômicos

O objetivo do trabalho é buscar nos indicadores econômicos evidências de que Brasil e Argentina estão em uma situação de dependência em relação aos países centrais e tem o valor produzido em seus territórios enviado para fora de forma estrutural e constante, o que impede que se desenvolvam.

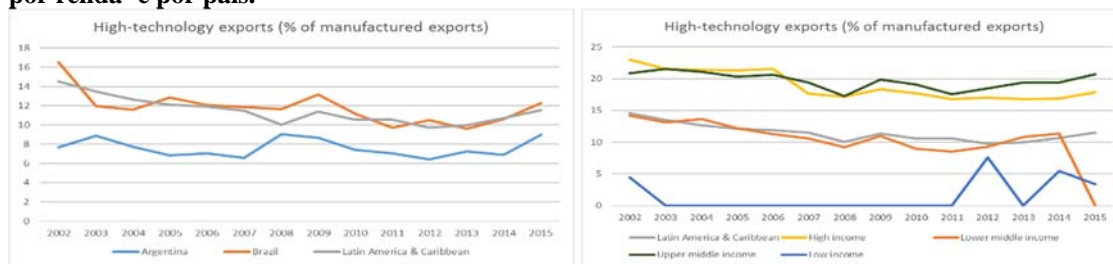
Utilizaremos como indicadores de dependência os índices que apontam a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais em três níveis, divididos de acordo com os atores que a tornam possível, nos moldes da classificação já apresentada.

(A) Por meio do mercado

Uma das formas como se dá a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é quando empresas de diferentes ramos, com diferentes composições orgânicas de capital e diferentes produtividades colocam seus produtos no mercado mundial. Apesar de se tratar de uma situação que envolve análises de alto nível de abstração que não podem ser observadas diretamente, podemos verificar por meio de dados macroeconômicos que a situação dos países dependentes no comércio internacional é de inferioridade.

Como os países centrais possuem tecnologia mais desenvolvida do que os países periféricos suas empresas entram no mercado com vantagens e conseguem absorver parte do valor produzido nas empresas dos países dependentes. Essa situação pode ser observada nos gráficos abaixo.

Gráfico 1 - Exportações de alta tecnologia em porcentagem das exportações de produtos manufaturados, por renda⁶ e por país.



Fonte: World Development Indicators, 2017.

Pelos gráficos podemos observar que nas regiões mais desenvolvidas, com maior renda (renda alta e renda média superior) a porcentagem das exportações de produtos de alta tecnologia ou produtos que demandam muita pesquisa e desenvolvimento (P&D) gravita em torno dos 20%, bem maior do que a porcentagem em países de baixa renda (renda média inferior e baixa renda), que beira os 10%. Podemos observar também que a América Latina e o Caribe seguem a tendência de países com renda mais baixa, onde os produtos de alta tecnologia são parte menor das exportações totais de produtos manufaturados.

Ainda no gráfico 1, podemos observar a posição do Brasil e da Argentina, objetos dessa análise, em comparação com o restante da América Latina e Caribe. A Argentina aparece com uma porcentagem de produtos de alta tecnologia bastante abaixo da do Brasil e da América Latina como um todo. Essa diferença entre os dois países também pode ser observada quando analisamos a distribuição setorial das exportações de ambos os países na Tabela 1 a seguir.

⁶ Categorias de renda per capita (em US\$ corrente): Renda baixa (Low income) \leq 480,00; Renda Média Inferior (Lower middle income) 481,00 – 1.940,00; Renda Média Superior (Upper middle income) 1.941,00 – 6.000,00; Renda Alta (High income) > 6.000,00.

Tabela 1 – Distribuição setorial das exportações por países, 2000-2002 e 2007-2009 (em %)

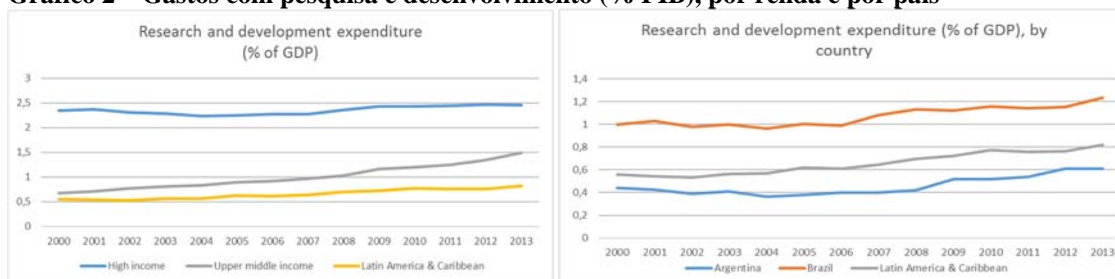
	Matérias-primas	Manufaturas baseadas em recursos naturais	Manufaturas com tecnologia alta, média e baixa	Serviços
América Latina e Caribe				
2000-2002	25	16,2	51,9	6,8
2007-2009	34,1	18,4	41,4	6,4
Argentina				
2000-2002	42,3	21,2	29,4	7
2007-2009	38,2	23,5	30,4	7,9
Brasil				
2000-2002	23,7	21,8	47,1	7,5
2007-2009	33,6	19,8	39,1	7,4

Fonte: CARCANHOLO, 2012, p. 117.

Os dados sobre a quantidade de produtos de alta tecnologia exportados confirmam os apontamentos teóricos sobre a transferência de valor em direção aos países mais desenvolvidos causada pela diferença de produtividade e composição orgânica do capital em favor dos mesmos.

Seguindo ainda a mesma tendência, de analisar o desenvolvimento tecnológico, outro indicador para a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é o valor investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D) (como porcentagem do PIB). Quanto maior o investimento em P&D maiores os avanços conseguidos pelos países na criação de novas tecnologias para aumentar a produtividade de suas empresas e a sua composição orgânica do capital, novamente permitindo que entrem no mercado mundial em condições de superioridade frente aos países de menor renda.

Gráfico 2 – Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% PIB), por renda e por país



Fonte: World Development Indicators, 2017.

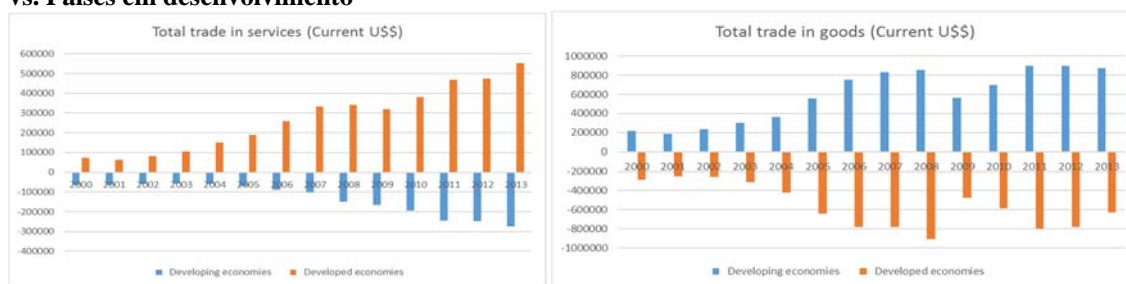
Como podemos observar pelos gráficos acima, apesar da falta de dados para os países de menor renda, há uma clara correlação entre a renda e o investimento em P&D, sendo que países de maior renda investem mais em P&D que países com renda média-alta, e estes mais que países com renda média. Nesse cenário, a América Latina como um todo está abaixo dos

países com renda média. Pelo gráfico 2 podemos observar também a situação de Brasil e Argentina nesse cenário, novamente o Brasil apresenta indicadores que o colocam em condições melhores, enquanto a Argentina aparece abaixo da média do continente. Entretanto, comparado com países de renda alta, os valores brasileiros ainda são baixos.

Com esses indicadores buscamos demonstrar que os países centrais, desenvolvidos (que aqui aparecem como países de renda alta) apresentam vantagens sobre os demais países no que se refere ao desenvolvimento de tecnologia e produtividade de suas empresas o que, de acordo com a tese da transferência de valor que apresentamos se traduz em transferência de valor com desvantagem para os países dependentes.

Outro indicador que pode ser utilizado para demonstrar a transferência de valor dos países dependentes para os centrais por meio do mercado, com base na tese da transferência de valor, é o de comércio total de produtos e serviços (*total trade in products/total trade in services*), que indicam, respectivamente, total de exportações diminuído do total de importações de produtos e total de exportações diminuído do total de importações de serviços.

Gráfico 3 – Comércio total de serviços vs. comércio total de bens (em U\$\$ corrente), países desenvolvidos vs. Países em desenvolvimento



Fonte: UNCTADstat, 2017.

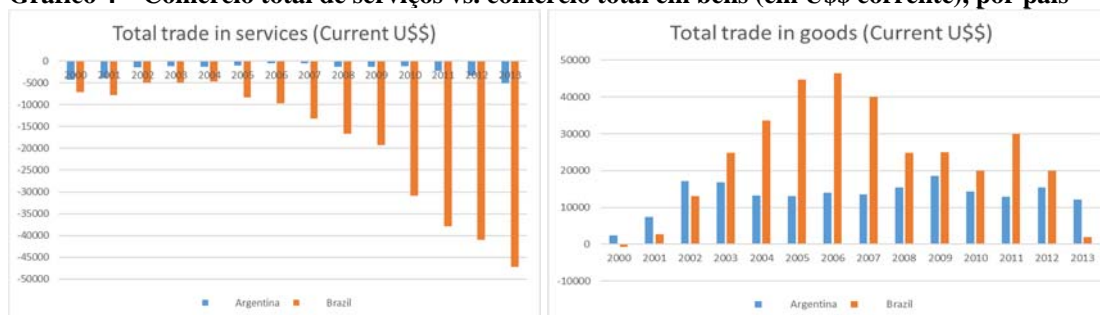
Pelos gráficos acima podemos observar que o comércio total de serviços é positivo nos países desenvolvidos, e negativo nos países em desenvolvimento, e que com o comércio total de produtos acontece o inverso, positivo nos países em desenvolvimento e negativo nos países desenvolvidos. Temos aqui uma situação que indica que os países desenvolvidos se especializaram em oferecer serviços⁷, categoria dentro da qual estão incluídos o desenvolvimento de tecnologia e a intermediação financeira, enquanto os países em desenvolvimento se especializaram na produção de bens.

Diante desse quadro temos que a produção de bens primários e manufaturados, que é onde está empregada maior parte da mão-de-obra fica majoritariamente em países em

⁷ A categoria de serviços, pela classificação da ONU, inclui comércio, reparos, desenvolvimento de tecnologia, transporte, alojamento, alimentação, intermediação financeira, seguros e previdência, aluguéis, administração, educação, saúde, limpeza, cultura e esportes.

desenvolvimento, ficando os países desenvolvidos fora da função de produzir mercadorias, focados na administração do comércio e transporte, distribuição de recursos por meio da arrecadação de capital e concessão de empréstimos e direcionamento de investimentos. No gráfico 4, abaixo, temos a posição de Brasil e Argentina, nosso objeto de estudo nesse cenário.

Gráfico 4 – Comércio total de serviços vs. comércio total em bens (em U\$\$ corrente), por país



Fonte: UNCTADstat, 2017.

Observamos que ambos os países se caracterizam como países em desenvolvimento que são, com comércio total de bens positivo e comércio total de serviços negativo, o que indica que são países prioritariamente produtores de bens e consumidores de serviços.

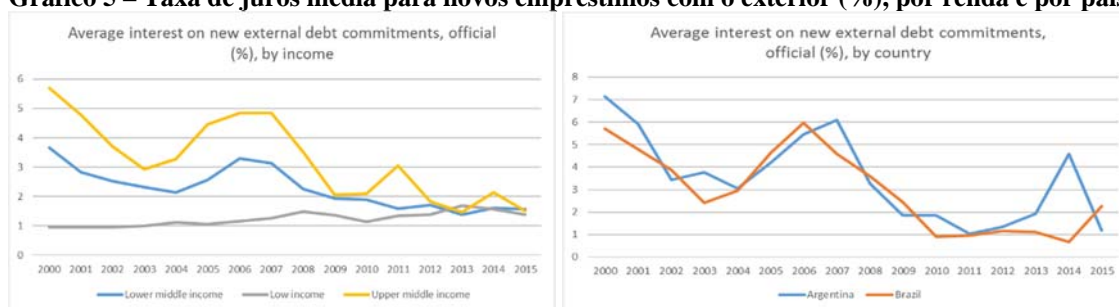
(B) Por meio do governo

Outro meio de transferência de valor das economias dependentes para as centrais são as operações do governo, este busca capital internacional em empréstimos e ajuda financeira com altas taxas de juros que elevam seus índices de endividamento externo aumentam a parte dos valores produzidos no país que é enviado para fora.

Quanto maior o montante que os países tomam em empréstimo, e quanto maiores as taxas de juros que são aplicadas nessas operações, maiores são os valores transferidos dos países tomadores de crédito para os países credores por meio do pagamento de juros ao longo dos anos. Para demonstrar a situação dos países estudados apresentamos a seguir dados sobre as taxas de juros aplicadas nos empréstimos tomados no exterior por estes países e os valores dessas operações.

No gráfico 5, a seguir, podemos observar as taxas de juros médias para novos empréstimos. Notamos que as taxas de juros têm abaixado para os países de renda média, e aumentado somente para os países de menor renda. A partir de 2014 as taxas de juros voltam à sua tendência anterior à queda e em 2015 a taxa média de juros para novos endividamentos com o exterior estão bastante próximas para os três grupos de países analisados.

Gráfico 5 – Taxa de juros média para novos empréstimos com o exterior (%), por renda e por país.

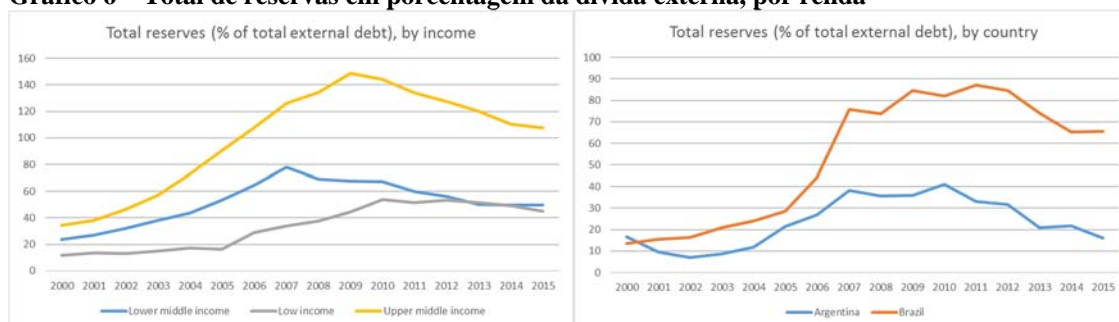


Fonte: World Development Indicators, 2017.

Observando as taxas médias de juros para novos empréstimos obtidos no exterior para Brasil e Argentina podemos observar que ambos os países seguem as tendências internacionais, entretanto, com taxas médias de juros mais altas do que a média do grupo de países com renda média superior, do qual fazem parte.

Os próximos dados, tratam do total de reservas dos países como porcentagem da sua dívida externa.

Gráfico 6 – Total de reservas em porcentagem da dívida externa, por renda



Fonte: World Development Indicators, 2017.

Podemos observar que quanto maior a renda dos países maior a quantidade de reservas acumuladas em relação à dívida externa acumulada. Observamos, principalmente, que nos países de menor renda (renda baixa e renda média inferior) o montante acumulado em reservas é menor do que o montante acumulado em dívidas, média de reservas menor do que 100% em relação à média de dívida externa acumulada.

Podemos observar também a mesma informação para Brasil e Argentina de forma isolada. No que se refere a quantidade de reservas como porcentagem da dívida acumulada Brasil e Argentina estão em posições bastante distintas, sendo no Brasil o montante em reservas (como porcentagem da dívida externa acumulada) muito maior do que na Argentina, chegando próximo aos 90% em 2011, sua melhor situação no período analisado, enquanto na Argentina

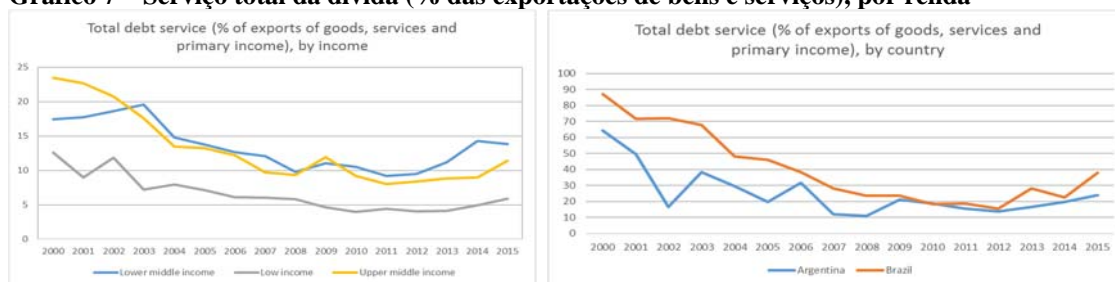
a melhor situação, em 2010, está próxima aos 40% (41,22%). A curva que representa esses valores para os dois países segue, no entanto, as mesmas tendências de queda e alta, como podemos observar, o que demonstra que apesar de estarem em situações distintas atuam sobre os mesmos condicionantes externos.

Se compararmos os dados apresentados nos gráficos acima observamos que ambos os países estão em uma situação pior do que outros países de renda média superior, uma vez que a partir de 2006 a média para estes países está sempre acima de 100%, enquanto não chega a esse número em nenhum momento para Brasil e Argentina ficando em um patamar mais próximo dos países de renda média inferior. O formato da curva, entretanto, indica que os países objeto desta pesquisa estão condicionados pelos mesmos fatores que os países de renda média superior, uma vez que suas curvas de reservas como porcentagem da dívida externa têm formato semelhante por todo o período.

Embora este seja um indicador utilizado para tratar da vulnerabilidade externa de um determinado país, entendemos também estes dados como indicadores de transferência de renda, uma vez que quanto maior o valor da dívida externa em relação ao PIB maior também a quantidade de valor (relativo) transferido do país analisado para os países credores.

Nos gráficos que seguem vamos analisar o total do serviço da dívida (soma dos principais reembolsos e juros pagos em moeda corrente, bens ou serviços pagos em dívidas de longo prazo, juros pagos a curto prazo e reembolsos ao FMI) como porcentagem das exportações de bens, serviços e renda primária.

Gráfico 7 – Serviço total da dívida (% das exportações de bens e serviços), por renda



Fonte: World Development Indicators, 2017.

No gráfico 7 vemos que o serviço total da dívida externa é maior quando comparada às exportações de bens serviços em países de renda média inferior, seguidos dos países de renda média superior e, em situação bastante distinta, estão os países de renda baixa. Uma vez que os países dependem da exportação de bens e serviços para acumularem reservas e cumprirem com o pagamento de juros e amortização das dívidas realizadas em moedas estrangeiras isso

significa que países de renda média inferior são os que permanecem em situação de maior risco durante o período e, por isso, podem sofrer maiores intervenções de agências de crédito em sua tomada de decisões.

Podemos analisar os mesmos dados para Argentina e Brasil somente, e vemos que apesar de estes países estarem no início do período em situação bastante distante da média de países de renda média superior (64,28% e 87% respectivamente, enquanto a média para o grupo de mesma renda era 23,46%) conseguiram abaixar os índices de endividamento no decorrer do período, porém ainda estão acima da média (24,05 e 38,1 respectivamente, para uma média de 11,38%). Também para este indicador os países escolhidos apresentam valores mais próximos dos encontrados para países de renda média inferior.

(C) Por meio de capitalistas privados

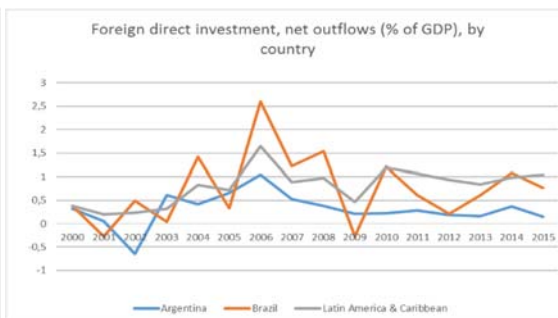
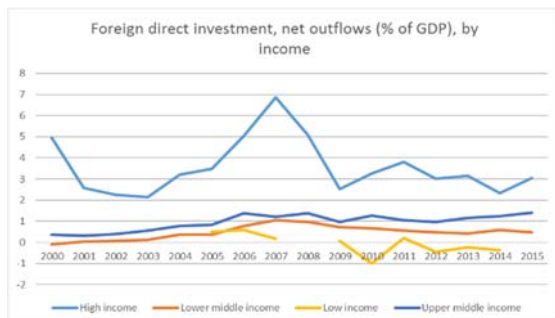
O terceiro ator em nossa proposta de classificação são os capitalistas privados, investidores particulares estrangeiros e residentes que aplicam seu capital no país e transferem as rendas obtidas com este para o exterior impedindo que os lucros gerados permaneçam no território em que foram gerados e sejam reinvestidos para seu desenvolvimento econômico ou social.

O primeiro indicador que analisamos aqui são os fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)⁸ para fora do país, como porcentagem do Produto Interno Bruto. Com este indicador podemos analisar a quantidade de dinheiro enviado ao exterior por capitalistas privados que investiram capital no país, uma vez que os lucros e dividendos obtidos por estes investimentos não permanecem necessariamente no país de origem, podendo ser transferidos para o país de origem do investidor ou reinvestidos em outros países.

Observamos primeiro os valores transferidos ao exterior em forma de IED no Gráfico 8, a seguir. Esse indicador demonstra a capacidade dos países de enviarem capital para fora (por meio de capitalistas privados) e de receberem de volta juros e dividendos. Podemos notar que há correlação direta entre maior renda per capita e porcentagem do PIB do país que representa os valores de IED por ele enviados.

Gráfico 8 – Investimento estrangeiro Direto (IED), fluxos para fora (% do PIB), por renda.

⁸ Categoria de investimentos realizados por não-residentes em um país de forma associada a um residente, mas onde o investidor mantém um significativo grau de influência no gerenciamento dos negócios realizados (World Development Indicators Databank).

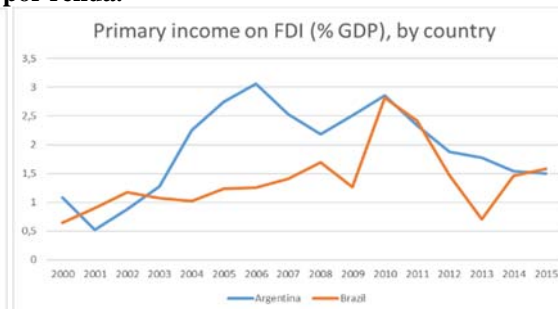
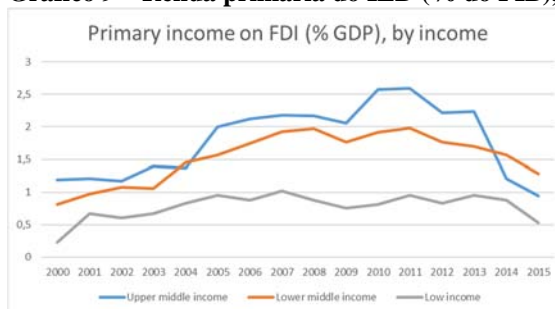


Fonte: World Development Indicators, 2017.

No gráfico 8 observamos a mesma informação também para os países objeto de nosso estudo de forma isolada. Podemos ver que Brasil e Argentina tem diferentes capacidades de investimento no exterior, estando o Brasil mais próximo da média dos países na mesma faixa de renda per capita (renda média superior) enquanto a Argentina apresenta valores mais próximos à média de países de renda média inferior.

Os gráficos a seguir demonstram de maneira mais clara a vantagem que levam os países de maior renda na extração de excedentes pela aplicação de capitais em outros países.

Gráfico 9 – Renda primária do IED (% do PIB), por renda.



Fonte: World Development Indicators, 2017.

Podemos ver que há correlação entre o valor do PIB que representa a renda primária do IED – que inclui os pagamentos de renda direta de investimento (lado do débito), que consistem em rendimentos no capital próprio (dividendos, lucros das sucursais e lucros reinvestidos) e rendimentos na dívida intercompanhia (juros) recebidos – e a renda *per capita*.

No gráfico 9 temos também a mesma informação para os países objeto deste estudo, Brasil e Argentina, e podemos observar que, apesar de apresentarem a mesma tendência a queda, para os países objeto deste estudo a renda primária do IED representa para o PIB (no período mais recente) porcentagens maiores do que representam em média para os países da mesma faixa de renda per capita (renda média superior).

Conclusão

Para este estudo coletamos dados no intuito de traçar um perfil da transferência de valor em dois países, Brasil e Argentina ambos países latino-americanos que possuem renda per capita média superior (entre U\$\$ 1.941,00 e U\$\$ 6.000,00). A situação desses países no mercado mundial que pudemos observar na primeira categoria de transferências de valor, em comparação com outros países de renda média superior, demonstra que os valores são transferidos desses países para os países centrais em maior quantidade. Pelos dados sobre exportação de produtos de alta tecnologia observamos que esses países apresentam menor porcentagem de bens de alta tecnologia em proporção às exportações totais de manufaturados do que a média dos países da mesma faixa de renda. Esses países também investem menor porcentagem do PIB em Pesquisa e Desenvolvimento que a média dos países de renda média superior. O que podemos concluir dessa situação é que os países estudados são menos desenvolvidos tecnologicamente e por isso estão em desvantagem no comércio internacional quando comparados com outros países na mesma faixa de renda.

Analisando as transferências de valor que ocorrem por meio das operações do governo podemos concluir que os países estudados pagam taxas de juro em média maiores que outros países na mesma faixa de renda em seus empréstimos no exterior, além de emprestarem montantes também maiores que a média emprestada por outros países de renda média superior. Ambos os países, no período recente, não possuem reservas maiores que a dívida externa acumulada, não seguindo a média da faixa de renda que é maior que 100% a partir de 2006. Em ambos os países o serviço da dívida (em porcentagem do PIB) também está bem acima da média para a faixa de renda média superior. Os países focados neste estudo apresentam indicadores piores do que países da mesma faixa de renda per capita, o que indica que são países com altas dívidas, quando comparados com o restante dos países em sua mesma condição, e que por isso estão enviando uma parte maior (de novo, comparativamente) do valor produzido em seus territórios para o exterior.

A última forma de transferências de valor apresentada é por meio de agentes privados, onde analisamos os valores de Investimento Externo Direto (IED), que já estabelecemos como fator responsável pela transferência de valor por meio do repatriamento de lucros e dividendos. Os países estudados investem menos no exterior, e também retêm menos que a média de países na mesma faixa de renda do que neles é investido por estrangeiros. Entretanto, a renda primária

obtida pelos investimentos realizados pelos seus residentes no exterior representam parte igual ou superior à média dos países na mesma faixa de renda de seu PIB.

O que podemos concluir com esses dados é que, apesar de serem países de renda mais elevada (renda média superior), Brasil e Argentina se comportam como países de renda menor (renda média inferior e até renda baixa) no que se refere às transferências de valor demonstrando que são mais vulneráveis e transferem mais valor para os países centrais.

Referências

- AMARAL, M. S. *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13499>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- DOS SANTOS, T. A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n. 30, p. 5-18, 2011.
- MAGALHÃES, L. F. A. *O Investimento Estrangeiro Direto (IED) na América Latina: elementos para uma análise totalizante*. Monografia. Universidade Federal de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123581>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.) *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000
- SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade, In: BECKER, B. et. al. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Diplomacia cultural versus diplomacia presidencial: aproximações, distanciamentos e práxis na era FHC

Bruno Massola Moda

Dr. Lincoln Ferreira Secco
Universidade de São Paulo

Resumo

O intenso processo de globalização e a influência desta na ampliação dos temas, ações e agentes da política externa (PEX) bem como a ascensão da sociedade civil, tornaram as diplomacias cultural e presidencial ferramentas importantes das relações internacionais no final do século XX. No caso brasileiro com maior significância no período posterior a redemocratização no final da década de 1980. Desta forma, este ensaio pretende introduzir os reflexos da diplomacia cultural e da diplomacia presidencial na política externa brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), bem como as diferenças conceituais destes mecanismos da PEX e seus pontos de inflexões. A produção teórica analítica sobre as diplomacias cultural e presidencial é algo relativamente e carece de mecanismos precisos para mensurar suas eficácias no exercício da política externa. No período FHC, a inexistente diplomacia cultural se relacionou diretamente com o emprego de um modelo econômico cuja tônica foi a privatização e a transferência de tarefas do Estado ao mercado. Já a diplomacia presidencial foi executada com objetivo de reafirmar o mesmo modelo econômico excludente no plano externo consolidando um ciclo neoliberal de poder econômico, político, simbólico e cultural.

Palavras-chave: Diplomacia cultural; Diplomacia presidencial; Política externa; FHC; Relações internacionais.

Introdução

O campo epistemológico das relações internacionais sofreu diversas expansões durante o século XX, em especial após o término da II Guerra Mundial. A perspectiva analítica realista dominou as discussões até meados do século XX; em seguida surgiram a perspectiva liberal, os neo(s) realismo e liberalismo, a teoria crítica, a teoria construtivista, as teorias globalistas e as mais diversas ramificações e subcampos teóricos. Em quase todas as novas abordagens teóricas criadas no século passado duas variáveis das relações internacionais modernas, foram por muito tempo negligenciadas enquanto objetos de estudos da academia: a diplomacia cultural e a diplomacia presidencial. Entretanto, enquanto práxis da política externa (PEX), ambas as variáveis foram empregadas desde fins do século XIX¹. Fruto do intenso processo de globalização e da influência desta na ampliação dos temas, ações e agentes as diplomacias cultural e presidencial passaram a ser ferramentas seminais da política externa dos Estados.

¹ É necessário ressaltar que a instrumentalização da cultura pela PEX, isto é, a consciência adquirida pelas chancelarias da importância da cultura enquanto mecanismo de ação na sociedade internacional só ocorreria no final do século XX conforme apontado neste ensaio mais adiante. Da mesma forma o conceito de diplomacia presidencial surge como *praxis* da PEX no período da redemocratização do país nos anos 1980 e com vigor na academia brasileira no final dos anos 1990.

No Brasil, a temática emerge com maior significância no período posterior a redemocratização no final da década de 1980 incluindo uma profunda reestruturação do departamento cultural dentro do quadro institucional do Ministério das Relações Internacionais.² Assim, este ensaio pretende introduzir os reflexos da diplomacia cultural e da diplomacia presidencial na política externa brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), bem como as diferenças conceituais destes mecanismos da PEX e seus pontos de inflexões. É válido ressaltar, entretanto, que os desafios desta pesquisa decorrem das poucas produções teóricas em virtude da recente abordagem sobre as temáticas destacadas.

Na primeira seção será apresentada a diplomacia cultural como teoria e a adoção da cultura como um elemento essencial para coesão identitária nacional e como estímulo à econômica doméstica na era FHC. Em seguida apresentamos a diplomacia presidencial e as características observadas no período analisado. Longe de esgotar a temática, este ensaio lança mão de fontes bibliográficas primária e secundária para fundamentar o estudo. Isto se dá pelo fato de que, para além de ações, a diplomacia presidencial é orientada e evidenciada através de discursos políticos proferidos pelo chefe do executivo nas mais diversas ocasiões.

É necessário, contudo, pontuar a escassez das fontes bibliográficas que tratam sobre o tema de maneira extensa principalmente na contemporaneidade. Em relação a diplomacia cultural, as análises seminais foram concebidas ainda na década de 1980 e embora apresente fundamentos atemporais carecem de relacionar a diplomacia cultural com as novas formas de produção, reprodução e socialização da cultura derivadas da globalização e dos avanços tecnológicos. Já no campo da diplomacia presidencial, as primeiras análises surgiram nos anos 1990. A título de informação, uma busca³ pelo termo “diplomacia presidencial” no portal de Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES apenas uma dissertação trabalha o tema diretamente e sete outros trabalhos o abordam.

1 – Diplomacia cultural: breves noções epistemológicas

A utilização da cultura na política externa não é algo restrito aos tempos atuais. Segundo Mitchell (1986), a França foi o país pioneiro em utilizar aparato cultural em sua PEX já no final do século XIX através da *Alliance Française*. Segundo, Herz (1987) neste primeiro momento os objetos da diplomacia cultural, enquanto política externa, se traduziram em promover a

² Segundo Finzetto (2017) há uma intensa mudança no departamento cultural em 1987 definindo e ampliando suas ações dentro do Ministério. Outrossim, em 1995 uma nova reorganização estrutural mais direcionada foi posta em prática criando novas divisões dentro do departamento cultural.

³ Busca realizada em 15 de janeiro de 2018 através do sítio: < [http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/).

acessibilidade de uma determinada cultura estrangeira às burguesias nacionais e de difundir a língua nacional externamente. De acordo com Lessa e Suppo (2007) a variável cultura passou a ter relevância nas relações internacionais a partir dos anos de 1970 com o surgimento de novos paradigmas analíticos calcados na chamada concepção transnacionalista decorrente de duas variáveis teóricas do campo econômico: o conceito de interdependência e de dependência. Partindo desta ideia economicista, o transnacionalismo se derramou para as demais áreas da sociedade em formas de cooperação ou dominação dependendo da posição estratégica ocupada pelo ator estatal no plano internacional.

(...) ainda nos anos 70, os autores da escola inglesa buscaram estabelecer uma distinção entre sistema internacional e sociedade internacional [...]. No caso do segundo conceito, pressupunha-se a presença de normas compartilhadas, baseadas na existência de uma cultura internacional (Bull, 1977; Luard, 1990). No caso de outras perspectivas, como as dos pós-modernistas, feministas ou construtivistas, o interesse pelos fatores subjetivos, como cultura e identidade, foi permanente durante toda a década de 80.⁴

A intensificação da globalização nos anos 80 promoveu o aprofundamento do transnacionalismo seja no campo econômico-financeiro, no fluxo migratório internacional, nos bens materiais e, conseqüentemente, nas trocas culturais. Assim, o transnacionalismo associado à globalização e o contínuo desenvolvimento da tecnologia da informação propiciou nas décadas seguintes a inclusão de novos *policy makers* nos planos domésticos e internacional através da sociedade civil organizada na qual múltiplos agentes (empresas, movimentos sociais, organizações não governamentais, partidos políticos, dentre outros) passaram a integrar o fazer-se da política. Desta forma, este fenômeno intensificou as relações culturais entre os povos e, igualmente, a desenvolvimento da diplomacia cultural. Utilizando o conceito do diplomata estadunidense Richard Arndt (2006), é necessário pontuar que as relações culturais não se desenvolvem a partir da intervenção estatal, mas sim de forma natural e orgânica. Já a diplomacia cultural depende do aparato estatal e de seu corpo de funcionários, diplomatas e políticos para que um fluxo de comunicação seja aberto e ações empreendidas.

Surgiu nos anos 1980, então, um guarda-chuva teórico cunhado por Joseph Nye que tentava dar conta de englobar novas formas do exercício do poder nas relações internacionais dentro do quadro de constante mudanças e tensões que a sociedade internacional se encontrava ainda sob os limites da Guerra Fria. Tendo como ponto de partida a PEX estadunidense, seu país de origem, Nye (2004) apresentou o conceito de *soft power*, ou seja, uma modalidade de poder cuja característica é a habilidade de moldar o comportamento de um agente à sua maneira

⁴ Herz, 1997, s/p.

sem utilização de coerção ou pagamentos, mas através da atratividade, persuasão e poder de cooptação engendrado pelo agente. Assim, Arruda e Bijos (2010) apontam para o fato de que o mecanismo empregado para uma performance exitosa sob o escopo do *soft power* “(...) seria a atração cultural e a atração por valores políticos e ideológicos, destacando-se uma cultura e uma ideologia atraentes, servindo de marco para que os outros países o acompanhem em suas ações.”⁵

The soft power of a state rests primarily in three sources: its culture (in places where it is attractive than others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when they are seen as legitimate and having moral authority).

Sob a perspectiva realista das relações internacionais em 1947, Ruth Emily McMurry e Muna Lee publicaram “*The cultural approach: an other way in international relations*” no qual, segundo Suppo e Lessa (2007), elencavam a cultura como ferramenta de cooperação, propaganda nacional, instrumento de penetração e ou dominação estrangeira. Um prelúdio do sentimento da Guerra Fria que se iniciava. Contudo, as primeiras apreciações teóricas-diplomáticas da temática cultural no campo da política externa contemporânea surgiram no final da década de 1980, inicialmente, através das dos próprios diplomatas como John Matthew Mitchel⁶ que em 1986 publicou “*International Cultural Relations*”. No Brasil o diplomata Edgard Telles Ribeiro, publicava em 1987 sua tese⁷ “Difusão cultural: uma alternativa a serviço da política externa brasileira”, obra seminal para o debate da temática. Tais obras são neurais para a compreensão da diplomacia cultural, no entanto o desenvolvimento da telemática associado às mudanças políticas no cenário internacional após da queda do muro de Berlim, o desenvolvimento da indústria cultural e o surgimento de novos agentes no cenário internacional expandiram o escopo da diplomacia cultural.

É mister, desta forma, desvencilhar-se da visão reducionista da diplomacia cultural como mera exposição de produções artísticas, literárias e derivados no exterior. Tomemos como exemplo o aspecto antropológico da cultura o qual, segundo Ribeiro (2011),

(...) para a antropologia, cultura é a soma de hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade, um povo, ao longo de sua história. Essas realizações, por sua vez, cobrem todos os campos da atividade humana, das artes à ciência, da tecnologia ao folclore, da política à religião, da saúde ao esporte, do comércio ao lazer.⁸

⁵ Arruda, Bijos, 2010, p. 35.

⁶ Foi membro do British Council por quase quatro décadas. O Conselho Britânico é uma agência promotora da cultura, idioma, intercâmbios educacionais e etc., do Foreign & Commonwealth Office do Reino Unido.

⁷ Tese submetida ao XV Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco e que em 1989 seria publicada em formato de livro sob o título “Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira”.

⁸ Ribeiro, 2011, p.29.

Ao importar o conceito de cultura da antropologia para o campo diplomático, aquele absorve perspectiva holística atuando em todos os segmentos constitutivos seja do indivíduo, da nação e do Estado. Segundo Bourdieu (1996) a construção do Estado implica na disseminação de categorias de percepções e pensamentos comuns formando estruturas mentais cujo poder simbólico opera na formação de uma unidade territorial envolta em uma unidade cultural. Neste sentido a política externa cultural é “(...) *um conjunto de ações planejado para amparar e/ou fomentar os laços entre as nações (...)*”⁹ utilizando da difusão e comercialização de bens culturais (língua nacional, obras artísticas e intelectuais), da cooperação técnicas e científicas, da organização de eventos internacionais (feiras, comemorações, desfiles, exposições, etc.), da promoção de intercâmbios educacionais e da circularidade de intelectuais e da intelectualidade produzida no país. Ao avançar sob o caráter instrumental a diplomacia cultural pode ser compreendida como “(...) *a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais*” de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica.”¹⁰ Em termos práticos Herz (1987) discorre que a cultura abrange “(...) *áreas do desenvolvimento, tecnologia, educação, desenvolvimento institucional, população ou agricultura*”¹¹

Entretanto uma das compreensões em relação a diplomacia cultural hodierna é a sua utilização para o desenvolvimento econômico. Por este viés, a cultura passou a integrar o bojo de ações para desenvolvimento socioeconômico dado seu próprio alargamento conceitual nos anos 1980. Isto se dá, mormente, pelo crescimento seja do ponto de vista financeiro como de poder de influência das grandes indústrias culturais¹² principalmente entre os anos 1960 e 1990.

Segundo Lessa et al. (2012), desde o início da década de 1980 o avanço da globalização e “(...) *o aumento da circulação de bens e serviços, pessoas e capitais impulsionaram e ampliaram extraordinariamente as possibilidades da cultura do ponto de vista da economia.*”¹³ Como resultado desta movimentação crescente Herz (1987), utilizando dos postulados de Pierre Bourdieu observa a ideia de “(...) *bens culturais (...)* (como) *um recurso de poder*”¹⁴ pelo qual a produção e a distribuição são reflexos da ampliação das indústrias culturais formando

⁹ Suppo e Lessa, 2007, p. 244.

¹⁰ Ribeiro, 2011, p. 33.

¹¹ Herz, 1987, p. 73.

¹² A opção pela adoção termo “indústrias culturais” cunhado na década de 1960 pelos teóricos da Escola de Frankfurt ocorre pelo caráter mercantil, ideologizado, hegemônico e de massificação fluindo de um centro produtor (em escala produtiva industrial) para uma periferia consumidora. Nas palavras de Bendassolli et al. (2009) os acadêmicos da Escola de Frankfurt viam uma “(...) *comodificação dos bens culturais e sua absorção pelo universo da racionalização capitalista e de seus meios de padronização e Distribuição.*” (P. 13). Ainda segundo os autores, o termo “indústria criativa” surge nos anos 1990 na tentativa de humanizar as distorções entre cultura e tecnologia, produção e socialização.

¹³ Lessa et al., 2012, p. 99.

¹⁴ Herz, op., cit., p. 69.

um capital cultural hegemônico e arbitrário dotado de violência simbólica. Esta lógica mercantil na produção, reprodução e exportação de bens culturais extrapolou o aparato teórico de *soft power* e tornou-se um campo de negócios expressivos de alta rentabilidade. O *soft power* quando aplicado a esta perspectiva torna-se a face infida da política externa cultural de países centrais. Ainda segundo Herz (1987), utilizando as ideias do antropólogo Marshall Sahlins, esta lógica fundamenta-se no fato de que as relações culturais se desenvolvem a partir das relações comerciais haja vista as mais diversas trocas e interações que ocorrem nesses processos. Contudo, as novas formas de produção e comercialização, onde há claramente um polo produtor e outro receptor (consumidor) que não necessariamente interagem a ponto de produzir relações culturais e, considerando o processo das trocas desiguais natural das relações capitalistas, conforme aponta Finzetto (2017), a indústria cultural se insere muito mais no bojo da diplomacia comercial e não na diplomacia cultural.

1.1 – Instrumentalização e práxis da diplomacia cultural na era FHC

A execução da diplomacia cultural decorre de uma determinada metodologia empregada pelos diversos agentes estatais responsáveis pela formulação da política externa cultural. Na perspectiva de Mitchell (1986) há quatro modelos de atuação da política externa cultural: através do controle governamental, de organizações não governamentais (ONGs), de sistema misto (entre as duas primeiras) e através de um sistema voluntário. Adicionalmente, o autor estabelece os responsáveis pela execução: chancelaria com base no país receptor, equipe de funcionários locais e/ou profissionais e agentes representativos que atuam em lugares onde não há representação cultural. O escopo da diplomacia cultural abrange, mas não somente “ (...) a) intercâmbio de pessoas; b) promoção da arte e dos artistas; c) ensino de língua, como veículos de valores; d) distribuição integrada de material de divulgação; e) apoio a projetos de integração intelectual; f) integração e mutualidade na programação. ”¹⁵

Com algumas incursões no período da ditadura, a diplomacia cultural passou a ganhar relevância no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, já em meados da década de 1990. Um dos principais desafios à época, era o resgate da valorização da cultura dentro da própria administração pública dado os altos e baixos de investimentos para o setor, a organização institucional iniciada no governo de José Sarney em 1985 e consolidada no governo Itamar Franco em 1992.

¹⁵ Edgard Telles Ribeiro, 2011, p. 31.

No governo FHC houve uma reestruturação da Lei de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet, criada em 1991, removendo diversos entraves burocráticos e um salto significativo no percentual de abatimento do imposto de renda de pessoas jurídicas que passou de 2 % para 5% quando essas patrocinassem projetos culturais. Segundo Bijos e Arruda (2010), a Lei Rouanet

(...) criou um “mercado de patrocínios” que estimulou o aparecimento de setores interessados em investir na cultura. [...] O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do Ministério na gestão Weffort.¹⁶

A mercantilização da cultura ao transferir do Estado para o setor privado a gerência do financiamento cultural implicou em fenômenos tipicamente neoliberais como a exclusão da cultura popular dos fluxos de investimentos e, por conseguinte, uma reafirmação da cultura burguesa. Da promoção de uma cultura comercialmente viável beneficiando grandes conglomerados das indústrias culturais bem como regionalizando os financiamentos dentro do país. Assim, sem uma política de governo de incentivo à cultura, FHC inflou as ofertas no campo cinematográfico, nas artes, e nos espetáculos, mas não promoveu a democratização da cultural muito menos o desenvolvimento através dela.

Quando se observa o cenário interno, com um programa de financiamento cultural gerido pelo setor privado e quase totalmente financiado por ele, tem-se um prelúdio da diplomacia cultural. Desta forma, no que tange o desenvolvimento de uma política externa cultural, o governo de FCH agiu de forma tímida e breve com algumas incursões multilaterais no âmbito do Mercosul atuando na criação da Reunião de Ministros e Responsáveis de Cultura em 1995 e do Parlamento Cultural do MERCOSUL (PARCUM) em 1996.

A força do ideal neoliberal na formulação da política externa cultural também pode ser observada na atuação brasileira dentro das agências do sistema das nações Unidas (ONU) como a Organização Mundial do Comércio (OMC) no que diz respeito a comercialização de bens culturais, haja vista a adesão brasileira em 2001 e a sua aceitação da OMC como foro de regulamentação do setor. Ao estabelecer este compromisso jurídico internacional o país restringiu suas possibilidades de competição no que tange a produção industrial cultural. Os Estados Unidos, por exemplo, não ratificaram o tratado dos bens culturais por considerarem um ameaça à poderosa indústria cultural estadunidense, sobretudo a cinematográfica.

Neste sentido, a atuação do Ministério das Relações Exteriores na formulação da PEX se deu pela diferenciação em dois grandes grupos. Saraiva (2010) os classificam em: os

¹⁶ Bijos, Arruda, 2010, p. 44-45.

institucionalistas pragmáticos e os autonomistas. O primeiro com maior atuação durante o governo FHC, com atividades significativas nos foros multilaterais, priorização dos regimes internacionais vigentes e abertos as ideias de soberania compartilhada. O segundo com maior destaque durante o governo Lula, buscava uma política externa mais sólida, autônoma, universalista, com visão estratégica para o desenvolvimento nacional e a integração regional com o objetivo de “(...) tornar o Brasil uma liderança regional e utilizar essa posição para se tornar uma potência mundial.”¹⁷

2 – Diplomacia presidencial na era FHC

A diplomacia presidencial enquanto variável da PEX brasileira passou a ser compreendida como tal durante o governo durante o governo FHC. O diplomata Sergio Danese autor do livro seminal “Diplomacia presidencial: história e crítica” em 1999¹⁸, faz resgate histórico precioso quanto ao emprego do conceito na PEX brasileira. Contudo, segundo Preto (2006) o conceito de diplomacia presidencial nasceu nos Estados Unidos sob o governo de Theodore Roosevelt sendo importada mais tarde por demais países.

O processo de redemocratização brasileiro em meados da década de 1980 se estabeleceu como cenário favorável – juntamente associado a fatores endógenos como, por exemplo, o avanço da globalização, o fim da Guerra Fria, o avanço do consenso neoliberal sobre os países periférico, dentro outros – para, segundo Tussie (2015) o desenvolvimento de redes de suporte mútua entre os chefes de governos como na coordenação do processo de paz conduzido pelo presidente da Costa Rica, Óscar Arias. No caso brasileiro o repensar do *policy making* na PEX ocorreu com mais intensidade em meados dos anos 1990 e 2000, cuja a histórica abertura do MRE permitiu a interação de “(...) vários setores da sociedade civil (empresários, sindicatos, associações de classe, organizações não- governamentais)”¹⁹. A diplomacia presidencial encontrou nesta abertura seu momento de ascensão.

Danese apontava em 1999 que a diplomacia presidencial, termo utilizado para designar a diplomacia do chefe de governo no sistema presidencialista pode ser descrito de forma genérica pelo termo diplomacia de cúpula.

[A] (...) diplomacia de cúpula tem a ver com o poder personalizado pelo mandatário, por oposição ao poder das estruturas burocráticas do estado, das quais a diplomacia muitas

¹⁷ Bijos, Arruda, 2010, p. 42

¹⁸ Relançado em 2011 pela Fundação Alexandre Gusmão, agência de publicação do MRE. A versão 2011 foi consultada para este ensaio e aparece nas referências.

¹⁹ Barnabé, 2012, p. 06-07.

vezes é paradigmática. Diplomacia de cúpula é uma expressão do poder do mandatário, seja ele conferido por um sistema parlamentarista ou presidencialista de governo.²⁰

É possível inferir, portanto, que a diplomacia presidencial faz parte de uma nova abordagem dentro da PEX e passa a ter cada vez mais importância de acordo com a característica do mandatário. Isto ocorre pelo exercício pessoal do presidente na temática da política externa. Partindo da perspectiva do behaviorismo nas relações internacionais Barnabé (2012) ressalta a característica comportamental do chefe de governo seja ativa, ou passiva em relação a PEX. Este aspecto comportamental associado às preferências pessoais do mandatário ditam a tônica da PEX. Toma-se como exemplo o dinamismo da diplomacia presidencial na era Lula cujo caráter revolucionou o fazer de política externa quando comparado ao *low profile* da ex-presidente Dilma Rousseff. Adicionalmente, se inclui no bojo da diplomacia presidencial, discursos políticos proferidos pelo mandatário, bem como o número de visitas ao exterior e as recepções de chefes de governo.

Fernando Henrique Cardoso, embora dotado de certo prestígio e desenvoltura em relação à política externa devido sua atuação como Chanceler do Itamaraty durante o governo de Itamar Franco, utilizou-se da diplomacia presidencial para transmitir às potências econômicas a imagem de um Brasil que caminhava sistematicamente à adoção do neoliberalismo. *“A diplomacia presidencial de Fernando Henrique Cardoso é marcada por uma aceitação explícita da chamada “Nova Ordem Mundial”, edificada por um concerto de grandes potências e pelos princípios neoliberais difundidos pelo Consenso de Washington.”*²¹ Ademais, FHC representava a ala dos institucionalistas pragmáticos dentro do Itamaraty de forma que a diplomacia presidencial se vinculava à diplomacia do Estado brasileiro o que imprimia menos destaque à figura pessoal de FHC quando se compara, por exemplo, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No que tange a epistemologia do conceito, Horta (2012) refuta o surgimento de uma “Nova diplomacia” em contrapartida à “Diplomacia tradicional” quando se analisa o emprego da diplomacia presidencial na PEX. O autor nega que o número de viagens seja característica inovadora da diplomacia presidencial assim como um maior protagonismo do mandatário em relação ao MRE. Entretanto, três anos antes Barnabé (2012) apontava que a “(...) “Nova Diplomacia Pública”, como hodiernamente é mais conhecida, não prescinde da Diplomacia

²⁰ Danese, 2011, p. 68.

²¹ Barnabé, op. cit., p. 07.

Tradicional, mas soma-se a ela (...)”²² a fim de alçar não apenas o interesse nacional enquanto Estado, mas atender as demandas da sociedade civil e as necessidades humanas do povo.

Não obstante, a nova diplomacia presidencial pode ter ganhado tons ideológicos seja no governo FHC e Lula com maior significação neste. Segundo Paulo Roberto de Almeida (2007), Lula passou a utilizar com maior destreza “(...) *os canais tradicionais da diplomacia oficial, normalmente conduzidos pelo Itamaraty, e canais partidários, consubstanciados nos contatos e conversações que possam ser mantidos por assessores presidenciais com partidos e grupos dispendo de identidade ideológica e afinidades políticas*”²³

Portanto, os resultados da diplomacia presidencial quando instrumentalizada na forma de PEX torna-se mais robusta e complexa e, por consequência, “(...) *mais intangível a aferição de resultados concretos que antes eram mais facilmente contabilizados através da forma pela qual o país se abria à globalização e dela tirava vantagens em termos de acesso a mercados, atração de investimentos, etc.*”²⁴

Considerações finais

A produção teórica analítica sobre as diplomacias cultural e presidencial é algo relativamente novo principalmente em termos de eficácia no exercício da política externa. Algo que ainda carece de mecanismo precisos para serem auferidas. Contudo algumas constatações importantes vêm sendo produzidas, ainda que de forma escassa, seja pela academia e/ou pelo corpo diplomático das chancelarias, como no caso brasileiro. Prova disso são os primeiros estudos acerca da epistemologia da diplomacia cultural no final dos anos 1980 com John Matthew Mitchell nos Estados Unidos. Na mesma época surgia no Brasil os estudos do diplomata Edgard Telles Ribeiro e da professora Mônica Herz. Outras contribuições vieram, e continuando sendo produzidas sobre a temática. É mister, igualmente, mencionar o fato de existir raras produções acadêmicas sobre o tema, o que se estabelece como um desafio a qualquer sujeito que se debruce sobre a temática da diplomacia cultural. Ao analisar as bibliografias consultadas é possível inferir que o conceito de diplomacia cultural é dinâmico e atrelado as seguintes variáveis:

- a) Avanço tecnológico: aqui se enquadram as novas formas de produção, distribuição e socialização de bens culturais;

²² Ibidem, p. 08.

²³ Almeida, 2007, p. 04.

²⁴ Veiga, 2011, s/p.

- b) A dimensão econômica: dado o item (a), os bens culturais passam a incrementar a economia nacional e a fazer parte da balança comercial do país, assim fica suscetível a demanda de mercado;
- c) Concepção política: como o Estado entende a diplomacia cultural? A cultura tem quais funções?

Esse dinamismo perpassa por influências internas: a percepção doméstica sob cultura, investimentos, incentivos, etc.; e externa: difusão, mercado consumidor, avanço tecnológico, relações interculturais, dentre outros.

A percepção da cultura apresenta elementos de direitos humanos, preservação identitária, cidadania, inclusão social, ou seja, há uma “dimensão social do desenvolvimento”, algo ausente no período FHC. Outrossim, a tímida diplomacia presidencial de FHC é expressa nas três viagens realizadas durante seus governos ao continente africano enquanto que, para efeito de comparação, seu sucessor viajou 27 vezes ao mesmo continente²⁵.

Por fim, o diplomata Edgard Telles Ribeiro (2011) apresenta a cultura como um elemento processual dentro da PEX que para além de propaganda nacional, da afirmação de identidade, da expansão de bens culturais, de um elemento de ampla importância para o desenvolvimento é, igualmente, envolto pelo prestígio. Assim, prestígio é uma das características da diplomacia presidencial. Logo, no plano das aproximações teóricas as diplomacias cultural e presidencial são “mecanismos” da PEX que ainda carecem de análises mais profundas.

Outrossim, imbricam-se em certos momentos principalmente na formulação da PEX. No período FHC, a inexistente diplomacia cultural se relaciona diretamente com o emprego de um modelo econômico cuja tônica é a privatização e a transferência de tarefas do Estado ao mercado. Tal modelo privilegiou um sistema excludente de financiamento para projetos culturais que ao se fecharem em torno do beneficiamento de projetos oriundos de grandes corporações nacionais impediu a difusão da cultura brasileira para o plano externo abortando o desenvolvimento de relações culturais internacionais.

Alinhou-se a isso, o fato da diplomacia presidencial ter como objetivo maior a reafirmação do mesmo modelo econômico excludente também no plano externo consolidando um ciclo neoliberal de poder econômico, político, simbólico e cultural.

²⁵ PEIXOTO, Fabrícia. Em oito anos, Lula visitou 85 países em busca de parceiros comerciais e políticos. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 29 dez. 2010.. Disponível em: < <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-oito-anos-lula-visitou-85-paises-em-busca-de-parceiros-comerciais-e-politicos,659466>>. Acesso em 20 de jan. 2018.

Referências

- ALMEIDA, Pulo Roberto de. A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas Paulo Roberto de Almeida. *Revista Carta Internacional*, v. 2, n. 1, mar. 2007, p. 03-10.
- AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. *O Ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.
- ANGA, Ien; RAJ Yudhishtir, MAR, Philip. Cultural diplomacy: beyond the national interest?. *International Journal of Cultural Policy*, v. 21, n. 4, 2015, p. 365-381.
- ARNDT, R., 2006. *The first resort of kings. American cultural diplomacy in the twentieth century*. Washington, DC: Potomac Books.
- ARAVENA, Francisco Rojas; GARCÍA, Paz Milet. Diplomacia de Cúpulas: O Multilateralismo Emergente do Século XXI. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 1999, p. 291-359.
- BARNABÉ, Israel Roberto. O Itamaraty e a diplomacia presidencial nos governos FHC e Lula. *Contextualizaciones Latinoamericanas*, v. 2, a. 4, n.7, jul.- dez. 2012, p. 01-09.
- BARÃO, G. R. *A diplomacia cultural na política externa do governo Lula: um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010)*. Porto Alegre: monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- BENDASSOLLI, Pedro F. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. *Revista ERA*, São Paulo , v. 49, n.1, jan. - mar. 2009, p.10-18.
- BIJOS, L.; ARRUDA, V. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. *Revista Diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão*, Brasília, v.13, n.1, ago. 2010, pp. 33-53.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BURNI, Aline. Percepções, imagens e diplomacia cultural: algumas considerações sobre o caso brasileiro. *Revista Estudos Políticos*: Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, set. 2016, p. 443 – 465.
- CLARKE, D. (2016) Theorising the role of cultural products in cultural diplomacy from a Cultural Studies perspective. *International Journal of Cultural Policy*, 22 (2). p. 147-163.
- COIMBRA, Marcos. Diplomacia Presidencial. Marcos Coimbra. *Meridiano 47*, n. 22, maio 2002, p. 14-15.
- DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2. ed. rev. Brasília: FUNAG, 2017.
- FINZETTO, Yves Carneiro. *Difusão da cultura brasileira no exterior: a Divisão de Operações de Difusão Cultural do Itamaraty no governo Lula*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 109 f., 2017.
- HERZ, Monica. [A dimensão cultural das relações internacionais: proposta teórico-metodológica](#). *Contexto Internacional*: Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 1987, p. 61-76.
- HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. *Dados*, Rio de Janeiro , v. 40, n. 2, 1997, s/p.
- HORTA, Luiz Fernando Castelo Branco Rebello. *O conceito de diplomacia presidencial*. Brasília. In: 1º SEMINÁRIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - ABRI, 01, jul. 2012, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: ABRI, 2012, 19p. Disponível em: <http://www.seminariopos2012.abri.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=800>. Acesso em 15 nov. 2017.
- LESSA, Mônica; SARAIVA, Miriam e MAPA, Dhiego. (2012), "Entre o Palácio Itamaraty e o Palácio Capanema: Perspectivas e Desafios de uma Diplomacia Cultural no Governo Lula", in L. Pinheiro e C. Milani (orgs.), *Política Externa Brasileira: As Práticas da Política e a Política das Práticas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 95-120.
- MCMURRY, Ruth. Emily.; LEE, Muna. *The Cultural Approach: another Way in International Relations*. North Caroline: University of North Carolina Press, 1947.
- MITCHELL, Jhon Mathew. *International Cultural Relations*. London: Allen and Unwin, 1986.
- NYE, Joseph. *Soft Power. The means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

- RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- SANTANA, Carlos Ribeiro. Diplomacia das Cúpulas. *Meridiano 47*, n. 64, nov. 2005, p. 13-14.
- SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. *Mural internacional*, a. I, v.1, jan. - jun. 2010, p. 45-52.
- SILVA, Luís Inácio Lula. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do "Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual"*. Palácio do Planalto, 13 de outubro de 2003.
- VEIGA, João Paulo Candia. "Democratização" e protagonismo na política externa. *Uol Notícias*, 03 jan. 2011. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/01/03/analise-o-legado-de-lula---democratizacao-e-protagonismo-na-politica-externa.htm>>. Acesso em 15 nov. 2017.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX

EIXO 3: ATORES, IMPRENSA E EDITORIAIS NA CRIAÇÃO CULTURAL

De 16 a 18
maio de 2018

Universidade
de São Paulo
Brasil

Adelitas, Charras, Rancheras y Tehuanas: mujeres ideales para la construcción de un estado nación a partir de los Cromos Mexicanos (1940-1950)

Blanca Josefina Meneses Romero
Universidad Iberoamericana - México
blancajmeneses@gmail.com

Resumen

Los albores del siglo XX en México permitieron establecer los primeros pasos para una liberación femenina, prueba de ello se evidenció en la búsqueda y reconocimiento de sus derechos desde 1916 hasta 1947, esto es: desde la configuración del primer Congreso Feminista en Yucatán de la mano de Felipe Carrillo Puerto y de su hermana Elvia hasta la promulgación del derecho al voto en el artículo 115 a cargo del presidente Miguel Alemán, inscrito -el sufragio- oficialmente en el sexenio de Adolfo Ruiz Cortines en 1953. Indudablemente este prolegómeno dejó huella en la historia(s) de las mujeres en cuanto a su participación social dentro sistemas patriarcales, en pocas palabras, hicieron visibles “el resonar de sus voces” y, al tiempo, intentó *aminorar* la construcción de una diferencia, la cual se había mantenido activa desde el México ilustrado; sin embargo aquello no se observó en las estructuras de representación que los calendarios mexicanos -en este caso la gráfica popular- mantenía, aquella atribuida al trabajo de artistas e ilustradores como José Bribiesca, Jesús de la Helguera, Luis Améndolla, José González Camarena, entre otros. En este tenor, dichos dispositivos de poder fortalecieron construcciones ideales en las féminas, configuraciones que sin duda partían de idearios e imaginarios hegemónicos en donde la apertura decolonial era impensable y, consiguientemente, demostró raigambres de “lo nacional”, la cosificación del cuerpo social y biológico de las féminas y, finalmente, acentuó la dominancia hegemónica atribuida a la mirada y evaluación masculina. Es así que este artículo explora subtextos ocultos presentes en las imágenes desde las intervenciones feministas y de modelos de interseccionalidad que la historiadora del arte Griselda Pollock ha abonado en sus investigaciones, de tal manera que nos permitan explorar derroteros para entender la manera en que las mujeres representadas se entendieron (únicamente) como objetos para la difusión de “lo más bonito de la República Mexicana”, sin tomar en cuenta su devenir político: de reconocimiento y lucha.

Palabras clave: Cromos mexicanos; Canon; Nación; Género; Mexicanidad.

“Ser mujer es –exige– participar y pertenecer a la heterosexualidad opresiva que usa y legisla los cuerpos para la reproducción y la satisfacción del placer masculino.”¹

¹ Meri T orras, *El delito del cuerpo*, 2007. En línea: <https://cositextualitat.uab.cat/wp-content/uploads/2011/03/01.-El-delito-del-cuerpo.pdf>

Un breve preámbulo: sobre la fabricación de *imagografías* femeninas

Dentro de los estudios de arte, las féminas han fungido como tema y objeto², en el cual, diversos académicos y especialistas en género han escrudinado arquetipos y estereotipos³, los anteriores en contraste con construcciones falocentristas y eurocentristas que -sin recelo- han emergido como productos culturales y sociales correspondientes a contextos específicos, o simplemente a distintos pensamientos. Aquellos responden a convenciones sociales, que de alguna manera están presentes -como marca religiosa (y consagrada)- en los cuerpos a partir de categorías que presentes en el inconsciente colectivo, a mencionar: la musa, la mujer fatal, la mujer vampiro, la prostituta, la bruja, el ángel del hogar, etcétera.

Si bien la configuración de las mujeres se ha desmenuzado mediante anteojeras científicas, lo que claramente se ha olvidado es aquella visión panorámica indispensable para considerar a estas como sujetos libres. En esta consideración cabe aquella frase memorable de Simone de Beauvoir: *“No se nace mujer: una llega a serlo. Ningún destino biológico, físico o económico define la figura que reviste en el seno de la sociedad la hembra humana. La civilización en conjunto es quien elabora ese producto.”*⁴

Es cierto que esta tajante afirmación rompió esquemas acerca del segundo sexo que *de facto* nos permite comprender con mayor claridad la omisión, invisibilidad y discriminación de este grupo en cuestión a partir de los discursos patriarcales imperantes en las sociedades, discursos que innegablemente han impuesto un sinfín de restricciones legales, políticas, educativas y -sin perder de vista- culturales. Por ejemplo, la dualidad (virgen *vis à vis* devoradora) que se impone en las mujeres cuando se les comprende como entidades objetuales tiene, de alguna manera, que converger en algo positivo, en este caso (y de forma quimérica)

² Aclaro que la actuación creativa en las mujeres, es decir como sujeto, también es fundamental en dichos estudios, sólo que para este estudio no es pertinente; sin embargo, es un caso que no hay que perder de vista. La pregunta sobre la exclusión de las artistas en la academia, ¿así como la consideración peculiar del genio masculino se trata en un artículo de perfecta factura titulado *Why Have There Been No Great Women Artists?*, publicado en 1971 por la recién fallecida historiadora del arte Linda Nochlin. Una interesante recuperación histórica femenina que hace la autora es precisamente los modelos de los artistas, en este caso aludo a Elizabeth Siddal, modelo del artista fundador de la hermandad prerrafaelista Dante Gabriel Rossetti.

³ Los estudios en este campo son de Erica Bornay, Bram Dijkstra, Marcela Lagarde, Gilles Lipovetsky y Griselda Pollock. El primero rescata la doble moral victoriana, en donde encuentra sucesivamente la santa y la prostituta a partir de personajes bíblicos, históricos, literarios, entre otros y, al tiempo, explica la visión de dichos prototipos a partir de artistas finiseculares occidentales de Francia e Inglaterra principalmente. El segundo define dos categorías muy presentes en la cultura finisecular: la monja hogareña y la vampírea. El tercero habla de los cautiverios como espacios en donde emerge el poder masculino que se crea desde el imaginario del “deber ser”. El cuarto disecciona tres tipos de mujeres: la repulsiva, el bello sexo y la emprendedora.

⁴ Simone De Beauvoir, *El segundo sexo, II la experiencia vivida*, Siglo XX, Buenos Aires, p.13.

De Beavoir, más adelante, propone que “(...) *la principal tarea de la mujer es reconquistar su identidad específica y desde sus propios criterios.*”⁵

En este tamiz, he retomado el estudio de las imágenes porque considero que son propuestas que nos permite internar una hermenéutica de las sociedades, en donde no sólo funcionan para reflejarlas a manera de espejo, sino que son dispositivos que caminan a través y mediante relaciones con otras imágenes, tal y como encontramos en los paneles del *Atlas Mnemosyne* propuestos por el historiador del arte de origen alemán Aby Warburg. Aquellas - las imágenes- nunca aparecen solas, y si llegan a presentarse de aquella manera caerían en una concepción histórica que se traduce en *una cronología de sucesos*, donde insiste en volver al pasado,⁶ inmediatamente fijarse allí para después retornar al presente sin realmente desentramar esos procesos subrepticios que asusta [o nos asusta] enfrentarse. Es así que las imágenes se entienden como algo dinámico; son hacedoras de temporalidades y espacios; instancias fugaces, o bien tangibles o bien aquellas que se revelan en nuestro pensamiento, las cuales conforman el “(...) *objeto onírico, obra y objeto de tránsito, monumento, objeto de montaje, como un saber y un objeto científico.*”⁷

Desde esta perspectiva, añado que Didi Huberman -con ahínco- y, a partir de las tesis de Walter Benjamin, menciona que esta imagen debe preguntarse, hallarse en accidentes que salten la vista, ver los detalles, emocionarse por la sublevación o enunciación del vuelo de las mariposas-*imago* en sus composiciones cromáticas y formales. Al tiempo, es momento de descubrir en ellas las causas de su existencia, su salvedad y su pervivencia en la memoria.

Una imagen es un *síntoma*, es una *huella*, es *ceniza y gesto*, que simultáneamente va en retrospectiva y prospectiva (fomenta un anacronismo voluntario)⁸. Una tarea que es laboriosa y, que, Didi-Huberman -en este caso- sugiere es evitar la producción sincrónica de montajes de los conocimientos obtenidos de las imágenes, uno sobre otro, sin efectuar un ejercicio de significación, salvo que es necesario fabricar una “(...) *fisura en el interior de cada uno de ellos*

⁵ El sociólogo francés Gilles Lipovestky (1997) presenta un tipo mujer parecida a lo que declara la autora. La tercera mujer o mujer indeterminada. Aquella inició negociaciones con sus congéneres y con la parte dominante para obtener en acto lo que tanto deseaba: el sufragio, del tal manera que su autocreación apenas -lentamente- comenzaba.

⁶ Es importante revisar la noción historia revisada en *Arqueología del saber* de Michel Foucault (1969), en donde asume que ya no se puede crear historia a partir de algo inamovible, sino que es necesario centrar al hombre en otros aspectos que le competen y que son parte de su *onticidad* como: los valores económicos, psicológicos y antropológicos.

⁷ Georges Didi-Huberman, *Arde la imagen*, Serieve, México, 2012, p. 11.

⁸ Didi-Huberman retoma esta idea del retorno al origen desde Benjamin y Warburg. Por un lado, en Benjamin, a partir de su concepto de imagen dialéctica, redime el presente desde el conocimiento crítico del pasado, y en dicho pasado enciende la esperanza a favor de su empatía con las clases dominantes, las cuales se enuncian como desecho o, también, como los vencidos. Para Benjamin “el arte es esbozar la realidad hacia atrás, a contrapelo”. Y, por el otro lado, Warburg concibe el origen desde el entendimiento de “los *astra* y los *monstra*”, de lo bello-celestial de arriba a los horrores que conlleva lo visceral. *Ibid.*, pp. 24-26.

(de los conocimientos sobre la misma)''⁹; ésta, visible no sólo en las que se consideran auténticas, sino que también aplica en sus reproducciones o copias realizadas en serie.

De lo anterior emerge el concepto de *Nachleben* sugerido por Aby Warburg, en donde Didi-Huberman, de manera concreta, en la imagen, lo considera como lo superviviente.¹⁰ (Didi-Huberman, 2009) Lo fantasmagórico que contiene permitirá elevar de forma metafísica aquello que es rechazado pero que en su interior pagano mantiene una vitalidad y pulsión inigualable. De esta manera el quehacer histórico de las imágenes es expedito, tanto así que se introduce a sistemas fuera de las corrientes positivistas como acontece con las supersticiones, las creencias y las tradiciones.

Desde esta breve reflexión sobre las mujeres en las imágenes y sobre la importancia de la imagen en sí, la presente ponencia propone analizar los cromos mexicanos ubicados entre 1940 a 1950, realizados en la ciudad de México por artistas conocidos (y poco conocidos o *amateurs*) como: José Bribiesca, Jesús de la Helguera, Luis Améndolla, José González Camarena. En dichos cromos, tomaré solamente a las féminas como objetos de visualidad plástica para desentramar la *men gaze* o mirada masculina¹¹ con la que fueron construidas y algunas imbricaciones entre género, raza, y clase.

Una de las peculiaridades que se observa en estas mujeres es que patentizan su conformación como productos de consumo, de erotización, de fetiche y, de forma más asertiva, como productos generadores de un ideal, de un mito a pesar de que en ese contexto las mujeres estaban demostrando acciones en la esfera pública y privada, es decir, hicieron ruido, alzaron la voz para considéreselas ciudadanos votantes y, a la par, tuvieron una participación activa más allá de su llamamiento como *guardiana o ángel del hogar*. Las imágenes no concuerdan con el constructo ideológico de lo que significa ser una mujer mexicana y lo único que reflejaba y fomentaba era el reforzamiento del Estado Nación, de embellecer la provincia para posteriormente sujetar *slogans* que versan de la siguiente manera: “lo más bonito de la República Mexicana” o, incluso, “la flor más bella del ejido”.

⁹ Cfr. Georges Didi-Huberman, *La imagen superviviente. Historia del arte y tiempo de los fantasmas según Aby Warburg*, Abada Editores, Madrid, 2009.

¹⁰ En la crítica cinematográfica se entiende cuando la mujer se expone como la parte pasiva. En las películas clásicas de los años 20 y 30 realizadas en Hollywood, el hombre se considera una entidad activa que lleva los ojos hacia una mujer aislada y embellecida. En ella encuentra deseos y fantasías sexuales, y mediante su mirada se convierte en su amo y dueño. Cfr. Laura Mulvey, *Placer visual y cine narrativo*, Editorial Episteme, Valencia, 1975. Su mirada falocéntrica funciona parecido al panóptico de Jeremy Bentham que refiere Michel Foucault, en donde somete, vigila (en un carácter voyeur) al detenido o, en este caso, al observado.

¹¹ En la crítica cinematográfica se entiende cuando la mujer se expone como la parte pasiva. En las películas clásicas de los años 20 y 30 realizadas en Hollywood, el hombre se considera una entidad activa que lleva los ojos hacia una mujer aislada y embellecida. En ella encuentra deseos y fantasías sexuales, y mediante su mirada se convierte en su amo y dueño. (Mulvey, 1975) Su mirada falocéntrica funciona parecido al panóptico de Jeremy Bentham que refiere Michel Foucault, en donde somete, vigila (en un carácter voyeur) al detenido o, en este caso, al observado.

Los cromos: escenario imaginario de lo *mexican curious*

Los cromos o cromolitografía consisten en impresiones realizadas a partir de técnicas rápidas como el *offset* que, básicamente, se obtenían mediante la impresión de fotografías de pinturas al óleo para a continuación conformar el complejo visual de los calendarios.

Angela Villalba, una gran coleccionista de calendarios mexicanos, comenta que en total existían cuatro casas impresoras ubicadas en la ciudad de México (Galas México, Enseñanza Objetiva, Litografía Latina), en Querétaro (Ladin) y otra más de origen estadounidense (Brown y Bigelow México). En ellas se fabricaban dos tipos de calendarios: los exclusivos y en serie. Los primeros eran diseñados por un artista en particular para una marca con un diseño gráfico puntual y los segundos se encargaban para anunciar productos misceláneos como cigarros, refrescos, tequila, entre otros.¹² A la par, se distribuían en tiendas ubicadas en provincia o en el corazón de la ciudad de México.¹³

Bajo dichas aclaraciones técnicas y formales cabe señalar que las ilustraciones pretendían comunicar y desocultar las maravillas que ofrecía México en los cuarenta y cincuenta; un país industrializado, acelerado y con la ilusión de vivir en la época más rica de la historia mexicana, en donde se recuperó las historias en tiempos de Don Porfirio Díaz, los melodramas rancheros y revolucionarios y el exotismo desde una mirada imperialista.¹⁴

Las féminas en cromos mexicanos

Distintas mujeres son representadas en los cromos: unas se muestran alegres, cariñosas y hogareñas; otras tienen una mirada seductora: de labios carnosos y cejas arqueadas y una figura *hipererotizada*: sus piernas robustas pero torneadas, caderas menudas, con peinados acompañados de *victory rolls* o de trenzas largas y estilizadas, semidesnudas o vestidas con indumentaria mexicana.¹⁵ Carlos Monsiváis menciona que las mujeres en esta época estaban insertas en un machismo que ya se había fundado en los años 30, de tradición judeocristiana, y del cual definía lo que era mexicano y, al tiempo, se sujetaba a los *clichés* del cine de oro mexicano.¹⁶ Algunas mujeres representadas en los cromos aluden lo que el sociólogo francés

¹² Angela Villalba, *Mexican Calendar Girls, Golden Age of Calendar Art: 1930-1960*, Chronicle Books, San Francisco, 2006, pp. 32-39.

¹³ *Ídem.*, p. 20.

¹⁴ Hay que tener en cuenta que esta influencia ya estaba inserta desde los años veinte con la llegada de revistas con anuncios publicitarios que invitaban a las damas a consumir lujos que se observaban en el país vecino, por ejemplo, a través de magazines de variedades, a mencionar: *Revista de Revistas* o el *Hogar*, que vendieron la imagen de las cabareteras o *flappers*, lo cual posteriormente vislumbró la aparición de las famosas *pelonas* en México.

¹⁵ Carlos Monsiváis, *Mexican Postcards*, John Kraniuskas (trad.), Verso, Londres, 1997, pp. 14-15.

¹⁶ Gilles Lipovestky, *La tercera mujer. Permanencia y revolución de lo femenino*, Ediciones Gallimard, París, 1997, p. 195.

Gilles Lipovestky (1997) llamó *segunda mujer* o mujer exaltada, la cual se dedicaba a la administración del hogar.

Aquellas también se insertan en lo que Marcela Lagarde llama *madresposas*, es decir las perfectas casadas que conocían bien los aparatos electrodomésticos y que estaban relacionadas con la imagen de la Virgen María o de Guadalupe. Un claro ejemplo se observa en un óleo que realizó José Bribiesca (*Sin título*, ca. 1940, óleo sobre tela, Galas México), aquel se utilizó como cromo para patrocinar un famosísimo refresco sabor manzana que, en la actualidad, su campaña publicitaria aún refiere la reunión tanto de amigos como de familiares. Estos elementos iconográficos evocan la influencia que tuvieron los publicistas y artistas de la época con el país vecino, en este caso cito la similitud acertada con el pintor neoyorkino Norman Rockwell (*Freedom we want*, ca. 1941-43, óleo sobre tela, Museo Norman Rockwell). Los patrones de occidentalización tales como la existencia de personajes de tez blanca y la pertenencia a una clase alta y media es común en ambos casos.

Las mujeres de los cromos también muestran una relación íntima con el nacionalismo. Por ejemplo, las Adelitas, las charras, las rancheras y las tehuanas exhiben su cuerpo ataviado para seducir a la comunidad, de manera que ésta tome cada símbolo patrio para fomentar y *co-crear* lo que Gutiérrez Chong conoce como el *national bulding*.

Dicho proceso se llevó a cabo desde 1850 hasta 1960 para congregar un deseo de unión entre colectividades y, a la par, introducirlas en tradiciones inventadas y en la obediencia cívica¹⁷ y, principalmente, para mostrar la doble cara de los nacionalismos, creadora tanto de arquetipos y estereotipos como para “(...) dignificar y estimular la capacidad de autoadmiração”¹⁸ La patria era representada en los cromos como la madre, la libertadora y la virginal. El *leitmotiv* de la patria que envolvía los cuadros neoclásicos franceses (v.g. Eugene Delacroix) se repetía en dicha representación sólo que había una diferencia: la rostricidad de la patria-mujer; en Delacroix se observa una mujer doliente, por un lado, y en el cromo, por ejemplo, de Jorge González Camarena, *La vendimia nacional*, 1946, se percibe un tanto hierática, en posición de patrocinio como cualquier representación Mariana que -en este caso- parece que protege a las mujeres, alegorías que remiten a regiones del sur del país, particularmente aquellas cuyo clima es tropical y donde abundan las costas.

¹⁷ Natividad Gutiérrez (coord.), “Tendencias de estudio de nacionalismo y mujeres”, en Natividad Gutiérrez Chong (coord.), en: *Mujeres y Nacionalismo en América Latina. De la independencia a la nación del nuevo milenio*, UNAM, México, 2004, pp. 43-46.

¹⁸ *Ibid.*, 43.

Las adelitas ya no se muestran como “(...) *hembras sucias, empolvadas y harraposas*”¹⁹ al contrario reflejan la figura de la *good-bad girl*.²⁰ Lo mismo sucede con las charras, rancheras y tehuanas. Aquellas ya presentan apariencia de “(...) *las amantes, las queridas, las edecanas, las vedettes, las exóticas, las encueratrices, las misses, las madres solas o madres solteras, las fracasadas, las que metieron la pata*”²¹, mucho menos de mujeres fatales (Circes, Liliths, Pandoras) o mujeres vampiro (Mata Haris, Gretas Garbo) sino que son seductoras, pero nunca malas; son tiernas, cariñosas, picaronas y reflejan la inocencia que evoca la Lolita de Vladimir Nabokov. Lipovestky asegura que su *sex-appeal* se encuentra en la naturalidad de su sonrisa y en la voluptuosidad de sus curvas.

Estas *pin-ups* o *baby dolls* ya no representan la temida vagina *dentata* sino que se caracterizan por tener un alma pura como las Madonnas de Rafael pero -claro- sin olvidar sus zapatillas o botas *yanquis*. En el cine mexicano, por ejemplo, ya no remiten tanto a la figura de la cubana Ninón Sevilla que interpretó *Aventurera* (1949), para involucrarse -aún más- con la actriz mexicana Dolores del Río en *María Candelaria* (1944).

Indudablemente estas representaciones se encuentran, según Pierre Bourdieu (1998), dentro de una violencia simbólica²² en donde el dominador observa como el dominado cede a las categorías sociales. El olvido de su historia política y social que las féminas ejercieron durante dicha época es clara a pesar de que tras bambalinas (y de forma rudimentaria) comenzaban a tomar el “control”.

Su carrera política llevaba por detrás los movimientos sufragistas de las inglesas que se dieron en la primera década del siglo XX: las grandes manifestaciones que realizaron en el parque público de Hyde Park (1908) o la ardua marcha del río Támesis a la Cámara de los Comunes (1908) y los homenajes realizados en 1911 en honor a su musa de lucha, Juana de Arco.²³ Las mujeres que buscaban el voto reconocieron dichos antecedentes, sin embargo, sus circuitos de resistencia, iban por otro camino: en primera instancia no buscaban conflictos con la parte hegemónica como fue el caso de las inglesas que actuaron como *gamberros*, de tal suerte que -y de acuerdo a Enriqueta Tuñón - más bien buscaban mantener la cordura y los buenos modales.²⁴ En un segundo momento, los frentes y coaliciones fueron su tutela, que a

¹⁹ Heriberto Frías en “Tomóchic”, 1893. Cfr. Martha Eva Rocha, *El Álbum de la Mujer: antología ilustrada de las mexicanas. Volumen IV. El Porfiriato y la Revolución*, INAH, México, 1991, p.72.

²⁰ Gilles Lipovestky, *La tercera mujer. Permanencia y revolución de lo femenino*, Ediciones Gallimard, Paris, 1997, p. 160.

²¹ Marcela Lagarde, *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, UNAM, México, 2001, p. 559.

²² Pierre Bourdieu, *La dominación masculina*, Editorial Anagrama, Paris, 1998, pp. 49-50.

²³ Liz Mcquinston, *Suffragettes to she devil: women's liberation and beyond*, Cátedra, Madrid, 1997.

²⁴ Enriqueta Tuñón, “El derecho de las mujeres al sufragio”, en: Gisela Espinosa Damián, Ana Lau Jaiven (coords.), *Un fantasma recorre el siglo. Luchas feministas en México 1910-2010*, UAM Xochimilco, México, 2011, p. 129.

pesar de los constantes cambios de nombres nunca perdieron de vista sus metas. El más importante fue la Alianza de Mujeres en México (AMM) a cargo de Amalia Castillo, este logró el voto activo de 1952.

El sufragio permitió incluir a la mujer en las decisiones políticas, sin embargo, este alcance sólo incrementó simpatizantes del grupo político que permitió su concesión. Adolfo Ruiz Cortines, adscrito del PRI, fue contundente cuando declaró que la inclusión de las mujeres no significó un cambio en la concepción igualitaria o en términos de equidad, al contrario, sólo evidenció mayor participación de las femeninas en actividades como el cuidado de salud, la alimentación y problemas de primera necesidad en la familia²⁵ que, hasta hoy, se consideran innatas, en términos biológicos y sociales.

Hasta este punto las imágenes que hemos comentado identifican el problema entre la femineidad y masculinidad que se encuentra imbuido en procesos políticos y culturales. Griselda Pollock comprende dichos términos como aquellos que marcan la diferencia y cómo ésta se resuelve con la presencia del canon²⁶; este asimilado como categoría masculina, de exclusión y marginación sexual, racial y de clase. Al tomar la diferencia antes comentada, las relaciones de poder y género y las construcciones sociales a partir de convenciones establecidas e inamovibles caben para comprender la manera en que operan las intervenciones feministas en las imágenes.

Dichas intervenciones son conceptualizadas por Pollock a partir de la minuciosa lectura de *Grundrisse*, obra de Marx publicada en los años 50. En el texto, Marx explica la forma en que la producción de arte está relacionada con el productor y el consumidor (o el que experimenta una experiencia estética). Desde esta premisa, los que producen generan objetos para el sujeto y este para el objeto. Es un entramado de relaciones que se alimentan uno de otro.²⁷

Si ubicamos esta propuesta de análisis en los cromos, se reconoce: 1. la hegemonía de poder androcéntrica en el hecho de reconocer a las mujeres son objetos publicitarios y en la configuración del discurso del arte en el artista, 2. Cánones determinantes: la sumisa y la pícaro, y 3. las imágenes creadoras de nacionalismos vestidos a la usanza precolombina, ancestral, tradicional y... *hollywoodense* amén a las consecuencias de posguerra, a la apertura turista en el país y al estallido de los medios de comunicación.

²⁵ *Ibid.*, p. 141.

²⁶ Griselda Pollock, "Visión, voz y poder: historias feministas del arte y el marxismo" en Karen Cordero e Inda Sáenz (comps.), *Crítica feminista en la teoría e historia del Arte*, CONACULTA, México, 2001, p. 143.

²⁷ Griselda Pollock, *Visión y Diferencia. Feminismo, femineidad e historias del arte*, Argentina, Fiordo, 2013, pp. 22-25.

Consideración final

Los cromos, hoy en día, existen como imágenes para publicitar pueblos mágicos o campañas políticas con el objeto de mostrar -nuevamente- la belleza del país. Un caso en particular, a mencionar, se sujetan en los *spots*, a grandes rasgos una campaña publicitaria, que una televisora mexicana realizó en el marco de la celebración del Bicentenario 2012, llamado “Estrellas del Bicentenario”. En ellos se representaba lo mejor de cada país: sus habitantes, las reservas ecológicas y los lugares turísticos; todos imperdibles. En las secuencias aparecen mujeres sin portar indumentarias, sino al contrario portaban vestidos cuya paleta cromática sugería tonos referentes a lo mexicano, a lo “colorido”, a lo “festivo”. Las mujeres que aparecieron en cada plano en realidad no se apegaban a la real presentación de los habitantes de cada región, esto significa que de ninguna manera se apegaron a una visión étnica de los pueblos indígenas que aún perviven, sino que -como los cromos de los años 40 y 50- adoptaron modelos bajo el canon de belleza ideal, de una belleza configurada a partir de una *blanquitud*.

Lo interesante de este ejemplo fue que, en un segundo plano y acompañando aquellas mujeres ideales, sorpresivamente se presentó uno que otro residente de las regiones evidenciadas pero miradas desde la *otredad* porque se observa como emergen de la obscuridad de la selva, de lo exótico de la región para, posteriormente, exhibirlos como objetos de museo que tienen la cualidad de ser observados y, a la par, se sujetan a una clasificación como si en realidad se tratasen de objetos museales, o simplemente considerárseles elementos maravillosos que se pueden encontrar en un gabinete de curiosidades. Lo anterior no es nada nuevo, en la época que situé el objeto de estudio, a saber, las películas de Emilio “El Indio” Fernández no estaban tan alejadas de aquella premisa. Menciona, en suma, Julia Tuñón que el director mexicano solía encuadrar más la figura embellecida, glamorosa de Dolores Del Río o de María Félix que los indígenas, incluso, en las secuencias, sólo se usaban como extras, se colocaban en las cercanías o periferias de los escenarios, pero siempre ocultos. Este ejemplo nos orienta a las intervenciones femeninas, las cuales no sólo se enfocan en las mujeres sino al contrario incluyen esquemas ideológicos que implican una dominación masculina, pero también abona campos de interseccionalidad, los cuales engloban necesariamente cuestiones de etnia y clase. Las imágenes muestran una *blanquitud* que conforma un *pantone* neutro y, que, en la época representó ese ideal de nación que no deja mirar aquellas identidades diversas que en el contexto se manifestó. Los cromos dan cuenta de un racismo y sexismo cubierto de un proyecto de nación que pretendió ser una copia fiel de un orden y progreso que se configuró desde finales del siglo

XIX. La cultura higienista sin duda pervivió y sólo reforzó aquellos discursos de lo normal y lo anormal, de lo aceptable e inaceptable, de un *obscurecimiento* que en los mexicanos significó: *símbolo de vergüenza*. Una clara contradicción porque, si bien resaltaban la indumentaria, ocultaban las re-presentaciones de sus habitantes reales.

Referencias

- Pierre Bordieu, *La dominación masculina*, Editorial Anagrama, Paris, 1998.
- Erika Bornay, *Las hijas de Lilith*, Ediciones Cátedra, Madrid, 1990.
- Nikki Craske, "Ambiguities and Ambivalences in Making the Nation: Women and Politics in 20th-Century Mexico", *Feminist Review*, No. 79, *Latin America: History, war and independence*, 2005.
- Simone De Beauvoir, *El segundo sexo, la experiencia vivida*, Siglo XX, Buenos Aires.
- George Didi-Huberman, *Arde la imagen*, Serieve, México, 2012.
- _____, *La imagen superviviente. Historia del arte y tiempo de los fantasmas según Aby Warburg*, Abada Editores, Madrid, 2009.
- Bram Dijkstra, *Idols of Perversity. Fantasies of Feminine Evil in fin-de-siecle culture*, Oxford University Press, Nueva York, 1986.
- Carola García Calderon, "Representaciones de la mujer en la publicidad mexicana", *IC Revista Científica de Información y de Comunicación*, N°.2, 2005, pp. 43-54.
- Natividad Gutiérrez Chong, "La construcción del heroísmo de Mariana de Jesús: Identidad nacional y sufrimiento colectivo", *ÍCONOS. Revista de Ciencias Sociales*, Quito, Ecuador, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, núm. 37, pp. 149-159.
- _____, "Tendencias de estudio de nacionalismo y mujeres", en Natividad Gutiérrez Chong (coord.), en: *Mujeres y Nacionalismo en América Latina. De la independencia a la nación del nuevo milenio*, UNAM, México, 2004, pp. 19-65.
- , "Mujeres Patria-Nación. México: 1810-1920", *Revista de Estudios de Género. La ventana*, México, Universidad de Guadalajara, núm. 12 (dic., 2000), pp. 209-243.
- Joanne Hershfield, *Mexican Cinema / Mexican Woman, 1940-1950*, The University of Arizona Press Tucson, USA, 1996.
- Ana Lau Jaiven, *La nueva ola del feminismo en México*, Colección Mujeres en el tiempo, México, Grupo Editorial Planeta, 1987.
- Amelia M. Kiddle, "Cabaretistas and Indias Bonitas: Gender and Representations of Mexico in the Americas during the Cárdenas Era", *Journal of Latin American Studies*, Cambridge University Press, Vol. 42, No. 2 (May 2010), pp. 263-291.
- Marcela Lagarde de los Ríos, *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, UNAM, México, 2001.
- Marta Lamas, "Género: claridad y complejidad", (dic., 2003), [En Línea] biblio.comisionporlamemoria.org/meran/getDocument.pl?id=74
- Gilles Lipovestky *La tercera mujer. Permanencia y revolución de lo femenino*, Ediciones Gallimard, París, 1997.
- Karal Ann Marling, *Norman Rockwell, 1894-1978: el pintor más popular de Estados Unidos*, Taschen, Madrid, 2010.
- Liz Mcquinston, *Suffragettes to she devil: women's liberation and beyond*, Cátedra, Madrid, 1997.

Carlos Monsiváis, "When Gender Can't Be Seen amid the Symbols: Women and the Mexican Revolution", en: Jocelyn Olcott, Mary Kay Vaughan, Gabriela Cano (eds.), *Gender, Politics, and Power in Modern México*, Duke University Press, USA, 2006, pp. 1-20.

_____, *Mexican Postcards*, John Kraniuskas (trad.), Verso, Londres, 1997.

Laura Mulvey, *Placer visual y cine narrativo*, Editorial Episteme, Valencia, 1975.

Griselda Pollock, *Visión y Diferencia. Feminismo, feminidad e historias del arte*, Fiordo, Argentina, 2013.

_____, "Diferenciando: El encuentro del feminismo con el canon", en: Karen Cordero e Inda Sáenz (comps.), *Crítica feminista en la teoría e historia del Arte*, CONACULTA, México, 2001.

_____, "La heroína y la creación de un canon feminista", en: Karen Cordero e Inda Sáenz (comps.), *Crítica feminista en la teoría e historia del Arte*, CONACULTA, México, 2001.

_____, "Visión, voz y poder: historias feministas del arte y el marxismo" en Karen Cordero e Inda Sáenz (comps.), en: *Crítica feminista en la teoría e historia del Arte*, CONACULTA, México, 2001.

_____, "Feminist interventions in the Histories of Art", *Vision and Difference: Feminity, Feminism and the Histories of Art*, Londres, 1988, pp. 1-17.

Enriqueta Tuñón Pablos, "¡Todas a votar! Las mujeres en México y el derecho al voto (1917-1953)", en: Sara Beatriz Guardia (comp.), *Historia de las mujeres en América Latina*, CEMHAL, Perú, 2013, pp. 243-255.

_____, "El derecho de las mujeres al sufragio", en: Gisela Espinosa Damián, Ana Lau Jaiven (coords.), *Un fantasma recorre el siglo. Luchas feministas en México 1910-2010*, UAM Xochimilco, México, 2011, pp. 125-146.

Julia Tuñón (comp.), *Voces a las mujeres. Antología del pensamiento feminista mexicano, 1873-1953*, UACM, México, 2011.

_____, "Feminity, Indigenismo, and Nation: Film Representation by Emilio "El Indio" Fernández", en: Jocelyn Olcott, Mary Kay Vaughan, Gabriela Cano (eds.), *Gender, Politics, and Power in Modern México*, Duke University Press, USA, 2006, pp. 81-96.

VV.AA., *La leyenda de los cromos. El arte de los calendarios mexicanos del siglo XX en Galas México*, Asociación Carso, Museo Soumaya, México, 2000.

Angela Villalba, *Mexican Calendar Girls, Golden Age of Calendar Art: 1930-1960*, Chronicle Books, San Francisco, 2006.

Nira Yuval-Davis, "Género y nación", en: Natividad Gutiérrez Chong (coord.), *Mujeres y Nacionalismo en América Latina. De la independencia a la nación del nuevo milenio*, UNAM, México, 2004, pp. 67-81.

Margarita Zárate Vidal, "Muticulturalismo, poder y mujeres", en: Natividad Gutiérrez Chong (coord.), *Mujeres y Nacionalismo en América Latina. De la independencia a la nación del nuevo milenio*, UNAM, México, 2004, pp. 83-113.

Otras fuentes

Colección Archivo Casasola, Ciudad de México, México, <<<http://sinafo.inah.gob.mx/coleccion-archivo-casasola/>>>

Museo Archivo de la Fotografía (MAF), Ciudad de México, México, consultado el 20 de enero de 2018, <<<https://mafimuseo.wordpress.com/>>>

Museo del Calendario (MUCAL), Queretaro, México, <<<http://mucal.mx/museo/>>>

Anticlericalismo y laicidad en la revista *Repertorio Americano*, 1920- 1930

Mtra. María Fernanda Galindo
México
mfgalindor@gmail.com

Resumen

Los artículos reproducidos durante la década de 1920 que presentaron el rechazo al clero y la promoción de los valores laicos publicados en la revista centroamericana *Repertorio Americano* indican una serie de complejas relaciones entre el Estado y la Iglesia en América Latina, específicamente en Costa Rica. Los combates entre las posturas radicales del laicismo y los debates por lo laico se entienden mejor frente a una serie de largos procesos históricos que vivió la región. El presente trabajo busca estudiar las condiciones de elaboración y sociabilidad de los discursos del anticlericalismo y laicidad por parte de los intelectuales agrupados en la dicha publicación y cómo estos influyeron en la matriz de pensamiento latinoamericano.

Palabras clave: Repertorio Americano; Intelectuales; Laicidad; Anticlericalismo.

Introducción

La Iglesia Católica ha sido uno de los grandes actores políticos en la historia de América Latina. Su trato con el Estado no ha sido ajeno a los procesos sociales, culturales o ideológicos. Por ello las comunidades intelectuales siempre han tenido una incisión sobre dicha correlación, especialmente a través de la opinión pública. Durante las primeras décadas del siglo XX la clerecía y los Estados- Nación Latinoamericanos tuvieron una serie de complejas relaciones marcadas por la búsqueda de laicidad, enfrentamientos armados, legislaciones, propuestas anticlericales y debates políticos. Estos discursos quedaron plasmados en varios medios, como el caso ocurrido en la revista costarricense *Repertorio Americano*, donde los artículos sobre laicismo y laicidad representaron un proceso cultural, político e histórico.

Ante ello, el presente trabajo se pregunta: ¿cuáles fueron las condiciones de producción y circulación social de los discursos del anticlericalismo y la laicidad por parte de los intelectuales agrupados en la revista *Repertorio Americano*, y cómo estos influyeron en la matriz de pensamiento latinoamericano?

El texto se divide en dos partes. En un primer momento se aborda el contexto histórico de América Latina, ya que entre 1920 y 1930 la Iglesia Católica no sólo representó una cuestión cultural y personal, sino un sujeto político, cohesionador social y factor identitario. Por ello también se le vio como parte del ser latinoamericano y del control moral de las sociedades. Después se hace un breve balance histórico de la revista *Repertorio Americano*. Con esto se busca explicar por qué los hombres de letras se posicionaron desde varios niveles, generando

dinámicas para debatir sobre limitar, moldear o erradicar al clero y la religión frente al Estado moderno.

En un segundo apartado se analizan los discursos publicados en *Repertorio Americano*. Primero los que abordaron el anticlericalismo, donde especialmente entran las corrientes de pensamiento que se promulgaron a partir del estallido de la Guerra Cristera en México. Posteriormente se examinan otros que trataron las propuestas de la laicidad a través de las muchas opiniones y críticas sobre consolidación de los Estado- Nación, específicamente aquellas dichas por los grupos liberales y socialistas en temas como la educación o la política.

En un balance general, se puede afirmar que todo esto marcó la consciencia latinoamericana al formar parte de un proyecto político y cultural que buscó una renovación social y la promoción de la modernidad y el progreso frente a los quiebres oligárquicos y las transformaciones del panorama internacional marcado por dictaduras, la Primera Guerra Mundial, la crisis económica internacional, la urbanización, la migración, la Revolución Rusa o la Revolución Mexicana.

Contexto histórico

En América Latina la década de 1920 fue una época de cambios. La coyuntura histórica abrió un momento clave para reflexionar sobre la identidad y el rumbo continental, donde la intelectualidad jugó un rol imprescindible en la construcción de las sociedades por venir a través de proyectos nacionales, renovaciones culturales, corrientes ideológicas y tendencias político-sociales. A su vez, la modernidad se instauraba con fuerza, aunque también con disparidades: la urbanización, la migración, la modernización del periodismo, el avance tecnológico, el surgimiento de tendencias revolucionarias (internacionalmente el caso Ruso y en el continente la versión mexicana), la apertura democrática de las sociedades, pero también las dictaduras, las vivencias posbélicas, las caídas económicas y el agotamiento del modelo liberal europeísta establecieron un marco favorable a las discusión de los antiguos paradigmas y la inclusión de nuevos perfiles.¹

Dentro de todos estos procesos, existieron doctrinas que incitaron la búsqueda por modernizar a las sociedades latinoamericanas. En ese sentido, las ideas fueron un campo de batalla sobre los proyectos políticos, sociales y culturales que debían consolidarse en el sentido gubernamental y práctico. Entre las ideologías más complejas y relevantes del periodo

¹ Ver Eric Hobsbawm, *Historia del Siglo XX*, Tercera Reimpresión, Argentina, Crítica 1999.

estuvieron el anticlericalismo y la laicidad, donde ambas tuvieron un papel notable dentro de la construcción del movimiento latinoamericanista, la cimentación de discursos sobre el nacionalismo y el arquetipo del quehacer de los intelectuales en la política.

Acerca del anticlericalismo es posible afirmar que el concepto se venía afinando desde el siglo XIX, lo que llevó a varios tipos del mismo: ilustrados, católicos, liberales, socialistas, románticos y populistas. Hubo críticas que atacaron a la Iglesia en su totalidad; modelos antirreligiosos que concebían la fe como nefasta para la humanidad y buscaban erradicarla; y versiones donde clérigos o creyentes fueron críticos de sus sacerdotes o de las posturas públicas de su propia institución. Por su parte, la laicidad evocó una separación del Estado y del papel institucional de la religión en cuanto a poder político y cohesionador social. Por ende, nuestra idea de laicismo se compone de estas dos vertientes como una corriente de resistencia política e intelectual. Es decir que por su mismo medio se abordaron reflexiones civiles, igualmente se cuestionó el papel de rechazo hacia la catolicidad; proyectándose en forma discursiva como un actor fundamental de la opinión pública.

Entre 1880 y 1930 el centro de todos los debates sobre el tema fue la querrela por lograr un Estado secularizado, pero como ha señalado Blancarte (2008), la laicidad no fue intrínsecamente antirreligiosa ni de rechazo al clero. Por ello es posible dar cuenta que el tejido conformado por ambos valores abarcó un gran abanico de temas sociales, culturales y políticos que se fueron definiendo acorde a los acaecimientos de cada época y país.

El desarrollo de los Estados Nacionales en el siglo XIX y las rupturas antioligárquicas de inicios del siglo XX, dejaron en tela de juicio el papel de la Iglesia Católica frente al Estado. Entre 1920 y 1930 los gobiernos de América Latina habían establecido -o establecieron- leyes de corte liberal que dieron educación laica, libertad de cultos, secularización de los cementerios y matrimonios, entre otros.² Por ello, los debates ideológicos se generaron alrededor de cuestiones educativas, económicas, militares, obreras, feministas y políticas; ya que todos estos elementos se encontraban trastocados por el poder del clero y las visiones religiosas y la falta de profanidad. Cabe mencionar que los debates no siempre se revelaron delimitados temáticamente con total exactitud, pues sus ideas principales se promulgaron entre líneas, se fusionaron entre sí o con otras tendencias políticas.

² Roberto Blancarte, "Laicidad y laicismo en América Latina" *Estudios Sociológicos*, vol. XXVI, núm. 76, 2008, pp. 139-164, p. 153

Durante el periodo, esta independencia predominó con éxito en la tinta, pero en la vida práctica estaba por construirse, pues las oligarquías liberales no lograron cimentar verdaderas instituciones civiles sin prescindir de la autoridad religiosa, ni del poder simbólico que la clerecía había construido a lo largo de varios siglos.³

El catolicismo figuró como parte esencial de las estructuras políticas, económicas y sociales en todo el subcontinente. El deseo de imprimir a la sociedad un carácter laico derivó en la exposición de casos sobre la lucha hacia las organizaciones practicantes, pero especialmente en una visión contra las altas jerarquías y su influencia en las masas, consideradas cada vez más fanáticas. No obstante, para algunos hombres de letras la cuestión no era tan sencilla. En algunas opiniones resultó vital mantenerla como aliada para lograr un progreso social y un buen orden moral, mientras que otros buscaron reducirla a una estructura meramente devota y en los más radicales propusieron fomentar sociedades agnósticas.

En general, gran parte de la intelectualidad latinoamericana vio en la disputa contra el clero una fibra susceptible dentro del tejido de libertad, independencia y progreso nacional-latinoamericanista. El objetivo fue promover las ideas que integraban parte de una nueva composición regional, vista como una gran nación surgida de los más altos valores del hombre: libertad, igualdad, paz, razón, fraternidad, entre otros. Fue con estos procesos que ciertas personalidades se dieron espacio en las páginas de publicaciones periódicas para debatir sobre los sucesos que les acontecían.

Las revistas promovieron un nuevo modo de organización socio-cultural, un *editorialismo programático* que logró la consolidación del campo intelectual al fusionar las diversas ideas de grupos políticos, artísticos y culturales. En sus páginas se generaron propuestas políticas en pro de la modernización y el progreso de sus sociedades. Fue así que la mayoría de los emprendimientos periodísticos enfrentaron la necesidad de pronunciarse en un sentido revolucionario ante las disyuntivas de la realidad social, definiendo el sector que pretendían representar.⁴

Se trató de crear espacios para reivindicar la importancia de la laicidad en el gobierno, la educación y la legislación; a la vez que se permitió cuestionar a lo católico como institución y unificador social. La promoción de un nuevo liberalismo, socialismo o ímpetu revolucionario, llevó a concebir una política alejada de los dogmas moralistas. En este caso, varios intelectuales

³ Roberto Blancarte, "Laicidad y laicismo en América Latina" *Estudios Sociológicos*, vol. XXVI, núm. 76, 2008, pp. 139-164, p. 158

⁴ Fernanda Beigel, "Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana." *Utopía y Praxis*, vol. 8, núm. 20, enero-marzo 2003, pp. 105-115, pp. 107-108

se apoyaron en la plataforma de *Repertorio Americano* para exponer noticias y aspiraciones sobre el papel de la Iglesia Católica y el Estado en Costa Rica, pero también en Iberoamérica.

Sobre Repertorio Americano

Desde hace varios años *Repertorio Americano* ha sido considerada como un baluarte de la literatura latinoamericana. Su riqueza cultural, sumada a sus años de duración, le ha ganado un espacio como una de las publicaciones de mayor renombre. Sin embargo, han quedado pendientes los análisis sociales y políticos que la revista pudo enmarcar gracias a sus variadas labores intelectuales y múltiples objetivos.

Publicada en San José, Costa Rica, entre 1919 y 1958, tuvo 39 años de vida ininterrumpidos y alcanzó los 1,181 números. Su único director fue Joaquín García Monge (1881- 1958): profesor, editor, escritor, periodista e intelectual costarricense. El nacimiento de esta revista estuvo influenciado por su homónima, que el venezolano Andrés Bello propagó en Londres entre 1826 y 1827, la cual sobresalió por sus aportes literarios, marcados con una fuerte conciencia social americana, a las nuevas naciones independientes.⁵ Por su parte, la línea ideológica de la revista centroamericana se mantuvo en el debate sobre *América* y lo *americano* en una visión que reducía los nacionalismos para promover la unidad latinoamericana o hispanoamericana.⁶

Su vida debe verse en el centro de la intelectualidad. Históricamente no sólo ha resaltado su longevidad, sino también el amplio alcance de su circulación y comercialización.⁷ A ello sumamos que por sus páginas circularon las opiniones de los hombres de letras más relevantes del mundo iberoamericano: el español Miguel de Unamuno, la chilena Gabriela Mistral, el nicaragüense Augusto Sandino, el cubano José Enrique Varona, los peruanos José Carlos Mariátegui y Víctor Raúl Haya de la Torre, y de los mexicanos Alfonso Reyes y José Vasconcelos, entre otros.

⁵ María Ramírez Delgado, () “La Biblioteca Americana y El Repertorio Americano” *América*, núm. 41, 2012, pp. 113- 121, p. 2 [consultado el 14 de noviembre de 2016 <http://america.revues.org/400> ; DOI : 10.4000/america.400]

⁶ Alexandra Pita, (2009) “La discutida identidad latinoamericana: debates en el *Repertorio Americano*, 1938- 1945” en Granados A. y Marichal, C. (coord.) *Construcciones de las identidades latinoamericanas. Ensayos de historia intelectual siglos XIX y XX*, El Colegio de México, México, 2004, pp. 243

⁷ Por ejemplo, para 1927 contaba con agencias en Nicaragua, Panamá, Honduras, El Salvador, Guatemala, Valparaíso, México y Perú; en 1932 se habían extendido a otros lugares como: Arequipa en Perú, Nueva York en Estados Unidos, París en Francia, Manizales en Colombia, Barcelona en España, y Toluca en México. En 1936, en El Salvador se colocaban 60 suscripciones y en Panamá hubo épocas de colocar 100 o más. En 1938 podía conseguirse la revista en la Librería Nacimiento y Librería y Editorial Ercilla, en Santiago de Chile; en la década de los cuarenta se encontraba en San Juan de Puerto Rico; con A. Vicente y Compañía en Boston; y con F.W. Faxon Co. en Londres. En: Mario Oliva, “Revista *Repertorio Americano*: algunos alcances sobre su trayectoria, 1919- 1958” *Revista Izquierdas*, 1, núm. 1, 2007, pp. 1- 22, p. 12.

No fue una plataforma homogénea. Al no pertenecer a ninguna institución pública o partido político quedó siempre abierta al debate y la construcción de la identidad americana a través de temas disímiles. Predominando valores como la libertad, la justicia y el humanismo; mayoritariamente desde las claves culturales y literarias, pero también atravesando los grandes debates de su época, como el antiimperialismo, aprismo, sandinismo, nacionalismos o apologías por la democracia.

Al contrario de otras revistas latinoamericanas mantuvo una línea editorial clara y constante durante todos sus años, pero fue muy sigilosa con sus confrontaciones, manejando sus desacuerdos de manera discreta. También es posible afirmar que se trató de una *revista de revistas*, es decir que se caracterizó por: “estructurarse en una proporción importante a partir de recortes de otras revistas extranjeras.”⁸ García Monge eligió personalmente cada uno de los artículos que se publicaron o reprodujeron, lo que imposibilitó que la editorial se alimentara del criterio específico de un colectivo intelectual, político o artístico.

Al tener una vida tan larga, *Repertorio Americano* mantuvo diversas etapas. Resulta imposible abarcar tal labor en estas páginas, pero podemos definir que su primera década (1919-1930) fue una temporada de raíces y afianzamiento de su identidad. A partir de este periodo la axiología moderna se apodera de la revista y la sitúa como un ejemplo de vanguardia política. Se abarcó un poco de literatura, se transmitieron noticias publicadas en otros medios y dieron inicio los debates sociopolíticos. Antiimperialismo, revolución social, el movimiento galo Clarté!, la Reforma Universitaria, pacifismo, indigenismo, aprismo, socialismo o latinoamericanismo circularon por sus páginas retratando todo el acontecer de Costa Rica y el subcontinente frente al mundo.

Repertorio logró afianzarse como un espacio clave del mundo intelectual. Su permanencia y capacidad de aglutinar una vasta producción cultural le permitieron convertirse en un lugar clásico de la conciencia e identificación latinoamericana. Ya que sus títulos estuvieron atravesados por los momentos históricos más relevantes de su tiempo y por las querellas más distinguidas sobre la construcción de la modernidad. Todos estos elementos la han enmarcado como un mosaico de posibilidades sobre el pensamiento regional pasado o presente.

⁸ Antonia Viu, “Culturas lectoras, recortes y colaboración en las revistas culturales *Repertorio Americano* y *Babel*” *Revista de Humanidades*, núm. 35, enero- junio 2017, pp. 159-184, p. 160. [consultado el 21 de enero de 2018. http://www.academia.edu/32489553/Viu_Antonia._Culturas_lectoras_recortes_y_colaboración_en_las_revistas_culturales_Repertorio_Americano_y_Babel._Revista_de_Humanidades_35_enero-Junio_2017_159-186]

Anticlericalismo

Durante las primeras décadas del siglo XX en América Latina el impulso secularizado fue constante, aunque no unificado. Desde esas posturas vio la luz el laicismo que, pese a sus pequeñas dimensiones, albergó estilos heterogéneos en su interior. En *Repertorio Americano* sobresalieron dos de sus disposiciones: aquellos que rechazaron a la institución, pero también a la religión; y en segundo lugar, los intelectuales que estuvieron de acuerdo con la existencia de las devociones pero disconformes con la estructura de la curia romana en el manejo del culto y sus posturas sobre el estado.

Para el primer caso, se trató de partidos que buscaron instaurar la razón, el progreso y la igualdad. Para estos, el papel del clero mantenía un rol importante el cual había que confrontar para lograr una transformación social que estuviese a la altura de la época histórica. En el segundo caso, se aceptaba la existencia de una corporación de fe, con las connotaciones morales y comunitarias que ello indicaba, pero al mismo tiempo se pretendió su metamorfosis política acorde a estatutos menos conservadores.

Importa destacar que la promoción de valores anticlericales provino de mundos tan diversos como lo eran socialistas, anarquistas o liberales. A ello se suman los ejes temáticos que se interconectaron: la crítica a las oligarquías y grupos militares, el rechazo al mantenimiento de las templos por parte del Estado, la educación cristiana o la crítica de los creyentes a su propio culto (es posible sostener que estas posturas fueran expresadas por practicantes de religiones minoritarias -como protestantes o judíos-, pero igualmente por mismos fieles de grupos poco privilegiados como los jesuitas).

Sobre el rechazo a lo católico, uno de los textos más ejemplares fue del educador y escritor costarricense Roberto Brenes- Mesén.

La religión ama; el clericalismo católico odia. [...] El clericalismo católico, por el contrario, no tiene más que una puerta de entrada para todos y una sola morada sombría para todas las inteligencias. [...] Ser católico y ser clerical no es una misma cosa, eso es obvio; pero en ese país el católico está compelido a hacerse clerical; de otra suerte para el clero, no es enteramente católico, pues que conserva independencia de juicio. Y como el clericalismo condena los principios que en tanta consideración tenemos los hombres que hemos recibido la influencia de la cultura política y social de la época, no veo fácil mi conversión al catolicismo.⁹

Brenes, repudió la falta de sensibilidad de la Iglesia en Costa Rica. Ante ello, es posible comprender que esta fuese vista como un mal social, que limitaba la consciencia, la libertad y la inteligencia. A ello se le sumó la activa participación del organismo religioso en la política

⁹ Roberto Brenes- Mesén, "El clericalismo católico" *Repertorio Americano*, Tomo IV, núm. 13, 1922, p. 169.

regional a través de partidos políticos, asociaciones obreras, escuelas, universidades y aspectos culturales.

Este factor se complementa con un artículo de 1920, publicado en Bélgica y reproducido por García Monge (quizá por la precisión y coincidencia de ideales). Se trató de una pastoral pronunciada por M. Woste, un obispo católico de Namur, quien incitó a no confundir la política con la devoción.

Lo que yo espero de mi clero, lo que le exijo y recomiendo expresamente en esta circular, es que guarde en las elecciones una severa, una estricta neutralidad. [...] Nunca puede descender sin peligro el sacerdote y queda comprometida la santidad de la palabra divina. Una parte del rebaño se aleja del Pastor y llena de cólera contra él puede llegar hasta desconocer su sagrado ministerio y en todo caso no dejará de perseguirle con sus venganzas y sus recriminaciones. [...] De ahí resultan males incalculables: la religión, solidaria de las imprudencias de algunos de sus ministros; nuestra misión divina, desconocida, y muchas almas perdidas porque no ven ya en nosotros tan sólo representantes de Jesucristo, como deberíamos serlo. ¡Ah! No nos convirtamos nunca en hombres de partido.¹⁰

El artículo fue un llamado a que los sacerdotes evitaran insinuaciones partidistas dentro de los procesos electorales, especialmente para que la gente votara por el Partido Católico sólo por profesar dicho culto. A su vez, las palabras del pastor demostraron el ejercicio de un credo inconforme consigo mismo. Su intención era renovar los templos como actor social, quitándole el estatus económico y oficial que había generado a lo largo de la historia colonial, pero motivando su existencia como una asociación espiritual. Esto se entiende frente a los gobiernos oligárquicos de la época, compenetrados con las estructuras parroquiales y con amplia injerencia en las masas populares; por lo que no es sorprendente que estos fuesen un límite social y espiritual frente a la necesidad de lograr sociedades reformadoras.

En ese mismo sentido, se reprodujeron otros artículos que aludían a situaciones con respecto al gobierno, los avances científicos y la educación, como fue el caso del académico estadounidense Charles William Eliot.

La nueva religión exaltará y alabará el amor de Dios y la compasión y no se aventurará a decir lo que la justicia de Dios puede o no puede requerir de sí mismo o de sus criaturas. Será esta una de las grandes diferencias entre la religión futura y las religiones del pasado. El cristianismo instituido como gobierno condenó a la masa del género humano a tormento eterno, en parte a consecuencia de que los jefes de las iglesias creyeron que entendían completamente la justicia de Dios, y en parte a causa de que la posesión exclusiva de la absolución dio a las iglesias cierta influencia moderada aun sobre los pecadores más descarados, y grande sobre los tímidos. La nueva religión no tendrá tales pretensiones, y no enseñará tales doctrinas, horribles y perversas. [...] Finalmente, esta religión del siglo veinte no sólo va a estar en armonía con los grandes movimientos seculares de la sociedad moderna –democracia, individualismo, idealismo social, el celo

¹⁰ M. Woste, “Clero y política” *Repertorio Americano*, Tomo I, núm. 23, 1920, pp. 352-353

por la educación, el espíritu de investigación, la tendencia moderna a dar la bienvenida a la nuevo, las facultades recientes de la medicina preventiva, y los recientes avances de la ética comercial e industrial- sino también en acuerdo esencial con las enseñanzas directas y personales de Jesús, tal como están registradas en los Evangelios.¹¹

El artículo del educador estadounidense demuestra una visión donde se convivió con el factor prosélito, siempre y cuando este procurase su metamorfosis hacia un sentido más seglar, coherente, plural y moderno. Cabe destacar que estas tendencias demuestran que en el horizonte de enunciación era evidente una marcha con rumbo a la renovación social a través de múltiples vanguardias.

A pesar de las híbridas versiones *universales* del anticlericalismo, con sus injerencias en la educación, la ciencia o el Estado, durante el periodo estudiado esta disposición estuvo fuertemente influenciada por el caso mexicano. Este país había logrado una temprana separación de poderes eclesiásticos y gubernativos en el siglo XIX, lo cual fue complejizándose al paso del tiempo hasta culminar en un conflicto armado entre la Iglesia Católica y el Estado, conocido como la Cristiada (1926-1929). Durante tal temporalidad el gobierno federal propuso dar fin a todos los privilegios religiosos a través del riguroso cumplimiento de la Constitución de 1917, la cual limitó el poder eclesiástico en materia de educación, adquisición y posesión de propiedades, libertad de expresión y de cultos.

Con el desarrollo de la Cristiada, la significación en contra del clericalismo se avivó profusamente y adquirió una repercusión de dimensiones bastante considerables, llegando a debatirse en gran parte del subcontinente. Cabe destacar que a pesar de esta ola de combates ideológicos y proyectos políticos, en América Latina las condiciones de reproducción de corrientes sobre descreimiento no fueron tan amplias, duraderas y sólidas como en México, quedando relegadas a espacios particulares o tendencias minoritarias dentro de otras doctrinas.¹²

Así fue para el caso de *Repertorio Americano*, donde se tuvo conocimiento de tal conflicto bélico pero se dio poca asimilación ideológica por parte de sus grupos intelectuales. La revista difundió la edición y venta de libros que abordaban el conflicto mexicano, pero se abstuvo de circular discursos con una postura radical sobre el caso. Uno de los pocos que abordaron la Guerra Cristera fue el periodista y político español Luis de Zulueta, quien apeló a un credo lejano a la política.

¹¹ Eliot, "La religión y la juventud moderna" *Repertorio Americano*, Tomo IX, núm. 24, 1925, p. 375.

¹² Ver: Roberto Di Stefano y Roberto Zanco (coord.), *Pasiones anticlericales*, Argentina, Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

La Religión entonces se confunde indebidamente con la política. Profanase la espiritualidad de la Iglesia pretendiendo convertirla en una aliada de los partidos reaccionarios o en una fuerza utilizable por las derechas conservadoras [...]. La religión debe vivir desligada siempre de los intereses terrenales y de las cuestiones políticas. En todo tiempo, en todo país. He ahí la lección que dicta la historia de México. Concordia, concordia entre todos los hombres de buena voluntad. La verdadera fe no quiere posesión, ni dominio, ni influencia mundana.¹³

Se entiende así que el caso mexicano marcó un paradigma. El debate sobre la injerencia de la religión en todos los niveles del Estado llevó a buscar opciones que permitieran libertad económica y gubernamental a las nuevas clases políticas, ya que la clerecía casi siempre figuró como un actor de índole conservador, contrario a los nuevos intereses *democráticos* que el siglo XX proclamaba.¹⁴

Es necesario destacar que el duelo mexicano fue un vehículo de unidad latinoamericanista. Para los intelectuales de izquierda, la Cristiada representaba un ejemplo a seguir, específicamente como un fin político que podía cohesionar a la nación latinoamericana en su camino al progreso. Asimismo, el anticlericalismo se volvió una herramienta pública que a la vez conformó una identidad cultural. Por otra parte, como lo ha demostrado Jean Meyer (2019),¹⁵ el estallido de la Guerra Cristera hizo que países como Irlanda o Polonia tuvieron una fuerte reacción católica. En la región, Brasil y Argentina mantuvieron un fuerte bastión intelectual en pro de los movimientos católicos (agrupaciones sociales o sindicatos obreros) que se habían gestado en las primeras décadas del siglo, es decir a la par de los valores libertarios o socialistas.

Aunque el ejemplo de México no figuró abiertamente en todos los discursos de *Repertorio Americano*, estuvo presente en el horizonte de enunciación como el único país que abrió un combate armado contra el culto sostenido desde el Vaticano para despojarle de sus privilegios económicos, sociales y políticos. Durante el periodo estudiado casi todo debate sobre fe partió desde este proceso, pues los diversos intelectuales que moldeaban la esfera pública tuvieron sus encuentros y desencuentros sobre el tema.

Esto se debe a la importancia de la religiosidad en la identidad costarricense, lo que hizo de las ideas radicales una pequeña minoría. Por ello es posible suponer que Centroamérica mantuvo una preferencia por los valores católicos- cristianos frente al vecino del norte. Lo que hizo de *Repertorio Americano* más un difusor de noticias y promotor de lo laico que del

¹³ Luis de Zulueta, "La lección de Méjico" *Repertorio Americano*, Tomo XIX, núm. 7, 1929, p. 99.

¹⁴ En realidad para estos momentos la transformación y ampliación de las representaciones de la Nación permitió el flujo de una nueva cultura intelectual y política, más extensa y abarcativa, mas no por ello más democrática ni más plural en un sentido contemporáneo. En: Patricia Funes, *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*, Argentina, Prometeo Libros, 2006, pp. 410.

¹⁵ Jean Meyer (comp.), *Las naciones frente al conflicto religioso en México 1926-1929*, México, CIDE, Tusquets, 2010.

laicismo. A pesar de los duros empujes filosóficos, la mayoría de la sociedad costarricense profesaba alguna doctrina. Por ende, para muchos críticos el verdadero problema sino las formas de intervención en los temas públicos y morales. En estos casos, la crítica partió de reformar a las corporaciones y separarlas de las cuestiones estatales y gubernamentales.

Laicidad

El anticlericalismo no podría comprenderse sin uno de sus acompañantes: la laicidad. Para *Repertorio Americano* este fue uno de los elementos más importantes en la contienda sobre la Iglesia y lo político, ya que permitió la existencia de los organismos religiosos, pero se liberaba a los gobiernos del compromiso económico y social con dicha institución. Su promoción fue amplia y diversa, sin embargo, podemos manifestar que existieron tres debates que marcaron las posturas sobre la búsqueda por lo escéptico: la educación, las finanzas y lo gubernamental. Todos estos temas se entrecruzaron mostrando un abanico de posibilidades con respecto a la innovación social que se pretendió.

En general, la revista costarricense abogó por la tolerancia y la libertad de cultos, el Estado secular, la transformación de la institución católica y la capacidad de mantener una sociedad con valores definidos. Entre 1919 y 1930, la revista mantuvo ciertos ideales *creyentes*, pero a la vez buscó limitarlos a temas sociales y no políticos, siempre y cuando estuviesen al servicio de las necesidades y carencias humanas. Aunque de forma minoritaria y moderada, la revista también expuso un interés en romper con el clero conservador.

El caso en materia educativa fue amplio. Esto se debió a que la instrucción pública jugó un papel clave en la construcción de la axiología moderna. La educación se apreció como una institución básica del Estado y artífice del cambio social. Desde esta perspectiva, los colegios debían ser imparciales sobre la moral y únicamente debían promover los valores necesarios para fomentar una consciencia crítica y la igualdad social. Sin embargo, muchos estados, en conjunto con la Iglesia, usaron estos medios para asegurar sus principios en lo más alto de la jerarquía social.

A partir de ello se desató una lucha por el aprendizaje, intentando mantenerle lejos de los círculos clericales y más cerca de la ciencia. El cambio que se propuso no fue neutro, sino apegado a una devoción civil, nacionalista y/o socialista. Por ende, el tema resultó complejo ya que no quedó exento de tendencias ideológicas. Como se sabe, había sectores que luchaban por la secularización del Estado, pero defendían la educación religiosa para mantener la integridad social. También debe recordarse que los temas en torno a la enseñanza estuvieron fuertemente

marcados por la Reforma Universitaria, que a pesar de ser de nivel superior, creó un punto de reflexión para la instrucción pública; y por los movimientos revolucionarios- socialistas que se vivían.

En esta coyuntura, el escritor peruano José Carlos Mariátegui buscó una renovación en la educación para lograr una verdadera transformación en América Latina.

El tema de la educación laica debe ser discutido en Nuestra América a la luz de todos estos antecedentes. La nueva generación ibero americana no puede contentarse con una chata y gastada fórmula del ideario liberal, la escuela laica, escuela burguesa, no es el ideal de la juventud poseída de un potente afán de renovación. El laicismo como fin, es una pobre cosa. En Rusia, en México, en los pueblos que se transforman material y espiritualmente, la virtud renovadora y creadora de la escuela no reside en su carácter laico, sino en su espíritu revolucionario. La revolución da ahí a la escuela su mito, su emoción, su misticismo, su religiosidad.¹⁶

Su caso expone la fracción socialista que atravesó la cuestión laica. Aunque esta postura fue minoritaria dentro de *Repertorio*, obtuvo repercusión continental al ser parte de una corriente de identidad latinoamericana. Este fue un ejemplo radical, que inmiscuyó desde la querrela educacional a lo revolucionario y lo económico. No obstante, en la revista costarricense la búsqueda por una instrucción moderna se vio opacada por la constante promoción de la catolicidad, como ejemplifican los artículos del periodista y pedagogo argentino Víctor Mercante y del escritor y educador colombiano Agustín Nieto Caballero.¹⁷

En relación con el tema de la economía, el punto de partida para la crítica fue que entre 1920 y 1930 varios Estados latinoamericanos financiaban a la Iglesia Católica. Dentro de la revista se consideró que de existir el culto debía ser algo personal, financiado por los creyentes, aunado a que la clerecía poseía suficientes riquezas para bastarse a sí misma. Esta querrela correspondió a una lucha de ideales, para varios de los escritores de izquierdas se trató de un enemigo común: el régimen capitalista, que tenía un aliado en el catolicismo.

Es importante destacar que en la primera mitad del siglo XX muchos de los Estados de América Latina se declararon constitucionalmente creyentes. Como fue el caso de origen de nuestra revista, donde su Carta Magna declaraba la doctrina católica como la fe del Estado.¹⁸ Quizá a ello se debe que primero se buscara la laicidad, como una reforma más prioritaria y viable, frente a lo anticlerical.

¹⁶ José Carlos Mariátegui, “¿Qué hora es?” *Repertorio Americano*, Tomo XI, núm. 1, 1925, p. 14.

¹⁷ Víctor Mercante, “Cristo en las escuelas” *Repertorio Americano*, Tomo VIII, núm. 2, 1924. Agustín Nieto Caballero, “Un ejemplo de tolerancia religiosa” *Repertorio Americano*, Tomo VIII, núm. 2, 1924.

¹⁸ La Constitución política de Costa Rica hasta el día de hoy dice: “Artículo 75.- La Religión Católica, Apostólica, Romana, es la del Estado, el cual contribuye a su mantenimiento, sin impedir el libre ejercicio en la República de otros cultos que no se opongan a la moral universal ni a las buenas costumbres.”

De forma general, se acusó a la religión de falsa y de ser una institución que engañaba para enriquecerse a costa de la ignorancia de las masas, alejándolas de la razón. Los autores de este tipo de artículos no basaron su crítica en el repudio contra la devoción, sino en verla como algo falso e irracional. A partir de ello, podemos constatar que este valor estuvo fuertemente ligado a los ataques en contra de los fanatismos. Por ende, los diversos promotores de la vida pública profana también fueron amplios alentadores del laicismo; pues no sólo criticaron a los templos, sino igualmente a sus prácticas, apuntando hacia el anticlericalismo como la verdadera lucha.

A pesar de las duras críticas, la vertiente más común de la época fue la de la *laicidad parcial*. Con ello se buscó liberar del clero la educación, la movilidad social y las arcas del Estado, pero permitir la existencia de la institución y sus dogmas. Estos tonos, menos ofensivos, hicieron que varios escritores se entendieran mejor con el promover una sociedad laica.

Los intelectuales católicos reivindicaron su fe por medio de esta directriz. Como ejemplo está otro artículo del español Luis de Zulueta:

Juan, en cambio, no va al mitin, aunque suele ir a misa los domingos. Es liberal o conservador, radical o moderado; pero no quiere que la religión se mezcle en su política, ni que los representantes de la Iglesia intervengan, como tales, en las contiendas de la Sociología, la Economía o el Derecho público, problemas relativos a este mundo terrenal que Dios entregó a las disputas de los hombres. Venera las cosas sagradas sin prejuicio de mostrarse a ratos un poco anticlerical. [...] Juan comulga con la Iglesia, considerándola como institución puramente religiosa y como área histórica de valores morales y de poéticas tradicionales. No admite, en cambio, que en nombre de la religión se le dicten las normas de la vida política o del régimen del Estado.¹⁹

En él se expone claramente cómo se concibe el papel de la Iglesia respecto a su separación con el Estado, la minoría anticlerical y el rol religioso. Como el texto de Zulueta muestra, se trató de temas complejos que albergaron muchas tendencias ideológicas, morales y políticas en su interior; puesto que todas las tesis se relacionaron entre sí a veces convergiendo y otras rechazándose.

Estos artículos deben entenderse en un marco difícil para aquellos intelectuales que mantuvieron su culto, pero no la creencia católica gestionada por los partidos conservadores. La fe no sólo representó una cuestión cultural- personal, sino una moral y cohesionador social dentro de la identidad hispana de todos los pueblos de la región. Desde allí radica su importancia como una tendencia en el debate sobre la unidad nacional latinoamericana y la búsqueda de modernidad en la región.

¹⁹ Luis de Zulueta, "La minoraría católica." *Repertorio Americano*, Tomo XIX, núm. 22, 1929, p. 341.

Conclusiones

Haciendo un recuento, es posible afirmar que el anticlericalismo y la laicidad fueron elementos presentes en el discurso moderno de *Repertorio Americano*. Si bien, ambas ideologías tuvieron momentos álgidos, también fueron expuestas de maneras discretas, pasando a ser movimientos de segundo o tercer plano al interior de la publicación (quizá opacadas por corrientes como el antiimperialismo o el latinoamericanismo).

Para el caso particular del laicismo, fue un ejemplo con presencia, pero inclinado más hacia una conciliación entre el clero, el Estado y la sociedad, que a una propuesta de ruptura total con la religión y sus instituciones; aunque no por esto dejó de ser una tendencia vanguardista. Resulta curioso que a pesar de conocer el caso mexicano, y a diferencia de muchas otras revistas de la época, se prefirió evitar darle difusión al proceso; de no ser por artículos que pudieran mediar el conflicto o exponer sus desventajas en sentido moral y social.

Aún con esta moderación, los escritos que salieron a la luz fueron totalmente críticos con la iglesia; especialmente en un sentido clerical, es decir que los principales opinantes de *Repertorio Americano* fueron católicos o intelectuales que profesaban un culto, discordando con la manera en que la jerarquía eclesiástica desempeñaba sus funciones (en un sentido cristiano).

Por otra parte, los artículos que difundieron la laicidad lograron tener mayor impacto en el debate. Se podría decir que la revista consideró más relevante lograr la separación del Estado. En esta clase de textos hubo mayor diversidad; por una parte aquellos que buscaron una opción revolucionaria, mientras otros propusieron secularizar sólo algunos elementos o espacios sociales y, finalmente, aquellos que distinguieron únicamente un debate en sentido espiritual. Fue entre esta pluralidad de opiniones que se dibujó el marco más relevante sobre la curia romana, la modernidad y la intelectualidad en nuestra revista, quien sí fue un alentador de la laicidad como un instrumento de progreso y camino hacia la renovación.

Aunque ambas disposiciones manifestaron vertientes heterogéneas, estas mantuvieron un trasfondo común: la causa latinoamericana. La formación de la Nación se debatió al interior de las diversas corrientes de pensamiento como las aquí presentadas. No es coincidencia que la defensa de *nuevos valores* se fundiera con las necesidades políticas contemporáneas, pues la gran mayoría de los intelectuales que hemos abordado coincidió en la imperiosa necesidad de transformar el mundo en un camino hacia el progreso, la razón, la justicia, la libertad y la

identidad propia. En caso particular de la publicación, la unidad continental era básica para acceder a dicha transformación espiritual y social.

Repertorio Americano fue parte los grupos que consolidaron el paradigma latinoamericanista de la época. Con sus lazos trasatlánticos hizo énfasis en las reapropiaciones de lo que llamamos *universalismo ideológico*, donde el subcontinente jugó un papel relevante como ejemplo espiritual y cultural para el futuro de la civilización. La formación de la Nación plenamente independiente se vio promovida por autores identificados con las propuestas de la modernidad, pero que al mismo tiempo buscaron comprenderla y transmitirla desde lecturas originarias; probablemente esto se dio con la intención de ubicarse con una identidad propia, al mismo tiempo que se participaba del entramado producido en Europa.

Ante ambos ideales es posible suponer que Costa Rica mantuvo una predilección por los valores católicos y por una secularización moderada. La importancia de la Iglesia Católica -o el elemento religioso- en su identidad es incuestionable; lo que llevó a poner el anticlericalismo como una pequeña minoría. Sin duda, este panorama aún sigue presente; en pleno 2018 la identidad cristiana en Centroamérica es aún patente, impactando los debates sobre qué tan laico es el Estado y la necesidad de prescindir del dogma católico como oficial. Principalmente frente a las últimas elecciones presidenciales que manejaron a un candidato evangélico que aludió abiertamente al discurso religioso como medio político. Ello demuestra parte del proceso intelectual sobre el laicismo y la laicidad, así como el rumbo histórico que tomaron los discursos aquí analizados.

Para cerrar: *Repertorio Americano* fue más un difusor de noticias y promotor de lo laico que una plataforma de rechazo al clero; sin embargo, ambas ideologías hicieron su aparición y se entrelazaron a la formación de una axiología moderna impuesta por la intelectualidad en boga, conformando parte de la identidad y del pensamiento político latinoamericano del siglo XX.

Confraternidades literarias hispanoamericanas en París a inicios del siglo XX

Rogelio de la Mora V.
Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales de la Universidad Veracruzana - México
rdelamora@uv.mx

Resumen

El presente trabajo se propone describir y analizar el contexto tanto cultural como intelectual en el que surge y se desarrolla uno de los momentos claves en la historia de la creación literaria hispanoamericana, que tiene como escenario la capital francesa, desde el fin de la primera guerra mundial hasta finales de la década de 1920. De manera particular, el interés está enfocado en la figura del poeta, crítico literario, ensayista y escritor chileno Francisco Contreras Valenzuela (1877-1933), modernista, amigo cercano de Rubén Darío y creador del movimiento mundonovista, quien por más de 20 años permanece al frente de la columna Letras hispanoamericanas de la revista literaria *Mercure de France*, una de las publicaciones de mayor prestigio en Francia y sin duda de Europa. Es a través de esta sección que se estructura en gran parte la vida intelectual hispanoamericana en la “capital de las capitales”. La casa del poeta se convierte en el centro de reunión de hombres de letras, artistas y representantes diplomáticos destacados, tales como José Vasconcelos, Alfonso Reyes, Manuel Ugarte, Díaz Canedo, Alcides Arguedas y Gabriela Mistral, así como Paul Léautaud, Georges Duhamel y Paul Lefort, entre otros, a lo largo de la década de 1920. Asimismo, con base en documentos poco trabajados, se proyectará luz sobre el itinerario de la artista cubista y traductora francesa Andrée Alphonse, esposa de Francisco Contreras, enfatizando el papel por ella desempeñado en Letras hispanoamericanas y en el seno de esta comunidad, pero también en otros salones literarios parisinos en los que tenía presencia. En función de sus trayectorias y de sus afinidades, se tratará de comprender las continuidades y las rupturas de este singular círculo heterogéneo de hispanoamericanos residiendo de manera permanente o provisional en París.

Palabras clave: Intelectuales; Francisco Contreras; Andrée Contreras; París; Hispanoamérica.

Introducción

El presente trabajo se propone describir y analizar el contexto tanto cultural como intelectual en el que surge y se desarrolla uno de los momentos claves en la historia de la creación literaria hispanoamericana, que tiene como escenario la capital francesa, a partir del giro de siglo hasta finales de la década de 1920. De manera particular, el interés está enfocado en la figura del poeta modernista, crítico literario, ensayista y escritor chileno Francisco Contreras Valenzuela (1877-1933), amigo cercano de Rubén Darío y creador del movimiento mundonovista, quien por más de 20 años permanece al frente de la columna Letras hispanoamericanas de la revista literaria *Mercure de France*, una de las publicaciones de mayor prestigio en Francia y sin duda de Europa. Es a través de esta sección que se estructura en gran parte la vida intelectual hispanoamericana en la “capital de las capitales”. De igual manera, la casa del poeta se convierte en el centro de reunión de hombres de letras, artistas y representantes diplomáticos: José Vasconcelos, Alfonso Reyes, Manuel Ugarte, Díaz Canedo, Alcides

Arguedas, Gabriela Mistral, Paul Léautaud, Georges Duhamel y Paul Lefort, entre otros, a lo largo de la década de 1920.

Sobre la base de documentos poco trabajados, esta ponencia aspira también a proyectar luz sobre el itinerario de la artista cubista y traductora francesa Andrée Alphonse, esposa de Francisco Contreras, enfatizando el papel por ella desempeñado -hasta ahora prácticamente ignorado en la producción historiográfica- en Letras hispanoamericanas y en el seno de esta comunidad, pero también en otros salones literarios parisinos en los ella que tenía presencia. En función de sus trayectorias y de sus afinidades, se tratará de comprender las continuidades y las rupturas de este singular círculo heterogéneo de hispanoamericanos residiendo de manera permanente o provisional en París.

I.

A raíz de la publicación de *Prosas profanas* de Rubén Darío (1898), poemario modernista por excelencia, influido por el simbolismo y el parnasianismo francés, conjunto de poemas que marca el punto de partida de la renovación lírica hispanoamericana, el modernismo en América Latina se consolida. Paulatinamente, las revistas latinoamericanas abren espacio a la traducción de poetas europeos, particularmente franceses: Leconte de Lisle, Baudelaire, Catulle Mendès, Sully-Proudhomme, Théophile Gautier, Francois Coppé, José-Maria de Heredia, Armand Silvestre, Stéphane Mallarmé y Rémy de Gourmont, entre otros. En Chile, por ejemplo, *Revista Cómica* (1895-1898), *La Lira Chilena* (1898), *La Revista de Chile* (1898-1901), *La Revista Nueva* (1900-1903) y *Pluma y Lápiz* (1900-1904) dan cuenta de este periodo de resurgimiento. El joven poeta, ensayista, novelista y crítico Francisco Contreras (1877-1933) resumirá y encarnará el modernismo chileno.

Nacido en Quirihue, en el seno de una familia acomodada, propietaria de la hacienda San Juan de Dios, al cumplir sus 18 años de edad se traslada a la capital Santiago. En la metrópoli, pronto entra en contacto con la poesía de Rubén Darío, credo poético al que se mantendrá siempre fiel. Bajo este influjo, funda la revista *Lilas y campánulas* (1897) y, un año después, publica su primer poemario, *Esmaltines*. Como el propio Rubén Darío, Juan Montalvo, José Enrique Rodó, Gonzalo Zaldumbide, Vicente Huidobro y tantos otros pensadores latinoamericanos de la época, es un francófilo declarado. De la misma manera que Justo Sierra en México, recomienda a los jóvenes leer a los grandes poetas franceses modernos: Víctor Hugo, Verlaine, Leconte de Lisle (FERIA: 2014, 521). De hecho, el vínculo de los países al sur del río Bravo con la estética gala es un vasto proceso que inicia con el pensamiento independentista

derivado de la revolución francesa (Rousseau, Diderot), pasando por Chateaubriand y Victor Hugo, hasta las corrientes parnasiana (Laconte de Lisle) y simbolista (Rimbaud, Baudelaire, Verlaine, Mallarmé, Rémy De Gourmont, Jean Moréas- este de origen griego) al giro del siglo XX.¹ Posteriormente, Contreras se marcha a París, en 1906, donde pasará la mayor parte de su vida.

Recién llegado, recorrer las calles, avenidas, monumentos y cafeterías es para él “recordar” la mítica ciudad, mediante las imágenes aportadas por la lectura de las obras de Balzac, Victor Hugo, Zola, Flaubert, Goncourt, Daudet y otras más que han quedado grabadas en su cerebro. Una vez instalado, trabajará como editor de la sección hispanoamericana *Lettres Hispano-américaines* del *Mercure de France* durante 20 años. Sección en la que dará a conocer al público francés, y en consecuencia al mundo, el movimiento modernista hispanoamericano, a través de sus ensayos como *Les écrivains contemporains de l’amérique espagnole* o *L’esprit de l’Amérique Espagnole*. Al poco tiempo, liga amistad con su maestro Rubén Darío, Paul Fort, Rémy de Gourmont y George Duhamel. Simultáneamente, sus notas se reproducen en *Nosotros*, *Caras y Caretas*, *Zig.Zag*, *Cuba contemporánea*, *Revista de Revistas*. Diligente como ciertamente lo es, escribe y publica en la Librería de la Viuda de Bouret su tercer poemario, *Toison*, con un estudio a guisa de preliminar sobre la evolución histórica del soneto; todo en su primer año parisino. Hasta entonces, para Contreras, simbolismo y modernismo habían sido términos equivalentes. Un año más tarde imprime un giro en su concepción de la literatura. En su “Preliminar sobre el arte de hoy”, en *Romances de hoy*, que se quiere “pequeñas novelas rimadas”, publicado en la editorial Garnier Hermanos, se distancia del simbolismo y del decadentismo finiseculares, para forjar el término “Mundonovismo”, en el que defiende “la libertad por la sinceridad y el amor robusto de la naturaleza”, contra el arte por el arte parnasiano y la disgregación decadentista (FERIA: 2014, 523). Coronado con éxito éste su primer lustro en el borde europeo del Atlántico, siente la necesidad de regresar a su patria; con tal propósito, organiza un viaje que pretende ser de estancia corta. Estamos en 1911.

Durante su trayecto escribe el poemario “mundonovista” “Luna de la Patria y otros poemas”, que será publicado más tarde por la Imprenta Victoria, en Santiago (1913). Escuchemos un extracto:

He aquí que se va este año / Mas un buen día torcí el rumbo, / (¡Quería a mi novia besar!)
/ Mas un buen día torcí el rumbo / A mi solar / ¿Y qué he hallado? Indiferencia. / ¡Oh, corazón!

¹ Al lado de Edgar Allan Poe, Walt Whitman y Gabriel D’annunzio, entre otros.

/ Pasad, mil novecientos once! / ¡Año infeliz, pasad, pasad! / ¡Pasad mil novecientos once! /
¡Oh, por piedad!

Es importante detenernos brevemente a analizar su significación. El poema expresa lamentos y desengaños. Nos parece lógico preguntarnos sobre el estado físico, moral, emocional en que debió encontrarse el poeta al momento de escribir lo que escribió. Históricamente hablando, ¿qué representa 1911? ¿Qué fuentes posibles discernir para entender, así sea un poco, ese su estado de ánimo? Un eje podría ser el de la confesión, “Quería a mi novia besar”. Según es posible colegir, se trataría de la francesa Héléne Lallemand, con quien ha vivido desde su arribo a París. Antes o durante su ausencia, esta empleada en la sección de perfumería de un gran almacén parisino se liga con un militar. Pese a la insistencia e incluso advertencias de suicidio, Héléne se niega a reanudar relaciones con el poeta por ahora distante. Al dolor de la quemadura de la infidelidad se añade el desencanto frente a la incompreensión general de sus coterráneos en su visita Chile: “Mas un buen día torcí el rumbo / a mi solar”. En otra ocasión, confesará que la atmósfera intelectual de su país era “deprimente” y la lucha de los artistas por ser reconocidos muy difícil.² Todo lo cual se conjuga para considerar a los novecientos once como un año nefasto. El poeta y dibujante chileno Alberto Rojas Jiménez cuenta que

Un hombre paliducho, menudo, de traza benaventina, metido en un chaqué diminuto y con un atado de marcos al brazo que me saludó una noche en una callejuela de Montparnasse. Acababa de publicar una novela en francés y parece dispuesto a no escribir más en castellano. De Chile no quiere hablar. Recuerda varios años de estériles esfuerzos por hacerse de una situación en la patria como una mala pesadilla.³

Poco después, Francisco Contreras conoce a la que será su compañera y leal asistente por el resto de su vida, Andrée Alphonse, con quien compartirá una existencia intelectual y artística intensa. Originaria de la ciudad de Ribérac, situada en la región de Aquitaine, departamento de Dordogne, pasa allí su infancia y su adolescencia. Su padre toca el violín y pertenece a la Sociedad de Música local, en la cual labora como archivista e imparte clases de solfeo. Es así que, guiada por su progenitor, la pequeña Andrée es iniciada en el arte de las musas y aprende a tocar piano, práctica que por necesidad interior jamás abandonará. En una nación donde los servicios culturales son altamente centralizados, las oportunidades que la provincia ofrece a un artista en ciernes son reducidas. Razón por la cual, apenas cumplidos los

² CONTRERAS: 1986, 21.

³ CONTRERAS: 1986, 51.

18 años de edad, emigra a París, en 1913, donde la recibe su tía materna, propietaria de una tienda concurrida por escritores y artistas del barrio latino. Como otros jóvenes con vena artística, deseando esculpir una forma de vida, se interesa en la pintura cubista, entonces en su apogeo, y produce sus primeros cuadros al óleo, “estrambóticos”, según sus propias palabras. Apollinaire, en su ensayo sobre las concepciones estéticas de este movimiento artístico en pleno impulso, observa que:

Muchos pintores nuevos no pintan más que cuadros donde no hay verdadero sujeto. [...] Se condesciende a veces a servirse de palabras vagamente explicativas como ‘retrato’, ‘paisaje’, ‘naturaleza muerta’; pero muchos jóvenes artistas pintores solo emplean el vocablo general de ‘pintura.’⁴

Tiene poco de haber llegado a la gran urbe, cuando conoce al poeta Francisco Contreras, quien al enterarse de su afición por el arte pictórico, ese “poema mudo” (Cicerón), la presenta sin demora con el pintor chileno Manuel Thompson.⁵ Su nuevo guía, inspirado en el grupo de los *Nabis*⁶, la convence de abandonar esos caminos del arte que no la conducirían a buen puerto. Por sugerencia e intermediación de sus amigos catalanes julio González y José Clará,⁷ Andrée expone por primera vez sus obras en el Salon des Indépendants, ese mismo año, ocasión en la cual su también amigo Léon Bocquet escribe y publica un elogioso comentario sobre su cuadro “Femme à la Cape”, en su revista *Beffroi de Lille*.⁸

Alfonso Reyes, a la postre uno de los amigos más cercanos de Francisco Contreras, arriba a la Ciudad Luz en el verano de ese mismo 1913. Posteriormente, el poeta mexicano publica un artículo en la revista de Ventura y Francisco García Calderón, en el que esboza el ambiente artístico que se respira ya con fondo de tambores de guerra en la capital de la *Belle Époque*: “Mi imagen de París, con la moda de aquellos días, es cubista. Cierro los ojos y veo un París fragmentario, disperso en diminutos planos que no encajan uno en otros: como dividido y entrevisto por las cuatro patas de las Torre Eiffel” (REYES: 1914, 103-112). Por esas fechas deja de circular la revista bimensual *L’Indépendance*, rival de *La Nouvelle Revue Française*

⁴ APOLLINAIRE: 1913, 4.

⁵ Manuel Thompson Ortíz (1873-1953), hijo de Manuel Tomás Thompson, héroe de las campañas de la Guerra del Pacífico, recibe del gobierno chileno una beca para sus estudios en París, donde es alumno de Jean-Paul Laurens. Pintor de paisajes, bodegones y retratos, participó en más de una decena de ocasiones en el Salón de París, entre 1906-1935.

⁶ (Nabis, profetas, en hebreo) Jóvenes artistas franceses asimilados al simbolismo, entre ellos Paul Sérusier, Pierre Bonnard y Paul Gauguin. Uno de los objetivos del grupo es eliminar los linderos entre el arte decorativo y la pintura de caballete. Esta corriente contará con la simpatía de la *Revue Blanche* (1891-1903).

⁷ José Clará (1878-1958) fue uno de los representantes del movimiento cultural catalán, frecuentando en París el taller de August Rodin, a inicios del siglo.

⁸ Léon Bocquet (1876-1954) funda en Lille *Beffroi de Lille* en 1906 (hasta 1914), en la que despierta el interés intelectual y artístico de la región del Norte. Autor de libros y numerosos escritos sobre arte, literatura y la actualidad, colabora en diversos diarios y publicaciones tanto francesas como extranjeras, y formará parte del núcleo del equipo fundador de la *Nouvelle Revue Française* (1908-1909).

(NRF), dirigida por Charles Peguy y Georges Sorel, en campaña contra los institutores antimilitaristas. Mientras que Henri Bergson reúne multitudes en sus conferencias en la Sorbona sobre la intuición filosófica y, desde Berlín, Einstein desarrolla las bases de la Teoría de la Relatividad General. Otra de las manifestaciones del nuevo clima intelectual y político que precede la primera conflagración mundial en París, es la aparición de la novela-río de Romain Rolland, *Jean-Cristophe*, previamente publicada en forma de fascículos en *Cahier de la Quinzaine*, con claro espíritu europeo y pacifista, lo que le valdrá el Grand Prix de la Academia Francesa (1913).

II.

Cuando Francisco Contreras y Andrée deciden fundar un hogar, luego de pasar una temporada en Mont-Dore, en Auvernia, se instalan en un departamento de la rue La Verriere, donde vivirían en armonía durante dos décadas. Gran parte del espacio habitacional está destinado a los numerosos libros que desde 1906 ha venido acumulando el poeta. Muchos de ellos escandinavos y clásicos del Siglo de Oro español⁹. Andrée se encarga de ordenarlos, clasificarlos, catalogarlos. Camino andando, descubre y devora las obras de Henrik Ibsen, Selma Lagerlöf, Strinberg Björnson y, en lengua original, lee con vehemencia *Las increíbles aventuras de don Quijote y Sancho Panza*, *El Cid Campeador*, *Relaciones de la vida del escudero Marcos de Obregón*, entre otras. En autodidacta, envuelta en el silencio de la biblioteca, aprende muy rápido los giros y los contornos del idioma de Cervantes, y a expresar en francés lo leído en español. Tanto es así que su esposo, quien piensa directamente y solo produce en su lengua original, le pide traducir sus propios escritos. Acepta el desafío y en menos que canta un gallo remplaza al traductor oficial, Manoel Gahisto.¹⁰ Si -como afirma Gadamer en *Historia y verdad*- el acto de traducir implica con frecuencia una conciencia dolorosa, al ponerse en lugar del autor, no parece haber sido su caso. Andrée No se limita únicamente a transportar del español al francés el desarrollo descrito en las reseñas o artículos de su marido, sino que aplica otras habilidades, como lo es la penetración del espíritu de la lengua, facilitadas

⁹ La introducción de la literatura escandinava, al igual que la rusa, coincide con la intensificación de los debates literarios y políticos franco-franceses. Según Christophe Charle, serán utilizadas como armas contra el naturalismo, a la difusión del pensamiento de Schopenhauer, así como de apoyo al wagnerismo por las pequeñas revistas simbolistas o ciertos mecenas intelectuales o mundanos (Charle: 369). Lo cierto es que a fines del siglo XIX, hubo un debate que confrontó a los que estaba a favor de la literatura nacional y aquellos otros que preferían la literatura extranjera; Maurice Barrès, por ejemplo, publicó un artículo, *La querelle des nationalistes et des cosmopolites*, en *Le Figaro*, el 4 de julio de 1892.

¹⁰ Biógrafo y traductor, amigo de Rufino Blanco Fombona, es -junto a Philéas Lebesque- uno de los más destacados traductores y divulgadores de autores de expresión portuguesa en Francia. Del español, traduce *La emperatriz de China* de Rubén Darío, entre otras obras.

por la ventaja de conocer más de cerca que Gahisto las particularidades de Francisco Contreras. Solo queda especular cómo hubiera sido, qué rumbo hubiesen tomado las obras de Francisco Contreras, de haberse expresado en francés. Marinetti, por ejemplo, se expresaba con la misma facilidad en francés y en italiano; posteriormente, el argentino Héctor Bianciotti y los rumanos Ionesco y Cioran se adherirán voluntariamente al francés.

De esta manera, Andrée comparte su tiempo entre sesiones de piano, su pasión por la pintura y el oficio de traductora durante las dos décadas que Contreras permanece al frente de *Lettres hispano-américaines*, sin que crédito alguno le sea concedido en las publicaciones, no obstante, su invaluable contribución. Su labor es discreta, desinteresada y, muy probablemente, sin remuneración. Dos generaciones de lectores leerán en francés a Francisco Contreras, sin sospechar siquiera que se está leyendo no exactamente lo que el autor había escrito sino -por intermedio de Andrée- lo que había querido decir. Todo mundo sabe que traducción de un texto no es el texto (*¿traduttore, traditore?*). Lo es todavía menos la poesía. Voltaire advertía: “no se crea conocer los poetas a través de las traducciones, es como querer percibir el colorido de un cuadro de pintura en una estampa” (*Lettres sur Oedipe*). En todo caso, la inserción de Andrée en el mundo de la traducción, por ende al mundo de la literatura iberoamericana, coincide con el interés de las revistas francesas por las literaturas “periféricas”. De tal manera, el *Mercur de France* inaugura en sus columnas secciones de letras rusas, portuguesas, holandesas y otras más. Nietzsche, aproximadamente 30 años antes, consideraba que “se puede graduar el espíritu histórico que posee una época por la manera que tiene de hacer traducciones”.¹¹

El salón y el café, al lado del círculo, la cena y el cenáculo, son las formas mediante las cuales se estructura la vida intelectual de esta época. Francisco Contreras y Andrée, para asegurar la sociabilización con sus pares, se convierten en asiduos asistentes a citas regulares en restaurantes, y organizan encuentros puntuales en su casa alrededor de una cena, a fin de departir sobre las cosas del espíritu con integrantes de su confraternidad literaria. De hecho, el poeta chileno, perteneciendo a una familia de hacendados terratenientes, invariablemente atendido desde su nacimiento por una legión de empleados domésticos, acostumbra las reuniones de café y suele tomar cotidianamente sus alimentos en restaurantes. Uno de ellos es la *Taverne de Montparnasse*. Otro más, el *Nègre de Toulouse*, donde es considerado como “viejo cliente”, también situado sobre el Bd. Montparnasse, a la postre visitado igualmente por Ezra Pound¹² y Hemingway, quien lo describe en *Paris es una fiesta*. Asimismo, en tanto que

¹¹ F. Nietzsche, *Gaya ciencia* (83. “Traducciones”).

¹² JAMES: 1990, 290.

colaborador de la prensa hispanoamericana recibe invitaciones a los salones de recepción y al teatro, funciones a las que acudía con Andrée, admiradora de Wagner, Debussy y Maeterlinck.

Así y todo, la pareja asiste con frecuencia inalterable a la Closerie des Lilas, a las famosas reuniones de los martes, “donde fermentaban las corrientes de ideas de la *intelligentia* del mundo entero”, convocadas por Alfred Vallette (1858-1935) y su esposa Madame Rachilde. En un intento de esbozo de retrato, se podrían trazar de Vallette las líneas a continuación: editor, periodista y crítico dramático, director de *Mercur de France* desde 1889 -revista literaria, pero también enciclopedia permanente, ligada al simbolismo, aunque igualmente atenta a todos los movimientos de las ideas-, funda con su esposa años más tarde las Éditions de *Mercur de France*, y se rodea de personalidades tales como Jules Renard, Julien Leclercq, Albert Thibaudet y Remy de Gourmont.¹³ Por su parte, la mujer de letras Claude Dauphiné Rachilde (Marguerite Eymery, su verdadero nombre) (1860-1953), autora de novelas que causan escándalo (*Monsieur Venus*), también conocida como “la Reina de los decadentes”, es una protagonista de primer rango de la *Belle Époque*. Andrée comentará en sus memorias que en la Closerie des Lilas los artistas de Montparnasse venían en masa: los cubistas Fernand Léger, Pablo Picasso, Braque, Albert Gleize, se codeaban con los surrealistas o los poetas dadaístas, y añade que “la atmósfera era familiar, fraternal, relajada; reinaba una alegría sana y espiritual, sin ese mercantilismo que ronda en todas partes hoy en las letras y en las artes”.¹⁴ Estas reuniones eran presididas por Paul Fort (1872-1960), el poeta, escritor, memorialista y dramaturgo más conocido en su época; junto a Paul Valéry, co-fundador de la revista *Vers et prose* (desde 1905), que editará a Guillaume Apollinaire, Max Jacob y Pierre Louÿs.¹⁵ Paul Fort había publicado sus primeros poemas en *Mercur de France* en 1896, los cuales constituyen el inicio de *Ballades francaises* - 17 volúmenes, escritos entre 1892-1958; en el año que nos ocupa, acaba de ser nominado “Príncipe de los poetas” (Paul Valéry).

El asistente de Paul Fort, el poeta Louis Mandin (1872-1943), unido por el himeneo con Marie Louise Alphonse,¹⁶ hermana de Andrée, es secretario de redacción de *Mercur de*

¹³ Remy de Gourmont es el primero en interesarse por la literatura latinoamericana y ofrecer hospitalidad a los jóvenes escritores del subcontinente, dando a conocer su producción al público francés, leído y admirado por Rubén Darío, Alfonso Reyes y Enrique Gómez Carrillo, entre otros. De Gourmont había traducido al francés la novela de Enrique Larreta, *La Gloire de don Ramire* [Una vida en tiempos de Felipe II], publica en el *Mercur de France*. Una reseña de Albert Thibaudet, aparece en *La Phalange*, el 20 de agosto de 1910. De Thibaudet, *Histoire de la Littérature française*, publicada por primera ocasión en 1936, acaba de ser reeditada en las ediciones del CNRS, 2016, 600 pp. Secretaria del periodista, crítico de arte, novelista y poeta Ernest-Florian Parmantier (seudónimo de Serge Gastein) (1879-1951).

¹⁴ CONTRERAS: 1986, 7.

¹⁵ Pierre Louÿs, junto a Lugné-Poë, había leído el Teatro del Arte (1887), con el cual contribuye al renombre artístico de Montparnasse, foro donde se dará a conocer a los escandinavos Augusto Strinberg y Henrik Ibsen.

¹⁶ Secretaria del periodista, crítico de arte, novelista y poeta Ernest-Florian Parmantier (seudónimo de Serge Gastein) (1879-1951).

France, y autor de *Les Sommeils* (1905), *Les saisons ferventes* (1912), *Ariel esclave* (1914), *L'aurore du soir, la caresse de jouvence* (1927), con prefacio de Francisco Contreras, y al lado de Paul Létaud, la antología *Poètes d'aujourd'hui*, además de (en coautoría con Paul Lefort) *Histoire de la poésie depuis 1850* (1926), meticuloso inventario que abarca desde los parnasianos hasta los primeros surrealistas. Habiéndose enlistado como soldado ametrallador durante la Primera guerra mundial, termina en la sangrienta batalla de Verdun (1916). Posteriormente, sin asimilar la derrota de 1940, crea una de las primeras redes de resistencia y publica *La verdad francesa*, periódico clandestino que logra sacar a luz 32 números. Finalmente, es deportado en 1942 y muerto de manera brutal en el campo de concentración de Sonnenburg, hoy Slask, Polonia, razón por la cual será conocido como el “decano de los poetas asesinados”. En cuanto a Marie Louise, también será deportada, ella a Ravensbrück, luego a Mauthausen, y morirá en el campo de concentración de Bergen-Belsen, en abril de 1945. Por cierto, recientemente, la Ville de Ribérac, a través del presidente del Centro cultural riberacois, Nicolas Platon, en una ceremonia de homenaje a Marie-Rose Faure, declara que tres mujeres han marcado Ribérac: Marie Louise Mandin, pionera de la resistencia; Andrée Contreras, esposa del poeta y ensayista Francisco Contreras, y Marie-Rose Faure.¹⁷

Pio Baroja en su viaje a París en 1913 frecuenta igualmente la Closerie des Lilas, situada en las proximidades de su hotel. Su testimonio asentado en su obra *Desde la última vuelta del camino*, coincide con la descripción que Andrée nos ofrece del ambiente que reinaba en este lugar:

En la Closerie des Lilas, donde íbamos por las noches [el doctor] Larumbe y yo, se reunían muchos escritores y pintores españoles, ingleses, italianos y algún ruso. Un día a la semana había una especie de recepción del poeta Paul Fort y de su mujer. También me han dicho que solía ir por ese tiempo Lenin, a quien, naturalmente, entonces no le conocía nadie.

En suma, el éxito de *Mercure de France* está vinculado a estas reuniones donde se daba cita el *tout-Paris* de las letras, a las que concurría con regularidad Francisco Contreras y Andrée Alphonse.

En lo sucesivo, los acontecimientos se precipitan. El prestigiado dirigente socialista Jean Jaurès a su regreso de Bruselas, a fines de julio de 1914, después de asistir a una reunión en favor de la paz, es asesinado en París. El primer conflicto mundial estalla (28 de julio), larga y horrorosa guerra de trincheras que luego será descrita y denunciada por Henri Barbusse (*Le*

¹⁷ Alain Bernard, “Ribérac honore Aristides de Sousa Mendes”, *Sudouest*, 21/11/2010, en www.sudouest.fr/2010/11/21/riberac-honore-sonheros-inconnu-245064-2007.php. [Visitado el 08/01/2018]

feu), Romain Rolland (*Au-dessus de la Mêlée*) Geoges Duhamel (*La vie des Martyres*) y Louis Mandin, (*Notre Passion*. Conjunto de poemas sobre el tema, reagrupados *post-mortum* en un volumen). Durante este periodo, escritores movilizados en el frente con licencia vuelven al punto centrífugo que representa la Closerie des Lilas, pero sus visitas son efímeras, esporádicas. Corresponderá a los adultos mayores alimentar la hoguera sagrada, con el apoyo de la esposa de Paul Fort, Francisco Contreras, José Clará, Julio González, el pintor noruego Dirick¹⁸ y Henri Mazel; mas no por mucho tiempo. Un Zeppelin alemán lanza bombas sobre la ciudad, en agosto y septiembre de 1914; la casa de Francisco Contreras es requisicionada como refugio, razón por la cual deciden marcharse a Burdeos, donde la Legación chilena se había mudado con anterioridad.

III.

Después de la derrota de Alemania, los vencedores se reúnen en Versalles para firmar el Tratado, en 1919. Una vez la paz restablecida, la vida cultural e intelectual recobra poco a poco su dinámica. La Closerie des Lilas retoma su aliento, con la presencia de un Paul Fort rejuvenecido¹⁹, mientras que Madame Rachilde vuelve a reinar en las reuniones. Testigo de los acontecimientos, Andrée subraya un aspecto poco o nada conocido de esta singular mujer de letras: el de efusiva protectora de animales. Cuenta que en una ocasión exhorta a las asistentes de la reunión de los martes, para juntas organizar una manifestación en contra de las corridas de toros en Melun, en el distrito de Sena y Marne, donde la escritora tenía su casa de verano. De esta manera, las féminas enardecidas ocupan la plaza de toros impidiendo el desarrollo del espectáculo anunciado, basado en la muerte y en la tortura de un animal o a veces dos, incluido el caballo. Otro de los cófrades, Paul Léautaud (1872-1956), crítico de teatro, secretario de redacción de *Mercure de France*, políticamente reaccionario, protegido de Alfred Vallette, amigo muy cercano de Andrée -quien confiesa su veneración por él- y de Francisco Contreras, igualmente declaraba a los cuatro vientos que su sociedad era la de los animales. Defensor, amante inmoderado de los animales, había creado un cementerio de animales en el cantón de Fonteney-aux-Roses, donde enterraría con sus propias manos 130 gatos y 26 perros, así como otros animales insólitos (cuervos, cabras). Si bien este personaje fascinante asistía a las reuniones de la Closerie, poco frecuentaba las oficinas de la revista; podía más su lado

¹⁸ Karl Eduard Diriks (1855-1930), ligado en un primer momento al impresionismo, pinta principalmente paisajes.

¹⁹ Francisco Contreras preparará una visita de Paul Fort a Chile, que finalmente realizará exitosamente con su esposa Germain Pouget, quien leía poesías en tanto el poeta dictaba conferencias.

misógono-ermita que el lado mundano de su personalidad. Andrée afirma que Francisco Contreras solía conversar con él en las afueras de una farmacia cerca del Odeon.

Conducido por Andrée, Francisco Contreras participa en numerosas ocasiones en otras reuniones de esta misma naturaleza, como lo es el concurrido salón literario de Aurel (o Aurélie de Faucamberge), esposa del escritor, poeta, dramaturgo y traductor Alfred Mortier (1865-1937), uno de los fundadores de *Mercure de France*, que de manera infalible tiene verificativo en su casa de la calle du Printemps, en la circunscripción administrativa (arrondissement) 18, París. Andrée también llega a presentar e introducir en este cenáculo al sacerdote y poeta chileno Francisco Donoso (1896-1969), durante sus estancias en la ciudad Luz.

Por esta época, Francisco Contreras y Andrée viven de los recursos que el primero recibe de su hermano y rival Juan de Dios, encargado de administrar sus bienes, así como de las remuneraciones que recibe por concepto de sus colaboraciones en periódicos y revistas hispanoamericanas, lo cual no siempre es suficiente para sus necesidades. Razón ésta por la que el poeta acepta desempeñarse como propagandista en Francia del gobierno chileno. Trabajo suplementario que viene a complicar la existencia de Andrée: “traducir en francés los artículos que Francisco redactaba en español, escribirlos en máquina, envolver paquetes destinados a las personalidades oficiales de Chile, ir a las oficinas de correos para expedirlos [...] Durante largos años fue un verdadero sacrificio, la pintura, el piano, todo eso quedaba relegado en un segundo plano” (CONTRERAS; 1986: 22).

Siempre en compañía de Andrée, debido a su crónica delicada salud, Francisco visita ciertas ciudades de España, en 1922, con la intención de publicar su novela *El Pueblo maravilloso*, primer libro de una serie de 10 volúmenes (de los cuales solo cuatro logrará escribir). En Madrid rencuentran a Alfonso Reyes y a Diez Canedo y su esposa; a Eugenio d’Ors y Alfonso Maseras, en Barcelona. Pero las cenas periódicas, de creciente importancia en las comunidades periodísticas y literarias, donde los comensales iberoamericanos de paso o residiendo en París se encuentran, es la casa de Francisco Contreras, cada segundo y cuarto sábado del mes. A ella acuden numerosos intelectuales provenientes de todos los horizontes, durante gran parte del tiempo en que el poeta chileno se mantuvo al frente de la sección iberoamericana de *Mercure de France*: Alfonso Reyes, José Vasconcelos, Gabriela Mistral, Manuel Ugarte, Alcides Arguedas, Vicente Huidobro, entre muchos otros. En una ocasión, la reunión está consagrada al sacerdote católico, filólogo, escritor, folklorista, y profesor universitario chileno, miembro de la Real Academia Española, amigo cercano de Rubén Darío Julio Vicuña Cifuentes (1865-1936), de paso por París; al igual que al poeta, pintor y embajador

chileno Diego Dublé Urrutia (1898-1903) y Marcelle Auclair (1899-1983), quien recién publicaba su primer libro en Santiago.

A la muerte de Francisco Contreras, cuyos restos permanecerán en el cementerio de Ribérac (hasta febrero de 2007, antes de ser repatriados a su país nativo) Andrée decide ir a vivir a Chile, donde recibe una modesta pensión del gobierno chileno, en 1936. En Santiago es recibida por Julio Vicuña Fuentes, de quien nos hemos referido líneas arriba. En el Turco, enclavado en una región perdida en la cordillera, vivirá por más de 30 años. De vez en cuando vendrá a visitarla su amiga íntima Mercedes, la hermana de Vicente Huidobro, a su vez esposa de un amigo íntimo de infancia de Francisco Contreras, Diego Dublé Urrutia (1877-1967). En la tranquilidad del sitio, Andrée se entregará a la escritura a mano de su texto autobiográfico, en el que recrea, desde inolvidables escenas de la vida literaria parisina, hasta recuerdos íntimos, durante dos décadas al lado de Francisco Contreras; sagaces retratos de artistas, poetas, escritores, pintores o tipos pintorescos, la mayoría de hombres y mujeres célebres, hispanoamericanos y europeos. Rico para valorar la obra y el pensamiento del poeta chileno, así como la suya propia, con nuestros parámetros. En resumen, al leer este trabajo memorístico, se está al frente de una cabalgata de impresiones, representación veraz y puntual de las personas y sus circunstancias. Hace de la disgregación un arte.

A manera de conclusiones

El modernismo surgió, se desarrolla y llega a su apogeo en un tiempo relativamente corto, a partir de 1898, y culmina en una fecha precisa, en 1911, cuando el poeta mexicano Enrique González Martínez publica en su libro el soneto “Tuércele el cuello al cisne” [*Los senderos ocultos*]. En Chile este movimiento se resume en la obra y la persona de Francisco Contreras. Nuevos movimientos ligados a las tendencias antisimbolistas surgirán en el firmamento literario hispanoamericano, como el creacionismo del chileno Vicente Huidobro, el Estridentismo de Maples Arce y German List Arzubide en México y la lírica de César Vallejo (*Trilce*), entre otros.

Como hemos podido apreciar en el cuerpo principal del presente trabajo, en la difusión de la producción literaria iberoamericana en París, a inicios del siglo XX, nuestro protagonista desempeña un papel sumamente destacado, tanto por sus ensayos como por su posición al frente de sección *Lettres hispanoaméricaines* de la revista de mayor prestigio, *Mercure de France*. Su participación activa en las reuniones de las comunidades literarias galas más en vista, donde confluían poetas, artistas, periodistas y escritores de todas las tendencias en boga, lo colocaban

en una situación privilegiada, en relación con la mayoría de sus congéneres deseosos de publicar y ser conocidos. De la misma manera, su casa se convierte durante largos años en el lugar donde acuden numerosos escritores, artistas, poetas y representantes diplomáticos de diferentes países del subcontinente. En esta función de articulador y divulgador de talentos, su esposa Andrée, traductora en la sombra y asistente tan desinteresada como fiel, será de una invaluable importancia. Tal vez, trabajos posteriores sobre la base de nuevos y más variados documentos, desentrañarán y proyectarán luz sobre su verdadera dimensión, que por cuestiones de espacio esta colaboración deja inevitablemente de lado. Para concluir, añadiremos que una vez concluida su novela *La ciudad maravillosa*, Francisco Contreras retoma con ardor, y con ellos se despide, el libro homenaje a su maestro, *Rubén Darío: su vida y su obra* (1930). El poeta nicaragüense, en sus *Poemas de Otoño*, acotará: “Nuestras vidas son la espuma de un mar eterno”.

Referencias

- Guillaume Apollinaire, (*Méditations esthétiques*) *Les peintres cubistes*, Paris, Figuière, 1913.
- Christophe Charle, “Vers un monde intellectuel sans frontières”, en Charle, Christophe et Laurent, Jean-Pierre (sous la direction de), *La vie intellectuelle en France, 1. Des lendemains de la Révolution à 1914*.
- Andrée Contreras, *Francisco Contreras: su vida en París, 1913-1933*, Santiago de Chile, Ediciones Minga. [Este texto, escrito a mano, se editó en noviembre 1986, con un tiraje de 200 ejemplares].
- Francisco Contreras, *Les écrivains contemporains de l'Amérique espagnole*, Paris, La Renaissance du livre, 1920.
- Wenceslao Díaz Navarrete, (edición y notas). *Bohemios en París. Epistolario de artistas chilenos en Europa, 1910-1940*, prólogo de Patricia Lezema Améstica, Santiago, RIL Editores, 2010.
- Guillermo Díaz-Plaja, *Hispanoamérica en su literatura*, Navarra, Biblioteca Básica Salvat, 1972.
- Miguel Ángel Fera Vázquez, *La poesía parnasiana y su recepción en la literatura hispánica* [Memoria para optar al grado de Doctor], Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Filología Española Literatura Española, Madrid, 2014.
- J. Wilhelm James, *Ezra Pound in London and Paris, 1908-1925*, The Pennsylvania State University Press, London, 1990.
- Luis Parrot, *L'intelligence en guerre, panorama de la pensée française dans la clandestinité*, La jeune Parque, 1945, Réédition, 1990.
- Alfonso Reyes, “París cubista (film de ‘avant-guerre’)”, *Revista de América*, año III, número 20, enero de 1914.
- Alberto Rojas Jiménez, *Chilenos en París*, Santiago de Chile, Editorial Universitaria, S. A, 2003.
- Pierre Seghers, (présentation et anthologie), *La résistance et ses poètes (France 1940-1945)*, Poésie Seghers, 1974.

La construcción de una *Sociedad Punitiva* en la formación del estado- nación: la prensa chilena durante la reforma al sistema de prisiones (1843-1860)

Hugo J. Castro Valdebenito
Universidad de Playa Ancha – Chile
hugo.castro@upla.cl

Resumen

El estudio se enfoca en aproximar históricamente el rol de la prensa chilena en la construcción cultural del pensamiento punitivo en el Chile decimonónico. Para ello nos ubicamos estratégicamente durante los años de ejecución del proyecto Portaliano de “*orden social*”, formulado por el bloque conservador para restablecer la hegemonía interna fuertemente fracturada tras la ruptura independentista (1810-1818) y por las diversas pugnas *intra-elite* durante los primeros años de la República (1823-1830-51-59). El artículo aborda el contexto de la reforma del sistema de prisiones, considerándolo como el escenario histórico propicio desde el cual se explican las diferentes transformaciones en la concepción de la cuestión criminal en Chile. Para determinar estas transformaciones, se pesquian los distintos archivos documentales de las instituciones de presidio y las líneas editoriales de la prensa chilena durante los decenios conservadores. El objetivo del estudio es determinar - en perspectiva histórica - las transformaciones al concepto de castigo penitenciario en el discurso político- intelectual y sus representaciones en la prensa de la época. Se plantea que dicho discurso fue construyendo un imaginario social punitivo y condenatorio que tuvo como finalidad estigmatizar culturalmente al sujeto popular vinculándolo estrechamente a la cuestión criminal.

Palabras Clave: Prensa política; Sociedad punitiva; Sistema penitenciario.

Introducción

Durante las primeras décadas de estructuración de los estados nacionales latinoamericanos, se presentaron grandes problemas socio-políticos derivados de las rupturas independentistas y las dificultades por construir – o en algunos casos validar- un nuevo *orden interno*. Este *orden* funcionó como objetivo rector en los proyectos gubernamentales de los nacientes estados. En los casos de Chile y/o Argentina- con Diego Portales y Juan Manuel de Rosas respectivamente - este proceso estuvo acompañado de una parafernalia político-intelectual que propugnó la creación de una conciencia nacional castigadora al mismo tiempo que endurecía la política de disciplinamiento del bajo pueblo¹. En este periodo, se iniciaron los esfuerzos por crear una institucionalidad punitiva, cárceles, presidios, lugares de confinamiento y castigo, capaces de amortiguar los problemas derivados de las trasgresiones de los “*residuos sociales que aun vivían en la anarquía que dejaron las guerras de independencia*”². El nuevo *ius puniendi* nacional, fue acompañado de la construcción de una mentalidad colectiva

¹ Un interesante estudio de historia comparada sobre estos dos países y sus respectivos procesos de establecimiento de orden republicano a partir de una postura crítica es libro editado por Julio Pinto Vallejos, *El orden y el bajo pueblo. Los regímenes de Portales y Rosas frente al mundo popular, 1829-1852*, LOM, Santiago de Chile, 2015.

² El ARAUCANO, 20 de octubre de 1832.

castigadora/sancionatoria que justificó “socialmente” la utilización de metodologías de castigo asociadas al concepto de estado moderno, y basadas principalmente en el pacto social y por ende en el Estado de Derecho. Es decir, este nuevo *ius puniendi* debió regirse por principios que hicieren más evidente la “humanidad” con la que los nuevos gobernantes criollos imponían el *orden*, en especial sobre las clases populares a través de su disciplinamiento en cárceles de carácter penitenciario³. Con objetivos reformadores y modeladores de conductas.

El rol de la prensa chilena fue fundamental durante el periodo inicial republicano, especialmente pues sirvió de tribuna para la divulgación del pensamiento punitivo moderno que se iba desarrollando principalmente en Europa⁴. Como también para ejemplificar las experiencias de los modelos penitenciarios norteamericanos y su eventual reproducción en el país. Particularmente, nos referimos a los proyectos de Auburn, Sing Sing o Pensilvania que fueron bastante observados por las elites chilenas⁵.

En este trabajo, nos proponemos develar el rol que ocupó la prensa nacional en la formación y divulgación de un pensamiento que justificaba el castigo como herramienta de control social hacia las clases populares. En otras palabras, acá se busca determinar el papel de la prensa en la formación de la sociedad punitiva en el Chile decimonónico. Esto con el fin de construir un cuadro histórico que permita esclarecer medianamente las tendencias e injerencias editoriales y las características del contenido publicado durante el periodo inicial de construcción del estado-nacional a propósito de las ideas foráneas sobre la aplicación de las penas, el castigo penitenciario y los elementos propios de una sociedad castigadora.

Para estos efectos, la ponencia se divide en tres breves secciones. En la primera parte, se analiza la formación de la sociedad punitiva desde su perceptiva histórica y sus vertientes teóricas modernas. Se observan los principios rectores del castigo y su evolución histórica. Así también, se da énfasis en aquellos aspectos vinculados a la justicia penal y la ciencia criminológica como elementos propios de una sociedad punitiva. En segundo lugar, se exponen los argumentos, ideas y tendencias pesquisadas en la prensa nacional chilena durante los años 1832 y 1850. En especial, se utiliza el periódico conservador “El Araucano”, por constituirse

³ Para indagar en el Proyecto Penitenciario en su naturaleza teórica e histórica se recomienda Dario Melossi, Massimo Pavarini, Cárcel y fábrica: los orígenes del sistema penitenciario (siglos XVI-XIX). Siglo XXI, Buenos aires, 1985.

⁴ Numerosas son las columnas y las transcripciones de memorias de intelectuales de diversas partes del viejo mundo que eran reproducidas en los periódicos de Chile. En especial, durante la discusión sobre la creación de la Cárcel Penitenciaria de Santiago. El ARAUCANO publicó varias columnas sobre el sistema carcelario que “debía” implementarse en Chile, argumentando que dicho modelo era “la” solución para disminuir el problema delictual que aumentaba conforme pasaban los años.

⁵ Al respecto ver Hugo José Castro Valdebenito, Alessandro Monteverde Sánchez, y Juan Saavedra Ávila “Modelos, tendencias y cotidianidades en los inicios de la Cárcel Penitenciaria de Santiago de Chile.1843-1860.” Diálogos Revista Electrónica de Historia, 19(1), 2018, pp. 69-101. <https://dx.doi.org/10.15517/dre.v19i1.30096>

como un canal gubernamental y oficial para la difusión y divulgación de ideas de “orden y progreso”. Finalmente, se exponen algunas consideraciones finales y se proyecta la pesquisa hacia otras aristas de investigación histórica.

Génesis del criminal como enemigo social y la necesidad de “reformular” castigando. Debate teórico sobre el origen de la criminalidad en el estado moderno.

Poco tiempo hace que,⁶ el Fondo de Cultura Económica publicó un libro de Michel Foucault, que recoge algunas de sus clases en el Collège de France. El texto, que permaneció inédito hasta 2013, cuando había sido publicado en francés, contiene un inmenso dossier teórico sobre las causas históricas y las características filosóficas que han determinado el pensamiento punitivo de las sociedades modernas en Europa. Una de sus principales posturas, indica que el sujeto criminal fue convertido en un enemigo social a partir de la necesidad de vengar las trasgresiones al orden público⁷. Así, por ejemplo, Foucault argumenta reproduciendo el fragmento de un discurso pronunciado por Beaumetz en la Asamblea Constituyente francesa de octubre de 1789, que pone de manifiesto la orientación que se buscaba dar a las tantas transformaciones sociales que derivarían a la postre de este periodo revolucionario. Beaumetz señalaba:

Se ha cometido un delito: la sociedad entera es dañada en uno de sus miembros; el odio al crimen o el interés privado inducen una denuncia o motivan una reclamación; el ministerio público es advertido por el ofendido o despertado por el clamor general; se comprueba el delito, se recogen sus indicios, se verificas sus huellas. Es menester que el orden público sea vengado.⁸

Este pensamiento es una extensión de lo que ya planteaba Beccaria en Europa, en especial respecto a la aplicación de las penas y su proporcionalidad⁹. Sin duda, las posturas teóricas respecto a la formación de un consiente punitivo, manifestado en la figura del criminal como enemigo social es mucho más abundantes en la literatura clásica y especializada. Sin ir más lejos Durkheim, plasmó ciertas propuestas teóricas para explicar el nacimiento del criminal como una figura transgresora del orden social. Durkheim - a diferencia de Foucault- define al crimen como el acto que ofende estados fuertes y precisos de la conciencia colectiva, y al criminal como un agente imprescindible para la revitalización de la cohesión social por cuanto

⁶ En 2016 se tradujo la versión original publicada en francés bajo el título de *La société punitive. Cours au Collège de France. 1972-1973*. La edición fu establecida por Bernard E. Harcourt, bajo la dirección de François Ewald y Alessandro Fontana.

⁷ Michel Foucault. *La sociedad punitiva: curso en el Collège de France (1972-1973)*. Fondo de Cultura Económica. 2016, p.355.

⁸ Michel Foucault. *La sociedad punitiva: curso en el Collège de France (1972-1973)*. Fondo de Cultura Económica. 2016, p.64.

⁹ Cesare Beccaria, *De los delitos y de las penas*. Trotta, Madrid, 2011.

su punición posibilita la reafirmación normativa del lazo social¹⁰. Para él, el castigo penal constituye un ritual público y violento que, interpelando sentimientos y creencias comunes, ratifica la posición trascendente de los valores en los que un conjunto se reconoce como tal. Por ello ha podido decir que el delito es "necesario"; porque *"se halla ligado a las condiciones fundamentales de toda vida social, pero [que] por esto mismo es útil; porque estas condiciones de que él es solidario son indispensables para la evolución normal de la moral y el derecho"*¹¹

La posición de Foucault, en cambio, radica en sostener que la penalidad moderna atraviesa por un proceso histórico mediante el cual termina por sustraerse de la vista del público y sus afectos, y tiene lugar de un modo menos expresivo y más instrumental. Sin embargo, postulando que el objetivo específico del sistema penal consiste en seleccionar, perseguir y castigar sólo algunos de los comportamientos ilegales que se diseminan a lo largo de la sociedad, y estableciendo que es esta una función vital en la reproducción de las relaciones de poder vigentes en dicha sociedad, también invierte la perspectiva habitual según la cual la criminalidad sería un fenómeno fundamentalmente patológico o disfuncional que los agentes de control social tendrían por función erradicar. De allí que haya afirmado que *"la prisión fabrica delincuentes, pero los delincuentes a fin de cuentas son útiles en el dominio económico y en el dominio político. Los delincuentes sirven"*¹²

He aquí, que en las posiciones divergentes de Durkheim y Foucault se llegue a un punto de convergencia en cuanto a la utilidad de la criminalidad en las estructuras de orden del estado moderno y la necesidad de castigar, o en otras palabras la creación de una sociedad del castigo y la venganza social con fines estructurales.

Sin embargo, las argumentaciones modernas sobre la necesidad de castigar a ciertos elementos *"nocivos"* de la sociedad se remontan a los procesos revolucionarios de los siglos XVIII y XIX que constituyen la base de los estados nacionales republicanos. Los propios revolucionarios franceses partían de un principio formulado por Rousseau en El Contrato Social – *como el criminal es el enemigo de la sociedad, hay que exiliarlo o matarlo* –, Robespierre, en una posición aparentemente antirrusoniana y, por tanto, sobre la base del mismo principio teórico, objetaba que, aunque el criminal es un enemigo de la sociedad, esta no tiene el derecho de matarlo, porque una vez que se ha apoderado de un criminal ha terminado la batalla, y está

¹⁰ Sergio E. Tonkonoff Costantini, "Las funciones sociales del crimen y el castigo: Una comparación entre las perspectivas de Durkheim y Foucault". Sociológica (México), 27(77), 2012, p. 104

¹¹ Émile Durkheim, *Las reglas del método sociológico*, Morata, Madrid. 1986, p.95

¹² Michelle Foucault, "Entrevista sobre La prisión: el libro y su método", en Michel Foucault, *Microfísica del poder*, La Piqueta, Madrid. 1980, p. 96

en cierta forma frente a un enemigo prisionero, y sería tan bárbaro que la sociedad matara a un enemigo a quien ya ha vencido como que un guerrero matara a su cautivo o un adulto a un niño: “la sociedad que mata al criminal a quien ha juzgado es como un adulto que mata a un niño”¹³.

Por otro lado, y desde la perspectiva de los primeros estudios económicos sobre la criminalidad, el debate se abre hacia otras visiones del fenómeno de criminal como enemigo social. Los fisiócratas del siglo XVIII realizaron un particular análisis que fijaba la posición, el papel y la función de la delincuencia, no con respecto a la transgresión meramente social, es decir no sólo la destrucción del orden público a través de las trasgresiones socio-morales, que significaban una declaración - a priori - de guerra contra la sociedad en su conjunto¹⁴. Para los fisiócratas, el criminal es visto como un enemigo social, no por su actitud antisocial o antimoral, sino por su actitud antiproductiva y por ello debe ser castigado. Su actitud fuera de los procesos de producción genera un daño social. Ese daño según, Le Trosne - reconocido fisiócrata - deriva de su incapacidad de insertarse en un sistema de producción, y su principal característica es la ociosidad. De allí, que el vagabundaje sea para los fisiócratas la matriz de la criminalidad, no por la maldad sino por la improductividad y más aún por la voracidad de su improductividad, sacando tajadas a la producción social sin dar nada a cambio¹⁵.

Siguiendo este postulado, que presentaba a la vagancia como la matriz general de la delincuencia, debemos comprender que en América Latina las ideas fisiócratas respecto al origen del problema delictual, fueron bastante aceptadas por las elites criollas, que al comprender la situación en que quedaron las ex - colonias españolas luego de las guerras de emancipación y los problemas de los proyectos de organización interna de los nuevos Estados. Vieron la necesidad de aumentar e institucionalizar el aparato punitivo. En el caso especial de Chile, el fenómeno del vagabundaje, prontamente, y como asegura Mario Góngora¹⁶, el bandidaje o delincuencia rural, se vincula al aumento del vagabundaje improductivo y saqueador, que no solo azoló el sector campesino, sino también a los grandes terratenientes, en definitiva a la “pujante” producción nacional. Los estudios contemporáneos que sustentan las teorías derivadas de esta matriz en la experiencia latinoamericana no difieren tanto de su naturaleza vinculante entre vagabundaje y criminalidad. Es así que, Ivette Lozoya en su libro

¹³ Maximilien Robespierre. “Discurso a la Asamblea Nacional”, 30 de mayo de 1791, archivos parlamentarios de 1787 a 1860, primera serie, vol. 26. Citado en Michelle Foucault. La sociedad punitiva: curso en el Collège de France (1972-1973). Fondo de Cultura Económica. 2016, p.97

¹⁴ Le Trosne, *Memorandum sobre vagabundos y mendigos*. PG Simon, París, 1764, p. 40. . Disponible en: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k42938f.image.f6>

¹⁵ Le Trosne, *Memorandum sobre vagabundos y mendigos*. PG Simon, París, 1764, p. 42. . Disponible en: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k42938f.image.f6>

¹⁶ Uno de los primeros estudios chilenos del fenómeno del vagabundaje en Chile. Mario Góngora. *Vagabundaje y sociedad fronteriza en Chile, siglos XVII a XIX (Vol. 2)*. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, 1966.

Delinquentes, bandoleros y montoneros. Violencia social en el espacio rural chileno 1850-1870, recoge los elementos históricos de las relaciones sociales de los campesinos fuera de la ley, haciendo referencia a las interpretaciones de Hobsbawn y Rudé sobre las transformaciones del vagabundaje rural al bandolerismo social. En ese sentido explica las implicancias de dicha transformación aludiendo que los bandoleros sociales son aquellos que se inician en esta actividad debido a algún acontecimiento específico - la ruptura pos independencia - que los obliga apartarse de la vida legal y volcarse a la trasgresión, teniendo que sobrevivir del robo, el salteo o el abigeato¹⁷.

De todos modos, es importante hacer presente que las interpretaciones de Hobsbawn sobre el bandidaje escapan a la realidad latinoamericana, pues los plantea como bandidos “tipo”, aplicando a los modelos de criminalidad rural un estilo delictual idealizado. Tal es el caso de su obra *Bandidos*, donde categoriza a los bandidos como criminales “utilitarios”, exponiendo el caso de Robbín Hood¹⁸. En su análisis, la acción del bandolero representa para la sociedad campesina en tránsito a la modernidad la restitución del orden tradicional donde existía un lugar asignado para cada quien¹⁹.

También, y desde la óptica marxista, Massimo Pavarini y Dario Melossi han propiciado críticamente una forma de entender el control y la dominación social desde la crítica a las tesis burguesas y en el marco de un proyecto hegemónico²⁰.

Cual quiera sea el caso, cuando hablamos de criminalidad y la justificación social del castigo, nos referimos siempre a la formación del consiente castigador de la sociedad, y sobre todo de su justificación. El poder de castigar se lo apropia el estado de derecho, matriz de los estados nacionales, en tanto que, desde la formación de las estructuras de poder, el fenómeno de la delincuencia venga o no de la vagancia como matriz general – según Le Trosne – es la excusa para la utilización monopólica del poder punitivo con el cual invertimos al Estado, en la lógica del pacto social. Pero la utilidad de este fenómeno es mayor, pues a partir él, el Estado obtiene la legitimidad para utilizar la toda fuerza coercitiva contra un enemigo social, creando en la sociedad un sentimiento de paz social a partir de la venganza pública, un tipo siniestro de reparación derivada de la venganza.

¹⁷ Ivette Lozoya. *Delinquentes, bandoleros y montoneros: Violencia social en el espacio rural chileno (1850-1870)*. LOM Ediciones, Santiago, 2014, p. 18

¹⁸ Eric Hobsbawn, *Bandidos*, Critica, Barcelona. 2001, p. 29

¹⁹ Ivette Lozoya. *Delinquentes, bandoleros y montoneros: Violencia social en el espacio rural chileno (1850-1870)*. LOM Ediciones, Santiago, 2014, p. 24

²⁰ Massimo Pavarini. *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. Siglo XXI, 1983.

Es también la oportunidad que encontraron los estadistas criollos, arquitectos de las repúblicas latinoamericanas, para cohesionar las nacientes sociedades nacionales. Según Julio Pinto, durante la estructuración de la república chilena, el concepto de *orden portaliano*, se preocupó de crear una institucionalidad punitiva dirigida a la perpetuar a éste enemigo social y a diferenciar a las élites del bajo pueblo, a partir del arrinconamiento de los sectores populares y su criminalización²¹. Este fenómeno, es fundamental para entender como se fue gestando la sociedad punitiva en el Chile republicano, por lo cual, este punto lo abordaremos en el siguiente apartado en detalle.

Otro elemento que cabe destacar es la institucionalización del castigo moderno. Es decir, del castigo penitenciario como la manera más “humana” de castigar en un Estado de Derecho, el que teóricamente garantiza los derechos fundamentales de todas las personas.

Los trabajos que fijan el origen de la cárcel son abundantes. Para el caso chileno, es de real relevancia mencionar los aportes de Marco Antonio León León, quien ha estudiado el presidio como fenómeno histórico, encontrando vías explicativas de una institucionalidad nacional punitiva que reviste gran importancia desde el punto de vista de la historia del presidio chileno²². Su último libro, *Construyendo un sujeto criminal, criminología, criminalidad y sociedad en Chile siglo XIX y XX*²³, sintetiza con gran inteligencia los esfuerzos de la elite republicana por construir, del bajo pueblo, un segmento criminalizado de la sociedad con el objeto de mantener a ese enemigo en guerra permanente con la sociedad y utilizar la institucionalidad para “fabricar delincuencia”. Pues *es necesaria para el ejercicio legítimo de la seguridad*²⁴ y para mantener el monopolio del poder. León fija su preocupación en la aparición del germen criminológico en el Chile decimonono, y sobre todo, como se utilizó la prematura ciencia criminológica para crear un inconsciente social que identificara a un criminal por sus características físicas, perfilando un sujeto criminal vinculado intrínsecamente a la marginalidad. Para ello la élite gobernante se valió de artilugios tanto políticos como económicos para crear un imaginario del criminal como un enemigo social, permeada

²¹ Julio Pinto Vallejos, *El orden y el bajo pueblo. Los regímenes de Portales y Rosas frente al mundo popular, 1829-1852*, LOM, Santiago de Chile, 2015. p.27

²² Algunos de sus trabajos más importantes en esta línea son: Marco Antonio León León. *Encierro y corrección: la configuración de un sistema de prisiones en Chile: 1800-1911 (Vol. 3)*. Universidad Central de Chile, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, 2003; Marco Antonio León León, “Los dilemas de una sociedad cambiante: Criminología, criminalidad y justicia en Chile contemporáneo (1911-1965)”. *Revista Chilena de Historia del Derecho*, (19), 2003; Marco Antonio León León, *Sistema carcelario en Chile: visiones, realidades y proyectos (1816-1916)* (Vol. 8). Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana.: entre otros.

²³ Hemos reseñado este texto en, Hugo J. Castro. “Marco Antonio León León. Construyendo un sujeto criminal. Criminología, criminalidad y sociedad en Chile. Siglos XIX y XX. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana-DIBAM-Editorial Universitaria, 2016”. *Historia Caribe*, vol. 13, no 32. 2018.

²⁴ Marco Antonio León León. *Construyendo un sujeto criminal: criminología, criminalidad y sociedad en Chile: siglos XIX y XX*. Editorial Universitaria, Santiago, 2015, p.45

obviamente por las corrientes de pensamiento que someramente hemos referido previamente. Una de estas estrategias fue la utilización de la prensa como tribuna para ornamentar con argumentos foráneos la necesidad de eliminar a los elementos transgresores, y convertirlos en sujetos laboriosos, sin desviar la atención de la vinculación con el bajo pueblo como cuna de la criminalidad y de la ociosidad anti productiva.

2 – La prensa chilena y la creación del criminal como enemigo social.

2.1 – El Araucano y sus argumentos criminalizantes hacia el bajo pueblo.

Las opiniones despectivas hacia los sectores populares urbanos y rurales en el Chile decimonónico, básicamente se canalizaron a través de la prensa, que los criminalizaba y representaba como la cuna de los criminales. Las denuncias respecto a las conductas poco apropiadas de las clases populares, fueron comunes en diversas zonas de Chile, tanto en las zonas mineras como en las ciudades y campos. Las manifestaciones discursivas de la elite buscaban - en un principio – denostar con cientos de adjetivos peyorativos y prejuicios infundados la tendencia del bajo pueblo hacia el vicio, la ebriedad, el juego, la violencia, la holgazanería o la superstición e ignorancia. En 1831, el periódico oficialista y conservador El Araucano, denunciaba que Santiago se encontraba plagado de vagos y ociosos, y que solo entre los meses de junio y noviembre se habían perpetrado 41 asesinatos²⁵. Las conclusiones a que llegaba la editorial de este periódico, se unían con los viejos prejuicios del pensamiento de Le Trosne²⁶. Se decía que, *“la violencia proviene del carácter belicoso, que la ignorancia deja correr hasta el exceso, y que nunca podrán extinguirse mientras la ilustración y la moral no se apoderen del corazón de la plebe²⁷”*. La prensa, continuo durante las décadas siguientes perfilando un estereotipo delictual vinculado intrínsecamente al bajo pueblo: *“Nadie ignora que los tahúres, los ladrones y las prostitutas se reclutan entre vagos y mal entretenidos. Estas son las peores especies de vagos, y por cierto que en nuestro país abundan, ya demasiado²⁸”*. Se comentaba también - mediante prejuicios- que el bajo pueblo poseía ciertos atributos negativos que le eran principalmente heredados por la ociosidad y vileza en la cual habían nacido. Haciendo referencia a las tesis criminológicas clásicas. Es decir, la delincuencia era un

²⁵ EL ARAUCANO, 2 de octubre de 1830.

²⁶ Para ver una colección completa de sus obras, consultar la biblioteca digital de la Biblioteca Nacional de Francia en: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb121254230>

²⁷ EL ARAUCANO, 29 de enero de 1831.

²⁸ EL COMERCIO, 20 de diciembre de 1858.

resultado de factores económicos y sociales. “*La ignorancia semi-salvaje en que yace nuestra plebe- decía El Araucano – al carecer de absolutamente de toda moral, no está acostumbrada a hacer uso de la razón, y no habiéndosele inspirado desde la infancia sentimientos de humanidad, se deja arrastrar por las pasiones más perniciosas*”²⁹.

Los esfuerzos por criminalizar al bajo pueblo por su condición “menesterosa”, no fueron más que grandes prejuicios sociales y elitistas. Sin embargo, esta imagen negativa que se construía de los sectores populares “*rotos, errantes y criminales*”, fue fundada en ocasiones en conductas reales, determinadas por las fluctuaciones económicas, la falta de estímulos salariales y de hábitos de trabajo requeridos por la economía de corte capitalista que se implementaba en Chile en aquellos años³⁰.

No es sino hasta la entrada de ideas criminológicas modernas - o como lo llama Marco Antonio León León, “*cuando entro el germen criminal en Chile*”³¹- , se inició un proceso de consolidación del mundo popular ya virtualmente criminalizado a través de la entrada de la estadística y la criminología positiva – en especial de la italiana – que proporcionando antecedentes comprobables, ratificaban los prejuicios contruidos por la elite, demostrando que el grueso de las transgresiones eran cometidas por sujetos vinculados a los sectores populares³².

La criminología positiva se aprovechó de esta identidad creada por los prejuicios y el evidente miedo de la elite al mundo popular, e intento definir a las clases peligrosas como naturalmente distintas a los trabajadores, atribuyendo a las primeras cualidades de degeneradas y a las segundas la cualidad de útiles.

En este sentido, el problema para la elite gobernante fue, qué hacer con los ya reconocidos – ahora científicamente - sujetos criminales. Las reformas a los sistemas carcelarios europeos y norteamericanos, buscaron la reforma del sujeto como una forma de volverlo útil. En Chile, la Cárcel Penitenciaria de Santiago fue el primer edificio construido y pensado para ejercer el fin de resocializar y reformar moralmente a los sujetos criminales, en su totalidad provenientes del bajo pueblo. Esta última afirmación se sustenta porque los sectores populares fueron incorporados a esta institucionalidad punitiva con diferenciaciones evidentes e incluso reglamentadas para los tratamientos penitenciarios que se ensayaban el nuevo modelo.

²⁹ EL ARAUCANO 29 de enero de 1831

³⁰ Marco Antonio León León. *Construyendo un sujeto criminal: criminología, criminalidad y sociedad en Chile: siglos XIX y XX*. Editorial Universitaria, Santiago, 2015, p.63

³¹ Marco Antonio León León. *Construyendo un sujeto criminal: criminología, criminalidad y sociedad en Chile: siglos XIX y XX*. Editorial Universitaria, Santiago, 2015, p.65

³² Marco Antonio León León. *Construyendo un sujeto criminal: criminología, criminalidad y sociedad en Chile: siglos XIX y XX*. Editorial Universitaria, Santiago, 2015, p.66

Así por ejemplo, varias formas de castigo contenidas en los primeros reglamentos carcelarios del país, hacían referencia a un tratamiento diferenciado en cuanto al castigo y las condiciones de vida de reos ordinarios y reos políticos y de la elite³³. El Reglamento para la Cárcel de Santiago, publicado en El Araucano el 12 de mayo de 1832, redactado por Diego Antonio Barros, señalaba en sus artículos adicionales;

1° Las habitaciones de los reos de delitos políticos u otros que por su educación sean acreedores a mas consideración serán mas comodas que las destinadas a los acusados por crímenes atroces.

2° A los presos mencionados en el artículo anterior no les corresponderá la obligación forzosa de trabajar, impuesta a los demás; pero el alcaide cuidara que no den mal ejemplo con ociosidad³⁴.

Estas diferencias, no hacen más que ratificar la idea de que la maquinaria punitiva que se estaba construyendo estaba al exclusivo servicio de un sector social que necesitaba consolidar una idea social castigadora frente a diversos actos que atentaban contra el orden público. Sin considerar la misma responsabilidad o castigo para aquellos que tenían por su condición una educación o capacidad productiva que les diferenciara del resto, o por lo menos de los que se deseaba criminalizar, es decir al bajo pueblo.

El Araucano abogaba por la utilidad del castigo penal, pues aseguraba que era necesario, “que consultando la seguridad de los ciudadanos y los sentimientos de humanidad procure el escarmiento del culpable sin hacerle sufrir inútilmente”³⁵ Las dificultades con que se enfrentaban las autoridades del orden en aquella época no eran pocas. Se buscaba también, “determinar” a los delincuentes y desvincularlos de las demás formas sociales “normales”, incluso de aquellas penas que eran tradición cumplir en servicios militares temporales, tales como las levas que se realizaban en periodos coloniales e incluso en periodos republicanos en otras partes de América latina. En memorias del Ministerio de Justicia, Culto e Instrucción Pública – publicadas en El Araucano- presentadas al Congreso el 25 de junio de 1842, se denunciaba la pérdida de eficacia de las penas con motivo de los indultos “lisonjeros” que

³³ Esto se puede desprender de una transcripción de archivo documental que aborda la fuga de un reo político desde la Cárcel de Santiago en Hugo Castro Valdebenito, “Sumario por fuga del Reo Político Juan Antonio Pando en la Cárcel Penitenciaria de Santiago en 1859”. *Revista Historia y Justicia*. N°9, 2017, p 157-172

³⁴ EL ARAUCANO, 12 de mayo de 1832.

³⁵ EL ARAUCANO, 4 de Marzo de 1842.

efectuaba con regularidad el gobierno. Se decía *“han perdido su eficacia, porque no tanto retrae al delincuente y previene los delitos en rigor de aquellas, como la persuasión de la imposibilidad de eludirlas”*³⁶. Luego se insistía en la eliminación de *“leyes fáciles”*, como la que se condenaba al sujeto por el delito de heridas al servicio del ejército o la marina. El corto tiempo – decían – *“que se extienden las condenas, no permiten que el ejército saque ninguna ventaja de esta lei, y aun cuando así no fuese, no debería tolerarse, porque degrada la carrera de las armas confundiendo al infractor de las leyes con sus jenerosos defensores”*.³⁷

El universo de mensajes publicados en diferentes ocasiones en este periódico, de una u otra forma fue colando en el discurso político nacional y de allí a la sociedad en su conjunto, la *cuestión criminal*. En 1842, se podía leer en El Araucano *“conviene sin dudas imponer penas severas que retraigan los delitos”*³⁸. Esto a propósito de la discusión sobre la modificación de las leyes criminales de códigos españoles que tanto urgía corregir y derogar para desarrollar y preparar una legislación de tipo nacional en materia criminal. En ese mismo año, a meses de la ley de establecimiento de la Cárcel Penitenciaria de Santiago, aún se pensaba y proponía en aumentar los presidios en el país. El Ministro de Justicia, asentía en esta idea y agregaba muy resuelto *“pero estableciéndola en una isla de la República”*³⁹. De hecho, El Araucano publicaba el presupuesto del Ministerio de Justicia, y para efectos del establecimiento se destinaron en aquel tiempo, 16,900 pesos. Cantidad considerable si para el gasto del presidio ambulante la suma equivalía a 6400 pesos⁴⁰. Las preocupaciones por parte de la cartera de justicia eran orientadas hacia la consecución de un nuevo aparato normativo y punitivo eficaz. Insistían en la formulación de esta institucionalidad de la siguiente manera:

*Estas consideraciones – refiriéndose a la ineficacia de las leyes criminales españolas– han hecho reconocer al gobierno lo inútil que sería la reforma de las leyes penales mientras subsista el orden actual, y la necesidad de crear previamente un buen sistema de castigos que se proponga por principal objetivo el mejoramiento moral de los delincuentes.*⁴¹

Además de ser un canal de información oficial y gubernamental, y de incluir en sus páginas las discusiones políticas sobre la cuestión criminal, El Araucano, publicaba extensas memorias de intelectuales extranjeros. Tal es el caso de la Memoria de M. Benoiston de

³⁶ El ARAUCANO, 4 de Marzo de 1842

³⁷ El ARAUCANO, 4 de Marzo de 1842

³⁸ El ARAUCANO, 14 de Mayo de 1842

³⁹ El ARAUCANO, 4 de Marzo de 1842

⁴⁰ Esta cantidad correspondía a el sueldo del Director, dos Mayordomos y un carretero. El arriendo de un almacén para guardar las herramientas, el costo de mantención de los presidiarios, de la tropa que los custodia y de las herramientas. El ARAUCANO, 22 de julio de 1842

⁴¹ El ARAUCANO, 4 de agosto de 1843

Chateaufort sobre el sistema penitenciario. Presentada originalmente en la Academia de Ciencias Morales y Políticas del Instituto Real de Francia el 2 de septiembre de 1843. La Memoria que se circunscribe como una crítica comparada de los modelos penitenciarios de Auburn y Pensilvania. Y se constituye como una matriz informativa de las experiencias foráneas en la aplicación de uno de estos dos modelos – y también en forma mixta - para configurar una postura de lo punitivo y bajo la premisa de presentarse y justificarse por la real “*necesidad de castigar modernamente*”.⁴² Estas secciones se publicaban a un año del inicio de las reformas de prisiones y del comienzo de los trabajos en el campo de “*instrucción*” donde se levantaría, - ya en 1847- la Cárcel Penitenciaria de Santiago⁴³.

También se publicó la *Disertación sobre los “delitos i penas”* presentada en la Universidad de Chile por Manuel Blanco Gana y publicada en El Araucano el 21 de febrero de 1845. Abordaba los fundamentos de la aplicación del castigo y la proporcionalidad e las penas. De seguidilla con una apego y convicción del “*castigo como único remedio para el restablecimiento del orden social*”⁴⁴. Aludía a la necesidad de castigar humanamente y argumentaba su eficacia. No era extraño pues en el Chile de aquellos días, aún la pena de azotes era defendida por las autoridades de justicia de la siguiente forma:

“La pena de azotes ha disminuido en su impacto social, al principio de la restauración de esta, tenía más evidente impacto, aunque aun provoca el escarmientos necesario para inhibir en parte el deseo de delinquir”⁴⁵.

Se decía en también en El Araucano, meses antes de la inauguración de la nueva Penitenciaria, que en el sistema a implantarse debía - tal como se hizo tardíamente en el presidio ambulante – *efectuarse la obligatoriedad de aprender un oficio que se les sustrajese a la influencia de la ociosidad*. El modelo implementado en la reforma fue el de la Prisión de Auburn, y de hecho en 1846 fue distribuida una circular nacional del Ministerio de Justicia a los Intendentes para aplicar el régimen de aislamiento en los presidios del país⁴⁶. Este cuaderno impreso - decía el Ministro – contiene las instrucciones detalladas sobre la misma materia “*por un Gobierno de los más ilustrados de Europa*”. En otra circular enviada posteriormente, se dice a los Intendentes que “*el gobierno no está dispuesto a aprobar plano alguno de cárceles en que no se adopte el sistema de una prisión aislada para cada individuo ni mucho menos a*

⁴² El ARAUCANO, 5 de abril de 1844.

⁴³ El ARAUCANO, 5 de abril de 1844.

⁴⁴ El ARAUCANO, 21 de febrero de 1845

⁴⁵ El ARAUCANO, 23 de Febrero de 1844

⁴⁶ El ARAUCANO, 18 de Septiembre de 1846

auxiliar su construcción".⁴⁷ Es paradójico que, aunque se presentaba como la cualidad indispensable para la reforma de los sujetos criminales, el aislamiento individual no se produjo. Dado que en 1847 durante la inauguración del complejo – que por lo demás aún estaba inconcluso- se estableció un reglamento provisorio que introdujo “temporalmente” a cuatro reos por celda en el “moderno” edificio⁴⁸.

En definitiva, y en consideración a contante enunciamiento de modernización del aparato punitivo, se nombró una comisión compuesta por Antonio Varas, José Victorino Lastarria Antonio García Reyes y Manuel Antonio Tocornal, para que elaborasen un Código Penal, estamos hablando del 18 de diciembre de 1846⁴⁹. Cabe mencionar que las dificultades no fueron menores, porque el Código Penal chileno recién estuvo en aplicación en 1874, es decir 28 años después de conformada la comisión. No obstante, se inició una tenue producción de legislación punitiva nacional. El 2 de julio de 1847 El Araucano publica la *Ley Penal de hurtos i robos*.

También se insistía en la reforma de otras leyes, una que en particular atacó directamente al bajo pueblo. La ley destinada a la represión de la vagancia, concepto que era sentenciado como, “*jermen fecundo de inmoralidad i de desorden i consiguientemente de delitos*”.⁵⁰ *Condenar a un vago – se decía- es lo mismo que abrirle el campo más oportuno para que más pronto y mejor se convierta en vicioso delincuente*”⁵¹

El sistema de castigo implementado era abiertamente recomendado por la línea editorial de El Araucano, en su líneas se podían leer a menudo frases como; “*Cada vez más convencido el gobierno de la tendencia del sistema penitenciario a la reforma de los delincuentes, i aun a ser un principio de progreso para la industria popular, se esfuerza en hacerlo extensivo a todas las provincias.*”⁵² El 20 de octubre de 1848 se publica el Reglamento para la Cárcel de la ciudad de Concepción.⁵³ En él ya se podía ver los cambios de la reforma. Los presos estarían clasificados en tres secciones; *rematados, procesados por delito y presos por deudas*. La clasificación por diversos criterios es uno de los pasos más evidentes en el proceso de maduración del sistema punitivo. La especialización en el funcionamiento del régimen penitenciario implicaba dichos esfuerzos organizacionales.

⁴⁷ El ARAUCANO, 18 de septiembre de 1846

⁴⁸ CASTRO, Hugo José SÁNCHEZ, Alessandro Monteverde;ÁVILA, Juan Saavedra. (2018) Modelos, tendencias y cotidianidades en los inicios de la Cárcel Penitenciaria de Santiago de Chile. 1843-1860. Diálogos Revista Electrónica, vol. 19, no 1, p. 84

⁴⁹ El ARAUCANO, 18 de enero de 1847.

⁵⁰ El ARAUCANO, 8 de octubre de 1847.

⁵¹ El ARAUCANO, 8 de octubre de 1847

⁵² El ARAUCANO, 23 de noviembre de 1847.

⁵³ El ARAUCANO, 20 de octubre de 1848

Pues bien, como hemos visto, la única tribuna republicana de las décadas conservadoras que difundió y divulgó el pensamiento punitivo fue el periódico *El Araucano*. Se evidencia en el uso de esta tribuna, especialmente, en las publicaciones de memorias extranjeras que analizaban las posibles aplicaciones de los modelos punitivos con que se experimentaba en otras partes del mundo. El periódico *El Araucano* sirvió más bien, como el principal medio de reproducción estas ideas en la sociedad nacional. Sin embargo, no debe entenderse que fue el único que contuvo esta materia. Los libros y folletos que ingresaban a Chile y que contenían ediciones europeas sobre la temática eran de circulación moderada, pero existían.

En definitiva, el aparato editorial de este periódico es mucho mayor a lo representado en este trabajo. La cantidad de referencias a la temática de la cuestión criminal y la creación de marcos jurídicos en materia criminal son de fácil búsqueda en los sucesivos números del periódico desde 1830 hasta 1877. Su circulación, probablemente influyó en la información manejada por la sociedad nacional sobre la cuestión criminal. Las ideas de castigo, la efusividad y el fomento para la creación de una institucionalidad punitiva a través de un sistema de castigos eficaz permitieron, entre otras cosas, la adopción de estas ideas en la conciencia nacional decimonónica. Las que, al no ser transformadas en el sistema penal hasta la actualidad, permanecen inertes en el consiente colectivo, que se acostumbró, en definitiva, a castigar por los medios más “modernos”.

3 – Consideraciones Finales

El delito, y más en general las cuestiones planteadas sobre las diversas alteraciones y desobediencias al orden social, están obviamente presentes en cada sociedad, en todas partes y siempre. Decir esto es una obviedad. Menos obvio es afirmar que las formas a través de las que nosotros nos relacionamos con estas cuestiones determinan un conocimiento histórico marcado por algunas características que lo diferencian de otros que le han precedido históricamente o que incluso son expresados por culturas ajenas a nosotros. La reflexión histórica que nos pertenece surge, en efecto, del análisis de formas muy determinadas de desorden social, esto es el estudio de concretos y específicos atentados a esta sociedad, una sociedad en la que ha reinado y reina un cierto orden social, una cierta disciplina⁵⁴. Reconstruir pues las vicisitudes relevantes de esta sociedad equivale a recorrer la historia de los problemas de orden y control social. Esta ponencia, busca dar a conocer sintéticamente algunos aspectos no muy

⁵⁴ Massimo Pavarini. *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. Siglo XXI, México, 1983. p.27

desarrollados por la historiografía nacional sobre los procesos de construcción punitiva y disciplinante del Estado, en especial, aquellos que se perfilan como la creación de una sociedad preocupada por el castigo, como herramienta de reforma moral de los sujetos que por su condición “menesterosa” han debido llegar a la transgresión. Si bien los sectores populares, por los elementos socio-económicos antes mencionados tuvieron una vinculación más cercana con la comisión de ilícitos, este proceso fue influenciado por el *miedo* de la elite ante la anarquía de los sectores populares, en especial por la falta de control que podrían – con los recursos de la época- ejercer frente a las “*masas errantes e improductivas*”. La manera de erradicar su miedo fue la constitución de una maquinaria institucional de carácter punitivo; cárceles, códigos y leyes que permitieron establecer los parámetros para castigar conforme las nuevas teorías sociales y políticas ascendentes en el periodo republicano. Las diferencias de esta aplicación punitiva, se logran evidenciar por la forma en que se castigaba las diferentes clases sociales. Los sujetos sometidos a la política criminalizante de los gobiernos conservadores, preocupados por el orden y el mantenimiento del status quo, y la mantención de un enemigo interno, fueron castigados básicamente a través del experimento de los tratamientos penitenciario. Es decir, una lógica de encierro basado en el silencio, la búsqueda interna de la moralidad y una mezcla de instrucción religiosa y laboral. Este procedimiento debía restaurar la moral del bajo pueblo a través de un disciplinamiento, que correspondía con la idea de progreso y paz social. No habiendo un criminal no hay un enemigo social interno, existiendo una ambivalencia jurídica. Es por ello que los sujetos políticos, no fueron castigados de la misma forma ni debieron adatar su conducta hacia una reforma moral, solo aquellos grupos que provenían de los sectores plebeyos fueron obligados a reformarse. A la postre, los modelos de disciplinamiento a través de las instituciones penitenciarias que se fueron desarrollando en Chile a partir de 1843, fueron perpetuando una serie de inconsistencias en su naturaleza reformadora o bien regeneradora. La delincuencia se disparó en los últimos años del siglo XIX, así como también los esfuerzos por estudiar, categorizar, clasificar y determinar los sujetos criminales. El rol de la prensa chilena en este proceso fue fundamental, pues al reflejar en sus líneas editoriales y publicaciones las reflexiones de una criminología positiva, consolidaba los postulados que atribuían a los sujetos criminales una especie de herencia delictual congénita y darwinista, provocando que hasta incluso en los sectores populares el concepto de castigo por transgresión se afianzara, terminando por constituir una sociedad basada en el castigo carcelario como metodología de satisfacción ante el detrimento causado por la ilegalidad.

El delito, y más en general las cuestiones plateadas sobre las diversas alteraciones y desobediencias al orden social, están obviamente presentes en cada sociedad, en todas partes y siempre. Decir esto es una obviedad. Menos obvio entonces, es afirmar que las formas a través de las que nosotros nos relacionamos con estas cuestiones determinan un conocimiento histórico marcado por algunas características que lo diferencian de otros que le han precedido históricamente o que incluso son expresados por culturas ajenas a nosotros. La reflexión histórica que nos pertenece surge, en efecto, del análisis de formas muy determinadas de desorden social, esto es el estudio de concretos y específicos atentados a esta sociedad, una sociedad en la que ha reinado y reina un cierto orden social, una cierta disciplina. Reconstruir pues, las vicisitudes relevantes de esta sociedad equivale a recorrer la historia de los problemas de orden y control social. Este estudio se buscó dar a conocer sintéticamente algunos aspectos no muy desarrollados por la historiografía nacional sobre los procesos de construcción punitiva del Estado, en especial, aquellos que se perfilan como la creación de una sociedad preocupada por el castigo, como herramienta de reforma moral de los sujetos que por su condición “menesterosa” han debido llegar a la transgresión. Si bien los sectores populares, por los elementos socio-económicos antes mencionados, tuvieron una vinculación más cercana con la comisión de ilícitos, este proceso fue influenciado por el *miedo* de la elite ante la anarquía de los sectores populares, en especial por la falta de control que podrían – con los recursos de la época- ejercer frente a las “*masas errantes e improductivas*”. La manera de erradicar su miedo fue la constitución de una maquinaria institucional de carácter punitivo; cárceles, códigos y leyes que permitieron establecer los parámetros para castigar conforme las nuevas teorías sociales y políticas ascendentes en el periodo republicano. Las diferencias de esta aplicación punitiva, se logran evidenciar por la forma en que se castigaba las diferentes clases sociales. Los sujetos sometidos a la política criminalizante de los gobiernos conservadores, preocupados por el orden y el mantenimiento del status quo, y la mantención de un enemigo interno, fueron castigados básicamente a través del experimento de los tratamientos penitenciarios. Es decir, una lógica de encierro basado en el silencio absoluto, la búsqueda interna de la moralidad y una mezcla de instrucción religiosa y laboral. Este procedimiento debía restaurar la moral del bajo pueblo a través de un disciplinamiento “probado”, que se correspondía con la idea de progreso y paz social. No habiendo – se decía- un criminal no hay un enemigo social interno, existiendo una ambivalencia jurídica. Es por ello, que los sujetos políticos encarcelados no fueron castigados de la misma forma ni debieron adatar su conducta hacia una reforma moral. Solo aquellos grupos que provenían de los sectores plebeyos fueron obligados a reformarse. A la

postre, los modelos de disciplinamiento a través de las instituciones penitenciarias que se fueron desarrollando en Chile a partir de 1843, fueron perpetuando una serie de inconsistencias en su naturaleza reformadora o bien regeneradora. La delincuencia se disparó en los últimos años del siglo XIX, así como también los esfuerzos por estudiar, categorizar, clasificar y determinar a los sujetos criminales. El rol de la prensa chilena en este proceso fue fundamental, pues al reflejar en sus líneas editoriales y publicaciones las reflexiones de un pensamiento criminológico, consolidaba los postulados que atribuían a los sujetos criminales una especie de herencia delictual congénita y darwinista, provocando que hasta incluso en los sectores populares el concepto de castigo por transgresión se afianzara, terminando por constituir una sociedad basada en el castigo carcelario como metodología de satisfacción ante el detrimento causado por la ilegalidad.

Referencias

- Cesare Beccaria,. *De los delitos y de las penas*. Madrid: Trotta, 2011.
- Hugo J. Castro Valdebenito, Alessandro Monteverde Sánchez, & Juan Saavedra Ávila. “Modelos, tendencias y cotidianidades en los inicios de la Cárcel Penitenciaria de Santiago de Chile.1843-1860.” *Diálogos Revista Electrónica de Historia*, 19(1), 2018. 69-101.
- Hugo J. Castro Valdebenito . “Sumario por fuga del Reo Político Juan Antonio Pando en la Cárcel Penitenciaria de Santiago en 1859”. *Revista Historia y Justicia*. Nº9, 2017,p 157-172
- Hugo J. Castro Valdebenito. “Marco Antonio León León. Construyendo un sujeto criminal. Criminología, criminalidad y sociedad en Chile. Siglos XIX y XX. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana-DIBAM-Editorial Universitaria, 2016”. *Historia Caribe*, vol. 13, no 32, 2018.
- Emile Durkheim,. *Las reglas del método sociológico*, Morata, Madrid, 1986.
- Michelle Foucault. *La sociedad punitiva: curso en el Collège de France (1972-1973)*. Fondo de Cultura Económica, 2016.
- _____, “Entrevista sobre La prisión: el libro y su método”, en Michel Foucault, *Microfísica del poder*, La Piqueta, Madrid, 2018.
- _____. *Vigilar y castigar: nacimiento de la prisión*. Siglo XXI, 1990.
- Mario Góngora, *Vagabundaje y sociedad fronteriza en Chile, siglos XVII a XIX (Vol. 2)*. Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Chile, 1966.
- Eric Hobsbawn, *Bandidos*, Critica, Barcelona, 2001.
- Le Trosne, M. *Memorandum sobre vagabundos y mendigos*. PG Simon, París,1764. Disponible en: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k42938f.image.f6>
- Marco Antonio León León. *Entre el espectáculo y el escarmiento: el presidio ambulante en Chile (1836-1847)*, 1998.
- _____. *Encierro y corrección: la configuración de un sistema de prisiones en Chile: 1800-1911 (Vol. 3)*. Universidad Central de Chile, Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, 2003.
- _____. “ Los dilemas de una sociedad cambiante: Criminología, criminalidad y justicia en Chile contemporáneo (1911-1965)”. *Revista Chilena de Historia del Derecho*, 19, (2003).
- _____. *Construyendo un sujeto criminal: criminología, criminalidad y sociedad en Chile: siglos XIX y XX*. Editorial Universitaria, 2015.

- _____. *Sistema carcelario en Chile: visiones, realidades y proyectos (1816-1916)* (Vol. 8). Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 1996.
- Ivette Lozoya, *Delincuentes, bandoleros y montoneros: Violencia social en el espacio rural chileno (1850-1870)*. LOM Ediciones, 2014.
- Dario Melossi y Massimo Pavarini, *Cárcel y fábrica: los orígenes del sistema penitenciario (siglos XVI-XIX)*. Siglo XXI, 1985.
- Alessandro Monteverde Sánchez, “El sistema carcelario en Valparaíso 1836-1842 los carros y presidios ambulantes según fuentes documentales”. *Diálogos Revista Electrónica de Historia*, vol. 14, no 2, 2013.
- Massimo Pavarini, *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. Siglo XXI, 1983.
- Maximilien Robespierre., “Discurso a la Asamblea Nacional”, 30 de mayo de 1791, archivos parlamentarios de 1787 a 1860, primera serie, vol. 26. Citado en FOUCAULT, M. *La sociedad punitiva: curso en el Collège de France (1972-1973)*. Fondo de Cultura Económica, 2016.
- Sergio Costantini Tonkonoff., Las funciones sociales del crimen y el castigo: Una comparación entre las perspectivas de Durkheim y Foucault. *Sociológica. México*, 27(77), 2012.
- Julio Pinto Vallejos. *El orden y el bajo pueblo. Los regímenes de Portales y Rosas frente al mundo popular, 1829-1852*, LOM, 2015.

Fuentes

Periódicos:

- EL ARAUCANO, 2 de octubre de 1830
- EL ARAUCANO, 29 de enero de 1831
- EL ARAUCANO, 12 de mayo de 1832
- El ARAUCANO, 14 de Mayo de 1842
- El ARAUCANO, 4 de Marzo de 1842
- El ARAUCANO, 22 de julio de 1842
- El ARAUCANO, 4 de agosto de 1843
- El ARAUCANO, 23 de Febrero de 1844
- El ARAUCANO, 5 de abril de 1844
- El ARAUCANO, 21 de febrero de 1845
- El ARAUCANO, 18 de Septiembre de 1846
- El ARAUCANO, 18 de enero de 1847
- El ARAUCANO, 8 de octubre de 1847
- El ARAUCANO, 23 de noviembre de 1847
- El ARAUCANO, 20 de octubre de 1848
- EL COMERCIO, 20 de diciembre de 1858

La recepción del discurso político por parte de la prensa: Argentina, 1987- 1989

María Cristina Basombrio
Universidad Nacional de Tres de Febrero- Argentina
cbasombrio@untref.edu.ar

Resumen

Este trabajo analiza la compleja relación entre la prensa y la política en la etapa de la transición democrática en la Argentina, concretamente entre los años 1987 y 1989, coyuntura caracterizada por el debilitamiento del liderazgo del presidente Raúl Alfonsín. La doble pregunta que se intenta resolver es qué formas de interpretación de la realidad reflejaron el discurso de la prensa y el discurso político en esos años y si existió entre ellos una “*convergencia discursiva*”¹. Para ello, desde el punto de vista metodológico se utilizan discursos de Alfonsín, principalmente sus mensajes ante la Asamblea Legislativa de los días 1 de mayo de 1987, 1988 y 1989 y su renuncia anticipada de junio de este último año y las revistas *El Periodista de Buenos Aires*, *El Porteño*, *La Patria Grande* y *Fin de Siglo*. La selección de estas revistas se explica en que en un trabajo anterior se exploraron las mismas y su vinculación con el alfonsinismo en el período comprendido entre 1985 y 1987.² Esta ponencia pretende, por tanto, profundizar ese vínculo hasta el final de la presidencia. Desde el punto de vista teórico, en el abordaje de las fuentes citadas se recurre a herramientas del análisis del discurso. Además, se considera que las revistas constituyen un privilegiado espacio para explorar las posiciones político- intelectuales de quienes las dirigieron y de quienes escribieron en ellas.

Palabras claves: Prensa; Política; Discursos; Interpretaciones; Tensiones.

Introducción

La presidencia de Raúl Alfonsín atravesaba una muy complicada coyuntura entre los años 1987 y 1989. Su liderazgo ya se venía debilitando desde que tomó la decisión de enviar al Congreso de la Nación su proyecto de ley de Punto Final, que obtuviera sanción para fines de 1986.³ Este trabajo, precisamente analiza la compleja relación entre la prensa y la política en el marco de esta coyuntura que desembocaría en la renuncia anticipada por parte de Alfonsín en junio de 1989.

La doble pregunta que se intenta resolver es qué formas de interpretación de la realidad reflejaron entonces el discurso de la prensa y el discurso político y si existió entre ellos una “*convergencia discursiva*”.⁴ Para ello, desde el punto de vista metodológico, se utilizan como

¹ Irene Vasilachis de Gialdino, *La construcción de representaciones sociales*, Gedisa, Barcelona, 1997, p. 268.

² María Cristina Basombrio, “Prensa y discurso político en la Argentina post- dictatorial (1985- 1987)”, en: *Sociedad y discurso*, Nro. 28, 2015, pp. 26- 49. [En línea], <https://journals.aau.dk/index.php/sd/article/view/1433>

³ Se trataba de la ley de Caducidad de la Acción Penal (23.492), conocida con el nombre de ley de Punto Final, sancionada por el Congreso el 23 de diciembre de 1986. Se refería a los delitos que pudieran haberse cometido durante la represión hasta el 10 de diciembre de 1983 y disponía la extinción de las acciones judiciales contra miembros de las Fuerzas Armadas y de Seguridad que no fueran juzgados dentro del plazo de sesenta días a partir de su promulgación. No se aplicaba a los “*delitos de sustitución de estado civil y de sustracción y ocultación de menores.*” Véase *Anales de Legislación Argentina*, La Ley, Buenos Aires, 1986, Tomo XLVII- A, p. 193.

⁴ Irene Vasilachis de Gialdino, *La construcción de representaciones sociales*, Gedisa, Barcelona, 1997, p. 268.

fuentes primarias discursos de Alfonsín, principalmente sus mensajes ante la Asamblea Legislativa de los días 1 de mayo de 1987, 1988 y 1989 y su renuncia a la presidencia, así como también las revistas *El Periodista de Buenos Aires*, *El Porteño*, *La Patria Grande* y *Fin de Siglo* en esos mismos años. Su selección descansa en que en un trabajo anterior se exploró el vínculo de las mismas revistas con el alfonsinismo en el período comprendido entre 1985 y 1987.⁵ Por tanto, en este trabajo se pretende hacerlo hasta el final de la presidencia.

Desde el punto de vista teórico, se considera que las revistas constituyen un espacio privilegiado para explorar las posiciones político- intelectuales de quienes las dirigieron y de quienes escribieron en ellas.⁶ Además, en el abordaje de las fuentes citadas se aplican herramientas del análisis del discurso, entre ellas dar primacía al contexto de producción y a la intencionalidad del autor⁷ y analizar cuáles son los tópicos y los “*nudos de la red semántica*”⁸ que están presentes en el discurso del político y en el de las revistas.

En síntesis, este trabajo pretende echar luz acerca de la vinculación entre ambos, considerando que, mientras el discurso político persigue como objetivo último la posibilidad de cambios de conducta, el discurso de la prensa se convierte en actor, escenario y dispositivo de la circulación y recepción del discurso político y ejerce un poder incisivo y penetrante en la vida social.⁹

Una relación difícil en un contexto también difícil

El año 1987 inició con lo que se denominaría la “*crisis de Semana Santa*”: fundamentalmente en el Ejército, al que pertenecía la mayoría de los militares encausados por violaciones a los derechos humanos, y donde la disciplina más se había debilitado desde la Guerra de Malvinas, el mayor Ernesto Barreiro se negó a cumplir la orden de su superior de acatar la citación cursada por la Cámara Federal de Córdoba. Mientras el gobierno intentaba aislarlo, estalló un alzamiento el 14 de abril, al mando del teniente coronel Aldo Rico quien tomó la Escuela de Infantería de Campo de Mayo.¹⁰ Los cuatro días que duró el motín

⁵ María Cristina Basombrío, “Prensa y discurso político en la Argentina post- dictatorial (1985- 1987)”, en: *Sociedad y discurso*, Nro, 28, 2015, pp. 26- 49. [En línea], <https://journals.aau.dk/index.php/sd/article/view/1433>.

⁶ Carlos Altamirano (comp.), *Historia de los intelectuales en América Latina II. Los avatares de la ciudad letrada en el siglo XX*, Katz, Buenos Aires, 2010.

⁷ Dominique Maingueneau, *Introducción a los métodos de análisis del discurso*, Nueva Visión, Buenos Aires, 1999.

⁸ Irene Vasilachis de Gialdino, *Discurso científico, político, jurídico y de resistencia. Análisis lingüístico e investigación cualitativa*, Gedisa, Barcelona, 2013, p. 76.

⁹ Denis de Moraes, Ignacio Ramonet y Pascual Serrano, *Medios, poder y contrapoder*, Biblos, Buenos Aires, 2013.

¹⁰ Para profundizar al respecto, puede consultarse Marcos Novaro, *Historia de la Argentina Contemporánea. De Perón a Kirchner*, Edhasa, Buenos Aires, 2006, p. 184.

estuvieron acompañados por masivas manifestaciones a favor de la democracia. En este contexto, en su mensaje ante la Asamblea Legislativa del 1 de mayo, Alfonsín afirmaba:

(...) a pocos días de haber protagonizado una grave crisis institucional. (...), donde la intensidad de la crisis golpea a una sociedad (...) verdaderas pruebas de fuego en las que se juega patéticamente (...) el destino de un pueblo (...), cada argentino respondió al desafío (...) con una entereza que ha certificado de manera concluyente la enorme madurez que ha adquirido nuestra sociedad, haciendo de la democracia una vivencia concreta, (...).¹¹

Ponderaba la defensa de la democracia frente al autoritarismo, que intentaba colocar a la nación en “*el límite entre la vida y la muerte*”¹², a la vez que consideraba que la “*etapa de transición*” que vivía el país implicaba “*cambio*”, “*ruptura*” y “*creación*”, lo que definía el “*aspecto fundacional de este tiempo*”.¹³ Y lo que suponía “*modernizar estructuras internas que nos han condenado (...) al atraso y a la progresiva decadencia*”, para lo cual insistía en “*reformas estructurales*” como “*trasladar la Capital*”; “*debatir la posibilidad de reformar la Constitución Nacional*”; convocar a una “*convergencia programática*”, a un “*pacto constituyente*” y superar el “*régimen presidencialista*”.¹⁴

En realidad, todas estas propuestas venían siendo enunciadas por Alfonsín desde su discurso de Parque Norte del 1 de diciembre de 1985. Por añadidura, había decidido crear el Consejo para la Consolidación de la Democracia (CCD) el 23 de diciembre de ese año, para que diseñara proyectos de reformas tendientes a la modernización.¹⁵ La apelación a la democracia (concebida como “*participativa*”, ejercida por “*sujetos democráticos*” respetuosos del pluralismo y del disenso) y la imagen negativa del pasado autoritario son “*nudos de la red semántica*”¹⁶ subyacentes en todo el discurso alfonsinista desde la época de campaña y Alfonsín aún estaba convencido de que podría concretar tales reformas y así llevar a la práctica su proyecto político. Es decir, construir un amplio consenso que hiciera gobernable y transformable democráticamente a la Argentina en una sociedad que, hasta entonces y por razones estructurales, había devenido en facciosa y en promotora de salidas autoritarias.

¹¹ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1987, pp. V y VI.

¹² *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1987, p. VII.

¹³ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1987, p. VIII y IX.

¹⁴ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1987, pp. XVI- XXVII.

¹⁵ Al respecto pueden consultarse Gerardo Aboy Carlés, “Parque Norte o la doble ruptura alfonsinista”, en: Marcos Novaro y Vicente Palermo (comps.), *La historia reciente. Argentina en democracia*, Edhasa, Buenos Aires, 2004, pp. 34- 50; Cristina Basombrio, “Intelectuales y poder: la influencia de Carlos Nino en la presidencia de Alfonsín”, en: *Temas de Historia Argentina y Americana*, Nro. 12, UCA, Buenos Aires, 2008, pp. 15- 51. El CCD principalmente se abocó al proyecto de reforma constitucional presentando a Alfonsín un informe preliminar en 1986.

¹⁶ Irene Vasilachis de Gialdino, *Discurso científico, político, jurídico y de resistencia*, Gedisa, Barcelona, 2013, p. 76.

Sin embargo, la sublevación militar había contribuido a la pérdida de autoridad del presidente, lo cual se agudizó con la sanción de la ley de Obediencia Debida (23.521) en junio de 1987, que creaba una presunción irrefutable de que los oficiales, jefes subordinados, suboficiales y la tropa de las fuerzas armadas de seguridad y penitenciarias habían actuado bajo órdenes y por lo tanto no podían ser castigados. La misma presunción se extendía a los oficiales superiores, generales y coroneles que no habían actuado como jefes de zona o de fuerzas armadas de seguridad y penitenciarias. La presunción no se aplicaba a delitos de violación, secuestro, apropiación de niños y robo.¹⁷

Si Alfonsín con esta ley había esperado dar solución a la extendida acción judicial desbocada por la ley de Punto Final y retomar su estrategia inicial de identificar a quienes estaban profundamente involucrados en la represión, limitando así los juicios por terrorismo de Estado, no supo comunicarlo adecuadamente. La Obediencia Debida fue interpretada como claudicación ante los amotinados, al tiempo que la oposición tampoco colaboraba, endureciendo sus críticas frente a la campaña electoral por las elecciones de renovación parlamentaria que tendrían lugar en el mes de septiembre.

Por añadidura, se había producido un giro en el vínculo entre el gobierno y el sindicalismo para marzo de 1987, en que uno de sus sectores, el grupo de los 15, pactaba con el oficialismo y Carlos Alderete era designado ministro de Trabajo. Así, las competencias de los funcionarios de este ministerio y los de Economía se superpusieron en relación con la política salarial y laboral, lo cual fragmentó la gestión de gobierno y fue una de las causas que hicieron fracasar al plan económico llamado “*Austral*”. Además, la administración alfonsinista se dio cuenta tardíamente de la necesidad de acompañar este plan de reformas estructurales que comprendieran el sistema tributario, el régimen de promoción industrial, la disciplina monetaria, entre otras cuestiones.¹⁸

Por tanto, el tan ansiado “*pacto*” al que llamara Alfonsín en su discurso sólo se concretaría con algunas fuerzas provinciales conservadoras y no sorprendería que las elecciones del 6 de septiembre de 1987 fueran desfavorables para el radicalismo, quebrándose su predominio en la Cámara de Diputados y quedando relegado en casi todas las provincias.

En este complejo contexto del año 1987, ¿cómo recibieron el discurso presidencial las cuatro revistas seleccionadas? Ante todo, es pertinente presentarlas: *El Periodista de Buenos*

¹⁷ *Anales de Legislación Argentina*, Buenos Aires, La Ley, 1987, Tomo XLVII- B, p. 1549.

¹⁸ Véanse Marcelo Luis Acuña, *Alfonsín y el poder económico. El fracaso de la concertación y los pactos corporativos entre 1983 y 1989*, Corregidor, Buenos Aires, 1995; Adolfo Canitrot, “Programa de ajuste y estrategias políticas: las experiencias recientes de la Argentina y Bolivia: un comentario”, en: *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, abril-junio 1991, V. 31, Nro. 121, pp. 125-133.

Aires fue una publicación semanal de Ediciones de La Urraca creada por Andrés Cascioli, dibujante, editor y artista plástico que fundara la revista *Humor* en 1978. Tuvo como jefe de redacción a Carlos Gabetta, quien debió exiliarse del país durante la última dictadura. La revista se posicionaba como destinada a un amplio público y promotora de la reflexión y el criterio independiente. Colaboraron en ella Rogelio García Lupo, Tomás Eloy Martínez, Beatriz Sarlo, Carlos Abalo, David Viñas, Rodolfo Terragno, Antonio Del Masetto, Mario Benedetti, entre otros.

El Porteño fue una publicación mensual nacida en 1982 de la mano de Gabriel Levinas, Miguel Briante y Jorge Di Paola, periodistas vinculados con el mundo del arte y la literatura. Fue la primera revista cooperativa autogestionada del país. De hecho, se definía como “*independiente y cooperativa*”. Entre quienes escribieron en ella figuraban, entre otros, Eduardo Blaustein, Gerardo Yomal, Eduardo Galeano, Horacio González, Martín Caparrós, Jorge Lanata, Ricardo Piglia, Carlos Ulanovsky, Osvaldo Bayer. Proponían construir “(*...*) *un equilibrio entre lo marginal, lo culto y lo popular.*”¹⁹

La Patria Grande fue una revista mensual, dirigida para 1987 por Alberto Guerberof, quien fundara junto con Jorge Abelardo Ramos el Partido Socialista de la Izquierda Nacional en 1962, el Frente de Izquierda Popular en 1971 y el Movimiento Patriótico de Liberación en 1987 (MPL). Contó con Daniel Moser como secretario de redacción. La publicación defendió desde el punto de vista ideológico el nacionalismo popular. Colaboraron en ella Gustavo Cangiano y el ya mencionado Jorge Abelardo Ramos.

Fin de Siglo fue fundada en julio de 1987 por Vicente Zito Lima, poeta, dramaturgo, periodista, intelectual de izquierda, que regresó a la Argentina de su exilio en Holanda para 1983. Su publicación fue mensual y nucleó entre algunos de sus columnistas a Eduardo Luis Duhalde, Osvaldo Bayer, David Viñas, Horacio Verbitsky, Horacio González, José Luis Castiñeira de Dios, Juan Carlos Scarpatti, Eduardo Pavlovsky, Nicolás Rosa, Aldo Ferreres, Atilio Borón, Abel García Barceló.

Ninguna de estas cuatro revistas contó con la ayuda económica del estado para su mantenimiento. Por el contrario, eran revistas independientes que se autogestionaron e invirtieron las ganancias obtenidas de sus ventas en la publicación y la difusión de sus respectivos números. Es oportuno, entonces, intentar dar respuesta a la pregunta planteada anteriormente: ¿cómo receptionaron el discurso presidencial del 1 de mayo de 1987?

¹⁹ *El Porteño*, Año IV, Nro. 47, noviembre 1985, p. 3.

En *El Periodista de Buenos Aires*, con el título “¿Qué pacto social?”, Carlos Abalo calificaba al mensaje como un “(...) discurso abstracto, de corte filosófico, sin propuestas concretas para la realidad inmediata y, por lo tanto, la prueba más palmaria del fracaso, (...)”²⁰ Con el título “Frondizi ¿Degradación o espejo?”, David Viñas sostenía que, si bien a diferencia de Frondizi, Alfonsín había llegado al poder por sus propios votos populares, con la ley de Obediencia Debida los traicionaba: “(...) en lugar de responder al apoyo explícito, masivo y a las legítimas expectativas populares, empieza a abdicar ante las exigencias militares (...), primer paso que lleva a la acelerada e irreversible degradación de la que Frondizi sigue siendo el modelo más lamentable (...)”²¹

Con el título “Los jóvenes de causa radical. Somos el radicalismo de la victoria”, la revista daba cabida a las opiniones de Alejandro Capponi, Javier Smolovich, Fernando Taboada y Hugo Vilches Alfonsín, pertenecientes a un sector del partido contrario a la Coordinadora dirigida por Enrique Nosiglia, quienes reflexionaban sobre la derrota electoral de septiembre de 1987:

El radicalismo de la derrota es el que pretende acumular poder por el poder mismo. Se ha desmovilizado a la juventud y los comités ya no son lo que fueron hace cuatro años, cuando los jóvenes éramos la vanguardia del partido. (...) no puede seguir la convergencia (...) con el sanjuanino Bravo, o los Guzmán o Manrique. Todo eso quita perfil al radicalismo como fuerza democrática y popular. No tiene nada que ver con el radicalismo de la victoria (...).²²

Con el título “El anteproyecto de ley de radiodifusión. El pasado me condena”, Norberto Bermúdez se refería al proyecto que el CCD presentara a Alfonsín en noviembre de 1987: “(...) ahora tiene que trasladarlo al Congreso, donde lo esperan otros proyectos y sobre todo una nueva relación de fuerzas. La sociedad, bien, gracias. (...) el peronismo, ganador de las elecciones de septiembre, definirá. (...) el país aguarda el debate que le otorgue políticas de cultura y comunicación para el futuro, (...)”²³

Es decir, estos artículos dan cuenta de una mirada crítica hacia el discurso político y su puesta en práctica. Éste era percibido como “abstracto” y, al alejarse de la realidad, incapaz de satisfacer las “expectativas populares”. La ley de Obediencia Debida era considerada una “abdicación” y, al interpretar la derrota electoral, la revista se hacía eco de las disputas internas

²⁰ *El Periodista de Buenos Aires*, Año 3, Nro. 139, 8 al 14 de mayo, 1987, p. 7.

²¹ *El Periodista de Buenos Aires*, Año 3, Nro. 142, 29 de mayo al 4 de junio, 1987, p. 8.

²² *El Periodista de Buenos Aires*, Año 4, Nro. 167, 20 al 26 de noviembre, 1987, p. 6.

²³ *El Periodista de Buenos Aires*, Año 4, Nro. 167, 20 al 26 de noviembre, 1987, p. 8. Para profundizar sobre el proyecto en cuestión, véase María Cristina Basombrio, “Influencias ideológicas en torno del proyecto de ley de radiodifusión del Consejo para la Consolidación de la Democracia en la Argentina”, en: *Antología Congreso Internacional de Historia*, Editorial Universitaria, Quito, 2016, pp. 357- 371.

del partido radical, al tiempo que alertaba sobre la nueva composición del Congreso, la que anticipaba esquivas a los proyectos del ejecutivo.

¿Y qué opiniones se reflejaban en la revista *El Porteño*? Durante 1987, las editoriales y artículos de *El Porteño* se mostraron muy críticos: Eduardo Galeano, con el título “*Las democracias no quieren ser democraduras*”, afirmaba:

(...) la democradura, democracia hipotecada, democracia ninguneada, agachada, vigilada, (...) bajo la sombra de las bayonetas se está imponiendo (...). Al fin y al cabo, (...) la voluntad de justicia del presidente Alfonsín ha encontrado su punto final (...). La democracia ha defraudado las expectativas de cambios que había despertado.²⁴

Gerardo Yomal entrevistó a Federico Storani, diputado y líder de la Junta Coordinadora de la provincia de Buenos Aires. Sintetizando sus respuestas, destacó: “*Dice que le ‘costó horrores’; que es la primera vez que siente (...) náuseas. (...) en todo caso, jura y rejura que ‘es lo último que estamos dispuestos a dar, ni soñemos con la posibilidad de amnistía’.*”²⁵

El editorial del número 68, con el título “*Bando contra la impunidad*” señaló:

No, no se ha equivocado de revista (...). Con este ejemplar de *El Porteño* ofrecemos una cintita blanca, que quiere decir inequívocamente REPUDIO A LA OBEDIENCIA DEBIDA. Apoyamos así como revista independiente y cooperativa una campaña nacional lanzada por organismos de Derechos Humanos (...).²⁶

Eduardo Aliverti, con el título “*La casa no está en orden*” afirmó: “*Alfonsín (...) volvió a sus varias veces fracasadas intenciones de ‘pacto nacional’, archivó la reforma, (...). La radio y la televisión son absorbidas por una oligopolización creciente (...).*”²⁷ Es decir, dudaba de que el presidente pudiera concretar su proyecto político y, sin nombrarlo, señalaba contradicciones entre el proyecto de reforma de ley de radiodifusión y la práctica concreta que se venía realizando.

En síntesis, en las opiniones vertidas desde *El Porteño* se observa como oposición a la “*democracia*”, “*nudo semántico*” del discurso alfonsinista, la “*democradura*” y se reiteran tópicos presentes también en *El Periodista de Buenos Aires*, como “*fracaso*”, “*expectativas*” no satisfechas, con lo cual se alerta sobre la distancia entre lo discursivo y su aspecto performativo, es decir, su puesta en práctica.

Desde su posición ideológica de izquierda nacional, *La Patria Grande* asumió una postura sumamente crítica del alfonsinismo. Así, con el título “*El día que el presidente tuvo*

²⁴ *El Porteño*, Año VI, Nro. 64, abril 1987, pp. 63- 65.

²⁵ *El Porteño*, Año VI, Nro. 66, junio 1987, p. 16.

²⁶ *El Porteño*, Año VI, Nro. 68, agosto 1987, p. 3.

²⁷ *El Porteño*, Año VI, Nro. 71, noviembre 1987, p. 82. Tal título irónicamente hacía referencia a la frase que Alfonsín pronunciara luego de la crisis de Semana Santa, “*la casa está en orden*”.

razón”, Jorge Abelardo Ramos, afirmaba en referencia a Alfonsín: “(...) *se trata de un hombre inseguro. Su temperamento inestable se pone de manifiesto a la primera dificultad. Evaporados los tres primeros años de su gobierno sin que se haya hecho otra cosa que pagar la deuda externa, (...).*”²⁸

Gustavo Cangiano, con el título “*UCR: un triste balance de cuatro años de desgobierno*”, sostenía que ellos eran suficientes “(...) *para desnudar el verdadero carácter del alfonsinismo: una deuda externa que crece día a día (...); un deterioro salarial (...); un servilismo descarado respecto de las potencias imperialistas (...).*”²⁹ Y criticaba a los intelectuales que colaboraban con el presidente, calificándolos de “*pseudo- socialistas*”, defensores de la “*democracia del austral*” y contrarios a la “*democracia de la revolución nacional*”.³⁰

En otro artículo titulado “*Las elecciones y la Revolución Nacional*”, Jorge Abelardo Ramos decía: “*El alfonsinismo: un formidable embuste. Un régimen bendecido por la banca usurera de Occidente. (...). Los comicios del 6 de septiembre son sólo un paso para reagrupar a las fuerzas patrióticas y populares (...).*”³¹

Entonces, estas opiniones vertidas en *La Patria Grande* manifestaban un posicionamiento ideológico contrario al alfonsinismo; oponían a su concepción de democracia la idea de un “*régimen*”, que no defendía la “*democracia de la revolución nacional*” y se alegraban de que el radicalismo hubiera perdido las elecciones de medio término. Aludían también a ciertas continuidades respecto de la etapa anterior como la deuda externa. Y, además, no consideraban verdaderos socialistas a los intelectuales que ayudaron a Alfonsín a elaborar su discurso.³²

Por su parte, la revista *Fin de Siglo* no sólo se mostró muy crítica del discurso de Alfonsín y de su accionar, sino que hizo prevalecer la discusión con los intelectuales que habían realizado una opción por el político. Así, Eduardo Pavlovsky con el título “*La identidad fragmentada*”, sostenía: “(...) *la mayoría de los intelectuales próximos a Alfonsín (...), fueron ex -soñadores de una revolución socialista, que (...) transforman su utopía revolucionaria en*

²⁸ *La Patria Grande*, Año VII (Segunda época), Nro. 12, marzo de 1987, p. 3.

²⁹ *La Patria Grande*, Año VII (Segunda época), Nro. 17, agosto de 1987, p. 3.

³⁰ *La Patria Grande*, Año VII (Segunda época), Nro. 17, agosto de 1987, p. 3.

³¹ *La Patria Grande*, Año VII (Segunda época), Nro. 17, agosto de 1987, p. 4.

³² Para profundizar al respecto, puede consultarse Cristina Basombrio, “El Grupo Esmeralda y Alfonsín”, en: *Entrepasados*, Año XX, Nro. 38/39, fines de 2012, pp. 105- 123. Quienes pertenecieron a este grupo habían hecho una revisión de sus categorías de izquierda y brindaron su colaboración desde una posición de socialismo democrático.

una democracia burguesa posible.”³³ Juan Carlos Scarpatti en “*La memoria histórica*”, señalaba que “(...) *muchos intelectuales que desarrollaron una práctica comprometida (...) no consiguen hoy definirse más allá de una contestación confusa*”, para agregar que optan por adherir al “*consenso social democrático y justificar los nuevos modelos de dependencia.*”³⁴ Eduardo Duhalde en “*Comencemos por el principio*”, afirmaba:

La era de los ochenta nos trajo de Europa un nuevo discurso intelectual (...). Las estrategias revolucionarias dieron paso a (...) el discurso de la crisis, (...). Desde el posmarxismo, desde este posibilismo, se construye (...) el mensaje disuasorio, desprogramador, apuntalador de la inercia. (...). Simulación del cambio. Simulación de futuro. (...).³⁵

Atilio Borón en “*Indignación ante el despojo*” argumentaba que el discurso alfonsinista va “(...) *de la mano de quienes han abandonado el marxismo (...). La atracción que el poder ejerce sobre los intelectuales, (...) ha hecho capitular a muchos (...).*”³⁶ Abel García Barceló en “*La realidad de la utopía*” decía que este discurso niega:

(...) la centralidad de la clase social, del proletariado y de sus vanguardias (...). En nuestras tierras aparece ahora el concepto de democracia y democratización (...) en base a las terapias locales del pactismo (los pactos democráticos), definidas por los políticos y filósofos del posibilismo, y según las cuales se regularían las contradicciones y los conflictos por encima y sin estar determinados por éstos, (...).³⁷

Por tanto, en abierta oposición y descalificación a la influencia que desde el socialismo democrático realizaban los intelectuales que brindaban insumos al político, las opiniones vertidas en *Fin de Siglo* rechazaban las ideas de “*pacto*” y de “*democracia*” tal como las planteaba el discurso alfonsinista. En definitiva, el año 1987 iba finalizando y la recepción del discurso político por parte de las revistas analizadas manifestaba fuertes tensiones y diferentes interpretaciones de la realidad, sin existir entre ellos una “*convergencia discursiva*”.

¿Qué sucedería durante el año siguiente? Las últimas elecciones habían implicado la pérdida de la iniciativa tanto de Alfonsín como del partido radical y el mensaje presidencial ante la Asamblea Legislativa del 1 de mayo de 1988, manifestó un tono más pesimista que el de 1987. En él, Alfonsín hizo una evaluación: “(...) *la Argentina de hoy es profundamente diferente de la que encontramos hace cinco años. (...) porque hemos dado los pasos fundamentales para superar una emergencia que nos tenía sumidos, (...).*”³⁸ Ya no hizo

³³ *Fin de Siglo*, Nro. 3, septiembre 1987, p. 42.

³⁴ *Fin de Siglo*, Nro. 3, septiembre 1987, p. 51.

³⁵ *Fin de Siglo*, Nro. 3, septiembre 1987p. 43.

³⁶ *Fin de Siglo*, Nro. 3, septiembre 1987, p. 3.

³⁷ *Fin de Siglo*, Nro. 4, octubre 1987, p. 9.

³⁸ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Senado de la Nación, Buenos Aires, 1988, p. 20.

mención al “*pacto*”, sino que se refirió a la reforma de la Constitución y a que, si el traslado de la Capital se convertía en ley, se ajustaría a las posibilidades presupuestarias.

Sus palabras hicieron hincapié en la necesidad de reformas estructurales para salir de la inflación y solucionar de modo duradero el problema de la deuda externa.³⁹ Es decir, se daba cuenta de que debía encarar medidas macroeconómicas a las que hasta ahora no había dado prioridad. La valoración de la democracia y la concepción negativa del pasado continuaban siendo “*nudos de la red semántica*” de su discurso, pero Alfonsín abandonaba el tono optimista que lo había caracterizado e introducía la centralidad de la problemática económica.

Sin embargo, los proyectos de reforma que el CCD elevó al presidente no prosperaron. En el mes de abril de 1988, el proyecto de ley de reforma de radiodifusión ingresó en la Cámara de Diputados juntamente con otros proyectos y no obtuvo dictamen. El de reforma constitucional, al que el CCD más se había abocado, fue objeto de negociaciones con el peronismo que concluyeron sin éxito. Esto en parte se debió a la agudización de la campaña ante las elecciones nacionales programadas para el 14 de mayo del año siguiente.⁴⁰

Entre tanto, las dificultades económicas se profundizaban y el gobierno se daba cuenta tardíamente de la necesidad de implementar reformas macroeconómicas. Por añadidura, dos nuevos levantamientos militares en Monte Caseros y en Villa Martelli evidenciaron que las resistencias corporativas continuaban. El primero ocurrió en enero de 1988, siendo encabezado por el ya citado Aldo Rico quien se acuarteló en Corrientes y debió rendirse. El segundo estalló también sin éxito a fines de ese año, liderado por el coronel Mohamed Alí Seineldín.⁴¹

En el marco de este contexto de 1988 cada vez más desfavorable para el gobierno, ¿qué opiniones se vertieron en las revistas analizadas? *El Periodista de Buenos Aires* había tenido modificaciones: adoptó el nombre de *El Periodista* y cambió de formato tabloide a uno menor. Claudia Pasquini en “*No se salva ni el mono*”, haciendo una crítica a la programación televisiva, decía: “*Chancha, tonta, timbera, (...). Privados y estatales se miran de reojo. Los políticos acusan a los productores que a su vez se quejan de los avisadores que vuelven a acusar a los funcionarios. (...). Las culpas en la televisión son como el cuento de la buena pipa.*”⁴² Citaba también palabras de Marcos Aguinis, quien compartió sus funciones de Secretario de Cultura

³⁹ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Senado de la Nación, Buenos Aires, 1988, p. 19.

⁴⁰ Cristina Basombrío, “Intelectuales y poder: la influencia de Carlos Nino en la presidencia de Alfonsín”, en: *Temas de Historia Argentina y Americana*, Nro. 12. Buenos Aires, UCA, 2008, pp. 15- 51.

⁴¹ Para profundizar al respecto, puede verse Marcos Novaro, *Historia de la Argentina contemporánea. De Perón a Kirchner*, Edhasa, Buenos Aires, 2006, pp. 198- 199.

⁴² *El Periodista*, Nro. 202, 5 al 11 de agosto de 1988, p. 4.

con la presidencia de ATC o canal 7: ' (...) hubo una línea interna del radicalismo que quería (...) desvincularme (...). Cualquier iniciativa transformadora choca con la oposición de intereses que quieren que todo siga igual (...)'.⁴³

Carlos Gabetta, en “Soledad” sostenía sobre Alfonsín: “En lugar de apoyarse en el formidable respaldo popular de los primeros años para reformar el Estado (...) el presidente es hoy una figura política desvaída (...); su partido está descreído y desmovilizado; el gobierno ha perdido una elección y las perspectivas para 1989 son cada día más sombrías (...).”⁴⁴ Así, las opiniones vertidas en la revista lamentan que no hubiera un debate en torno de la radiodifusión y la televisión y que no se pusieran en práctica los cambios esperados. Seguían destacando las insatisfechas expectativas y las internas del partido de gobierno.

En la revista *El Porteño* José Antonio Díaz señalaba sobre Alfonsín: “(...) su liderazgo ha caído (...), ¿dónde están el traslado de la capital, la reforma de la constitución, la reforma del estado?”⁴⁵ Y Eduardo Aliverti en “Allá lejos y hace tiempo”, afirmaba: “La euforia democrática quedó atrás. (...). El Paladín de Chascomús trastabilla en su pedestal. (...) ¿Quién se acuerda de Alfonsín? Nadie (...). Y no está mal.”⁴⁶

Refiriéndose a los candidatos presidenciales, Rolando Graña, Ricardo Ragendorfer y Jorge Warly en “Los candidatos bagres” sostenían: “(...) Eduardo Angeloz nos causa una notoria aversión; Álvaro Alsogaray nos produce acidez estomacal; Carlos Menem tampoco es santo de nuestra devoción (...). ¿Qué hicimos para tener que elegir el futuro presidente entre estos pescados? (...).”⁴⁷ Estas opiniones también dejan entrever las expectativas no satisfechas y, además, encierran una gran desilusión.

Por su parte, en la revista *La Patria Grande* Jorge Abelardo Ramos acentuaba su crítica al alfonsinismo. Con el título “Un gobierno incapaz” señalaba: “(...) Alfonsín, con el imperialismo como único aliado, se desinfla sin pena ni gloria. Es hora de poner en marcha la Revolución Nacional.”⁴⁸ Incluso, Ramos destacó con el título “Juicio político”: “El MPL continúa la campaña destinada a promover el juicio político al presidente Alfonsín. (...). En los meses transcurridos, el gobierno radical no ha hecho otra cosa que agravar el dolor de los argentinos (...) enfeudando al país a la política de los usureros del imperialismo (...).”⁴⁹ Estas palabras reflejan hasta qué punto la revista continuaba defendiendo el nacionalismo popular.

⁴³ *El Periodista*, Nro. 202, 5 al 11 de agosto de 1988, p. 7.

⁴⁴ *El Periodista*, Nro. 204, 19 al 25 de agosto de 1988, p. 15.

⁴⁵ *El Porteño*, Año VII, Nro. 79, julio 1988, p. 12.

⁴⁶ *El Porteño*, Año VII, Nro. 79, julio 1988, pp. 16- 17.

⁴⁷ *El Porteño*, Año VII, Nro. 80, agosto 1988, pp. 4- 5.

⁴⁸ *La Patria Grande*, Año VIII (Segunda época), Nro. 25, abril de 1988, p. 1.

⁴⁹ *La Patria Grande*, Año VIII (Segunda época), Nro. 27, junio de 1988, p. 3.

Fin de Siglo durante 1988 mantuvo su línea editorial considerando al alfonsinismo como un “*posibilismo*”, al tiempo que siguió criticando a los intelectuales colaboradores del presidente. Por ejemplo, con el irónico título “*¿Los últimos días de la víctima?*”, Alberto Poggi señalaba: “(…) *pobres sectores de la intelectualidad que apostaron por el proyecto posibilista* (…).”⁵⁰

Ninguna de las publicaciones analizadas era complaciente con Alfonsín y, mientras tanto, la situación general continuaba deteriorándose. En efecto, cuando el presidente pronunció su mensaje del 1 de mayo de 1989 ante la Asamblea Legislativa, un nuevo levantamiento se había producido en el mes de enero. Esta vez no por parte de sectores dentro del ejército como los anteriores, sino por parte de ex miembros del Ejército Revolucionario del Pueblo que atacaron el regimiento de La Tablada. El panorama también se agravaba desde el punto de vista económico. Hacia mediados de enero de 1989, el Banco Mundial comunicó que no desembolsaría los créditos que había prometido a la Argentina. Esta noticia se filtró a la prensa. Se inició la corrida contra el austral. El 31 de marzo Sourrouille renunció al ministerio de Economía. La profunda crisis cambiaria culminaría con la hiperinflación.⁵¹

En este contexto, Alfonsín expresó en su mensaje: “*Después de exteriorizaciones como las de Semana Santa, Monte Caseros, Villa Martelli, La Tablada, ya nadie puede ignorar la naturaleza de los problemas que hemos tenido que resolver para asegurar la democracia* (…).”⁵² Hizo un reconocimiento de errores a los que sintetizó en la frase “*Hay cosas que no supimos hacer; hay cosas que no quisimos hacer; hay cosas que no pudimos hacer.*”⁵³ Destacó que “(…) *en el campo económico hemos recogido una Nación en crisis y que muy probablemente entreguemos al próximo gobierno una Nación en crisis. No hemos conseguido superar la crisis económica.* (…).”⁵⁴ Aludió a “*factores externos*”, como la caída de precios de productos agropecuarios, inundaciones y sequías y manejo “*casi usurario*” de las tasas de interés desde “*los centros del poder económico internacional*”, y a “*dificultades subjetivas*”, como el “*egoísmo sectorial*”, el “*corporativismo*”, los “*resabios autoritarios*”, la “*especulación*” y el “*fomento irresponsable de la inflación*”.⁵⁵

⁵⁰ *Fin de Siglo*, Mayo de 1988, p. 72.

⁵¹ Para profundizar el aspecto económico de la presidencia de Alfonsín, puede consultarse Alfredo Raúl Pucciarelli (coord.), *Los años de Alfonsín ¿El poder de la democracia o la democracia del poder?*, Siglo XXI, Buenos Aires, 2006.

⁵² *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1989, p. XVI.

⁵³ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1989, p. XII.

⁵⁴ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1989, p. VIII.

⁵⁵ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1989, p. XIII.

Entre sus logros, Alfonsín ponderó especialmente dos cuestiones: por una parte, haber cumplido con “(...) *la tarea principal que nos encomendó el país en 1983, (...) construir una democracia. Con la cooperación de casi toda la sociedad nos entregamos a esa tarea (...).*”⁵⁶ Por otra, el hecho de que un “(...) *gobierno legítimo va a dejar su lugar a otro gobierno legal y, por lo tanto, los adversarios se definen dentro del sistema, (...). Son las reglas de juego del pluralismo, de la competencia política que afortunadamente vivimos hoy como algo natural (...).*”⁵⁷ La apelación a la democracia como valor y virtud seguía constituyendo un “*nudo semántico*” clave en su discurso.

El resultado adverso de las elecciones del 14 de mayo más la sumatoria de las dificultades a las cuales se enfrentaba, provocó que el 12 de junio Alfonsín comunicara su resolución de “*resignar a partir del 30 de junio de 1989 el cargo de Presidente de la Nación Argentina*” fundamentándose en que “*el espacio para la acción del Gobierno en funciones es muy chico*” y anunciando el envío al presidente electo Carlos Menem de un “*acta de coincidencias sobre el afianzamiento de la democracia.*”⁵⁸

La revista *Fin de Siglo* dejó de publicarse al inicio del año 1989 por dificultades económicas y las otras tres revistas en cuestión continuaron expresando sus críticas miradas. Así, Vicente Muleiro en *El Periodista*, con el provocador título “*Rescaten al Titanic*”, realizaba una dura crítica al candidato radical, Eduardo Angeloz, reproduciendo expresiones vertidas por éste: “*Aunque los sueldos no alcancen hay cosas que sobran en la Argentina: los valores espirituales que hemos alcanzado en estos años, (...) vamos a tratar de hacer cosas nuevas.*”⁵⁹ Muleiro concluía: “*Nunca (...) tal propósito sonaba decididamente lejano.*”⁶⁰ Palabras que transmitían el hundimiento del gobierno y las dudas hacia el candidato oficial.

En *El Porteño*, Rolando Graña con el título “*Votar y reventar*” sostenía: “*¿Quién iba a decir que las cosas terminarían así? Que después de seis años el modelo radical se desmonstraría en tamaña pedorreica debacle? (...).*”⁶¹ Y Eduardo Aliverti en “*Chau, Alfonsín*”, decía: “*Soberbios o ingenuos, o las dos cosas, los radicales se van siendo lo que fueron toda la vida para el campo popular: intrascendentes. (...), este gobierno fue un auténtico desastre pero*

⁵⁶ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1989, p. VIII.

⁵⁷ *Diario de Sesiones del Honorable Senado*, Imprenta del Congreso de la Nación, Buenos Aires, 1989, p. VI.

⁵⁸ “Mensaje al país del doctor Raúl Alfonsín, 1989”, en: Carlos Jacobone y Edith Gallo, *Radicalismo, un siglo al servicio de la patria*, Biblioteca, Archivo Histórico y Centro de Documentación de la Unión Cívica Radical, Buenos Aires, 1991, pp. 495-499.

⁵⁹ *El Periodista*, Año 5, Nro. 240, 28 de abril al 4 de mayo 1989, p. 17.

⁶⁰ *El Periodista*, Año 5, Nro. 240, 28 de abril al 4 de mayo 1989, p. 17.

⁶¹ *El Porteño*, Año VIII, Nro. 89, mayo 1989, p. 4.

este país nos puede reservar peores desastres. Lo demuestra el pasado y quizás un futuro menos lejano de lo que parece.”⁶² Estas palabras evidenciaban un balance negativo, tanto de la gestión del gobierno alfonsinista como del futuro que se avecinaba.

La Patria Grande, en cambio, manifestó su apoyo al candidato del peronismo y a su coalición. Horacio Cesarini, con el título “*Hay que elegir MENEM o la argentina colonial*”, afirmaba: “(...) *el FREJUPO debe asumir en forma urgente el rol protagónico para el que fue creado. No hay otro camino para recuperar la soberanía hipotecada al imperialismo por el redicalismo.*”⁶³ Jorge Abelardo Ramos en “*Menem presidente. Por un retorno a la dignidad nacional*”, sostenía: “*El triunfo de Menem el mes próximo (...) no sólo imprimirá al Estado una orientación de nacionalismo cultural, democracia social y desarrollo autoconcentrado, sino que acercará a la Argentina hacia la unidad de la Patria Grande.*”⁶⁴

En síntesis, durante los años 1988 y 1989, fueron en aumento las tensiones entre el discurso político y el de las revistas analizadas, a medida que se sumaban las dificultades de la coyuntura y el liderazgo alfonsinista declinaba más y más. La “*convergencia discursiva*” continuaba ausente.

⁶² *El Porteño*, Año VIII, Nro. 91, julio 1989, p. 26.

⁶³ *La Patria Grande*, Año VIII (Segunda época), Nro. 36, marzo de 1989, p. 1- 2.

⁶⁴ *La Patria Grande*, Año IX (Segunda época), Nro. 37, abril de 1989, p. 3.

Conclusiones

En el complejo marco contextual de los años 1987- 1989, la recepción del discurso político por parte de la prensa se apartó de lo que el presidente hubiera deseado. Su intención política era generar cambios de conducta que condujeran a la formación de “*sujetos democráticos*”. Las revistas *El Periodista de Buenos Aires*, *El Porteño*, *La Patria Grande* y *Fin de Siglo*, como actores, escenarios y dispositivos de recepción, circularizaron el discurso alfonsinista desde sus propias miradas críticas y desde ellas influyeron en su respectivo público lector, fuera independiente (como los casos de las dos primeras) o de izquierda (como los de las dos segundas).

Así, los “*nudos semánticos*” propios del discurso de Alfonsín fueron resignificados: la “*democracia*” participativa, defensora del pluralismo y del disenso, fue considerada o bien propia de un “*discurso abstracto*” (*El Periodista de Buenos Aires*), o bien una “*democradura*” (*El Porteño*), o bien lo contrario de la “*democracia de la revolución nacional*” (*La Patria Grande*), o bien un “*posibilismo*” (*Fin de Siglo*). La imagen fundacional a la que apelaba Alfonsín en su crítica al pasado y en su alusión a las “*reformas estructurales*”, fue interpelada desde el tópico “*expectativas populares insatisfechas*”, presente en todas las revistas. E incluso, desde lo que *La Patria Grande* denominó “*régimen*” alfonsinista, al que creía continuador de los males de la dictadura.

Además, las diversas opiniones vertidas en cada una de las revistas en cuestión permiten observar la constante crítica hacia las leyes de Punto Final y de Obediencia Debida, así como también la referencia a las divergencias dentro del radicalismo. Y, en los casos de *La Patria Grande* y *Fin de Siglo*, la distancia que ambas ponían respecto de los intelectuales que, desde el socialismo democrático, habían optado por Alfonsín.

En definitiva, analizar la compleja relación entre el discurso político y el de la prensa en esta etapa, permite advertir una de las más importantes problemáticas del primer gobierno de la etapa abierta en 1983 en la Argentina: la brecha existente entre las expectativas de cambios y las reales posibilidades de satisfacerlas, que fue de la mano de la dificultad que tuvo el alfonsinismo para cumplimentar el aspecto performativo de su discurso y, por tanto, para llevarlo a la práctica.

La Revista de Buenos Aires (1863-1871): construcción y ocaso de un proyecto editorial americano¹

Nicolás Arenas Deleón
Universidad de los Andes, CONICYT - Chile
narenas@miuandes.cl / nicotab@gmail.com

Resumen

En mayo de 1863, los intelectuales argentinos Vicente G. Quesada y Miguel Navarro Viola –junto al editor e impresor uruguayo Carlos Casavalle– inauguraron la publicación de *La Revista de Buenos Aires. Historia Americana, literatura y derecho. Periódico destinado a la República Argentina, Oriental del Uruguay y del Paraguay*, uno de los proyectos editoriales más perdurables dentro del panorama cultural bonaerense decimonónico. Espacio de interacción –en clave dialógica y dialéctica– de destacados hombres de letras argentinos y extranjeros, el impreso intentó “llenar un vacío” en el ámbito editorial rioplatense, con la clara finalidad de avanzar, en lo posible, hacia la formación y desarrollo de una “república de las letras” de alcances transnacionales a escala continental. A partir de ello, el abordaje propuesto pretende el análisis de esta revista cultural para comprender cabalmente sus procesos de edición y producción, así como reconocer las lógicas de su contenido. Así, nuestro trabajo estudiará el origen de la publicación y su lugar dentro del espacio editorial porteño; el itinerario de sus editores; así como las dinámicas de sus flujos colaborativos y las causas de su desaparición en abril de 1871. Este recorrido a través de las “geografías culturales” de la revista, dejará en evidencia las distancias existentes entre las propuestas programáticas del soporte y la realidad a que se enfrentó (diversos intereses del público lector, diferencias ideológicas entre los autores, dificultades económicas, etc.). Al mismo tiempo, revelará cuáles fueron las estrategias utilizadas por la publicación y sus actores para forjar el ansiado proyecto de un mercado transnacional de circulación del conocimiento y solidaridad intelectual, para el que la revista fue una herramienta esencial.

Palabras claves: La Revista de Buenos Aires; Revistas culturales; República de las letras; Argentina; Siglo XIX.

Introducción

El interés actual por el estudio de las revistas, en tanto plataformas performativas de un determinado discurso, ha colocado a estos impresos en la agenda de investigación en América Latina. Numerosos son los trabajos que exploran estas publicaciones en miradas que, tal como propone la investigadora Alexandra Pita González, las examinan en tanto soportes materiales, prácticas sociales y/o espacios de sociabilidad intelectual². El acento en una o varias de estas perspectivas ha dado lugar a una vasta bibliografía que, particularmente, centró su atención en publicaciones del siglo XX, siendo las producidas en el siglo XIX aún escasamente abordadas.

¹ Este artículo forma parte del proyecto: “Letras para la república. Redes intelectuales y vínculos colaborativos decimonónicos en Argentina, Chile y Uruguay (1852-1890)”, financiado por CONICYT-PCHA, en el marco de la beca de Doctorado nacional 2015-21151324.

² Cf. Alexandra Pita González, “Las revistas culturales como soportes materiales, prácticas sociales y espacios de sociabilidad”, en Hanno Ehrlicher y Nanette Rißler-Pipka (eds.), *Almacenes de un tiempo en fuga: Revistas culturales en la modernidad hispánica*, Shaker Verlag, Aachen, 2014, pp. 227-245.

Frente a esto, resulta relevante prestar atención a un impreso como *La Revista de Buenos Aires. Historia Americana, literatura y derecho. Periódico destinado a la República Argentina, Oriental del Uruguay y del Paraguay* (1863-1871), pues constituye una de las empresas más longevas dentro del panorama editorial americano decimonónico –en un siglo marcado por lo efímero de este tipo de emprendimientos–, a la vez que conforma en sí un espacio de interacción de las élites letradas americanas para la construcción del proyecto transnacional de la “república de las letras” de alcance continental.

En base a ello, este trabajo pretende estudiar esta revista cultural³ inserta dentro del mundo del impreso argentino y americano del siglo XIX, en una propuesta que examina sus dinámicas de funcionamiento, sus procesos de edición y producción, y las lógicas de su contenido. Este recorrido a través de las “geografías culturales” de la revista⁴, dejará en evidencia las distancias existentes entre las propuestas programáticas del soporte y la realidad a que se enfrentó (diversos intereses del público lector, diferencias ideológicas entre los autores y los directores, dificultades económicas, etc.). Al mismo tiempo, el análisis permitirá advertir de qué forma este artefacto literario fungió como herramienta esencial para articular el proyecto de un mercado transnacional de circulación del conocimiento y solidaridad intelectual, ideal anhelado por las élites letradas americanas decimonónicas.

Los orígenes de una empresa editorial

El fracaso del proyecto de la Confederación en Argentina tras la batalla de Pavón (1861), erigió a Buenos Aires como el gran centro político-cultural del país, nucleando en diversos espacios de sociabilidad (café, librerías, tertulias, instituciones culturales) y proyectos editoriales (periódicos y revistas) a las principales figuras de la élite letrada argentina. Las administraciones de Bartolomé Mitre (1862-1868) y Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) constituyeron mojones relevantes en este proceso de “organización nacional”, que intentaba a la vez que afianzar la hegemonía bonaerense, crear y transmitir los “mitemas referenciales” de la nación⁵. Entre sus principales logros, la aceleración en el proceso de escolarización ofreció

³ Néstor Tomás Auza caracteriza a las revistas culturales decimonónicas como espacios multitemáticos –lo que les entrega un mayor número de lectores interesados en sus contenidos y con ello mayor tiraje y menor costo–; dirigidas por personajes consagrados –lo que favorece una más dilatada vida del soporte, debido a las redes de colaboración que permiten solventar la publicación (suscripción, distribución y colaboración)–; y con escaso espacio para la irrupción de nuevos escritores. Néstor Tomás Auza, *La literatura periodística porteña del siglo XIX. De Caseros a la Organización Nacional*, Confluencia, Buenos Aires, 1999, p. 29.

⁴ Beatriz Sarlo, “Intelectuales y revistas: razones de una práctica”, *América. Cahiers du CRICCAL* N° 9-10, 1992, p. 12.

⁵ El historiador uruguayo Tomás Sansón Corbo hace referencia mediante esta expresión a la creación de mitos, símbolos, usos y costumbres de las nuevas repúblicas y los nuevos ciudadanos durante la segunda mitad del siglo XIX. Tomás Sansón Corbo,

la posibilidad de generar un nuevo público lector, capaz de consumir los “bienes culturales” que se producían para comunicar el discurso nacional. Esto conllevó el incremento del comercio editorial y tipográfico local, a fin de dar respuesta a las demandas y gustos de estos nuevos lectores.

Fue este el contexto que vio aparecer, en mayo de 1863, a *La Revista de Buenos Aires*. Soporte de periodicidad mensual, dirigido por los intelectuales porteños Miguel Navarro Viola (1830-1890)⁶ y Vicente Gregorio Quesada (1830-1913)⁷, fue publicado bajo el sello de la Imprenta y Librería de Mayo, propiedad del uruguayo Carlos Casavalle (1826-1905)⁸. Hasta su extinción, en abril de 1871, editó noventa y seis números, de ciento sesenta páginas cada uno, en los que publicó ochocientos cincuenta y nueve textos.

Respecto a los responsables de la edición del soporte, los tres contaban, al momento de la creación de la revista, con una destacada participación en el mundo editorial. Quesada ejerció una relevante labor en Corrientes durante la época de la Confederación en que creó –con el apoyo del gobernador Juan Pujol– el periódico *El Comercio* (1855) y la *Revista del Paraná. Historia. Literatura. Legislación. Economía Política* (1861). Navarro Viola, desde Buenos Aires, había dirigido *El Mosaico Literario* (1851) junto a José Antonio Wilde; *El Padre Castañeta. Periódico crítico-burlesco, Literario, Político y de Costumbres* (1852); y *La Reforma Pacífica* (1853) en compañía de Benjamín Victorica y Eugenio Ocampo; antes de fundar *El Plata Científico y Literario. Revista de los Estados del Plata sobre Legislación, Jurisprudencia, Economía-Política, Ciencias Naturales y Literatura* (1854-55). Se unía a esta dupla de editores, el trabajo de Casavalle al frente de la Imprenta y Librería de Mayo (fundada en 1862), considerado por ese entonces como el gran “editor nacional”⁹, y quien contaba con una relación previa con los dos redactores: con Navarro Viola en la edición de *El Plata Científico y Literario*; con Quesada en la *Revista del Paraná*. Esta experiencia conjunta de los responsables del soporte sirvió para el entramado de redes y vínculos de colaboración a escala

El espacio historiográfico rioplatense y sus dinámicas (siglo XIX), Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires, La Plata, 2011, p. 11.

⁶ Para profundizar en la figura de Quesada, además de estudios clásicos como los de Carlos Octavio Bunge o Alicia Vidaurreta, debe destacarse el trabajo que sobre el clan familiar realizó Pablo Buchbinder. Cf. *Los Quesada. Letras, ciencias y política en la Argentina, 1850-1934*, Edhasa, Buenos Aires, 2012.

⁷ Poco se ha escrito sobre la figura de Navarro Viola. Cabe destacar solo el texto de Agustín Rivero Astengo, *Miguel Navarro Viola: el opositor victorioso, 1830-1890*, Guillermo Kraft, Buenos Aires, 1947.

⁸ Recorrer la trayectoria editorial de Casavalle exige la lectura de Ricardo Piccirilli, *Carlos Casavalle, impresor y bibliófilo: una época de la bibliografía americana*, Julio Suárez, Buenos Aires, 1942.

⁹ Sergio Pastormerlo, “El nacimiento de un mercado editorial en Buenos Aires, 1880-1890”, *Orbis Tertius* N° 10-11, 2005, p. 7.

transnacional, que permitieron la supervivencia de la revista, mediante el acercamiento de colaboradores que completaran sus páginas y de suscriptores que la solventaran.

En sus orígenes, el soporte se presentó a los lectores como una publicación de corte cultural, que buscaba llenar un vacío en el panorama periodístico porteño. Así, informaba en su “prospecto”, intentaba constituirse en espacio ajeno a la política diaria, en que se congregarían “los primeros hombres de letras y publicistas Americanos”¹⁰ para la reflexión sobre diversos temas. Como parte de sus postulados programáticos se declaraba heredera de otras publicaciones americanas similares: la *Revista del Pacífico* (Valparaíso, 1858 y 1860-1861) y la *Revista de Lima* (Lima, 1859-1863). A la vez, trazaba una línea filial con impresos europeos como la *Revue des Deux Mondes* (París, 1829-) y la *Revista Española de Ambos Mundos* (Madrid, 1853-1855); ejercicio discursivo que le otorgaba un espacio particular dentro del mundo del impreso y, al mismo tiempo, le confería legitimidad frente a los lectores.

En cuanto a la estructura del formato, los redactores organizaron cada número en torno a cuatro secciones: historia, literatura, derecho y un apéndice bibliográfico o de variedades. La sección histórica estaría centrada en la recuperación y puesta en valor de documentos inéditos sobre el pasado argentino y americano para su reescritura. Además, pretendía la confección de biografías de destacadas personalidades de Argentina, Uruguay, Paraguay, Chile y Perú, dado que “son atletas de una fuerza y de un mismo campo de batalla en la guerra titánica de la Independencia. Su historia es nuestra historia, y la nuestra la suya”¹¹.

Respecto a la literatura, la revista ansiaba acercar al público la producción de diversos autores del continente, por lo que alentaba el envío de novelas, cuentos y poesías, a fin de cumplir con dicho objetivo. Igual motivación impulsaba a la sección de derecho: dar a conocer las reflexiones en torno al derecho americano como forma de descubrir un pensamiento autónomo y autóctono.

Por último, el apéndice bibliográfico pretendía aproximar a los lectores las obras americanas –publicadas en el continente o en Europa–, para instituir un espacio “incitativo para la lectura de los buenos libros, no menos que como sistema represivo contra los que no han adquirido el derecho de hacerse leer”¹². Así, se creaba una agenda lectora consagrando autores y condenando a otros, pero, especialmente, acercando al conocimiento de los americanos la producción de sus autores, ya que

¹⁰ “Prospecto”, *La Revista de Buenos Aires [RBA]*, tomo 1, N° 1, mayo 1863, p. 3.

¹¹ “Prospecto”, p. 4.

¹² “Prospecto”, p. 5.

esceptuando [sic] uno que otro bibliófilo, la generalidad no conoce ni el nombre de los publicistas americanos; y sin embargo, los hay de muchísimo talento, de vasta ciencia, y sobre todo, con el tacto y la práctica de americanos, escribiendo para América, es decir, que dejamos de estudiar precisamente en los libros en que mas debemos aprender¹³.

Esta estructura sería constante –amén de pequeñas modificaciones en la cantidad de artículos por sección– así como el número de páginas (ciento sesenta por cada número), lo que conformaría, siguiendo a Annick Louis, un “contexto de publicación” que intentaba crear un lector específico, habituado y con fidelidad hacia este nuevo objeto cultural que se iba legitimando lentamente frente a la comunidad de acogida¹⁴.

La dificultosa supervivencia de un impreso

La publicación, luego de dos o tres años de bonanza, en que logró la adhesión de más de trescientos suscriptores entre Buenos Aires, las restantes provincias argentinas y el Uruguay, se enfrentó a las primeras dificultades. La disolución del «Círculo Literario» –una de las principales usinas de abastecimiento de textos para la revista durante el bienio 1864-65– y el estallido de la Guerra del Paraguay (1865-1870), con el consecuente estado de sitio de Buenos Aires y el destierro de Navarro Viola en Montevideo, dejaron a la revista no solamente con una carencia de originales que dificultaba el cumplimiento de las entregas mensuales, sino a Quesada en solitario al frente de la administración y edición del formato.

El «Círculo», dirigido por los jóvenes José Manuel Estrada y Lucio V. Mansilla, había intentado reunir en su seno, al igual que la revista, a la intelectualidad local para dialogar y discutir sobre diversos temas histórico-literarios. Su éxito inicial dentro de la cultura letrada rioplatense –analizado por la historiadora argentina Paula Bruno en varios trabajos¹⁵– le permitió asociarse con la revista que, a partir de setiembre de 1864, se convirtió en órgano del «Círculo» –aunque sin depender de él– y proyectó la publicación en “un tiraje aparte que será repartido a los socios del Círculo, bajo carátula denominada: *Revista de Ciencias y Letras del*

¹³ Vicente G. Quesada, “Ensayos biográficos y de crítica literaria sobre los principales poetas y literatos latino-americanos por don J.M. Torres Caicedo”, *RBA*, tomo 2, N° 5, agosto 1863, pp. 146-147.

¹⁴ Cf. Annick Louis, “Las revistas literarias como objeto de estudio”, en *Almacenes de un tiempo en fuga...*, pp. 31-58. Se puede consultar la versión online en DOI: <https://www.revistas-culturales.de/es/buchseite/annick-louis-las-revistas-literarias-como-objeto-de-estudio>

¹⁵ Interesante para la comprensión de las características de dicha empresa asociativa es la consulta de los trabajos de Paula Bruno: “El Círculo Literario (1864-1866): un espacio de conciliación de intereses”, *Prismas. Revista de Historia Intelectual* N° 16, 2012, pp. 167-170; “El Círculo Literario, 1864-1865/1866. Conciliación, disputas heredadas y tensiones de la hora”, en Paula Bruno (dir.), *Sociabilidades y vida cultural: Buenos Aires, 1860-1930*, Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2014, pp. 27-58; y “El Círculo Literario; un espacio de sociabilidad en la Buenos Aires de la década de 1860”, *Iberoamericana* Vol. 15, N° 59, 2015, pp. 45-63.

Círculo Literario de Buenos Aires”¹⁶. Como bien apunta Bruno, esta publicación autónoma no se concretó; sin embargo, la revista “alojó una ‘sección especial’ que se presentaba como la publicación destinada a promulgar las actividades del *Círculo Literario*”¹⁷. Para inicios de 1866, las diferencias internas entre los miembros de la institución marcaron el final de dicho espacio de sociabilidad y con ello perjudicaron el flujo colaborativo de la revista¹⁸.

Respecto a la guerra en la que se embarcó el gobierno de Bartolomé Mitre, la revista no emitió opinión desde sus páginas. Sin embargo, Navarro Viola fustigó duramente desde la prensa diaria la actitud intervencionista del presidente argentino en Paraguay, lo que le valió la persecución y posterior destierro en Montevideo entre febrero de 1867 y agosto de 1868. Este alejamiento de Navarro Viola de la dirección de la revista –aunque intentó mantenerse informado de la situación del soporte, reunir originales para nutrirla y conseguir nuevos colaboradores en la capital uruguaya– preocupó a Quesada, lo que llevó a ambos a pensar en la incorporación de un nuevo director que auxiliara a este durante la ausencia de su compañero.

La persona elegida fue Juan María Gutiérrez, hombre de letras de amplio reconocimiento y con redes relacionales capaces de insuflar a la revista de los aportes necesarios, en colaboradores y suscriptores, para mantener su continuidad. Los tres firmaron un contrato por el cual se comprometían a repartir las ganancias de las nuevas suscripciones –siendo las actuales (237 suscripciones) destinadas a solventar los costos de impresión y distribución de los 700 ejemplares que se pretendía publicar–, manteniendo el derecho de propiedad y la venta exclusiva del soporte la Sociedad Quesada-Navarro Viola¹⁹. Esta nueva incorporación fue anunciada en el número correspondiente a mayo de 1867, pero dos meses después fue desmentida por la propia redacción²⁰.

Esta trunca negociación evidenció las diferencias de criterio entre Gutiérrez y Quesada (con apoyo de Navarro Viola). Gutiérrez defendía la idea de obtener ganancias de la revista, tantas que hasta podría ofrecer dinero a los colaboradores como emolumento por sus aportes; al mismo tiempo que concebía el plan de conformar una «Sociedad de Amigos de la historia

¹⁶ “*Círculo Literario*”, *RBA*, tomo 5, N° 17, setiembre 1864, p. 160.

¹⁷ Bruno, “*El Círculo Literario (1864-1866)...*”, p. 168.

¹⁸ Durante el período de funcionamiento del «*Círculo*», numerosos fueron los miembros (activos, corresponsales u honorarios) que colaboraron con la revista: Juan María Gutiérrez, Miguel Esteves Saguí, Marcos Sastre, Luis L. Domínguez, Manuel R. Trelles, Anacarsis Lanús, Nicolás Avellaneda, Miguel Puiggari, Amancio Alcorta, Amadeo Jacques, Pedro Agote, Andrés Lamas, Pastor S. Obligado, Juan M. Larsen, Bernardo Irigoyen, Bartolomé Mitre, Marcelino Ugarte, Wenceslao Paunero, Melchor Rom, Baldomero García, Norberto Quirno Costa, Domingo F. Sarmiento, Jaime Arrufó, José A. de Lavalle, Juan Vicente Camacho, Vicente Fidel López, Diego Barros Arana, Benjamín Vicuña Mackenna y Carlos Calvo.

¹⁹ *Borrador del contrato firmado entre Juan María Gutiérrez, Vicente Quesada y Miguel Navarro Viola*, Buenos Aires, 1867. AANHA. Fondo Miguel Navarro Viola, Caja 3, fols. 435-437.

²⁰ “*A nuestros suscritores*”, *RBA*, tomo 13, N° 49, mayo 1867, p. 160 y *RBA*, tomo 13, N° 51, julio 1867, p. 443.

Americana» –emulando el éxito del «Círculo» de Estrada y Mansilla– que guiara editorialmente a la revista y la nutriera de originales.

En contrapartida, Quesada entendía que las críticas condiciones económicas que azotaban al soporte exigían un importante sacrificio, que no redundaría en ninguna ganancia para los directores, sino solamente en obtener el dinero suficiente para cubrir los costos de impresión²¹. Asimismo, se negaba a depender de institución alguna que influyera sobre los contenidos del soporte y le quitara autonomía editorial.

La profundización de este antagonismo derivó en el alejamiento de Gutiérrez y la permanencia de Quesada en solitario como director efectivo de la revista hasta el retorno de Navarro Viola. La situación por ese entonces era retratada así por el propio Quesada:

A pesar de la mala situación del país, de la guerra, del estado de sitio y el limitadísimo número de suscriptores, *La Revista* no ha interrumpido su marcha ni la interrumpirá en adelante. (...) El destierro de nuestro compañero y amigo el doctor Navarro Viola en febrero de 1867, nos dejó solos al frente del periódico desde entonces hasta ahora, y a pesar del recargo de trabajo que esto nos imponía, la *Revista* no ha cesado ni ha interrumpido su aparición periódica.

El cólera que ha visitado esta capital dos veces, y la preocupación consiguiente de los espíritus por aquella situación angustiosa, tampoco interrumpió la marcha normal de la *Revista* ni dejamos de publicar escritos inéditos²².

Como se desprende del diagnóstico de Quesada, otro importante problema que enfrentó la revista estuvo centrado en la disminución ostensible y constante de suscriptores. El litigio de 1865 con el gobierno provincial de Buenos Aires por el no pago de parte de las suscripciones (15 de las 25 asumidas en 1863), dejaba en evidencia la fragilidad de este tipo de empresas y su dependencia de los vaivenes político-económicos de la región. Esta situación, que para marzo de 1867 ya manifestaba la defección de dos o tres suscriptores por número, se vio agravada tras el conflicto con Gutiérrez, a quien acusaron de accionar para el fracaso del proyecto editorial de *La Revista de Buenos Aires*²³. Estos hechos condicionaron al impreso a sobrevivir únicamente con las suscripciones particulares (especialmente bonaerenses) y las dieciocho tomadas por el Gobierno Nacional para su distribución en diversas dependencias públicas.

²¹ *Carta de Vicente Quesada a Juan María Gutiérrez*, Buenos Aires, s.f. AANHA. Fondo Miguel Navarro Viola, Caja 3, fol. 428.

²² Vicente G. Quesada, “Aniversario de «La Revista de Buenos Aires»”, *RBA*, tomo 16, N° 61, mayo 1868, pp. 110-111.

²³ Vicente G. Quesada y Miguel Navarro Viola, “Penurias de las letras en la Atenas del Plata”, *RBA*, tomo 7, N° 27, julio 1865, p. 455; *Carta de Vicente G. Quesada a Miguel Navarro Viola*. Buenos Aires, 27 de marzo de 1867. AANHA. Fondo Miguel Navarro Viola, Caja 2, fol. 60 y *Carta de Vicente G. Quesada a Miguel Navarro Viola*. Buenos Aires, 2 de septiembre de 1867. AANHA. Fondo Miguel Navarro Viola, Caja 2, fol. 108.

Estos inconvenientes, sumados a la ausencia de suficientes lectores (y la competencia con la prensa diaria con mayor tiraje y menor costo), la carencia y carestía del papel y los atrasos de la imprenta –que ya en 1864 conllevaron la firma de un nuevo acuerdo entre los directores y Casavalle, que imponía mayores requerimientos para el impresor uruguayo–, marcaron la vida de la revista e imposibilitaron el mantenimiento de la periodicidad exigida que llegó ya en 1865, según refiere el investigador Ernesto Maeder, a tener un atraso de casi tres meses entre una entrega y otra²⁴.

La actitud de los editores frente a estas dificultades no fue pasiva. Para colaborar con el crecimiento del volumen de lectores y suscriptores elaboraron diferentes estrategias de *marketing*. La primera de ellas consistió en la creación de una “biblioteca”, formato que se entregaría junto con la revista y que intentaría dar a conocer las obras más importantes de la literatura americana colonial y republicana. En junio de 1863, se anunció la aparición de estos volúmenes de carácter gratuito y de 16 páginas cada uno, aunque no consta la publicación de ninguno de ellos²⁵.

Un año después, esta estrategia fue reflatada por los responsables de la revista, y se propuso la edición, en formato de folletín, de diversas novelas de la escritora argentina Juana Manuela Gorriti. Se anunciaban entregas semanales de 24 páginas en 8°, al precio de 5 pesos moneda corriente²⁶. Ya a inicios de 1864 las obras de Gorriti se distribuían como suplemento de la revista, pero dicha propuesta no duró más que hasta finales de año. La mencionada falta de papel –y por tanto lo costoso de este–, así como la crisis de suscriptores, a consecuencia de la guerra y las epidemias de cólera hicieron naufragar estas iniciativas.

Dinámicas del flujo colaborativo del impreso. La construcción de un proyecto letrado de solidaridad americana

La búsqueda de colaboradores para mantener el flujo necesario con el que responder a la periodicidad del soporte constituyó una preocupación incesante de los editores. Especialmente a partir de 1865, a consecuencia del estado de sitio impuesto en Buenos Aires y el inicio de la guerra contra el Paraguay, la revista observó una constante y creciente sangría de materiales; momento en que las redes relacionales de los directores resultaron esenciales, a fin

²⁴ Ernesto Maeder, *Índice general de la Revista de Buenos Aires (1863-1871)*, UNNE, Resistencia, 1962, p. XIV.

²⁵ “Biblioteca de la Revista de Buenos Aires (Regalo a nuestros suscriptores)”, *RBA*, tomo 1, N° 2, junio 1863, p. 320.

²⁶ “Sueños y realidades. Edición completa de las obras de la Sra. Doña Juana Manuela Gorriti”, *RBA*, tomo 4, N° 15, julio 1864, pp. 474-485. En 1865, las obras tomaron forma de libro gracias al impulso del impresor Casavalle, precedidos de un texto de José María Torres Caicedo también publicado en la revista. Ver también Hebe Beatriz Molina, *Como crecen los hongos: la novela argentina entre 1838 y 1872*, Teseo, Buenos Aires, 2011, pp. 160-161.

de conseguir contribuciones que permitieran completar mensualmente las cuatro secciones con que contaba la revista²⁷.

Iniciativas como la aplicación de un férreo sistema de arbitraje²⁸ y el envío voluntario de materiales resultaron ineficaces y fracasaron rápidamente. Más efectiva fue la activación de estos canales de intercambio y colaboración de los responsables del formato, lo que permitió la posibilidad de mantener la premisa de publicar preferentemente textos originales sobre asuntos americanos²⁹.

A través de un estudio cuantitativo de la revista advertimos el logro de esta política, ya que, de los 859 escritos aparecidos en el soporte, la mayoría cumplió con los preceptos de originalidad. Un 83.93% de los materiales se brindaban por primera vez al público; número que aumentaba al considerar las fuentes inéditas que se compartían. Igualmente, los contenidos americanos eran hegemónicos en el formato.

El despliegue de los circuitos reticulares a que hacíamos referencia permitió la inclusión en las páginas del impreso de más de un centenar de autores (130), siendo más de la mitad de ellos, intelectuales que superaban los cuarenta años de edad (56.52%). La misma tendencia se observa cuando se atiende a la relación entre la edad y la cantidad de contribuciones (57%). Esto evidencia que la *Revista* fue un espacio escritural donde prevaleció la presencia de autores consagrados por sobre la irrupción de nuevos nombres³⁰. Esta preeminencia se agudiza si se tiene presente que la contribución de los dos editores –ambos menores de cuarenta años– representaba casi un tercio del total de textos de la revista: Quesada aportó el 24.27% (175 textos); mientras que Navarro Viola lo hizo con el 7.77% (56 textos); guarismos que aumentan si consideramos los documentos inéditos, que muchas veces fueron facilitados, prologados y comentados por sus dos responsables.

²⁷ Esta falta de contribuciones no fue transmitida directamente en el texto de la *Revista*, pero sí aparece constantemente en la correspondencia intercambiada entre Quesada (en Buenos Aires) y Navarro Viola (desde Montevideo). Cf. AANHA. Fondo Miguel Navarro Viola, Cajas 2 y 3.

²⁸ El sistema propuesto determinaba el depósito de los escritos en buzones establecidos en diversas localidades (lugares informados a través de la prensa diaria) en un sobre cerrado y firmado con seudónimo. Al llegar a la redacción serían evaluados por los editores, de modo de garantizar que cualquier escritor, ignoto o consagrado, tuviera iguales posibilidades de ver sus textos insertos en la revista.

²⁹ Hemos rastreado textos que fueron censurados por no cumplir con esta doble condición. Dentro del primer caso –los faltos de originalidad– podemos destacar varios textos de Ángel Carranza y Damián Hudson que había aparecido con anterioridad en otros soportes; mientras que dentro del segundo grupo de escritos –los no americanos– es interesante el rechazo a una traducción que realizó Alejo Peyret de *El principio federativo* de Pierre-Joseph Proudhon.

³⁰ Se logró determinar la edad de 92 de los 130 colaboradores, lo que corresponde a un 70.77% del total. Igualmente, se pudo establecer la relación entre edad y autoría de los artículos en 649 de los 721 artículos de la revista, cifra que equivale al 90.01% de las contribuciones. Si bien los datos obtenidos están lejos de ser concluyentes, pueden develar ciertas tendencias respecto de los flujos colaborativos de la revista.

Otro aspecto interesante para examinar los flujos de la revista está en la transnacionalidad de los colaboradores y las contribuciones, ya que permite revelar de qué modo la revista se constituyó en plataforma capaz de nuclear a intelectuales del continente (y de Europa), en pos de construir un mercado transfronterizo de circulación de ideas. Descubrimos así que la presencia de letrados locales corresponde al 57.89% (66) de los aportes, mientras que las contribuciones extranjeras representan el 42.11% (48). Destacan entre estas últimas las plumas chilenas (8 autores), uruguayas y colombianas (6 cada uno); aunque también se detecta la presencia de peruanos y franceses (5); ecuatorianos y bolivianos (4); venezolanos e ingleses (2) y cubanos, españoles, alemanes, mexicanos y norteamericanos con un autor por país³¹.

Asimismo, relacionar esta variable (origen de los colaboradores) con el número de colaboraciones, entrega también ciertas pistas interpretativas. De los 688 artículos en que se pudo determinar la nacionalidad de sus autores, encontramos que 539 pertenecen a autores locales, lo que representa el 78.34% de los escritos (496 si excluimos a Quesada y Navarro Viola). Mientras tanto, 149 textos corresponden a escritores extranjeros, destacándose escritos chilenos (34 publicaciones = 4.94%); peruanos (32 = 4.65%), franceses (16 = 2.33%), venezolanos (15 = 2.18%), ingleses (14 = 2.03%), colombianos (9 = 1.31%); ecuatorianos y uruguayos (8 = 1.16%); bolivianos (7 = 1.01%); mexicanos (2 = 0.29%); y cubanos, españoles, norteamericanos y alemanes (1 = 0.15%).

A partir de este recorrido analítico, podemos ejecutar algunas conclusiones parciales relacionadas con los flujos colaborativos de la revista. En primer lugar, existe un alto porcentaje de colaboradores extranjeros de diversas nacionalidades que envían sus textos a la publicación. A la vez, las colaboraciones de cada uno no superan uno o dos textos y la mayoría proviene de países limítrofes a la Argentina. Del mismo modo, lo expuesto refleja cierta extensión aún constreñida de la red de intercambio, ya que vemos que cuanto más se aleja del núcleo originario

³¹ Con la misma salvedad expuesta en la nota anterior, debe señalarse que fue posible conocer la nacionalidad de 114 de los 130 autores que formaron parte de la publicación, cantidad que representa el 87.69% del total de colaboraciones. Del mismo modo, fue detectada la procedencia de 688 artículos de los 721, lo que equivale al 95.42% del total de escritos aparecidos en la revista.

La participación extranjera se detalla del siguiente modo: chilenos (Benjamín Vicuña Mackenna, Diego Barros Arana, Guillermo y Alberto Blest Gana, José Victorino Lastarria, Joaquín Larraín Gandarillas, Eduardo de la Barra y Miguel Luis Amunátegui); uruguayos (Heraclio Fajardo, Alejandro Magariños Cervantes, Marcos Sastre, Jacinto Susviela, Luis V. Varela y José Vázquez Sagastume); colombianos (Adriano Páez, Juan de Dios Restrepo, Florentino González, José María Samper, José María Torres Caicedo y Adolfo Valdés); peruanos (Ricardo Palma, Lorenzo García, Manuel Romand y Paz Soldán, José Antonio de Lavalle y Luis Benjamín Cisneros); franceses (Alfredo Cossom, Amadeo Jacques, Juan Mariano Larsen, Enrique Lauzac y Martín de Moussy); ecuatorianos (Pedro Fermín Cevallos, Pablo Herrera, Pedro Moncayo y Tomás Moncayo Avellán); bolivianos (Nicomedes Antelo, Julio y Quintín Quevedo y Gabriel René Moreno); venezolanos (Juan Vicente y Simón Camacho); ingleses (Juan H. Scrivener y los hermanos Mulhall); cubanos (Pedro Santacilia); españoles (Manuel Rogelio Tristany); alemanes (Adolfo F. Bütter); mexicanos (Juan Manuel Altamirano) y norteamericanos (George Ticknor).

(Buenos Aires), más se difumina en cantidad de aportes y número de autores. Las excepciones a esta regla responden a la presencia de autores extranjeros en Buenos Aires o en territorios cercanos debido a exilios o misiones diplomáticas.

El saber histórico-literario en la revista. Hacia la construcción de una “república de las letras” americana

Uno de los principales objetivos de la revista estuvo centrado en otorgar visibilidad a documentos inéditos sobre el pasado americano hallados en archivos públicos o bibliotecas particulares, para brindar “estudios preparatorios” que permitieran a las nuevas generaciones de letrados la construcción de una historia con una profunda base documental. En esta aspiración, destacó la labor de intelectuales como Manuel Ricardo Trelles, Vicente Fidel López o Ángel Carranza, quienes compartieron fuentes que servirían “para conocer el tamaño y los rasgos fisionómicos del pueblo, en las diferentes épocas, su legislación especial, sus costumbres y demás hechos y circunstancias”³².

Igualmente, la publicación de Quesada de diversas series de documentos sobre la fundación de centros de beneficencia y erección de iglesias, conventos y otros edificios públicos de la ciudad, se presentó como una herramienta útil para los futuros escritores³³. Asimismo, compartió en las páginas de la revista diversas actas de fundación de ciudades; noticias históricas sobre las mismas; informaciones sobre el origen y organización de su gobierno; series cronológicas de gobernadores; informes sobre el desarrollo de la industria y el comercio; etc. Para llevar adelante estas faenas, Quesada apostaba por vincular a los lectores nacionales y extranjeros en un entramado colaborativo que intentaba reunir en sus manos muchos papeles aún desconocidos y de difícil acceso para los investigadores. Mismo rol esperaba del Estado, quien debía facilitar el acceso a la consulta de muchos materiales. Esto también permitiría la visibilidad de documentos existentes en archivos provinciales, locales e incluso extranjeros, aún más invisibles para los lectores.

El otro gran objeto del impreso se centró en la construcción del perfil del intelectual americano republicano. El destaque a su producción, consideraban los editores, era un mecanismo para premiar el trabajo desinteresado de los escritores, quienes no recibían ningún rédito por el tiempo dedicado al cultivo de las letras. Por un lado, se intentaba mostrar a Europa

³² Manuel Ricardo Trelles, “Apuntes y documentos para servir a la historia del puerto de Buenos Aires”, *RBA*, tomo 1, N° 1, mayo 1863, p. 7.

³³ Aparecieron textos referidos a la Casa de Niños Expósitos, el Colegio de las Huérfanas y el Hospital de Buenos Aires. Del mismo modo, se publicaron estudios sobre la fundación de los conventos de las monjas capuchinas y catalinas, la Iglesia de San Miguel y los templos de San Francisco y Santo Domingo de la capital argentina.

el avance de la producción literaria de estos países, a la vez que se entendía que, dado el desconocimiento de los propios americanos entre sí, esta representaba una misión ineludible. Vicente Quesada presentaba una instantánea de lo que en aquel entonces constituía el movimiento editorial en América:

Lo caro de las impresiones, la dificultad de adquirir esas obras, la carencia casi absoluta del comercio de publicaciones sud-americanas entre diversos Estados de este continente –ya sea porque las ediciones son poco numerosas, ya porque no existen impresores-editores que especulen con la impresión de los trabajos americanos, ya sea por ese indiferentismo tan fatal sobre todo en las democracias: la verdad es que aquí no están en venta ediciones de Venezuela o Nueva Granada, por ejemplo, mientras poseemos libros europeos recientemente publicados. ¿Qué resulta de esto pues? La ignorancia del progreso de las letras americanas, el aislamiento intelectual de los escritores demócratas de nuestra raza y de nuestra lengua³⁴.

Por tanto, desde las páginas de la revista se hacía un llamado al abaratamiento de las impresiones, lo que redundaría en una mayor venta y circulación de las obras; la modificación de las políticas aduaneras que gravaban la importación de papel y otros materiales de imprenta y no así el ingreso de textos extranjeros; y el fomento de políticas de canje entre las bibliotecas y archivos americanos.

En el plano de las ideas, la constitución del impreso como un ámbito dialógico y dialéctico favorecía ese conocimiento interamericano de autores y obras. Sus páginas articularon y enfrentaron distintas formas de pensar el país y el continente, que reflexionaron en torno a la historia, la literatura y el derecho. Algunas de estas disputas se articularon con base en críticas de forma, otras fueron debates epistemológicos respecto al modo de entender el pasado y el presente³⁵.

³⁴ Quesada, “Ensayos biográficos...”, pp. 147-148.

³⁵ Entre las discusiones más destacadas resaltamos la acacida entre Tomás Guido –y su hijo Carlos Guido– frente a Luis L. Domínguez, respecto al rol de Guido (padre) en la epopeya sanmartiniana del cruce de los Andes; la que enfrentó a Vicente Quesada con Ángel Carranza en torno a la *Descripción histórica de la antigua Provincia del Paraguay* de Mariano Molas –obra que se publicó, con algunas intermitencias, a lo largo de 20 entregas entre enero de 1866 y noviembre de 1867–; o la que sostuvieron Lucio V. Mansilla y Nicomedes Antelo al respecto de la *Historia de Rosas* de Manuel Bilbao.

El ocaso del proyecto editorial

El final abrupto de la revista, en mayo de 1871, dejó latente la expectativa de un futuro retorno en que se prometía una mejora material y de contenidos³⁶. La falta de suscriptores y lectores que consumieran la revista y la sostuvieran; la constante carencia de originales para nutrirla de textos que completaran cada número; la campaña contraria al soporte que se realizaba desde la prensa de la época –según los redactores orquestada por Gutiérrez–, que trajo como consecuencia el alejamiento de muchos colaboradores asiduos de la publicación; la falta de papel y los atrasos de la imprenta que obstaculizaban el cumplimiento de los compromisos con el público; se sumaron para liquidar la empresa de Quesada y Navarro Viola.

Para estos hombres la empresa se hacía onerosa y los exigüos beneficios hacían que este “agonizante enfermo”³⁷ tuviera firmada su sentencia de muerte. Quesada aceptó la responsabilidad de asumir la dirección de la Biblioteca Pública tras la muerte de José Mármol, y emprendió a poco un viaje a Europa para visitar los principales repositorios documentales y bibliográficos de aquel continente. Navarro Viola, por su parte, abandonó por un tiempo el panorama editorial para dedicarse a la labor parlamentaria y al ejercicio de la abogacía. La antorcha fue tomada por Andrés Lamas, Vicente Fidel López y el cuestionado Gutiérrez, quienes a manera de obituario se despedían de la revista en una nueva publicación periódica editada en Buenos Aires:

Después de una vida de ocho años, y formando una colección de 96 entregas, que equivalen a 14.000 páginas in 8.º, encerradas en 24 volúmenes, acaba de despedirse temporalmente de sus suscriptores esta interesante publicación. Ella deja un vacío en las letras argentinas. La «Revista de Buenos Aires» ha contribuido a despertar en la juventud la afición a las indagaciones históricas sobre la América en general y especialmente sobre la República Argentina, y ha dado a conocer obras y autores que nos eran desconocidos en Buenos Aires a pesar de su crédito en las Repúblicas hermanas, tan aisladas de la nuestra, especialmente en el comercio intelectual³⁸.

Conclusiones

El plan editorial de *La Revista de Buenos Aires* intentó materializar el proyecto transnacional de la “república de las letras”. Sus responsables procuraron convertirla en un espacio de sociabilidad para numerosos intelectuales y diversos discursos histórico-literarios que, en clave de diálogo y/o discusión, se disputaban un lugar en la construcción del campo

³⁶ La Redacción, “La Revista de Buenos Aires”, *RBA*, tomo 24, N° 96, abril 1861, p. 634.

³⁷ *Carta de Vicente Quesada a Miguel Navarro Viola*, Buenos Aires, s.f. AANHA. Fondo Miguel Navarro Viola, Caja 3, fol. 416.

³⁸ “La Revista de Buenos Aires”, *Revista del Río de la Plata. Periódico mensual de Historia y Literatura de América publicado por Andrés Lamas, Vicente Fidel López y Juan María Gutiérrez [RPL]*, tomo 1, N° 1, 1871, p. 153.

intelectual decimonónico en las naciones americanas. Para ello, sus responsables hipotecaron su tiempo y capital, enfrentándose a numerosos obstáculos –falta de papel y materiales de imprenta; vaivenes en la suscripción (defecciones y retrasos en el pago); altibajos en el volumen de colaboraciones; intermitencia de los lectores; coyunturas político-económicas y sanitarias adversas– que muchas veces pusieron en duda la continuidad de la publicación.

En el transcurso de la edición del formato, lograron cumplir con los dos grandes objetivos para los que se constituyó el impreso: exhumar la documentación argentina y americana inédita sobre el pasado colonial y republicano y visibilizar la producción histórico-literaria de los letrados americanos, para darlos a conocer al público lector del continente e irradiar hacia Europa la imagen de civilización y progreso puesta en duda desde aquellas tierras. Eran estas las bases para conformar un mercado de circulación del conocimiento a escala continental, con la revista como plataforma y nodo articulador, y sustentado en la solidaridad intelectual de los hombres de letras americanos.

O estudo da imprensa cultural na era das humanidades digitais

Luís Andrade
CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa, Portugal
luis.andrade@fcsh.unl.pt

Resumo

As revistas fizeram a cultura dos séculos XIX e XX na Europa e nas Américas, do mesmo modo que os jornais configuraram o espaço e a vida políticos. Na era da cultura impressa, foi em torno das revistas que se desenvolveram os movimentos de ideias, sensibilidade e combate cívico que transformaram os tempos através da novidade cosmopolita e das causas intelectuais. Este reconhecimento geral confronta-se, porém, com a dificuldade de acesso às coleções completas destes periódicos, a extensão de alguns dos seus títulos, a variedade de registos, a pluralidade de autores e a sinuosidade dos trajetos, características que tornam as revistas objetos de estudo particularmente ingratos. Na época das Humanidades Digitais, a questão que se coloca é a de saber como abordar estas fontes primordiais de modo a facultar não só a sua consulta universal e íntegra a partir do mapeamento do seu teor como também proporcionar condições para o seu estudo assentes em metodologias inovadoras. A presente comunicação incide nos fundamentos teóricos e técnicos requeridos pela análise sistemática da informação contida nas revistas, bem como na exposição das soluções pluridisciplinares e das expectativas epistemológicas patentes nos sites de Revistas de Ideias e Cultura já publicados.

Palavras-chave: Revistas; Cultura; Ideias; Historiografia; Humanidades digitais.

Introdução

Pretendemos apresentar um novo modelo da história intelectual, resultante da conjugação do saber historiográfico com as ciências da informação e o evoluir informático.

Com o modelo epistemológico adiante desenhado e, em parte, concretizado, antevê-se a passagem de uma historiografia de autor com roteiro narrativo, própria da exposição discursiva linear, para uma historiografia aberta e de navegação a desenvolver pelos estudiosos à medida dos seus interesses e da sua capacidade de problematização e de descoberta.

O programa de investigação que possibilita efetivar o desiderato apontado é naturalmente ambicioso na definição do objeto de pesquisa, dos procedimentos que obriga a conjugar e dos resultados pretendidos.

Na perspetiva da equipa de investigadores que se tem dedicado ao desenvolvimento da conceção, da metodologia e das soluções informáticas da orientação agora exposta, a sua apresentação e discussão entre pares representa um momento muito relevante na aferição das qualidades e dos defeitos que podem ser imputados pela comunidade científica próxima a um trabalho de fundo que se quer inovador e conforme às condições contemporâneas da investigação histórica. Felizmente, as finalidades apontadas pelos organizadores ao presente Congresso revelam-se convergentes com o anelo da discussão académica e pública pretendida, nomeadamente ao realçarem as finalidades de *“analisar e discutir, a partir das perspetivas*

intelectual e cultural, os novos paradigmas que afetam a história” e de “refletir sobre as semelhanças e as divergências teórico-metodológicas e conceituais entre os aportes dos investigadores provenientes de diferentes campos e de diferentes espaços”. A própria proposta de *“intercâmbios acadêmicos e a realização de projetos em comum, a médio e longo prazo”* encontra-se implícita na apresentação da nossa investigação.

Objectivo e modelo

O objetivo geral do programa de trabalhos em desenvolvimento consiste na construção de um conjunto de bases de dados que encerrem em si o mapeamento sistemático da informação contida nas revistas de ideias e cultura portuguesas do século XX que definiram e fundamentaram as correntes de pensamento e de sensibilidade que fizeram a época.

Em simultâneo, pretende-se conjecturar, elaborar e aplicar as ferramentas informáticas, alicerçadas em aplicações existentes ou originais, que possibilitem proceder à análise historiográfica das bases de dados, sempre numa perspectiva de conjugação específica da problematização e da interpretação com as virtualidades inerentes à sistematização da informação empírica relevante.

Mesmo nos limites deste enunciado muito sumário, é possível vislumbrar a virtualidade de facultar à investigação condições radicalmente novas quer no âmbito heurístico quer no plano hermenêutico. Os termos da análise e da síntese historiográficas alteram-se radicalmente com o registo metódico da informação contida nas fontes, uma vez considerada em toda a sua extensão, ao mesmo tempo que as combinações relacionais entre as distribuições estatísticas suscitam linhas de problematização e condições de leitura insuspeitas.

Por outro lado, as próprias categorias presentes na investigação histórica conhecem uma reformulação profunda, presente, desde logo, na distinção entre os documentos e a sua interpretação, na medida em que as fontes históricas, apesar de constarem na sua expressão íntegra, surgem mediadas através do mapeamento dos seus dados, trabalho obviamente interpretativo, mesmo quando se quer com fundo denotativo, nomeadamente no que respeita à seriação de conceitos e de assuntos.

Uma outra alteração profunda, conforme, aliás, a uma tendência geral no uso de ambientes informáticos, corresponde à redefinição da relação entre o historiador e o seu público, na medida em que a disponibilização universal das fontes associada ao levantamento da informação nelas contida permite, de algum modo, ultrapassar a fase mais elementar do trabalho historiográfico e transitar para a formulação das questões que se pretende esclarecer. Esta nova situação coloca qualquer um na condição de autor, à medida dos seus interesses,

mesmo que se mostrem muito particulares, como acontece com a história circunstancial ou local.

As revistas de ideias e cultura

O primeiro grande pressuposto dos trabalhos em curso assenta na verificação de que foi nas páginas das revistas que a cultura encontrou, ao longo do século XX, o meio editorial e comunicacional que teceu as grandes correntes de pensamento, de sensibilidade e de gosto, da própria ciência e da sua divulgação, assim como a definição de causas e de novos movimentos cívicos.

Pela sua natureza, a de “rever” o fluir dos acontecimentos, necessariamente associada a um ritmo afastado da emergência imediata dos factos consumados, as revistas procuraram interpretar os dias à luz das tendências e dos sentidos de fundo que assinalaram aos tempos, motivo pelo qual o artigo, mas não a notícia, constituem o seu género editorial principal.

Sem pretendermos ser exaustivos, podemos indicar algumas dos traços distintivos que permitem compreender o lugar central que as revistas assumiram na circulação das ideias e na criação e difusão culturais ao longo do último século.

É de assinalar, desde logo, o estatuto peculiar dos intelectuais que fundaram, dirigiram e redigiram os títulos mais significativos dos periódicos culturais novecentistas, numa perspectiva que pretendia associar o pensamento às suas circunstâncias próximas, muitas vezes sob a forma premente da elucidação doutrinária ou do manifesto eruptivo e programático.

O desejo comum entre os homens de cultura de erguer a voz no espaço público e de orientar os destinos das transformações coletivas, mais ou menos revolucionárias, que imputavam às circunstâncias vividas afastou-os da condição de tratadistas para os aproximar do desempenho dos publicistas comprometidos com as realidades políticas, sociais, civilizacionais, nacionais ou vivenciais próximas.

Esta transfiguração não representou, porém, um menor apego ou espírito doutrinário, muito menos uma qualquer dissolução do pensamento na crónica ou no comentário avulso, pois o ânimo geral bebia do poderoso ímpeto secular de atribuir às ideias, necessariamente sistematizadas em visões gerais estruturadas, o papel central na elucidação emancipadora de cada um e de todos.

Ao condensarem este estado de espírito, as revistas de ideias e cultura tornaram-se os atores doutrinários e reflexivos da ágora, progressivamente alargada, dos leitores da comunicação social letrada.

Nos casos mais interessantes, estas personagens editoriais conhecerem vida própria pois conferiram identidade a concepções que só se definiram, no seu todo ou nos seus traços idiossincráticos, na medida em que se viram congeminações num órgão coletivo capaz de lhes proporcionar um discurso próprio, que conjugava as locuções que nele se reuniram mas que, sobretudo, as excedia. Ao mesmo tempo, cada título deu a conhecer a sua trajetória cinética, ditada pela sucessão das edições, reveladoras quer de relações e ciclos sequenciais quer de dissidências, mutações e derivas.

A compreensão do lugar das revistas na cultura contemporânea requer que se atenda, igualmente, ao facto de constituírem, ao longo de muitas décadas, um género editorial de leitura particularmente aliciante.

Até à afirmação plena preponderância dos meios audiovisuais, as revistas representaram a expressão mais elaborada da comunicação social, tanto por fazerem valer a ilustração, como frequentemente indicaram em subtítulo, quanto pelo cuidado posto no design e na inovação gráfica que nunca deixou de as caracterizar. As boas revistas aparentavam, mesmo, ser os fascículos da modernidade em progressão.

O arejamento cosmopolita chegou, assim, à casa de cada um sob a forma de revista, não só por estas revelarem o mundo em imagens, mas principalmente pelo cultivo da novidade e das grandes referências internacionais, da política à cultura, das novas artes à moda.

O modelo de periódico que a palavra magazine assinala, na medida em que evoca a disposição num mesmo local de materiais entre si muito diferentes, constitui obviamente aspecto importante a ter igualmente em conta. Ao reunirem peças relativamente breves e acessíveis, com autores variados e registos distintos, as revistas surgem como miscelâneas congruentes capazes de juntar leveza, diversidade e surpresa. Podem ser folheadas, pelo que distraem, lidas, pelo que cultivam sem maçar, ou consultadas mais tarde, pelo que se mostram úteis e perduráveis.

Simultaneamente, a diversidade, assinalada igualmente nos subtítulos, e o compassado comedido destes periódicos tenderam a formar públicos movidos por interesses novos e distintos, fiéis aos títulos da sua eleição. É este o motivo que permite explicar que as revistas não tenham sido simples manifestações das concepções de quem as redigiu mas também, igualmente, como expressões aglutinadoras das diferentes tendências que se teceram como afinidades e contraposições.

Em Portugal, como em muitos outros países, os autores principais, em que se incluem vultos tão destacados como Fernando Pessoa, distinguiram-se por fundar, dirigir e redigir revistas, ao mesmo tempo que as obras que publicaram em livro resultaram, muito

frequentemente, de artigos ou de outras peças coligidos ou desenvolvidos a partir de textos inicialmente insertos neste tipo de periódicos.

Em breve resumo, as revistas de ideias e cultura constituem o repositório mais completo dos movimentos de pensamento, sensibilidade e costumes que fizeram o século XX, pelo que não só a sua compreensão e carácter gerais podem ser alcançados através da sua leitura como também o recurso exclusivo a outro tipo de fontes conduzirá necessariamente a uma visão da época parcelar e dispersa.

As revistas como fontes

A relevância das revistas na história cultural contemporânea é fácil de aferir, igualmente, quer pelo elevado número de títulos dados à estampa quer pela longevidade de que alguns deram prova.

Se a estas características somarmos a variedade de autores, de assuntos e de registos ínsitos a este tipo de publicação verificaremos, com facilidade, que estamos face a fontes históricas particularmente ingratas.

A sensação que muitos estudos deixam transparecer, ao transmitir a impressão de fazerem incursões no teor das revistas mas terem dificuldade em abonar o domínio da sua apreensão geral, assinala um obstáculo epistemológico espinhoso na historiografia cultural e intelectual contemporânea, inerente às dificuldades colocadas pela abordagem das massas de informação complexas e extensas que constituem o seu teor.

O impasse intrínseco ao reconhecimento das fontes primordiais da cultura contemporânea e à resistência que oferecem à sua consulta e leitura compreensivas é uma evidência, patente, por paradoxal que possa parecer, nos próprios estudos monográficos que as tomam por objeto.

Porém, as dificuldades assomam muito antes da leitura propriamente dita, desde logo na dificuldade em aceder a coleções completas, mesmo de títulos consagrados, que se encontram, nas próprias instituições de referência, muitas vezes ausentes, incompletas ou mutiladas.

Neste âmbito, o acesso aberto e digital a estas publicações representa, só por si, a superação de um entrave maior ao seu estudo, mesmo que se considere que a reposição do seu teor integral reclama, nos nossos dias, soluções mais elaboradas.

Uma vez assegurada a consulta, coloca-se a questão magna de como proceder à sua leitura, já que as revistas surgem como órgãos coletivos, com orientações e programas editoriais próprios, que agregam, e desagregam, articulistas e outros autores, cuja atividade se dispersa

por uma grande variedade de domínios e de géneros, e cujos conteúdos acompanham o movimento dos tempos. Quantas vezes o teor das edições compromete o propósito programático declarado? A diversidade das colaborações afasta-se de uma unidade que se queria consabida? O trajeto das edições sucessivas dá a conhecer ciclos, inflexões e metamorfoses?

A sistematização da informação contida em cada título revela-se, assim, como um segundo problema a resolver. A decifração de autorias, de pseudónimos e de iniciais, os inventários dos dispersos de um mesmo articulista, a definição de itinerários temáticos, a determinação das constelações conceptuais e dos seus movimentos, bem como outros procedimentos metodológicos similares e correntes, atestam a dificuldade indicada, a que se procura responder sempre de modo muito parcelar.

Um terceiro tipo de questões respeita à seleção das coleções de revistas a considerar, especialmente se o estudo pretender abarcar o universo dos periódicos de ideias e cultura influentes na definição dos *fora* culturais que lhe foram próprios.

O esboço de resposta a esta última interrogação, que ganha toda a sua pertinência quando se procura abarcar o conjunto dos títulos de uma época determinada, não pode deixar de passar pela revisão da historiografia intelectual e, sobretudo, pela verificação de que o valor elucidativo do mundo, da sociedade e da vida atribuído às ideias em circulação possibilita observar a multitude dos periódicos publicados a partir da sua orientação programática ou temática.

Torna-se, assim, possível reduzir a diversidade das revistas às correntes e aos interesses culturais a que deram expressão, sempre na perspectiva de identificar os títulos mais significativos quer pelo mérito dos textos que publicaram quer pela sua representatividade no espaço público.

Este procedimento metodológico possibilita delimitar os *corpora* a considerar, segundo critérios que visam identificar as tendências programáticas e temáticas que sobressaíram numa época determinada a partir dos órgãos coletivos que lhe deram expressão original e substantiva. A síntese unitária resultaria, como na construção de puzzles, do somatório de quadros e de personagens distintos mas complementares, tecidos um a um. Esta orientação permite acolher igualmente outros periódicos com mérito na história cultural, sem alinhamento, ecléticos ou de feição muito peculiar, mas exclui aqueles que fizeram ecoar pontos de vista já consolidados, mesmo que possam ser olhados com interesse pela história das mentalidades ou pela história social das ideias.

O mapeamento de conteúdos

Se o acesso universal às coleções integrais de revistas de cultura e de ideias pode ser assegurado através da sua reprodução em linha e se o universo muito extenso de títulos pode ser ordenado a partir de afinidades explícitas, dois dos obstáculos epistemológicos da história intelectual do século XX acima indicados encontram, nestas orientações gerais, um delineamento dirigido à sua superação.

De fora fica a questão, bem mais complexa, de saber como proceder ao mapeamento da totalidade da informação contida nas edições de cada um dos títulos a estudar assim como do seu conjunto e subconjuntos.

As soluções vulgares de recurso ao varrimento por reconhecimento ótico de caracteres e de pesquisa por “palavra-chave” foram liminarmente excluídas, pois o levantamento da informação contida nos *corpora*, com o objetivo de proceder ao estudo metódico do seu teor, não se mostra compatível com procedimentos que não confirmam rigor e segurança ao registo da informação.

O uso de meios informáticos não pode significar, a esta luz, a supressão dos critérios científicos e académicos que conferem a máxima consistência possível ao saber produzido. Ora, esta elisão é intrínseca ao uso conjugado do reconhecimento ótico de caracteres com a pesquisa por palavra. Mesmo não tenho em linha de conta a margem de aleatoriedade inerente à transcrição automática de fontes com a impressão e o papel sujeitos à usura do tempo, o uso de vocábulos soltos como critério de pesquisa mostra-se necessariamente muito contingente, desde logo por um conceito ou um assunto se deixar dizer segundo expressões muito variadas.

Não se concebe, assim, qualquer sistematização do conteúdo das fontes que não passe pela sua leitura integral e pelo registo criterioso da totalidade da sua informação contida em cada uma das peças que a compõem.

Este pressuposto conduziu à integração de soluções de análise desenvolvidos pelas ciências da informação e, nomeadamente, pela biblioteconomia no desenho do programa de investigação.

A escolha de modelos consolidados e consensualizados no domínio específico da análise de conteúdos apresenta ainda a vantagem de se mostrar compatível com os registos correntes de outras fontes bibliográficas, além de merecer o bom acolhimento que é dispensado ao que é compartilhado pela comunidade científica e profissional e que não se apresenta como uma solução mais ou menos singular e casuística.

Verificou-se, por outro lado, que o modelo de sistematização da informação adotado permitia considerar todos os itens de registo tidos por relevantes, com uma excepção, que obrigava a um desdobramento, tecnicamente viável.

Ao mesmo tempo, esta escolha permita a transformação direta dos registos nos índices das diferentes modalidades de consulta das fontes através de procedimentos informáticos elementares.

Além de um descritivo muito sumário, a sistematização da informação contida na base de dados de cada uma das revistas já estudadas possibilita consultar o seu conteúdo através de oito índices: autor singular, autor coletivo, conceito, assunto, nome singular citado, nome coletivo citado, obra citada e nome geográfico.

A diferença face ao modelo corrente consiste na distinção entre conceito e assunto, por se ter recusado, como já se referiu, o uso de “palavras-chave”.

A história cultural e intelectual não é compatível com a rasura conceptual, pois só as redes de conceitos e de noções podem conferir ordem e sentido à leitura do mundo e da vida sob forma reflexiva.

Como o levantamento conceptual de um qualquer discurso é um problema complexo, que envolve o esclarecimento preciso dos seus termos e a apreensão da sintaxe da ordem que institui, a consistência das bases de dados obrigou à definição de um *thesaurus* metódico e extenso, disponível no formulário da aplicação original que deu forma informática ao trabalho de indexação.

Esta solução prepara, ainda, a elaboração de *thesauri* de cada conjunto de revistas de uma mesma corrente programática, com referência direta a artigos em que os conceitos se encontram elucidados, o que representa tanto uma aproximação metódica ao corpo doutrinário, que só pode ser apreendido através da reconstituição da sua linguagem, como um antídoto à transposição anacrónica e, como tal, equivocada de vocabulário corrente.

No modelo de edição dos *sites* desenvolvido, que pode ser consultado em www.ric.slhi.pt, confere-se destaque aos textos programáticos com que cada revista se apresentou aos seus leitores, ao mesmo tempo que se coligem as peças das polémicas que tiveram lugar nas suas páginas, mesmo quando algumas das réplicas conheceram publicação noutros periódicos.

Ainda na barra de navegação principal, os *sites* facultam a secção “magasin” – a par das secções “revista”, “índices”, “programas” e “polémicas” – na qual se reúnem documentos, correspondência, testemunhos, estudos e localizações, que formam *dossiers* sobre cada título,

que reúnem quer a literatura que se lhe relaciona quer materiais inéditos coligidos em arquivos editoriais ou particulares.

Sites disponíveis

Uma vez percorrido o caminho destinado a vencer os três grandes obstáculos apontados, o programa de trabalhos em curso disponibiliza, atualmente, dezasseis coleções de revistas *maître à penser*, que incluem aquelas que alentaram três correntes programáticas centrais no primeiro quartel do século XX: o movimento republicano da Renascença Portuguesa, o movimento literário e artístico modernista e o movimento anarquista e anarcossindicalista.

Entre os títulos singulares, conta-se o *site* dedicado à revista *Seara Nova*, cujos 1604 números da sua primeira série (1921-1984) constituíram a grande trincheira cultural e política da resistência intelectual ao Estado Novo, ditadura de inspiração fascista que vingou em Portugal entre 1926 e 1974.

Neste momento encontram-se em preparação mais duas dezenas de *sites*, cuja publicação permite avançar por novas correntes de pensamento, como a que inscreveu o marxismo e as letras e artes comprometidas na cultura portuguesa, bem como abordar a edição de periódicos segundo linhas temáticas sectoriais designadamente as que versaram as mulheres e a sua condição, a educação e a pedagogia, a arquitetura e o urbanismo.

Na origem do estudo e da publicação eletrónica das revistas de ideias e cultura portuguesas do século XX encontra-se o Seminário Livre de História das Ideias, que é uma equipa de investigação do Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A este núcleo inicial, reuniu-se a Fundação Mário Soares, especializada no tratamento digital de arquivos, que facultou a aplicação construída de raiz que os investigadores utilizam e procede à edição em linha, e a Biblioteca Nacional de Portugal, que proporciona apoio logístico e documental. Felizmente, estas parcerias têm-se alargado a muitas outras entidades nomeadamente aos editores e aos proprietários de revistas com publicação relativamente recente.

Como é fácil de imaginar, a dificuldade mais relevante que o programa de estudo e de publicação conhece resulta do trabalho muito aturado que a indexação de fontes que se distinguem pela sua extensão reclama. A resposta encontrada passa por especializar os investigadores segundo as áreas a considerar, sempre numa perspectiva de conciliar os interesses próprios com o quadro geral de títulos a republicar. Esta orientação tem permitido coligar investigadores de vários centros de investigação e de diferentes universidades, que reconhecem

que a metodologia empregue corresponde à satisfação dos objetivos científicos e académicos que prosseguem.

Esta orientação reflete-se igualmente na atribuição da autoria de cada um dos *sites* aos investigadores que os conceberam e coordenaram, como está reconhecido em ficha técnica. Além dos editores, os *sites* dispõem de curadores, que podem coincidir no mesmo investigador, que são responsáveis pela atualização e a revisão dos materiais disponibilizados.

Uma nova história cultural

Mesmo com o simples recurso aos procedimentos mais correntes de pesquisa nas bases de dados, próprios da pesquisa simples, da pesquisa avançada e da pesquisa refinada, as condições de investigação historiográfica no domínio dos *sites* já publicados alteraram-se radicalmente. O levantamento geral dos conteúdos está encerrado e o cruzamento entre os seus diferentes aspetos fica facultado.

O consulente dos *sites*, cujas bases de dados podem ser agregadas livremente, ficam em condições de colocarem novas e velhas questões, umas suscitadas pela própria consulta da base de dados, outras que transitam do foro do insoldável para o domínio do tangível. Passam a fazê-lo com a segurança própria de quem deixou de fazer incursões avulsas para passar a lidar com os documentos considerados em toda a sua compreensão.

Porém, estes procedimentos heurísticos, que representam um avanço incomensurável face à situação anterior, constituem uma fase muito rudimentar de consulta da informação sistematizada.

A análise qualitativa das bases de dados quantitativas promete, com recurso às distribuições estatísticas e aos programas que permitem interpretá-las, um conjunto aberto de possibilidades deslumbrantes.

Não se trata de subordinar a história cultural ao foro de uma metodologia quantitativa, mas de conjugar e potenciar a problematização e a hermenêutica históricas com a informação decorrente da análise estatística das bases de dados.

Como acontece na generalidade dos casos em que se alcança um novo olhar sobre um objecto, a combinação entre a visão inédita e as leituras constituídas representa, por um lado, um poderoso teste crítico ao saber tido por consabido, e por outro lado, uma fonte de sugestão capaz de questionar e de articular aspetos até então remetidos para a sombra e o silêncio.

Embora, os passos que a investigação já deu, neste âmbito, sejam claramente incipientes, a simples consideração dos seus resultados elementares conduz à admiração e à constatação de quebras de sentido, como, por exemplo, resulta do facto de o título mais citado

numa revista que conheceu cinco séries não ser considerado em nenhum dos muitos estudos que lhe foram dedicados ou, noutra caso, de a distribuição de um conceito atribuído a toda uma geração conhecer uma distribuição estatística coincidente com a colaboração de um único autor.

Neste momento, os *sites* limitam-se a assinalar o interesse pela análise qualitativa das bases de dados através da secção “... em números”, que inventaria os primeiros cálculos de cada uma das revistas estudadas e republicadas.

É, porém, de referir que a investigação própria neste domínio fundamental tem progredido com segurança e confirmado, mesmo excedido ininterruptamente, as virtualidades que o tornam uma fonte inesgotável de interesse.

A simples distribuição das colaborações dos autores mais destacados ao longo dos anos, o cruzamento das curvas de autores e de conceitos, a definição de campos lexicais e semânticos, bem como das suas transfigurações dinâmicas, são exemplos de ensaios já realizados que conduzem à revisão da literatura crítica e proporcionam o inesperado.

No caso das revistas de ideias e cultura, a possibilidade de se dispor de novas modalidades de questionamento mostra-se particularmente relevante, na medida em que o fundo doutrinário que caracterizou muitos dos títulos, frequentemente em relação antitética entre si, não deixou de afectar a memória própria e alheia e de, por esta via pragmática, contaminar as representações das históricas respectivas.

O objectivo imediato consiste, neste âmbito, na identificação de programas e de outros meios informáticos que dialoguem com as bases de dados de uma forma dinâmica e que facultem a produção e a densificação dos sentidos que estas encerram.

Prevê-se que do resultado destas investigações, que são, aliás, comuns à generalidade dos estudiosos das humanidades, motivo pelo qual tem progredido de forma muito rápida, resultem ferramentas suscetíveis de incorporar nos *sites* novas funcionalidades, que se desejam quase laboratoriais.

Nesse futuro próximo, o leitor passará a dispor não só do mapeamento cultural novecentista mas também dos meios que lhe permitirão finalmente navegar, à medida do seu talento, na história intelectual.

Oliveira Vianna e o intercâmbio cultural entre escritores brasileiros e argentinos na década de 1930

George Leonardo Seabra Coelho
Universidade Federal do Tocantins-Brasil
george.coelho@hotmail.com

Resumo

Esse artigo discutirá a organização de parte da “sociedade de indivíduos” reunida em torno da ABL nas décadas de 1930 e 1940 e o intercâmbio cultural entre escritores brasileiros e argentinos nesses anos. Para analisar esse intercâmbio, lançaremos mão da versão em espanhol do livro *Evolução do povo brasileiro*, de Oliveira Vianna, publicada pelo governo argentino em 1937. Também discutiremos as nuances da criação da “Coleção Brasileira de Autores Argentinos” e da “*Biblioteca de Autores Brasileños*” e como essas coleções possibilitaram a aproximação entre intelectuais dos dois países. Nesse sentido, apresentaremos ao leitor como se estabeleceram as tentativas de aproximações entre escritores brasileiros ligados à ABL – especificamente Oliveira Vianna – e parte da intelectualidade argentina; daí nossa tentativa de mapear parte da “sociedade de indivíduos” que compôs o campo literário desses dois países.

Palavras-chave: Literatura; Intelectuais; Intercâmbio; Instituição.

Introdução

O presente artigo discutirá o intercâmbio cultural entre intelectuais brasileiros e argentinos nas décadas de 1930 e 1940. Para analisar esse intercâmbio, lançaremos mão da versão em espanhol do livro *Evolução do povo brasileiro*, de Oliveira Vianna, publicada pelo governo argentino em 1937. Além de possibilitar a aproximação das nuances que giram em torno do intercâmbio entre os escritores dos dois países, a análise dessa versão também abre espaço para reconstruir a história particular dessa obra e levantar proposições bastante interessantes sobre a relação entre Oliveira Vianna e a Casa de Machado de Assis.

Além da obra supracitada – preservada na coleção “Oliveira Vianna” e pertencente à Biblioteca Lúcio de Mendonça –, outras fontes históricas serão analisadas neste trabalho, entre elas: os documentos reunidos na pasta desse intelectual no Arquivo Múcio Leão da Academia Brasileira de Letras (ABL), as atas das sessões realizadas nos salões do Petit Trianon e os anais acadêmicos encontrados na *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Ao ter por base essa premissa, os documentos utilizados neste artigo não serão tratados como fontes inoculadas e que por si só dizem a verdade, mas, como afirma o historiador francês, serão entendidos como vestígios do passado, que devem ser inquiridos para oferecer informações que não tencionam fornecer.

Acreditamos que, por meio do cruzamento dessas fontes históricas, poderemos reconstruir parte da “sociedade de indivíduos” reunida em torno da ABL nas décadas de 1930 e 1940. Apropriando-nos do conceito de Norbert Elias (1994), a noção de “sociedade de indivíduos” sugere uma questão central neste trabalho: o estudo da relação entre a pluralidade de pessoas e a pessoa singular, assim como abre espaço para entender a pessoa singular como pluralidade. Seguindo esse raciocínio, levaremos em conta a relação entre um indivíduo singular – Oliveira Vianna – e a pluralidade de pessoas envolvidas com as edições dos livros de Oliveira Vianna – escritores membros da ABL e argentinos – e o projeto da tradução da obra desse intelectual para o espanhol. De modo geral, essa concepção nos possibilitará entender como os sujeitos individuais ligavam-se uns aos outros numa pluralidade e, concomitantemente, a sua situação dentro da sociedade, tendo por base o que o sociólogo alemão chama de *habitus* social.

Para reconstruirmos parte da “sociedade de indivíduos” reunida em torno da ABL, avaliamos a tradução para o espanhol do livro *Evolução do povo brasileiro* (1923) de Oliveira Vianna e sua oferta para a ABL. De modo geral discutiremos como essa tradução para o espanhol refletiu a tentativa de intercâmbio cultural entre escritores dos dois países e, mais precisamente, entre Oliveira Vianna e a intelectualidade argentina. Por meio do conjunto documental analisado e da forma como estruturamos este texto, apresentaremos ao leitor como se estabeleceram as tentativas de aproximações entre escritores brasileiros ligados à ABL – especificamente Oliveira Vianna – e parte da intelectualidade argentina; daí nossa tentativa de mapear parte da “sociedade de indivíduos” que compôs o campo literário desses dois países.

Escrita e reedições da *Evolução do povo brasileiro*

O livro *Evolução do povo brasileiro* foi publicado pela primeira vez em 1923 pela Editora Monteiro Lobato CO. Na época, Oliveira Vianna participava da equipe da Diretoria Geral de Estatística (DGE) responsável pela organização do primeiro Censo demográfico, realizado em 1920. De acordo com Vasconcelos Torres (1956), um dos mais renomados biógrafos de Oliveira Vianna, a indicação de Vianna a essa função derivava-se de seus conhecimentos históricos e sociais revelados no livro *Populações meridionais do Brasil*, publicado em 1920.

A obra foi apresentada ao público com a seguinte epígrafe de Georges Vacher de Lapouge: “La science politique est la science de l'évolution sociale, et l'art politique celui de

diriger au mieux l'évolution à venir” (LAPOUGE *apud* VIANNA, 1923, p. 5)¹. Ao inserir a frase desse eugenista e representante da antropossociologia ligada à escola francesa, Oliveira Vianna demonstra claramente sua simpatia à teoria racista de Arthur de Gabineau. Mesmo que o autor da epígrafe fosse filiado ao socialismo e às correntes anticlericais – posições bastante contrárias às do próprio Oliveira Vianna –, a citação dele está no livro. Essa é, aliás, uma das particularidades do pensamento vianniano: mesmo que as posições pessoais do teórico citado em sua pesquisa não se coadunassem com a dele próprio, o intelectual saquaremense não se intimidava em se apropriar de parte de seu pensamento para defender suas posições. No uso prático das posições teóricas de outros intelectuais, o escritor brasileiro deposita sua fé – como dito na epígrafe – na ciência aplicada à política como um dos caminhos que promoverá o desenvolvimento futuro das sociedades e, mais especificamente, promoverá o desenvolvimento futuro da sociedade brasileira.

Ao destacar o papel desempenhado por Oliveira Vianna no campo dos estudos sociológicos na primeira metade do século XX, Giselle M. Venancio (2001) avalia que a obra *Evolução do povo brasileiro* sintetizou parte das posições do autor expostas na obra anterior: *Populações meridionais do Brasil* (1920). Essas posições, segundo Venancio, pautavam-se pelo naturalismo sociológico como referencial teórico interpretativo da sociedade brasileira. Partindo dessa posição teórica, principalmente a sistematizada por Arthur de Gabineau, Oliveira Vianna procurou explicar a evolução do povo brasileiro pelos parâmetros dos determinismos mesológicos – geografia e clima – e biológicos – os grupos étnicos e a miscigenação. Segundo o autor, a influência recíproca desses dois fatores (meio e raça) teria gerado as características específicas do povo brasileiro.

Além de apropriar-se do naturalismo sociológico, esse intelectual também interpretou o processo de formação histórica do Brasil com base na ocupação do território. Para ele, esse processo deu-se de diversas formas: pela dispersão da nobreza colonial pelo interior rural; pela penetração dos sertões em busca dos indígenas; pela expansão pastoril nos planaltos; e, por fim, pela conquista das minas. Segundo Maria S. Bresciani (2007), esse movimento em direção às terras do interior atuou, para Oliveira Vianna, como fator formador de homens cujos espíritos mantinham a existência da distinção e da importância hierárquica. Por meio da interpretação do processo de ocupação territorial, esse intelectual também faz reflexões sobre as variações dos tipos regionais. Essa preocupação o levou a definir os três principais grupos sociais: os

¹ “A ciência política é a ciência da mudança social, e a arte política é a que leva a melhores desenvolvimentos futuros” (Tradução nossa).

paulistas, os mineiros e os fluminenses. Posteriormente, um quarto tipo ganharia destaque em suas obras: o vaqueiro do extremo Sul.

Antes do desenvolvimento do tema abordado no livro *Evolução do povo brasileiro*, Oliveira Vianna elabora uma introdução, dividida em duas justificativas que explicam a importância da obra: “O moderno conceito de evolução social” e a “Utilidade dos estudos brasileiros”. Para estruturar o assunto tratado no livro, Oliveira Vianna dividiu seu estudo em três partes: “Evolução da sociedade”, “Evolução da raça” e “Evolução das instituições políticas”. Além dessa estrutura, encontramos diversas gravuras de Johann M. Rugendas, fotografias captando as produções agrícolas das diversas regiões pesquisadas no Censo, bem como mapas do território brasileiro entre os séculos XVI e XX.

A segunda edição da *Evolução do povo brasileiro* somente viria a público dez anos depois, em 1933, pela Companhia Editora Nacional para a “Biblioteca Pedagógica Brasileira”, que compõe a Coleção Brasiliana, Série 5.^a, volume X. Essa coleção foi criada e dirigida por Fernando de Azevedo entre 1931 e 1946, sendo a série dedicada a publicar obras de escritores consagrados na busca de explicar a sociedade brasileira em textos ensaísticos de cunho histórico e sociológico. Sendo Oliveira Vianna um intelectual que tinha muita autoridade nas décadas de 1930, diversas outras obras suas foram publicadas por essa Coleção: *Raça e assimilação* (1932), *Idealismo da Constituição* (1939), *Pequenos estudos de psicologia social* (1942) e *Populações meridionais do Brasil* (1933/1938). A terceira edição da *Evolução do povo brasileiro* foi publicada pela mesma Coleção, em 1938.

A quarta edição (póstuma) da *Evolução do povo brasileiro* veio a público pela Livraria José Olympio Editora em 1956, quase vinte anos depois de lançada a terceira edição. A quarta edição fez parte do projeto da Livraria José Olympio Editora de publicar não apenas as obras já editadas de Oliveira Vianna, como também as inéditas, tudo ainda na década de 1950. A edição especial do jornal *Letras Fluminense* em razão do falecimento de Oliveira Vianna, em 1951, nos traz informações importantes sobre a relação entre o intelectual e a editora. Nesse jornal, o editor José Olympio afirma que Oliveira Vianna “alguns meses antes de falecer fez [...] um contrato, no qual ficou expressa a sua vontade de sermos nós os preservadores de sua obra literária e científica” (*LETRAS FLUMINENSES*, 1951, mar.-jun., ano 2, n. 6, p. 4).

Uma questão interessante na relação entre Oliveira Vianna e essa editora está no fato de não ter havido mais publicações do livro *Evolução do povo brasileiro*, após a edição de 1956, e, como muitas outras obras desse intelectual – utilizando a expressão de Alberto Venâncio Filho –, essa também foi lançada ao “anonimato” por causa da “maldição do título”. Quando se

recorre a um retrospecto das publicações de Oliveira Vianna após os anos de 1970, percebe-se que apenas os livros *O ocaso do Império*, *Instituições políticas brasileiras* e *Populações meridionais do Brasil* foram obras editadas ainda em vida e que tiveram reedições após esse período.

Outra explicação pelo desinteresse pelas reedições das obras de Oliveira Vianna após os anos 1950 pode ser suscitada pela aproximação do autor com o regime ditatorial do Estado Novo. É comum pensar que essa associação consolidou o rótulo de “autor maldito” e, por isso, Vianna tenha sido relegado ao ostracismo por boa parte da intelectualidade nacional. Uma terceira explicação para o desinteresse pelas publicações da produção literária de Oliveira Vianna está no fato de que as Universidades, a partir da década de 1950, desprivilegiaram a produção sociológica e histórica marcada pelo viés ensaístico. Revela-se, assim, que, da mesma forma como ocorre o grande interesse nas publicações de suas obras até a década de 1950, há um crescente desinteresse pela publicação de seus livros nas décadas seguintes.

A obra *Evolução do povo brasileiro* e o intercâmbio latino-americano

O jornal *Gazeta de Notícias* de 23 de dezembro de 1937, editado na cidade do Rio de Janeiro, informa que o livro *Evolução do povo brasileiro*, de Oliveira Vianna, foi traduzido para o espanhol por Júlio E. Payro. Essa obra, juntamente com outras publicações de autores brasileiros, irá compor a coleção “Biblioteca de Autores Brasileños”, organizada em 1937 pela Junta de História e Numismática Americana sediada em Buenos Aires. Essa coleção ficou sob direção do Ministro de Estado argentino Miguel Â. Carcano², filho do embaixador Ramón J. Carcano³. O *Gazeta de Notícias* exalta a criação da “Biblioteca de Autores Brasileños” como mais um resultado “da intensa obra de intercâmbio cultural que vem sendo desenvolvida entre os dois países” (Arquivo pessoal Oliveira Vianna ABL, Pasta 356-B-41).

Antes mesmo de se tornarem sócios correspondentes da ABL, as duas personalidades argentinas citadas anteriormente haviam sido homenageadas diversas vezes em sessões públicas na Casa de Machado de Assis, principalmente por suas ações no fortalecimento das relações entre os escritores das duas nações.

No que concerne ao intercâmbio cultural entre Brasil e Argentina, Getúlio Vargas – no cargo de Chefe do Governo Provisório – procurou diversas vezes estabelecer a aproximação entre os dois países. Entre essas tentativas, podemos citar o Decreto n. 24.394, de 13 de junho de 1934.

² Miguel Ângelo Carcano tornou-se sócio correspondente da ABL em 1959 para a 5.^a posição da cadeira de n. 15.

³ Ramón J. Carcano tornou-se sócio correspondente da ABL em 1938 para a 3.^a posição da cadeira de n. 19.

Esse decreto, homologado em razão da visita do Presidente da Argentina – o então General Augustin P. Justo – ao Brasil, ratificava o intercâmbio cultural entre os dois países. Logo no Art. 1.º conhecemos o objetivo desse acordo:

As instituições ou associações científicas culturais literárias e artísticas do Brasil e da Argentina procurarão fomentar por todos os meios o intercâmbio intelectual entre brasileiros e argentinos, propiciando as viagens de seus membros e de professores das Universidades e estabelecimentos de ensino superior de um país ao outro, a fim de professarem cursos de suas especialidades ou dizerem conferências a respeito de coisas brasileiras e argentinas (BRASIL, 1934).

Além do convênio oficial que firmava a viagem de intelectuais e professores às universidades dos dois países, vemos que as tentativas de aproximação estabelecidas pela ABL extrapolavam aquelas encabeçadas pelas esferas governamentais. Nas atas e resumos das sessões da ABL, encontramos diversas notícias de viagem de acadêmicos da Casa de Machado de Assis ao país vizinho, assim como a recepção de intelectuais argentinos nos salões do Petit Trianon. Além das visitas que pretendiam cumprir o decreto presidencial, a criação da “Coleção de Autores Brasileños” pelo governo argentino foi uma tentativa prática de consolidação desse intercâmbio, até porque seus idealizadores – um ministro de Estado e um embaixador – estavam intrinsecamente ligados ao governo daquele país.

A coleção argentina teve como primeiro volume o livro *História da Civilização Brasileira*, de Pedro Calmon. Após a tradução das obras de Pedro Calmon e Oliveira Vianna, Afrânio Peixoto – presidente da ABL em 1937 –, em sessão acadêmica, nos informa que as próximas traduções seriam *El Emperador D. Pedro II*, de Afonso Celso, e *Los Sertones*, de Euclides da Cunha, ambas para 1938. Além das traduções anunciadas, também foram publicadas pela referida coleção as seguintes obras: *Conferencias y discursos*, de Rui Barbosa, em 1939; *Mis memorias de los otros*, de Rodrigo Octávio, em 1940; *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, em 1942; *Pequeña historia de la literatura brasileña*, de Ronald de Carvalho, em 1943; *San Pablo en siglo XVI*, de Afonso de Taunay, em 1947; e *La vida en la selva*, de Candido de Melo Leitão, em 1949.

É possível perceber que os únicos autores não acadêmicos traduzidos são Gilberto Freyre, Ronald de Carvalho e Candido de Melo Leitão. A tradução do primeiro autor justificava-se por ser uma obra clássica de um dos principais referenciais da sociologia brasileira da década de 1930. O segundo autor teve sua obra inserida na coleção por ser um grande crítico literário e vencedor de diversos prêmios concedidos pela ABL. O terceiro autor não acadêmico com obra traduzida para a coleção argentina é considerado o pai dos estudos sobre aracnologia na

América do Sul, um dos maiores estudiosos da biogeografia no Brasil e Presidente da Academia Brasileira de ciências entre 1943 e 1945.

Com essa lista de traduções, fica claro o perfil dos autores com obras publicadas por essa coleção: membros da ABL ou autores de grande aceitação entre a intelectualidade brasileira. A tradução da obra de Oliveira Vianna cumpria essas duas condições, visto que foi eleito para a cadeira de n. 8 da ABL em 1937 e era um dos mais renomados escritores brasileiros no campo da sociologia.

Em retribuição à iniciativa argentina, criou-se no Brasil, em 1938, a “Coleção Brasileira de Autores Argentinos”, organizada e dirigida pelo Serviço de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores, sob supervisão do Ministro Osvaldo Aranha e de Pedro Calmon. Nesse mesmo ano, Miguel Osório de Almeida – Presidente da ABL em 1938 – ofereceu à Academia os dois primeiros volumes da coleção brasileira dedicada a autores argentinos: *Síntese da História da Civilização Argentina* (1938), de Ricardo Levene, e *De Caseros ao XI de Setembro* (1939), de Ramón J. Cárcano (eleito membro da Academia Argentina de Letras em 1938). Outras obras de autores argentinos também pertenceram a essa coleção, entre elas: *Orações selectas* (1940), de Bartolomé Mitre (eleito sócio correspondente da ABL em 1898); *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina* (1941), de Juan Batista Albert; *Vidas argentinas* (1942), de Octávio R. Amadeo; *O santo da espada (San Martir)* (1948), de Ricardo Rojas (eleito sócio correspondente da ABL em 1943); *Mitre: uma década de sua vida política* (1950), de Rodolfo Rivarola (eleito sócio correspondente da ABL em 1935); e *Recordação da província* (1952), de Domingo Faustino Sarmiento.

A maioria das obras dos escritores argentinos que compõem a “Coleção Brasileira de Autores Argentinos” foi traduzida por J. Paulo de Medeiros e prefaciadas por Pedro Calmon, Álvaro Lins, Osvaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco e Octávio Tarquínio de Souza. No caso das obras de autores brasileiros pertencentes à “Biblioteca de Autores Brasileños”, a maior parte foi traduzida por Julio E. Payró e prefaciada por Emilio Ravignani, Ricardo Levene, Rômulo Zabala, Max Fleiuss, Mariano de Vedia, Ricardo Sáez-Hayes (eleito membro da Academia Argentina de Letras em 1948 e membro-correspondente da ABL em 1962), Octávio R. Amadeo e Rodolfo Rivarola.

Os índices de publicações dessas duas coleções nos relevam que elas eram formadas por um grupo bastante fechado, uma “sociedade de indivíduos” composta por membros das

Academias de Letras, Ciência e História, sócios correspondentes de ambas instituições, professores universitários, políticos e diplomatas dos dois países.

Segundo Gustavo Sorá (2002), a “Biblioteca de Autores Brasileños” foi um projeto oficial do Ministério da Justiça e Instrução Pública coordenado por uma Comissão Revisora de Textos de História e Geografia da América sediada em Buenos Aires. O autor constata que sua homóloga no Brasil seria a “Coleção Brasileira”. Sendo assim, as duas coleções compõem um conjunto de medidas oficiais que reuniram ensaios dedicados às interpretações das realidades nacionais. Não discordamos que essas tentativas tenham sido frutos de medidas oficiais, mas não estamos de acordo com a opinião de que a “Coleção Brasileira” era homóloga à coleção argentina, uma vez que a coleção dirigida por Fernando de Azevedo publicava preferencialmente autores brasileiros. Como homóloga no Brasil, apontamos a “Coleção Brasileira de Autores Argentinos”, ou seja, essa coleção e a “Biblioteca de Autores Brasileños” tornavam-se uma via de mão dupla entre escritores dos dois países.

Além da via de mão dupla estabelecida entre as duas coleções, as atas e anais da ABL revelam diversas homenagens às personalidades argentinas, ofertas de exemplares de obras e revistas literárias produzidas no país vizinho, pinturas e elogios às ações desenvolvidas por suas Academias de Letras e de História. Todas essas atitudes objetivavam reforçar o intercâmbio cultural entre os países latino-americanos, ou melhor, essas práticas se assentavam na tentativa de estreitar as distâncias culturais entre o Brasil e a Argentina. De modo geral, tais ações buscavam consolidar uma “sociedade de indivíduos”, basicamente uma sociedade de escritores ligados a espaços institucionalizados de produção literária.

Paralelamente às homenagens, as eleições de personalidades argentinas como sócios correspondentes – nove argentinos foram eleitos entre 1898 e 1959 – e as conferências sobre a literatura pan-americana reunidas no volume *Panorama da literatura estrangeira contemporânea* (1943) completavam essas ações de aproximação. Além disso, diversos textos – entre 1937 e 1947 –, tratando da aproximação entre Brasil e Argentina, são publicados nos anais acadêmicos da ABL, conforme descreve o quadro abaixo:

Quadro 1 – Quadro elaborado com base nos índices dos anais acadêmicos entre os anos 1937 e 1947.

ACADÊMICOS	TEXTOS	ANO
Afonso de Taunay, Rodrigo Octávio, Athaulfo de Paiva e Hélio Lobo	Homenagem à República Argentina e ao embaixador D. Ramon J. Carcano	1937
D. Ramon L. Carcano	Homenagem à República Argentina e ao embaixador D. Ramón J. Carcano	1937
Hélio Lobo	A cooperação intelectual na conferência da Paz de Buenos Aires	1937

Hélio Lobo e Cláudio de Souza	Homenagem ao embaixador José Maria Cantilo	1938
Celso Vieira	Brasil-Argentina	1940
Henrique Larreta	Homenagem ao Sr. Enrique Larreta	1941
João Neves da Fontoura e Leví Carneiro	Homenagem ao Sr. Enrique Larreta	1941
Leví Carneiro e Pedro Calmon	Rodolfo Rivarola	1942
Enrique Ruiz Guiñazú	Homenagem aos delegados da terceira reunião de consulta dos chanceleres americanos	1942
José Carlos de Macedo Soares	Na Academia Argentina de Letras	1943
Bernardo A. Houssay	El hombre de ciencia	1943
José Carlos de Macedo Soares	O movimento político-militar na Argentina	1945
Henrique Larreta	Hermano sol, hermana flor, hermana agua	1947

No intercâmbio estabelecido nos salões do Petit Trianon, entre 1937 e 1947, apenas as conferências de José Carlos de Macedo Soares e de Hélio Lobo destacam exclusivamente a atividade intelectual daquele país. As homenagens a José Maria Cantilo não estão voltadas para sua condição de sócio correspondente, e sim para sua posição política, ou seja, a de embaixador. O quadro aponta também as conferências de D. Ramon L. Carcano e Henrique Larreta agradecendo as homenagens prestadas a eles; Larreta também envia um texto na forma de conto. Já Bernardo A. Houssay e Enrique Ruiz Guiñazú – os únicos que não são sócios correspondentes (o primeiro era um grande cientista e vencedor do Prêmio Nobel de Medicina em 1947 e o segundo, famoso político e diplomata) – enviam, respectivamente, uma crônica e um discurso em homenagem aos chanceleres americanos. Por fim, um segundo discurso de José Carlos de Macedo Soares, proferido em 1945, aborda estritamente a situação política do país vizinho e não questões literárias.

Esses exemplos permitem constatar que, na medida do possível, os acadêmicos tentavam não trazer questões políticas para o seio da ABL. Vemos que o silêncio a respeito dessas questões não era possível, haja vista que encontramos homenagens ao indivíduo na condição de embaixador e comentários referentes ao “movimento político-militar na Argentina”, denominado pela historiografia como “Revolução de 43”. Esses indícios reforçam a opinião de Alessandra El Far (2000) e de João Paulo Rodrigues (2001) de que as fronteiras entre o campo político e o campo literário nem sempre encontram-se bem definidas nos salões da ABL, apesar da defesa da neutralidade em assuntos de cunho político demarcada desde o discurso fundador de Machado de Assis em 1897.

A interação de Oliveira Vianna com os grupos da ABL

Após descrevermos a história particular do livro *Evolução do povo brasileiro*, as problemáticas que giravam em torno da criação das duas coleções e o intercâmbio cultural estabelecido nos salões do Petit Trianon, vejamos, agora, como Oliveira Vianna interagia com

esses grupos. Primeiramente, veremos as dinâmicas entre o intelectual saquaremense e a ABL e, posteriormente, vínculos com intelectuais argentinos.

Na Biblioteca Lúcio de Mendonça, encontramos diversas obras de Oliveira Vianna com dedicatória para a ABL, entre elas a edição em espanhol de *Evolução do povo brasileiro*. A prática de oferecer obras com dedicatória para a Academia é um *habitus* comum entre os membros da ABL e, como podemos ver, Oliveira Vianna participava dessa prática. Poderíamos achar que parte dessas obras dedicadas para a Biblioteca Lúcio de Mendonça seria para cumprir o requisito do Regimento Interno, que exige a apresentação de produção literária; no entanto, vemos que, mesmo após sua eleição, Oliveira Vianna ainda oferecia seus livros com dedicatórias para a Instituição. Até mesmo após seu falecimento, em 1951, seus familiares continuam ofertando obras póstumas para a Biblioteca Lúcio de Mendonça.

O intelectual saquaremense mantém a atitude definida por Giselle M. Venancio (2015) como “presentes de papel”. Essa autora demonstra que, por meio dessas dedicatórias, Oliveira Vianna mantinha uma rede de sociabilidade. Consideramos que a oferta de seus textos para a Academia revela o interesse do autor e de seus familiares em obter reconhecimento e reforçar a memória desse intelectual entre os membros da ABL. Frente a essa prática, concluímos que Oliveira Vianna não era avesso à Academia; pelo contrário: a oferta de exemplares com dedicatórias em seus livros demonstra o reconhecimento e a solidariedade para com essa instituição.

Tratando mais diretamente sobre o livro de Oliveira Vianna traduzido para o espanhol, Rodolfo Rivarola⁴, no prefácio dessa edição, nos dá uma pequena impressão da recepção desse intelectual entre os argentinos. No referido prefácio, escrito em junho de 1937, Rodolfo Rivarola explica por que essa obra de Oliveira Vianna mereceu entrar para a coleção argentina. Mesmo considerando que tenha sido escrita em pouco tempo e com um objetivo bastante prático – para a edição oficial do Censo de 1920 –, o escritor argentino afirma que essa obra tem o mérito devido a seu “*labor científico, a su dedicación especial en penetrar en lo más recondito de la vida de su pueblo*” (RIVAROLA, 1937, p. 9). Para reforçar sua análise científica sobre esse livro, o prefaciante lembra o conjunto da obra do intelectual brasileiro, assim como as novas publicações anunciadas em 1933.

⁴ Rodolfo Rivarola era constantemente lembrado nas sessões realizadas no Petit Trianon, principalmente em razão de seu aniversário de 80 anos, em dezembro de 1937. Esse escritor argentino havia sido eleito em 1934 como 3.º ocupante da cadeira de n. 15 de sócio correspondente e, em 1935, tornou-se presidente do Instituto Cultural Brasil-Argentina em Buenos Aires. Como forma de reforçar intercâmbios entre os dois países, a congênera desse Instituto no Brasil tinha sua sede no Rio de Janeiro sob presidência de Rodrigo Octávio, também membro da ABL.

Ao refletir filosoficamente sobre o termo “*evolución*” empregado pelo intelectual brasileiro, o prefaciante rebate as teorias evolucionista de Herbert Spencer, visto que o conceito de “*evolución*” empregado no livro de Oliveira Vianna não é “*teoria, ni conjectura*”, mas derivado da “*tierra*” e do “*hombre que la habita*” (RIVAROLA, 1937, p. 12). Seguindo essa premissa, Rodolfo Rivarola chega à conclusão de que a formação da sociedade brasileira ainda não se encerrara, pois a “*heterogeneidad inicial*” vai em direção a “*fusión de razas*”, a qual terá como consequência a “*evolución de las instituciones políticas*” (RIVAROLA, 1937, p. 12/14).

Ao lado da concepção de “*evolución*” adotada por Oliveira Vianna, para Rodolfo Rivarola a interpretação do intelectual brasileiro sobre o papel do Império na organização da sociedade brasileira é o segundo mérito dessa obra. A interpretação vianniana é tida, pelo historiador argentino, como pano de fundo para pensar a realidade de seu país e as diferenças entre as duas nações. Para o escritor argentino, o modelo proposto por Oliveira Vianna possibilita entender a fragmentação da “*unidad colonial*” espanhola e, acima de tudo, a estruturação da “*unidad nacional*” argentina em contraposição à realidade brasileira.

Em diversas oportunidades, Oliveira Vianna agradece publicamente pelo reconhecimento dado a ele pelos intelectuais argentinos. Na tradução de *Evolução do povo brasileiro* para o espanhol, podemos ler uma carta de Oliveira Vianna datada de 27 de julho de 1937 agradecendo ao historiador Ricardo Levene pela iniciativa de publicar sua obra e a de seu “*colega y amigo Pedro Calmon*”. Outro exemplo pode ser dado ao lermos a ata da sessão de 14 de novembro de 1942, realizada nos salões do Petit Trianon. Nessa ocasião, Oliveira Vianna fala em homenagem à memória do sócio correspondente Rodolfo Rivarola, falecido em 10 de novembro de 1942. Nessa homenagem, o intelectual lembra do momento em que o conheceu para agradecê-lo pelas “*palavras de tão alta generosidade com que prefaciou a edição em espanhol da *Evolução do povo brasileiro**” (ABL, 1942, v. 64, p. 334). Esses dois intelectuais argentinos estavam diretamente envolvidos na elaboração da “*Biblioteca de Autores Brasileños*” patrocinada pelo governo argentino e, principalmente, na publicação da obra de Oliveira Vianna: Levene como diretor da coleção e Rivarola como prefaciador desse volume. Por esse motivo, o intelectual saquaremense faz questão de deixar público o seu agradecimento.

Ao homenagear Monteiro Lobato por ocasião de seu falecimento em 1948, Oliveira Vianna lembra que foi o editor paulista que o aproximou de José Ingenieros. Esse escritor argentino tinha grande prestígio entre a intelectualidade sul-americana nas primeiras décadas do século XX, principalmente pelos estudos sociológicos que destacavam a identidade latino-americana. O jornal *Letras Fluminense* dedicado à Oliveira Vianna nos dá uma pista sobre essa

aproximação, ainda que Vianna não o tenha conhecido pessoalmente em virtude do falecimento precoce do intelectual argentino em 1925. Ao reproduzir uma carta de José Ingenieros para Monteiro Lobato, esse jornal torna público o reconhecimento de Oliveira Vianna por parte de um escritor argentino. Nessa missiva, José Ingenieros comenta sobre o método, as ideias e a erudição de Oliveira Vianna, reconhecendo que *Populações meridionais do Brasil* é uma “*de las obras más notables em su género que hasta ahora se há escrito em Sud américa*”, pois “*se trata de um verdadeiro monumento que honra a la cultura de todo el continente*” (LETRAS FLUMINENSES, 1951, mar.-jun., ano 2, n. 6, p. 11). Para Oliveira Vianna, a importância desse reconhecimento por parte do intelectual argentino se comprova pela inserção de fragmentos dessa carta como epígrafe na terceira edição de *Populações meridionais do Brasil*, publicada em 1933.

Além das homenagens póstumas proferidas por Oliveira Vianna em memória de intelectuais argentinos e da inserção de fragmentos de cartas de escritores daquele país em suas obras, o Arquivo Múcio Leão da ABL preservou um recorte do *Jornal do Comércio*, de 20 de setembro de 1942, que reproduz uma carta do ex-embaixador argentino Octávio Amadeo – outra personalidade que teve sua obra inserida na “Coleção Brasileira de Autores Argentinos” – endereçada a Oliveira Vianna. Nessa correspondência, o ex-embaixador se solidariza com a agressão sofrida pelo Brasil por submarinos nazistas. Em resposta, Oliveira Vianna dirige-se ao político argentino como “amigo” que representa “os sentimentos da elite argentina” (Arquivo pessoal Oliveira Vianna ABL, Pasta 350-O-3). Nessa missiva, Oliveira Vianna tenta convencer o ex-embaixador argentino de que seu país também está no mesmo caminho e espera que cerre fileira ao lado do Brasil para defender a “soberania de cada nação americana” (Arquivo pessoal Oliveira Vianna ABL, Pasta 350-O-3). Ao finalizar a resposta a Octávio Amadeo, o intelectual brasileiro agradece a solidariedade, colocando-se como “brasileiro e americano”, expressão que demonstra o espírito americanizador de Oliveira Vianna frente à ameaça nazista (Arquivo pessoal Oliveira Vianna ABL, Pasta 350-O-3).

A leitura da tradução de *Evolução do povo brasileiro* para o espanhol encontrada na coleção Oliveira Vianna da Biblioteca Lúcio de Mendonça, as tentativas de intercâmbio cultural entre Brasil e Argentina, as missivas entre Oliveira Vianna e escritores argentinos e a inserção de fragmentos dessas cartas em suas obras nos revelam a rede de relações estabelecida entre o intelectual saquaremense, a ABL e escritores latino-americanos. Esse é apenas um exemplo da riqueza de se trabalharem as coleções de obras de intelectuais em bibliotecas institucionais; elas servem como pontos de partida para rastrear as interações entre os escritores, além de poderem

oferecer caminhos para rastrear as formas como se organizam determinada “sociedade de indivíduos”.

Considerações finais

Além de traçar as aproximações entre Oliveira Vianna e os *ritus* dos acadêmicos no interior da ABL – os quais foram demonstrados pela oferta de obras com dedicatórias para a Biblioteca Lúcio de Mendonça e as homenagens em sessões públicas –, neste artigo também acompanhamos a reedição de seus livros. A partir da análise dessas reedições, percebemos a mudança nos prefácios e, acima de tudo, as formas como essas obras foram apresentadas ao leitor. A comparação entre elementos externos dos livros reeditados também ofereceu caminhos para se perceber a construção do livro como suporte cultural, seja na escolha da capa, seja na inclusão e exclusão da lista de filiação do autor ou no acréscimo de diferentes prefácios que tentam justificar a validade da obra em tempos diferentes.

Além de discutir a trajetória desse intelectual com base na reedição de suas obras, este artigo também procurou demonstrar que, em um período em que era considerado expoente no campo da sociologia brasileira, Oliveira Vianna teve sua obra traduzida para uma coleção que buscava o intercâmbio entre escritores brasileiros e argentinos. As notícias na imprensa sobre a tradução de *Evolução do povo brasileiro* para o espanhol, a menção dessa publicação em sessões acadêmicas na ABL e a leitura do prefácio da versão em espanhol dessa obra levantaram pontos importantes sobre a “sociedade de escritores” articulados nesse projeto. Por um lado, demonstra o intercâmbio cultural estabelecido entre escritores ligados à ABL e escritores argentinos por meio da “Biblioteca de Autores Brasileños” e a “Coleção Brasileira de Autores Argentinos”. Por outro, apresenta o reconhecimento de Oliveira Vianna entre os membros da ABL, visto que, mesmo antes de tomar posse, uma de suas obras foi indicada pelo acadêmico Pedro Calmon para compor a referida coleção publicada na Argentina.

Vimos também que esses pontos se intercambiam para reforçar o reconhecimento da cientificidade da obra vianniana, não apenas no Brasil e entre os acadêmicos da ABL, mas entre escritores argentinos. O fato de Oliveira Vianna enviar um exemplar dessa tradução com dedicatória para a Biblioteca da ABL – antes mesmo de tomar posse na Academia –, além de seguir o *habitus* acadêmico também é uma forma de agradecer a indicação de sua obra para a coleção argentina e, ao mesmo tempo, demonstrar seu respeito à Instituição. A oferta da produção literária desse intelectual para a biblioteca da Academia também contribui com outra questão importante: a tese de que Oliveira Vianna compartilhou das formalidades inerentes aos

membros da Casa de Machado de Assis, fazendo-se, assim, pertencente a essa “sociedade de indivíduos”.

Avaliamos, também, que o intercâmbio entre Oliveira Vianna e a intelectualidade argentina não se deu apenas pela tradução dessa obra. Tal aproximação deu-se por outros caminhos, entre os quais, cartas e homenagens póstumas dirigidas a intelectuais argentinos, os quais se tornavam públicos por meio das sessões acadêmicas realizadas na Casa de Machado de Assis. A inserção de fragmentos de cartas nas obras e o agradecimento por meio de missivas demonstram que esse sujeito não se via isolado de outros intelectuais quando da elaboração de suas produções literárias. Ao contrário: esse intelectual sentia-se inserido em uma “sociedade de indivíduos”; em outras palavras, a pessoa singular se via em face da coletividade e se reconhecia nela.

Nessa “sociedade de indivíduos” formada em torno da ABL – na qual Oliveira Vianna foi exemplo para traçar o intercâmbio cultural entre escritores brasileiros e argentinos –, é possível perceber que a inter-relação entre esse grupo deu-se na elaboração de dois conjuntos literários: “Coleção de autores brasileños” e a “Biblioteca Brasileira de Autores Argentinos”. O modelo seguido pelos dois grupos era a produção de obras literárias de cunho histórico e sociológico, mas isso não quer dizer que também não encontremos traduções de textos poéticos e de discursos políticos. De qualquer modo, a maior parte dos textos pertencentes a essas coleções tinha o caráter de tornar inteligível o processo histórico da formação de cada nação.

Assim, a discussão deste artigo pretende contribuir para o entendimento da utilidade de nos apropriarmos de coleções literárias para o mapeamento do campo intelectual e da “sociedade de indivíduos” que interagem em determinado contexto; em nosso caso, procurar, por meio do estudo dessas coleções, demonstrar como se estabeleceu a tentativa de intercâmbio cultural entre escritores brasileiros e argentinos nas décadas de 1930 e 1940.

Referências

- ABL. Panorama da Literatura Estrangeira Contemporânea. Rio de Janeiro: Debeschi, 1943.
- ABL. Revista da Academia Brasileira de Letras. v. 54. Rio de Janeiro: Debeschi, 1937.
- BRASIL, Decreto n. 24.394, de 13 de junho de 1934. Promulga o Convênio de Intercâmbio intelectual entre o Brasil e a argentina. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24394-13-junho-1934-558093-publicacaooriginal-78991-pe.html>>Acessado em: 25/06/2017
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2007. 501 p.
- EL FAR, Alessandra. A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 156 p.
- ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 201 p.

- SORÁ, Gustavo. *Livros de autores brasileiros na Argentina: uma força de alteridade negada*. In. MARTINS, Maria Helena (org.) *Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina*. São Paulo: Ateliê Editora, 2002. p. 170-209
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras – Literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. 251 p.
- TORRES, Vasconcelos. *Oliveira Vianna: sua vida e sua obra nos estudos brasileiros de sociologia*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1956. 188 p.
- VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 295 p.
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobado CO, 1923. 269 p.

Sensibilidades internacionais: decadência e ruína na cultura intelectual brasileira na Primeira República

Thiago Lenine Titxio Tolentino
Universidade Federal de Sergipe – Brasil
Bolsista PNPd-CAPES
thiago_lenine@yahoo.com.br

Resumo

Neste artigo irei abordar algumas temáticas e questões desenvolvidas na minha tese de doutorado “Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)”. Especialmente, trataremos da circulação de uma série de produções intelectuais que manifestavam uma mudança radical de visão acerca dos rumos da história do ocidente e suas adjacências. O conceito de cultura intelectual relaciona-se diretamente com a história das sensibilidades e procura, dessa forma, produzir uma compreensão histórica que tente precisar os modos de ser e estar dos homens do passado, acionando uma série de produções simbólicas que nos auxilia na recomposição de tais vivências. O tema da decadência e da ruína compõe a cultura intelectual brasileira, especialmente a partir da década de 1920, dando a dimensão sensível dos acontecimentos da Grande Guerra. Percebe-se que toda uma série de visões de mundo consagradas no século XIX em torno do racionalismo, republicanismo, liberalismo, democracia e, principalmente, o progresso, passa a ser questionada a partir de diferentes perspectivas, produções e agentes. Tal virada terá repercussões culturais, políticas e sociais as mais variadas, destacando-se, no interior da cultura intelectual brasileira, articulada com movimentos culturais internacionais, o abandono da crença nos valores liberais, a aceitação da revolução como horizonte não só possível, mas necessário, a valoração da ação em detrimento das disposições moderadas e reflexivas.

Palavras-Chaves: Cultura Intelectual; Decadência; História das sensibilidades; História do Brasil.

Nesta comunicação tentarei traçar alguns aspectos gerais que passam a compor a cultura intelectual brasileira durante as primeiras décadas dos séculos XX e, notadamente, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. O conceito de “cultura intelectual” foi desenvolvido por nós especialmente para dar conta de uma série de temas, questões, processos e histórias que marca a formação das sensibilidades coletivas no mundo ocidental e suas adjacências a partir de finais do século XIX. Tal periodicidade irá variar de acordo com a realidade histórica que se tiver em mente. De fato, ao observarmos alguns processos de autonomização das instituições de saber, das produções artísticas e das profissões liberais nos países ditos “centrais”, verificamos que a noção de cultura intelectual torna-se mais frágil, ao passo que nas realidades periféricas e, especialmente na América do Sul, com precariedade de tais processos de autonomização, tal “cultura intelectual” torna-se um fato patente. E isso se deve ao fato de a “cultura intelectual” ser, essencialmente, uma cultura do periodismo, da mídia de massa e dos veículos impressos de grande circulação. Estes, na realidade brasileira, acabam por concentrar, durante toda primeira metade do século XX, grande parte da produção “intelectual”, incluindo-se aí desde as obras de pensadores, sociólogos, historiadores, cientistas, médicos e políticos até as produções literárias,

publicitárias, artísticas, humorísticas, estilísticas (moda) etc. Conforme dizia Oswald de Andrade em seu *Manifesto Páio-Brasil* publicado no periódico *Correio da Manhã* em 18 de março de 1924: “No jornal anda todo o presente”.

Tal sentença do modernista paulista é sintomática de um processo moderno na conformação das identidades sociais. Walter Benjamin destaca tal transição ao caracterizar o abandono de um suposto narrador tradicional em função do advento do relato jornalístico:

O jornal é um dos muitos indícios desta diminuição [da vida interior ter exterioridade]. Se a imprensa se propusesse agir de tal forma que o leitor pudesse apropriar-se das informações como parte de sua experiência, não alcançaria, de forma alguma, seu objetivo. Mas seu objetivo é outro, e o alcança. Seu propósito consiste em excluir, rigorosamente, os acontecimentos do âmbito no qual poderiam atuar sobre a experiência do leitor. Os princípios da informação jornalística (novidade, brevidade, inteligibilidade e sobretudo ausência de qualquer conexão entre notícias isoladas) contribuem para este efeito, tanto como a paginação e o estilo linguístico (Karl Krauss demonstrou infatigavelmente como, e até que ponto, o estilo linguístico dos jornais paralisa a imaginação dos leitores). A rígida exclusão da informação, no que diz respeito ao campo da experiência, depende, deste modo, do fato de que a informação não entra na “tradição”. Os jornais aparecem em grande tiragem. Já nenhum leitor tem facilmente “algo de si” para contar ao próximo. Existe uma espécie de competência histórica entre as diversas formas de comunicação. Na substituição do antigo relato pela informação e da informação pela “sensação”, reflete-se a atrofia progressiva da experiência. Todas estas formas se separam, por sua vez, da narração, que é uma das formas mais antigas de comunicação. A narração não visa, como a informação, comunicar o puro em si do acontecido, mas o incorpora na vida do relator, para proporcioná-lo, como experiência, aos que escutam. Assim, no narrado fica a marca do narrador, como a impressão da mão do oleiro sobre o pote de argila¹.

Mais recentemente, ao analisar a formação e as modificações da “memória coletiva”, da “organização da experiência pública” e da “memória pública”, Jeffrey A Barrash procurou destacar os meios pelos quais “a mídia de massa seleciona, articula e transmite eventos reportados”. Acerca da profusão de imagens a partir da invenção da fotografia, Barrash destaca que:

[...] o papel da imagem tornou-se como nunca dantes proeminente, e seu papel foi, ao mesmo tempo, reforçado e transformado com a introdução do audiovisual, desde os cinejornais até o noticiário televisivo, programas de entretenimento e a hospedagem [host] de formas digitalizadas de comunicação que conformaram a imagem e a cultura da imagem num papel ainda mais central².

¹ BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 1975, p. 40.

² BARRASH, Jeffrey Andrew. Virtual experience, collective memory, and the configuration of the public sphere through mass media. The example of Ex-Yugoslavia, *Configurações* [Online], 17 |16 <http://configuracoes.revues.org/3280> , p. 17. [tradução nossa.]

Neste sentido, Barrash lembra que “por sua imediaticidade, a abordagem imagética torna muito mais próxima a presença sensível direta na carne dos seus receptores do que a descrição linguística”³.

Em sua transição da história intelectual para a história cultural das sensibilidades, o historiador George Lachman Mosse abordou de forma direta as relações entre mídia de massa e formação das identidades sociais e políticas. Estudando, principalmente, a forma como o Estado utilizou-se da memória da Primeira Guerra Mundial, George Mosse fala em uma “conquista das sensibilidades”⁴ levada a cabo pela política cultural do nacional-socialismo. Historiando, assim, as liturgias políticas, segundo a maneira como elas institucionalizariam os desejos da massa fornecendo-lhe um ponto de reunião para ação coletiva. Para ele, a história intelectual, entendida especialmente como história das ideias, não concederia os meios para se compreender a sedução do fascismo, de modo que:

Se deve haver um lugar na história intelectual para este tipo de história das ideias, chegara o tempo de se ir além do estudo destes grupos de elite e fazer uma verdadeira pesquisa das práticas e sentimentos populares. Na era da cultura de massa, o historiador do intelectual tem necessidades de novas abordagens que levem em conta as noções populares que tiveram um papel essencial na história do homem e da sociedade⁵.

A história das sensibilidades pode ser vista como um ramo da história social e cultural⁶. Daí a afirmação de Pesavento segundo a qual, talvez, “a única forma de *medir* sensibilidades se dê por uma avaliação de sua capacidade mobilizadora”, de forma que “podemos aproximar as sensibilidades do campo do político, onde podem ser *medidas* ações e reações, mobilizações e tomadas de iniciativa”⁷.

A relação entre sensibilidade e mídia de massa conhece, assim, variadas abordagens e, de fato, é um campo privilegiado para se compreender a formação das identidades modernas e contemporâneas, notadamente a partir do desenvolvimento da imprensa, dos impressos e da cultura de massa em variados países. Tal expansão dos impressos, no caso brasileiro, era

³ BARRASH, Jeffrey Andrew. Virtual experience, collective memory, and the configuration of the public sphere through mass media. The example of Ex-Yugoslavia, *Configurações* [Online], 17 |16 <http://configuracoes.revues.org/3280>, p. 17. [tradução nossa.]

⁴ Cf. MOSSE, George L. Souvenir de la guerre dans l'identité culturelle du national-socialisme, *Vingtième siècle*, n° 14, janvier-mars, 1994, p. 51.

⁵ MOSSE, Gorge. Apud. RAPHAËLLE, Branche. Mosse George L., De la grande guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européennes, *Vingtième Siècle*. Revue d'histoire, Volume 66, Numéro 1, 2000, p. 179. [tradução nossa].

⁶ “A história das sensibilidades constitui, com efeito, uma outra história social com vocação global, que não exclui nenhum tema ou objeto desta história, por mais ínfimo ou efêmero que ele possa parecer”. LANGUE, Frédéric. Histoire des sensibilités et l'Amérique Latine : une autre manière d'écrire l'histoire au Venezuela... et ailleurs, *Caravelle*, n° 86, 2006, p. 13. [tradução nossa].

⁷ PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005, Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229>.

associado pelo jovem Machado de Assis a um processo associado ao advento do progresso da civilização. Considerando, naqueles anos de vida imperial, que a “humanidade era republicana”, ele via o jornal como uma “nova cratera do vulcão” que levaria à regeneração, pois, dentre os “moldes” do pensamento humano, nenhum era “democrático como ele”⁸. O jornal representaria um ponto de chegada da história universal, o fim da busca pelo meio de se perpetuar e propagar uma ideia. A imprensa é associada ao fogo que Prometeu roubara dos deuses para dar aos homens, garantindo a independência destes. Dessa forma,

O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções⁹.

O autor não deixa dúvidas, o que o jornal traria consigo era “o gérmen da revolução”, não só “literária”, mas “econômica” e “social”. O jornal encarnaria um “movimento da humanidade”, abalando as estruturas dessas esferas¹⁰.

Dessa forma, o jovem cronista Machado de Assis via que naquele momento se completava a “emancipação da inteligência” e chegara a hora de se promover àquela dos “povos”. Não haveria mais lugar para o “direito da força” e o “direito da autoridade bastarda consubstanciada nas individualidades dinásticas vai cair. Os reis já não têm púrpura, envolvem-se nas constituições. As constituições são tratados de paz celebrados entre a potência popular e a potência monárquica”. E a grande “glória” do século XIX teria sido exatamente a celebração das constituições, do governo das leis. Na comparação com o livro, Machado decide-se pelo jornal que, na “literatura quotidiana”, conseguiria reproduzir diariamente o “espírito do povo”, refletir fatos e talentos, não de um homem apenas, como o livro, mas “a ideia popular, esta fração da ideia humana”. A comparação é bem clara, assim como os interesses que a norteiam:

O livro não está decerto nestas condições; - há aí alguma coisa de limitado e de estrito se o colocarmos em face do jornal. Depois, o espírito humano tem necessidade de discussão, porque a discussão é – movimento. Ora, o livro não se presta a essa necessidade, como o jornal. A discussão pela imprensa-jornal anima-se e toma fogo pela presteza e reprodução diária desta locomoção intelectual. A discussão pelo livro esfria pela morosidade, e esfriando decai, porque a discussão vive pelo fogo. O panfleto não vale um artigo de fundo¹¹.

⁸ Artigo publicado originalmente no jornal *Correio Mercantil*, nos dias 10 e 12 de janeiro de 1859. ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 70.

⁹ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 73.

¹⁰ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 73.

¹¹ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 72-74.

Aí se estabelecería uma “tribuna universal” que significaria o “nivelamento das classes sociais”, a “democracia prática pela inteligência”, ou seja, o “progresso”. Seria dessa forma que o jornal estaria a promover uma “lenta revolução no globo”. Machado de Assis utiliza uma linguagem econômica, considerando que “o desenvolvimento do crédito quer o desenvolvimento do jornalismo, porque o jornalismo não é senão um grande banco intelectual, *grande monetização da ideia*, como diz um escritor moderno”¹². A dimensão utópica rege a esperança no novo veículo midiático, o jornal é associado à democracia, ao povo e à humanidade. A redenção futura parece factível,

Desaparecendo as fronteiras sociais, a humanidade realiza o derradeiro passo, para entrar o pórtico da felicidade, essa terra de promessa. O talento sobe à tribuna comum; a indústria eleva-se à altura de instituição; e o titão popular, sacudindo por toda a parte os princípios inveterados das fórmulas governativas, talha com a espada da razão o manto dos dogmas novos. É a luz de uma aurora fecunda que se derrama pelo horizonte¹³.

Em outro artigo, nesse mesmo ano de 1859, Machado de Assis reafirma de forma mais categóricas as expectativas em torno do jornal: falando em uma “reforma pelo jornal”, o jovem escritor considera que a imprensa faria “tremar as aristocracias” e seria incompatível com “esses parasitas da humanidade”. Confiante no poder da discussão, que por si só resultaria na morte de todo o “*status quo*” e “falsos princípios dominantes”, ele retoma argumentos do artigo anterior, mas se fazendo ainda mais claro:

[...] o operário que se retira ao lar, fatigado pelo labor quotidiano, vai lá encontrar ao lado do pão do corpo, aquele pão do espírito, hóstia social da comunhão pública. A propaganda assim é fácil; a discussão do jornal, reproduz-se também naquele espírito rude, com a diferença que vai lá achar o terreno preparado. A alma torturada da individualidade ínfima, recebe, aceita, absorve sem labor, sem obstáculo aquelas impressões, aquela argumentação de princípios, aquela arguição de fatos. Depois uma reflexão, depois um braço que se ergue, um palácio que se invade, um sistema que cai, um princípio que se levanta, uma reforma que se coroa.

Eu o creio de coração. Graças a Deus, se há alguma coisa a esperar é a das inteligências proletárias, das classes ínfimas; das superiores, não¹⁴.

Assim, o autor lembra que a possibilidade de censura figuraria sempre no horizonte e, não por acaso, ele via no “fechamento da imprensa” a base do “primeiro trono da Europa”. No caso do Brasil, apesar de tais ideias e expectativas serem procedentes, Machado de Assis

¹² ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 75.

¹³ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 76-77.

¹⁴ Artigo publicado originalmente no jornal *O Espelho* em 23 de outubro de 1859. ASSIS, Machado de. A reforma pelo jornal. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 81-82.

constatava que àquela época o país não tinha o jornal na altura que tal missão exigia, mantendo-se ainda um “último elo”, de modo que “às vezes leva a exigência até à letra maiúscula de um título de fidalgo”¹⁵.

Os escritos do jovem cronista sintetizam de uma maneira surpreendente aquilo que se chamou, no século XX, de otimismo oitocentista: a fé no progresso da humanidade, segundo a emergência dos governos constitucionais, se não republicanos, ao menos democráticos, associados ao desenvolvimento liberal capitalista que garantiria a emancipação política e econômica dos povos, num horizonte revolucionário cujo fim estaria, de antemão, afiançado pela Razão. Neste processo, ao jornal caberia um papel fundamental e determinante de promoção da opinião pública, mantendo uma relação crítica com o presente, como acreditava Machado de Assis, a “preparar a humanidade para saudar o sol que vai nascer, - eis a obra das civilizações modernas”¹⁶.

Conforme aponta Gilberto Dupas, pelo menos desde meados do século XIX, “até um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, o mundo produziu uma vasta literatura em ciência social em que o *progresso* era sempre suposto como axioma”¹⁷. O mesmo autor afirma que:

[...] no século XVIII a ciência prometia progresso intelectual e moral para todos; era a chegada do espírito das luzes. No século seguinte o progresso técnico prometeu amenizar as condições do proletariado a fim de atenuar sua prática revolucionária. Foi depois das grandes invenções do século XIX que ciência e técnica entraram numa relação de dependência recíproca num duplo processo de *feedback*. Essa “tecnificação” da ciência foi acompanhada de uma “cientificação” de todo o saber, perdendo ela essa dupla dimensão pedagógica e cultural que define o de *Bildung* (construção), deixando de fazer sentido as convicções do idealismo alemão quanto às virtudes formadoras da ciência¹⁸.

Fazer da ciência, da racionalidade e da técnica os princípios para o progresso universal foi um processo cultural, social e político do Ocidente e suas adjacências e, no caso brasileiro, tais princípios fizeram-se valer na inscrição positivista da bandeira republicana: ordem e progresso.

O século XIX, porém, conheceu pensadores de vulto que desconfiavam de tal filosofia da história do progresso humano, como o velho Machado de Assis, Friedrich Nietzsche, Alexis de Tocqueville, Jacob Buckhardt e Arthur Schopenhauer, de modo que alguns deles viam o mundo moderno como um processo de decadência, especialmente quando comparado ao Renascimento e à Antiguidade. Parece ser com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, porém,

¹⁵ ASSIS, Machado de. A reforma pelo jornal. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 83.

¹⁶ ASSIS, Machado de. O jornal e o livro. In: AZEVEDO, Sílvia Maria; CALLIPO, Daniela Montarro; DUSILEK, Adriana (org). *Machado de Assis. Crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 77.

¹⁷ DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso ou o progresso como ideologia*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 58.

¹⁸ DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso ou o progresso como ideologia*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 90.

que o sentido de progresso humano segundo os princípios da ciência, da técnica, da racionalidade e da República democrática como um processo universal mostrou suas fraturas de maneira mais contundente e dramática.

Em um inquérito feito com as “altas personalidades mundiais”, dentre as quais alguns dos maiores cientistas da época, sobre a capacidade de a ciência evitar o advento de uma guerra no futuro, a maioria se considerou francamente cética. Einstein respondeu que “nunca a ciência substituirá a boa vontade e amor ao próximo”¹⁹. O engenheiro marítimo francês Maxime Laubeuf, apresentado como o “inventor do submarino”, faz considerações interessantes, ao lembrar que tal crença havia sido muito propalada desde o século XVIII e que o próprio Alfred Nobel, inventor da dinamite, acreditava em tal possibilidade pacificadora da ciência. Laubeuf, porém, via aí apenas uma utopia e que ventos recentes revelaram o contrário:

A última guerra forneceu múltiplos exemplos dos terríveis aparelhos empregados pela primeira vez – aviões, submarinos, gases asfixiantes, jorros de chamas, bombardeamentos a enormes distâncias por canhões monstruosos... Os não combatentes não foram poupados. A ciência, nas suas aplicações guerreiras mais parece a caixa de Pandora que a pomba trazendo o ramo de oliveira²⁰.

Também o físico francês Charles Édouard Guillaume, vencedor do prêmio Nobel em 1920, expressava a mudança de posicionamento em relação à ciência após a experiência do conflito sem precedentes:

Nos primeiros anos deste século dizia-se francamente:

– A guerra tornou-se impossível, porque de tal forma se aplicaram os princípios científicos ao aperfeiçoamento das armas, e estas se tornaram tão destruidoras, que nenhum povo se arriscará a avançar sobre outro, nem assumir a sangrenta responsabilidade desse ato.

A Grande Guerra deu-lhes um desmentido formal. Contra os movimentos nacionais não há raciocínio que valha²¹.

Em um exemplar da obra do filósofo e matemático inglês Bertrand Russel, “Icarus or the future of science” (1925), o crítico Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) sublinhou as passagens em que o autor confessava, logo na abertura do volume, que ele estava convencido de que “a ciência será usada muito mais para promover o poder dos grupos dominantes do que para fazer os homens felizes. Icarus, tendo sido ensinado por seu pai Dedalus a voar, foi

¹⁹ Cf. Uma “enquete” sensacional. Poderá a ciência contribuir para a supressão da guerra? *O Jornal* (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 2 mai. 1926, p 1.

²⁰ Cf. Uma “enquete” sensacional. Poderá a ciência contribuir para a supressão da guerra? *O Jornal* (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 2 mai. 1926, p 1.

²¹ Cf. Uma “enquete” sensacional. Poderá a ciência contribuir para a supressão da guerra? *O Jornal* (SEGUNDA SEÇÃO), Rio de Janeiro, 2 mai. 1926, p 1.

destruído por sua imprudência”²². Em um de seus “Ensaio céticos”, Russel traçava o seguinte panorama da Europa nos anos 1920:

Estamos acostumados a admitir o progresso como correto: aceitar sem hesitação que as mudanças ocorridas durante as últimas centenas de anos foram inquestionavelmente para melhor, e que mudanças futuras benéficas com certeza ocorrerão indefinidamente. No continente europeu, a guerra e suas consequências abalaram essa crença firme, e os homens começaram a olhar para a época anterior a 1914 como idade de ouro, que talvez nunca torne a correr por séculos²³.

Dessa forma, crenças seculares como a da possibilidade de a “Ciência” se tornar um princípio maior e orientador de um mundo em constante progresso tinham na catástrofe da guerra a prova de seus erros. A ideia de decadência passou a ser tão importante quanto a de progresso, assim como o conceito de civilização assumia um caráter plural e, ainda, suas oposições não se referiam apenas à barbárie, mas também, à “cultura”, dependendo da maneira de como era mobilizado.

Neste sentido, Olivier Compagnon destacou em sua obra “Adeus à Europa” um processo no qual os países latino-americanos viram destruídos os sonhos de uma humanidade unificada em torno do progresso europeu e propiciando o advento de um nacionalismo engajado, capaz de mobilizar as mais distintas interpretações do mundo, a fim de se afirmar a especificidade de cada nação que, num contexto de belicismo internacional, corria o risco de desaparecer. A ideia de um suicídio europeu aparece explicitada no contexto da Grande Guerra, quando afirmações como a de Romain Rolland, “a velha Europa feudal decidiu morrer como morrem todos os desesperados: pelo suicídio”²⁴, tornavam-se recorrentes. Neste sentido, conforme constata Olivier Compagnon:

Cabe dizer que a desilusão latino-americana é alimentada pela circulação de uma série de ensaios que, oriundos do outro lado do Atlântico, não para de confirmar o profundo mal-estar que afeta o Velho Continente: *La crise de l'esprit*, de Paul Valéry (1919); *Le déclin de l'Europe*, do geógrafo Albert Demangeon (1920); *Où va la France? Où va l'Europe?*, de Joseph Caillaux (1922); *La decadenza dell'Europa*, de Francesco Nitti (1922); os dois volumes de *Der Untergang de Abendlandes*, de Oswald Spengler (1918 e 1922); ou ainda as análises do economista espanhol Vicente Gay y Forner sobre a decadência e a morte dos povos europeus (1923)²⁵.

Desnecessário dizer que tais autores eram lidos e apropriados pela cultura intelectual latino-americana. A obra de Spengler, segundo o crítico João Ribeiro, revelava como:

²² Cf. RUSSEL, Bertrand. *Icarus*. The future of science. Third impression. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1925, p. 5. [tradução nossa.] Acervo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade.

²³ RUSSEL, Bertrand. *Ensaio céticos*. Porto Alegre: L&PM, 2014, p. 95.

²⁴ Cf. COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa*: América Latina e a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Rocco, 2014, p. 22.

²⁵ COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa*: América Latina e a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Rocco, 2014, p. 212.

[...] a “civilização” é a última fase da “cultura”; é o princípio de sua putrefação e ruína. A cultura ocidental chegou ao seu período final de civilização e dissolve-se lentamente. [...] Daqui por diante estaremos à mercê do soldados, do cesarismo e da força bruta. É realmente um quadro lúgubre o das perspectivas que nos cabem no século presente. O majestoso o tranquilo rio da civilização, como num calafrio nos dizia Carlyle, aproximase de um Niágara formidável²⁶.

Na Argentina, conforme nos mostra Tulio Halperin Donghi, o tema da decadência marcou todo um revisionismo da historiografia daquele país por décadas a fio durante o século XX, mobilizando ao mesmo tempo uma perspectiva nacionalista e antidemocrática, de orientação maurrasiana:

La exploración del pasado nace entonces como una tentativa de ofrecer el aval de la historia para la crítica de la Argentina del presente, y esa crítica se organiza en torno a dos motivos centrales: el primero el repudio de la democratización política, que ha entregado el destino del país a dirigentes cuya deplorable habilidad para organizar invencibles máquinas electorales no puede ser negada, pero que no conservan solidaridad con intereses que – a los ojos de los revisionistas – son los de la nación misma, y aunque la tuvieran no sabrían cómo defenderlos con eficacia; el segundo es la denuncia del modo de inserción en el mundo de la Argentina posindependiente – y en primer lugar del vínculo desigual con Gran Bretaña [...] Representar los intereses nacionales, deber primero del gobernante, no podría ser (como lo habían creído los candorosos – o demasiado poco candorosos – dirigentes de la etapa que 1929 había venido a cerrar) de dejarse arrastrar por la corriente que parecía levantar al país hacia nuevas cimas de prosperidad; significaba una dura navegación contra el viento y requería una toma de conciencia de los peligros del vínculo externo sobre el cual se constituyó la Argentina, gracias a la cual sería posible construir un progreso más sólido, a pesar y no a favor de ese vínculo mismo. Al trazar este inventario de carencias, los revisionistas argentinos mantienen su fidelidad a las líneas de análisis de la derecha francesa²⁷.

A decadência apontada pelo revisionismo seria especialmente sensível com o fim do governo de Rosas que, a cada momento de tal crítica historiográfica reacionária, era habilitado como época de ouro da história nacional.

A Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e o fascismo italiano modificariam de vez o quadro de referências mais ou menos hegemônico do mundo ocidental e suas adjacências. Assiste-se, assim, a reiteradas críticas à capacidade das visões científicas do mundo em dar um *sentido* às existências coletivas, reabilitam-se de forma contundente os engajamentos religiosos e espiritualistas, o vitalismo parece substituir o racionalismo crítico, a ontologia a crítica pragmática, a democracia e o liberalismo são tidos como fadados ao fracasso e o horizonte revolucionário e bélico parece se tornar irresistível. A busca pela identidade nacional propõe a criação de símbolos e sínteses intuitivas que dessem conta de toda a comunidade nacional. Neste sentido, os variados *modernismos* latino-americanos parecem ter rendido o devido tributo

²⁶ RIBEIRO, João. Notas avulsas. O spenglerismo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 15 set., 1923, p 1.

²⁷ DONGHI, Tulio Halperin. El revisionismo historico argentino como vision decadentista de la historia nacional. *Ensayos de historiografia*. Buenos Aires: El Cielo por Asfalto, 1991, p. 108.

a tal virada sensível do pós Primeira-Guerra Mundial. Abria-se a “era dos extremos” que marcou o pequeno século XX (1914-1988).

Em um artigo sobre “o fim da era do voto”, Rubens do Amaral, membro do Partido Democrático de São Paulo, era extremamente cético quanto a efetividade dos princípios democráticos ao final dos anos 1920. Citando exemplos que iam desde os Estados Unidos até à China, Rubens do Amaral verifica que o próprio sistema representativo havia atingido o seu limite e teria decretado falência. Dois casos, o russo e o italiano, saltariam aos olhos como caminhos novos e eram descritos sob o tópico “para direita ou para a esquerda”: “Numa [Itália], em doutrina, o Estado absorveu os cidadãos, que fora dela não têm existência política. Noutra [Rússia], ainda em doutrina, dissolveu-se as massas, que se governam por si, sem mandatos delegações”. O redator do *Diário da Noite*, de São Paulo, não estaria certo sobre a possibilidade de “transplantação” dos regimes para outros países, nem sobre se seriam soluções definitivas, afinal:

Responder a essa perguntas seria traçar, profeticamente, o futuro da Humanidade. Não sonho fazê-lo. Observo os fatos. Nada mais. Só uma dedução parcial, me permito, do que observo. Querer a regeneração da nacionalidade pela volta o regime do parlamento, o mesmo é que intentar a regeneração da humanidade pelo regresso ao culto de Júpiter. Mitologias. Fantasmas. Ilusões que se esfumaram e que não retornam mais²⁸.

A iniciativa da criação do Partido Democrático estaria fadada ao fracasso, não apenas por representar uma espécie de regresso ao falido parlamentarismo imperial, mas por não fazer parte da modernização política pela qual viria passando a “humanidade” [sic]. Diferentemente de autores como Eduardo Prado, Alberto Torres e Oliveira Vianna que sustentavam inaplicabilidade do regime republicano liberal no Brasil devido às idiossincrasias históricas e culturais do país, Rubens do Amaral, ao atualizar o lugar do Brasil naquele movimento internacional de ideias e processos políticos, revelava que tal regime já seria sinônimo de atraso, estaria ultrapassado e precisaria ser modificado radicalmente, à direita ou à esquerda. Sua análise não era isolada, longe disso, tornar-se-ia, mesmo, cada vez mais recorrente durante toda a década de 1920. A República estava velha e a disposição da cultura intelectual frente ao regime não poderia mais ser a meramente crítica e reflexiva, pois havia no horizonte político internacional, ou no novo repertório da reflexão política, uma possibilidade de redenção frente ao já então velho atraso brasileiro.

Inicia-se uma “era dos convertidos”. Tais conversões poderiam seguir o lastro religioso, especialmente segundo um catolicismo atuante e desejoso de determinar os rumos mais amplos

²⁸ AMARAL, Rubens do. O fim da era do voto. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1926, p. 1-4.

da nação (Tristão de Athayde); ao comunismo, seja estabelecendo uma quebra nos pactos oligárquicos da época, como foi sintomaticamente o caso de Luís Carlos Prestes, seja determinando uma nova relação entre arte e engajamento (Oswald de Andrade); ao fascismo, realizando uma união entre *modernismo* e nacionalismo radical, consolidando-se no integralismo (Plínio Salgado). De fato, os processos na cultura intelectual brasileira e latino-americana em geral no período entre-guerras revela uma radical modificação nas sensibilidades coletivas que, essencialmente, marcam uma nova disposição de vários personagens em seus engajamentos políticos e suas determinações em ações radicais e violentas. A atração pela morte parece ser a única razão possível para se conferir sentido à vida, conforme conclusão de Tristão de Athayde ao fim de seu processo de conversão, em 1928:

Há quase meio século que faltava à mocidade brasileira aquilo que é a própria razão de ser da sua beleza e do seu prestígio: uma Causa. Uma grande causa, generosa, definida, construtora, pela qual possamos dar o nosso entusiasmo e, se preciso for, o nosso sangue. Foi essa a grande melancolia da minha geração. Não víamos em torno de nós nenhum motivo de morrer por alguma coisa²⁹.

²⁹ LIMA, Alceu Amoroso Lima. Tentativa de Itinerário. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro: Agir, 1969, p. 20.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX

EIXO 4: COMEMORAÇÕES, MODERNIDADE E PROCESSOS DE MODERNIZAÇÃO

De 16 a 18
de maio de 2018
Universidade
de São Paulo
Brasil

Aproximações culturais na América Latina revelam histórias de afeto e solidariedade

Margarida Nepomuceno
Prolam-USP, Brasil
margaridacn@gmail.com

Dilma de Melo Silva
ECA-Prolam-USP, Brasil
dilsil@usp.br

Resumo

Há um pensamento difundido entre pesquisadores da História do Brasil que os anos correspondentes ao primeiro governo Vargas, possui uma fortuna crítica substancial herdeira do empenho dos primeiros desbravadores dos acervos das instituições brasileiras. Sim. De fato, a historiografia existente sobre esse período comprova que os anos de Getúlio Vargas foram exaustivamente registrados, em seus múltiplos aspectos. O presente estudo pretende ressaltar experiências e trajetórias de atores sociais e políticos que circularam pela região, especificamente no Uruguai, acrescentando importantes contribuições para a definição de nossas identidades e que ainda não foram suficientemente analisados. É disso que se trata a presente comunicação: a de revelar esses trânsitos e seus desdobramentos, que em muitos casos transformaram-se em ações e obras culturais em co-autorias ou em co-produção de livros, revistas literárias, ensaios, exposições de artes, cursos, conferências, etc.

Palavras-chave: Diplomacia Cultural; Intercâmbio; Brasil-América Latina; Intelectuais.

Introdução

Muitos intelectuais brasileiros, entre jornalistas, artistas, escritores, poetas e educadores, circularam pela América Latina desde finais do século XIX em viagens de interesses variados ou mesmo em nome dos estados, governos, partidos e instituições que representavam. Alguns foram na condição de exilados, especialmente depois dos levantes de 1935 ocorridos no Brasil,¹ abrigo em países vizinhos e se juntando a outros em uma circularidade cultural. Falamos de homens e mulheres como Cecília Meireles, Gilberto Freire, Francisco Curt Lange², Jorge Amado, Portinari, Newton Freitas, Antonio Houaiss, José Lins do Rego, Lídia Besouchet, alguns dos quais falaremos mais adiante.

Vale ressaltar que durante a existência das Conferências Pan-americanas (de 1889 a 1943) iniciaram-se as primeiras tratativas em direção a criação de políticas culturais de

¹ Em 1935, a ALN- Aliança Libertadora Nacional-, liderada por Luiz Carlos Prestes, dirigiu levantes em três cidades do Brasil (Recife, Rio de Janeiro e Natal), frustradas pelo governo de Vargas. Havia uma expectativa de que a sociedade, liderada por comunistas trabalhadores, fosse depor o governo instalado desde 1930. O que não ocorreu, desencadeando uma feroz ação de repressão e perseguição às suas lideranças.

² Incluo o alemão Francisco Kurt Lange, pesquisador musical uma vez que ele teve uma passagem longa e importante pelo Brasil radicando-se depois no Uruguai. Esteve junto a vários brasileiros, como Mario de Andrade e Villa Lobos, para criar um movimento musical denominado “americanismo musical”, que visava a integração musical e musicológica do continente americano.

cooperação entre os países da América Latina, como demonstro em estudos anteriores,³ mas com Getúlio Vargas, após as reformas ministeriais iniciadas em 1934, foram definidas ações e programas que se transformariam em políticas culturais de cooperação voltadas para a América Latina. Terei oportunidade, mais à frente, de discorrer sobre as missões culturais brasileiras no Uruguai.

O primeiro país a receber os programas culturais elaborados no governo Vargas para a América Latina foi o Uruguai, que de acordo com diversos depoimentos, representou um modelo para o que foi realizado nos outros países, após a década de 40.

As primeiras ações articuladas dentro dos ministérios do Exterior e da Saúde e Educação, coordenadas desde o início por diplomatas e ministros de Estado e compostas por intelectuais, artistas e professores das universidades brasileiras, tiveram início em 1939, com a realização de feiras de livros brasileiros em países da América Latina. Foram denominadas de Missões Culturais Brasileiras e tiveram um desdobramento com a criação de Institutos Culturais em vários países.

A prática da troca de livros entre as nações amigas era antiga, e seguia as orientações das Conferências Pan-americanas que determinavam aos participantes a criação de políticas culturais e de cooperação entre países da região.

Com a criação no Brasil do Instituto Nacional do Livro, em 1937, essa prática, além de intensificar-se, verticalizou-se, pois passou a fazer parte da estratégia nacionalista de edificação de uma nação com atributos de grande civilização. Grandes obras de autores brasileiros, consideradas de interesse público, foram editadas e reeditadas e passaram a fazer parte dos acervos destinados aos intercâmbios culturais entre Brasil e países da América Latina. A Feira do Livro Brasileiro em Montevidéu, em 1939, que culminou no processo de implantação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, beneficiou-se dessa revolução editorial promovida pelo Estado Novo, que uniu de um lado as ações de difusão das produções intelectuais brasileiras do Instituto Nacional do Livro, e, de outro, os projetos editoriais da Biblioteca Pedagógica Brasileira, cuja direção tinha à frente o educador Fernando de Azevedo. A Nação culta de que Getúlio falava não poderia prescindir de bons livros e de bons leitores.

Com o Uruguai, particularmente, a troca de livros praticada desde tempos remotos substituiu as publicações de categorias genéricas, muitas de cunho estritamente técnico, por

³ Refiro-me a publicação "*Lívio Abramo em Paraguay: entreciendo culturas*", 2015 e à tese defendida no Prolam em 2015 denominada: *A Missão Cultural Brasileira. A construção de um modelo de Diplomacia Cultural do Brasil na América Latina*".

publicações que expressavam, em grande parte, o pensamento da “élite” intelectual do país e que vão fazer parte de um projeto editorial do Estado Novo.

O catálogo da Exposição dos Livros Brasileiros em Montevidéu, editado pelo Ministério de Capanema,⁴ listava autores, títulos, editoras e preços e dividia-se em cinco seções distintas: a primeira, de Literatura (ensaios, biografias, contos, críticas, poesia, romance, teatro e viagens); Literaturas Clássicas e Estrangeiras traduzidas; Literatura popular, nacional e estrangeira traduzidas; Literatura infantil, nacional e estrangeira, traduzida e adaptada; Dicionários, Enciclopédias, Glossários e Vocabulários.

Ilustravam essa primeira seção autores de várias gerações e escolas literárias. Desde a “geração dos 70”, do século XIX, até modernistas, embora em menor quantidade: Gonçalves Dias, Afonso Arinos, Afrânio Peixoto, Alberto de Oliveira, Azevedo Amaral, Aluizio de Azevedo, Alcântara Machado, Alceu de Amoroso Lima, Carlos Maul, Cassiano Ricardo, Castro Alves, Humberto de Campos, João Neves, Joaquim Nabuco, José de Alencar, José Lins do Rego, Josué de Castro, Machado de Assis, Mario de Andrade, Manuel Bandeira, Menotti Del Picchia, Monteiro Lobato, Mucio Leão, Olavo Bilac, Olegário Mariano, Oswald de Andrade, Pedro Calmon, Paulo Setúbal, Ronald de Carvalho, Roquete-Pinto, Rubem Braga, Tristão de Athayde, Vicente de Carvalho, Vinicius de Moraes, Viriato Correia, Visconde de Taunay, Cecília Meireles e Érico Veríssimo, dentre outros (CPDOC. Arquivo GC. Parte 1).

A segunda seção, de Ciências, continha livros sobre **Direito**, Medicina, Educação e diversos (Direito: Moniz Sodrê, Afrânio Peixoto, Amaral Gurgel, Oliveira Viana, Oscar Freire; **Medicina**: Miguel Couto, Afrânio Peixoto, entre outros; **Educação**: Anísio Teixeira, Arthur Ramos, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, entre outros). A terceira seção, de Livros Didáticos era composta por livros destinados ao Ensino Primário, Secundário, Ensino Profissional e de Música (livros de **Educação**: Cecília Meireles, Olavo Bilac, Pedro Calmon, José Veríssimo, entre outros) (CPDOC. Arquivo GC. Parte 1).

A quarta seção era destinada aos livros de Estudos Brasileiros e concentrava os autores de maior reconhecimento em suas áreas: Hermes Lima, Afonso Arinos de Mello Franco, Joaquim Nabuco, Luiz Câmara Cascudo, Afonso de E. Taunay, Roquette-Pinto, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, Fernando Azevedo, Luiz Viana Filho, Nina Rodrigues, Olavo Dantas, Oliveira Vianna, Sergio Buarque de Hollanda, Sylvio Romero, Visconde de Taunay, entre outros. Nessa seção pode-se destacar as publicações: a Coleção Brasilianas, com 125

⁴ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas. Arquivo Capanema. Exposição de Livros Brasileiros no Uruguai. 019.9.655 B823c, Partes 1 e 2. Arquivo GC (Gustavo Capanema).

volumes, e A Nova Política do Brasil, em 5 volumes, de autoria do presidente Vargas (CPDOC. Arquivo GC. Parte 2).

A quinta seção aos Livros Especiais. Nessa seção concentravam-se as publicações das instituições do governo brasileiro: publicações dos ministérios da Agricultura, Educação e Saúde, da Guerra, do Interior e Justiça, da Marinha, publicações do Departamento de Cultura de São Paulo, da Academia Brasileira de Letras. As últimas páginas do catálogo eram destinadas à divulgação dos endereços das editoras que haviam contribuído nesse projeto, doando (ou vendendo) suas publicações: Editora José Olympio, Editora Civilização Brasileira S/A; Editora Melhoramentos, Livraria do Globo, entre outras (CPDOC. Arquivo GC. Parte 2).

Com exceção dos Livros Especiais, relatórios, legislação, tratados, biografias de vultos da história do Brasil, os demais vinham acompanhados dos preços equivalentes. Dos Especiais, somente o Ministério da Educação e Saúde e o Ministério do Interior e Justiça disponibilizaram alguns livros para a venda. A Editora Companhia Nacional publicou muitos títulos, como todos os de Menotti del Picchia e de Monteiro Lobato, mas dividiu com as editoras particulares boa parte das publicações. Os livros didáticos para crianças e adolescentes, utilizados nas escolas públicas, muitos foram impressos em editoras da iniciativa privada.

A Academia Brasileira de Letras apresentou um conjunto de livros, editados artesanalmente pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com capa de madeira em imbuia e madeira Aribá vermelha: “Obras completas”, de Gregório de Matos Guerra; “Cartas avulsas”, dos padres jesuítas; “Oswaldo Cruz”, de José Carlos de Macedo Soares, entre outros (CPDOC. Arquivo GC. Parte 2).

Os desdobramentos da Feira de Livros Brasileiros em Montevideu resultaram na criação do Instituto Cultural Uruguaio Brasileiro em 1940, sobre o qual falaremos adiante.

Livros: o primeiro patrimônio do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro

A criação de institutos culturais na América Latina, primeiro no Uruguai e na sequência na Argentina e no Paraguai, nos anos quarenta, representa uma nova fase das relações culturais entre o Brasil e as demais nações, bem diferente dos primeiros intercâmbios do século XIX e começo do XX, quando as ações culturais envolviam (e beneficiavam) grupos reduzidos, seletos indivíduos privilegiados por acordos diretos entre governantes. Nesse momento, (o de criação de institutos em países da América do Sul), o Brasil já possuía uma estrutura de governo mais organizada, com ministérios capazes de desenvolver políticas culturais de maior extensão e perenidade, que atingissem um número maior de pessoas.

Os primeiros anos de atividades do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o ICUB, seriam marcados pela implantação de cursos de Português e de Literatura Brasileira e de outras disciplinas a um público uruguaio interessado. Contava também com a presença de intelectuais, músicos, artistas e escritores brasileiros, além da instalação da biblioteca de livros brasileiros acima citados. Independentes dos papéis que deveriam desempenhar como representantes do Brasil no Uruguai, muitos dos componentes dessas missões estabeleceram relações com a comunidade cultural local de longa duração e que resultaram na confecção de livros, de exposições, e de intercâmbios culturais. O ICUB é uma instituição que existe até hoje, portanto, há quase 80 anos, e seu dinamismo segue muito de perto as fases e momentos políticos do Brasil. Portanto, detenho-me nesse estudo, a discorrer sobre a primeira década de funcionamento desse Instituto Cultural.

Villa-Lobos: corais estudantis como matriz de socialização musical

Convidado para uma conferência em outubro de 1940, em Montevidéu, e para uma apresentação musical, Villa Lobos discorreu sobre o tema que mobilizava a curiosidade dos latino americanos naquele momento, os corais orfeônicos, cujo programa, criado a partir de 1932 na rede de ensino pública federal, era considerado uma das prioridades sociais do governo Getúlio Vargas.

O programa pedagógico que dava nome à conferência denominava-se “*La música al servicio de la educación cívico-social*”.

Difundida por meio dos jornais locais e pelas emissoras de rádio, com respaldo do Departamento Cultural da cidade de Montevidéu, a visita de Villa-Lobos mostrou as possibilidades de trabalho do Instituto Cultural e a sua aceitação no meio da intelectualidade local.

Desde 1932 no cargo de Secretário da Educação Musical e Artística, a Sema, e responsável pela implantação do programa de cantos orfeônicos nas escolas públicas, Villa-Lobos viajou por inúmeras cidades difundindo os ideais de educação musical no Brasil como meio de transferência dos valores nacionais, reforçando as propostas de desenvolvimento de habilidades artísticas individuais e de solidariedade coletiva. Declarou em uma de suas apresentações:

O canto coletivo, com seu poder de socialização, predispõe e indivíduo a perder no momento necessário a noção egoísta da individualidade excessiva, integrando-o na comunidade, valorizando no seu espírito a ideia da necessidade de renúncia e da disciplina ante os imperativos da coletividade social, favorecendo, em suma, essa noção de solidariedade humana, que requer da criatura uma participação anônima na construção

das grandes nacionalidades. (...) O canto orfeônico é uma das mais altas cristalizações e o verdadeiro apanágio da música, porque, com seu enorme poder de coesão, criando um poderoso organismo coletivo, ele integra o indivíduo no patrimônio social da Pátria (VILLA-LOBOS, 1940 apud RIBEIRO, 1987, p. 87- 88).

Essa seria a primeira das muitas vezes que Villa-Lobos se apresentaria no Uruguai. Ele chegaria à cidade alguns meses após ter sido criado o Instituto Interamericano de Musicologia, por iniciativa do alemão naturalizado uruguaio Francisco Kurt Lange. Em 1940, o músico Francisco Kurt Lange já atuava no Uruguai como membro do SODRE,⁵ instituição musical do Uruguai. Para o historiador Loque Arcanjo (2011, p. 140-215), estudioso de Villa-Lobos, dado o caráter nacionalista de seu trabalho musical, Curt Lange teria tido a iniciativa de levar Villa-Lobos ao Uruguai, onde havia recém-inaugurado o Instituto Interamericano de Musicologia.

Nessa mesma oportunidade, Villa-Lobos apresentou-se nos palcos do SODRE para mostrar à sociedade uruguaia peças de sua autoria, de 1910 e 1920, e de compositores brasileiros. Por certo a comunidade musical do Uruguai já tinha conhecimento dos grandes concertos do maestro, e do trabalho que ele desenvolvia na formação de grupos orfeônicos nas principais capitais, às vezes com a presença de 20, 30 mil cantores vindos das escolas públicas. Toda a imprensa uruguaia saudou a apresentação do músico brasileiro como a mais alta expressão da nacionalidade brasileira.

Consagrado como compositor e como político responsável por uma nova visão da educação musical, pela opinião pública e especializada de Montevidéu, Villa-Lobos foi contemplado, por diversas vezes, nas programações realizadas pelo Instituto. Com frequência, em parceria com entidades e instituições musicais do país, surgiram, como veremos adiante, grupos musicais do Brasil e mesmo do Uruguai, apresentando-se em Montevidéu para a execução da obra de Villa-Lobos, patrocinados pelo ICUB.

Cecília Meireles emociona e cria vínculos

As índias já eram poetas.
Falavam com o deus do amor e conversavam com a lua. (...)
depois vieram os negros escravizados e
fizeram a poesia total, cantada, dançada, rezada (...)
(Cf. MEIRELES, 1944).

Essas foram as primeiras ideias desenvolvidas por Cecília Meireles sobre a história da poesia brasileira, em junho de 1944, ano em que o ICUB recebeu a consagrada poeta na capital uruguaia e promoveu atividades com a sua participação.

⁵ Serviço Social de Rádio e Difusão Elétrica (Sodre) – instituição fundada em 1929, parceira do ICUB em diversas oportunidades.

Cecília Meireles permaneceu vários dias em Montevidéu e proferiu duas palestras sobre a poesia e os poetas brasileiros, além de ter conversado informalmente com grupos de intelectuais que a acompanharam e com mulheres uruguaias, em um encontro social no Clube Brasileiro. Na primeira dessas conversas, ocorrida na Universidade da República, dia 20 de junho, Cecília Meireles discorreu sobre o tema “Lirismo Popular Brasileiro” e, no dia 23, proferiu uma segunda palestra no Clube Brasileiro, a convite do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, oportunidade em que falou sobre a geração modernista dos poetas brasileiros: “Poetas Brasileiros Contemporâneos”.

Antes de falar sobre a geração de poetas contemporâneos, com os quais demonstrou familiaridade, Cecília Meireles estimulou um percurso literário, retrospectivo, cuja finalidade era mostrar a origem dos nossos poetas, desde os primeiros habitantes nas terras brasileiras. Falou sobre a poesia dos indígenas, poetas originários, e satíricos, pois (...) comparavam suas companheiras com lindas serpentes que se desenham pelo solo jade e coral (trad. minha) Em seguida, falou sobre a poesia completa dos negros escravizados, uma junção da poesia cantada, dançada e rezada ⁶. Discorreu sobre a multiplicidade de técnicas poéticas e de temas da poesia colonial, sobre a ligação com a natureza por onde “os pensamentos e os sentimentos navegaram entre Portugal e Brasil”. (tradução minha). (El País).

Ao final de sua conferência, ainda segundo *El País*, Cecília Meireles discorreu sobre os escritores, poetas e contistas que estariam, naquele momento, marcando o perfil dos intelectuais da geração literária contemporânea brasileira. Falou sobre as muitas habilidades artísticas de Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira, Jorge de Lima, Ribeiro Couto e outros.

A passagem de Cecília Meireles por Montevidéu inspiraria por muito tempo críticos, escritores e jornalistas uruguaios a escreverem sobre as produções poéticas e sobre os principais movimentos de transformação da Literatura Brasileira. A poeta passou a se corresponder com escritores uruguaios como Esther de Cáceres, Gastón Figueira e Cipriano S. Vitúreia, e ser objeto central de publicações literárias. O ICUB inaugurou a sua Colección Literária com *La Poesia de Cecilia Meireles. Memoria casi angustia en su voz y en su ausencia*, livro escrito por Cipriano S. Vitúreia (1965), e, do mesmo autor, um estudo de três poetas brasileiros *Manuel*

⁶ Jornal *El País*, 24 jun. 1944. Conferencias – Sobre “Poetas Brasileños Contemporâneos” dio una conferencia Cecilia Meireles.

Bandeira. Cecília Meireles. Carlos Drummond de Andrade. *Tres edades en la poesia brasileña actual*.⁷ Publicações sobre as quais falaremos no próximo item.

Encontro de poetas

Ler as reflexões do uruguaio Cipriano S. Vitúreia sobre a poética de Cecília Meireles é testemunhar um encontro de poetas, permeado por simbologias e construções imagéticas, comuns ao universo lírico dos dois poetas. São incontáveis os textos de crítica que Vitúreia escreveu e publicou em diários e revistas brasileiras e uruguaias, sobre Cecília Meireles e demais escritores, como também sobre as mostras de artes plásticas realizadas sob o patrocínio do ICUB: mostras dos gravadores brasileiros, Osvald Goeldi e Iberê Camargo; artistas contemporâneos brasileiros e tantos outros além de livros de artistas e escritores, que ajudou a resenhar ou a verter para o espanhol. Em 1952, escreveu *Sentido humanista de la Pintura Brasileña Contemporánea; Manuel Bandeira, C. Meireles y C. Drummond de Andrade, Três edades en la poesia brasileña actual*, 1952; *La Poesia de Jorge de Lima*, 1963.

O escritor uruguaio havia acompanhado Cecília Meireles durante seu itinerário cultural em Montevideu, em 1944, e escrevera artigos nos jornais sobre essa passagem, mas somente publicou sua pesquisa sobre a obra de Cecília Meireles em 1965, 25 anos após a fundação do ICUB, quando apresentou uma conferência nas IX Jornadas Internacionais de Poesia. Com o título: *Cecília Meireles: memoria casi angustia en su voz y en su ausencia*, Vitúreia foi o responsável pela versão em espanhol de quase todas as poesias de Cecília Meireles para o livro. Inicialmente, ele rememora a passagem da escritora em Montevideu, como um acontecimento que teria marcado a visão de muitos que estavam, naquele momento, se aventurando nas trilhas da poesia.

O poeta uruguaio esteve ao lado dos principais visitantes brasileiros, mantendo, mesmo após a partida deles do Uruguai, contatos que avançaram no tempo e se transformaram em um fluxo de correspondências, lócus de interações que se seguiram por anos, por exemplo, com Portinari, Manuel Bandeira, Cecília Meireles e Graciliano Ramos.

Em 1947 e 1949 Cipriano Vitúreia escreveu vários textos sobre a arte de Portinari. O pintor havia se auto exilado no Uruguai em 1947, após as eleições no Brasil, e durante o tempo que lá ficou, cerca de um ano, fez exposições, conferências e produziu duas de suas obras principais desse período, *Mulher e Criança* (1948) e a *Primeira Missa* (de 1948).

⁷ VITUREIRA (1952). ACEBU – Associação Cultural Estudantil Brasil-Uruguai.

Logo que chegou do Brasil Portinari proferiu na Argentina, convidado pelo *Centro de Estudiantes de Bellas Artes*, uma palestra denominada A Arte Social, tema que reafirma seu compromisso político com a arte. A palestra, que muito provavelmente foi apresentada aos artistas e intelectuais do Uruguai, onde ele dividia sua residência, foi muito aclamada por estudantes no Salão do Instituto Frances de Estudios Superiores em Buenos Aires.

Seguem alguns trechos da comunicação de Portinari escrito em espanhol e publicado em 1947 nos *Cuadernillos de Cultura*.⁸

Sobre a qualidade de uma obra

Para facilitar mi medio de expresión voy a usar una manera un tanto arbitraria para exponer mi pensamiento. Voy a desdoblar la sensibilidad en dos categorías: una la voy a llamar sensibilidad artística y la otra sensibilidad colectiva. La sensibilidad artística solo es sentida en general por los que nacen con ella y la educan. Se educa con museos, conferencias, etc. Por eso mismo los que se interesan por la pintura se esfuerzan y reclaman de los gobiernos su atención en este sector y es justo que así suceda. Ahora mismo, aquí estoy porque un grupo de jóvenes cree que este medio, el de conferencias, es útil en este sentido. Hace pocos días, viendo los murales de algunos de los mejores pintores argentinos constaté que ese trabajo es la mejor prueba para que el gobierno les confíe los muros de sus edificios. Llenando de esta forma también una finalidad educativa.

El hombre que pinta y que apenas posee sensibilidad colectiva, pero está desprovisto de sensibilidad artística, mejor sería que, en vez de expresarse por medios plásticos, fuese directamente a la plaza pública y dijese en un lenguaje corriente lo que siente. Como ya dijimos, la pintura social es la que pretende dirigirse a las masas y los pintores de esa categoría deben poseer sensibilidad artística y colectiva. Ambas deben ser educadas; de la primera; ya dijimos cuáles son los medios que nos parecen más adecuados.

A Arte não está só

El desenvolvimiento y la dirección de cualquier actividad humana, está relacionada con los acontecimientos históricos, políticos y económicos. Una consideración justa hoy, puede no serlo mañana. Vivimos en un mundo contradictorio en que el artista, por poseer una sensibilidad a flor de piel y en mayor porcentaje, sufre intensamente. se dirige en varias direcciones y cada cual sufre y defiende su mundo, más por sentimiento que por raciocinio; es cierto, que solo se raciocinia impulsado por un sentimiento cualquiera, pero en general lo que acontece, es que sólo oímos la voz del sentimiento en vez de oír el sentimiento por voz del raciocinio.

Olhando o mundo

Creo que quedó bien claro que un cuadro antes de todo debe poseer un valor intrínseco, quiere decir, un valor artístico. Muchos hallarán absurdo pedir más que eso a un cuadro. Un artista se debate toda su vida con sus problemas artísticos y no es justo que se le pida más, puesto que el tema solo sirve para desviarlo de su camino. Bien sé que ese problema es el problema fundamental para un artista, pero, cuando se pinta, siempre se representa algo fuera de la cuestión plástica. Todos los pintores saben que no es el tema lo que cuenta, por eso mismo, no es pedir mucho al pintor, que ese pormenor al cual dedica tan

⁸ Revista Época, 242. Editora O Globo. Brasil
http://editora.globo.com/epoca/edic/242/portinari_sentidosocial.htm

poca importancia, lo incorpore a su cuadro, puesto que es algo extraplástico. Y esto para bien de los que luchan y sufren en la vida, en todos sus matices.

Artista mensageiro do povo

Los pintores que desean hacer arte social y que aman la belleza de la pintura en sí misma, son los que no olvidan que están en este mundo lleno de injusticias para formar filas al lado del pueblo, auscultando los anhelos en que se debaten. El pintor social cree ser el intérprete del pueblo, el mensajero de sus sentimientos. Es aquél que desea la paz, la justicia y la libertad. Es aquél que cree que los hombres pueden participar de los placeres del universo. Oír el canto de los pájaros. Ver las aguas de los ríos que corren fecundando la tierra. Ver el cielo estrellado y respirar el aire de las mañanas sin lluvias. Sin ningún otro pensamiento sino el de fraternidad y paz. Hombres viviendo en un clima de justicia. Donde no hallan niños hambrientos. Donde no hallan hombres sin derecho. Donde no hallan madres llorando y viejos muriendo al desabrigo.

A tela *A Primeira Missa*, única obra feita por Portinari no exílio, foi exposta no Teatro Solis, em Montevidéu, numa mostra promovida pela Comissão de Belas-Artes do Uruguai, em 1947.⁹ Portinari participou de uma mostra coletiva em Montevidéu de 35 litogravuras brasileiras. Voltou em julho de 1948 ao Brasil. Em 1949, Cipriano Vitureira lançou o livro *Portinari en Montevideo*, patrocinado pela Comisión Nacional de Bellas-Artes. O escritor uruguaio foi o curador da mostra individual de Portinari de *Monotipos y Dibujos*, na Galeria Este, em *Punta del Este*, em março de 1949.

Podemos afirmar que todos os artistas plásticos que estiveram no Uruguai, de passagem ou residindo, pelos motivos já discutidos (representações do Estado nas Missões Culturais ou exilados) estiveram em contato com intelectuais uruguaio que circulavam ao redor do ICUB, destacando-se, especialmente Cipriano Vitureira que exerceu, com maestria, a profícua função de mediador intelectual entre brasileiros e uruguaio e para quem a arte, segundo testemunho de José Santiago Vitureira, filho e guardião da memória da família: “Lo importante para mi padre era la actitud creadora, y el análisis social”. Prossegue (e aí traduzo): nesse aspecto era um precursor no Uruguai. Vinculava o desenvolvimento histórico e social aos parâmetros estético-criadores.

⁹ A Mostra de 1947 de Portinari teve na abertura o presidente da República, Luis Batlle Berres.

José Lins do Rego: diplomacia e independência

Em sua visita ao Uruguai e à Argentina, em 1944, em missão oficial, o escritor e diplomata paraibano José Lins do Rego foi escolhido para ser o representante da Missão Cultural Brasileira junto à comunidade de intelectuais daqueles países.

O autor de *Bangüê*, *Menino do Engenho*, *Doidinho* e de dezenas de outros títulos proferiu três conferências sobre a Literatura Brasileira, mas não falou de sua própria obra. Discorreu sobre as tendências do Romance Brasileiro e, nos dias posteriores, dedicou-se a analisar as obras de Raúl Pompéia e de Machado de Assis.

Entretanto, talvez levado pelos últimos acontecimentos no Brasil, quando a Associação dos Escritores Brasileiros, à qual pertencia,¹⁰ estava se articulando contra a falta de liberdade de expressão imposta pelo governo Vargas, José Lins do Rego, ao se apresentar para a comunidade cultural dos dois países, deu ênfase especial à necessidade de os intelectuais refletirem sobre a função da Literatura e assumirem compromissos sociais. Bem anterior àquele momento, Lins do Rego já havia expressado essa preocupação ao escrever *O dever do Homem das Letras* (1935) e *Por que escreves?* (1941) (BRAGA-PINTO, 2005), juntando-se ao coro de outros escritores brasileiros também preocupados com a circulação de suas ideias. Essa visão o tornava um diplomata diferenciado, independente nas palavras e ao mesmo tempo cuidadoso no seu ofício intelectual de escrever.

Transcrita no livro *Conferências no Prata*, publicado em 1946, pela Casa do Estudante do Brasil,¹¹ o discurso de abertura das conferências revela um escritor posicionado contra o fascismo e contra os intelectuais que de alguma forma, quer por cumplicidade, quer por omissão ou neutralidade, contribuíram para a circulação da ideologia fascista na América Latina.

Dirigiu-se aos seus pares latino-americanos com a visível intenção de atingir (também) os intelectuais do Brasil. Fez uma crítica contundente à incoerência dos discursos oficialistas do governo Vargas de aparente compromisso com as aspirações democráticas no contexto do cenário mundial, em contraposição ao autoritarismo vigente no país.

¹⁰ A Associação dos Escritores Brasileiros criada por Jorge Amado, Sergio Buarque de Holanda, Astrogildo Pereira, além de José Lins do Rego, Mario e Oswald de Andrade, Érico Veríssimo entre demais escritores, foi fundada em 1942. Os escritores estavam se preparando para o primeiro congresso da categoria, o que ocorreu em 1945, mas em 1944, a associação estava em plena campanha, nos principais centros políticos do país, para aumentar o número de adesão a um ato que seria eminentemente de oposição a Vargas. Em janeiro de 1945, os escritores lançam um manifesto contra Vargas que vai contribuir para a derrocada do regime em outubro desse mesmo ano.

¹¹ A editora imprimiu as conferências proferidas por Lins do Rego.

As *Conferências no Prata*, transcritas dois anos mais tarde, no Brasil, revelavam a mesma paixão, que, por certo, levava o escritor a proferi-lo, pessoalmente, em 1944, para uruguaios e argentinos.

Quero publicar aqui no Brasil, esse meu discurso, aqui onde temos calado tanto, onde o medo é o nosso conselheiro maior. Não há homem mais espantado do que o intelectual brasileiro. Falei para argentinos, num período de incerteza de sua história, num instante em que pesa sobre a inteligência da terra de Sarmiento, uma ameaça. Os homens de lá me compreenderam.

Eis o que lhes disse: os argentinos disseram que a hora não é de dormir, mas de velar, de cuidar dos restos de vida que sobraram. Nós, os homens donos da palavra, temos tido medo de tudo, até de nossas sombras. (...) Medo de falar, medo da palavra, que é o nosso instrumento, e muito mais medo ainda de fantasmas que nos dominaram. Por que esta covardia, este fugir das batalhas, esse recolher-se nos ateliês e às catacumbas, às teorias e aos formalismos, quando o mundo mais precisava de nossa presença, do nosso estar com as ideias, com os fatos?

Não tivemos a coragem das palavras, ficávamos escravos da palavra. Em vez de artistas, em vez de vivermos conforme as imposições da nossa vocação (nos) transformávamos em espectadores dos nossos próprios poemas, dos nossos próprios dramas. Éramos aduladores da glória num mundo que carecia de nossa ação, num mundo que se deixava vencer e dominar pelos verdugos, monstros que gritavam em nome de Deus, em nome da pátria e da família. Então inventávamos a Torre de marfim para o refúgio da nossa vergonha. Torre de marfim, porque não tínhamos coragem de enfrentar o cárcere, as masmorras onde Cervantes escreveu Dom Quixote. Torre de marfim por que queríamos um lugar onde nos escondêssemos da ira.

A literatura não era mais que uma acomodação; não era mais a maior dignidade do homem: era apenas a sua submissão à força desencadeada.

E tudo isso deu no que deu.

E por culpa nossa, e por crime de todos nós. Existe Hitler por que nós permitimos que ele existisse. (...) nossa palavra seria tomada de nosso domínio para o serviço degradante das tiranas. O fascismo tomou conta da palavra e fez da palavra o flagelo do mundo. E assim criou um nacionalismo que é uma paranoia, um delírio de grandeza; uma pátria que é um presídio; um Deus que é um castigo. A palavra, germe da sabedoria, ficou somente veneno dos demagogos. Nós os escritores tínhamos perdido o uso da palavra? (...) quereis reabilitar as letras, o homem da ciência. Sois o contrario da torre de marfim, sois uma oficina, um campo de batalha.

Nós do Brasil temos tido também as nossas torres de marfim, os nossos ausentes das dores do mundo. Como se as bombas respeitassem as torres invioláveis (...).

É aqui, nesta hora (...) que eu vos convoco (...) artistas, homens da ciência, para um compromisso, que sinto que é sagrado;

que vos convoco para a luta pela liberdade de pensar, no mundo inteiro.

Meus senhores: vamos salvar a palavra (REGO, 1946, p. 7-14).¹²

De todas as conferências ou discursos de cooperação cultural entre Brasil e Uruguai a que tivemos acesso neste trabalho, esse é o que se destaca por se contrapor às aspirações governistas de desenvolvimento nacionalista, aos discursos uníssonos, corporativos e

¹² Conferências no Prata é uma publicação brasileira de 1946. No discurso inicial, proferido antes das conferências, José Lins do Rego refere-se especificamente aos argentinos. É possível que esse mesmo discurso tenha sido proferido no Uruguai, por onde ele permaneceu também alguns dias com a Missão Cultural Brasileira. Averiguando a documentação do ICUB encontro que as publicações das conferências foram interrompidas de 1944 a 1949. Duas conferências foram publicadas em 1944, e a de José Lins do Rego não está entre elas. Sobre o autor, o escritor uruguaio Emir Rodríguez Monegal apresentou um trabalho no ICUB, em 1950 (que foi publicado em dezembro de 1952) denominado *José Lins do Rego y algunos problemas de la novela brasileña*.

reducionistas de outros diplomatas que defendiam a realização do projeto nacional de Getúlio Vargas, na certeza de que ele representava, na sua totalidade, uma sociedade com profundas desigualdades e baseada em conflitos de interesses.¹³

Conforme apontam os documentos, tanto Brasil como o Uruguai, beneficiaram-se enormemente desses intercâmbios, não somente entre os intelectuais - que aprofundaram a visão crítica sobre a cultura dos países – mas entre os governos que se aproximaram para ações de cooperação econômico-comerciais. Embora Getúlio tenha se beneficiado com a elaboração e difusão de uma imagem desenvolvimentista e culta do Brasil ao “exportar” para a América Latina o que havia de mais preparado e reconhecido como expoente da cultura brasileira, as missões culturais sedimentaram relações que foram muito além dessas estruturas de Estado, que persistiram ao longo dos anos, sobrepondo-se a muitos governos, de lá e de cá, a golpes e contragolpes.

Referências

- BRAGA-PINTO, César. *Homem de palavras, homem de letras: literatura e responsabilidade na obra de José Lins do Rego*. Luso Brazilian Review, 200, p 179-199. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/187708/pdf>. Acesso em maio de 2018
- CORSI, Francisco L. *Política externa e desenvolvimento no Estado Novo*. Revista Juiz de Fora, v. 13, n. 2, 2007, p. 247-260. Disponível em <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/141.pdf>. Acesso maio de 2018.
- DUTRA, Eliana de Freitas. *A nação dos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasileira*. In *Política, Nação e Edição. O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX*. Eliana de Freitas Dutra & Jean-Yves Mollier (orgs.). São Paulo, Ed. Annablume, 2006.
- MUSSO, Luis Alberto. *Legislación sobre Brasil (1825-1976)*. Montevideu: ICUB, 1978. 319.
- NEPOMUCENO, M.M.C. *Lívio Abramo em Paraguai. Entretecendo Culturas*. Assunção. Editado Pela Embaixada do Brasil no Paraguai, 2015.
- _____. *A Missão Cultural Brasileira no Uruguai. A construção de um modelo de Diplomacia Cultural na América Latina*. Tese defendida em 2015. USP
- PARADA, Maurício Barreto Álvarez. O maestro da Ordem: Villa-Lobos e a cultura cívica nos anos 30/40. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 17, jul./dez. 2008. p. 173-189.
- PORTINARI, Cândido. *Sentido Social de la Arte. Cuadernillos de Cultura*. Centro de Estudiantes de Bellas Artes. Dezembro de 1947.
- Disponível em http://editora.globo.com/epoca/edic/242/portinari_sentidosocial.htm
- REGO, José Lins do. *Conferências no Prata*. Rio de Janeiro: Editora e Livraria da

¹³ Faço uso das reflexões de Francisco L. CORSI sobre o Estado Novo, para quem não existe um projeto coletivo de desenvolvimento nacional, mas um projeto específico dirigido à Nação, mas elaborado por um determinado segmento político da sociedade (2007, p. 248).

Casa do Estudante do Brasil, 1946. n. 17. Arquivo Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin- Universidade de São Paulo.

Arquivos

Arquivo Histórico do Itamaraty-Rio de Janeiro

Arquivo Histórico do ICUB- Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileño

CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro

VITUREIRA, Santiago. arquivos da família.

La estatua más esperada. El Mariscal Antonio José de Sucre y su escultura en Quito

Msc. Nataly Andrea Cáceres Santacruz
Universidad de Especialidades Turísticas – Ecuador
ncaceres@udet.edu.ec

Resumen

La presente investigación forma parte del proyecto de tesis doctoral denominado como: La construcción de la Nación ecuatoriana con las esculturas monumentales de 1890 a 1950, en el cual, se estudia la incidencia de la estatuaria de bronce en el ideario patriótico de la sociedad ecuatoriana republicana. Se ha seleccionado la representación del Mariscal de Ayacucho Antonio José de Sucre que se encuentra ubicada en la Plaza de Santo Domingo de la ciudad de Quito; trabajo artístico que fue levantado en el año de 1892. La escultura del héroe de la Batalla de Pichincha fue durante el s. XIX, una de las obras más esperadas y que por situaciones de carácter político, su realización se tornó en un aletargado proceso, en el que se demostró –principalmente- el ejercicio del poder político, sobre las manifestaciones artísticas que fueron consideradas la carta de presentación de la Nación Moderna. La construcción e inauguración de esta estatua permite una explicación relacionada con el pensamiento nacional oficialista, vinculada con la idea de apropiación del personaje con fines políticos por medio de un monumento que simboliza el poder. Cabe mencionar que la escultura en bronce del Mariscal fue la primera en ser levantada en Quito, y estuvo sujeta a la censura, lo cual, permite suponer que la imagen realizada respondió a la obligación política de representar a Sucre, y resultó en una efigie alejada de las aspiraciones e ideales románticos. En este sentido, el documento recoge las diferentes propuestas que se plantearon para materializar la estatua como también las reacciones de la ciudadanía una vez levantado el monumento, comprendido como un medio de comunicación estratégico que incidió en el imaginario social del colectivo.

Palabras Clave: Estatua Monumental; Sucre; Valor patriótico; Héroe; Nación moderna.

“Las estatuas son libros abiertos a la humanidad, donde se encuentran amor a la grandeza, al heroísmo, magníficas sabias enseñanzas, aspiraciones nobilísimas y sentimientos levantados.”¹

Para esta ponencia se realizó la interpretación de fuentes primarias y secundarias, que permitieron una reflexión acerca de la fuerza ideológica -el contenido- que las esculturas monumentales tuvieron a finales del siglo XIX e inicios del siglo XX. Para argumentar esta reflexión, se tomó en consideración algunas de las concepciones establecidas en parte de una de las cuatro teorías de la expresión artística de Sir Ernest Gombrich que menciona que la obra de arte es una metáfora, no sólo porque es capaz de expresar un sentimiento o una situación, sino porque contribuye a que ésta consiga un lugar en el mundo, un nombre, una significación, y a través de ella percibir matices y sensaciones que no se podrían expresar con el uso de la

¹ Luis Tobar y Freile, “El Señor General Don Antonio José de Sucre, Vencedor en Pichincha y Gran Mariscal de Ayacucho”, Quito, 10 de agosto 1892, Imprenta de la Universidad, Biblioteca Aurelio Espinoza Polit (BAEP), Sección Impresos digitales siglos XVII, XVIII y XIX, Autores conocidos, Luis Tobar y Freile, p. 5.

palabras y que provocan como resultado la identificación de los individuos que comparten ciertos valores culturales.²

La escultura del héroe de la Batalla de Pichincha Antonio José de Sucre fue durante el siglo XIX una de las obras más esperadas y postergadas de aquella época en Quito. En el documento referente a la *Estatua de Sucre de 1874*, se menciona que bajo el auspicio del Gral. Juan José Flores se estableció que se erigiera un monumento en honor a Sucre que se refiriera “*al triunfo obtenido el 24 de mayo de 1822 en las breñas del Pichincha sobre las fuerzas realistas al mando del Gral español Don Melchor Aymerich, que puso el sello a la independencia del antiguo Reino de Quito*”.³ Sin embargo, las diferentes circunstancias, como cambios de gobierno y enfrentamientos internos retrasaron el proyecto relativo al monumento a Sucre indefinidamente. Esta escultura, cuando logro emplazarse, se convirtió en la primera obra de estas características que se inauguró en Quito.

El primer proyecto de la escultura de Sucre

El Mariscal Antonio José de Sucre fue el Libertador del Ecuador, tal vez después de Simón Bolívar el hombre más conocido por ser benemérito, inteligente y generoso. Se hizo su nombre inmortal en las batallas de Pichincha, Pasto, Ayacucho y Tarquí, y para hacer mención de uno de los galardones con el cual se lo identifica, el Congreso de Perú lo condecoró con el título de Gran Mariscal de Ayacucho. Sucre tuvo especial gratitud y preferencia por la ciudad de Quito, puesto que en este sitio “*quiso fundar su hogar, familia y dormir su último sueño*”,⁴ por esa razón se casa con la quiteña Mariana Carcelén – Marquesa de Solanda-. Por su afinidad con el territorio dio a conocer su determinación de ser el primer magistrado del Ecuador, su conductor, defensor, protector y su primer ciudadano. Aunque su destino fue otro, sus acciones merecieron el reconocimiento de las autoridades y no sería hasta el año de 1874 que se pensó formalmente en levantar la estatua de este noble servidor.

En aquel momento, el artista español-granadino, Don José González y Jiménez⁵ en un intento de reivindicar su reputación como escultor, realizó un modelo de yeso, de un grupo

² Ernst Gombrich, *Arte e Ilusión. Estudios sobre la psicología de la representación pictórica*, Editorial Debate, Madrid, 2003, p. 25.

³ Inauguración de la Escultura de Sucre. Quito, mayo 1874, BAEP, SI XVII - XIX, Autores conocidos, Antonio José de Sucre, folio: FAA_02_313a/.

⁴ BAEP, 1874, p. 2.

⁵ José Gonzáles y Jiménez, español de Granada. Realizó sus estudios en Roma, llegó al Ecuador cuando Gabriel García Moreno inauguró la Escuela de Bellas Artes en Quito en la cual fue maestro. El Sr. Manuel Rivadeneira y su hija Emilia Ribadeneira v. de Héguy, plantearon la idea de realizar una escultura de Sucre-en mármol o en bronce- para adornar una de las plazas de Quito. Gonzales y Jiménez realizó un boceto en arcilla plástica y luego elaboró la escultura en yeso en tamaño natural. BAEP, 1874, p.7

escultórico de figura exenta que tenía como tema central a *Sucre y el Ecuador libre*. La obra se presentó ante el presidente de la república Dr. Gabriel García Moreno y las autoridades municipales quiteñas.

El modelo bosquejado llamó la atención de las autoridades. Se trataba de una composición original en la cual se representaba a Sucre, “*con sus propias facciones y en actitud valentísima, pisando la cabeza del León Ibero y amagando con la espada que empuñaba en la diestra: con la izquierda acogía benignamente á una esbelta joven de tipo americano, que representaba á la República del Ecuador*”.⁶

El Conjunto escultórico se completaba con la representación de “*la joven que se inclinaba un tanto en actitud de entregar sus rotas cadenas al pie; se veía sobre el suelo el cetro español, roto en la mitad, como si acabara de caer con recio golpe*”.⁷ La obra representaba a Sucre de manera poética.

Manuel Ribadeneira y su hija Emilia, quienes tenían el deseo por desarrollar aspectos culturales en Quito, apoyaron al artista y declararon con persistencia ante el presidente Moreno que deseaban que la obra sea ejecutada por el español. García Moreno ante la petición de los Ribadeneira estableció “*que se lleve á debido efecto la erección de dicha estatua, que en verdad es un deber de gratitud (...); ordenaré hoy mismo se arregle el contrato, siempre que usted garantice á Gonzales y Jimenez, por \$10.000, (...)*”,⁸ y termina diciendo que no se fía del artista pero que confía en la palabra de los Ribadeneira.

En la escritura del contrato celebrado entre el Ilustre Concejo Municipal y el Sr. José González y Jiménez en Quito, el 10 de septiembre de 1874, se compromete al artista mencionado a “*construir en piedra de cantero, mármol o jaspe, en el término de dos años, un grupo que represente al inmortal Antonio José de Sucre, dando libertad a la República del Ecuador en la batalla de Pichincha (...)*”.⁹ El uso del material dependía del sitio donde se halle. En caso de no encontrar el mármol en la provincia de Pichincha, se determinó realizar la obra con piedra de cantera.

El documento claramente establece detalles como, que el grupo escultórico de *Sucre dando libertad a Ecuador* debía ser elaborado en jaspe¹⁰, mineral equivalente al mármol o

⁶ BAEP, SI XVII-XIX, 1874, p. 7

⁷ BAEP, SI XVII-XIX, 1874, p. 7.

⁸ BAEP, SI XVII-XIX, 1874, p. 8. El Subrayado en nuestro.

⁹ BAEP, SI XVII-XIX, 1874, p. 8.

¹⁰ Jaspe material pétreo, equivalente al mármol italiano de segunda clase. Si el material no se encontraba en las canteras del Pichincha se consideraría otros sitios para la extracción de la piedra. González y Jiménez escribe al Jefe Político del Cantón Guamote, Javier Endara, explicando que él se trasladó a este pueblo a dirigir la extracción del material, quedándose varias

pedra de cantera y que debía medir, “*dos metros diez centímetros de altura, es decir perfectamente igual al que está modelado en arcilla plástica i ha sido exhibido al público por el artista*”.¹¹ En cuanto al precio de la obra, se fijó en que la cantidad de diez mil pesos deberán ser pagados en dividendos de acuerdo al siguiente orden: “*el primero, inmediatamente que se apruebe el boceto; el segundo cuando este el grupo vaciado en yeso; el tercero, cuando esté concluido dicho grupo en piedra de cantero, jaspé ó mármol, i el cuarto después de colocado en el lugar que se designa*”.¹²

Es importante mencionar que se advierte que el pago de cada dividendo se hace efectivo tras el examen y aprobación de la obra en el estado en que se encuentren, en el tiempo de dos años, siempre y cuando la obra esté “*ejecutada con solidez i perfección, á juicio de la municipalidad, y conforme al mencionado boceto*”.¹³

Para la ejecución de la obra se pidió el aporte económico de la élite, Emilia Ribadeneira suscribió las donaciones realizadas. El primero en suscribirse fue el Sr. Miguel Camacho, ciudadano colombiano, que realizó la donación de una moneda de oro con un cóndor. También aparecen nombres como Mercedes Chiriboga & Salvador y Rosario Gómez Zaldumbide, mujeres de sociedad que mostraron interés en el proyecto. Se creería que la obra se llevó a cabo y se cumplieron con los plazos estipulados, sin embargo, la edificación de escultura del héroe de Pichincha tendría otro desenlace.

El maestro en escultura José González y Jiménez, después de celebrar el contrato en el cual, -como se menciona-, estaba comprometido el honor nacional, emitió varias veces cartas dirigidas a la municipalidad de Quito, en las cuales, mencionó que no se volvió efectivo el pago de los dividendos como se había acordado. En la carta del 14 de abril de 1875, donde González y Jiménez dice que por su parte entregó “*el boceto que fue aprobado y recibido casi al mismo tiempo de contratar, el primer dividendo, se le pagó por partes y mucho tiempo después del que correspondía*.”¹⁴ Entonces, el artista se vio afectado en su reputación al mantener retraso en la materialización de la estatua.

semanas en el sitio, pero los trabajos tuvieron que suspenderse con motivo de la guerra civil que en ese momento terminaba pero que necesitaba de su ayuda para culminar la tarea encomendada. Carta de José Gonzales y Jiménez a la Municipalidad, Quito, 22 de febrero de 1877, Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho, 1874 a 1892, Archivo Histórico de Quito (AHQ), 1891, p. 47.

¹¹ La estructura estaba planificada para tener dos pedestales. El pedestal superior debía medir: 1m, 87 cm de altura y 87 cm de espesor por cuatro lados. Tres bajorrelieves junto con cuatro cóndores en las esquinas. El segundo pedestal tendrá un 1m, 13 cm de altura y 1m, 47 cm de longitud por cada lado. AHQ, 1877, p. 48.

¹² AHQ, 1877, p. 49.

¹³ AHQ, 1877, pp. 49-51.

¹⁴ AHQ, 1877, p. 30.

El contrato establecía que la obra era de carácter público y por esa razón,

todas las autoridades que estén bajo la dependencia de la municipalidad presentaron al artista los auxilios necesarios para facilitar la construcción del monumento, mediante la indemnización que aquel debe dar por el trabajo que se emplee en su servicio; y se solicitará del Supremo Gobierno que dicte las órdenes convenientes para que también los empleados nacionales cooperen á la ejecución de dicha obra.¹⁵

Había transcurrido más de cinco años y la escultura no se había ejecutado. Para el año de 1881, se había organizado una comisión denominada como *Junta Sucre* que tenía como misión principal la de controlar y ejecutar el proyecto de la escultura del Mariscal. Los miembros de esta junta fueron personajes ilustres como Julio Arboleda -secretario-, Roberto Espinoza -presidente-, entre otros, que contribuían con dinero y gestión para la ejecución del proyecto. Esta Junta elabora un informe en el cual estipula algunos argumentos con los que explica el retraso de la obra y de alguna manera menciona que no solo depende de los organizadores, sino que se necesitaba de la colaboración de otras entidades para cumplir con el objetivo propuesto. Por ejemplo, era imprescindible el apoyo de la gobernación de Chimborazo con recursos humanos para la extracción del material pétreo llamado Tranquita blanca, luego de lo cual, requerían colaboración en el traslado del material desde las canteras de Guamote hacia Quito. También se requería de la inversión económica por parte la municipalidad y de otros miembros de la sociedad.¹⁶

Otra de las observaciones que hace la Junta Sucre al boceto de González y Jiménez, según la publicación, la *Escultura de Sucre*, fue que “parecía que Sucre requería amores á la emblemática figura que representaba al Ecuador”.¹⁷, es más, se determinó que por la postura del representado se trataba de un *Sucre Tenorio*, alejado de la imagen del *Sucre liberando*. La escultura -de la forma en la que había sido concebida- desacreditaba la efigie del Gran Mariscal, en cuanto a su presencia como héroe y estratega militar. Entonces, se procedió a devolver la escultura en yeso a su artífice.¹⁸

Cabe recalcar que debido a que el desembolso de los haberes no se realizó como se estipulaba en el contrato, el artista tuvo algunos inconvenientes económicos. Don Manuel Ribadeneira y su hija Emilia fueron quienes protegieron y sostuvieron económicamente al

¹⁵ AHQ, 1877, p. 30.

¹⁶ Rosa Carcelén, cuñada del Mariscal, había dejado testamentado unos valores para la realización de la escultura; aunque no le pareció muy atractiva la idea de donar dinero. Cuando le preguntaron si deseaba aportar con algún valor para esta obra mencionó: ¡Ni medio para ese Zambo!, ¡ni medio! Sin embargo, el dinero donado fue invertido en el segundo proyecto escultórico. Tomado de Rodolfo Pérez Pimentel, “Los cinco mil suces de Rosita” en: *El Ecuador Profundo: Mitos, historias, leyendas, recuerdos, anécdotas y tradiciones del país*, tomo II, Editorial de la Universidad de Guayaquil, Guayaquil, 1988.

¹⁷ “Los Hombres de bien” La Estatua de Sucre, Guayaquil, 08 de enero de 1887, Imprenta Nacional, BAEP, SI XVII - XIX, Autores conocidos, Antonio José de Sucre, folio DSC09662.

¹⁸ BAEP, SI XVII-XIX, 1887.

artista en sus días de mayor estrechez e incertidumbre. Al final, el artista José González y Jiménez decide retirarse a Europa, y durante este lapso escribió a los Ribadeneira para agradecerles sus atenciones y les hizo saber que dentro de la escultura hecha en yeso había dejado una botella escondida, en la cual, se podía encontrar una relación escrita, que resumía el proceso por el cual estuvo sometida la obra.¹⁹ La escultura de *Sucre libertando a la Patria* quedó como un proyecto que se había materializado en yeso.

La necesidad de tener una figura que represente a Sucre era evidente bajo la mirada crítica de propios y extraños. La ausencia de la imagen de uno de los héroes del Pichincha, revelaría la ingratitud de un pueblo poco agradecido con los gestores de su independencia. Al menos eso manifiesta Manuel Rivadeneira en una carta dirigida a la Municipalidad de Quito, en la cual defiende la obra de su protegido. El ilustre quiteño dice que “*cuando la ávida mirada del extranjero busque en nuestras plazas algún monumento en que se vea encarnada una página de nuestra historia, ¿dónde lo encontrará? en ninguna parte (...) entonces dudaría del valor de la tierra que pisa*”.²⁰

No cabe duda que este mensaje fue considerado puesto que la fisonomía de ciudad moderna no terminaba de concretarse y ciertamente una escultura la complementaria. En el año de 1883, el Sr. Ribadeneira quien por casualidad transitaba por el sector de la Loma Chica, en el sitio donde funcionaba una tienda, encontró la imagen en yeso del Mariscal Sucre que años atrás fue realizada por González y Jiménez. Este espacio que estaba cerrado con fuertes candados y sobre el dintel de la fachada colgaba un letrero que decía: *El Gran Mariscal de Ayacucho*, llamó la atención de Ribadeneira provocando solicite al entonces presidente de la república Sr. Plácido Caamaño se presente la obra a la ciudadanía en otro lugar que fuera acorde al personaje representado. Se seleccionó la fachada del Teatro Sucre para ubicar la imagen.

El conjunto escultórico se mantuvo en este frontispicio algún tiempo, hasta que, por decisión del Presidente Plácido Caamaño, bajo petición de Don Manuel Llorente Vázquez - ministro español-, se mutila a la imagen con la destrucción del león ibero y de la espada de

¹⁹ Es posible que el origen español del artista haya repercutido en la decisión de rechazar la obra planteada. Manuel Ribadeneira se refiere a cierto rencor que puede haber hacia España, dice que “*la ruindad salvaje debe quedar para seres degradados, no para quien abraza un alma generosa, cuál debe ser la de un republicano y la de quien lleve en sus venas una gota de sangre española*”. El protector de González y Jiménez argumenta que es importante aprovechar el genio constructor y que no debe ser desdeñado por ser español. En los archivos legados por el Concejo Municipal no hay una respuesta clara a la afirmación realizada por Rivadeneira, pero menciona que la figura de Sucre proyectada por el artista español evoca un amor pastoril. La obra de González y Jiménez fue elaborada en bronce tiempo después. BAEP, 1874, p. 9; Manuel Rivadeneira, “A la Municipalidad de Quito”, en: *Escultura de Sucre 1874*, Imprenta “La Nación y Cía”, BAEP, SI digitales siglos XVII, XVIII, XIX, Autores conocidos, Antonio José de Sucre, p. 14.

²⁰ BAEP, SI XVII-XIX, 1874, p. 14.

Sucre.²¹ Personajes Ilustres como el escritor Juan León Mera y el abogado Antonio Zapata- por medio de sus escritos- reaccionaron en contra de este acto que se consideró como un crimen en contra de la patria. Pero también hubo quien mencionó que no pasaba de ser un aspaviento y que el haber mandado a quitar trozos de yeso que representan un León, símbolo del poder español, no aleja al Ecuador de ser libre e independiente.²²

El segundo proyecto de la Escultura de Sucre

Para el año de 1887, la intención de levantar la obra se retoma y esta vez, se desea que los artistas que se encuentran en Europa o en Norteamérica concursen en la elaboración de la imagen del héroe de Pichincha.

En el oficio nro. 1 del Ministerio del Interior, con fecha 29 de enero de 1887, se pide al presidente del Concejo Municipal, Francisco Andrade Marín, otorgue información relacionada con las dimensiones de la figura, pedestal a construirse, preferencia en materiales y presupuesto para la obra. El objetivo era transmitir la información a los diplomados de la República del Ecuador que se encontraban en Europa y Norteamérica, para abrir la convocatoria para los artistas que deseen concursar en la materialización de la escultura.²³

En respuesta a esta petición, Francisco Andrade Marín delega al ingeniero Gualberto Pérez la tarea de proporcionar los datos relacionados con dimensiones, volumen y otros aspectos formales. Respondiendo a esta petición Gualberto Pérez realiza un informe en el cual menciona las dimensiones de la plaza, la altura de las edificaciones y se refiere a la forma en la que debía presentarse la figura de Sucre. Pérez escribe que *“la estatua será de bronce y debe tener la altura de tres metros; la actitud, como se ve sencilla pero elocuente: Sucre señalando el Pichincha, lugar de sus victorias y donde se decidió nuestra independencia”*.²⁴ El ingeniero declara que no es su intención presentar el diseño como un modelo, más bien, lo que pretende es dar una idea general *“para que allá los grandes maestros, los artistas que han hecho serios estudios, den vida y expresión á la idea y vean si las dimensiones calculadas de la estatua, están en relación con la del sitio donde debe colocarse”*.²⁵

²¹ Manuel Llorente se indigna al ver a Sucre sometiendo a España en la figura del León jadeante y moribundo. Por lo que considera es una ofensa para la madre patria por eso Caamaño atiende la solicitud de su amigo y proceden a la mutilación de la escultura. BAEP, SI XVII-XIX, 1887.

²² BAEP, SI XVII-XIX, 1887.

²³ Cartas de Lucio Salazar al presidente del Ilustre Consejo Municipal, Quito, 22 y 29 de enero de 1887, Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho, 1874 a 1892, AHQ, 1891, p. 71.

²⁴ Informe Ing. Gualberto Pérez, Quito, 15 de julio de 1887, Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho de 1874 a 1892, AHQ, 1891, pp. 63a -64.

²⁵ AHQ, 1887, p. 64b.

El 10 de octubre de 1887, el abogado Lucio Salazar le escribe al presidente del Concejo Municipal y le comunica que se ha oficiado al Sr. Clemente Ballén -Cónsul de la República en París- la contratación de un artista para la elaboración de la escultura de Sucre conforme al informe enviado, pero con más especificaciones como dimensiones totales, inscripciones, grabados y detalles no aclarados.²⁶

Siguiendo la línea del investigador Rodrigo Gutiérrez, en los concursos para monumentos dedicados a eventos históricos trascendentales, -en este caso a la imagen del héroe- los reglamentos a menudo estuvieron sujetos a supervisión de las autoridades políticas, a veces, *“sin una sólida formación estética y mucho menos atentos a los avances estilísticos que iban produciendo las vanguardias escultóricas de Europa”*.²⁷

Al momento en que el presidente del Concejo Municipal -Francisco Andrade Marín- delegó desarrollar los detalles técnicos referentes al monumento de Sucre el ingeniero Pérez no tomó en consideración la carente formación en artes de Pérez. El propio Gualberto Pérez dice con reiteración en el informe que según su opinión *“bastaría enviar al extranjero la idea del monumento, el material, la extensión del lugar donde debe erigirse la estatua y la altura de los edificios”*,²⁸ dejando a la imaginación del artista los aspectos estéticos, iconográficos y de representación nacionales. Entonces, se dejó a un lado la presentación de una iconografía del héroe de la independencia y se apostó a la imaginación de un extranjero que no vino a tierras ecuatorianas y que disponía de datos generales.

En esta emergencia, también se presentó otra propuesta de parte del ilustre quiteño Bruno Hidalgo quien establece en el documento del 20 de mayo de 1887 una efigie de Sucre más estilizada. Sucre *“al pie del Pichincha dándonos patria apoyado solo en su espada; y, para que su actitud corresponda à la grandeza del hecho, le he dado una atrevida si, mas no contraria a las leyes de la gravedad”*.²⁹ Se establece un elemento necesario para que la iconografía esté completa: la espada. Bruno Hidalgo propone a Sucre dando patria, *apoyado solo en su espada* siendo esta la idea principal del proyecto. Este accesorio está *“en relación con el carácter y virtudes cívicas del héroe (...) que presentó su espada, desnuda para defender nuestra autonomía nacional, orlada de la oliva que brotara del punto en donde la clavó el*

²⁶ AHQ, 1887, p. 64b.

²⁷ Rodrigo Gutiérrez Viñuales, “De las tipologías clásicas al monumento abstracto”, *Monumento Conmemorativo y Espacio Público en Iberoamérica*, Cátedra, Madrid, 2004, p. 133.

²⁸ AHQ, 1887, p. 72.

²⁹ AHQ, 1887, p. 72.

héroe, y junto a ella un cóndor que de los frutos de esa planta se sustenta".³⁰ En el documento, Hidalgo agrega un detalle importante, *"de pie es la actitud más favorable a la idealización pues, si en un acto de su héroe ha de expresar el buen estatuario una idea que bien servirá de argumento a todo un poema"*.³¹

La figura de pie, se asocia con la victoria, el héroe parado es una columna que representa la libertad. Esta característica se ve presente también en la propuesta de Pérez. Ambos mencionan al héroe mirando o haciendo un ademán con la mano hacia el imponente Pichincha. Se puede decir que se insiste en este aspecto debido a que en las faldas de esta montaña se desarrolló la Batalla el 24 de mayo de 1822, transformándose este sitio en un icono de la independencia. Para el escritor Dr. Alfredo Baquerizo, Sucre encontró en el Pichincha una página de su gloria, en el cual, *"constancia, heroísmo, sacrificios, todo ello escrito y proclamado allá en la altura, en el declive del histórico monte, entre ásperas quiebras, sobre la dura roca, por el noble caudillo que, en la flor de la vida, a los veintisiete años de edad y con doce de esclarecidos servicios a la causa de la emancipación sud-americana, confirmaba para siempre la libertad de los pueblos"*.³² Por lo tanto, Pichincha fue la Epopeya de sangre que tuvo Sucre para ser considerado héroe. Pero la presencia de la montaña no fue casual, en el discurso dirigido por Alfredo Baquerizo el 24 de mayo de 1900 en la misma página donde resalta al noble Sucre en el Pichincha, relaciona a la elevación con un peldaño hacia la grandeza, y al vencer, la *"corona gloriosísima con que engalanan la frente del vencedor (...) de virtudes, inteligencia y patriotismo"*.³³

En contraste con la idea planteada por Hidalgo, la obra del ingeniero Pérez, se diferenciaba puesto que carecía de la espada, y representa a Sucre solamente con la mano extendida hacia arriba, señalando hacia al el Ruco Pichincha. Cabe anotar, que la propuesta de Hidalgo fue presentada ante la Junta Sucre, la misma responde al Concejo Municipal y pide se le dé respuesta al Sr. Hidalgo, y aunque le agradecen su intervención e interés, le responden con una negativa, enfatizando la preferencia por la idea inicial de Gualberto Pérez. De esa manera, el oficialismo administra las obras monumentales para ser ubicadas en el espacio público; por lo tanto, la élite está realizando una metalización de un pasado glorioso, vinculado a la manipulación de ideas con la intención de garantizar la legitimación del poder político. De

³⁰ AHQ, 1887, p. 72.

³¹ AHQ, 1887, p. 72.

³² Alfredo Baquerizo, "Discurso pronunciado a nombre del Comité Sucre en el festival organizado para el 24 de mayo de 1900", en: *Homenaje a Sucre, Álbum Conmemorativo formado por el Comité Sucre con ocasión del hallazgo de los sagrados restos del Gran Mariscal Sucre*, Imprenta "La Nación", Guayaquil, 1900, BAEP, Sección Impresos digitales siglos XVII, XVIII, XIX, Autores conocidos, Antonio José de Sucre, p. 3.

³³ BAEP, SI XVII-XIX, 1900, p. 5.

acuerdo con Rodrigo Gutiérrez Viñuales se hace hincapié en el carácter popular de las obras que recogían hechos históricos, puesto que intentan una particular visualización, fundamentados en las características de un realismo imaginado y seleccionado, con elegancia neoclásica, a fin de insertar parámetros estilísticos individualizados, que resulta en *“el más rotundo y coherente testimonio plástico de la expresión cultural de un continente que alcanzaba la edad de la razón”*.³⁴

Continuando con el desarrollo de la escultura, en Francia, Clemente Ballén, inicia con los preparativos y en la carta del 12 de diciembre de 1887 el diplomático sugiere al Concejo Municipal el bronce llamado Keller de 91%, para proporcionar durabilidad a la obra.³⁵ También menciona que *“la actitud del héroe, colocado simplemente sobre los pies, no ofrece seguridad en un lugar como Quito, sujeto á terremotos”*.³⁶ Por ello propone poner un cañón ú otro apoyo porque es necesario sujetar a una base la estatua.

En el caso del pedestal, el presidente del Concejo Municipal Francisco Andrade Marín pide al diplomático Ballén que se exporte desde Francia este elemento, ante lo cual, Ballén responde que utilice el material de las canteras cercanas a Quito, sobre todo por el tiempo, peso, transporte y valor económico que significarían para el Ecuador.

Un detalle que no mencionó Pérez en el documento que se envió a París es el atuendo que llevaría Sucre. Ante eso Ballén dice que debe llevar *“uniforme militar considerada como de suprema elegancia”*,³⁷ y pone en conocimiento que podría llevar o no capa, para generar armonía y seguridad en la obra y todo eso depende de lo que el artista decida para la escultura. En Quito, se propuso realizar un pedestal de hierro galvanizado mientras el de granito llegaba por vía férrea, esperando la conclusión del ferrocarril. En el pedestal de hierro se podían fijar cuando se desee los bajorrelieves que debían hablar de las glorias de Sucre.

En fin, en carta del 03 de mayo de 1888, Ballén manifiesta -por pedido del Concejo Municipal- *“el escultor(...) determine el tamaño, en vista de la altura de las casas de la Plaza de Santo Domingo(...) que el héroe no tenga capa(...) que el peso no sea menor de quinientos kilogramos(...) y que el pedestal se elabore en Quito(...) que también se remite los bajorrelieves, y que ellos representaran las batallas de Pichincha, Junín y Ayacucho”*.³⁸

³⁴ Rodrigo Gutiérrez Viñuales, “Construyendo las identidades nacionales” en: Manuel Chust y Víctor Mínguez (comp.), *La construcción del héroe en España y México*, Universitat de Valencia, Valencia, 2003, p. 285.

³⁵ Carta de Clemente Ballén, Consulado General del Ecuador, París, 30 de enero de 1889, Documentos sobre la estatua del Gran Mariscal de Ayacucho, 1874 a 1892, AHQ, 1891, p. 103b.

³⁶ AHQ, 1889, p. 104b.

³⁷ AHQ, 1889, p. 105.

³⁸ Para que perdurara en el tiempo la escultura, el espesor del bronce era primordial, el mayor peso posible será el mejor para mantenerse con los años. El peso de la escultura incidía en el valor y de las posibilidades de transporte de Guayaquil a Quito, por esa razón debían escoger el espesor en base al presupuesto planteado. AHQ, 1889, p. 111.

En el caso de los bajorrelieves Ballén solicita una vista del Pichincha y un dibujo del uniforme que usaba la tropa, como también los retratos de los héroes de la cúpula militar que participaron en las gestas de independencia, retratos de Sucre, características físicas entre otros detalles. Esa información no llegó a las manos de Clemente Ballén.

El diplomático radicado en París recibió una carta en la que el presidente del Concejo Municipal le decía que no pida nuevos datos y que se sirva contratar la hechura de la escultura con la información recibida anteriormente. Ballén explica que *“en vista de este desahucio, y colocado entre un escultor que pide datos y un Concejo Municipal que no puede dárselos, he debido buscar por mí mismo”*.³⁹

En su necesidad y deseo de no entregar una obra defectuosa, Ballén acudió a otras personas para conseguir la información. Prueba de ello es la carta del 30 de enero de 1889 dirigida al Concejo Municipal, en la cual, se menciona los nombres y las contribuciones de aquellos a los cuales se dirigió de manera epistolar para que le proporcionen lo requerido. Ballén se puso en contacto con algunas personas como: los artistas venezolanos Martín Tovar y Tovar y Arturo Michelena, quienes realizaron varios cuadros del Mariscal Sucre; Dr. Modesto Urbaneja pariente de Sucre, quien facilitó varios retratos de generales y uno de Sucre de perfil; José Jiménez, compatriota residente en Lima quien otorgó varias fotografías; al Comité Olmedo⁴⁰ y a su Tesorero el señor Coronel; a Simón Calderón de Guayaquil quien envió el retrato al óleo de su pariente Abdón Calderón; a Octavio Santacruz, hijo del héroe de Pichincha, quien dio el retrato de su padre; a Antonio Flores, presidente de la república, quien dono su libro sobre el asesinato, en que se encuentra el retrato de perfil que se considera como el auténtico; sr. Pérez Soto, dedicado al estudio de la historia, quien entregó el único retrato de frente pero imperfecto de Sucre y Juan Ballén, hermano del diplomático, quien le colaboro imágenes y demás.⁴¹

Lamentablemente todo lo obtenido por Ballén fue inútil por la actualidad de los mismos. La razón por la que Ballén pedía datos específicos de Sucre atendía a que, de acuerdo a su percepción, la estatua del héroe no es representación de un hombre, ni de una idea abstracta,

³⁹ AHQ, 1889, p. 117.

⁴⁰ El Consejo Municipal de Guayaquil en 1878 nombró una comisión destinada a levantar el monumento de José Joaquín de Olmedo para celebrar el 1er. Centenario de su nacimiento.

⁴¹ En cuanto a los relieves con paisaje bélico, la vista de Ayacucho no cumplía con las expectativas y Juan Ballén mandó a realizar una nueva, el mismo caso para la vista de Junín que era la faltante y varios retratos de generales. Ballén hace reflexionar al Concejo Municipal de Quito en cuanto a que no hay sentido en que se represente la Batalla de Junín puesto que Sucre no participó en esa hazaña y que esa imagen está dedicada a Simón Bolívar. La información relacionada con los uniformes se la encontró en los *Episodios Nacionales* de Benito Pérez Galdós. AHQ, 1892, p. 119.

sino de él como persona y por eso no debía ser una efigie o alegoría su representación, sino un retrato y era deplorable que para el hijo predilecto de Quito se deba acudir hacia las reminiscencias de los más ancianos. Es más, al diplomático guayaquileño le parece insólito que *“en la tierra de Salas y Pinto y tratándose de Sucre, se haya preferido una pésima fotografía al buen retrato de la montaña que puede obtenerse de los artistas”*.⁴² Ballén enfatiza ese interés porque reitera en que esa rigurosa exactitud es un deber, debido a que las esculturas conmemorativas no son otra cosa que la historia del país representada en piedra o bronce.⁴³

Las cartas iban y venían y el Concejo Municipal quiteño preguntaba a Ballén cuando enviaría la escultura terminada. El diplomático se puso en contacto con Monsieur Alexander Falgüiere, afamado escultor, quien comenzó a realizar el bosquejo del monumento, pero debido a la falta del retrato de faz de Sucre y otros elementos necesarios para la representación, el trabajo se realizó de manera pausada, situación que fue expuesta ante el Concejo Municipal por Ballén. También se explicó que la obra tardaría un poco más y que tan solo en el traslado de París a Quito se demorarían como cinco meses.

Finalmente, en la carta de Ballén fechada del 26 de mayo de 1891 explicó que el bajorrelieve de la Batalla de Ayacucho tuvo algunas imperfecciones a diferencia de aquel relacionado con la Batalla de Pichincha, debido a que el escultor se enfermó lo cual imposibilitó su perfecta realización.⁴⁴ Cumplido este propósito se procede al envío del monumento y de los bajorrelieves. La escultura del Mariscal Sucre llegó a Quito entre los meses de mayo y junio de 1892.

La esperada inauguración

La escultura fue inaugurada en la plaza de Santo Domingo el 10 de agosto de 1892. En honor a ello, se desarrolló un programa de festividades cívicas que iniciaron el 9 y se prolongaron hasta el 12 de agosto de ese mismo año. Los eventos que se realizaron fueron veladas literarias, premiaciones a los artistas ganadores de la Exposición Nacional y discursos que se establecieron dentro de un marco artístico que deseaba homenajear al héroe de Pichincha.

⁴² AHQ, 1892, p. 119.

⁴³ AHQ, 1892, p. 120.

⁴⁴ Al enviar la obra de Falgüiere, Ballén comenta en carta del 26 de mayo de 1891, que en el Banco de Francia -Credit Lyonnais - existe un saldo a favor del Concejo Municipal de Quito y que el Comité Olmedo de Guayaquil remitirá cuatro cuentas del banco francés del cual pueden disponer en cualquier banco de Francia. Este excedente se debió a los intereses acumulados en la casa monetaria durante el tiempo en el que la escultura estuvo en desarrollo. También comparte que tuvo que sacar en varias ocasiones el dinero del banco por la situación económica de Francia. Clemente Ballén se despide diciendo que *“la figura de Sucre es espléndida”*. AHQ, 1892, pp. 133- 135.

Los parnasos -conjunto de todos los poemas de una época, género, etc.- que fueron presentados engalanaron la figura de Sucre y su genio militar.

El día 10 de agosto, los artilleros desde la Cima del Panecillo despertaron a la población con una estruendosa salva, situación que se repitió los días 11 y 12 de agosto. Se celebró en la Catedral la fiesta religiosa de costumbre, que al terminar permitió la reunión en la Casa Municipal del Supremo Gobierno donde se encontraron los representantes del cuerpo diplomático, cortes de justicia, de la prensa, entre otros. En horas de la tarde, inició el desfile en procesión solemne en el siguiente orden: “*Los coraceros, gremios, las escuelas, los colegios, las sociedades patrióticas, la Universidad Central, los delegados de las provincias, distritos y cantones, el Concejo Municipal, el Poder Judicial, las comisiones del H. Congreso, el cuerpo diplomático y consular, el Supremo Gobierno y el Ejército*”.⁴⁵

La presencia del cuerpo diplomático destacó por los carros triunfales o alegóricos. En este desfile participaron Bolivia, Colombia, Perú, Venezuela y Ecuador. Este evento comenzó desde la Plaza de la Independencia “*siguió por la carretera de Gabriel García Moreno y se dirigió a la plaza Sucre, por la carretera Rocafuerte*”.⁴⁶ Al llegar al lugar donde fue emplazado el monumento, se proclamaron discursos y se finalizó con fuegos de pirotecnia y serenatas en honor a Sucre, ejecutadas por las bandas de música de la ciudad. Todo concluyó pasada las 10 de la noche.

Después de la inauguración se realizaron actas y memorias escritas de lo ocurrido. Según los comentarios realizados, la presentación de la escultura fue exitosa y la imagen, perfecta. Sin embargo, de acuerdo con otros manuscritos elaborados por autores que firman con seudónimo, se expone la oposición y resistencia a la escultura, incluso antes de su inauguración.

Con el seudónimo de X.X. el documento fechado, julio 24 de 1892, dice que la propuesta antes planteada por el artista español José González y Jiménez fue en vano juzgada negativamente y afirma que la composición de la escultura aprobada y ejecutada “*ha sido poco acertada, y que (...) habrá de ser reemplazada algún día por otra que merezca ser ornato de*

⁴⁵ BAEP, SIXVII-XIX, 1892, p. 7.

⁴⁶ De los carros alegóricos, el que más sobresalió fue el de Colombia. “*Se presentó arrastrado por cuatro briosos caballos negros de dorados cascos, con ricos jaeces (...), sobre una alta pirámide se destacaba la gentil niña que representaba a la libertad; iba cubierta con una túnica blanca de seda y empuñando brillante espada*”. En el carro del Ecuador se podía ver, “*la reproducción del escudo nacional. En el centro (...) asomaba el Pichincha, cubierta la cima de nieve, recibiendo los perpendiculares rayos del sol que se hallaba en el cenit (...). En el propio lecho –de la montaña– se hallaba recostada la hermosísima niña que representaba la Libertad, lujosamente vestida de guerrero romano. Hacia atrás véase un navío símbolo del mar ecuatorial*”. Inauguración de la Estatua del Mariscal D. Antonio José de Sucre, Quito el 10 de agosto de 1892, Imprenta del Gobierno, BAEP, SI XVII-XIX, Autores conocidos, Antonio José de Sucre, p. 23.

(...) *la capital*".⁴⁷ Se menciona también, que la imagen inaugurada, representa a Sucre como un signo convencional, puesto que no se parece al Mariscal. La crítica hace alusión a la carencia de elegancia, a una representación forzada que no refleja las glorias del héroe y que no conecta con el simbolismo que se intenta configurar para la historia patria. El manuscrito finaliza con una nota de resignación, en la cual, dice que al fin y al cabo hay una estatua de Sucre pese a las dificultades y que, ante la situación, los ciudadanos deben enorgullecerse.⁴⁸

A modo de conclusión

La obra escultórica del Mariscal Sucre es una muestra de la emergencia ideológica que vivía el país en ese momento histórico. La necesidad de figuras representativas provocó que las esculturas monumentales no hayan sido levantadas con parámetros estéticos sino más bien con cierta des-complicación, tratando composiciones sencillas que no simbolizan a cabalidad la naturaleza inmortal en la que se deseaba figurar a los héroes.

La escultura monumental sirvió para cubrir necesidades políticas de legitimación de los gobiernos. La atención de la municipalidad en la construcción de la escultura se presenta como la necesidad de mantener en escena la herencia que el poder podía dejar por medio de la manipulación del pasado glorioso. Existe un escogimiento de los personajes y hechos que deben ser recordados y también hay una mentalización del pasado e imposición de recuerdos, lo que deja visible que por medio de una escultura se consagra el poder.⁴⁹ Una estatua expresa emblemáticamente la obra pública promovida desde el oficialismo que se incorpora a la arquitectura y que se constituye en fundamental en la ornamentación urbana, es decir, conforman un sentido alegórico-cívico en sintonía con los edificios, dejando atrás las estructuras- en el caso de Quito- del antiguo régimen y enfocándose en las modernas.

Las manifestaciones artísticas tuvieron carácter vernáculo y las esculturas no fueron la excepción. Se presentaron como símbolos del adelanto cultural, procurando establecer modelos reglados a seguir. Son obras que adornan plazas y parques públicos, y contribuyen con el cambio de la fisonomía de las ciudades; son monumentos cuya característica principal es su tinte popular que permite una definición rápida y comprensible. La escultura es mucho más fácil de interpretar porque es sólida como los objetos de la naturaleza, y bajo sus tres dimensiones se aproxima a la realidad, lo que la pintura no puede alcanzar. Sin la ayuda de

⁴⁷ BAEP, SI XVII-XIX, 1874, p. 10.

⁴⁸ BAEP, SI XVII-XIX, 1874, p. 10.

⁴⁹ Rodrigo Gutiérrez Viñuales, *Monumento conmemorativo y Espacio público en Iberoamérica*, Catedra, Madrid, 2004, pp. 161-162.

imágenes, el análisis más abstracto y el razonamiento más metafísico queda más allá de nuestro entendimiento, por medio de las imágenes somos capaces de recordar.

El individuo domina su entorno a través de imágenes que son un lenguaje digerible que representa algo en común y que debe ser guardado en la memoria. Al levantar la figura del héroe de manera sencilla y sin tanta alegoría permite la identificación del individuo común con la efigie del héroe inmortal y este a la vez se convierte en modelo a seguir, aunque no sea aceptado en su parte estética. Un aspecto social que se marca es el *ver y ser visto*, entendiéndose en imágenes reflejo que definen el prestigio, modernidad y reputación del colectivo ante las otras naciones que los observan y juzgan, en este caso por lo que edifica como parte de la urbanización de los espacios, buscando elevar su importancia en sintonía con el ideario de la clase dirigente.

Por los comentarios realizados antes, durante y al finalizar la inauguración de la escultura de Sucre, por un lado, se acepta con el haber cumplido el propósito de levantar una obra en gratitud y por otro, lo Kitsch, entendiéndolo como aquellas obras que contienen una carga de mal gusto, de lo que parte y se concreta desde otras intencionalidades y formaciones estéticas.⁵⁰ Entonces, la representación de Antonio José de Sucre no logró configurarse en una obra que semeje o supere la talla del personaje. Por lo cual, los intentos por representar a Sucre hicieron que se levanten esculturas que no permanecieron en la memoria de los ciudadanos y esto no solo ocurrió en Quito.

En la ciudad de Cuenca, provincia del Azuay, se levantó un monumento a Sucre el 12 de diciembre de 1881, en la denominada Colina de Yanuncay a orillas del río del mismo nombre. Se trataba de una escultura de busto -obra de José Miguel Vélez-.⁵¹ Se desconoce los motivos, pero esta obra no persiste más en el lugar mencionado. Luego, el 3 de noviembre de 1920 en la Parroquia de Sucre- Plazoleta de la Iglesia de San Roque, se levantó una obra similar, trabajo del artista Abraham Sarmiento. Cuando se remodeló a la plazoleta se cambió por completo el pedestal de la escultura quedando reducida a un pilar rectangular simple coronado por el busto de Sarmiento sin placa alguna. En total fueron tres monumentos los que se erigieron, y el último levantado difícilmente se logra distinguir el personaje. Entonces, los monumentos que permanecen no refieren en su estructura al genio militar de Sucre como tampoco permiten el reconocimiento de los ciudadanos con la imagen dispuesta.

⁵⁰ Rodrigo Gutiérrez Viñuales, *Monumento conmemorativo y Espacio público en Iberoamérica*, Catedra, Madrid, 2004, p. 24.

⁵¹ De acuerdo con el periodista Leoncio Cordero Jaramillo en su artículo *El primer monumento de Sucre en Cuenca* menciona que dicho busto se encuentra en el Museo Remigio Crespo Toral. Leoncio Cordero Jaramillo, "El Primer monumento de Sucre en Cuenca", *Apuntes*, Órgano de Opinión de la Asociación de Ejecutivos de Cuenca, Cuenca, Año 7, N° 16, 1990, p. 25.

El material para la realización de las obras también fue motivo de dificultades. Al inicio se propuso elaborar la escultura en piedra si es que el mármol no se adquiriera. Pero Emilia Ribadeneira cuestionó el uso de la piedra diciendo que usar este material pétreo sería como ver un poema épico escrito con carbón sobre un muro despreciable y que daría pena ver en la capital un monumento semejante. El material en el cual se ejecutó la obra mostraba la talla del artista y la importancia del personaje, por eso, las mejores opciones fueron el mármol y el bronce.

En el caso del bronce, aquellas imágenes provenientes de los talleres franceses fueron solicitadas para adornar los lugares públicos, en donde era imprescindible convertir el espacio en un sitio de reconocimiento popular. El bronce por su aspecto brillante y resistente conforma la nueva composición moderna para la ciudad.

Finalmente, la estatua levantada de Sucre –en el momento de ser erigido- simbolizó el imperecedero recuerdo, del gobierno de turno, pero también la eterna gratitud de los ecuatorianos, que en Quito particularmente, le profesaron a este personaje. La imagen del héroe se torna necesaria para hablar de una nacionalidad y al edificar este monumento, Sucre se convierte en el modelo de valentía y patriotismo que se quería para los jóvenes de la nación ecuatoriana. Sucre se constituyó como el héroe inmaculado, inmortal y en el ciudadano modelo, Padre de la Patria.

Mercados populares: a permanência dos mercados Kinjo Yamato em São Paulo (Brasil) e *La Vega Central* em Santiago (Chile) como possível *locus* de cultura alimentar

Fábio Molinari Bitelli

Programa de Pós-graduação Integração América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo, Brasil
fabiombitelli@usp.br

Júlio César Suzuki

Programa de Pós-graduação Integração América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo, Brasil
jcsuzuki@usp.br

Resumo

O presente estudo tem como objetivo apresentar os resultados do levantamento bibliográfico e documental sobre os mercados populares de gêneros alimentícios Kinjo Yamato e *La Vega*, ambos localizados nas regiões centrais das cidades de São Paulo e Santiago, respectivamente, em busca de suas origens e permanências. A coleção de materiais organizados, identificada como *corpus* dessa pesquisa, inclui publicações em periódicos e revistas científicas, documentos fotográficos e desenhos de projetos ou cartográficos coletados no acervo do Arquivo Público de São Paulo, Biblioteca Nacional e Museu Histórico Nacional do Chile. Chegou-se então a uma coleção de quarenta e sete documentos. A partir do resultado apresentado, pôde-se identificar, informações que apontam, por exemplo, para (1) sujeitos formadores desses espaços sociais: os imigrantes japoneses em São Paulo e o povo indígena Mapuche em Santiago; (2) para as características geográficas de proximidade aos rios, que ao longo da história de cada uma das cidades, sofreram alterações significativas em decorrência do crescimento urbano, mas que marcaram a origem de tais mercados: seja como meio de transporte em favor do comércio, seja como divisão natural do espaço que marcava a segregação de grupos sociais; e, (3) como possível *locus* da cultura alimentar, que originada por meio dos produtos e itens ali comercializados, é praticada considerando as características locais de demanda, sujeitos, produção, economia, hábitos alimentares etc.

Palavras-chave: Mercados populares; Mercados públicos; Cultura alimentar; Kinjo Yamato (São Paulo/BR); *La Vega Central* (Santiago/Chile).

Introdução

Pressupõe-se que os mercados populares vão além da prática comercial e de abastecimento, oferecem sociabilidade e podem ser avaliados como *locus* para a origem de determinada cultura alimentar. Com a temática da cultura alimentar exposta a partir de dois mercados populares, o Kinjo Yamato na cidade de São Paulo (Brasil) e o Mercado *La Vega Central* em Santiago (Chile), o estudo objetivou, em sua primeira etapa, a realização do levantamento bibliográfico e documental.

A partir do conjunto de documentos e do referencial teórico coletados, buscou-se: a origem e formação de tais mercados, considerando seu entorno, influências quanto às práticas comerciais e quanto à localidade onde estão inseridos, bem como os sujeitos sociais que deles participam: imigrantes japoneses na cidade de São Paulo com sua contribuição tanto como mão-

de-obra, conhecimento agrícola e produção, quanto no comércio de alimentos da cidade e, no caso chileno a atuação inicial do povo indígena araucano do subgrupo Mapuche no Mercado *La Vega*.

Antecedendo os mercados fixos, o aparecimento das feiras denunciava um adiantamento notável na regularidade das comunicações, garantias individuais, segurança nas travessias e conhecimento local, além da exposição de gêneros para venda, sabendo-se da prévia necessidade deles na região. Sua importância social deduz-se sobretudo pelo efeito de constituírem-se como veículo ativo de convívio e troca de influências em diversos ramos da atividade, do idioma à alimentação.

O abastecimento urbano de alimentos realizou-se em São Paulo, historicamente, de forma fixa e itinerante. A primeira concentrava-se em duas vias do centro histórico: a rua das Casinhas (ou Cazinhas, conforma alguns documentos históricos), que comercializavam carnes e cereais, principalmente; e a rua da Quitanda, onde os comerciantes negociavam verduras, legumes, frutas e pescados¹. Todavia, o comércio de alimentos na cidade colonial não se limitava somente a esses mercados, havia também o comércio ambulante realizado, em sua maioria por mulheres negras, que ofertavam quitutes em tabuleiros, para serem consumidos com as mãos e que gradativamente, principalmente ao final do século XIX, foram perdendo espaço para o comércio mais refinado de cafés, confeitarias e restaurantes.

Com a preocupação da municipalidade em exercer melhor fiscalização e controle tributário sobre as atividades, o comércio de alimentos se deslocou para fora do triângulo histórico², descendo então para as encostas (áreas limítrofes do espaço urbano), culminando no estabelecimento do primeiro mercado público de São Paulo. Inaugurado à rua 25 de março de 1867, no mesmo ano em que se completaram as obras da ferrovia que ligava São Paulo a Santos, o Mercado Público (ou Mercado da rua 25 de Março) era caracterizado pela sua forma de instalação como "*Praça do Mercado*", pois era composto por um pavilhão estreito e longo, bem como por um pátio ou praça interna e ampla. Foi demolido em 1907 para a construção de um novo mercado também demolido poucos anos depois³.

Historicamente, ambos os mercados, objetos desse estudo, migraram de feiras de produtores para mercados permanentes e, em períodos distintos estabeleceram-se nas proximidades dos rios Tamanduateí (São Paulo) e *Mapocho* (Santiago), consolidando-se como referência na oferta de produtos da terra, artefatos, iguarias e especiarias.

¹ Nestor Goulart Reis Filho, *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*, Hucitec, 1994.

² Composto originalmente pelo polígono formado pelas ruas São Bento, Direita e do Rosário (atual rua 15 de Novembro).

³ Nestor Goulart Reis Filho, *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*, Hucitec, 1994.

O aprofundamento dessa pesquisa nos dois mercados tende a confirmar a relevância em investigá-los, pois ao considerá-los espaços populares, acessíveis e promotores de sociabilidade, entrepostos entre os produtores e a população no fornecimento dos alimentos, oferecem vitalidade ao centro urbano de tais metrópoles e colaboram para a fixação da identidade dos grupos formadores.

Corpus da pesquisa

A coleção de documentos foi sistematizada a partir da pesquisa bibliográfica e documental, realizadas inicialmente em fontes digitais (banco de dados acadêmicos, revistas científicas e bancos de teses e dissertações) e em segunda etapa, capturados durante levantamento *in loco* no Arquivo Público Municipal da cidade de São Paulo e, virtualmente nos arquivos da Biblioteca e do Museu Histórico Nacional do Chile. Embora o resultado inerente ao Mercado Kinjo Yamato seja carente de produção, devido a falta de documentos que se referisse especificamente a ele, optou-se pela construção historiográfica a partir dos mercados que o antecederam e que, de certo modo, contribuíram para a sua formação. Nesse contexto, parte da documentação refere-se ao Mercado Municipal da rua Cantareira, que além da proximidade física, –estão localizados frente a frente – entre o período de projeção e construção (de 1927 a 1933) foi alvo principal das atenções municipais.

Tais documentos, principalmente fotografias, desenhos técnicos e livros de entrada e saída de insumos, que trazem referências desde a área/território onde está localizada a construção até livros contábeis (no caso de São Paulo) – cujo registro/conteúdo informa os itens tradicionalmente ali comercializados – seguem listados no quadro 1.

Totalizando vinte e sete documentos, foram categorizados com: (a) descrição do material, (b) ano de produção, (c) tipo de documento (que varia entre desenhos técnicos e fotografias) e (d) a fonte.

Quadro 1: Levantamento documental acerca dos mercados populares de São Paulo e *La Vega Central* (Santiago)

Descrição do material	Ano	Tipo de documento	Fonte
Plano Bancas Mercado (Mercado Municipal rua Cantareira)	1933	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Verduras (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Frutas (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Vitrines e prateleiras (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Seção de sementes e herbanários (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Seção de ovos (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Seção de Aves (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Bancas tripas e mengos (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Bancas Caixas e cestos (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
Banca Torrefação (Mercado Municipal rua Cantareira)	1932	Desenho técnico	Arquivo Histórico de São Paulo
<i>Antiguo puente Cal y Canto</i>	1888	Fotografia	Museo Histórico Nacional Chile
<i>Mercado popular a orillas del rio Mapocho, 1902</i>	1902	Fotografia	Biblioteca Nacional de Chile
<i>Mercado La Vega Central, hacia 1912</i>	1912	Fotografia	Museo Histórico Nacional Chile
Mercado Municipal rua Cantareira	1905	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
<i>Calle Llastra y Vega Central</i>	1952	Fotografia	Biblioteca Nacional de Chile
<i>Vendedor de zanahoria (Mercado La Vega Central)</i>	1971	Fotografia	Museo Histórico Nacional Chile
<i>Cargador de Mercado La Vega Central</i>	1971	Fotografia	Museo Histórico Nacional Chile
Construção Mercado Municipal rua Cantareira terreno vazio	1930	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Vista aérea Mercado Cantareira	1969	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Terreno atual Mercado Kinjo Yamato	1969	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Terreno atual Mercado Kinjo Yamato + trilhos bonde	1969	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Mercado Municipal rua Cantareira	1969	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Mercado Tucuruvi	1969	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Mercado São Miguel	1969	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Mercado Pinheiros	1971	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Rio Tamanduateí	[1927 c.]	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo
Construção Mercado Municipal rua Cantareira terreno vazio	1930	Fotografia	Arquivo Histórico de São Paulo

Fonte: os autores (2018)

Listados no quadro 2, estão as publicações registradas cujo conteúdo teórico interessa para endossar a pesquisa – todavia ainda não foram utilizadas em sua totalidade na construção desse texto. O material relacionado faz parte do levantamento bibliográfico realizado em bibliotecas, banco de dados, revistas e periódicos acadêmicos e foram categorizados considerando as informações: (a) título da obra, (b) qual dos mercados a que se refere, (c) assunto e conteúdo que importa para a pesquisa, (d) tipo da publicação, (e) autor(es) e (f) ano em que foram publicados. Importante destacar que outras obras bibliográficas foram citadas nesse estudo, compõem o *corpus*, o referencial teórico e encontram-se relacionadas nas referências.

Quadro 2: Levantamento bibliográfico acerca dos mercados populares de São Paulo e *La Vega Central* (Santiago)

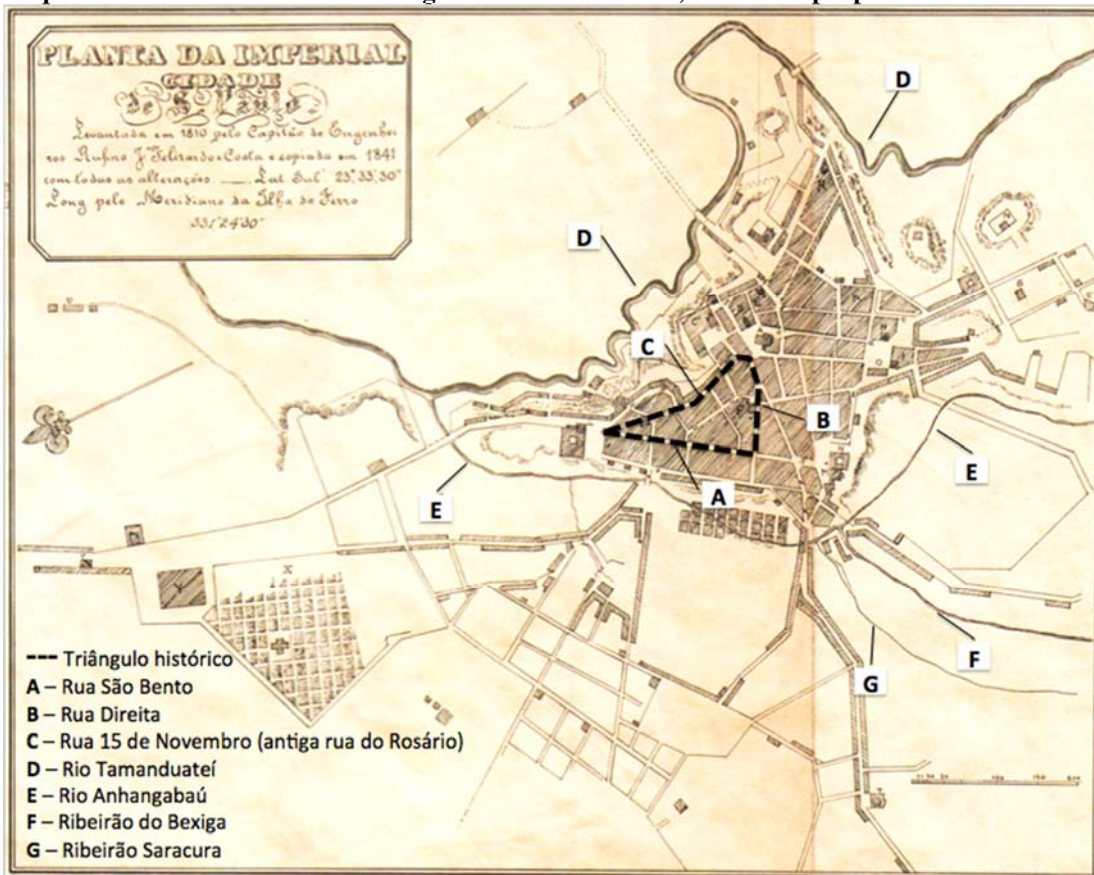
Título	Mercado de referência	Assuntos / conteúdo	Tipo de publicação	Autor(es)	Ano
Livro de Escrituração de Gêneros Alimentícios	Kinjo Yamato	Cultura alimentar; Praça do Mercado	livro	Prefeitura Municipal de São Paulo	1876-1877
Livro de Escrituração de Gêneros Alimentícios	Kinjo Yamato	Cultura alimentar; Praça do Mercado	livro	Prefeitura Municipal de São Paulo	1878-1879
Relatório apresentado à Câmara Municipal referente ao ano 1926	Kinjo Yamato	Mercado de Frutas, aves e verduras; construção do Mercado Municipal Cantareira	livro	Prefeitura Municipal de São Paulo	1927
As "casinhas"	Kinjo Yamato	Comércio histórico	artigo	Afonso A. de Freitas	1934
Mensagem do Prefeito Fábio Prado à Câmara Municipal	Kinjo Yamato	Mercado da 25 de março/ transporte e bonde	livro	Departamento de Cultura de São Paulo	1936
São Paulo de antigamente: história pitoresca de suas ruas.	Kinjo Yamato	Rio Tamanduateí	livro	Maoel Vitor	1976
Relatório apresentado à Câmara Municipal referente ao ano 1893	Kinjo Yamato	Mercado da 25 de março/ Rio Tamanduateí; Mercado São João	livro	Prefeitura Municipal de São Paulo	1984
História da cidade de São Paulo (através de suas ruas)	Kinjo Yamato	Mercado da 25 de março/ rio tamanduateí	livro	Antonio Rodrigues Porto	1997
São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole.	Kinjo Yamato	Rio Tamanduateí; primeiro mercado (dos caipiras)	livro	José Alfredo Vidigal Pontes; Ruy Mesquita Filho	2003
Estatuto de la sociedad anónima "Vega Central"	La Vega	Mercado La Vega	livro	Santiago (cidade)	1911
Una mañana en la Vega Central	La Vega	Mercado La Vega	periódico	Pacífico Magazine	1917
La Chimba: (del viejo Santiago)	La Vega	La Chimba; território do Mercado La Vega	livro	Carlos Lavín	1947
La Chimba antigua: la Cañadilla de Santiago (1541-1887)	La Vega	La Chimba; território do Mercado La Vega	livro	Abel Justo Rosales	1948
Ferías libres: espacio residual de soberanía ciudadana	La Vega	Comércio histórico	livro	Gabriel Salazar	2003
El barrio Mapocho y el parque Forestal: espacio público y representaciones de ciudad en Santiago de Chile (1885-1900)	La Vega	Território do Mercado La Vega	dissertação	Simón Castillo	2008
El Mapocho urbano del s. XIX	La Vega	Rio Mapocho	artigo	Simón Castillo	2009
Gráfica Popular en la Vega Central: Una aproximación desde los creadores y locatarios	La Vega	Território do Mercado La Vega	dissertação	Nidia Hip Herrera	2010
Habitar la Ciudad Barbara: La Chimba Del Siglo XXI	La Vega	La Chimba; território do Mercado La Vega	artigo	Francisca Márquez	2012
Inmigrantes en territorios de frontera. La ciudad de los otros. Santiago de Chile	La Vega	Território do Mercado La Vega	artigo	Francisca Márquez	2014
Cultura y Habitat Residencial: El Caso Mapuche	La Vega	Cultura alimentar; Povo indígena mapuche	artigo	Oriando Sepúlveda Mellado, Fernando Vela Cossio	2015

Fonte: os autores (2018)

Os rios Tamanduateí (São Paulo) e Mapocho (Santiago)

Uma das características principais da formação geográfica da cidade de São Paulo é a quantidade de rios e córregos localizados em seu território, fato que favorecia, em seus primeiros séculos, a utilização de canoas para transporte: o ribeirão do Bexiga, desaguava no Saracura, afluente do Anhangabaú, que por sua vez levava até o rio Tamanduateí, que desaguaria no maior de todos, o Tietê, formando com este e com o rio Pinheiros uma rede hidrográfica (mapa 1).

Mapa 1: Cidade de São Paulo e triângulo histórico em 1810, com destaque para os rios e ribeirões



Fonte: legenda e indicações elaboradas pelos autores (2018). Planta da Imperial Cidade de São Paulo (1810 [copiada 1841]), Arquivo Público de São Paulo, 1841.

Haviam nesses trajetos fluviais vários pequenos portos e trapiches, utilizados como parada, repouso dos viajantes e acomodação de cargas; o mais importante deles fixava-se à rua 25 de Março, próximo à travessa do Porto Geral:

Era para o Porto Geral que afluía a maior parte dos produtos agrícolas, e a região foi logo adquirindo caráter de entreposto e centro redistribuidor. Lá foi construído o primeiro mercado da cidade, que seria reconstruído no século XIX, momento em que a riqueza proporcionada pelo café fazia com que vários entrepostos comerciais se espalhassem por todos os cantos. O atual Mercado Central de São Paulo seria inaugurado apenas em 1933.⁴

Fato que já apontava para a transferência do comércio de gêneros alimentícios para fora do triângulo histórico (mapa 1) de formação da cidade de São Paulo e mais próximo do rio Tamanduateí, região que permanece até os dias atuais com essa prática, embora o rio tenha sofrido alterações em seu curso natural desde a elevação da vila à cidade (foi sendo retificado a partir 1894) e não ofereça nenhum tipo de uso prático como no passado.

⁴ José Alfredo Vidigal Pontes e Ruy Mesquita Filho, *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*, São Paulo: O Estado de S. Paulo/Editora Terceiro Nome, 2003, p. 142.

No caso chileno, a proximidade do rio Mapocho também imprimiu marcas, principalmente como fronteira geográfica entre “*la ciudad bárbara*”⁵, forma como está descrita a região (hoje bairro) chamada *La Chimba*⁶ (a cidade bárbara) e a outra parte da cidade de Santiago, localizada do outro lado do rio como “*la ciudad propia*” (cidade reconhecida/legítima):

Desde o século XVI, material e simbolicamente, se instala nela [*La Chimba*] o que o centro da cidade quer negar: cemitérios, hospitais, mercado, conventos, pequenos artesãos industriais, ciganos, índios, vagabundos e imigrantes empobrecidos em busca de melhor fortuna. Território constituído a partir da sua origem como subúrbio, fora da cidade, onde os escravos e os nativos são estabelecidos a serviço dos conquistadores. *La Chimba* também nasceu como uma porta aberta ao norte, o local de chegada do Inca, local de partida dos exércitos patrióticos e dos migrantes.⁷

No que concerne às questões relacionadas ao rio Mapocho, à região de *La Chimba*, à história urbana e suas alterações ao final do século XIX (já indicando para a metropolização da cidade de Santiago):

Durante este período, o rio foi canalizado em seu trecho urbano – entre as ruas Pío IX e Manuel Rodríguez – incluindo a destruição da ponte Cal y Canto, bem como a construção de edifícios, pontes e parques públicos. Simultaneamente, o fim de uma longa faixa de despejos e a erradicação de milhares de habitantes de seus bancos centrais para outros setores. Este processo de modernização modificou drasticamente a imagem da cidade, bem como a conectividade entre o centro histórico - sul do rio - e a área de *La Chimba* - ao norte dela.⁸

É também entre os anos 1887 e 1900 que uma série de projetos e construções (realizados pelo Ministério da Indústria e Obras Públicas), dentre eles se incluíam edifícios de comércio como o Mercado *La Vega Central*, obras que somente foram possíveis devido à elevação dos terrenos depois da canalização do rio Mapocho. Detalhada no mapa 2 está a representação do rio já retificado, com algumas das obras públicas realizadas, principalmente nas primeiras décadas do século XX, caso do Mercado *La Vega*.

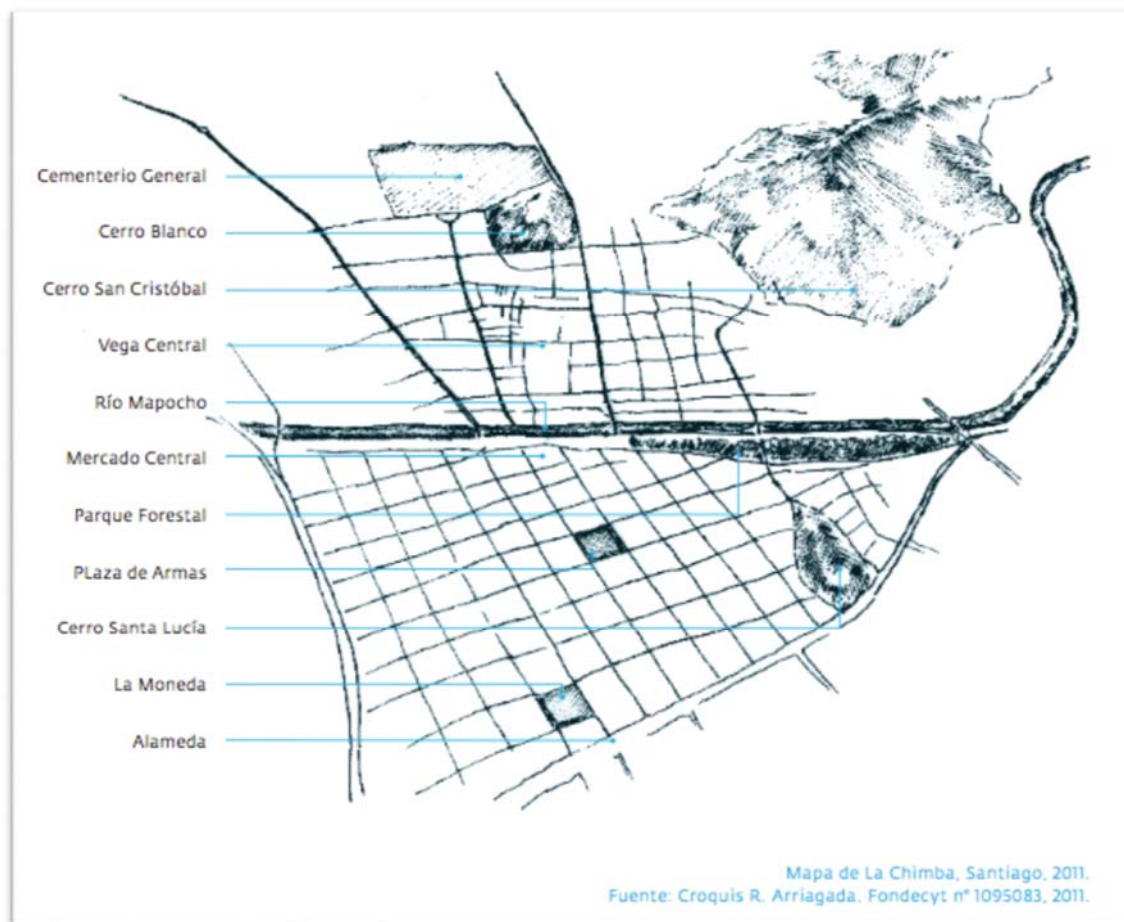
⁵ Francisca Márquez, *Habitar la ciudad bárbara: La Chimba del siglo XXI*. Revista 180, n. 29, 2012, p. 29.

⁶ *La Chimba* – que significa “o outro lado” na língua nativa *quéchua* –, tem sido desde outros tempos o outro lado de uma cidade que se deseja limpar e historicamente o outro lado da cidade de Santiago.

⁷ Francisca Márquez, *Habitar la ciudad bárbara: La Chimba del siglo XXI*. Revista 180, n. 29, 2012, p. 29.

⁸ Simón Castillo, *El Mapocho urbano del s. XIX*. ARQ (Santiago), n. 72, p. 46-49, 2009, pp. 46-48.

Mapa 2: Bairro *La Chimba*, Santiago (Chile) em 2011, destaque do rio Mapocho retificado e localização do Mercado *La Vega*



Fonte: Francisca Márquez, *Habitar la ciudad bárbara: La Chimba del siglo XXI*. Revista 180, n. 29, 2012, p. 29.

Logo, a maneira de entender a cidade de Santiago perpassa a estrutura do bairro Mapocho (que dá nome ao rio e atual *La Chimba*, inserido na Comuna Recoleta), diferenciado-se do centro da cidade pelo seu perfil popular. Por outro lado, essas características ajudaram “a estabelecer o setor como uma espécie de eixo” considerando que em sua volta havia a “chamada ponte dos carros”, onde passaram os vendedores ambulantes que vieram da antiga *Villa de Renca* (hoje uma comuna) com seus produtos, à margem sul o mercado, aberto durante a década de 1860, bem como “casinhas, bares e bordéis”, especialmente localizados às ruas de San Pablo, Puente e Bandera⁹.

⁹ Simón Castillo Fernández, *El barrio Mapocho y el parque Forestal: espacio público y representaciones de ciudad en Santiago de Chile (1885-1900)*, 2008, p. 15.

Mercados Kinjo Yamato e La Vega: breve histórico

A história do Mercado Municipal Kinjo Yamato¹⁰ provavelmente tem início no antigo Mercado Caipira, relatado por Reis Filho (1994, p. 122) como um “pequeno pavilhão” localizado ao lado do Mercado São João. Tornou-se conhecido na comercialização de frutas, legumes e verduras provenientes dos campos onde trabalhavam imigrantes japoneses. Como complemento de renda, esses imigrantes traziam os produtos que sobravam da colheita para vendê-los no centro da capital paulista de maneira informal.

De estrutura de ferro, inaugurado em 1890, o Mercado São João ocupou ao menos três endereços na cidade de São Paulo, sempre anexo ao mercado “principal”. O primeiro deles na ladeira do Acú, região da atual avenida São João, fato que também conecta o Mercado São João ao Mercado Kinjo Yamato, já que esse também preserva essa característica estrutural:

O Mercado São João, inaugurado em 30 de junho de 1890, foi fabricado pelo sistema Danly, das Forges d’Aiseau, sendo sua origem, dessa forma, possivelmente belga. Era conhecido como “Mercadinho”, localizando-se na baixada do Acú, na Praça Federal, próximo à Rua de São João, e destinado à venda de verduras. Com a abertura da Avenida São João, teve de ser desmontado, sendo deslocado para baixo do Viaduto Santa Ifigênia, por volta de 1914. Permaneceu no local por cerca de dez anos, sendo demolido quando efetuadas as obras de transformação do Vale do Anhangabaú.¹¹

Foi então desmontado aproximadamente em 1924 e a mesma estrutura foi remontada nos baixios do viaduto Santa Ifigênia – cuja desocupação foi necessária poucos anos depois para andamento do projeto de requalificação do Vale do Anhangabaú. Essa última alteração consta no relatório anual de 1928, realizado pelo então prefeito José Pires do Rio (gestão 1926-1930), além das informações sobre o andamento da obra do Mercado Municipal da rua Cantareira – iniciada durante sua gestão e que seria finalizada somente em 1933:

Adeantada se encontra hoje a construção do grande mercado municipal no parque Pedro II, à margem do Tamanduatehy, a duas quadras da rua 25 de Março. Até o fim deste ano talvez possamos preparar parte do edifício para ahi se alojar o pequeno mercado Anhangabahú, mal installado nos baixos do viaducto de Santa Ephigenia. A inauguração completa, porém, do grande mercado, cuja construção foi iniciada no fim de 1925, pela casa Ramos de Azevedo, que assignou contracto de administração com a Municipalidade, não se realizará antes do fim do anno vindouro ou começo de 1930, pelo que podemos avaliar observando o andamento actual das obras, de que parte importante, constituída pelo frigorífico, ainda não foi começada.¹²

¹⁰ Seu nome foi alterado para Kinjo Yamato em 1988, quando da comemoração de 80 anos da imigração japonesa no Brasil. Sendo o Sr. Kinjo Yamato, o primeiro imigrante japonês a concluir o ensino superior. Disponível em <http://mercadokinjoyamato.com.br/quem-somos>.

¹¹ Beatriz Mugayar Kühl, *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*, Ateliê Editorial, 1998, p. 104.

¹² Relatório de 1927 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Arquivo Histórico de São Paulo, Empreza Graphica Limitada: São Paulo, 1928, p. 20.

O documento mais assertivo, quanto ao local que hoje encontra-se o Mercado Kinjo Yamato é a mensagem do Prefeito Fábio da Silva Prado (gestão 1934–1938) à Câmara Municipal de São Paulo em 1936 acerca do “*Entrepasto de Gêneros*”:

Provisoriamente no antigo Mercado Municipal, à rua 25 de Março, esquina da rua General Carneiro, o novo entreposto está sendo construído em terreno amplo, há pouco adquirido e situado mesmo em frente do Mercado Central, com uma área aproximada de cinco mil metros quadrados. Constituía necessidade premente a instalação do entreposto de verduras e fructas em local mais próximo do Mercado Municipal. Funcionando afastado, era causa de sérios prejuízos não só para os mercadores, como para o público.¹³

Essa documentação endossa a permanência de certa característica comercial, a de entreposto, principalmente de frutas, legumes e verduras, que historicamente ocorria também na área externa e próxima aos mercados municipais, fato que muito se aproxima do que hoje é o Mercado Kinjo Yamato, pois juntamente com o Mercado Municipal da rua Cantareira, compõem o principal comércio de alimentos no centro da cidade de São Paulo. Os dois mercados compartilham de histórias em comum não só no que diz respeito à comercialização de produtos: durante o período de construção do vizinho, o local Mercado Kinjo Yamato foi utilizado como base de construção e durante a Revolução Constitucionalista de 1932 (fato que atrasou sua inauguração) o local foi utilizado como enfermaria, enquanto o Mercado Municipal serviu como depósito de armas.

Já no caso chileno, a reunião de comerciantes populares de *La Chimba*¹⁴ remonta aos tempos coloniais, quando os agricultores estacionavam seus carros na chamada *Cañadilla* para vender seus produtos. Desde a construção da ponte *Cal y Canto* no século XVIII, fornecedores e comerciantes se instalavam no seu acesso e rampas de saída, assim a área estava se tornando um espaço de consumo e convívio, pois além do comércio, se reuniram também bares, casas de jogo, bordéis e outros locais de sociabilidade popular: esta foi a origem do “*Vega del Mapocho*” mais tarde “*Vega Central*”¹⁵.

Documento inaugural e de importância que marcou a fundação do Mercado em 1911, que possivelmente desencadeou sua construção e fixação legal, foi o Estatutos da Sociedade Anônima “*La Vega Central*”:

Esta Sociedade, que constitui o Mercado de *La Vega*, o único lugar onde chegam os fornecedores de verduras, legumes e frutas, nasceu do desejo que os comerciantes da *Vega*

¹³ Mensagem do Prefeito Fábio Prado à Câmara Municipal de São Paulo, Arquivo Histórico de São Paulo, 1936, p. 120.

¹⁴ *La Chimba* (< *quechua*, 'de la otra banda, del otro lado') era o nome dado à margem norte do rio *Mapocho* durante a Santiago colonial, desde então já dedicado a produtos agrícolas e ocupado por famílias indígenas desde o período pré-hispânico.

¹⁵ Paulo Álvarez, *La Chimba del Valle del Mapocho: historia de una alteridad en construcción (siglos XVI-XIX)*, Espacios Revista Geografía 1, 2011, pp. 19-42.

e proprietários dos arredores deste Mercado tinham de não se afastar de uma localização tão central e comercial como o Vega Central, que havia dado vida e movimento a esse bairro, criando interesses transcendentais em seu entorno. Os comerciantes da Vega Central, seus vizinhos e os donos das comunas de Independência e Recoleta, ameaçados em seus planos com a transferência deste estabelecimento, insinuaram a ideia de formar uma sociedade cooperativa, comprando-o (...).¹⁶

Tal documento surgiu com o advento provável das transformações que a cidade passava nesse período. Em suas trinta páginas explicitou-se a preocupação daqueles que participavam de seu cotidiano, o que demonstra também certo movimento coletivo de esforço voltado para sua permanência, apresenta seus acionistas, bem como todos os itens que um estatuto sugere.

Mercado popular, o *La Vega Central* ocupa galpões e armazéns à margem norte do rio, entre os bairros *Cañadilla* e *Recoleta*. Sua construção iniciou-se em 1895 e foi inaugurado em 1916 com o apoio do Estado para finalização, fato que colaborou com o assentamento definitivo da feira popular que já se desenvolvia ali.

Ao descrever o *La Vega*, Nidia Hip Herrera – que teve como foco de sua pesquisa a cultura visual a partir dos cartazes de estética peculiar, utilizados para os anúncios nas bancas de seu interior – como “*cubículos em série, onde um propósito estético não parece prevalecer, mas apenas o uso funcional e máximo do espaço*”¹⁷, identificou também o perfil de seus sujeitos (seja comerciantes ou frequentadores):

(...) um mercado de abastecimento onde pequenas e médias empresas estão instaladas. Estabelece relações comerciais entre diversos setores socioeconômicos, considerando fornecedores, empresários ou inquilinos e compradores (atacadistas e varejistas). No entanto, no uso do espaço *Vega*, principalmente por pessoas e grupos da classe média (ampla) e classe baixa são reconhecidos.¹⁸

Atualmente goza de reconhecimento de certos setores como portador de uma identidade local e popular, especialmente diante do destaque que vem ganhando na mídia nacional e internacional – em uma busca simplificada no site de busca Google, foi possível encontrar algumas reportagens cujo teor estava relacionado com o valor do Mercado para o turismo e patrimônio cultural de Santiago, bem como anunciando sua premiação como um dos melhores

¹⁶ *Estatutos de La Sociedad Anónima Vega Central*, Imprenta Universitaria, Santiago de Chile, 1911, p. 4.

¹⁷ Nidia Hip Herrera, *Gráfica Popular en la Vega Central: Una aproximación desde los creadores y locatarios* [en línea]. Santiago, Chile: Universidad de Chile - Facultad de Ciencias Sociales, 2010.

¹⁸ Nidia Hip Herrera, *Gráfica Popular en la Vega Central: Una aproximación desde los creadores y locatarios* [en línea]. Santiago, Chile: Universidad de Chile - Facultad de Ciencias Sociales, 2010, p. 137.

mercados do mundo pelo site de conteúdo gastronômico *The Daily Meal*¹⁹ e também pela revista de turismo *The Saveur*²⁰, ambos norte-americanos.

Considerações finais

De fato, esse levantamento preliminar, apresenta ainda algumas lacunas na formação histórica de ambos os mercados, problema que poderá ser reduzido durante a continuidade da pesquisa e com a aplicação de materiais e métodos variados. Acerca dessa posição é sabido que o trabalho de investigação permanecerá com o objetivo de abarcar e/ou construir os documentos necessários para esse fim. Ainda assim é possível, a partir desse estudo, estabelecer parâmetros/categorias que facilitem ou possibilitem algumas diretrizes para análise: caso das questões construídas e pontuadas nesse artigo.

A história de São Paulo é marcada pelo crescimento acentuado, principalmente durante o período contemplado entre os séculos XIX e XX, o mesmo recorte temporal utilizado nesse estudo, logo entende-se que a cidade ainda não cicatrizou suas perdas patrimoniais, haja vista as inúmeras demolições e reconstruções de seus mercados municipais, deixando para trás sua história e cultura. Nesse mesmo contexto, a cidade de Santiago (Chile) passou por grandes transformações, ao passar por alterações na região do Mercado *La Vega*, decorrentes da canalização do rio urbano Mapocho foi possível a percepção de como esse processo impactou no cotidiano social, seja positivamente por facilitar a comunicação entre os dois lados (historicamente segregados) ou a mobilização a partir da publicação de um Estatuto que colaborou para a sua fixação, seja negativamente pela desocupação de seu território.

Há, ao longo da história da humanidade, valor dado à alimentação e conseqüentemente, aos mercados, seja pela circulação e comércio de produtos, seja como promotores de relações sociais. Nesse contexto, as cidades de São Paulo e Santiago estão servidas de dois mercados populares, apontados aqui como área de estudo, que se aproximam em algumas características e/ou se distanciam em outras, porém o que constata-se inegável, é que ambos são um campo vasto para pesquisa.

Como hipóteses, visualiza-se a permanência das características comerciais de ambos os mercados desde suas origens (ao final do século XIX), mesmo com possíveis alterações no

¹⁹ <http://www.emol.com/noticias/economia/2013/09/25/621437/la-vega-central-de-santiago-es-elegida-entre-los-mejores-mercados-del-mundo.html>

²⁰ <http://www.latercera.com/noticia/aumento-de-clientes-abcl-impulsa-modernizacion-de-la-vega-central/>
<http://www.latercera.com/noticia/revista-de-turismo-de-eeuu-destaca-a-la-vega-central-como-uno-de-los-mejores-mercados-del-mundo/>

decorrer de suas histórias; e que os sujeitos preponderantes atuam como disseminadores de uma cultura originária a partir da produção, disponibilidade e venda de alimentos.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX

EIXO 5: DISCURSOS E INSTITUIÇÕES

RELIGIOSAS

De 16 a 18
maio de 2018

Universidade
de São Paulo
Brasil

Desarrollismo en clave socialcristiana: redes intelectuales e itinerarios formativos

Horacio García Bossio
Facultad de Ciencias Sociales
Pontificia Universidad Católica Argentina (UCA)
horacio_garciabossio@uca.edu.ar

Resumen

El desarrollismo fue una expresión política, económica e intelectual que se gestó durante la posguerra en los denominados países periféricos. Muchos intelectuales se han preguntado quiénes son los padres de la teoría del desarrollo económico. Una primera encuentra el origen de la teoría en la CEPAL (Comisión Económica para América Latina), en el escrito *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas*, publicado en 1949 por el economista argentino Raúl Prebisch. Sin embargo, es posible constatar otro origen alternativo, una “vía eclesiástica”, social-cristiana e independiente de la influencia cepalina. El objetivo de este *paper* es describir las redes intelectuales y los itinerarios formativos que consolidaron un desarrollismo en clave socialcristiana. Para ello abordaremos los escritos *desarrollistas* del filósofo Jacques Maritain, del fraile dominico Louis Joseph Lebreton y del economista François Perroux. Pondremos especial atención a las repercusiones periodísticas de las visitas a Argentina de Maritain y Perroux; y de Lebreton a Brasil y Colombia. A partir de allí esperamos determinar las influencias europeas dentro de los círculos intelectuales católicos argentinos, tomando como fuente los escritos del jesuita Fernando Storni (exponente del Centro de Investigación y Acción Social, CIAS, fundado por la Compañía de Jesús) y del economista Oreste Popescu, investigador de la Universidad Nacional de La Plata y de la Pontificia Universidad Católica Argentina.

Palabras claves: Desarrollismo; Socialcristianismo; Redes; América Latina.

Introducción

El desarrollismo fue una expresión política, económica e intelectual que se gestó durante la posguerra en los denominados países periféricos. Como una nueva categoría conceptual (que reemplazaba dentro del pensamiento económico clásico y marginalista a los conceptos de riqueza y de crecimiento) muchos intelectuales se han preguntado quiénes son los padres de la teoría del desarrollo económico y de su enorme *corpus* analítico. Una primera aproximación a esta pregunta encuentra el origen de la teoría en la CEPAL (Comisión Económica para América Latina), particularmente en el escrito fundacional *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas*, publicado en 1949 por el economista argentino Raúl Prebisch, dando origen al estructuralismo latinoamericano y constituyéndose – en palabras de Albert Hirschman – en el *Manifiesto* desarrollista.

Sin embargo, es posible constatar otro origen alternativo, a partir de una “vía eclesiástica”, social-cristiana e independiente de la influencia *cepalina*. Ésta encuentra su raíz en el “humanismo integral”, proponiéndose acercar un diagnóstico multidisciplinar al problema del atraso y de la pobreza. Esta segunda vía genética, poco estudiada, hace referencia a una raíz cristiana de las dos categorías esenciales del modelo: la “integración” como precondition para

el “desarrollo” de una economía que no estuviera restringida al reduccionismo antropológico del *homo oeconomicus* neoclásico, ni a las categorías deterministas del marxismo.

Presentadas estas dos posibles líneas genéticas, el objetivo en este *paper* es indagar en las redes intelectuales y los itinerarios formativos que consolidaron el *desarrollismo en clave socialcristiana*. Esta corriente intelectual aspiraba a una economía que compatibilizara el crecimiento de las fuerzas productivas con mecanismos de equidad e inclusión social, a partir de los presupuestos humanistas y trascendentes de la “persona humana”, como parte de un largo camino en el magisterio de la Iglesia, especialmente en la llamada Doctrina Social (DSI) que se inició con la encíclica del papa León XIII *Rerum Novarum* (1891).

A fin de cumplir con nuestro objetivo estableceremos el origen y la circulación de esas ideas en Europa, analizando desde la teoría de la recepción su resignificación en América del Sur y en particular en la Argentina. Para ello abordaremos los escritos *desarrollistas* del fraile dominico Louis Joseph Lebret, del filósofo Jacques Maritain y del economista François Perroux. Pondremos especial atención a las repercusiones de las visitas de Lebret a Brasil y Colombia y de Maritain y Perroux a la Argentina. A partir de allí esperamos determinar las influencias europeas dentro de los círculos intelectuales católicos argentinos, tomando como fuente de análisis los escritos del jesuita Fernando Storni (representante del Centro de Investigación y Acción Social, CIAS, fundado por la Compañía de Jesús) y del economista Oreste Popescu, investigador de la Universidad Nacional de La Plata y de la Pontificia Universidad Católica Argentina.

2. Redes intelectuales e itinerarios formativos

La definición y la delimitación de los alcances de una red intelectual¹ capaz de descubrir los nexos entre quienes (desde las universidades y centros de poder político) gestaron el pensamiento fundante del denominado desarrollismo no es una tarea sencilla. Por ello, adoptaremos la definición que desde la literatura nos ofrece Julian Barnes, quien describe a una red como “un conjunto de agujeros unidos por algunos hilos”,² donde cada “nudo” de esa red sirve como punto de encuentro, sin cerrar ni agotar los probables enfoques hermenéuticos, sino que abre a nuevos estudios y nuevas interpretaciones dentro de un fenómeno complejo.

Complementando el concepto de red intelectual, pero desde la mirada de la hermenéutica de Gadamer³, incorporamos también el concepto de *fusión de horizontes*, que

¹ Para entender la categoría de “red intelectual” se sugiere la lectura de Eduardo Deves Valdes Eduardo, *Redes intelectuales en América Latina*, Colección IDEA, Instituto de Estudios Avanzados, Santiago, Universidad de Santiago de Chile, 2007.

² Julian Barnes, *El loro de Flaubert*, Buenos Aires, Anagrama, 1986, p. 45.

³ Hans Gadamer, *Verdad y Método*, traducción de Ana Aparicio-Rafael de Agapito, Salamanca, Sígueme, 1977, p. 363.

se refiere al choque de perspectivas culturales que se da en el momento que un individuo se acerca a cualquier clase de conocimiento. Dicho individuo tiene un bagaje cultural, social, económico e histórico proveniente de su posición en el mundo, el cuál afectará su manera de aprehender el conocimiento. Finalmente Hans Jauss⁴ – aplicado a los estudios literarios – sugiere con la teoría de la recepción que cualquier lector se acerca a un texto con sus propias ideas sobre lo que espera encontrar en éste; dichas ideas dependerán del marco social y cultural en que se encuentre el lector y se denomina *horizonte de expectativas*. Jauss también distingue el *horizonte de experiencias* del lector, que es el conjunto de experiencias vividas por éste, y del cual dependerá el grado de identificación que pueda lograr con el texto. Este marco teórico nos servirá de continente para el análisis de los complejos mecanismos de intercambio y de circulación de ideas en la construcción de la vía desarrollista socialcristiana en Sudamérica y en Argentina.

2.1 Louis Lebret y su influencia en América del Sur

La influencia del dominico Louis Lebret se manifestó no sólo desde su revista *Economía y Humanismo* sino también a través del IRFED (*Institut International de Recherche, de Formation, Education et Développement*), que nació en Francia frente a la urgencia de preparar técnicos en cuestiones sociales. Su preocupación por resolver los grandes problemas que menoscababan la dignidad de los más débiles lo llevó a pensar que la solución a los mismos estaba en concebir una “economía humana”, es decir, una economía al servicio de la humanidad. En consonancia con el humanismo integral *maritainiano* (en referencia a Jacques Maritain, a quien Lebret reconocía como fundador del pensamiento socialcristiano de entreguerras) el padre Lebret explicaba su marco conceptual en el *Prólogo* de su obra *Dinámica concreta del desarrollo* (1961):

“No es difícil construir un modelo teórico partiendo de cierto número de agregados y de hipótesis, pero sería necesario obtener un modelo efectivamente aplicable a pesar de la extrema diversidad de estructura de los países subdesarrollados y a pesar de la insuficiencia de los datos estadísticos válidos que en ellos se puede disponer. Sólo me pareció posible una dinámica empírica del desarrollo que, no obstante, podía implicar cierto número de teorías parciales”.⁵

⁴ Hans Jauss, "La historia de la literatura como una provocación a la ciencia literaria." *En busca del texto. Teoría de la recepción literaria*. Dietrich Rall (compilador), UNAM, México, 1987.

⁵ Louis Lebret, *Dinámica concreta del desarrollo*, Editorial Herder, Barcelona, 1969, Prólogo. La primera edición francesa publicada en París en 1961 por el centro creado por Lebret, *Economie et Humanismo*, tuvo como título *Dynamique concrète du développement*, y recibió el Nihil Obstat para su publicación castellana en 1964 del censor Pedro Vila Creus, S.I. y el Imprimatum en Barcelona por parte del Vicario General, Dr. Juan Serra Puig. La editorial Herder la publicó en 1966 y la segunda edición ampliada, que utilizamos para esta ponencia, es la del año 1969. www.geocities.com/centrolebret, (consulta abril del 2007)

El padre Lebret fundó, en 1941, un Centro en Marsella que se llamó *Economía y Humanismo* (que editó durante años una revista con el mismo título) y fue director de investigaciones del *Centre National de la Recherche Scientifique*, doctor *honoris causa* de la Universidad de San Pablo y consejero económico de los gobiernos de Colombia, de Senegal y del Líbano. Junto a François Perroux encabezaron un movimiento que pretendía implementar una serie de formulaciones conceptuales y de prácticas concretas para alcanzar un “desarrollo integral y armonioso”. Ambos se adelantaron en sus planteos económico-sociales a la visión *cepalina* del estructuralismo latinoamericano del nombrado *Manifiesto* de 1949. El objetivo del Centro era buscar respuestas a los complejos problemas sociales, organizando equipos de investigadores y de trabajadores sociales que estuvieran comprometidos en la tarea de construir una “economía al servicio del hombre”⁶

Fue invitado al Brasil en 1947 por la Universidad de San Pablo para dar una serie de charlas introductorias sobre la "economía humana". Viajó por este país y por otras partes de América Latina viendo la extrema pobreza de la mayoría de la gente. Su reacción fue utilizar el mismo método sociológico aplicado anteriormente en otras latitudes: observación, análisis de los datos, investigación de las causas, asesoramiento de las necesidades, haciendo programas y proyectos, entrenando a personas comprometidas y calificadas para la movilización de los lugares de poder de decisión. En su propuesta de la “investigación para la acción”, Lebret y su equipo de colaboradores realizó alguna investigación sobre desarrollo urbano y regional en los estados de San Pablo y Paraná. Usando sus ideas y metodología, se organizaron dos equipos, uno en San Pablo y el otro en Río de Janeiro. En el caso brasileño, los trabajos del padre Lebret fueron fundacionales de una sugestiva y compleja “sociología del desarrollo humano”. A su regreso de Brasil, el Padre Lebret era otro hombre. Acaba de descubrir el subdesarrollo a través de sus manifestaciones más degradantes para el hombre: el hambre, los hacinamientos, el analfabetismo, la mortalidad infantil, el desempleo, etc.

Quien reflexiona únicamente sobre el montón de estadísticas puede, ante la dispersión de diversos elementos de niveles de vida, mantener el corazón frío y elaborar sin angustia las teorías del crecimiento de la inversión y del desarrollo... Pero ¿cuántos de quienes han viajado a través del mundo subdesarrollado y subequipado han podido resistir una conmoción que ningún revelamiento estadístico es capaz de igualar?⁷

Sus libros fueron influyentes en la década del cincuenta y principios de la del sesenta, especialmente *Manifiesto para una Civilización Solidaria*, que contenía una fuerte orientación hacia la acción social, y *Suicidio o Supervivencia de Occidente* (1958), que sirvió apoyo al

⁶ Para un análisis más amplio del tema ver Horacio García Bossio Horacio, *¿Qué nos hace más Nación? Desafíos del desarrollismo frondicista-frigerista*, EDUNLA, 2016, Capítulo 2 (primera edición 2014).

⁷ <http://bernardolopezrios.blogspot.com.ar/2013/07/el-padre-lebret-y-el-desarrollo> (consulta enero 2018)

naciente *desenvolvimentismo* brasileiro. Junto a los textos del médico brasileño Josué de Castro, *Geografía del Hambre* (1947) y *Geopolítica del Hambre* (1951), Lebret influyó también en el pensamiento socialcristiano argentino, ya que el jesuita Fernando Storni defendió su tesis doctoral y legitimó su acción pastoral basándose en ambos autores humanistas.

Misiones desarrollistas “eclesiásticas”

La denominada *Misión Lebret* (1955) fue muy importante para los círculos de la *intelligenza* de la presidencia de Colombia y del *staff* ejecutivo del Comité Nacional de Planeación. Se le pidió al Centro de Investigación *Económica y Humanismo* de Lebret que diagnosticara las potencialidades del desarrollo integral del país, desde sus recursos naturales, la estructura educativa y las perspectivas económicas de la nación para encarar una planeación racional. Llegaron a Colombia no sólo Lebret sino los sacerdotes franceses Birou (sociólogo) y Viau (pedagogo) y los científicos sociales Delprat (especialistas en análisis de coyuntura) y Labasse (analista financiero). Conformaron un equipo de trabajo interdisciplinario e internacional con los colombianos Beltrán (arquitecto urbanista), Morales (experto agrícola) y Celestin. Realizaron una encuesta sociológica para determinar el conocimiento de la realidad humana, social y económica básica, de manera de establecer los grados y las formas de intervención estatal para mejorar el nivel de vida de la población colombiana. La *Misión Lebret* no se proponía un plan nacional de desarrollo sino sugerir un diagnóstico de las debilidades y potencialidades estructurales (*humanas*) a fin de proponer cambios actitudinales, en las costumbres y en las “mentalidades”.⁸

La base de su concepción era que una estructura socio-económica que ofreciera a los hombres y mujeres una vida totalmente humana, en poco tiempo y por menos costo – considerando la red de conexión entre el desarrollo de todos los pueblos – se transformaría en una economía basada en las necesidades genuinas de todos, más que en las ganancias y excesivas ventajas para algunos. Convencido de que el verdadero desarrollo se basaba en el protagonismo del mismo pueblo sobre sus propias vidas, también entendió que todo el progreso se puede trabar con el mismo mecanismo del intercambio internacional. Al darse cuenta de esto, comenzó a trabajar con dos grandes instituciones que para él eran capaces de realizar cambios en el mundo: la Organización de las Naciones Unidas (O.N.U.) y la Iglesia católica.⁹

⁸ Heinz Arndt, *Desarrollo económico. Historia de una idea*, Buenos Aires, Editorial REI, 1992, publicado originalmente en 1987 por la Universidad de Chicago, p. 68.

⁹ www.geocities.com/centrolebret, (consulta abril del 2007)

Después de analizar las necesidades de la población y las posibilidades de satisfacerlas, se querían proponer criterios de análisis según las urgencias y las posibilidades de implementación, para facilitar la tarea de los responsables económicos y políticos de cada país, a quienes correspondía la decisión definitiva. El trabajo entregado por esta misión se encontraba dividido en cinco partes: la primera se ocupaba del nivel de vida y de las necesidades de la población colombiana; la segunda, de las potencialidades y las posibilidades físicas del país en relación con las necesidades; la tercera, de las potencialidades y posibilidades financieras; la cuarta, de los arbitrajes en función del desarrollo armonizado y la quinta del problema educativo.¹⁰ Dentro de los elementos graves señalados en el informe Le Bret, vale la pena destacar

"El hábito de la población colombiana de admitir comportamientos antieconómicos: utilización casi totalmente irracional del suelo; persistencia de todas las rutinas que provocan la erosión y el desgaste de las tierras; afición irreflexiva y exagerada por productos extranjeros de los cuales se podría prescindir o que fácilmente se podrían producir en el país; entusiasmo por grandes proyectos costosos, insuficientemente estudiados; anarquía de experiencias no preparadas y carentes de coordinación; escaso interés en la investigación científica basada en datos colombianos; complacencia en las oposiciones sin verdaderas ideologías y en las proyecciones irreales".¹¹

En opinión de Le Bret, Colombia iría al fracaso si no efectuaba grandes cambios en las costumbres y en la mentalidad, si la orientación del desarrollo no se hacía con base en estudios continuados y precisos y no se adelantaba con una firmeza capaz de romper las resistencias atrasadas.

2.2. Recepción de las ideas de Jacques Maritain y François Perroux en Argentina

El pensamiento político- económico de Jacques Maritain

En el año 1936, Jacques Maritain llegó a Buenos Aires invitado por los católicos argentinos a dar una serie conferencias, quienes por entonces lo admiraban y aplaudían su obra y sus ideas. Dictó clases en los Cursos de Cultura Católica (antecesores de la futura Universidad Católica Argentina) cuya dirección estaba a cargo del doctor Tomás Casares, quien en el acto del homenaje que se hizo a Maritain habló de sus méritos y la proyección de su personalidad y se le entregó el título de Profesor Honorario, avalado por lo jerarquía de la Iglesia argentina. Nacido en el seno de la tradición de un cristianismo social que supo describir los primeros albores de "las cosas nuevas" a partir de S.S. León XIII y de la Encíclica *Rerum Novarum*

¹⁰ Decsi Arévalo Hernández, "Misiones económicas internacionales en Colombia (1930-1960)", en *Historia Crítica*, N° 14, Enero, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Los Andes, Colombia, 1997, p. 17.

¹¹ Gómez Delgado Julián (2015), *El trabajo de la Misión de Economía y Humanismo en Colombia (1954- 1958)*, Tesis presentada en la Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, p. 42-43.

(1891), el “humanismo cristiano” propuesto por pensamiento de Maritain tuvo la audacia – en medio de las visiones corporativas de la política (totalitarismos) y de la economía (expansión de las *big business* y multinacionalización productiva y financiera) – de dar a luz a lo que él denominó una *filosofía política* que, tomando como punto de partida el concepto del *humanismo integral* (tal fue el título de una de sus obras cumbres, publicada en 1936) sosteniendo la defensa de una plena realización del hombre y de lo humano dentro de un marco de principios democráticos y cristianos. Efectivamente la visión cultural o filosofía política de inspiración cristiana que Maritain desarrolló en varias de sus obras – particularmente en el citado *Humanismo Integral* y en *El Hombre y el Estado* (Chicago, 1951) – no sólo constituyeron una de las bases del movimiento político demócrata cristiano, iniciado en Europa y en América Latina en la primera mitad del siglo XX, sino que animaron la formación intelectual de muchos de los denominados teóricos desarrollistas latinoamericanos, especialmente brasileños.

De la vastísima obra de Maritain sólo se analizarán algunas de las preguntas desplegadas en *Humanismo...* debido al carácter *genético* que tuvo la misma para muchos pensadores que aspiraban a una comprensión del complejo contexto de entreguerras, especialmente para quienes lo encaraban desde una perspectiva propiamente regional (latinoamericana). Su publicación en 1936 y sus primeras traducciones conocidas en América Latina poco tiempo constituyó una matriz intelectual socialcristiana para la comprensión de “lo político” y “lo económico”, ya que Maritain concebía ambas variables en *clave personalista*, pues, como le gustaba señalar

“...desde el punto de vista filosófico la noción principal sobre la que nos importa insistir aquí es la noción de persona. El hombre es una persona que se gobierna a sí misma por su inteligencia y su voluntad. El hombre no existe simplemente como ser físico. Posee en sí una existencia más rica y más noble, la sobre existencia espiritual propia del conocimiento y del amor.”¹²

Visión política en Maritain

Ya desde *Humanismo Integral*, como luego desde *El Hombre y el Estado*, incluida su *Carta Democrática* (correspondiente a una de las seis conferencias dictadas en diciembre de 1949 en la Universidad de Chicago), se desplegó en el pensamiento de Maritain una convicción fundamental: la necesidad del pluralismo como base de toda estructura política, una suerte de “unidad en la diversidad” que construiría en una ética política, cuyo logro dependería de alcanzar una amplia tolerancia civil (y religiosa) que le imponía al Estado el respeto a las

¹² Jacques Maritain, *Humanismo Integral, Problemas temporales y espirituales de una nueva cristiandad*, Santiago de Chile, Ediciones Ercilla, 1941, p.13.

conciencias. Esa “unidad mínima” y esencial del orden político debería tener, para Maritain, un carácter tan plural y “ecuménico” que se asemejara a un “...centro de formación y de organización situado en la vida de las personas; y no en el nivel más elevado de los intereses supraterráneos de ésta, sino al nivel del plano temporal mismo. Por ello, esta unidad temporal o cultural no requiere por sí la unidad de fe y de religión y puede ser cristiana acogiendo en el seno a los no cristianos”.¹³

En el juego estable y regular de una sociedad democrática, la animación política procedía, así, de hombres que, sintiéndose destinados a una vocación dirigente, pudieran recorrer los canales habituales de la actividad política; se convertirán en jefes de partidos políticos y llegarían al poder mediante el mecanismo legal de las elecciones. La más feliz coyuntura para el cuerpo político se producía cuando los hombres situados más arriba en el Estado eran al mismo tiempo auténticos profetas del pueblo. De allí que Maritain le asignaba a algunos ciudadanos en la democracia la vocación de *leadership* (*Humanismo...*, p. 168). Este rasgo será esencial en las lecturas que harán algunos jóvenes cristianos (y “paganos”) brasileños de Maritain, ya que la formación y consolidación de espacios de reflexión teórico-política centrados en una *élite* intelectual (como por ejemplo el Instituto Brasileiro de Economía, Sociología y Política –IBESP– como así también el ISEB, Instituto Brasileiro de Estudos Superiores, dentro de las diversas organizaciones que buscaban “razones para el desarrollo”) los animó a ser considerados como un verdadero *think tank* por las distintas administraciones gubernamentales en el Brasil de posguerra.

En el caso argentino, Perpere Viñuales¹⁴ señalaba cómo en la revista *Criterio* (emblemática del pensamiento católico) se dieron duros debates – originados por la visita de Maritain– en torno a cuál era el mejor sistema de gobierno que debería aplicarse en los países católicos. La disputa entre los católicos filo-fascistas y aquellos inspirados por Maritain que deseaban un sistema de democracia liberal, por considerarlo el más apropiado en consonancia con los valores cristianos y el más respetuoso de la propia naturaleza humana, se desplegó desde los años treinta y se continuó una vez instalado el peronismo.

Visión económica en Maritain

La rica tradición de la Iglesia sobre el rol de la economía en la sociedad fue recogida por el pensamiento de Maritain, quien en sus escritos sostenía la imperiosa necesidad de

¹³ Ibid., p. 170.

¹⁴ Alvaro Perpere Viñuales, “Rafael Pividal y Alberto Duhau: aportes y debates en torno a la idea de democracia en el pensamiento político de intelectuales católicos”, en *Revista Colección*, Año XVI, N° 21, Facultad de Ciencias Sociales, UCA, Buenos Aires, 2011, p. 67 y 69.

“humanizarla”. Fue tan impactante su visión personalista, integral y, por ende, “humanizante” de la economía entre ciertos grupos de intelectuales y religiosos franceses, argentinos y brasileños en los años treinta y cuarenta que constituyó un verdadero *nodo* o hilo primordial desde el cual se entretejieron múltiples redes intelectuales y políticas. Siguiendo la concepción cristiana del destino universal de los bienes, Maritain insistía en que, frente al abuso del individualismo en el uso de la propiedad, la solución no pasaba por la abolición de la propiedad privada sino “por su generalización”, es decir que “... *la cuestión es dar a cada persona humana la posibilidad real y concreta de acceso a las ventajas de la propiedad privada de los bienes terrenales...*”.¹⁵ Criticaba, por lo tanto, a la visión liberal como a la marxista en sus efectos deshumanizantes.

En cuanto a la necesidad de establecer los medios necesarios para “humanizar” las relaciones laborales, presentó la figura del “título de trabajo” o el reaseguro para cada persona de la posesión de un “cargo”, que sirva de garantía al hombre de que su empleo es efectivamente suyo. ¿Cómo entendía Maritain esta relación – históricamente conflictiva entre capital y trabajo – sin caer en la tentación del asistencialismo estatal o en un ensayo meramente idealista? Maritain afirmaba que el concepto del “título del trabajo” era la clave para desentrañar esta problemática desde una perspectiva personalista. El filósofo francés argumentaba que la copropiedad de los medios de trabajo debería servir de base material para una posesión plena, no sólo de una “cosa” en el espacio, de un bien producido, sino de una forma de actividad en el tiempo, de un cargo o “título de trabajo”, ligado a la persona por su correspondiente vínculo jurídico.

François Perroux y los polos de desarrollo

El economista François Perroux se encontraría en el horizonte tanto de las explicaciones “laicas” como “eclesiásticas” del desarrollo, siempre entendiendo a éste como un concepto más amplio, complejo y dinámico que el mero crecimiento económico y el que, casi constitutivamente, demandaría para su cabal comprensión una dimensión multi e interdisciplinaria. A la pregunta *¿Qué es el desarrollo?* Perroux, contestaba afirmando que:

“El desarrollo es la combinación de cambios mentales y sociales de una población, que la vuelven apta para hacer crecer, acumulativa y durablemente, su producto real global. Las mismas sociedades occidentales, y sus partes constituyentes, son, a ese respecto, desiguales, en cuanto a los niveles alcanzados y en cuanto a los resortes del desarrollo. Las sociedades cuyas economías son consideradas “subdesarrolladas” por las

¹⁵ Jacques Maritain, *Humanismo Integral, Problemas temporales y espirituales de una nueva cristiandad*, Santiago de Chile, Ediciones Ercilla, 1941, p. 172.

publicaciones oficiales de las organizaciones internacionales, representan un caso extremo. Cualquiera sea el sistema económico –mercado, plan, o combinación de los dos– el crecimiento acumulativo y durable del producto real global se ve impedido en ellos por numerosas características mentales y sociales de las poblaciones”.¹⁶

Perroux continuaba diciendo que las economías subdesarrolladas no proporcionan a todos los miembros de las poblaciones autóctonas el *minimum* vital avalado por la ciencia. Perroux trataba de explicarlo “en términos un poco más técnicos”: los costos de un ordenamiento realmente humano de la vida para todos; *los costos del hombre* que le procuraban a cada uno la esperanza de vida, la salud, el acceso al conocimiento, compatible con las condiciones concretas del lugar y de la época no era cubiertos suficientemente. Los recursos humanos no estaban plenamente empleados, aun cuando no se constataste un desempleo aparente o un subempleo manifiesto; las contabilidades privadas, públicas y sociales estaban, por esto, radicalmente falseadas y los resultados económicos que se exhibían eran pura apariencia al no sostenerse en esas “condiciones de humanidad”. Y su visión humanista del desarrollo – en consonancia con el padre Lebrét y sustento de la DSI– la presentaba explícitamente al afirmar que “Cada vez que yo lo he intentado, he encontrado que la construcción (o la destrucción) del hombre por el hombre es lo esencial; incluso para la economía entendida estrechamente como la del capitalismo y la de mercado. El capitalismo necesita trabajadores, “padres”, dirigentes de empresa, funcionarios, administradores, técnicos. También los necesita una economía que prefiera no ser solamente capitalista ni mercantilista; pero no son los mismos. Los modelos del capitalismo y de la planificación suponen adquirida y se equivocan- la construcción (o la “producción”) permanente del hombre, por el hombre, que es el todo del desarrollo”.¹⁷

Fue en ese contexto analítico cuando Perroux, fue invitado en 1963 a la Facultad de Ciencias Económicas de la UBA, donde pronunció una serie de conferencias, entre ellas: “*El cuarto plan francés, correspondiente al período 1962-1965 y las técnicas cuantitativas de la planificación*”, “*Las curvas convexas del oligopolio*”, “*Las estadísticas de los precios*” y “*La teoría de la dominación*”. Sus tesis sobre los polos de desarrollo encajaron muy bien dentro de los programas estatales de planificación. Perroux los definía de esta manera:

“Un polo de desarrollo es una unidad económica motriz o un conjunto formado por unidades de esta clase. Una unidad simple o compleja, una empresa, una industria, una combinación de industrias es motriz cuando ejerce sobre otras unidades con las que está en relación, efectos de impulsión”.¹⁸

Por ello el historiador Joseph Love reconoce el aporte original de Perroux como pionero *precepalino* e incluso sostiene que éste habría influido más en Hans Singer que en Prebisch, no pudiendo entablar una red de relaciones directas entre estos *padres fundadores* de la teoría del desarrollo (aunque Singer haya influido en Prebisch).¹⁹

¹⁶ Lección inaugural de la enseñanza dada a los “Stagiaires du Secretariat d’Etat”, encargado de las relaciones con los Estados de la Comunidad (22 nov. 1960). Revista *Etudes*, enero 1961. La obra pionera del profesor Perroux sobre el desarrollo fue “*Theorie générale du progrès économique*”, en *Cahiers de l’ISEA*, París, 1957.

¹⁷ Perroux (1957), p. 106.

¹⁸ François Perroux, *La economía del siglo XX*, Barcelona: Ariel, 1964, p. 180. Para un análisis más completo del peso intelectual de Perroux en Argentina ver Luciano Campetella, *Entre la planificación económica y el planeamiento urbano: la teoría de los polos de desarrollo como saber de Estado en la Argentina de la década de 1960*, Acta de Jornadas Interescuelas, Mar del Plata, 2017, p. 4 y ss.

¹⁹ Joseph Love, “Las fuentes del estructuralismo latinoamericano”, en *Desarrollo económico*, Volumen 36, N° 141 (abril-junio), 1996. p. 394.

Relectura socialcristiana en Argentina: Fernando Storni y Oreste Popescu

En Argentina se pueden identificar al sacerdote jesuita Fernando Storni y al economista Oreste Popescu como quienes encarnaron una vía desarrollista socialcristiana. Storni se doctoró en teología en 1959 en la Universidad Gregoriana de Roma, con su tesis *La moral de la ayuda de los países subdesarrollados*, que en 1962 publicó la Editorial Sudamericana con el título *Moral y desarrollo económico. La ayuda a los países subdesarrollados*.

Análisis de las ideas desarrollistas de Storni y Popescu

Fernando Storni fue uno de sus exponentes más destacados en la década del cincuenta, imbuido de la preocupación por el (sub) desarrollo de los pueblos y sus causas humanas (éticas) más profundas. Participó activamente en el CIAS (Centro de Investigación y Acción Social) creado en 1957, diseñado como un instituto de estudios sociales, destinado a promover investigaciones, encuestas, publicaciones y otras actividades tendientes a la búsqueda de posibles soluciones a los problemas socioeconómicos en la Argentina, reafirmando la necesidad de eliminar la pobreza y la injusticia social. Este centro tenía como objetivo claro la constitución de un equipo interdisciplinario (formado por sacerdotes jesuitas) que analizaría la realidad y propondría estrategias de acción frente al atraso y a la miseria. Para ello era necesario que los sacerdotes completaran sus estudios superiores en las universidades de Europa y de Estados Unidos, especializándose en economía, sociología, ciencias políticas y en Doctrina Social de la Iglesia. También – como hizo el padre Lebret con *Economía y Humanismo* – tuvo una publicación propia de difusión y formación. Esa *Revista del CIAS* reconocía tres etapas: 1) entre 1952-1957, período pre- fundacional; 2) 1957-1961, donde los artículos eran extractos de otras publicaciones; 3) 1961 en adelante, donde se volcaban las investigaciones propias de los padres jesuitas y de otros miembros laicos del CIAS.

El principio teórico y operativo de este Centro estaba en consonancia con otros *think tank* de la época (tantos eclesiásticos como “laicos”) que se estructuraban bajo el modelo de *investigación- acción*. Así quedaba reflejado en los objetivos explícitos de la misión del CIAS: agrupar a hombres de buena voluntad preocupados por los problemas socioeconómicos argentino y de América Latina, con el fin de asesorar a los sectores económicos y políticos para la toma de decisiones racionales y viables.

La formación académica era imprescindible y por ello el padre Storni permaneció en Europa por dos años para completar su doctorado en moral social internacional. Laureado en 1959 en la universidad Gregoriana de Roma, la tesis de Storni fue publicada en Argentina en

1962, el mismo año de la caída del gobierno del doctor Frondizi y que marcó el “acta de defunción” del sueño desarrollista argentino. Bajo el título *Moral y desarrollo económico. La ayuda a los países subdesarrollados*²⁰ el padre Storni desplegó en su tesis los fundamentos morales por los que las naciones económicamente más fuertes debían prestar ayuda a los países subdesarrollados.

Si bien el tema estaba en sintonía con las propuestas de otros pensadores humanistas (*vaticanos* y laicos cristianos y también por pensadores no cristianos), con los diversos programas de las Naciones Unidas y hasta con la mismísima Alianza para el Progreso de Kennedy, el objetivo de Storni era bucear en los fundamentos más hondos hasta llegar al replanteo mismo de la propiedad privada y el destino universal de los bienes materiales, tanto en el orden personal y nacional como en el plano mundial. Por otra parte, reflexionaba hasta qué punto las virtudes de la justicia y de la caridad en el orden internacional alcanzaban, *per se*, para constituirse en una suerte de imperativo categórico *kantiano* que moviera a fijar los alcances de una obligación de ayuda de los países ricos a los más pobres.

Luego de un exhaustivo análisis tomando en cuenta las principales teorías económicas y sociológicas de la época y de la realización de un diagnóstico cuali- cuantitativo de la situación de las naciones menos desarrolladas, el padre Storni concluía que existían dos constataciones empíricas indiscutibles: 1) el escenario de la economía mundial capitalista de los años de posguerra pedía a gritos una mayor distribución de la renta (y de los bienes); 2) dicha distribución debería tener como criterio los principios de la justicia distributiva (dentro del marco más amplio de la justicia social). A ambas situaciones, Storni le agregaba un medio concreto para que pudieran desplegarse exitosamente: el diseño de una novedosa arquitectura económico- financiera, bajo la tutela de un sistema de justicia internacional, contando como principio fundante de la misma el bien común de todos los pueblos.²¹

Para Storni existían dos hechos que complicaban la tarea de esa cooperación para acercar a las naciones más atrasadas a los estándares de las más avanzadas; en primer lugar, el aumento de la brecha distributiva y de la inequidad hacían que resultara cada vez más difícil a los países subdesarrollados realizar el ansiado *despegue económico (take off)*. El segundo hecho era la toma de conciencia en grandes masas de la población de los países subdesarrollados de sus posibilidades (escasas y dificultosas) de lograr un desenvolvimiento económico en el corto plazo. A eso, le agregaba el jesuita, se añadía el sentimiento (con y sin fundamentos) de que la

²⁰ Storni Fernando, *Moral y desarrollo económico. La ayuda a los países subdesarrollados*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1962.

²¹ *Ibid.*, Introducción.

falta de desarrollo no se debía a sus propias condiciones sino a factores impuestos por otros países. Al hambre de millones se lo asociaba con la “internacionalización” (sic) de las relaciones económicas, que reproducía la inequidad de bienes de la tierra y de los producidos por la inteligencia y el trabajo de los hombres.

Citando a Josué de Castro y su impactante *Geografía del hambre* (1949) y al mismo Le Bret y su obra *Suicidio o supervivencia de Occidente* (1958), Storni reflexionaba sobre el verdadero carácter del fenómeno del (sub) desarrollo y se preguntaba: “¿es solamente un problema económico?”. Indudablemente no, sino que constituía ante todo un problema moral. Subrayaba el hecho de que la economía y los economistas (cada vez con mayor frecuencia) reconocían que no se podía hablar de problemas económicos sin hacer referencia a la moral. Al ser el hombre quien se encontraba comprometido con las dificultades económicas, necesitaba de bases morales para poder resolverlas. Para su argumento, Storni citaba tanto a un economista de la vertiente *laica*, como Gunnar Myrdal y a otro de la *eclesiástica*, como Perroux. Del primero destacaba una expresión contundente: pretender plantear el problema de la integración económica internacional sin establecer su relación con la moral sería colocarse en la posición de quien pretendiera estudiar la vida y el comportamiento de los individuos sin tener en cuenta el hecho de que éste posee una conciencia. De Perroux rescataba que una economía estaba condenada al fracaso si no tenía por objetivo salvar al hombre y permitirle desarrollar todas sus virtudes.

Por último, Storni presentaba dos tesis provocadoras: la primera, haciendo una apelación a una justicia distributiva sostenida en el “principio de la frugalidad” en el consumo de bienes superfluos por parte de las naciones más ricas, para poder destinar ese “excedente” no consumido a las naciones más pobres, para las cuales ese “sobrante” les era indispensable.²² Caridad y justicia como componentes de la paz. Ese mismo argumento lo sostenía un economista cristiano, de larga tradición académica en la Universidad Nacional de La Plata y en la Universidad Católica Argentina, el doctor Oreste Popescu, quien reflexionaba sobre la problemática del “desarrollo” como una meta perseguida por todos los países luego de la segunda guerra (independientemente de sus orientaciones ideológicas) a partir del siguiente razonamiento

“... una economía equilibrada dentro de un mundo rodeado por economías desequilibradas deberá forzosamente terminar en el caos. De modo que el *que desea la paz en el mundo...* deberá encontrar los medios adecuados para amortiguar las discrepancias de riquezas entre los pueblos, ayudando a imprimir a las economías de los pueblos insuficientemente desarrollados un ritmo más rápido y mejor equilibrado...” y concluía diciendo que “... una política del desarrollo, sin una previa teoría del desarrollo

²² Ibid, p. 62.

es un contrasentido... de allí que podemos hablar de *proyecciones de desarrollo*, siempre y cuando dispongamos tanto de una sólida teoría como de una base estructural de los hechos relevantes en el desarrollo económico...”.²³

Este análisis, realizado en 1959, presentaba una lucidez notable, ya que se apoyaba en algunos presupuestos que Hirschman sostenía insistentemente sobre el crecimiento desequilibrado y se anticipaba en varios años a la famosa expresión de Paulo VI en la encíclica *Populorum Progressio* (1967) donde sentenciaba que “el desarrollo es el nuevo nombre de la paz”.

A modo de conclusión

La pormenorizada presentación del pensamiento socialcristiano, con sus vertientes europeas y sus influencias en Argentina, constituye un *nodo* importante de las redes intelectuales que se estructuraron en la génesis del desarrollismo. Desplegamos una extensa descripción de sus presupuestos filosóficos, antropológicos, políticos y económicos ya que sustentaron una vía fundacional no suficientemente reconocida dentro de la historia del pensamiento. Asimismo, el impacto en el campo intelectual y en las políticas públicas que generó las visitas de esos referentes cristianos en América Latina (especialmente las misiones de Le Bret) y en nuestro país (con las conferencias de Maritain y los estudios del CIAS) delinearon algunas de las influencias doctrinarias de los pioneros del desarrollo.

José Zanca sostiene que el año 1936 fue clave porque la visita de Maritain al país – presentando *Humanismo integral* – lo transformó en un personaje polémico frente a la opinión pública por su postura antifranquista. Zanca considera, además, que la irrupción del peronismo generó una identificación entre personalismo- antiperonismo y que luego de varias discusiones dentro de los diversos sectores del catolicismo (más “liberales”, más “nacionalistas”, más “democráticos”, más “clericales”) se sintetizaron en la creación del Partido Demócrata Cristiano.²⁴ Precisamente Zanca rescata que los discursos del humanismo cristiano mostraban la búsqueda de los que él denomina una “nueva laicidad”, que incluyera la presencia de lo religioso como un componente más de la identidad nacional, tratando de “combinar una visión *integralista* con la proyección de una sociedad pluralista”.²⁵

²³ Popescu Oreste, “Tendencias actuales del pensamiento económico”, en *Revista de la Universidad*, Universidad Nacional de La Plata, Tomo 8, mayo- agosto, 1959, pp.78 y 82.

²⁴ Zanca José, *El humanismo cristiano y la cultura católica argentina, 1936-1959*, Tesis, Universidad de San Andrés. La cita está extraída del artículo en internet (consulta diciembre 2010) “*Agitadores jesucristianos*. Los católicos personalistas del antifascismo al antiperonismo, 2009, p. 2.

²⁵ Ibid. p. 28.

El conflicto entre la Iglesia y el Estado bajo la dictadura militar chilena, 1973-1989.

Hugo Cancino Troncoso
Universidad de Aalborg-Dinamarca
Cancino@cgs.aau.dk

Resumen

Muy pronto, una semana después del Golpe Militar del 11 de septiembre de 1973, La Conferencia Episcopal de Chile bajo la dirección del Cardenal Raúl Silva Henríquez, en un comunicado público reconoció la inmensa de violencia, de la represión ejercida por las Fuerzas Armadas sobre el pueblo desarmado. El Cardenal instó a las FFAA, a detener el proceso de represión y muerte, y la desaparición de miles de chileno. La Iglesia inició una acción de denuncia pública de la violación de los Derechos Humanos. La Dictadura no escuchó el clamor de Iglesia, prosiguiendo el proceso represivo hasta el fin de la dictadura en 1989. En ese contexto de terror, la voz de los Obispos pasó a ser la voz de los sin voz, la que asumió la defensa y protección del pueblo chileno. La Iglesia creó un Comité de la Paz con representantes de otras Iglesias cristianas cuyo objetivo fue ayudar a las víctimas de la represión y su entorno familiar. Todo estos gestos y acciones de la Iglesia la llevaron a un enfrentamiento permanente con la Dictadura, la que no respecto a las instituciones eclesiales ni a la vida de los sacerdote y de los miembros de base de la Iglesia. Finalmente debemos señalar que la Iglesia fue un actor significativo del proceso de Transición democrática chilena.

Palabras clave: Dictadura; Episcopado; Vicaria de la Solidaridad; Opresión; Tortura y muerte.

Introducción

Desde la promulgación de la Constitución de 1925, que separó a la Iglesia del Estado hasta el Gobierno de la Unidad Popular 1970-1973, la sociedad chilena vivió una relación de respecto mutuo entre la Iglesia y el Estado. El espacio de la Iglesia y de la cultura católica convivió lado a lado con la cultura laica y marxista en la sociedad civil durante décadas. El golpe militar de septiembre de 1973 conllevó una violenta ruptura con esta tradición y el inicio de un prolongado período de 17 años, en que la Iglesia Institucional, en todos sus estamentos, sufrió la represión directa del régimen. En este artículo trabajamos con una definición de la Iglesia católica, que enfatiza la dimensión institucional y jerárquica de ésta. Estamos por cierto de acuerdo con Thomas G. Sanders y Brian Smith que el término "Iglesia" se refiere a un amplio y complejo espacio que abarca a las personas bautizadas como católicas y que en Chile ascienden a alrededor del 90% de la población, a los 31 obispos que conforman el Episcopado nacional, a los sacerdotes y religiosas, y por último, a los creyentes organizados en Comunidades Eclesiales de Base (CEB).²⁶ Estamos por otra parte, conscientes de la interacción

²⁶ Sanders, Thomas y Brian H. Smith, "The Catholic Church Under a Military Regime en Howard Handelman y Thomas Sander", (Eds) "Military Governemt and the Movement Toward Democracy in South America", Indiana: Indiana University Press, 1981, pp. 307-345.

entre obispos o élites eclesiales y comunidades y movimientos de Iglesia, que de uno u otro modo influyen en las orientaciones pastorales. También, nos parece importante señalar, que la institucionalidad de la Iglesia se expresa en Chile en una vasta red de organizaciones educacionales, culturales, y medios de comunicación de masas. Nuestro énfasis en el análisis del rol político de la Iglesia Institucional, es decir jerárquica e episcopal, responde también al hecho de que *la institucionalidad no es una característica marginal o accidental de la Iglesia sino que su dimensión constitutiva fundamental*²⁷. Este rasgo episcopal y jerárquico de la Iglesia se hizo mucho más perceptible durante el régimen militar.

La investigación sobre el rol político y social de la Iglesia y los conflictos con el régimen militar chileno, está como toda la investigación del período de la dictadura muy lejos aún de estar agotada. Entre los primeros trabajos publicados debemos mencionar el de Brian H. Smith (1982), que continúa siendo la investigación más seria y rigurosa sobre la Iglesia y la política en Chile desde la década del sesenta hasta el régimen militar en su primera fase. En el campo del ensayismo politológico consideramos los libros sobre este tópico de E. Correa y J.A. Viera-Gallo (1986) y también el libro de E. Yáñez (1989). Entre los trabajos académicos debemos consignar el aporte de A. Meneses (1988) que entrega un novedoso análisis discursivo de los textos del Episcopado chileno en el contexto del conflicto con el Estado dictatorial: La investigación de David Fernández a partir de la perspectiva de la historia oral (1996) y también nuestra propia contribución al análisis del conflicto Iglesia-dictadura (1997). Finalmente debemos destacar el proyecto de Historia Social de la Iglesia en Chile del Catedrático Anglo-chileno Mario I. Aguilar cuyo primer tomo hemos usado en este artículo y que constituye una obra imprescindible para los investigadores e interesados en esta temática²⁸.

La separación de la Iglesia y el Estado en Chile en 1925 en fue precedida de un dilatado período de conflictos desde mediados del siglo XIX. La Iglesia fue un aparato ideológico del Estado Nacional oligárquico surgido de las guerras civiles entre conservadoras y liberales que culminaron en 1829 con el triunfo del ala conservadora de la oligarquía que fundó el Estado Nacional en la forma política de un sistema autoritario con la Constitución de 1833 bajo la inspiración del Ministro Diego Portales Sin embargo, las fuerzas liberales y secularizadoras , que sucedieron a los conservadores en el Gobierno lograron implementar las reformas liberales laicas entre los años 1873-84, que establecieron el matrimonio civil, el Registro Civil, los

²⁷ Richard, Pablo, Identidad eclesial en la práctica política. orgánica y teórica del movimiento popular, en *Cristianismo y sociedad*, No. 67, año XIX, República Dominicana, 1981, pp. 6

²⁸ Aguilar, Mario, *A Social History of the Catholic Church in Chile*, Vol. *The First Period of the Pinochet Government, 1972-1980*. Lewinton, New York, Queenon, Ontario: The Edwiong Mellen Press, 2004.

cementerios laicos y la tolerancia religiosa²⁹. Al lado de la cultura católica que sido hegemónica desde la época colonial, se fue estructurando una cultura laica, racionalista y cientifizante, reproducida y difundida por el sistema educacional público. La Iglesia y el Partido Conservador impugnaron el proceso el proceso de secularización y de modernización. El Episcopado chileno, en su actitud hostil frente al proceso de modernización y secularización, no constituía un caso excepcional de inmovilismo. El Papa Pío IX en su encíclica "Syllabus" (1864), manifestó su oposición irreductible a la modernidad en todas sus implicaciones: El discurso científico, el pluralismo, las libertades política y la república democrática.

La reforma de la Constitución en 1925, estableció la separación de la Iglesia y el Estado. No obstante, esta separación de las dos esferas la Iglesia continuó ejerciendo un rol simbólico en las ceremonias cívicas del Estado. Bajo el Gobierno socialista de Salvador Allende las relaciones entre la Iglesia y el Estado se desarrollaron en un clima de respeto mutuo, continuando con una vieja tradición, que ni siquiera fue quebrantada con el Gobierno del Frente Popular en 1938. La Iglesia Institucional Popular apoyó el programa de reformas sociales de la Unidad Popular. Un sector importante del estamento sacerdotal y del laicado del mundo católico apoyó y se comprometió con la experiencia de la Vía Chilena al Socialismo y sufrió por ello la persecución, la tortura, el martirio y la muerte bajo la dictadura (30). El único punto de fricción entre Iglesia y Estado fue aquel relativo al proyecto de la Escuela Nacional Unificada (ENU), en que la oposición burguesa y la Iglesia católica protestaron en un frente común contra esta iniciativa³¹.

Nos parece que la significativa contribución de la Iglesia Católica al proceso de reconstrucción de la cultura democrática y en definitiva de la sociedad civil que surgió en las jornadas de protesta nacional en contra de la dictadura en mayo de 1983, debe entenderse a la luz del contexto del proceso de democratización de la Iglesia chilena a partir del Concilio Vaticano II a comienzos de los años 60. A partir de esta circunstancia histórica y discursiva es necesario comprender el rol político jugado por el Episcopado en una sociedad civil desmantelada por el régimen militar, su actitud de defensa y protección de los Derechos Humanos y su crítica implacable del sistema de dominación. En esta matriz hay que situar las raíces del conflicto entre la Iglesia Institucional y el régimen militar. El Episcopado chileno

²⁹ Donoso, Ricardo, *Las Ideas políticas en Chile 181-237*, Editorial Universitaria, Santiago de Chile, 1967.

³⁰ Botero, Mario, *Cristianismo popular y martirio en Chile. Antecedentes humanos y emblemas religiosos de tres crucificados: Miguel Woodward; Antonio Lidó y José Alsina*; separata de la Revista *Estudios*, Madrid: Revista publicada por los Frailes de la orden de la Merced, añoLXIII, No. 234, 2007, pp. 5-39.

³¹ Conferencia Episcopal de Chile, DOCECH, *Documentos del Episcopado de Chile*, Santiago de Chile, 1973: 152. 151

asumió discursivamente, en su praxis y en su estrategia pastoral el curso de modernización abierto por el Concilio Vaticano II³². EL *Documentos Vaticano II* reafirmado en las Conferencias del Episcopado Latinoamericano de Medellín³³ y de Puebla (1979) en las cuales se proclamó la opción preferente por los pobres y oprimidos, el rechazo a los sistemas de dominación oligárquicos y dictatoriales y el apoyo a los proyectos de cambio social en democracia y en libertad. Consecuencialmente, la Iglesia que se enfrenta al poder dictatorial era ya una institución que precedentemente había replanteado su pastoral social y política y que había optado por los "pobres", en la acepción evangélica de esta noción. Junto a la acción de denuncia e impugnación de la dictadura por la violación sistemática de los derechos humanos y por su modelo económico, la Iglesia fue elaborando y proponiendo los principios de un proyecto de democratización de la sociedad chilena. El Episcopado no se limitó a la actividad puramente denunciativa y de amparo de los perseguidos, sino que convocó a las fuerzas democráticas a superar sus discrepancias y diferencias y a buscar un consenso para una salida pacífica a la crisis de dominación dictatorial. Es por ello, que nos atrevemos a postular que la Iglesia chilena ejerció una función "profética" de denuncia del sistema, constituyéndose en la "voz de los sin voz", alzándose al mismo tiempo como una "Iglesia liberadora" de las opresiones del sistema dictatorial, que mostró alternativas de liberación, sufriendo por ello la persecución y la represión sobre todo sus estamentos³⁴.

La Iglesia chilena desde la coyuntura golpista hasta el período de Institucionalización de la dictadura y la lucha del Episcopado por la libertad y la democracia, 1973- 1979.

En la primera declaración pública del Comité Permanente del Episcopado, el 13 de septiembre, no se condenó al golpe militar. Los obispos estimaron que teniendo en consideración que la *tradición de democracia y de humanismo de nuestras Fuerzas Armadas permitirán que Chile pueda volver más luego a la normalidad institucional* ³⁵. En la coyuntura golpista, el Episcopado en su primera declaración apoyó expresamente la intervención militar y ofreció su colaboración a la supuesta labor de reconstrucción del país que implementarían las FFAA. reestableciendo el orden y la normalización del sistema productivo El Episcopado confiaba, en que las FFAA. restituirían el poder a los civiles para replegarse en un breve plazo al ejercicio de sus funciones profesionales.

³² Concilio Vaticano II, 1962-65, Ediciones Episcopado del Chile, 1966.

³³ *Conferencias del Episcopado Latinoamericano de Medellín, (1968), Ediciones del Episcopado de Chile, Santiago de Chile, 1968.*

³⁴ Aguilar, *A Social History*, New York, op. cit 32-49.

³⁵ Jorge Hourton, *Combate cristiano por la democracia, 1973-1987*, Ediciones Chile-América, Ediciones Chile América/CESOC, Santiago de Chile, 1988

Sin embargo, en el contexto de una feroz y masiva represión la Iglesia pidió clemencia para los vencidos y que se respetaran los derechos de los trabajadores: *Pedimos respeto por los caídos en la lucha y, en primer lugar, por él que hasta el martes 11 de septiembre fue el Presidente de la República... pedimos moderación frente a los vencidos... Que se acabe el odio, que venga la hora de la reconciliación*; El Episcopado manifestó su deseo de que la junta militar respete las garantías democráticas y derechos sociales que la clase obrera y el pueblo logró con su lucha: *Confiamos que los adelantos logrados por la clase obrera y campesina no serán desconocidos*³⁶ Este llamado como todos los llamados de la Iglesia a las autoridades militares, durante la dictadura, en orden respetar los Derechos Humanos y reestablecer las libertades ciudadanas no fueron nunca escuchados y la propia Iglesia comenzó a ser hostilizada y perseguida, no obstante la auto-proclamada inspiración cristiana de la Junta militar³⁷. La actitud de ambigüedad que emanaba de la declaración preliminar Episcopal frente a los golpistas ha sido interpretada como una legitimación del golpe³⁸ A nosotros, nos parece, sin embargo, que hubo consideraciones pragmáticas en el Episcopado para asumir una posición de relativa condescendencia con las FFAA. La Iglesia, intentó mantener una canal de interlocución con el régimen para lograr ser escuchada en su clamor por los perseguidos, encarcelados e internados en campos de concentración.

La Junta Militar no hizo a la Iglesia ninguna concesión en esta primera fase y por el contrario intentó paralizar el trabajo humanitario iniciado por el Episcopado a través del ecuménico Comité por la Paz en Chile, organismo clausurado por presión directa de la dictadura en 1975. La Iglesia prosiguió, sin embargo, su acción humanitaria a través de la Vicaría de la Solidaridad, creada en 1976, organismo que concedió asistencia jurídica a los perseguidos y encarcelados y elaboró serios informes sobre la violación de los derechos humanos³⁹. Esta entidad eclesial, estuvo siempre en el centro del conflicto entre la Iglesia y la dictadura⁴⁰. Desde el mismo día del golpe y a pesar de la ambivalente declaración del Episcopado, miles de chilenos y extranjeros perseguidos fueron ayudados y protegidos por sacerdotes y organismos de la Iglesia. A partir del primer semestre de 1974, la relación entre la Iglesia y la Junta Militar ingresa en un curso de creciente deterioro. El Episcopado pasa de una posición de

³⁶ Ascanio Cavallo, *Memorias del Cardenal Raúl Silva Henríquez*. Tomo III, Santiago de Chile, Ediciones Copygraph 1991, pp. 285-286;

³⁷ Hugo Cancino: *Chile. Iglesia y dictadura*: op.cit , 33-36

³⁸ Gonzalo, Arroyo, "Nota sobre los cristianos la Iglesia y los cristianos de izquierda a la hora del Golpe en Chile", *Latin American Perspectives*, vol. 4, No.1, 1975, pp.89-99..

³⁹ Josefina Lira, *Los derechos humanos(Para repensar la política*, Plural No. 4, Revista para el Nuevo Chile, Rotterdam, 1985, pp.51-63. 51-63.

⁴⁰ *Vicaría de la Solidaridad. Historia*, Santiago de Chile, 1986.25-38.

independencia crítica a una línea de coexistencia conflictiva y a un distanciamiento del régimen que se irá ensanchando. Diferentes manifestaciones de la Jerarquía eclesial signan el cambio de orientación: La Homilía de Pascua de Resurrección de abril de 1974⁴¹. La carta pastoral "Reconciliación en Chile"⁴². En este último documento, se describe la situación de temor e inseguridad, las persecuciones, las torturas, y en general, la violación sistemática de los Derechos Humanos por parte del régimen. Hacia mediados de 1975, el conflicto entre la Iglesia y la dictadura se agudiza aún más. La dictadura decreta la expulsión del país de algunos sacerdotes extranjeros y no se renueva la visa a otros, so pretexto de colaboración con la resistencia.

Los sectores integristas que se proclamaban *católicos tradicionales* editan libelos en contra del Cardenal y la Jerarquía⁴³. Esta actividad de los sectores *integristas* no logró movilizar a los creyentes en contra de sus pastores. Este sector eclesial incluyó algunos obispos y sacerdotes los que se sentían identificados con el paradigma de la Iglesia preconiliar. Este segmento de *católicos tradicionalistas* respaldó el golpe militar y la represión sobre los partidarios de la Unidad Popular⁴⁴. Esta corriente criticó la acción humanitaria del Episcopado durante el período de la dictadura, acusando al Episcopado de estar infiltrado por el marxismo. Estos grupos residuales de la cristiandad oligárquica y antimoderna complementaron con su propaganda y acciones en contra de la Jerarquía, las campañas de la dictadura en contra de ésta. En este contexto, se inscribió la agresión perpetrada por agentes de la Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) en el aeropuerto de Pudahuel en contra de los tres obispos que retornaban de una reunión episcopal en Río Bamba en Ecuador en agosto de 1976⁴⁵. Dicha reunión fue suspendida por orden del gobierno de ese país, y los obispos asistentes provisoriamente arrestados, bajo la imputación de participar en una reunión de carácter revolucionario. El Episcopado protestó por este vejamen y advirtió que los agentes de la DINA implicados en los acontecimientos podían llegar a ser excomulgados. La dictadura instigó a los grupos integristas a continuar sus ataques en contra del Cardenal y los obispos. El grupo FIDUCIA, *Sociedad Chilena de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad*, publicó un libro intitulado *La Iglesia del Silencio*. En éste se postuló una supuesta infiltración marxista en los estamentos jerárquicos y sacerdotales de la Iglesia. El panfleto impugnaba las orientaciones del Concilio Vaticano II en sus implicaciones pastorales, doctrinales y litúrgicas. El Episcopado respondió con firmeza

⁴¹ David Fernández, *La Iglesia que resisitio a Pinochet*, Lepala, Madrid, 1996, p.32

⁴² DOCECH, *Documentos del Episcopado de Chile*, Editado por area de Comunicación, Santiago de Chile, 1982, p. 107.

⁴³ Hugo Cancino, *Chile, Iglesia y dictadura*, op.cit, pp. 52-54

⁴⁴ Eugenio Yañez, *La Iglesia Chilena y el Gobierno militar. Itinerario de una difícil relación*, Santiago de Chile, Editorial Andante, 1989, p. 55.

⁴⁵ Hugo Cancino, op.cit, p. 48

y serenidad esta nueva agresión, señalando que este sector pretendía constituirse en un *magisterio paralelo* al de los obispos.

La dictadura reclamaba una legitimación cristiana de su *guerra* antimarxista para una supuesta defensa de *la civilización occidental y cristiana*. El Episcopado no le concedió la legitimación requerida y por ello la dictadura recurrió a sectores del protestantismo, especialmente al movimiento Pentecostal. El 13 de diciembre de 1974, los líderes de 32 iglesias protestantes reunidos en la Casa de Gobierno, resolvieron conceder su apoyo a la dictadura. En julio de 1975, ellos se organizan en el llamado Consejo de Pastores de Chile. El 19 de septiembre de ese mismo año, celebran el primer Te Deum evangélico en la historia de Chile, con asistencia de los miembros de la Junta.

En un país que continúa siendo mayoritariamente católico, la adhesión al régimen de grupos protestantes fundamentalistas no logró conferirle al régimen la legitimidad religiosa a la que éste aspiraba. En una carta pastoral intitulada "Evangelio y Paz" (1975), el Episcopado denunció la utilización de la tortura, la represión y el terror de la dictadura ejercido implacablemente desde el 11 de septiembre de 1973. En esta carta se impugnó la política de privatización de las empresas del sector público y a la ideología ultranacionalista que discriminaba las ideas y la cultura extranjera.

En 1977 se inició el proceso de institucionalización del régimen militar bajo la forma de un régimen autoritario donde el eje del poder se concentró en Pinochet y en los altos mandos de las FFAA. El proyecto de institucionalización de la dictadura que se comenzó a implementar de acuerdo al itinerario establecido por ésta fue acompañado de una reestructuración global de la economía, la sociedad y la cultura. El régimen autoritario estaba fundado en la doctrina de la Seguridad Nacional que legitima el terrorismo de Estado para erradicar a un supuesto enemigo interno⁴⁶. En la primera fase del régimen, es la denominada *Doctrina de la Seguridad Nacional*, la que confirió al régimen legitimidad, tanto en su generación como en su acción represiva⁴⁷. Dentro de este universo ideológico se percibe a la nación como un organismo amenazado por la acción disolvente de un enemigo interno, configurado por un núcleo central *Marxista-Leninista*, en cuyos difusos contornos, también se incluyó a sectores liberales y humanistas que supuestamente coayudarían con las fuerzas *subversivas*. Se postula que este *tumor subversivo* está minando a la familia y a todo el sistema institucional. A partir de estos supuestos, se

⁴⁶ Lois Medina, La teoría de la Seguridad Nacional, Chile-América, No.58-59, Roma, 1979, pp.176-179

⁴⁷ Jorge Valdés Tapia, La doctrina de la Seguridad Nacional y el rol político de la Fuerzas Armadas, Nueva Sociedad, No. 47, México, 1989, pp.23-46.

justificó la *Guerra Interna* y la represión se constituyó en un componente estructural del régimen)⁴⁸. La economía se reorganiza a partir de un paradigma neoliberal en el cual el Estado minimiza su rol económico, transfiriendo al área privada las empresas públicas y los servicios de salud y educacionales y entregándose al mercado la regulación de los procesos económicos⁴⁹. En el transcurso del período que analizamos, se fue perfilando la Iglesia institucional, como el único actor social y político en una sociedad civil desmantelada asociativamente por la represión. Los únicos discursos que se confrontaron en este período fueron, el discurso del poder y el discurso de la Iglesia. La jerarquía eclesial comprendió los nuevos roles, como una función de suplencia ante la ausencia de canales institucionales para procesar y representar las demandas de la sociedad civil. Esta actividad no fue, evidentemente, aceptada por los sectores católicos integristas que concebían a la Iglesia en un rol puramente sacramental y ritual.

Como consecuencia de la aplicación drástica del modelo económico, se incrementó la extrema pobreza y el desempleo agregándose la represión económica a la represión física de los aparatos de seguridad de la dictadura que persiguieron, torturaron y asesinaron a miles de personas. Muchas de las víctimas desaparecieron sin dejar huellas después de ser arrestadas. El 9 de noviembre de 1978, el Comité Permanente del Episcopado, concluyó en una declaración: *Lamentamos tener que decir que hemos llegado también a la conclusión de que muchos, sino todos los detenidos, desaparecidos han muerto al margen de toda ley*⁵⁰ A partir de 1979, con el hallazgo macabro de 15 cadáveres con muestras visibles de torturas en una mina de cal de Lonquén, la Iglesia justificó su convicción que *los desaparecidos* habían sido alevosamente asesinados por los aparatos represivos. En este contexto de terror y de desesperanza, donde se impone una cultura de la muerte, la Iglesia se transformó en *la voz de los sin voz*. Nos parece, sin embargo, que el Episcopado chileno, no fue sólo *la voz* y el discurso que asumió la defensa y representación de las mayorías nacionales oprimidas por la dictadura, sino que además la Iglesia implementó una estrategia pastoral orientada a servir, a proteger y asistir jurídica y materialmente a los sectores populares.

Bajo el alero institucional de la Iglesia se comenzó lentamente a reestructurar el tejido asociativo de la sociedad civil chilena. Esta acción desde la Iglesia hacia la sociedad civil se proyectó y se ejerció en diferentes niveles, desbordando los espacios que tradicionalmente habían sido considerado como propios de la acción eclesial En una sociedad civil, cuyo tejido

⁴⁸ Genaro Arraigada Herrera, *La política militar de Pinochet, 1973-1985*, Editorial Aconcagua, 1986, 171-207.

⁴⁹ Eduardo Silva, *Capitalist Coalition: The State and Neoliberal Economic Restructuring Chile, 1973-1988*, *World Politics*, No. 45, 1993. Pp. 526-559.

⁵⁰ DOCECH, *Documentos del Episcopado Nacional, 1974-1980*.

asociativo ha sido destruido o proscrito por la represión estatal, la Iglesia utiliza su espacio institucional para contribuir a la creación “de un nuevo tejido social popular” en la forma de organizaciones populares articuladas a partir de demandas concretas como desempleo, salud, viviendas, comedores populares, talleres, etc⁵¹.

Esta labor de reanimación de los sectores populares, especialmente en el ámbito poblacional, no implicó que estas se sometieran a la tutoría ideológica y a las directivas de la Iglesia, para reactivar un clericalismo históricamente superado. La Iglesia promovió y amparó a estas organizaciones institucionalmente, frente a la amenaza represiva de la dictadura, pero éstas se fueron desarrollando autónomamente⁵². Para afrontar estas nuevas tareas de “suplencia” o de “subsidiariedad”, la Iglesia se vio en la necesidad de complementar su estructura institucional articulada en las parroquias, ámbito territorial de organización de los creyentes y de las comunidades eclesiales de base (CEB), y crear organismos eclesiales funcionales para trabajar en los diversos ámbitos de la sociedad civil. Así surgió la Vicaría de la Solidaridad, la Vicaría Obrera, de la Juventud, y otras organizaciones de solidaridad especializada. En el nivel de las comunicaciones sociales, las publicaciones y radios vinculadas a la Iglesia se transformaron en el único mensaje y fuente de información alternativa creíbles frente al aparato cultural-publicitario del régimen.

La reconstrucción del tejido social, es decir, de la vasta red de organizaciones del mundo popular, bajo el paraguas protector de la Iglesia fue un aporte significativo al proceso de reconstrucción de la sociedad civil. Nos parece, que hay que considerar el hecho que las organizaciones que emergieron en el mundo poblacional desempeñaban primeramente una función defensiva y de organización de la solidaridad, para paliar problemas inmediatos como la alimentación, la salud, los problemas de vivienda y de desempleo etc., y que éstas no actuaban como eje de articulación de los movimientos de protesta. Por otra parte, no debe omitirse en el análisis de las organizaciones populares, la consideración de la existencia de un proceso de desmovilización y reflujo de los movimientos sociales provocado por el golpe de Estado. El concepto de “desmovilización”, alude al proceso por el cual las clases populares y subordinadas han perdido su capacidad para luchar por sus objetivos colectivos. Este concepto es, a nuestro juicio, clave para comprender el período. El proceso de desmovilización comprende al movimiento obrero y sindical, al campesinado, al movimiento de pobladores y finalmente al movimiento estudiantil. Las pocas movilizaciones que se verifican son acontecimientos

⁵¹ Fernando Aristia (Obispo auxiliary de Santiago), Algunas reflexiones sobre la solidaridad, *Revista Mensaje*, No. 236, 1975, pp-70-73.

⁵² Philip Oxhorn, The Popular sector response to and Authoritarian Regime. Shantytown Organizations since the Military Coup, *Latin American Review*, No.1, Vol.18, 1991, pp.66-91

aislados, erráticos y de breve duración y, en consecuencia, no logran ni dinamizar al conjunto del movimiento popular ni, tampoco, revertir el reflujo existente. Los pobres, oprimidos y perseguidos por el régimen ocuparon un lugar central en la actividad discursiva y práctica del Episcopado. La Iglesia en los documentos pastorales del período enjuició críticamente el proyecto de institucionalización de la Junta Militar, la Doctrina de la Seguridad Nacional y el modelo económico ultra liberal desde la perspectiva de la ética cristiana y de la doctrina social de la Iglesia y rechazó su supuesta legitimación cristiana. En los documentos pastorales *Nuestra convivencia nacional* (1977) y *Humanismo cristiano e institucionalización política* (1978) se articularon coherentemente los enunciados críticos con las propuestas eclesiales para la reconstrucción de la democracia en Chile, la cual debería estar fundada en la reconciliación nacional y el consenso. Frente al proyecto de reestructuración autoritaria de la sociedad, que desconocía la universalidad de los Derechos Humanos y las libertades democráticas, que permanecían subordinaban a los dictados de la Seguridad Nacional, la Iglesia formuló en sus documentos las bases de la reconstrucción democrática, en cuyo centro se colocaba el respeto irrestricto de los Derechos Humanos, el pluralismo, la solución consensual de los conflictos y la creación de una economía solidaria al servicio de todos los hombres. Con respecto a la organización del sistema económico, el Episcopado reiteró las objeciones doctrinales contenidas en el discurso social de la Iglesia relativas al liberalismo económico extremo. De acuerdo al Episcopado, los procesos económicos no pueden abandonarse a la anarquía del mercado, que supuestamente, los regularía automáticamente, sino que debería existir *una regulación constitucional del orden público económico*. El Estado debería intervenir para regular el funcionamiento del mercado de acuerdo a las exigencias del bien común y también éste debe ser un actor del sistema productivo.

En esta comprensión, estimamos que el discurso y la acción pastoral de la Iglesia, la proyectó a ésta como una Iglesia liberadora, que no sólo denunció el sistema de dominación, sino que fue proponiendo en sus enunciados éticos las bases de restauración democrática y de un orden social basado en la justicia. Esta consecuente actitud, le trae consigo, la persecución y el acoso sistemático de los miembros de su jerarquía, sacerdotes, comunidades eclesiales de bases y entidades eclesiásticas por parte del régimen respaldado por grupos de católicos “tradicionalistas” adictos a éste. En este período de institucionalización de la dictadura, el protagonismo de la iglesia alcanza su más alto nivel de expresión. De hecho y sin proponérselo, la Iglesia pasa ser el único sujeto opositor al régimen y el discurso pastoral de los obispos, especialmente el Cardenal Arzobispo Raúl Silva Henríquez, suscitaron una convocatoria social y una interpelación mayor en la población que la actividad de los grupos clandestinos de

oposición al régimen. El Episcopado se mantuvo disponible a un diálogo con el régimen, no obstante, su crítica global de éste y a su acción testimonial. Esta actitud no fue compartida por los segmentos radicalizados de las bases eclesiales, que propugnaban un modelo de Iglesia militante y popular. La jerarquía se encontraba situada entre dos extremos. Por una parte, los sectores que propiciaban un compromiso político de los obispos, al exigirles, que estos debían colocarse a la cabeza de la resistencia contra la dictadura, y los grupos integristas que pugnaban por una Iglesia confinada a lo puramente ritual y sacramental. Los obispos responden a estos sectores con los documentos del Concilio Vaticano II, de las conferencias episcopales de Medellín y Puebla, que en definitiva legitimaban la pastoral de la Iglesia Chilena, su lectura de la política y la opción por los pobres, etc. El Episcopado no se redujo a la mera denuncia del régimen. A través de los documentos del período hay dos tópicos que se presentan como constantes del discurso eclesial: la idea de la necesidad de un consenso nacional para buscar una salida que eluda el enfrentamiento y la noción de una "reconciliación" basada en la justicia, en la verdad y en el arrepentimiento.

La crisis de la dictadura y el rol de la Iglesia en la construcción de un consenso de las fuerzas de democráticas en la perspectiva de una transición pacífica a la democracia.

En el contexto del colapso del modelo económico en 1981, precipitado por el quiebre del sector financiero y el cierre de centenares de empresas, se deterioran las bases sociales de apoyo al régimen y se pone en cuestión su legitimidad. La crisis económica devino en una crisis de legitimidad del régimen. La crisis económica se transformó en un catalizador de todos los descontentos soterrados del sistema de dominación. En esta coyuntura de crisis se genera la reemergencia de la sociedad civil, la cual se expresó en el ciclo de las jornadas de protesta nacional que se inician en mayo de 1983. En una primera fase las protestas articularon en una dinámica de paros, movilizaciones y actos de desobediencia civil a sectores empresariales, profesionales, estudiantiles, obreros y, sobre todo, a pobladores de las poblaciones marginales. La Iglesia operó como una instancia institucional clave en el proceso de reorganización y recomposición del movimiento poblacional. Su red institucional y parroquial, que se proyectaba en el mundo poblacional, protegió y alentó a estas organizaciones en su fase formativa. En esta relación, se pueden mencionar las denominadas *organizaciones económicas populares*, cuyo objetivo fue la solución de problemas de subsistencia inmediatos. Estas entidades fueron los antecedentes o referentes de las coordinadoras de pobladores que articularon a los pobladores en las movilizaciones sociales de protesta. No fueron pocos los casos en que sacerdotes tuvieron que funcionar como dirigentes de los pobladores en subsidiaridad de sus organizaciones

representativas destruidas por la represión, rol que ejercieron junto al ejercicio de su ministerio. Creemos, que en este respecto, tampoco puede desestimarse el rol jugado por los medios de comunicación alternativa, adscritos muchos de ellos a la Iglesia o protegidos por ésta en el proceso de reanimación y rearticulación de los movimientos sociales: Estos medios de comunicación de masas alternativos proporcionaron una visión crítica del sistema, de sus políticas y de los acontecimientos cotidianos, contrastante con la lectura apologética del régimen de los medios de comunicación públicos y privados al servicio de la dictadura.

Para el Episcopado los nuevos movimientos sociales expresaban una situación de violencia estructural creada por el régimen militar. A este respecto el Arzobispo de Santiago, Monseñor Juan Francisco Fresno expresaba: *En las poblaciones y campamentos de nuestra capital se ha escuchado el clamor de quienes protestan por la situación existente. Ellos piden trabajo, dignidad y participación* ⁵³. Las protestas nacionales crean un nuevo escenario y van ensanchando los espacios de permisibilidad del régimen, permitiendo la reemergencia de los actores políticos. En el interior de la izquierda, principalmente en el Partido Socialista, se han abierto cursos de renovación, que implican una revalorización de la democracia, una crítica y un distanciamiento del paradigma totalitario de los socialismo *reales* y un rechazo al recurso de la violencia para acceder al poder. Esta renovación de segmentos significativos del socialismo permite su convergencia con la Democracia Cristiana, y otras colectividades de centro y de la derecha democrática para constituir la Alianza Democrática en agosto de 1983.

El Partido Comunista (PC), el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) y grupos desprendidos del Partido Socialista organizaron en septiembre de 1983 el Movimiento Democrático Popular (MDP). Este conglomerado hegemonizado por el PC propugnó e impulsó una estrategia de movilización social y de *rebelión popular* para derrocar a la dictadura e instaurar un gobierno provisional. La irrupción de los actores políticos hace decrecer el protagonismo de la Iglesia como actor político. No obstante, el Episcopado asumió un rol de mediación entre el régimen y la oposición convocando a ambos actores a buscar un diálogo y una negociación política que permitiera una transición pacífica a la democracia. La Iglesia convocó al régimen a escuchar las voces y el clamor de los disidentes y abrir canales para un diálogo entre el poder y la sociedad civil. En junio de 1983, el Episcopado, citando al Papa Juan Pablo II, manifestó en un documento: *Cuando el diálogo entre los gobernantes y el pueblo no existe, la paz social está amenazada o ausente, es como se viviera en un estado de guerra*. A fines de agosto de 1983, el Episcopado actuó como intermediario entre el régimen y la Alianza

⁵³ El Mercurio Internacional, Santiago de Chile, 10 al 16 de septiembre, 1986: 1

Democrática al propiciar un ciclo de reuniones entre ésta y el Ministro del Interior Onofre Jarpa, quien anunció un plan de “apertura” del régimen. Las negociaciones no condujeron a una real apertura o a la elaboración de un itinerario de democratización (Cancino, *Iglesia y dictadura*:143-144) El Arzobispo Fresno convocante al diálogo entre el régimen y la oposición reconoció el fracaso de este esfuerzo, señalando que él era partidario que se dieran *plazos y fechas que permitan pensar que se va caminando hacia un camino democrático-* y agregó *quienes tienen la responsabilidad de crear estos medios para que la democracia sea una realidad deben dar pasos positivos*⁵⁴ Los componentes de violencia social de las Jornadas nacionales de protestas y la represión del régimen que ocasionaba decenas de muertos y heridos, principalmente sobre las poblaciones periféricas, que sufrían allanamientos cotidianos por parte de las fuerzas represivas, crearon un sentimiento de incertidumbre sobre las posibilidades de transición pacífica a la democracia. El Episcopado continuará llamando a la reconciliación y al consenso y al diálogo. En el *Mensaje de Pascua de Resurrección*, el 3 de abril de 1983, estableció el Cardenal Silva Henríquez: *El diálogo que nos pide la Iglesia no es una tregua táctica para fortalecer posiciones en orden a la prosecución de la lucha, sino el esfuerzo sincero de responder con la búsqueda de soluciones a la angustia, el dolor, el cansancio, la fatiga de tantos y tantos que anhelan la paz*⁵⁵. La problemática de la reconciliación se constituyó en uno de los tópicos invariables del discurso de la Iglesia bajo la dictadura militar. En un escenario, en donde el régimen militar se cierra al diálogo con la sociedad civil y a la oposición democrática, y donde la acción de grupos extremistas generó incertidumbres sobre una transición pacífica a la democracia, la Iglesia reformuló su llamado a la reconciliación. En este contexto, la actitud de reconciliación que exigía la Iglesia al régimen militar no significaba ni una reconciliación alcanzable a cualquier precio, que implicase olvidar las violaciones de los Derechos Humanos, los centenares de prisioneros “desaparecidos” o la mantención de la miseria e injusticia social. El Episcopado entregó una declaración a la opinión pública el 16 de junio de 1985 bajo el título: *Reconciliación en la Verdad: La reconciliación verdadera establece el documento- no es el simple olvido de la falta por parte del ofensor, el reconocimiento de la culpa, la reparación, hasta donde sea posible del daño causado y la recepción humilde del perdón de Dios y del hermano*⁵⁶.

La estrategia de movilizaciones sociales para derrocar a la dictadura o para presionar la apertura de un proceso de transición se agotó definitivamente en 1986. El intento de asesinato

⁵⁴ *El Mercurio*, 10 de octubre 1983: 1

⁵⁵ *El Mercurio Internacional*, 2 al 8 abril 1983: 1

⁵⁶ *El Mercurio Internacional*, 12 al 17 de junio 1985:5.

de Pinochet el 7 de septiembre de 1986 conllevó un reflujo para el movimiento opositor y un endurecimiento de las medidas represivas y del terrorismo de Estado. El recrudecimiento de la violencia social y de la represión del régimen creó un escenario en donde las posibilidades de diálogo con el poder para buscar una salida pacífica se hacían cada día más inciertas. Esta situación explica que el Episcopado pasara a asumir un rol directamente político, al convocar a partir de marzo de 1985 a los diversos actores políticos para conocer sus puntos de vista sobre la situación y buscar zonas de consenso, que permitieran la concertación de un amplio acuerdo nacional que hiciera posible la transición pacífica a la democracia. Bajo la directa convocatoria de la Iglesia, representada por el Cardenal Fresno, quien actuó como mediador, se constituyó el 25 de agosto de 1985 *el Acuerdo Nacional por la Transición a la Democracia*, referente que agrupó desde la izquierda democrática, el centro político a la derecha democrática. s organizaciones extremistas del espectro político que optaban por una estrategia de enfrentamiento.

En forma gradual la oposición política encabezada por la Democracia Cristiana comenzó el recambio de su estrategia oposicional. De las movilizaciones sociales y la agitación por *elecciones libres* y el rechazo a la Constitución de 1980 promulgada por la dictadura, la oposición pasó a insertar su lucha dentro del escenario institucional creado por el régimen militar. De este modo, en junio de 1988, se constituyó el *Comando por el NO*, formado por 16 partidos opositores, que llamaron a participar en el plebiscito convocado por el régimen para octubre de ese año para optar entre la opción *SÍ*, que significaba la continuidad de Pinochet en el Poder y la continuidad del régimen o por el *NO*, que involucraba un rechazo a éste y la convocatoria a elecciones a finales de 1989. Bajo el supuesto que de los resultados de esta consulta ciudadana dependía en gran medida un decurso pacífico hacia la democracia, la Iglesia instó al régimen a cumplir una serie de condiciones éticas que garantizarían la legitimidad del plebiscito. En un documento público, la Iglesia puntualizó las *condiciones básicas* que debían cumplirse para que el resultado del anunciado plebiscito tuviese *autoridad*. Al mismo tiempo la Iglesia implementó a nivel nacional una campaña de educación cívica, que fue una importante contribución al proceso plebiscitario. Aunque el Episcopado en su discurso asumía las condiciones institucionales creadas por el régimen, entre estas el mecanismo del plebiscito, como válidas para que la ciudadanía la utilizara para transitar pacíficamente a la democracia, este procedimiento no era para el Episcopado el medio ideal. A pesar del desigual acceso a los medios de comunicación de masas, la oposición unida triunfó con alrededor del 55% por el *NO*, mientras la opción *Sí* de la dictadura alcanzó un 43% en el plebiscito del 5 de octubre de 1988. De acuerdo al itinerario establecido por el régimen militar, como consecuencia del triunfo del

NO, el *Presidente de la República*, es decir Pinochet, continuaría en el cargo hasta el 11 de marzo de 1990 y éste debería convocar a elecciones de Presidente de la República y parlamentarias a celebrarse el 11 de marzo de 1989. En el documento oposicional se proponían cuatro reformas constitucionales. La coyuntura post-plebiscitaria estuvo signada por las expectativas de una pronta y pacífica transición a la democracia y, en este contexto, las elecciones presidenciales a celebrarse en diciembre de 1989, pasaron a ser el tópico dominante de las discusiones entre los actores políticos de la oposición y de aquellos identificados en diferentes grados con el régimen militar. Las negociaciones, entre la oposición y un sector político pro-gobiernista culminaron con un documento de acuerdo el 31 de mayo conteniendo 47 propuestas de reformas de la Constitución, las que fueron enviadas a la Junta de Gobierno para su discusión. El régimen convocó al electorado a pronunciarse por la aceptación o rechazo de las reformas constitucionales en un plebiscito que tendría lugar el 30 de julio de 1989. En el plebiscito triunfó la opción *Apruebo* con un 85,7% de los votos. Este resultado demostró una vez más que la ciudadanía apoyaba categóricamente el camino político-institucional a la democracia basado en un consenso entre la oposición y el régimen. Este consenso mínimo para civilizar el conflicto, no eliminaba las profundas divergencias entre el régimen militar y la oposición sobre conceptos como democracia, Derechos Humanos, pluralismo, rol de las FFAA. y sobre el establecimiento de las culpabilidades sobre atropellos a los derechos Humanos y el esclarecimiento de la suerte de los desaparecidos.

El resultado de los plebiscitos constituyó el primer eslabón de un curso que llevó a los partidos de la Concertación por la Democracia al triunfo en las elecciones presidenciales del 14 de diciembre de 1989, con su abanderado, el ex-senador demócratacristiano Patricio Aylwin, quien obtuvo alrededor del 55% de los votos. Este triunfo del movimiento opositor significó el ocaso de la dictadura y la consolidación del camino pacífico e institucional a la democracia.

Conclusiones

En los cambiantes escenarios creados por la dictadura militar, la Iglesia jugó un significativo rol político, especialmente, con antelación al ciclo de movilizaciones sociales de protesta que se inició en 1983. En una primera fase, la Iglesia en su dimensión institucional y episcopal fue sin proponérselo, la única voz disidente y opositora a un régimen que legitimándose en la doctrina de la Seguridad Nacional desmanteló la sociedad civil, asesinó a millares de opositores, torturó, encarceló y condenó al exilio a miles de chilenos. El Episcopado fue la “voz de los sin voz” en una sociedad paralizada por el terror, ejerciendo por ello un rol “profético”. Este rol y su intransigente defensa de los derechos humanos le significaron una

permanente relación de conflicto con el poder y la consiguiente persecución a sus miembros y el acoso a la Vicaría de Solidaridad y otras organizaciones humanitarias. En el contexto del terrorismo de Estado creado por las dictaduras militares del Cono Sur en la décadas de los años 70 7 80 y que significó la persecución, la tortura, las desapariciones y la muerte de millares de personas, el Episcopado Católico chileno fue el único que condeno estos hechos luctuosos y que se alzó como la *Voz de los sin Voz*.

La Iglesia, a través de sus Obispos y Vicarías especializadas para trabajar pastoralmente en el mundo obrero, en los ambientes juveniles, en el mundo campesino y el ámbito poblacional, contribuyó a regenerar, recrear y reconstruir el tejido de organizaciones comunitarias y organizaciones de bases que conforman la sociedad civil. Bajo el alero protector de la Iglesia, se fue configurando una sociedad civil, y una conciencia y cultura democrática, que posibilitó una transición de la dictadura a la democracia, por la vía política del diálogo y la negociación.

Referencias

- AGUILAR, M., (2004). A Social History of the Catholic Church in Chile, Vol. I The First Period of The Pinochet Government 1973-1980, Lewinton, New York, Queenton, Ontario: The Edwing Mellem Press.
- AGUILAR, M.,(2004). Cardenal Raúl Silva Henríquez. Presencia en la vida de Chile, (1907-1999), Santiago de Chile: Ediciones Copygraph.
- ARISTIA F. (1975) (Obispo Auxiliar de Santiago), "Algunas reflexiones sobre la Solidaridad" en Revista Mensaje, núm. 236.
- ARRAIGADA, G.,(1986). La política militar de Pinochet, 1973-1985, Santiago de Chile: Editorial Aconcagua
- ARROYO, G.. (1975), "Nota Sobre la Iglesia y los Cristianos de Izquierda a la Hora del Putsch en Chile", en Latin American Perspectives, Vol. 4, núm.1
- BOTERO.V. M. .(2007), "Cristianismo popular y martirio en Chile: Antecedentes humanos y emblema religioso de tres crucificados: Miguel Woodward, Antonio Llidó y Joan Alsina", Separata de la Revista Estudios, Madrid: Revista publicada por los frailes de la Orden de la Merced, año LXIII, núm . 234.
- CANCINO T. HUGO (1997) Chile: Iglesia y dictadura 1973-1989. Un estudio sobre el rol político de la Iglesia Católica y el conflicto con el régimen militar, Odense, Dinamarca: Odense University Press. Cancino.
- CASTILLO, I. F. (1986), Iglesia Liberadora y Política, Santiago de Chile: ECO-Educación y Comunicaciones.
- CAVALLO A.(1991) Memorias Cardenal Raúl Silva Henríquez, tomo III, Santiago de Chile: Ediciones Copygraph.
- CONEJEROS, S. (1990), Chile: De la Dictadura a la Democracia. Santiago de Chile: Sin indicación de editorial.
- CONFERENCIA EPISCOPAL DE CHILE, (1973) Documentos del Episcopado de Chile 1970-1973, Ediciones del Episcopado de Chile.
- CONFERENCIA EPISCOPAL DE CHILE (1982), Documentos del Episcopado Chile 1974-1980(DOCECH), Santiago de Chile: Ediciones Mundo.
- CORREA, E. y VIERA GALLO A. (1986). Iglesia y Dictadura, Santiago de Chile: CESO-Ediciones Chile-América.
- VICARIA de la Solidaridad (1991). Historia de su trabajo social, Santiago de Chile: Ediciones Paulinas.
- DOCUMENTOS COMPLETOS DEL VATICANO II, (1967) Bilbao, España: Editorial El Mensajero del Corazón de Jesús.

- DONOSO R., (1967). Las ideas políticas en Chile, Santiago de Chile: Editorial Universitaria.
- FERNANDEZ, D.(1996) La "Iglesia" que resistió a Pinochet, Madrid: Iepala.
- HOUTON, J. (1987) Combate Cristiano por la Democracia 1973-1987. Ediciones Chile-América/CESOC, Santiago de Chile.
- LIRA, J. (1985), "Los Derechos Humanos (Para Repensar lo Político)", en Plural, núm 4, Revista del Instituto para el Nuevo Chile, Rotterdam.
- MEDINA. L.(1979) "La teoría de la Seguridad Nacional" en Chile-América, núm. 58-59, Roma
- MENESES A., (1988).El poder del discurso. La Iglesia Católica y el gobierno militar 1973-1984, Santiago de Chile: ILADE-CISOC.
- OXHORN, P, (1991)"The Popular Sector response to an Authoritarian Regime. Shantytown Organizations since the Military Coup" en Latin American Review, No.. 1, Vol.18,
- RICHARD, P. (1981), "Identidad Eclesial en la Práctica Política, Orgánica y Teórica del Movimiento Popular" en Cristianismo y Sociedad, núm. 67, año XIX, República Dominicana
- SANDERS, T. y B. H. SMITH (1981),"The Catholic Church Under a Military Regime" en Howard Handelman y Thomas Sanders (eds.), Military Government and the Movement Toward Democracy in South America, Indiana: Indiana University Press,
- SEGUNDA CONFERENCIA DEL EPISCOPADO LATINOAMERICANO. (1974), Medellín Conclusiones, Lima, Perú: Ediciones Paulinas.
- SILVA E. (1993) "Capitalist Coalition: The State, and Neoliberal Economic Restructuring Chile, 1973-88" en World Politics, Silva, Patricio, "Social Democracy; Neoliberalism and Ideological Change in the Chilean Socialist Movement, 1973-1983" en Ibero-Americana, Nordic Journal of Latin American Studies
- SMITH S.J., BRIAN H,(1982) The Church and Politics I Chile. Challenges to Modern Catholicism, Pricenton: Pricenton University Press..
- Smith, S.J., Brian H., (1990), "The Catholic Church and Politics in Chile" en Keo Dermo (ed.), Church and Politics in Latin America. New York, St. Martin's Press, TERCERA CONFERENCIA GENERAL del EPISCOPADO LATINOAMERICANO. 1979, (1980) La evangelización en el presente y futuro de América Latina. Documento de Puebla, Santiago de Chile: Ediciones Paulina.
- TAPIA V, J.. (1980), "La Doctrina de la Seguridad Nacional y el rol político de las Fuerzas Armadas" en Nueva Sociedad, núm. 47.
- YANES, E. (1989), La Iglesia Chilena y el Gobierno Militar. Itinerario de una Difícil Relación (1973-1988). Santiago de Chile: Editorial Andante

Um jansenista setecentista em um ninho de ultramontanos oitocentistas. O lugar de Frei Caetano Brandão (1740-1805) nas querelas político-religiosas do Segundo Reinado – Brasil (1860-1870) ¹

Jefferson Almeida Pinto

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora, Brasil
jeffersondealmeidapinto@gmail.com

Resumo

Caetano D’Anunciação Brandão foi um clérigo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, nascido no Lugar de Loureiro, Comarca da Feira, bispado do Porto, Portugal. Formado pelas mãos do bispo de Beja, Manuel do Cenáculo, Caetano Brandão herdou uma cultura religiosa marcada pelo jansenismo do século XVIII. Foi bispo na diocese do Grão-Pará e posteriormente arcebispo na Arquidiocese de Braga, em Portugal. Os escritos sobre o prelado bracarense dão conta de sua atuação frente aos pobres e desvalidos, fundando hospitais e escolas para crianças órfãs, disciplinando o clero e fazendo visitas pastorais nos mais distantes recônditos de onde governava. Essas informações sobre Frei Caetano são recorrentes na imprensa do Brasil e de Portugal no transcorrer do século XIX, sobretudo nos debates entre os ultramontanos e regalistas do Império. Este trabalho se propõe a pensar a construção da memória de Dom Frei Caetano Brandão e as apropriações realizadas de sua ação pastoral no plano das discussões políticas que se faziam no campo religioso do Brasil, à época da chamada questão religiosa entre as décadas de 1860 a 1870. Assim sendo, nos propomos a pensar quais teriam sido as apropriações da atuação de Caetano Brandão entre os ultramontanos num plano de contradições, pois o mesmo teria um perfil jansênico-regalista, em uma época em que, tanto no Brasil como em Portugal, a Igreja se debatia com os Estado e seus homens de letras católicos, regalistas e maçons contra a supremacia do poder temporal sobre o espiritual.

Palavras-chave: Questão religiosa; Política; Império do Brasil; Século XIX.

Este trabalho está relacionado a um conjunto de estudos que tenho realizado a respeito das relações entre política e religião no Brasil do Segundo Reinado, mais especificamente sobre a chamada “questão religiosa”. Neste quadro, destaco o projeto “Os Lazaristas e a questão religiosa no Segundo Reinado” pelo qual estudei a atuação da congregação dos padres Vicentinos, ou Lazaristas, ou Congregação da Missão, no século XIX. Este projeto visava basicamente trabalhar as tensões entre a Igreja romana e o campo político ilustrado do Império do Brasil na década de 1870. Os padres da Missão chegaram oficialmente ao Brasil em 1820, pelas mãos de Dom João VI, com o objetivo de governar a Imperial Casa de Nossa Senhora Mãe dos Homens na Serra do Caraça, em Minas Gerais. Com o tempo, sua vertente francesa, além de ter importante participação na vida religiosa da própria casa imperial brasileira, assumiu importantes funções no governo, como seriam os casos da assistência social e da

¹ Este texto apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa Jacques Bossuet na diocese do Grão-Pará: trajetória [história e teologia] de Dom Frei Caetano Brandão (1740-1805) e suas [possíveis] relações com as ideias políticas no Brasil oitocentista e contou com a participação da estudante de iniciação científica Vivianne Cobuci de Almeida (CNPq).

educação. Por outro lado, atuaria também na contramão de um processo de secularização e laicização encampada por vários intelectuais e membros do campo jurídico e político que buscavam modernizar institucionalmente o Brasil.²

A reação ultramontana da Igreja no Brasil, encontraria fiéis seguidores entre os bispos Lazaristas, a exemplo de Dom Antônio Ferreira Viçoso, de Mariana, e Dom Pedro Maria de Lacerda, do Rio de Janeiro, espalhando-se também por outras dioceses do país. A Congregação da Missão também foi responsável pela reforma dos Seminários, alinhando-os com as orientações romanas para a vivência, prática e administração da Igreja. Entre seus alvos estariam o protestantismo e a maçonaria que em sua visão seriam o *locus* difusor do liberalismo e do positivismo responsáveis pela ruptura entre política e Igreja e que colocava fim à primazia que esta entendia ter neste campo. Esse comportamento levaria os opositores dos excessos do clericalismo a atribuir aos Lazaristas a pecha de jesuitismo, indicando, naquele contexto, sua posição ultramontana em relação ao debate que se firmava.

Deste trabalho surgiram pistas que me direcionaram a buscar entender a atuação da Congregação da Missão em Portugal no século XVIII e suas relações com o jansenismo e com o regalismo. Propus, desta forma, retroceder um pouco mais no tempo e nos estudos históricos em direção ao século XVIII e é nesta movimentação que apareceu o tema de Dom Frei Caetano Brandão o qual pensei como um projeto de passagem a estes estudos. O tema apareceu despreziosamente quando me deparei com seu retrato no Museu de Arte Sacra em Belém do Pará, no verão de 2015.

O que me chamou a atenção naquela pintura de autoria do baiano Antonio Joaquim Franco Velasco foi a referência a Jacques Bossuet, autor de “Política tirada das sagradas escrituras”, teórico do absolutismo francês, defensor da supremacia do poder temporal sobre o espiritual e autor referendado nas bibliotecas regalistas e jansenistas setecentistas portuguesas. Trata-se aqui de uma pauta política que não se resumiria ao século XVIII, estendendo-se, portanto, pelo século XIX. Incidiria sobre o Império do Brasil, Portugal e outros países que se formavam no Oitocentos ou que passavam por reformas em suas instituições políticas, num

² Este projeto resultou quatro produtos/artigos: Jefferson de Almeida Pinto, Os lazaristas e a política imperial - a escola, a assistência e a família, *Topoi* (Online): revista de história, v. 17, 2016, p. 153-175; Jefferson de Almeida Pinto, O processo de anistia aos bispos da Questão Religiosa: Historiografia, Direito Constitucional e Diplomacia, *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, v. 8, 2016, p. 426-451; Jefferson de Almeida Pinto, O ultramontanismo levanta a viseira: os Lazaristas e a questão religiosa no Segundo Reinado, In: Gizlene Neder, Ana Paula Barcelos, Jessie Jane Vieira de Sousa. (Org.). *Intolerância e cidadania: secularização, poder e cultura política*, Rio de Janeiro, Autografia, 2015, v. 1, p. 46-86; e Jefferson de Almeida Pinto, A corporação dos roupetas negras e suas borboletas brancas: Lazaristas versus regalistas ao tempo de questão religiosa, *Brasil-Império - 1860-1880*, In: Rogelio de la Mora V.; Hugo Cancio T.. (Org.), *La Historia intelectual y el movimiento de las ideas en America Latina, siglos XIX e XX*, Xalapa, Dirección Editorial, 2015, v. , p. 359-378

longo debate que tomava as páginas da imprensa e outros espaço de debate político, mostrando as divergências entre os defensores do regalismo *versus* ultramontanos.

A princípio não via nada que relacionasse Frei Caetano Brandão aos episódios político-religiosos da segunda metade do século XIX. A pesquisa se formulou inicialmente num exercício metodológico onde buscava relacionar a figura de Caetano Brandão com o regalismo e o jansenismo português no plano das reformas pombalinas, as quais havia vivenciado, tomando por referência os estudos de Carlo Ginzburg sobre o indiciário³. Caetano D'Annuniação Brandão nasceu em Portugal, numa localidade do bispado do Porto, a 11 de setembro de 1740, tornando-se clérigo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e atuou também no magistério no Seminário de Évora. Os registros nos mostram o interesse de Caetano Brandão em atuar em missões nas colônias portuguesas na África, mas acabou sendo indicado pela Rainha Dona Maria I para o bispado do Grão-Pará, em 1782, e onde governaria até 1790, quando foi nomeado para a Arquidiocese de Braga, Portugal.⁴

Para responder a questão então proposta foi realizado um levantamento bibliográfico no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro o qual se estenderia também pela biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em que encontramos boas referências a Caetano Brandão e por onde foi possível direcionar a pesquisa. Estas obras sobre o prelado bracarense referem-se, sobretudo, às ações assistenciais do bispo pelas [arqui]dioceses que passou. Destaca-se, portanto, a fundação do Hospital do Bom Jesus dos Pobres, mais tarde Misericórdia de Belém e o Colégio de São Caetano, em Braga, voltado para os meninos órfãos vocacionados. Também cabe destaque às cartas pastorais, à sua correspondência então editada e uma série de informações sobre suas viagens pela diocese do Grão-Pará.⁵

A que conclusão chegamos a partir destas fontes? Frei Caetano Brandão se não era um jansenista assumido, deixava claro seu apreço por este aspecto teológico, assim como pelo regalismo português, ao expressar em suas pastorais, por exemplo, a origem divina do poder dos reis e a justificativa para a intervenção do Estado nos negócios da Igreja portuguesa. Por que tivemos que nos portar de maneira reticente em relação a afirmar ou não sua condição de jansenista? Neste caso, nos baseamos na afirmação do historiador Evergton Sales de que em Portugal existiria um movimento político-religioso chamado de Jacobeia, reformista, e que se

³ Cf. Carlo Ginzburg *Nenhuma ilha é uma ilha*. Quatro versões da literatura inglesa, São Paulo, Cia. das Letras, 2004

⁴ Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (AFBN), Setor de Periódicos, O Globo, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1874, p. 3, col. 4

⁵ Entre outros cf. António Caetano do Amaral, *Memórias para a história da vida do venerável D. Frei Caetano Brandão*, 2 vols., Lisboa, Na Impressão Régia, 1818, 2ª ed. Braga, 1867

aproximava muito das ideias e autores do jansenismo.⁶ De todo modo, características jansenistas ou jacobinas podem ser identificadas no discurso de inauguração do Hospital do Bom Jesus dos Pobres, em Belém, em que fica expressa a crença de Frei Caetano na predestinação, então defendido pelos jansenistas.⁷ Seria também de seu círculo de relacionamento, proteção e formação intelectual quando de sua formação clerical o Bispo de Beja, Manuel do Cenáculo, notadamente jansenista. Em suma, pode se afirmar que era de seu conhecimento, e leitura, toda uma literatura de base jansênico-regalista, as bibliotecas que referenciavam esta literatura bem como seus fornecedores, assim como em seu entorno havia vários defensores destas ideias.

Essa documentação, por sua vez, nos direcionou para outro questionamento. A proposta inicial da pesquisa partiria de um quadro, como dissemos, produzido pelo pintor baiano Franco Velasco, para a diocese do Grão-Pará ao tempo do bispado de Dom Romualdo de Sousa Coelho. O que supúnhamos é que seria muito difícil encontrar mais informações que nos levasse a recontar a trajetória de Caetano Brandão. Mas o que se desenhou foi uma produção bibliográfica editada ao longo das primeiras décadas, assim como outros referenciais que se estenderam pelo século XIX, a exemplo da imprensa e dos debates no legislativo imperial. Neste panorama, nos deparamos com o texto *D. Frei Caetano Brandão. Drama em cinco actos com um esboço biográfico*⁸ publicada em 1869 de autoria do português António Oliveira da Silva Gayo e por meio da qual viemos a pensar o lugar da memória de Frei Caetano Brandão em meio aos embates político-teológicos imperiais no Segundo Reinado. Vejamos que o século XIX não se esquecia de Caetano Brandão. Por que isto ocorria?

Isto nos levou à hipótese de que Caetano Brandão estaria de alguma forma sendo apropriado por algum destes lados. Fomos, assim, em direção ao que pretendiam os regalistas do Império, qual seja, propor a criação de uma Igreja Nacional e a trabalhar com ordens religiosas que se propusessem a fazer a política imperial então definida pelo Gabinete de Ministros.⁹ Mas precisamos retornar aqui e novamente ao quadro de Franco Velasco. Este fora uma forma de Dom Romualdo de Sousa Coelho homenagear aquele que o havia feito um homem da Igreja. Entretanto, Dom Romualdo, assim como seu sobrinho Dom Romualdo

⁶ Evergton Sales Souza, *Jansenismo e reforma da Igreja na América Portuguesa*, p. 4. Disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/evergton_sales_sousa.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2017

⁷ AFBN. In *Memoriam: Excerptos do Frei Caetano*, Belém, Seção de Obras d'A Província do Pará, 1905, p. 28 e 29

⁸ António da Silva Gayo, *D. Frei Caetano Brandão. Drama em cinco actos com um esboço biográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1869

⁹ Jefferson de Almeida Pinto, *Os lazaristas e a política imperial - a escola, a assistência e a família*, Topoi (Online): revista de historia, v. 17, p. 171

Seixas, na Bahia, seria um bispo ultramontano, portanto, um dos bispos que já na primeira metade do século XIX pensava a reforma da Igreja no Brasil e, neste sentido, ao contrário do que Nabuco de Araújo já pensava na década de 1840, procuraria suplantar o poderio do Estado e aproximar a Igreja do Brasil de Roma.¹⁰ Mas para isto, não seria possível trabalhar com Caetano Brandão, jansenico-regalista, não é mesmo? A mensagem no quadro de Franco Velasco era muito clara: formar uma imagem oficial de um bispo regalista, para uma década de 1820, em que a Constituição de 1824 firmava a supremacia do poder temporal sobre o espiritual.¹¹ Temos aqui dois processos históricos opostos dentro da própria Igreja, envolvendo jansenistas e ultramontanos, mas que, por sua vez, entendemos que também se completavam.

Como chegamos a esta conclusão? A edição *D. Frei Caetano Brandão. Drama em cinco actos com um esboço biográfico* e sua circulação pelas livrarias do Rio de Janeiro nos direcionou para uma pesquisa sobre os periódicos que circularam na Corte. Utilizando-nos do portal da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional nos foi possível pesquisar as referências a Caetano Brandão nesta documentação, evidentemente, atentando para as “impurezas” que uma pesquisa como esta pode nos trazer, a exemplo dos homônimos. Desse modo, entre os registros de imprensa no Brasil do Oitocentos encontramos referências constantes ao [arce]bispo do Grão-Pará e Braga. Em linhas gerais, as citações a Frei Caetano Brandão giram em torno de sua trajetória como bispo e suas obras por onde passou. Cabe destaque as referências constantes à peça teatral de Silva Gayo nas livrarias do Rio de Janeiro, cabendo a Livraria Garnier os direitos de exploração e edição da obra na Corte. É sintomático também o fato de que nas décadas de 1860 e 1870 as citações a Caetano Brandão cresçam consideravelmente, assim como também são consideráveis durante todo século XIX e em quase todos os periódicos das mais variadas províncias do Império. Foi preciso qualificar estas citações. Se nossa hipótese inicial seria a de que os regalistas do Império estariam falando, lendo, escrevendo sobre Caetano Brandão, esta análise mostrou-nos, na verdade, que seriam os ultramontanos aqueles que assim atuavam.

Assim como no caso de Dom Romualdo de Sousa Coelho, esta situação nos chamou a atenção. A análise, entretanto, nos levou a entender que se tratava de uma apropriação específica de Frei Caetano Brandão. Neste sentido, pensar a historiografia sobre a reforma ultramontana da Igreja no Brasil se faz necessário. É consolidada nessa historiografia uma visão de que seria somente no século XIX e, sobretudo por meio da atuação do bispo de Mariana

¹⁰ Idem

¹¹ Ulpiano T. Bezerra de Menezes, “História e Imagem: iconografia/iconologia e além”, In CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo, *Novos Domínios da História*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, p. 254

Dom Antônio Ferreira Viçoso, que os bispos do Império passariam a reformar os seminários, disciplinar o clero e passar a se aproximar mais dos fiéis.¹² Mas pela documentação relativa às pastorais e ao diário de visitas de Frei Caetano Brandão é possível notar que esta já era uma visão de ação pastoral no século XVIII, assim como do próprio Manuel do Cenáculo na diocese de Beja.

Neste sentido, argumentamos que a apropriação a Caetano Brandão se daria justamente por sua defesa do rigor na vivência da fé e da religião, aspectos da vivência jansenista ou jacobea e, portanto, também defendidos pelos ultramontanos. É sintomático que as três províncias que mais se lembrariam, quantitativamente falando, em seus periódicos, de Caetano Brandão, seriam o Rio de Janeiro, Pará e Pernambuco, portanto, sedes de dioceses que estariam diretamente envolvidas na eclosão da chamada “questão religiosa” do Segundo Reinado, voltando-se para o combate às impurezas e influências externas ao catolicismo romanizado. Por seu turno, a pouca referência ao mesmo Caetano Brandão em Minas Gerais poderia ser explicada dada a disciplina já em processo de implantação pelos Lazaristas a partir da diocese de Mariana e, sobretudo, pelo próprio jansenismo entranhado na formação da ordem conforme nos mostra Amarildo de Melo.¹³

¹² João Fagundes Hauck; Hugo Fragoso; José Oscar Beozzo et. Al, História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo, Segunda época, A Igreja no Brasil do século XIX, 3 ed., Petrópolis, Vozes, 1992, p. 88-91

¹³ Cf. Amarildo José de Melo, A influência do jansenismo na formação do ethos católico mineiro. Uma reflexão a partir da ação pastoral de Dom Antônio Ferreira Viçoso, Belo Horizonte, 2000, Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade de Teologia, Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte. 2000

CONGRESSO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL
NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA,
SÉCULOS XIX E XX

**EIXO 6: HISTÓRIA INTELECTUAL E
HISTÓRIA DO PENSAMENTO
ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL NA
AMÉRICA LATINA**

De 16 a 18
de 2018

Universidade
São Paulo
Brasil

A problemática da autonomia e da heteronomia brasileira e latino-americana a partir de Manoel Bomfim e Oliveira Lima

Renata Baldin Maciel
Universidade Federal de Santa Maria – Brasil/RS - PPGH/UFSM
Doutoranda em História – Bolsista CAPES
renatabmaciel@gmail.com

Prof. Dr. Carlos Henrique Armani.
Doutor em História e Pós-Doutor em Teoria e Filosofia da História. Professor Adjunto IV do
Universidade Federal de Santa Maria – Brasil/RS – PPGH/UFSM
carlos.armani@gmail.com

Resumo

O objetivo desse artigo é verificar algumas concepções que envolvem a autonomia nacional brasileira e latino-americana a partir das obras de Manoel Bomfim e Manuel de Oliveira Lima. As concepções desses autores expressam o quadro de “desorientação” da geração de *Fin-de-siècle*¹ brasileira que buscava respostas para um mundo carregado de mudanças que implicavam uma crise valorativa e uma ressignificação da própria história do Brasil envolvendo as categorias de *autonomia efetiva*, *autonomia potencial* e heteronomia.

Palavras-chave: História Intelectual; Autonomia; Heteronomia; América Latina; Brasil.

Introdução

Para elaboração desse artigo foram analisadas as obras *A América Latina: males de origem* (1905), de Manoel Bomfim, bem como as obras *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais* (escritos de 1896 a 1899 publicados na *Revista Brasileira* e no *Jornal do Comércio*) e *Pan-Americanismo: Monroe – Bolívar – Roosevelt* (1907) ambas de Oliveira Lima. Ao longo do artigo serão tratados alguns temas como o conceito de autonomia e de heteronomia; a visão dos autores em relação ao presente turbulento e ao passado constitutivo da América e, em especial, do Brasil; suas concepções sobre o futuro nacional, ou seja, sobre os elementos que compuseram o horizonte de expectativa da nação capaz de colocá-la na condição de progresso e de civilização no devir e, por fim, os modelos de civilização elencados

¹ O século XIX não pode ser visto em termos de unidade, por isso Baumer preferiu dispersá-lo em quatro mundos de pensamentos: o Mundo Romântico, o Mundo do Neo-iluminismo, o Mundo Evolucionário e o Mundo do *Fin-de-siècle*. Baumer destaca que esses mundos não eram separados uns dos outros. O Mundo do *Fin-de-siècle* foi menos unificado que os anteriores e caracterizou-se por fortes dúvidas tanto em relação a Deus como à natureza tal como descrita pelos positivistas. O tema do devir surge com tamanha força que o século XIX pode ser denominado o “verdadeiro primeiro século do devir” (BAUMER, 1990, vol.2, p.20). Foi um período marcado pela ascensão do historicismo e do espírito histórico no qual a história passa a ser a ciência do devir. Baumer afirma que o século XIX foi europeu por excelência e também foi marcado por uma mudança no equilíbrio do pensamento intelectual, o qual concentrava-se no século XVIII na França e Inglaterra passando no século XIX a centralizar-se na Alemanha.

para os latino-americanos e seus agentes sintetizadores, com destaque para os Estados Unidos e para Europa.

Para melhor compreender a interpretação quanto à autonomia² e a heteronomia da nação construída a partir da narrativa de Manoel Bomfim e Oliveira Lima, é preciso apontar algumas considerações sobre esses conceitos. No que se refere à questão da autonomia, Alain Renaut (2004) ressaltou que o termo autonomia é de origem grega e que em diversos textos quando se trata da liberdade, esse termo parece atrelado a ela. Porém, para o autor, a concepção da liberdade em termos de autonomia não era plenamente concebível no contexto intelectual e cultural em que os gregos problematizavam a liberdade.

A valorização da humanidade enquanto capacidade de autonomia foi um dos pilares sobre os quais o humanismo moderno se constituiu. Nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade se caracteriza pela forma como o ser humano passa a ser concebido, ou seja, o homem do Humanismo não era mais regido pelas leis da natureza nem por Deus, mas sim pelas leis construídas por ele mesmo a partir de sua razão e vontade. Dessa forma, o subjetivo definido pela razão humana (racionalismo jurídico) ou pela vontade humana (voluntarismo jurídico) assumiu a proeminência no direito natural moderno.

Renaut demonstrou, a partir das concepções de Tocqueville, como a dinâmica da democratização identificava-se com a afirmação do indivíduo enquanto princípio e valor, englobando o que Tocqueville denominou de individualismo moderno, caracterizado pela revolta dos indivíduos contra a hierarquia em nome da igualdade e da denúncia das tradições pelos indivíduos, em nome da liberdade, - em todo caso, em nome de certa concepção de liberdade³.

Em relação a liberdade e a tradição, Louis Dumont, defendeu a ideia de que tanto as sociedades primitivas quanto as medievais eram caracterizadas pela heteronomia. Para ele, nessas sociedades a tradição era imposta aos indivíduos, sem que esses pudessem escolher por sua própria vontade. A tradição lhes era imposta de fora e passava a agir sobre os indivíduos sob a forma de uma transcendência radical. Isso configurava uma relação de dependência entre as pessoas e a tradição. Contrapondo-se a essas ideias, a democracia moderna procurou romper essa relação de dependência: “herdada das teorias do contrato social, seu princípio consiste em

² Algumas considerações expostas neste artigo sobre Manoel Bomfim e os conceitos de autonomia e heteronomia, também foram apresentadas na VIII Reunião do Comitê Acadêmico “História, Regiões e Fronteiras” - AUGM (Montevidéu/Uruguai - 2017).

³ RENAUT, 2004, p. 27-28.

fundar lei sobre a vontade dos homens, subtraindo-a tanto quanto possível, portanto, à autoridade das tradições”⁴.

Da mesma forma como a Revolução Francesa não aboliu a hierarquia, criando até mesmo outras, como por exemplo, a sociedade burguesa, a abolição da tradição atrelada ao Antigo Regime não deveria levar à supressão imediata de todas as formas da tradição, mas sim, a uma decomposição das tradições consoante com a lógica progressiva das sociedades democráticas. Nesse sentido, os movimentos sociais em termos de individualismo, poderiam ainda obter legitimidade na sociedade contemporânea, “nas quais os diversos movimentos de vanguarda, tanto no plano político como no da estética, se filiarão a essa tendência de criticar qualquer conteúdo preconcebido e herdado em nome da liberdade dos indivíduos, em nome da sua criatividade ou de seu pleno desenvolvimento”⁵. Para Renaut, um dos traços mais característicos que o individualismo oferecia às sociedades modernas era a dissolução contínua das referências oriundas do passado e transmitidas de geração em geração: “estas referências, cuja transmissão constitui a tradição, são, por definição, indefinidamente corroídas em função direta do projeto que anima o indivíduo moderno a apropriar-se das normas em vez de recebê-las”⁶.

Renaut realizou uma crítica ao afirmar que “o comportamento neotocquevileano tende a confundir pura e simplesmente a emancipação do indivíduo em relação às tradições (isto é, afirmação de uma *independência*) e a conquista de sua *autonomia*”⁷. Além disso, a perspectiva neotocquevileana se resumiria a uma posição entre a ideologia “holista” das sociedades tradicionais e a nossa cultura “individualista”, na qual o indivíduo não poderia ser submetido a ninguém além dele mesmo. Nesse sentido, pode-se dizer que a lógica do individualismo seria a da “independência, da “libertação dos entraves”, tendo como horizonte, a maneira como o indivíduo moderno tende a preocupar-se apenas consigo mesmo”⁸.

Renaut lembrou que a ideia de independência absoluta e autossuficiência pura assemelham-se à recusa de qualquer regra que possa limitar a vontade espontânea dos indivíduos. Aceitar regras que limitem a vontade faria com que o problema da relação com o outro fosse considerado, assim como as condições necessárias à coexistência. Esse problema por si só já demonstraria que o indivíduo não basta a si mesmo.

⁴ RENAUT, 2004, 28.

⁵ RENAUT, 2004, p. 29.

⁶ RENAUT, 2004, p. 29-30.

⁷ RENAUT, 2004, p. 59.

⁸ RENAUT, 2004, p. 60.

Porém, é preciso ter em mente que a ideia moderna da liberdade atrelada à autonomia envolve um sentido de dependência às regras, mas também um sentido de independência, pois o indivíduo pode livremente seguir leis comuns autofundadas.

A ideia (intrinsecamente moderna) da liberdade como autonomia designa, num sentido, dependência em relação às regras, mas dependência percebida como compatível com a liberdade, ou melhor, uma dependência fundadora da liberdade autêntica, na medida em que essa liberdade autêntica (humana) não é precisamente a liberdade (natural) sem regras, mas consiste em fazer com que o próprio humano seja o fundamento ou a fonte de suas normas e leis. Todavia, não é menos verdade que, sendo dependência em relação às leis humanas, isto é, autofundadas, a autonomia é também uma forma específica de independência (é sem dúvida por isso que se pode, equivocando-se, confundi-la com a independência pura e simples) (...)⁹.

Em vista disso, a autonomia estaria vinculada a uma dependência entendida como liberdade, (desprendida das tradições transmitidas por herança na sequência das gerações), em que o indivíduo pode estabelecer e seguir leis autofundadas que melhor se enquadram na vida social.

Antes de passar para o próximo item, é preciso fazer uma ressalva sobre o conceito *autonomia efetiva* e *autonomia potencial* empregado nesse texto. A ideia de *autonomia efetiva* foi utilizada como sinônimo do conceito de autonomia de Alain Renaut (2004) explicitado anteriormente. Todavia, ao analisar as narrativas de Manoel Bomfim e Oliveira Lima, deparamo-nos com alguns casos em que, de modo algum, poderia ser apontada a presença de uma *autonomia efetiva* na nação, mas ao mesmo tempo não seria correto afirmar que haveria a ausência completa da autonomia. O vivaz apelo contra os elementos que poderiam ameaçar a soberania nacional, tal como a Doutrina Monroe, oferecia indícios da existência de algo a ser preservado na nação, de algum germen de autonomia fundamentado, talvez, na existência de um Estado, embora débil e problemático. Por conseguinte, viu-se a necessidade de buscar um conceito que demonstrasse a existência desse traço de autonomia na nação, o que culminou no termo *autonomia potencial* utilizado em um sentido que expõe a possibilidade desse germen manifesto enquanto potência no presente, transformar-se em uma *autonomia efetiva* no futuro.

Percepções acerca da temporalidade

O primeiro fato que merece destaque nas obras de Manoel Bomfim e de Oliveira Lima, é denúncia da existência de um atraso instaurado no presente do Brasil e das demais nações sul-americanas. Esses autores buscaram identificar as causas desse atraso, voltando-se tanto para o passado dos colonizadores ibéricos, os quais seriam os responsáveis pelas degenerações

⁹ RENAULT, 2004, p. 62-63.

transmitidas pela herança aos povos latino-americanos, como fez Manoel Bomfim, como também para as diferenças entre a colonização da América do Norte e a América do Sul, a fim de explicar por que, no presente, permanecíamos atrasados enquanto os Estados Unidos conquistavam o progresso, tal como optou Oliveira Lima.

Em termos gerais, através dos contrastes estabelecidos, seria possível verificar o a presença da *autonomia efetiva* nos Estados Unidos e na Europa e a ausência da mesma nas demais nações sul-americanas, em especial no Brasil. Neste verificava-se mais claramente a partir das obras de Manoel Bomfim e Oliveira Lima, que no presente havia uma espécie de balança que ora pendia para uma heteronomia, ora para uma *autonomia em potencial*.

Isso posto, temos dois vieses de destaque na narrativa de Manoel Bomfim e Oliveira Lima: o primeiro rejeitou o modelo ibérico degenerado transmitido pelos espanhóis e portugueses desde a colonização até o presente, o segundo trouxe os Estados Unidos enquanto modelo de progresso a ser seguido pelas demais nações, enfatizando aqueles elementos considerados virtuosos do passado dos imigrantes e do presente da nação. Ambas narrativas convergiram em relação a problematização dos exteriores constitutivos¹⁰ da nação, bem como por terem procurado respostas para o atraso nacional e por terem compreendido a Doutrina Monroe enquanto uma política ameaçadora para nações latino-americanas.

Na narrativa bomfiniana, o passado foi visto como decadente e o presente como um elemento degenerado. Ao analisar a obra *A América Latina: males de origem* (1905), não há como deixar de observar que a ausência de uma *autonomia efetiva* nacional levou Bomfim a um certo pessimismo quando procurou respostas para o presente funesto da América Latina e, em especial, para o Brasil. A América Latina estava sendo condenada pela Europa, devido à desonestidade de seus estadistas e dos frequentes escândalos que dominavam o cenário nacional. Esse juízo universal condenatório teria reflexos perniciosos: “somos a criança a quem se repete continuamente: “Não prestas para nada; nunca serás nada...”, e que acabará aceitando esta opinião, conformando-se com ela, desmoralizando-se, perdendo todos os estímulos”¹¹. Outra consequência desse juízo depreciativo seria o aparecimento de brechas para possíveis ataques às soberanias. Nesse sentido, a Doutrina Monroe dos Estados Unidos apresentava-se

¹⁰ Exterior constitutivo pode ser entendido como uma identidade construída a partir da alteridade entre o “nós” versus “eles”. A partir das características da Europa, dos Estados Unidos e da Ibéria apontadas por Manoel Bomfim e Oliveira Lima, foi possível pensar a identidade brasileira e latino-americana, especialmente em termos do que não éramos e do que deveríamos ser no futuro. Esses elementos de alteridade permitiram explicitar qual identidade existia no presente da nação, quais os modelos identitários de referência na leitura de mundo desses indivíduos e qual era o ideal identitário nacional lançado para o devir.

¹¹ BOMFIM, [1905], 1993, p. 43.

como uma ameaça à soberania e autonomia dos povos, pois depender da proteção de outra nação já seria uma forma de subordinação. Para Bomfim, “de fato, parte da nossa soberania nacional já desapareceu; para a Europa, já existe o protetorado dos Estados Unidos sobre a América Latina”¹².

A preocupação de Bomfim quanto às ameaças às soberanias nacionais latino-americanas indica que, em certo sentido, havia uma autonomia a ser preservada. Em que consistiria a autonomia ponderando o contexto onde o conservantismo fixava a heteronomia? Pelos elementos apontados por Bomfim, em termos políticos e culturais, os latino-americanos ainda estavam perpetuando a herança recebida, ou seja, estariam sob a condição de heteronomia. Seria então a presença do Estado o fator constituinte dessa suposta autonomia ameaçada? Para Bomfim, no Brasil, por exemplo, o Estado era visto como um órgão espoliador, implementado na nação a fim de garantir a permanência de algumas práticas do regime monárquico. Em outras palavras, o Estado no Brasil não teria surgido em um contexto de abertura para o novo, para a constituição de uma nação independente que poderia obter o progresso por suas próprias características internas renovadas. O Estado teria nascido como uma ferramenta que pudesse garantir o *modus operandi* do regime anterior, cujo principal pilar era o conservantismo. Pensando nessas questões levantadas, pode-se dizer que no Brasil existiria não uma *autonomia efetiva*, mas sim uma *autonomia potencial*, verificada pela presença de instituições, órgãos, sociedade e cultura deficitários e degenerados, mas que poderiam ser regenerados através da instrução, como exposto adiante. Em relação ao presente, esse panorama demonstra a existência de uma antinomia sob a lógica nacional entre uma espécie de gérmen da autonomia ou *autonomia potencial versus* uma heteronomia efetiva dos Estados latino-americanos. Enquanto isso, para o futuro era lançada a possibilidade de resolução dessa antinomia na medida em que, através da educação, a *autonomia potencial* poderia transformar a heteronomia até uma *autonomia efetiva*.

Os conceitos de civilização, progresso e atraso apareciam correlacionados na medida em que Bomfim afirmava que “os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a serem considerados povos civilizados”¹³, enquanto nações que se autoproclamam soberanas, estaríamos vivendo uma autonomia potencial por não termos atingido ainda o grau civilizatório e de progresso necessário às nações plenas. Estando as nações sul-americanas em desvantagem devido às inúmeras dificuldades instauradas, Bomfim

¹² BOMFIM, [1905], 1993, p. 45.

¹³ BOMFIM, [1905], 1993, p. 49-50

procurou explicações para os males do presente voltando-se para o passado, ou seja, para as nações ibéricas. Ao problematizar o passado das nações colonizadoras Espanha e Portugal, Bomfim afirmou que nelas também estavam instaurados os mesmos males verificados nas nações da América Latina, ou seja, seus vícios e males eram reflexos dos hábitos de vida das nações peninsulares. As colônias da América do Sul nasceram e viveram sob o regime parasitário, os vícios e degenerações herdados teriam influenciando a vida desses povos até mesmo após a emancipação das nações. Em síntese, as nações sul-americanas sofriam dos mesmos males, em algumas mais e, em outras, menos atenuados posto que, esses povos tiveram a mesma origem, formaram-se nas mesmas condições e foram educados pelos mesmos processos: “se os antecedentes são comuns, se os sintomas são os mesmos, se estes se continuam com aqueles – é bem natural que nestes antecedentes esteja a verdadeira causa”¹⁴. .

Bomfim denunciou o conservadorismo existente na política da América do Sul atrelado ao interesse pessoal, à herança adquirida e à educação. A presença do caráter conservador ficou evidente quando Bomfim afirmou que os indivíduos, ao conquistarem posições de poder, passavam a concentrar seus esforços para impedir as reformas em nome das quais a revolução teria ocorrido. Nesse sentido, o Brasil enquanto nação independente teria sido somente mais uma revolução frustrada. Pode-se verificar o pessimismo de Bomfim no que diz respeito ao contexto latino-americano pós-independência pelo fato das revoluções que resultaram em novas nações não terem implementado as mudanças necessárias: tudo que havia eram novas nacionalidades “sem indústria, sem comércio nacional, sem capitais, sem riqueza, sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo”¹⁵. Nesse sentido, pode-se afirmar que a *autonomia potencial* que configurava o caráter dessas nações enquanto Estados soberanos, tinha a heteronomia como limite da marcha do progresso na medida em que a herança parasitária herdada impedia os avanços necessários para que a autonomia se desenvolvesse até um estágio *efetivo*, abrindo o horizonte de expectativa para efetivação do progresso e do ideal civilizatório contemplado. Bomfim afirmou enfaticamente que “como estamos, não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias.

Em síntese, para Bomfim no Brasil a proclamação da República somente perpetuou os costumes de outros tempos, houve uma espécie de retorno ao antigo com as devidas adaptações: “refizeram-se os costumes de outros tempos, tudo voltou ao antigo, com as necessárias adaptações ao regime presidencial e federativo da nova Carta”¹⁶. A ideia de retorno do antigo

¹⁴ BOMFIM, [1905], 1993, p. 53.

¹⁵ BOMFIM, [1905], 1993, p. 140.

¹⁶ BOMFIM, [1905], 1993, p. 280.

levanta alguns questionamentos: a República trouxe consigo elementos de ruptura em relação ao regime anterior através dos seus líderes ou de seus próprios preceitos, ela por si mesma apresentava-se como um elemento de ruptura? Ou o caráter transformador da República teria sido corroído pelo conservantismo, fazendo com que aqueles elementos agentes da mudança fossem revertidos em agente da permanência das práticas anteriores? Pensando nessas questões, podemos afirmar que o conservantismo remodelou o caráter da República antes mesmo que esta pudesse efetivar as rupturas propostas, o que expõe o caráter de continuidade do antigo e não de retorno.

Ao problematizar as concepções pessimistas na visão de Bomfim dirigidas às nacionalidades da América Latina, verifica-se a dúvida sobre a possibilidade de implementação de uma *autonomia efetiva* nas mesmas. Nessas novas nacionalidades, os indivíduos conseguiam fundar novas ordens, novas leis ou encontravam-se “presos” eternamente aos vícios herdados? O próprio Bomfim em determinado momento mencionou que, devido a essas heranças funestas, às vezes havia a impressão de que o tempo antigo estava novamente em vigor. Assim, as tentativas de conservar as coisas tal como estavam, era produto da vontade dos indivíduos ou da herança e da tradição que lhes mostravam ser o que devia ser feito?

A partir das concepções sobre o presente e o passado das novas nacionalidades latino-americanas, pode-se constatar que a concepção de autonomia e liberdade das mesmas, ainda não é aquela ideia moderna da liberdade como autonomia, ou seja, de uma autonomia que envolve o sentido de dependência entendida como liberdade autêntica pelo estabelecimento de regras pela própria nação. No entendimento de Bomfim, a independência da nação, como por exemplo, o Brasil, não significou o rompimento com a tradição ibérica, os novos sujeitos nacionais continuavam agindo guiados por uma tradição que deveria ter sido interrompida com o fim da Monarquia.

Em relação ao espaço de experiência¹⁷, destaca-se também as concepções de Oliveira Lima que tecem uma comparação entre as nações sul-americanas (em especial o Brasil) e os Estados Unidos. Desse contexto, o primeiro item a ser problematizado diz respeito a imigração¹⁸. Para muitos autores, os imigrantes eram os responsáveis pelo desenvolvimento

¹⁷ Reinhart Koselleck compreendeu definiu a experiência como sendo o passado atual, no qual acontecimentos foram incorporados ou podem ser lembrados. Na experiência encontram-se as elaborações racionais e as formas inconscientes de comportamento, nela, por exemplo, estão contidas as experiências de gerações anteriores que os indivíduos incorporam em suas vidas.

¹⁸ No tocante à imigração, Manoel Bomfim advertiu que era preciso observar as condições da própria nação quando esses imigrantes adentraram. Quando para os Estados Unidos teria se encaminhado um forte fluxo da colonização, “o país apresentava uma nacionalidade pacífica, ativa, instruída, vivendo sob um regime civil e político tão livre e adiantado como os mais livres

político, econômico e social dos Estados Unidos. Nesse sentido, surgiram inúmeros defensores da “importação” de imigrantes para as nações latino-americanas a fim de tentar reproduzir o exemplo dos países que obtiveram sucesso com essa prática, tornando os Estados Unidos um modelo nesse quesito. Segundo Oliveira Lima, analisar os Estados Unidos e seu povo disposto ao trabalho e ao progresso seria útil, especialmente ao Brasil, na medida em que poderia fornecer-nos exemplos de como corrigir nossas faltas para conquistarmos a evolução pretendida, abrindo-se, dessa forma, a possibilidade de um futuro glorioso para a nação.

A imigração relaciona-se com a autonomia nacional de maneira antinômica na medida em que poderia levar a nação a adquirir sua *autonomia efetiva*, ou seja, a atingir o progresso desejado, a soberania irrefutável e o *status* de civilização, mas também poderia significar um problema na medida em que, sem a devida assimilação do estrangeiro, apresentava riscos de enfraquecer os laços identitários locais, podendo acentuar a debilidade do próprio Estado pela quebra da unidade social.

A imigração foi analisada por Oliveira Lima enquanto item de diferenciação entre a constituição dos Estados Unidos e das nações sul-americanas, ou seja, como fator explicativo para o progresso norte-americano em contraposição com atraso das demais nações. Esse seria um dos motivos pelo o autor atribuiu a grandeza dos Estados Unidos à imigração europeia e ao gênio ativo e inventivo da própria raça colonizadora. Teriam sido as qualidades das raças conquistadoras os elementos promotores das diferenças entre a colonização da América Inglesa e da América Latina, visto que “ingleses ocupando o que, se chama hoje Estados Unidos e portugueses ocupando o que desde então chamou-se Brasil, tiveram que lutar contra idênticos obstáculos — índios senhores da terra, concorrência estrangeira armada, elementos naturais”¹⁹.

A forma como Oliveira Lima tratou da imigração leva a crer que, ao contrário de Bomfim, ele não defendeu uma ruptura com o passado, tampouco com as heranças dos colonizadores por considerar os elementos herdados não como degenerações, mas sim como virtudes das raças superiores. A imigração europeia nas obras de Oliveira Lima apresentou-se como um elemento de salvação para as nações latino-americanas devido às consequências morais e pela prática da virtude presente na raça saxônica que explicariam o seu poderio. Nesse sentido, essas raças superiores poderiam oferecer às raças inferiores consideráveis progressos, pois o caráter desses imigrantes influenciaria a conquista da prosperidade nacional. Assim,

da Europa. O nível geral da sociedade americana era comparável ao dos países mais cultos” (BOMFIM, [1905], 1993, p.178). Por isso o emigrante não tinha a impressão de ter se instalado em uma nação desorganizada e rude. Levando isso em consideração, Bomfim afirmou que foi o esforço dos ianques em instruir a população e a cultura que teria promovido o progresso dessa República e não somente a imigração, como alguns acreditavam.

¹⁹ LIMA, [1889], 2009, p.91.

justifica-se em parte o progresso dos Estados Unidos por sua imigração ter sido constituída por alemães, irlandeses e escandinavos, ou seja, pelos robustos, enérgicos, trabalhadores e pacíficos povos do Norte. Enquanto isso, para o Brasil teriam vindo povos do Sul, caracterizados por serem sóbrios, industriais, porém com um senso de moral duvidoso, resultando em violentas perturbações locais.

Em suma, a imigração seria o principal elemento que caracterizou o nascimento da raça americana promotora do adiantamento instaurado no presente nos Estados Unidos. Mas, uma excessiva imigração europeia no Brasil traria riscos de “diluir-se a nossa idiosincrasia nos característicos dos outros povos, mais pronunciados, vigorosos e progressivos, se não dá nos Estados Unidos, onde o nacional, mercê da sua rara faculdade de assimilação, acaba por absorver os elementos estranhos”²⁰. Pode-se afirmar que nas obras de Oliveira Lima, o imigrante europeu apresentava-se como oportunidade de obtenção de mão-de-obra e de desenvolvimento das inteligências sociais, permitindo o progresso do país em diversas instâncias, como a econômica, financeira e moral. Todavia a imigração como propulsora do progresso não era uma alternativa exequível por todas as nações como à primeira vista poderia indicar. Apesar de representar um modelo que deu certo nos Estados Unidos, a realidade frágil e problemática das demais nações latino-americanas, poderia transformar esse agente de mudança em um problema para a autonomia nacional. Assim a imigração enquanto “remédio” para superar o atraso das nações sul-americanas só poderia ser aplicada tendo-se disponível na nação alguns elementos ideais pré-dispostos ao desenvolvimento, tais como tendência a caracteres morais elevados, clima favorável, idiosincrasia da população, facilidade de assimilação de elementos externos, entre outros fatores que não eram facilmente encontrados na nações latino-americanas em seu conjunto. Por isso que, mesmo oportunizando o contato com uma suposta raça superior em todos sentidos, a imigração não era uma alternativa viável para corrigir os problemas em todas nações.

Afirma-se a ausência de uma *autonomia efetiva* nas nações latino-americanas na medida em que Oliveira Lima defendeu que “a civilização nos trópicos há, contudo, que ser continuamente imposta, dirigida ou fiscalizada pela raça europeia”²¹. Para o autor, a distância com seu tronco de origem teria como resultado a degradação dos indivíduos, a proximidade com o europeu era necessária por manter intactos os caracteres da raça, por oferecer um referencial ideal a ser seguido, tendo em vista que nos trópicos os homens brancos não puderam

²⁰ LIMA, [1889], 2009, p. 101.

²¹ LIMA, [1889], 2009, p. 362-363.

exercer sua plena atividade e nem se apoiarem no trabalho escravo após a abolição. A necessidade de um “tutor” externo para o desenvolvimento e extração dos traços negativos da raça nas nações latino-americanas indica que a oscilação da balança pende, nesse caso, para o predomínio da heteronomia. Nesse sentido pode-se perceber que a própria ideia de civilização se encontrava intrinsecamente relacionada com a de *autonomia efetiva*, por pressupor um ideal que envolve em si mesmo, a liberdade, a soberania, o progresso e a cultura em seus aspectos mais aperfeiçoados.

Para solucionar o atraso das nações latino-americanas, a instrução popular foi uma solução comum indicada por Manoel Bomfim e Oliveira Lima. A instrução das massas também era caracterizada por uma antinomia devido ao fato de ser a responsável pela propagação das tradições herdadas que levariam a nação a pender para um regime de heteronomia e, ao mesmo tempo, por indicar, enquanto potência, a possibilidade de ruptura com a heteronomia, impelindo a nação para um contexto de predomínio da *autonomia efetiva* no futuro.

Oliveira Lima, ao contrário de Bomfim, procurou recuperar os exemplos bem-sucedidos do passado que seriam úteis ao Brasil e às demais nações latino-americanas para alcançarem o progresso almejado através da instrução da população. Ao comparar o modelo da educação dos Estados Unidos com o do Brasil, Oliveira Lima afirmou que “a independência é o alicerce da educação americana, como a sujeição o é da educação latina”²², colocando em dúvida a existência de *autonomia efetiva* brasileira. Se a nossa educação estava concentrada na ideia de subordinação, pode-se dizer que estaria em vigor um estado de heteronomia no Brasil, e que a *autonomia efetiva* seria apenas um vislumbre lançado para o devir.

Oliveira Lima salientou que nos Estados Unidos a educação priorizava desenvolver o caráter prático dos indivíduos em detrimento do especulativo “sob pretexto de que o puro desenvolvimento intelectual não é o requisito mais indispensável para a contenda social”²³. No Brasil, a situação seria inversa, ou seja, a inteligência seria cultivada de maneira intensiva a tal ponto que a prática ficava esquecida e a vontade paralisada.

A falta de uma *autonomia efetiva* no Brasil pode ser verificada na narrativa de Oliveira Lima pelo fato da nação ser constituída por um povo alheio às próprias leis, afinal como poderia haver liberdade e autonomia dos indivíduos onde a ignorância predominava? Essa disposição contraventora às leis demonstraria um fator corrosivo da própria nação, visto que “a obediência

²² LIMA, [1889], 2009, p. 264.

²³ LIMA, [1889], 2009, p. 266.

consciente à lei é o sinal mais seguro de um alto grau de civilização e a condição necessária da verdade de qualquer regime representativo”²⁴. A concepção de autonomia de Oliveira Lima remetia à obediência consciente às leis enquanto demonstração de conhecimento, fato que abriria possibilidades concretas para que os devidos representantes pudessem modificar e aplicar as leis de uma maneira mais confiável. Nesse sentido, a independência, a democracia e seu corpo legislativo, enquanto representante da vontade popular, estariam limitados pela falta de esclarecimento da própria população. A raiz dessa questão estaria na falha educação popular, que deveria ser repensada visando pontos mais abrangentes do que o modelo oferecido pelos Estados Unidos devido às especificidades da sua política interna. Para Oliveira Lima, a educação popular teria a tarefa de fazer os indivíduos compreenderem que a política não deve ser objetivada enquanto meio de conquistar riqueza, como aconteceria nos Estados Unidos. Para o autor, a noção de progresso nacional estaria vinculada a uma concepção de política concebida como um serviço desinteressado à nação, visto que a pátria estaria acima dos partidos.

Destarte, o devir estaria aberto ao progresso através das mudanças ofertadas pela educação popular no que diz respeito à conscientização dos indivíduos quanto à política de sua pátria, tornando-os agentes conscientes de uma nação plenamente autônoma. Da forma como estaria, o povo não seria capaz de auxiliar e tampouco ouvir aqueles que procurariam despertar correntes de opinião, por isso seria necessário modificar esse quadro através da educação. Um povo educado e culto estaria em consonância com uma nação verdadeira, porém, aqueles indivíduos que absorvessem essa ideia com receio, seriam representantes daquela parcela da população que dentro dos “partidos puxam os cordéis em seu benefício e formam a lepra dessas organizações destinadas a prestar altos serviços coordenando e sistematizando os cambiantes de opinião, e destarte exercendo uma ação conciliadora e unificadora”²⁵.

No que se refere à educação, Manoel Bomfim tentou distanciar-se da influência funesta do espaço de experiência lançando para o devir as esperanças de ruptura através da instrução da população. Nesse sentido, busca-se refletir sobre como a instrução popular enquanto sujeito da mudança nacional se relaciona com a própria ideia de autonomia.

Na luta pelo progresso social, a educação seria o mais profícuo meio de ruptura com os vícios que percorreram o passado e o presente e o principal sujeito capaz de proporcionar às nações latino-americanas uma *autonomia efetiva* formando os pilares de um futuro no qual o *status* de civilização poderá ser alcançado por essas nacionalidades. Tal como estava, a

²⁴ LIMA, [1889], 2009, p. 244.

²⁵ LIMA, [1889], 2009, p. 245-246.

educação estava mais reforçando as antigas tradições do que promovendo mudanças, porém é certo que ela se apresentava na narrativa de Bomfim como uma *autonomia potencial* na medida em que seria capaz de corrigir os vícios da vida parasitária, promovendo a diminuição do ritmo da heteronomia nacional.

Dessa forma, a instrução pode ser entendida como composta por um caráter antinômico: em primeiro lugar, estaria promovendo a conservação das práticas dos regimes anteriores ao transmitir a herança das tradições recebidas às próximas gerações e, em segundo sentido, apresentava-se como possibilidade de regeneração do que estava deturpado na nação devido aos vícios provindo da herança parasitária, gerando uma ruptura com a primeira situação. No presente, estaria ocorrendo uma disputa interna originária da própria configuração da instrução nas nacionalidades latino-americanas verificada no confronto entre seus elementos formadores de caráter conservantista com aqueles responsáveis pelos germens das mudanças, promotores da *autonomia potencial* existente.

A partir disso é lançada a questão: a antinomia interna contida no próprio caráter da instrução, permitiria a mencionada *autonomia potencial* assumir a hegemonia sobre o viés conservantista, transformando-se em ferramenta concreta de uma *autonomia efetiva* na nação? A complexidade dessa problemática está contida no fato de que os indivíduos que discursavam em prol de mudanças, que desejavam e buscavam realizar as revoluções acabavam sendo corrompidos quando chegavam ao poder, convertendo-se em conservadores das antigas práticas. Então, como seria possível implementar, em termos de uma política social ampla, a instrução popular nas nações latino-americanas? No presente, haveria elementos suficientemente fortes para vencer a heteronomia dominante, ou estaríamos condenados a esta no futuro? Parece que por mais que a educação seja um vislumbre de salvação para as nações sul-americanas, na narrativa de Bomfim, eles estariam em um círculo fechado devido às impossibilidades de implementação dessas reformas em um meio no qual a conservação prevalecia. A instrução como solução frente a esse quadro fechado apresentaria um caráter de transcendência à própria nação, visto que internamente não estaria acessível no presente. Isso poderia abrir brechas para consagrar justamente um dos pontos que Bomfim mais criticava, ou seja, a influência demasiada dos elementos externos na nação, levando a sua subordinação por nações consideradas prósperas e civilizadas. Esse cenário representa as disputas internas entre os grupos envolvendo as antíteses do cotidiano nacional, tais como, conservação *versus* mudança, autonomia *versus* heteronomia, estagnação *versus* progresso, antigo *versus* novo.

Considerações finais

Considerando os elementos discutidos ao longo desse artigo a partir das obras de Manoel Bomfim e Oliveira Lima, conclui-se que a leitura do mundo dos autores evidencia o predomínio da heteronomia em detrimento da presença da *autonomia potencial* no final do século XIX e início do século XX no Brasil e nas demais nações latino-americanas. Nesse cenário, só era possível falar de uma *autonomia efetiva* no que dizia respeito ao futuro das nações ou quando havia referência à Europa e aos Estados Unidos, considerados modelos civilizacionais a serem seguidos.

Contrapondo-se a essa conjuntura, a esperança vinculada ao futuro demonstraria a projeção de um horizonte aberto para as nações latino-americanas. Com a instrução e seu pacote imbuído pela ciência, pelo progresso e pela cultura, essas nações não estariam fadadas à inferioridade intransponível. Pelo contrário, a instrução como base de uma *autonomia efetiva* poderia garantir a inserção dessas nações no mundo ocidental civilizado. Ao manter vislumbres de esperança para o devir, a temporalidade aparece como uma possibilidade de quebra de paradigmas através da instrução, visto que os homens dos quais Bomfim falou seriam impróprios para realizarem as mudanças prometidas ou desejadas. Assim, em relação ao futuro, seria possível considerar a temporalidade sob o aspecto da esperança e também da incerteza gerada pela dúvida de como essas próprias nações poderiam desvencilhar-se das correntes da herança transmitida e concretizar tais expectativas de ruptura com o passado ou presente.

Referências

- BAUMER, Franklin Le Van. *O pensamento europeu moderno*. Vol. 1 Séculos XVII e XVIII. Tradução de Maria Manuela Alberty. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1990.
- _____. *O pensamento europeu moderno*. Vol. 2 Séculos XIX e XX. Tradução de Maria Manuela Alberty. Portugal, Lisboa: Edições 70, 1990.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maos e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____. *Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146.
- _____. *Estratos do Tempo*. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.
- LIMA, Oliveira. *Pan-Americanismo: Monroe – Bolívar - Roosevelt*. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1907.
- _____. *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

MACIEL, Renata Baldin. *América enferma: do flagelo à redenção – uma leitura da obra “América Latina – Males de Origem”, de Manoel Bomfim*. 56f. Trabalho de Conclusão de Graduação – Centro de Ciências Sociais e Humanas - Curso de História - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Santa Maria, 2013.

_____. *Arquétipos rodonianos: o lugar da América Latina na História Ocidental*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.

Barroco y Neobarroco en América Latina: aproximación teórica y ejemplos prácticos

Dr^a. Cristina Retta Sivolella
Instituto Cervantes Berlín
Alemania – Uruguay
cliourug@hotmail.com

Resumen

En Latinoamérica, *el Barroco* constituye un paradigma cultural tejido al margen de la realidad social del período colonial en que se gestó (siglos XVII y XVIII) siendo muchas veces obviado en su significación profunda. Representa una estética nueva y reveladora; de ahí el interés en presentar el concepto ampliado de *Barroco*, más allá de las manifestaciones artísticas y literarias, para hacerlo extensivo a todos los aspectos de la cultura. Urdido como resultado de un sincretismo cultural evidente, fruto de un mestizaje, la mirada crítica sobre *el Barroco* y su manifestación en América, muestra desde el período colonial respuestas tendientes a impugnar el discurso hegemónico y los principios de legitimación en los que el poder de turno se basa. Esa *alteridad barroca* estaría erigida como forma alternativa dentro del todo social: sería una especie de conciencia subalterna. Desde mediados del siglo XX y hasta hoy, la historia de la cultura habla del *Neobarroco* como una forma heredera del barroco y más que nada, como una característica de la vida cultural en la modernidad globalizada. Desentrañar la variedad de sus mensajes resulta un desafío interesante.

Palabras clave: Barroco; Mestizaje; Sincretismo cultural; Modernidad; Neobarroco.

Introducción

Como hemos venido planteando en los diferentes congresos y simposios de nuestro Grupo de Trabajo, la Modernidad latinoamericana está en crisis. Los aleteos catárticos de la Posmodernidad no parecen resolver el problema ni mejoran una situación donde la globalización se impone uniformando a rajatabla los diversos valores culturales y pasando por alto o minimizando legados importantes en su esencia. Analizar esta situación de un significativo deterioro civilizatorio y sus consecuencias, sería una tarea con sentido. Justamente el concepto de *Barroco* con el que se acostumbra definir dentro de la historia de la cultura a gran parte de las expresiones culturales latinoamericanas a partir del siglo XVII, estaría en los fundamentos aclaratorios de esa realidad.

A su vez, asociado intrínsecamente con *lo barroco*, está el concepto de *sincretismo cultural*, como inherente al ser latinoamericano, ya que no somos puramente indígenas ni puramente europeos, sino mestizos. Hagamos hincapié en destacar que en este caso *lo mestizo*,

no atañe específicamente a la mezcla de sangres, sino y fundamentalmente, al pensamiento, a la manera que el latinoamericano tiene de representar al mundo.¹

También la *memoria colectiva* y su trascendencia al abordar el hecho histórico es otro concepto de base al presentar este tema. La memoria colectiva en las sociedades latinoamericanas, a través de mitos y leyendas, es capaz de desvelar realidades subyacentes bajo una apariencia camuflada de *statu quo*. Tendríamos que quitarle al término *mito*, esa connotación de ser algo irreal o imposible; éste puede aludir a una memoria, a un saber, a una especie de programa de acción que en el momento de aquel pasado indefinido en el que el mito surgió, resultaba eficaz frente a distintas circunstancias. ¿Acaso la ciencia y la tecnología del siglo pasado y del actual son cien por ciento capaces de explicar de forma cabal el mundo y dar soluciones satisfactorias a los graves problemas de base de las sociedades occidentales de las que formamos parte? Como señalábamos previamente, y ha quedado expuesto en diversos trabajos de investigación sobre nuestra Modernidad, ésta presenta un panorama bastante inconsistente.

Desde hace más de tres décadas, diversos autores se han pronunciado sobre estos aspectos. Entre ellos destaca el filósofo mexicano Bolívar Echeverría (1941-2010) quien organizó en los años 1990 importantes foros de discusión sobre el tema y en consecuencia se publicaron variadas obras sobre éste. Estos materiales han servido de inspiración a quien escribe para ampliar los alcances del concepto de *barroco*, y su variedad contemporánea, el *neobarroco*, que en un principio podrían parecer circunscriptos meramente al plano estético (literatura, artes plásticas y visuales, teatro, cine, música). Sin embargo, en un encuadre más amplio, nos atraen perspectivas analíticas como las del citado filósofo, que alarmado ante lo que él denomina *proceso de deterioro civilizatorio y sus consecuencias*, distingue entre *una modernidad a la europea*, predominante en el siglo XIX y hasta la primera mitad del siglo XX, y la que domina desde la segunda mitad del siglo pasado hasta la actualidad, a la que llama *modernidad americana* (forjada al influjo de Estados Unidos de Norte América).

Bolívar Echeverría elabora un amplio marco teórico basado en la crítica al *proyecto civilizatorio de la modernidad capitalista* desde sus orígenes aún antes del siglo XVII, en el que desgrana los conceptos histórico-filosóficos que plantean la bifurcación de la civilización

¹ En la última década del siglo XX, Serge Gruzinsky realizó un importante aporte a la Historia de la cultura con sus investigaciones con base a referentes de las culturas antiguas en tierra mexicana (mayas, aztecas) en su obra *La colonización de lo imaginario: sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI-XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica 1991. También en su otro libro *El pensamiento mestizo*, Ed. Paidós, Buenos Aires, 2000.

moderna en dos líneas de desarrollo yuxtapuestas, paralelas y contiguas aunque autónomas: la europea y la (norte) americana.² Sin embargo, en esta presentación, no entraremos a desarrollar este enfoque cuyo objetivo es la crítica a la *americanización*, o sea a la *modernidad americana*, por exceder nuestro encare del tema, aunque sí tomaremos de este filósofo el concepto de *ethos barroco*, como el substrato que corresponde a la historia de la memoria occidental institucionalizada.

Coincidimos con la propuesta de Samuel Arriarán en cuanto a que el concepto de *ethos barroco* puede servir para determinar los alcances y el *telos* de esa memoria subalterna, estrechamente ligada a la vitalidad popular, por ser una base sólida como instrumento de análisis.³

Hasta aquí, mencionamos los supuestos conceptuales o teóricos de los cuales partimos en cuanto a la elección del tema. Aclaremos ahora cómo organizamos la exposición. En principio tratamos de definir el concepto *barroco* a lo largo de la historia y bajo la perspectiva de algunos de los teóricos más representativos de este tema, aunque se resaltan solamente sus definiciones más generales. En un segundo punto, se entra a señalar las características del *neobarroco*, en cierta forma como contrapartida del *barroco*, mencionando sus referencias a los ámbitos europeos y latinoamericanos. El tercer punto busca centrarse en la intrínseca relación entre *barroco* y *mestizaje*, al situarnos en Latinoamérica; en ese apartado creamos un subtítulo, *Mestizaje y neo-indigenismo*, que intenta mencionar la actualidad de una situación que se da hoy en América Latina, a partir de la participación de los grupos indígenas en la vida política de ciertas sociedades. Hemos incluido un cuarto punto, *Perspectiva sinóptica y algunos ejemplos*, con la intención de sintetizar y ayudarnos a concretar el tema, aunque más no sea a través de algunas categorías descriptivas y explicativas. Somos conscientes que la temática elegida reviste una amplitud significativa, por lo que esta presentación constituye una primera aproximación que requerirá recortes específicos por subtemas, a efectos de un desarrollo en profundidad de los mismos.

² Echeverría, Bolívar, *La Americanización de la Modernidad*, Ed. Era, Centro de Investigaciones sobre América del Norte y Dirección General de Publicaciones y Fomento Editorial UNAM, Primera Edición 2008, México, D.F.

³ Arriarán, Samuel, *Barroco y Neobarroco en América Latina. Estudios sobre la otra Modernidad*, Ed. Ítaca, México D.F. 2007.

2 – Características del barroco

Intentando afinar el alcance del término *barroco*, digamos que la historia semántica de la palabra se confunde con la fijación del concepto de barroco como período y como estilo de las artes europeas. Designó en sus orígenes escolásticos, *un silogismo tenido por absurdo o ridículo por los humanistas del renacimiento*.⁴ A posteriori, el concepto en portugués, *barrueco*, refiere a la irregularidad de las perlas, y en lengua francesa *baroque*, alude a lo excéntrico, efectista y extraño. El autor suizo-alemán Heinrich Wölfflin⁵ lo integra dentro de las leyes internas de la historia de las formas; el término barroco sería un estilo en el cual se disuelve el Renacimiento, o “degenera” el Renacimiento. A su vez, dentro de la intelectualidad hispánica Pedro Henríquez Ureña⁶ insiste en resaltar el universo cultural del concepto, en un ambiente de excesos y lujos, en las modas y en el gasto, una especie de *florecimiento* en un mundo de riqueza fácil, de lujos y canciones, emparentado con el barroco de Europa, pero no igual.

En la caracterización que hace Figueroa Sánchez, se destacan las categorías elaboradas por Wölfflin sobre el barroco en relación a la plástica y que fueron aplicadas a la literatura. Así se señala por ejemplo que *“la lucha barroca por lo pictórico significa la disolución de la forma lineal en algo palpitante e inaprensible, lo cual transforma el ser rígido y objetivo en un devenir, en un permanente intercambio entre sujeto y objeto”*. Este modo de enfoque fue criticado por centrarse en la forma y desconocer los factores socio-culturales.⁷

Después de Wölfflin, la temática del barroco se bifurca entre quienes piensan que sólo debe ser considerado un estilo de época, o sea un fenómeno históricamente situado en el siglo XVII (Arnold Hauser, Helmut Atzfeld, José Antonio Maravall) y quienes lo consideran un fenómeno meta-histórico, una constante de la cultura y de los estilos estéticos (Eugenio D’Ors, Ernst Curtius, Claude Dubois, Octavio Paz, entre otros).

Con Eugenio D’Ors⁸ (1964) el concepto de barroco se traslada de las artes plásticas a terrenos como el de la literatura. D’Ors parte de la teoría de que el *fluir histórico* es muy diverso

⁴ Figueroa Sánchez, Cristo Rafael, *Barroco y Neobarroco en la Narrativa Hispanoamericana. Cartografías literarias de la segunda mitad del siglo XX*, Ed. Universidad de Antioquía, Medellín 2007. (Pág.29)

⁵ Heinrich Wölfflin (1864-1945) fue un historiador del arte suizo, que escribió su obra en alemán, habiendo enseñado en las universidades de Basel, Berlín y Munich.

⁶ Pedro Henríquez Ureña, (Santo Domingo, 1884 - Buenos Aires, de 1946) [intelectual](#), [filósofo](#), [crítico](#) y [escritor](#) dominicano, con destacada participación en Argentina.

⁷ Figueroa Sánchez, *Op cit.* Pág.31.

⁸ Eugeni D’Ors i Rovira (1881-1954), fue un escritor, ensayista, periodista, filósofo y crítico de arte catalán. Estableció ideas filosóficas y estéticas que fueron la base del movimiento novecentista de Cataluña. En la década 1920 desertó de las letras catalanas para proseguir en castellano su carrera de escritor. En los años 1930 dedica gran parte de su actividad a la crítica

y que en el mismo se observan “constantes” que no se alteran en su esencia a lo largo de los siglos, pero que se configuran de manera diferente según las épocas. A dichas “constantes históricas” las llamó “eón”. Así, para este teórico, la historia de la cultura se mueve entre dos “eones” que dialécticamente se superponen como estilos de cultura: el clásico y el barroco. Éstos se diferencian de los estilos históricos porque contienen en su esencia, infinitas posibilidades de repetición: pueden renacer y traducir la misma inspiración en formas nuevas.

Como lo señala claramente Figueroa Sánchez, “*el eón dorsiano del clasicismo – espíritu de unidad, de ascesis, de conciencia ordenada – y el eón barroco- espíritu de diversidad, de dinamismo, de conciencia fragmentada-, suponen que, en las diferentes épocas y lugares, los hombres y los artistas reviven el dilema de Fausto: la opción del rigor y de la disciplina, o de la exuberancia vital y el goce apasionado del mundo*”.⁹

Esta forma dorsiana de percibir el concepto de barroco puede ser interpretada considerando “lo barroco” como un sistema cultural en cuyo seno se cruzan varios componentes formales en contextos históricos determinados. “*Se trataría entonces, de valorar las distintas manifestaciones históricas de morfologías pertenecientes a un mismo plano estructural; el barroco puede adoptar encarnaciones y formas específicas en circunstancias históricas precisas, establecer su propia dialéctica con la realidad y postular su respectiva visión de mundo*”.¹⁰

El barroco latinoamericano comenzó a revalorarse en las artes plásticas y luego en la literatura y el pensamiento en general, abriendo así las puertas al llamado *espíritu criollo*. Carlos Rincón¹¹ señala que la noción *barroco de América* propuesta por Henríquez Ureña y retomada luego por Mariano Picón Salas como Barroco de Indias, más que una categoría formal, refiere a problemáticas socio-culturales que suponen revisiones de largo alcance. Aquí vemos aparecer el peso asignado al mestizaje cultural en lo constitutivo del barroco.

Son los teóricos de la literatura en primera instancia, quienes más han insistido en estos análisis. Octavio Paz, citado por Figueroa Sánchez, refiere a un *barroco criollo* como síntesis de lo indígena y lo español (en sus obras como *El laberinto de la soledad*, *Sor Juana Inés de la Cruz o las trampas de la fe*). Allí, el término *criollo*, no aparece concebido como lo opuesto a

artística teniendo una trascendente actuación a nivel internacional (europeo y también en Hispanoamérica). En la obra *Lo Barroco*, sostiene por vez primera el criterio de barroquismo como constante estilística histórica.

⁹ Figueroa Sánchez, Cristo, Op.cit. Pág. 42.

¹⁰ Ibidem. Pág. 43

¹¹ Carlos Eduardo Rincón (1937 –Colombia) En referencia a América Latina uno de los más importantes críticos de la cultura y la literatura. Fue hasta 2002, Profesor emérito en el Instituto Latinoamericano de la Universidad Libre de Berlín. Entre sus libros figura, *De la guerra de las imágenes a la guerra barroca de los imaginarios en el mundo colonial americano*, 2007, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia.

la metrópoli sino más bien como una adaptación idónea de la forma barroca peninsular en determinadas circunstancias de América hispánica.

También la uruguaya Mabel Moraña plantea en referencia a literatura, la existencia de un código barroco en la colonia, como forma de integración al sistema dominante: “(...) *en el contexto de la cultura barroca aparecen las primeras evidencias de una conciencia social diferenciada en el seno de la sociedad criolla. Esas formas incipientes -y en muchos casos contradictorias- de conciencia social, hablan a las claras, sin embargo, de la dinámica creciente de las formaciones sociales de ultramar*”. Allí estaría el germen de las identidades nacionales.¹²

3 – El Neobarroco

“El neobarroco refleja estructuralmente la inarmonía, la ruptura de la homogeneidad del logos en tanto que absoluto, la carencia que constituye nuestro fundamento epistémico. Neobarroco del desequilibrio, reflejo estructural de un deseo que no puede alcanzar su objeto, deseo para el cual el logos no ha organizado más que una pantalla que esconde la carencia.” Severo Sarduy, *Ensayos generales sobre el barroco*. (Citado por Arriarán, Samuel, *Op.Cit.* pag. 103)

El neobarroco es un gusto característico de nuestro tiempo, que involucra multitud de fenómenos culturales; el concepto enriquece el debate Modernidad –Posmodernidad jugando entre la tensión instalada entre la globalidad des-territorializada y las culturas locales¹³.

El filósofo francés posestructuralista Gilles Deleuze (1925-1995) contribuyó a la definición del neobarroco al relacionarlo directamente con la ambigüedad de la situación mundial contemporánea, donde la confusión de identidades culturales predomina. El ritmo actual en nuestras sociedades evidencia la existencia de “*flujos indeterminados de origen diverso*”, que escapan a todo tipo de control estatal, social o familiar. “*A diferencia del barroco (que se define por la reconstitución de series convergentes), el neobarroco sería la reconstitución de series divergentes: “La armonía atraviesa una crisis en beneficio de un cromatismo ampliado, de una emancipación de la disonancia o de acordes no resueltos, no relacionados con una totalidad”*.”¹⁴ En el ámbito de la literatura, ejemplos de neobarroco serían en la óptica de Deleuze, la poesía de Mallarmé, la novela de Proust, la obra de Pierre Boulez y la literatura de Borges.

¹² Moraña, Mabel, Viaje al silencio/exploraciones del discurso barroco. Hacia una caracterización del Barroco de Indias, Barroco y conciencia criolla en Hispanoamérica. www.cervantesvirtual.com

¹³ Por ejemplo presente en los escritos teóricos Carlos Rincón, intelectual colombiano radicado en Alemania y profesor emérito de la Freie Universität Berlin.

¹⁴ Arriarán, Samuel, *Op. Cit.* Pág. 100

Severo Sarduy a su vez, había publicado en el año 1972 *El barroco y el neobarroco*, ensayo considerado de actualidad, al punto de haber sido reeditado en el 2011. En el mismo, este escritor cubano largos años residente en París, intenta reivindicar a través de esa vertiente centrada barroco y neobarroco, la existencia de una estética propia de la región. Sarduy intentó hacer confluír dos fuentes: la filosofía francesa contemporánea del posestructuralismo (Bataille, Klossowski, Foucault, Deleuze y Derrida) junto a la tradición literaria latinoamericana del *Boom* (Julio Cortázar, García Márquez, José Donoso y otros). Pero el epicentro del pensamiento de Sarduy fue el escritor cubano José Lezama Lima. Para Sarduy, el neobarroco fue una máquina de lectura específicamente latinoamericana. Una máquina que transgredía la economía de la austeridad, el ascetismo y la funcionalidad burguesa. El elogio del derroche, el exceso y el despilfarro de las palabras no era sino una estética que cruzaba e intentaba herir de muerte una escritura conservadora – populista – que respondía de modo implícito a una lógica que dejaba de lado lo lúdico y el placer: el gasto improductivo.

El neobarroco (aplicado a las letras) se centra para Sarduy en tres aspectos: la ambigüedad, el artificio y la parodia. Esta última hija de lo carnavalesco, de la máscara y de la indiferencia de géneros mostrada a través de la inter intratextualidad.

“El neobarroco como poética literaria propiamente latinoamericana es un hedonismo con las características de la región: su erotismo es el desperdicio y la voluptuosidad de la demasía, del suplemento. Pero también es la obsesión por el espejo, el desequilibrio y la revolución – el aspecto político – del artificio sin límites evidenciado. La ley transgredida. El dandismo de barro”.¹⁵

En el neobarroco aparecen nuevos procedimientos retóricos: la simulación, el simulacro, la anamorfosis, el maquillaje, el tatuaje, la elipsis, etcétera. “*Al no existir una realidad objetiva todo es ilusión de otra ilusión, un juego de espejos, (como en las Meninas de la pintura de Velázquez), y un vacío eterno o un significado sin sentido (como en la teoría de Jacques Lacan)*”. En su definición se encuentran las principales tesis del posmodernismo: no hay un centro sino un espacio infinito, en vez de totalidades de sentido sólo hay fragmentos.¹⁶

Si bien el concepto de neobarroco surgió originariamente en el ámbito europeo, es aplicable a otros contextos culturales como el de América Latina. “*El arte moderno y posmoderno (una radicalización de las vanguardias) sería el marco donde surge lo neobarroco*

¹⁵ Fernández, Luis Diego, *La transgresión latinoamericana*, Diario Clarín, 1 de setiembre 2011, Buenos Aires.

¹⁶ Arriarán, Samuel, Op. Cit. Pág.101

como una situación de experimentación formal esteticista. En este sentido es el resultado del cruce entre el arte moderno y el arte de masas”.¹⁷

Otro teórico del neobarroco fue el italiano Omar Calabrese¹⁸. Éste escribió una obra titulada *La era neobarroca*, profunda investigación de lo que el autor llama *el gusto de nuestra época*, tiempo que no se preocupa por delimitar de forma concreta. Habla de barroco y posmodernidad siguiendo la línea francesa a ese respecto (Jean-François Lyotard, *La condición posmoderna*). Expresa Calabrese:

“seguimos de nuevo alguna intuición de Sarduy (quien) define “barroco” no sólo en tanto que período específico de la historia de la cultura, sino referido a una actitud general y a una cualidad de los objetos que lo expresan. En este sentido puede haber algo barroco en cualquier época de la civilización. “Barroco” llega a ser casi una categoría del espíritu contrapuesta a la de “clásico”.¹⁹

Ritmo y repetición, límite y exceso, son otras de las categorías definitorias de esta estética. Multiplicidad dinámica y reiterativa de fuga. Según Calabrese vivimos una edad excéntrica, es decir fuera del centro, lo que se vuelve regla más que excepción. “*Se multiplica la búsqueda de la identidad y la individualidad: la contracultura, los discursos alternativos, contra hegemónicos, marginales; el neobarroco en sí mismo ya es un contra discurso de inestabilidad*”.²⁰

4 – Barroco y mestizaje

El barroco en América Latina sería incomprendible sin aludir al mestizaje. En la bisagra del pasaje del último siglo al actual, Serge Gruzinski, historiador francés, publica un libro de gran repercusión en los medios intelectuales, titulado *El pensamiento mestizo*. Una de las ideas centrales de la obra, alude al hecho de que en la actualidad, la mezcla de culturas y los mestizajes derivados, no son fenómenos nuevos. En referencia a América Latina sostiene:

“Los mestizajes desencadenados por la conquista del Nuevo Mundo parecen inseparables de otros dos fenómenos mayores en la América del siglo XVI: por una parte, lo que se suele llamar el “choque de la conquista”; y, por otra, lo que denomino occidentalización, una empresa multiforme que conduce a Europa occidental a seguir los pasos de Castilla y conquistar las almas, los cuerpos y los territorios del nuevo Mundo. El hecho de que los

¹⁷ Arriarán, Samuel, Op. cit. Pág. 106

¹⁸ Omar Calabrese (Florencia 1949 - Siena 2012) fue un italiano, graduado en Semiótica y teórico del arte que estudió en Italia y tuvo amplia actuación internacional. Es considerado uno de los principales teóricos estéticos del [neobarroco](#) de fines del siglo XX e inicios del presente. Sostiene que gran parte del arte más destacado de fines de siglo XX e inicios de siglo XXI se basa en una desestructuración respecto a los extremados esquemas racionalistas precedentes (por ejemplo los originados por la [Bauhaus](#) o por [Le Corbusier](#)). Para Calabrese, los aspectos neobarrocos de fines del siglo XX e inicios del siglo XXI tienen como paradigmas más bien al [caos ordenado](#). En este aspecto, para él la [arquitectura deconstructivista](#) es uno de los ejemplos del neobarroco posmoderno.

¹⁹ Bolaños Godoy, Roberto, *Omar Calabrese, teórico del neobarroco*, Revista *Inventia*

²⁰ Bolaños Godoy, Roberto, *Op. cit.*

mestizajes se inscriban en una fase de expansión europea y en un contexto de colonización impide que se puedan reducir a un fenómeno cultural. Si queremos comprenderlos, no podemos hacer abstracción de sus vínculos con la conquista y la occidentalización a las que acompañan”.²¹

La universalización de la cultura empezó en América, durante el caos que siguió a la conquista, cuando el viejo y el nuevo mundo entraron en contacto. La conquista, directamente emparentada con el Renacimiento europeo, crea ese puente de influencias a través de un mestizaje que no va a ser simplemente de sangres, sino cultural. Gruzinski parte del México precolombino, a partir del cual va elaborando sus tesis, y las contrasta en diversos escenarios de la historia de América y de Europa. Así, en la primera parte, que llama *Mezclas, caos y occidentalización*, habla de los mestizajes de la Amazonia en la década 1990, y en el capítulo 2, habla de *mezclas y mestizajes*, partiendo de la realidad de la existencia de un *lenguaje planetario*. En este segundo apartado, arranca de un ejemplo tomado de una crítica musical de hace veinte años, donde ya aparece el eclecticismo, la trama de múltiples influencias dentro de la aceleración y la intensificación de las mezclas a nivel planetario. “*Que “lo híbrido” y lo mestizo puedan coexistir al mismo tiempo, que lo étnico en nuestros periódicos y en las pantallas de nuestros televisores no es solamente un indicio de la confusión que reina en las mentes. El fenómeno manifiesta asimismo la aparición de un “idioma planetario”*.”²²

Gruzinski propone, en fin, explorar los mestizajes a nivel de “*la imagen*” y de “*la creación mestiza*”. Así, comenta los mestizajes de las formas y del pensamiento, donde la mitología y las fábulas, entran a tallar de forma decisiva. En definitiva, este autor demuestra que desde la historia de la humanidad, las artes y las culturas no han dejado de mezclarse entre sí, más allá de cualquier frontera, desde las costas de Yucatán, a la Florencia de los Médicis, de las películas de Peter Greenaway al cine de Hong Kong.

Mestizaje y neo-indigenismo

Ya desde mediados del siglo XX, la puesta en práctica de este ideario nuevo en cuanto a concepción sociológica del papel de los habitantes autóctonos de América en las estructuras sociales latinoamericanas, ha llevado a cambios significativos en la forma de interactuar de estos grupos, hasta llegar hoy, en algunos países (Bolivia, Ecuador) a plantearse un cogobierno indígena, como consolidación de la multiculturalidad. En este punto, uno de los teóricos que

²¹ Gruzinski, Serge *El Pensamiento Mestizo*, Ed. Paidós, Buenos Aires, 2000. Cap. 3, Pág.65.

²² *Ibidem*, Pág.40.

hemos nombrado, Cristóbal Echeverría, tomó posición respecto de ello, entrando en una polémica solapada con el fundamentalismo indigenista.

Sostiene Echeverría que no existen más indios puros, propiamente capaces de sacar de sí la semilla de su civilización arcaica y hacerla germinar como la alternativa salvadora frente a la modernidad decadente y en crisis. No podrán reivindicarse en un proyecto volcado contra la modernidad, sino sólo en uno que persiga *una modernidad alternativa* frente a la que prevalece actualmente, que es la capitalista. Este autor plantea el problema del mestizaje como “*un hecho de creación de formas a partir de formas anteriores*”. Considera peculiar el comportamiento de los indios a comienzos del siglo XVII, en especial de los indios que llama *citadinos* (allegados a las ciudades, o sea próximos a la “civilización”) durante ese siglo. Y esa peculiaridad la llama *barroca*. Esos indígenas tendrían un “*comportamiento barroco*” ya que “*esos indios estaban convencidos de que su antiguo mundo, el mundo de sus abuelos, bisabuelos, era un mundo que se había ido para siempre, que era imposible reconstruir*”. Lo único que podían hacer ellos para mantenerse en vida y cultivar los restos de su identidad ancestral, era “*asumir y apoyar o incluso reconstruir la civilización de quienes los habían vencido y casi aniquilado*”. Ellos veían, paradójicamente, como única posibilidad de sobrevivencia el apoyar o sustituir a los europeos en la reproducción e incluso la reconstrucción de la civilización europea que había sido la suya. “*Imitar o representar teatralmente la vida europea, pero como lo hace el comportamiento barroco, según el cual la vida real se ve obligada a sacrificarse a la vida ficticia, y la ficción ésta, pasa a ser una nueva realidad*”.²³ Es decir que aquí el mestizaje no se concibe como la influencia de una sustancia cultural sobre otra, sino bajo el modo de actualización de una “*voluntad de forma*” que pierde la suya anterior al transformar otra ajena. De ahí que este teórico deduce que: “*En la América ibérica, no se ha dado una prolongación de lo europeo existente, como sucedió en Norteamérica, sino una recreación o reinvención, una sustitución de eso ya existente por otra versión diferente de eso mismo*”.²⁴

Como ejemplo de ese efecto de re-creación o de re-significación de las elaboraciones culturales en ese período de mestizaje colonial, Echeverría señala que justamente el área del arte no es la más esclarecedora ya que en el arte, sostiene, la transformación hacia lo barroco es menos radical que en otros aspectos de la vida cotidiana que sí cambian drásticamente. Así por ejemplo, el barroco en México, o en Perú, o el de la Escuela Quiteña, o el del barroco

²³ Echeverría, Bolívar, *Entrevista a la Revista Íconos (FLACSO)*, Quito, 23 de mayo 2003.

²⁴ *Ibidem*.

cuzqueño, serían los ejemplos menos representativos, menos fuertes que pueden darse de ese barroquismo. Porque ahí son todavía las mismas formas europeas las que están siendo alteradas, remodeladas en el sentido de los americanos. Es que el trabajo al que someten esas formas es bastante más superficial comparado con las transformaciones que se dan en otros planos de la vida cotidiana. Por ejemplo, en el *ámbito religioso*. En *la religión popular*, otro catolicismo sustituye al catolicismo oficial, sin quitarlo de su sitio; donde María, la mediadora de Dios, la marginal, pasa a estar en el centro. Sin embargo, ese no es el único ámbito, sino que el filósofo menciona otros campos, y en especial el del *uso re-codificador de la lengua española*, capaz de crear una lengua dentro de otra, el español americano, las variaciones del español de América.

También en la *economía* y en la *política*, puede verse claramente ese “*barroquismo radical*”, al decir de Echeverría. El mismo, “*sale a la luz bajo la figura monstruosa de la corrupción como instrumento clave de la convivencia social*”. Observa que en el siglo XVII se desarrolla en América una “economía mundo”, un conjunto orgánico de crecimiento de capital, una vida económica subterránea, informal y que no pretende destronar la vida formal (ni siquiera en el caso de los jesuitas, expulsados por Carlos III bajo la asunción de intentarlo). O sea, ya la historia muestra que lo que hoy conocemos como formas “informales” de economía no es nuevo.

“El único modo en que podía funcionar la economía en América, era el de la corrupción como sistema de distorsionamiento estructural de la legalidad en el proceso mismo de su cumplimiento. Las leyes y disposiciones de la Corona se cumplían obedientemente pero “representándolas”, es decir, filtrándolas a través de una “legalidad salvaje”, informal, que parasitaba en ellas pero las subordinaba calladamente en la práctica. El famoso: “se obedece pero no se cumple”.²⁵

5 – Perspectiva sinóptica y algunos ejemplos

En 1519, la expedición invasora de Hernán Cortés llega a la península de Yucatán y a partir de ese momento, los españoles se imponen a los habitantes de esa región gracias al poder de sus cañones y a su armamento producto de la revolución tecnológica y científica renacentista que vivía Europa en la época. Los indígenas asombrados en principio, rinden tributo a los invasores, a quienes consideran poco menos que dioses, al verlos montados a sus caballos, que, desconocidos hasta ese entonces, les generaban miedo. Con víveres, joyas y mujeres, rinden tributo al conquistador. Cortés recibe a Malinche, mujer india conocedora de dialectos múltiples de los territorios aztecas, que le sirve de intérprete, y con quien el español se une. Llega

²⁵ Ibidem.

Malinche a tomar la religión católica, tiene un hijo con Cortés, y pasa a ser Doña Marina. Esta unión es un símbolo, ya que a partir de ahí comenzará el mestizaje americano.

El arte se convierte en una nueva manera de imponer una cultura nueva a los colonizados. Arte y religión iban unidos en aquella época de la conquista y colonización. La evangelización de los habitantes de América por los españoles, era una importante forma de conquista. Se habla de sincretismo religioso al ver la prevalencia de elementos de la religión indígena junto a las representaciones artísticas religiosas del catolicismo en América. Pero en realidad, el sincretismo se da a través de la dominación ya que las iglesias se construyen muchas veces encima de los monumentos religiosos pre-colombinos. En América, las fachadas de las iglesias, con su ornamentación barroca, constituyen verdaderos manuales de transmisión de los valores culturales de los conquistadores. En especial, los múltiples retablos de las iglesias coloniales muestran todo un orden social vertical, piramidal, en cuya cúspide está dios, luego los españoles, y luego los indígenas, es decir aparecen en las pinturas y bajo relieves: toda una jerarquía de poder que sirve para ejemplificar el ordenamiento social en el mundo de aquella época.

La virgen de Guadalupe en México, por ejemplo (es una expresión mariana; la virgen María), imagen referente de lo divino, es el medio por el cual el fiel se comunica. Los indígenas adoptan la imaginería religiosa del catolicismo y la cargan con contenido propio, de acuerdo al medio al que pertenecen. El hecho de integrar elementos paganos pre-hispánicos, representa en los hechos una forma de resistencia: tomar no como copia fiel, sino transformar con la introducción de simbología pagana. El Cristo de los Temblores, cristo mestizo en la zona peruana, sería otro ejemplo.

La identidad cultural en América Latina es una construcción permanente; detrás de cada imagen analizada con detención, encontramos la influencia pre-colombina. El barroco en Latinoamérica surge en el intento de abarcar todas las artes dentro de la religión. A las obras del barroco europeo se le suman influencias e interpretaciones; en cada región del Continente esta mezcla se da de forma diferente.

En 1546, durante el Concilio Ecuménico de Trento, la Contrarreforma católica cobró forma y concibió su propio ejército a través de la Compañía de Jesús (1534). Los jesuitas serán los impulsores de este movimiento antirreformista, que empezará a imponerse en América a mediados del siglo. A principios del siglo XVII, se instalan en territorio guaraní, en la selva paraguaya y en el noroeste argentino, las Misiones Jesuíticas. La acción misionera tenía como objetivo el adoctrinamiento según el dogma de la religión reformada, y ello se hacía a través de

talleres de pintura, música, construcción de viviendas, talla en madera. Los guaraníes estaban organizados en una sociedad de estructura horizontal; no conocían la jerarquía de poder vertical a la que el conquistador pertenecía. Y a ello se adapta la acción de los misioneros jesuitas, que establecen con los guaraníes un vínculo paternalista. Esto se ve reflejado en las producciones artísticas de la Misiones. Por ejemplo, las iglesias, construidas con troncos de madera, tenían una sola nave amplia; carecían de los espacios barrocos de nave central y laterales que aparecen en otras partes de florecimiento artístico colonial como en los virreinos de Nueva España y de Nueva Granada.

Toda esta enumeración general de ejemplos culturales de la América colonial es simplemente una mención, a efectos de acercar muestras concretas de los conceptos que hemos estado señalando en otros apartados: mestizaje, sincretismo cultural, barroco. Cada uno de ellos implicaría un desarrollo independiente que no corresponde en esta presentación.

En cuanto al neobarroco, el siglo XX y el actual, abundan en ejemplos que parten en primera instancia de la literatura, pero hay también en otros ámbitos culturales como pintura, cine, música, incluso se habla de un *gusto neobarroco*. El *Kitsch* en especial el norteamericano (que al decir de Monsiváis es más condescendiente que el europeo porque la acepción es mucho menos despreciativa), pasa a incluirse también dentro de los contornos del neobarroco.

En las letras, surgen, como meros ejemplos, el cubano José Lezama Lima, Alejo Carpentier, en fin, a partir de éste, todos los escritores del *Boom* (Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Gabriel García Márquez, entre otros), presentan rasgos que podemos afiliar dentro del neobarroco.

En el libro de Bolívar Echeverría *Modernidad, Mestizaje Cultural y Ethos Barroco* (1994), figura un capítulo de Carlos Monsiváis, sobre *Neobarroco y cultura popular*, que permite una buena síntesis acerca de este punto. Comienza con una cita evocando la aparición de los “nuevos” *Árboles de la Vida* de Metepec. Éstos derivan de la revaluación de las artesanías que el nacionalismo cultural de los veinte propulsa.

“En los años cincuenta, en Metepec, en el Estado de México, se da el primer traslado ostensible de algunos recursos del estilo churrigüesco a la industria del arte popular. Ya hay intentos al respecto, pero son más bien frutos tardíos del virreinato, y no formas nuevas, lo que sí son en rigor los “Árboles de la vida” de Metepec, proyecto de metamorfosis de fachadas y retablos, alfarerías que le encomiendan a vírgenes, santos y demonios la tarea de cuidar el árbol genealógico de la humanidad, presidido por Adán y Eva, y sus hojas de parra, reliquias de la inocencia post-coitum.”²⁶

²⁶ Monsiváis, Carlos, *Neobarroco y cultura popular*, en Echeverría, Bolívar, *Modernidad, mestizaje cultural, ethos barroco*, UNAM 1994, Pág. 299-300.

Comienza entonces su explicación Monsiváis, con este claro ejemplo citado de arte popular, muestra de neobarroquismo. *¿Qué es o qué puede ser el “neobarroco”?*, se pregunta Monsiváis, a lo que responde:

“Entiendo por “neobarroco” la puesta en escena de una sensibilidad compuesta de mil sensibilidades, donde se actualizan elementos vinculados con el barroco: la profundidad tan hecha de oscuridades; el horror vacui o miedo a los espacios vacíos; el estallido de la forma que en su propio despliegue se complace; la recreación de lo humano como paisaje de la Naturaleza orgánica; el punto de tensión extrema que es el sinónimo del acto creativo...Y, en todo momento, el caos, que en lo tocante a esta sensibilidad múltiple hace las veces de rechazo a la homogeneidad, y sus falsas armonías”.

Lleva este autor mexicano el concepto de neobarroco hasta ciertas formas del habla popular (un capricho interpretativo suyo *que divierte por idea herética*), la de la existencia de un churrigueresco en el habla popular, *que encumbra al laberinto de palabras y dilapida alucinaciones sintácticas*, tendencia que observa en cine y en teatro. Mario Moreno, Cantinflas, sería el representante más calificado de esa tendencia.

También los escenarios de la ciencia ficción se cargan del sentido de la alegoría que caracteriza al neobarroco. *El mundo amenazado por la destrucción deberá ser extraordinario, al mezclar miedos ancestrales, grandeza tecnológica y turbas apocalípticas*. Monsiváis cita en este punto los ejemplos de Ridley Scott, en las películas *Alien* (1979) y *Blade Runner* (1982). Señala que *en Blade Runner lo esencial es el paisaje de ruinas brillantadas, de sensaciones al acabóse neutralizadas por la indiferencia. Aquí el neobarroco popular es desprendimiento lógico e ilógico de la sociedad que venera la tecnología y el desperdicio.*²⁷

Dentro del séptimo arte, Federico Fellini (contraparte de Luciano Visconti), es presentado como un creador que se traslada del neorrealismo con el que comenzó a destacarse, *al estrépito de un neobarroco popular, nutrido por el Hollywood, de la “stravaganza”, la parafernalia católica, el circo, y las propuestas demenciales de la cultura urbana*. Tomando como referencia cuatro films, *La Dolce Vita* (1960), *El Satiricón* (1969), *Fellini Roma* (1972) y *La nave va* (1983), *Fellini celebra la perpetua pasarela donde “todo cabe” en el planeta que agota sus recursos convirtiéndose en gigantesco ex-voto*.

Monsiváis realiza en su trabajo una enumeración amplia de ejemplos de neobarroco en el arte popular desde el siglo pasado hasta la actualidad, en la que también aparecen la fotografía y, obviamente también la literatura. En un punto se pregunta: *¿Puede ser popular la literatura “neobarroca”?* A lo que contesta: *“No en principio, hacen falta lectores especializados capaces de entender sus múltiples significados o eso se pensaba antes de la difusión muy vasta*

²⁷ Monsiváis, Carlos, Op cit. Pág. 307.

de escritores al parecer herméticos (...)” Sin embargo, la situación cambia y de pronto, las ediciones se multiplican y adquieren gran resonancia escritores como Alejo Carpentier, José Lezama Lima y Severo Sarduy; los mexicanos Carlos Fuentes y Fernando del Paso, el portugués José Saramago. Termina su capítulo citando a Lezama en estas líneas que transcribo:

“El despliegue de formas de un altar barroco se ha comparado al ojo calmo de un ciclón. Un ojo crece como un embudo, cuya boca recepta todos los retablos de Navidad y las escarchadas constelaciones reducidas a mágicos parches de tarlatana. Un ciclón reducido en ingenua tarlatana escolar es la primera afirmación perentoria del barroco americano.”²⁸

Consideraciones finales

Se ha querido realizar una presentación general sobre el tema, Barroco y Neobarroco dentro de la historia de la cultura, abordando los alcances del concepto más allá de la categorización en una estética de las artes plásticas. Los estudios literarios son quizás los que más han ahondado, junto con la crítica del arte, en esta perspectiva. También merecen especial atención lo relacionado con cine, fotografía y teatro, como productos culturales del siglo XX y del actual.

Hemos manejado una abundante bibliografía sobre el tema, aunque el encuadre de esta presentación ha implicado una selección de autores a mencionar. En este sentido, nos hubiera gustado incluir los estudios realizados por el equipo argentino de Antropología e Historia a partir del legado de Roberto Kusch²⁹ (Buenos Aires 1922-1979). Nos referimos en especial al grupo de investigación formado por Graciela Maturo quien compiló un libro *América Latina, integración por la cultura*, (citado en la bibliografía) que fue desde los lejanos 1977, mi obra de inspiración para continuar cultivando estos temas. Por razones de extensión y de encuadre temático, estos materiales no fueron hilados directamente en la exposición pese a estar presentes en el alma del trabajo.

En resumen: el tema queda abierto, en el sentido que a partir de este estadio en el que hemos finalizado esta exposición conceptual general, habrá que elegir un aspecto específico (vinculado a cualquier objeto cultural) sobre el que volver a trabajar éstas, nuestras propuestas

²⁸ Monsiváis, Carlos, *Op. Cit.* Pág. 309.

²⁹ Günther Rodolfo Kusch (1922-1979) Filósofo argentino de ascendencia alemana, nacido en Buenos Aires. Graduado en Filosofía en 1945, fue catedrático de Filosofía en la universidad de Buenos Aires hasta que la dictadura lo expulsa y se ve obligado a pasar a residir en la provincia de Jujuy, donde lleva una vida modesta junto a las poblaciones autóctonas de la región. Atento observador de la realidad indígena, elabora sus tesis sobre la *Geocultura del Hombre Americano*, título de una de sus obras clave. En su planteo, la ecología, el hábitat, el entorno y los contextos simbólicos con que visten su realidad los hombres, donde pesa también el saber tradicional acumulado en generaciones anteriores, son la base sobre la que ha de formularse el pensar latinoamericano. La suya es una filosofía del posicionamiento colectivo, donde hay una incidencia del “suelo” en el pensamiento, que sólo es posible como propuesta cultural del aquí y ahora. Silenciado durante muchos años, su obra adquirió amplia difusión y revalorización en la época actual.

teóricas en relación a la Modernidad latinoamericana y sus problemas. Partir del hoy y sus aparentes disonancias y contradicciones, para desvelar lo que la historia que está por detrás de esa realidad puede decirnos; ese es el desafío.

Referencias

- ARRIARÁN, Samuel, Barroco y Neobarroco en América Latina. Estudios sobre la otra Modernidad, Editorial Itaca, México 2007.
- AZCUY, Eduardo A., Kusch y el pensar desde América, Ed. Fernando García Gambeiro, Buenos Aires 1989. Colección Estudios Latinoamericanos N°36.
- BOLAÑOS GODOY, Roberto, Omar Calabrese, teórico del neobarroco, inventio.uaem.mx/index.php/inventio/article/view/141
- BOLLINI, Horacio, Misiones Jesuíticas. Visión artística y patrimonial. Voces y emblemas en las reducciones jesuítico-guaraníes (1609-1768). Ed. Corregidor, Buenos Aires, 2009.
- BUSTILLO, Carmen, Barroco y América Latina. Un itinerario inconcluso. Ed. Monte Ávila Latinoamericana, Equinoccio, Ediciones de la Universidad Simón Bolívar, Caracas, segunda edición aumentada 1996.
- DE CERTEAU, Michel, La escritura de la Historia, México: Universidad Iberoamericana, 1993.
- DE MESA GISBERT, Carlos D., Historia e identidad. Construcción del mestizaje e imaginarios culturales-religiosos. Memoria del V Encuentro Internacional sobre el Barroco. Entre Cielos e Infiernos. Pamplona. Fundación visión Cultural. Universidad de Navarra, Pamplona, 2001.
- ECHEVERRÍA, Bolívar, Modernidad, Mestizaje cultural, Ethos Barroco, Ed. El Equilibrista, México, UNAM 1994
- _____, Sociedades icónicas. Historia, ideología y cultura de la imagen. Ed. Siglo XXI, México 2007.
- _____, Revista Íconos, FLACSO, Quito, 23 de mayo 2003.
- FIGUEROA SÁNCHEZ, Cristo Rafael, Barroco y neobarroco en la narrativa hispanoamericana. Cartografías literarias de la segunda mitad del siglo XX, Ed. Pontificia Universidad Javeriana, Universidad de Antioquía, Colombia, 2008.
- GÁLVEZ, Lucía, Guaraní y jesuitas. De la tierra sin Mal al Paraíso, Ed. Suedamericana, Buenos Aires, 1995.
- GERBI, Antonello, La naturaleza de las Indias Nuevas, Fondo de Cultura Económica, México, 1978.
- GÓMEZ, Gérard, Entre las bellas palabras y las palabras sagradas. Sincretismo lingüístico-religioso en las reducciones jesuíticas del Paraguay, Ed. Servilibro, Asunción, Paraguay, 2006.
- GONZÁLEZ, Ricardo, Imágenes de dos mundos. Fundación Espigas. Buenos Aires 2003.
- GRUZINSKY, Serge, El pensamiento mestizo, Ed. Paidós, Buenos Aires, 2000.
- _____, La colonización de lo imaginario: sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI-XVIII. México: Fondo de Cultura Económica 1991.
- _____, La guerra de las imágenes. De Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1942-2019), México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- KELEMEN, Pál, El barroco americano y la semántica de importación. Anales del Instituto de Arte Americano e investigaciones Estéticas de Buenos Aires N° 19, Bs.As. (1966).
- _____, Baroque and Rococo in Latin America. 2 Vol. Ed. Dover Publications, New York, 1967.
- KUBLER, G., Indianismo y mestizaje como tradiciones medievales y clásicas, Boletín del Centro de Investigaciones Estéticas N°4.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, La identidad, Ed. Petrel, Barcelona, 1981.
- LUPO, Alessandro, Síntesis controvertidas. Consideraciones en torno a los límites del concepto de sincretismo. Revista de Antropología Social N° 5

MARTÍNEZ, Luz Ángela, Manierismo y Neobarroco, genealogía de una crisis. Publicaciones de la Universidad de Chile. Santiago de Chile 2014 www.uchile.cl/publicaciones...

MASON, Peter, Deconstructing América. Representations of the Other, Ed. Routledge, New York, 1990.

MATURO, Graciela, El sustrato mítico religioso como base de la integración latinoamericana. En: América Latina, integración por la cultura. En: América Latina, integración por la cultura, dirigida por Graciela Maturo, Ed. Fernando García Cambeiro, Colección Estudios Latinoamericanos N°24, 1977, Buenos Aires 1977. Págs. 53-82.

MORALES Benítez, Otto, El mestizo y el barroco. En: América Latina, integración por la cultura, dirigida por Graciela Maturo, Ed. Fernando García Cambeiro, Colección Estudios Latinoamericanos N°24, 1977, Buenos Aires 1977. Págs. 30-50.

MORAÑA, Mabel, Inscripciones críticas. Ensayos sobre la cultura latinoamericana. Ed. Cuartopropio, Santiago de Chile 2014.

_____, Viaje al silencio/ Exploraciones del discurso barroco, www.cervantesvirtual.com

MUJICA, Ramón, Arte e identidad: las raíces culturales del barroco peruano. Ed. Banco de Crédito del Perú, Lima 2003.

PLÁ, Josefina, El Barroco Hispano guaraní. Editorial del Centenario. Asunción, 1975.

SIRACUSANO, Gabriela, El poder de los colores. De lo material a lo simbólico en las prácticas culturales andinas, siglos XVI y XVII. Ed. Fondo de Cultura Económico, Buenos Aires, 2005.

_____, y BURUCÚA, José Emilio Polvos y colores en la pintura barroca andina. Nuevas aproximaciones. Ver: Colores en los Andes. Hacer, Saber y Poder. Ed. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Optika – Exposiciones 2005 <http://nuevomundo.revues.org/index1079.html>.

RABASA, José, Inventing América. Spanish Historiography and the Formation of Eurocentrism, University of Oklahoma Press, 1993.

SCHENKE, Josefina, Sobre el uso del término “mestizo” en la historiografía de la historia de las imágenes en Chile. Una propuesta crítica. En: Fronteras de la Historia, Vol. 22 N°1, Santiago de Chile, enero-junio 2017.

STASTNY, Francisco, Síntomas medievales en el Barroco Americano. Documento de Trabajo N°63. Instituto de Estudios Peruanos, Lima 1994.

VAUGHAN, Alden, Transatlantic Encounters: American Indians in Britain, 1500-1776. Ed. Cambridge University Press, New York, 2006.

WEBSTER, Susan V. La presencia indígena en el arte colonial quiteño. En: Esplendor del Barroco quiteño/ Himmel aus Gold Indianischer Barocks aus Ekuador. Ed. Ximena Carcelén – 50 Quito/ Hamburgo: FONSA/Museum für Völkerkunde 2010.

_____, Materiales, modelos y mercado de la pintura en Quito, 1550-1650. En: Procesos, Revista Ecuatoriana de Historia N°43 (enero-junio 2016), Quito 2016.

ARCHIVOS

Facultad de Arquitectura de Montevideo, Uruguay

Museo Nacional de Artes Plásticas y Visuales de Montevideo, Uruguay.

Iberoamerikanisches Kultur Institut de Berlín.

Caminhos da revolução: Rodney Arismendi e as experiências latino-americanas

Mateus Fiorentini
Professor de História graduado pela PUC-SP, mestrando junto ao Programa de Pós-graduação em
Integração da América Latina da Universidade de São Paulo
mateusfiorentini1@gmail.com

Maria Cristina Cacciamali
Professora titular do Programa de pós-graduação em Integração da América Latina da
Universidade de São Paulo (PROLAM/USP)
cciamali@uol.com.br

Resumo

O presente artigo está inserido no processo de pesquisa desenvolvido junto ao mestrado do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Seu objeto consiste em analisar as interpretações e elaborações de Rodney Arismendi acerca do que chamava de caminho uruguaio ao socialismo. E, a estratégia de alianças entre classes e frações destas, sob hegemonia dos trabalhadores que impactaram na criação da Frente Ampla como espaço de unidade da esquerda daquele país. O referido autor fora Secretário Geral do Partido Comunista do Uruguai (PCU) e editor da Revista Estudios, periódico teórico da agremiação, entre 1955 e 1989. Ademais, é o recordista de mandatos como deputado nacional: 27 anos consecutivos. No ano de 2016 deu nome ao congresso que comemorou os 45 anos de fundação da Frente Ampla uruguaia, devido as suas contribuições para a construção dessa força política assim como da unidade da esquerda do país. Arismendi defendia que cada povo deve encontrar o seu caminho para chegar ao socialismo, em detrimento da adoção de modelos, debate forte no contexto das décadas de 50 e 60 do século XX, no qual está inserido. Dessa maneira, o debate sobre as vias, métodos e caminhos para se instaurar a sociedade socialista ocupou boa parte das preocupações do uruguaio. Por isso, este trabalho trás reflexões acerca das experiências cubana e chilena a partir do triunfo de Fidel e Allende, respectivamente. Faz-se estas duas referências graças ao peso que as mesmas tiveram nas leituras de Rodney Arismendi, assim como na esquerda latino-americana. Ainda que ambos tenham lançado mão de instrumentos diferentes, o deputado platino atribuía-lhes um sentido histórico comum. Além disso, o artigo abordará o debate desenvolvido por Arismendi sobre a perspectiva do foco guerrilheiro, especialmente a partir da interpretação que faz do Movimento de Libertação Nacional (MLN), Tupamaros. Por outro lado, se apresentará, também, as críticas que o comunista estabelece às visões, esquemáticas segundo afirmava, que defendiam a revolução em duas etapas e a crença no caráter anti-imperialista ou revolucionário da suposta burguesia nacional. Por fim, trataremos do caso uruguaio e a experiência da Frente Ampla inserida no contexto da tática defendida por Arismendi. O dirigente comunista compreendia que a formação da sociedade e da cultura política gerada no Uruguai apontavam para um caminho distinto dos demais para chegar ao socialismo. Este se daria através na aliança entre classes, camadas e frações destas dirigidas pelos trabalhadores unificados em torno de um projeto de mudanças democráticas radicais. Nesse sentido, para Arismendi, a Frente Ampla era a “via real y auténtica de aproximación a la revolución” (ARISMENDI, 1971). Para subsidiar este trabalho, ainda, busca-se refletir acerca das noções de classe, experiência e consciência destas, entre outros. Almeja-se, com o estudo do pensamento de Rodney Arismendi, ampliar a gama de análises e experiências que permitam diversificar e aprofundar as interpretações acerca das dinâmicas sociais e políticas que marcam a América Latina.

Palavras-chave: Uruguai; Frente Ampla; Unidade; Pensamento Latino-americano; Arismendi.

A inserção das sociedades latino-americanas no quadro dos países capitalistas marcou de maneira singular a região. O referido processo produziu um novo contexto histórico determinado por contradições distintas àquelas que predominavam nestas sociedades durante o século XIX. É possível afirmar que este conjunto de transformações consolidou-se em meados do século XX e constituiu novas perspectivas e visões de mundo. Assim, o sentido da formação e o destino dos povos da América Latina influenciaram os debates e boa parte das transformações que ocorreram neste período.

Ainda que em condição de semiperiferia, as décadas de 1950 e 1960 são marcadas pela consolidação da entrada das sociedades latino-americanas no contexto dos países industrializados e capitalistas modernos. Segundo Celso Furtado,

No correr dos últimos dois decênios, a economia dos países da América Latina, considerados em conjunto, conheceu uma expansão considerável e transformações estruturais de real significado. Medido a preços de 1960, o produto bruto da região, que apenas superava os 40 bilhões de dólares em 1950, elevou-se a cerca de 135 bilhões em 1970. (FURTADO, 2007)

Essas mudanças, que reconfiguraram as sociedades latino-americanas, renovaram conflitos e atores, aprofundando as relações de tipo capitalista em boa parte dos países da região. O caráter periférico do referido processo de industrialização, a herança colonial, aliada a postura subalterna das classes dominantes diante das grandes potências, entre outros elementos definiram um caminho singular aos países da América Latina. Pode-se dizer que a transformação das sociedades latino-americanas em capitalistas apresentam traços comuns que permitem apontar uma identidade regional nesses processos.

Ainda assim, não pode-se desconsiderar que os mesmos estiveram marcados pelos aspectos peculiares de cada cultura. Essas mudanças produziram impacto sob o movimento comunista e revolucionário, da mesma forma que o próprio pensamento político latino-americano. Assim, as análises acerca do caminho a ser percorrido para chegar ao socialismo foram influenciadas por essa conjuntura. As experiências, soviética, chinesa, vietnamita, cubana, chilena, entre outras exerceram forte impacto neste contexto

No que diz respeito ao marxismo e ao movimento comunista as leituras do processo histórico regional, incidiram sobre a expectativa do sentido da formação social e o caráter da revolução socialista no Continente. Arismendi é um ator destacado nesse cenário e produz importantes contribuições para essas discussões. A partir das interpretações acerca da Revolução Cubana e a experiência dos Tupamaros, abordamos suas impressões acerca da perspectiva do foco guerrilheiro.

Como consequência de suas leituras acerca da eleição de Salvador Allende e o triunfo eleitoral da Unidade Popular no Chile apresentamos sua visão quanto ao papel do movimento de massas naquela conjuntura e a chegada ao governo por meio da democracia burguesa. Ainda, situaremos a estratégia que defendia a revolução em duas etapas e suas visões quanto a classe dominante local. Finalmente, apresentamos a Frente Ampla do Uruguai, inserida nos debates acerca dos caminhos para chegar ao socialismo que havia na América Latina e relativa síntese das reflexões promovidas por Arismendi.

Com isso, compreende-se que o estudo das análises de Rodney Arismendi permite ampliar o conhecimento acerca dos debates políticos e teóricos que caracterizam este período, tanto em nível nacional quanto continental. Da mesma forma, alargar o espectro de pontos de vista com os quais pode-se contar para conhecer as peculiaridades deste país sul-americano, bem como da região. Mais ainda, agregar o autor uruguaio ao conjunto de intelectuais- que incidiram sobre o debate em relação a interpretação e o sentido das sociedades latino-americanas.

O caminho se faz ao caminhar

Para examinar as interpretações de Arismendi é preciso considerar sua condição de dirigente político, deputado comunista e intelectual marxista. Almeja-se, então, dialogar com algumas perspectivas que, entende-se, buscam estabelecer uma visão ampla e arejada, apoiadas no materialismo histórico para observar toda a complexidade dos fenômenos sociais.

Assim sendo, no que diz respeito às classes sociais, parte-se do entendimento de Marx expresso no “18 Brumário de Luís Bonaparte” a partir do contexto da França do século XIX:

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que as separam pelo seu modo de viver, pelos seus interesses e pela cultura dos das outras classes e as opõem a estas de um modo hostil, aquelas formam uma classe. Na medida em que subsiste entre os camponeses detentores de parcelas uma conexão apenas local e a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhuma comunidade, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, não forma uma classe. São, portanto, incapazes de fazer valer o seu interesse de classe em seu próprio nome, quer por meio de um parlamento quer por meio de uma Convenção. (Marx, 1982)

Em sintonia com a afirmação de Marx, o historiador inglês, Edward P. Thompson, identifica que a classe “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros cujos interesses divergem e se opõem” (THOMPSON, 2004). Dessa maneira, é possível identificar que, não sendo homogêneas, as classes estão compostas por uma gama dialeticamente complexa de interesses. Por isso, admite-se a “existência de estratificações

correspondentes a fases diversas do desenvolvimento histórico da civilização e com antíteses nos grupos que correspondem a um mesmo nível histórico” (LACORTE, 2017).

Nesse sentido, destaca-se o peso das experiências concretas dos trabalhadores na formação das visões de mundo construídas pelos mesmos. Mais que uma perspectiva subjetivista, Emília Viotti da Costa entende que a “experiência deles não pode ser entendida simplesmente em termos da sua própria subjetividade e testemunho, não pode ser apreendida de forma isolada da história do capital e das lutas entre capital e trabalho” (DA COSTA, 1990).

Compreende-se, então, que a constituição da unidade dos interesses e a identificação entre os membros de uma determinada classe não obedece a receitas pré-determinadas. Conforme diz Rocco Lacorte no Dicionário Gramsciano de 2017, “se a consciência não é separável dos homens e de sua história, ela não pode ser uma entidade estática e nem única. Existem, antes ‘diversas consciências’ e contraditórias de acordo com a diversidade e a contraditoriedade das relações sociais” (LACORTE, 2017). Assim, adotamos a perspectiva gramsciana de que a consciência é um processo, onde o fazer-se da classe se dá “através de uma luta de hegemonias políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (LACORTE, 2017).

Entende-se que absorver estas contribuições não contradiz ou negligência as perspectivas relativas a essencialidade da vanguarda ou partido. Ao contrário, entende-se apenas que tanto um quanto o outro, conformam-se do interior da própria classe. Para chegar a essa conclusão, Arismendi, como os demais autores citados, parte da premissa de que a classe não deve ser concebida como uniforme, identificando frações, segmentos e camadas cujos interesses não são coesos e muitas vezes contraditórios.

Vias de aproximação ao socialismo: um debate latino-americano

Para Arismendi os anos 50 e 60 são marcados pela ampliação de caminhos ao socialismo, sobretudo após o triunfo da Revolução Cubana e a eleição de Allende no Chile. Esses dois fatos mudaram o cenário latino-americano da segunda metade do século XX.

O caso cubano configura-se como resultado do percurso da luta independentista na ilha. Reivindicando princípios *martianos*, Fidel afirmou, em 1968, que “en Cuba solo ha habido una revolución: la que comenzó Carlos Manuel de Céspedes el 10 de Octubre de 1868. Y que nuestro pueblo lleva adelante en estos instantes” (CASTRO, 1968). Para o intelectual cubano,

Fernando Martinez Heredia durante a luta pela independência de Cuba conformou-se na ilha o que definiu como “patriotismo de justiça social” (HEREDIA, 2016).

Este, segundo o ensaísta caribenho, fora a expressão da união entre os projetos anti-imperialista de soberania nacional e emancipação social, liderados por José Martí e Antonio Maceo, respectivamente. Heredia identificou que o processo conduzido por Fidel, pós 1959, traduz-se na materialização do projeto martiano e definiu-o como “socialismo de libertação nacional” (HEREDIA, 2016). Na visão do professor esses elementos constituem o caminho percorrido pelo povo cubano até a sua libertação. Além disso, não é possível desconsiderar o papel da guerra de guerrilhas e o fortalecimento da perspectiva da via armada ao socialismo em todo o continente Latino-americano a partir da experiência cubana.

Arismendi e o foco guerrilheiro: os Tupamaros

Inspirados no modelo cubano, durante os anos 1960 do século passado surgiram um conjunto de movimentos guerrilheiros em toda a América Latina. Um dos mais importantes foi o Movimento de Libertação Nacional (MLN), mais conhecido como Tupamaros, no Uruguai. Consistiu em um movimento de inspiração guevarista centrado, portanto, no foco guerrilheiro e tiveram um papel de destaque na sociedade uruguaia nas décadas do período. O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Enrique Padrós define assim a perspectiva dos Tupamaros:

Partidários das teses foquistas, os tupamaros viam-se irradiando, como onda contagiante, a consciência revolucionária ao conjunto da sociedade. Entendiam a luta armada como resultado do “esgotamento” e da “ineficiência” das formas tradicionais da política legal. O impacto da Revolução Cubana, a influência de Che Guevara e o insucesso eleitoral da esquerda uruguaia, em 1962, pareciam reforçar essa opção. A Conferência da Olas, em 1967, inseria essa opção dentro de um marco de insurreição continental. (PADRÓS; FERNANDES, 2009)

Ainda que identificasse nesses movimentos causas legítimas e princípios valorosos, para Arismendi estavam marcados por um forte caráter voluntarista. Segundo ele, faziam uma leitura limitada da realidade na medida em que tais organizações apontavam apenas a guerrilha e negligenciavam o movimento de massas assim como a direção política do processo revolucionário. Diante disso, afirmou:

“Nosso Partido situou-se perante o fenômeno guerrilheiro em atitude compreensiva da extração de classe, do seu caráter de réplica à violência imperialista e tirânica. E assumiu as obrigações que a solidariedade impõe inclusivamente para com revolucionários equivocados. Mas assinalávamos sempre os erros de concepção insurreccional até de oportunidade política - de conjuntura - de muitos desses movimentos. Em última

instância, o seu pensamento revolucionário era vitalmente voluntarista.” (ARISMENDI, 1977)¹

Tais interpretações consistem, no entendimento do dirigente, em visões limitadas do processo cubano ou da tática do foquismo, ao reduzi-lo à estratégia militar do movimento 26 de julho. Para Che Guevara, importante expoente dessa perspectiva, devido às condições históricas e conjunturais constituídas na América Latina, não existem muitas possibilidades para que o trânsito ao socialismo ocorresse de modo pacífico na região. No entanto, sua estratégia não pode ser resumida ao seu aspecto militar. O mesmo, apontava para a impossibilidade subestimar as distintas esferas e dimensões da luta política exercida pelo povo por meio de “todas las vias posibles” (GUEVARA, 1970). Sobre esse tema afirmou:

Sería un error imperdonable desestimar el proyecto que puede obtener el programa revolucionario de un proceso electoral dado; del mismo modo que sería imperdonable limitarse tan sólo a lo electoral y no ver los otros medios de lucha, incluso la lucha armada. (GUEVARA, 1961)

Assim, ainda que defendesse o foco guerrilheiro como principal alternativa para chegar ao socialismo na América Latina, chamou a atenção para a necessidade de se esgotar “hasta el último minuto la posibilidad de la lucha legal dentro de las condiciones burguesas” (GUEVARA, 1962). E, que não há caminho único para chegar ao socialismo.

Arismendi, nesse contexto, compreendia que o foco armado, a partir de Cuba, fora introduzido na antesala dos instrumentos para a passagem ao socialismo. Sua crítica, porém, dirige-se ao papel atribuído à questão militar por boa parte das organizações que adotaram esse método de luta, Tupamaros incluídos, sem dúvidas. Segundo o uruguaio, em grande medida estes movimentos transformaram em “doutrina” o que deveria ser entendido como uma ferramenta.

A via chilena e a ampliação de caminhos

A vitória da Unidade Popular no Chile representou, para Arismendi, o “principal revés da estratégia latino-americana de Washington, depois da Baía dos Porcos.” (ARISMENDI, 1977). O ineditismo do que se convencionou chamar de via chilena consistiu exatamente na primeira experiência de vitória eleitoral de um bloco social e político aglutinado em torno a um projeto de caráter socialista. O programa da Unidade Popular, refletia uma rota de lutas e

¹ A obra citada, A Revolução Latino-Americana, única publicação em português de Rodney Arismendi encontrada até o momento, fora publicada pela editora Avante, de Portugal, no ano de 1977. No trecho mencionado manteve-se o texto original.

experiências impulsionadas pelo movimento operário e popular do Chile. Arismendi o interpreta da seguinte forma:

“Os princípios inalienáveis do marxismo-leninismo não obrigam a um modelo universal rígido; exigem a concretização dessas leis dentro de um quadro nacional e social objectivamente predeterminado pela História de um país ou de vários e pelas condições de acesso ao Poder da classe operária e do povo. As particularidades do processo chileno, incluída a subida ao Governo por via de eleições, que se destacam na singularidade da sua história política, das suas tradições e instituições democrático-burguesas, não tem antecedentes nos anais do movimento operário internacional. Podem achar-se situações comparáveis, embora não similares.” (ARISMENDI, 1977)

Embora utilizem métodos distintos, o fundador da Frente Ampla enxerga em ambos processos (cubano e chileno) componentes que lhes outorgam um destino comum. Naquele contexto afirmou que a vitória da Unidade Popular evidenciou “a validade da luta política combinada com a ação múltipla das massas e o integral aproveitamento das possibilidades legais, como Cuba, no seu caso, mostrou a virtualidade da guerrilha, em condições adequadas, para chegar ao Governo.” (ARISMENDI, 1977).

Partindo deste ponto de vista, o comunista oriental diz que “a diametral diferença de formas dos processos revolucionários no Chile e de Cuba - que esmaga todo o culto da receita e do dogmatismo - e a aguda singularidade nacional e de vias entre um e outro passam a segundo plano ante o similar conteúdo histórico.” (ARISMENDI, 1977). Contudo, adverte que “a experiência chilena é de muita transcendência. E devemos estudá-la com toda a seriedade. Embora convenha estar prevenido contra os que se apressam a universalizá-la no que se refere a linhas e a vias (...)” (ARISMENDI, 1977). O uruguaio identificava, dessa maneira, o processo cubano e o chileno no cenário da ampliação das vias de acesso ao socialismo, não como modelos. Menos ainda como únicos caminhos. O mesmo compreendia que as rotas deveriam ser traçadas por cada povo a partir da sua formação histórica, tradições e experiências de luta.

Burguesia nacional e etapismo

A perspectiva de que a revolução, sobretudo em países colonizados e da periferia do sistema capitalista, transitaria entre uma etapa de carácter *democrático-burguesa* e outra *socialista* possuía certa força nesse período. Tal perspectiva está sustentada em uma interpretação das características que distinguem o capitalismo que originou-se na América Latina do europeu ou norte-americano. Segundo Arismendi, por exemplo:

O desenvolvimento capitalista do Uruguai e na América Latina é, todavia, um desenvolvimento disforme: manteve de pé a propriedade latifundiária, o domínio do imperialismo e formou monopólios em países subdesenvolvidos, uma oligarquia

financeira, banqueira e latifundiária que tomou forma na década de 60 em quase toda a América Latina. (ARISMENDI, 1977)

Essa característica, associada à condição colonial imposta por longo período ao continente levou muitos autores a entenderem que as sociedades latino-americanas não completaram suas *Revoluções Burguesas*. Outros, ainda, entendiam que na América Latina originou-se um capitalismo atrasado e dependente devido ao seu vínculo com o capital internacional em condição subalterna. Dessa maneira, foi forte a ideia de que era preciso impulsionar o desenvolvimento capitalista no sentido de superar a condição colonial e completar o processo de consolidação da condição *burguesa* destas sociedades. Essa perspectiva influenciou, também, grande parte da esquerda da época. Defendiam, assim, que era necessária uma etapa de desenvolvimento e consolidação do poder burguês nessas sociedades, para passar à etapa de construção do socialismo.

De maneira telegráfica, pode-se dizer que, no âmbito dos Partidos Comunistas, a questão está vinculada basicamente à duas questões: os debates em torno das leituras estabelecidas sobre a Revolução de 1917 e a influência do campo soviético sob os PC's. Efetivamente, a Revolução Russa produziu um impacto substancial no movimento revolucionário e nas lutas dos povos de todo o mundo. Em primeiro lugar, pelo triunfo de um projeto insurrecional dos trabalhadores já lhe é possível conferir ineditismo. Antes da experiência soviética a maior referência de um Estado dos trabalhadores fora a Comuna de Paris, cuja duração não ultrapassou poucos meses. Em segundo, por ocorrer na periferia do sistema, contrariando a compreensão hegemônica que havia do pensamento de Marx à época.

Conhecia-se a tese defendida pelo teórico que afirmava que a superação do capitalismo ocorreria primordialmente nos países cujo desenvolvimento das forças produtivas estivesse mais avançado. Nesse sentido, os olhos dos revolucionários miravam aos países europeus centrais. Daí advém a afirmação de Gramsci que identificara que a Revolução Russa ocorrera contra "O Capital", uma vez que contrariava os preceitos estabelecidos pelo alemão. Por um lado, o levante bolchevique permitiu considerar a possibilidade de que a revolução ocorresse na periferia do sistema e deu vida às lutas anti-coloniais. Por outro, produziu-se o entendimento de que o desenvolvimento disforme das sociedades que foram colonizadas tornava necessário a passagem por um período de impulso capitalista. Assim, entendia-se como necessário desenvolver as forças produtivas, ou completar as revoluções burguesas nos países coloniais antes de passar à etapa socialista.

Nesse contexto, a tática que convencionou-se chamar de Etapismo exercia influência sobre o movimento comunista internacional. Nessa perspectiva todas as sociedades deveriam cumprir um curso natural em sua evolução. Tal processo iniciaria no comunismo primitivo, passando pelo escravismo, feudalismo, capitalismo e, enfim, o socialismo. Esse momento foi considerado por muitos intelectuais e dirigentes pelo engessamento do marxismo. Suprimiram-se elaborações determinantes de Marx, entre elas as obras onde desenvolve o conceito de Modo de Produção Asiático conferindo uma perspectiva linear, estática e evolucionista ao pensamento de Marx, algo essencialmente anti-marxista. Tal contexto, levou historiadores de alto calibre a produzirem verdadeiras ginásticas teóricas para enquadrar a história dos países ao roteiro dos cinco tipos básicos de relações de produção.

Dito isso, conforme destacou-se anteriormente, durante meados do século XX, em um conjunto de países latino-americanos instalou-se uma ideologia e produziram-se processos de impulso do desenvolvimento capitalista de feição nacional centrado na transformação estrutural pelo desenvolvimento da indústria. Estes países, inseridos de maneira periférica ou semiperiférica no contexto global, foram marcados por forte processo de industrialização induzido pelo Estado, acompanhado de subsídios ao capital e da garantia de direitos laborais com incentivo à organização sindical.

Assim, fortaleceram-se correntes, identificadas por Arismendi como “nacional-reformismo” (ARISMENDI, 1977), ou por seu projeto de “colaboração de classe”, conforme Emilia Viotti da Costa (1990). A historiadora entende que os setores que conduziram estes processos acabam subordinando os “interesses dos trabalhadores aos da nação” (DA COSTA, 1990). Sobre a interpretação de Daniel James acerca do peronismo afirmou:

A mensagem de Perón era ambígua. Sua ênfase na colaboração de classes beneficiava o capitalismo, mas, ao garantir os direitos dos trabalhadores na sociedade e nos locais de trabalho, o peronismo estabeleceu limites à exploração dos trabalhadores e criou novos motivos de luta. A resistência dos trabalhadores, no entanto, não se traduziu em uma ideologia revolucionária classista sem ambiguidades. A ideologia da classe trabalhadora argentina continha fortes elementos que promoviam integração e cooptação. (DA COSTA, 1990)

A menção feita por Emilia Viotti da Costa está inserida no debate que marcou a época. Nesse cenário, parcela significativa da esquerda passou a enxergar nesses fenômenos, a existência de uma suposta burguesia nacional. Ou, reconhecer em seus setores democráticos e patrióticos, o papel de conduzir a revolução na sua etapa *democrático-burguesa*. Para Anita Prestes, essa era a posição do PCB em relação ao momento vivido pelo Brasil durante a metade

do século XX. Tais preceitos expressos nas teses para discussão do V Congresso do partido, bem como na Declaração de 1958, distinguiam dois setores entre a burguesia brasileira:

(...) ‘um genuinamente nacional e outro que tem seus negócios ligados num grau maior ou menor ao capital imperialista’. Sendo que ‘o primeiro constitui a imensa maioria da burguesia brasileira’. Dizia-se ainda: ‘a burguesia tomada no seu conjunto apresenta duplo caráter. Pertencendo a um país economicamente explorado pelo imperialismo, é uma força revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como o de toda classe exploradora. Da mesma maneira que na *Declaração de Março*, concluía-se que a suposta burguesia nacional deveria ser incluída entre as forças que participariam da etapa nacional e democrática da revolução brasileira, segundo a visão do PCB. (PRESTES, 2015)

Sobre o papel da *burguesia nacional*, Arismendi admitia que em algumas fases do processo de acumulação de forças era possível que a direção do processo estivesse sob condução da Burguesia, ou frações dela. Considerava isso por entender a existência de uma contradição entre as classes dominantes dos países periféricos e suas homólogas dos países imperialistas. A relação de subjugação imposta a estas pelo imperialismo o fez enxergar que algum tipo de nacionalismo pode atingir setores dominantes. Contudo, não lhes atribui condições para levar adiante um projeto onde as sociedades latino-americanas se realizassem enquanto nação, uma vez que, estas não possuem o propósito de superar as relações capitalistas.

O intelectual platino, entendia a questão reivindicando Lenin dizendo que: “não menosprezamos o nacionalismo da nação oprimida em toda a sua projeção democrática” (ARISMENDI, 1977). Considerava que o nacionalista do país subjugado era “aliado natural do comunista na luta patriótica e socialmente avançada” (ARISMENDI, 1977). Mas também, entendia que colocam em segundo plano o confronto entre capital e trabalho (concordando com Emilia Viotti da Costa, conforme mencionado anteriormente), e “(...) procuram pôr ao seu serviço a vontade libertadora nacional de todo o povo, inclusive aproveitar o ímpeto revolucionário” (ARISMENDI, 1977). Por isso, compreendendo que a revolução uruguaia era de caráter anti-imperialista, do seu ponto de vista, apenas o socialismo era capaz de promover uma efetiva independência nacional.

A Frente Ampla e o caminho uruguaio

Em alguns países desenvolveram-se experiências de construção de frentes, coligações e blocos de partidos de esquerda. Algumas dessas experiências beberam nas perspectivas de Frente Popular, impulsionadas na França e Espanha no período entre-guerras e propostas por Dimitrov, por parte da Internacional Comunista. Outras, talvez, mais influenciadas pela identidade frente a um projeto nacional ou patriótico. Na América Latina, entre as experiências

do período podemos listar: ENA (Argentina), Força Patriótica (Venezuela), Frente Ampla (Uruguai), além de movimentos similares haverem surgido na Colômbia e Costa Rica.

Para compreender de maneira mais ampla e profunda a complexidade dessas experiências partiremos da análise de Arismendi do caso uruguaio onde desenvolveu-se a Frente Ampla, uma das mais destacadas organizações de esquerda do continente. Esta, por sua vez, deve ser entendida como resultado de um longo percurso de fluxos e refluxos, conflitos e discussões entre as distintas classes e segmentos da sociedade uruguaia que uniram setores democráticos, patrióticos, de esquerda e revolucionários em uma mesma organização a inícios da década de 1970. Arismendi, importante protagonista desse processo, entendia que a Frente Ampla representava, “la vía real, auténtica, de aproximación a la revolución.” (ARISMENDI, 1971)

Entendia esse fenômeno como parte do contexto latino-americano marcado, segundo Arismendi, pelo alargamento das alternativas de passagem ao socialismo. Apoiava-se, dessa forma, na compreensão de que cada povo “segue o seu curso peculiar”. Nesse sentido, identificava que a trajetória rumo ao socialismo no Uruguai seria

“ (...) determinada por su historia política, por las características de su proceso, por el nivel de su desarrollo capitalista, por el peso y las características de las conformaciones institucionales democráticas, por el hecho de que nuestro pueblo, a diferencia de otros pueblos de América Latina, ha transitado largos períodos en el seno de la democracia burguesa y no ha estado como otros países de América Latina (valga la frase del Marx juvenil referida a la Alemania de su tiempo) junto a la libertad sólo el día de su entierro. (ARISMENDI, 1971).

Apontou, dessa maneira, que “El desarrollo capitalista, el predominio por largo período de sectores democráticos de la burguesía, la ruta particular que prácticamente separó el Uruguay del frecuente gorilismo, de la guerra civil, engendraron una mentalidad nacional-reformista, democrática, liberal avanzada, laica, civilista” (ARISMENDI, 1971). Porém, conforme já mencionado, Arismendi não creditava à classe dominante caráter nacional ou compromisso patriótico. Em sua crítica ao que via como visões esquemáticas da tática das duas etapas ou idealizações do papel da Burguesia latino-americana disse:

“Do fato de a revolução conter elementos de caráter democráticos deduzem, como conclusão ‘natural’, que ela pode ser encabeçada pela burguesia dita nacional, ou também que há de obrigatoriamente haver um período de domínio e de direção burguesa da revolução. Consequentemente defende-se que enquanto não se atingirem esses objetivos não começar a revolução socialista. Ou vice-versa: para que tal não suceda há que ‘mudar’, à nossa vontade, o caráter da revolução.” (ARISMENDI, 1977)

Assim, esse entendimento representa a crítica do pensador uruguaio as tentativas de transposição mecânica de uma experiência histórica em outra. Assim, o intelectual oriental,

atacava visões que idealizavam e universalizavam experiências de outros países como modelos. Para o dirigente uruguaio, o caminho para o socialismo resulta de cada processo histórico particular. A tentativa de aplicação de modelos estranhos à uma determinada realidade despem o marxismo de seu caráter criativo. Afastam-se, portanto, da análise objetiva da realidade concreta e colocam o socialismo como uma fatalidade história inexorável e não enquanto construção criativa dos povos. Rodney crítica, assim, estas perspectivas por tentarem enquadrar a realidade no método e não o contrário.

Arismendi, não apenas contrariava essas visões, como afirmava não haver um caminho único ao socialismo. Mais que isso, entendia que em um mesmo processo revolucionário era possível, ou mais provável, o entrelaçamento de vias e fases onde “a primeira transforma-se na segunda, a segunda resolve de passagem os problemas da primeira e só a luta determina até que ponto a segunda consegue ultrapassar a primeira (ARISMENDI, 1977).

A perspectiva desenvolvida por Arismendi revela o caráter contraditório e dialético do processo histórico. Pode-se entender, então, que na visão do pensador uruguaio a história não caminha em linha reta nem desenvolve-se a partir de uma sucessão de Modos de Produção estanques e harmoniosos. Essa visão materialista e dialética que pode ser identificada, tanto em Arismendi, quanto em Fidel Castro levou o líder da revolução cubana a afirmar que, em Cuba mais de 30 anos após o triunfo da revolução, coexistiam elementos de socialismo, capitalismo e comunismo.

Por outro lado, compreende-se que a abertura de um novo ciclo histórico provocado por uma ruptura revolucionária dá a largada para novas contradições cujo desenlace só poderá ser determinado pelas condições impostas pela nova conformação assumida pela luta de classes. O argumento de Arismendi aponta para a incapacidade de determinar o resultado dos acontecimentos, nem a inevitabilidade da constituição da nova ordem social. Para ele todos os países chegarão ao socialismo, entretanto não o farão da mesma maneira. Partindo dessa avaliação, o líder oriental, compreendia que a revolução no país platino seria resultado de um processo único, onde “o socialismo é a resposta definitiva às interrogações colocadas no plano social e nacional” (ARISMENDI, 1977). E, ao identificar o imperialismo como o inimigo a ser derrotado enxergou que a “revolução latino-americana coincide com a revolução socialista” (ARISMENDI, 1977).

Arismendi considerava que a jornada a ser percorrida rumo ao socialismo no Uruguai resulta de um largo processo de acumulação de forças em que opõe-se Povo e Oligarquia em

luta pelo futuro da nação. Para o mesmo, povo “inclui todos aqueles que pelos seus interesses se opõem ao imperialismo e a *la rosca*”² (ARISMENDI, 1977).

Ou seja, todos os setores que aderem ou aliam-se por seus interesses econômicos e sociais ou políticos, ao projeto dos setores populares. Estes, por sua vez, tendo como centro dinâmico e condutor, as grandes massas trabalhadoras “dirigidas”, em última instância, pela classe operária. Esse embate foi, para o dirigente uruguaio, a marca que caracterizou o quadro nacional nesse período. No desenrolar dessa rota, o desafio consistiria em buscar a construção de um bloco de alianças entre classes, frações destas, camadas e segmentos da sociedade sob condução de um programa unificador dirigido pelos trabalhadores.

A implementação do que Arismendi chama de “Programa Democrático Avanzado”; significaria a expressão das reivindicações e necessidades da grande maioria da população, dos setores democráticos, patrióticos e populares unidos através da Frente Ampla. Assim sendo, constituía-se como a rota a ser trilhada pelo povo uruguaio no caminho da abertura de um processo de transição que permitiria rupturas mais profundas na sociedade. Ou seja:

“(…) el Frente Amplio nace como un movimiento democrático avanzado, antimperialista. Su declaración lo define como un movimiento de vastas capas del pueblo contra el gran capital, el latifundio y el imperialismo. Sus objetivos programáticos plantean la solución de tareas esenciales (política exterior independiente, nacionalización de la banca, de los frigoríficos, del comercio exterior, reforma agraria, etc.), es decir, objetivos democráticos radicales que sumados el proceso uruguayo implican la posibilidad de cambios profundos.” (ARISMENDI, 1971)

A ascensão do bloco histórico integrado pela grande maioria da população uruguaia, conduzido pelos trabalhadores e o programa unificador deveriam plasmar-se na chegada da Frente Ampla ao governo. O comunista do Uruguai não atribuía a Frente um caráter socialista. Antes, contudo, considerava que a construção de um programa unificador permitiria iniciar um processo de transformações profundas, de caráter intermediário e transitório. A implementação desse programa abriria caminho para a instauração de um “Poder Democrático Avanzado”, transição para abrir caminho rumo ao socialismo.

Considerações finais

O processo que resultou na formação da Frente Ampla no Uruguai e a leitura e pensamento produzidos por Rodney Arismendi permitem ampliar o conhecimento acerca do conjunto de alternativas e os debates acerca dos caminhos para a transformação social na região. Buscou-se apresentar a perspectiva de Arismendi a partir do debate sobre o que o intelectual

² La rosca: expressão que define a aliança em torno do setor financeiro.

platino chamava de vias de aproximação para a revolução socialista. Assim, pretendeu-se alimentar os estudos acerca das interpretações sobre a formação das sociedades latino-americanas a partir da visão de um ator importante no âmbito do marxismo e do movimento comunista na América Latina.

Ainda, entende-se que ao apresentar as reflexões do marxista platino, recorre-se a uma leitura que busca fugir de “fórmulas de sabedoria presunçosa” (ARISMENDI, 1977). O deputado advogava que “(...) para o dogmático a revolução deve ser a repetição sucessiva do mesmo modelo, o decalque em vez da criação heroica, para repetir a frase de um conhecido teórico.” (ARISMENDI, 1977).

Nesse contexto, defendia um caminho próprio para seu país, a partir de um processo de acumulação de forças, como resultado das peculiaridades da trajetória histórica seguida pelo povo uruguaio. Arismendi entendia que uma das singularidades do Uruguai consistia na formação de uma consciência laica e republicana que o fez recusar o caminho armado como perspectiva para o país, pelo menos na fase de acumulação de forças. Ao mesmo tempo, rejeitava aquelas tendências que idealizam caminhos para o socialismo através das instituições burguesas ou mesmo o papel da classe dominante local na emancipação da nação. Sobre a via parlamentar disse:

“(...) esses exemplos (experiências de passagem pacífica ao socialismo no leste europeu) são adulterados e perdem validade para a generalização teórica se se ocultam ou simplesmente não se destacam certos fatores determinantes de tal possibilidade. (...) a conjunção dos levantamentos populares democráticos e nacionais e a presença libertadora dos exércitos socialistas soviéticos.” (ARISMENDI, 1977)

Para ele a tese que vislumbrava alcançar o socialismo por esse meio, “(...) em pouco tempo adquiriu uma amplitude exagerada primeiro, perigosa depois. Nalguns países declararam-se caducos os postulados metodológicos de que partem Marx e Lenine para se pronunciarem sobre as ‘vias’, ou são postos à margem pura e simplesmente.” (ARISMENDI, 1977).

Por conseguinte, afirmou que a considerada via parlamentar “é de uma comprovada social-democracia. É classicamente revisionista.” (ARISMENDI, 1977). Mais ainda, cabe destacar que para o platino, o período é marcado pela “diversidade de vias específicas em que se desenvolve a revolução” (ARISMENDI, 1977). Afirmava que “não defendemos esta via (armada) como se fosse alternativa obrigatória. Preferimos por razões de princípio e de tática o caminho da unidade do povo, incluídos os militares, como a melhor via de passagem para

transformações revolucionárias.” Entretanto, estabelecia uma distinção entre as vias de aproximação da revolução e a transição ao socialismo.

Assim, afirmava que, devido às condições históricas produzidas na América Latina, “provavelmente esta passara pela via da insurreição armada, seja qual for a via de aproximação.” (ARISMENDI, 1977). Assim, não atribuía à Frente Ampla um caráter socialista, mas sim, a missão de implementar um programa transitório que aproximasse a sociedade uruguaia da passagem ao socialismo. No entanto, rechaçava as visões que identificavam na Frente um simples caráter eleitoral, para ele esta deveria ser entendida,

“(…) enquanto força do povo e não apenas coligação de partidos, tem por eixo a mobilização, experiência coletiva e educação política e ideológica através da luta das grandes massas operárias e populares. É essa experiência colectiva que se consolida em organização, que faz amadurecer novas etapas da consciência.” (ARISMENDI, 1977)

Na perspectiva do autor, no curso das experiências concretas as massas trabalhadoras vão encontrando seu caminho de libertação. Quando compara os processos cubano e chileno, Arismendi identifica seus elementos peculiares, em virtude dos instrumentos adotados, que os distanciava. Mas, logo os aproximava novamente devido ao que atribuía ser o seu conteúdo histórico comum centrado na unidade do povo pela sua emancipação e contra o imperialismo. Unifica ambos pela perspectiva de que “a revolução fazem-na os povos e isso é produto do processo e da experiência combativa das massas” (ARISMENDI, 1977) para afirmar a construção de um caminho próprio do Uruguai rumo ao socialismo.

Referências

- AMÉRICAS, Casa de Las (Org.). **Ernesto Che Guevara - obras (1957-1967)**. Havana: Ediciones Casa de Las Américas, 1970. 698 p.
- ARISMENDI, Rodney. **La construcción de la unidad de la izquierda - Selección de textos (1955 - 1989)**. Montevideú: Ed. Grafinel, 1999. 287 p.
- _____. **A Revolução Latino-Americana**. Lisboa: Editora Avante, 1977. 255 p.
- DA COSTA, Emília Viotti. “**Estruturas Versus Experiência: Novas Tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha**”. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. n. 29 (1990)
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 97 p.
- HEREDIA, Fernando Martinez. **Los más humildes también crearon la nación**. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2016/08/04/los-mas-humildes-tambien-crearon-la-nacion/#.WW6ZKyErI8o>>. Acesso em: 04 ago. 2016.
- LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017. 831 p.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. O 68 no Uruguai: crise estrutural, mobilização social e autoritarismo. **HistÓria: Debates e Tendências**, Passo Fundo/rs, v. 8, p.28-49, jan. 2009. Semestral.

- PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015. 558 p.
- THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária**. vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004 [1963]. 204 p.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p.

Campanha do Deserto (1879): uma discussão sobre raça, modernização e identidade na Argentina

Ana Carollina Gutierrez Pompeu
Universidade de Brasília, Brasil
anagpompeu@gmail.com

Resumo

Comandada pelo militar e ministro da Guerra e Marinha Julio A. Roca, a Campanha do Deserto foi uma guerra contra os índios do Pampa argentino, legitimada por discursos raciais e científicos onde as sociedades indígenas foram colocadas como “bárbaras” e como entraves ao processo de modernização vivido pelo país. O processo de consolidação do Estado Nacional auxilia na compreensão do momento em que os índios foram vistos como “outros internos” e deveriam ser combatidos para a concretização de uma sociedade “branca” e culturalmente homogênea. Esses discursos respaldavam ações de violência perante os indígenas, pautadas sob a utopia da “civilização”, em que o índio não figurava como o representante do estereótipo nacional, mas sim, como seu inimigo. Antigas práticas de interação como a política de tratados que demonstravam a admissão da soberania indígena sobre os territórios do Pampa pelos governos *criollos*, foram substituídas por ações impositivas que passaram a impor a submissão dessas sociedades ao Estado por meio das armas. Dessa forma, o entendimento das motivações que desencadearam na Campanha do Deserto, permite a discussão da construção do Estado Nacional, conforme pensado por suas elites, o que incluiu a relação entre a perseguição das sociedades originárias com ideais de modernização, pautados na pretensa “superioridade racial” dos *criollos*.

Palavras-chave: Campanha do Deserto; Argentina; Estado Nacional; Soberania indígena; Pampa.

Raça, territorialidade e identidade são elementos intrínsecos à formação dos Estados nacionais na América Latina. Esses três elementos compunham o quadro da nacionalidade, determinando os elementos que deveriam ou não ser incluídos no projeto de nação. Os elementos pré-existentes foram ressignificados, tendo em vista os elementos externos, traduzidos e adaptados ao ambiente intelectual latino-americano. Ideais de modernidade e progresso nortearam o horizonte de expectativas desses novos Estados, que passaram a definir os elementos culturais que atribuiriam o estatuto do moderno. Dessa forma, as sociedades indígenas e suas relações de convivência, intercâmbios e conflitos foram recolocados nesse novo contexto formado a partir da década de 1860, um ambiente no qual a única alternativa que lhes deixavam era o conflito.

Entendemos aqui que a raça foi um componente importante para a construção do Estado argentino no século XIX, uma vez que refletir sobre esse conceito resulta em indagações sobre a população vinculada ao Estado e quais foram às características de identidade almejadas por suas elites. Assim, é necessário analisar o pensamento vigente no ambiente intelectual da Argentina nos oitocentos, que tornou possível a difusão de ideias “racialistas” e que excluíram parte da população, produzindo “outros internos”. A criação de diferenças entre as populações

por meio de componentes raciais pode ser chamada de “racialização”, em que o diferenciamento foi construído a partir de um discurso hegemônico, produzindo hierarquias.¹

O Estado nacional na Argentina foi formado nessa articulação entre concepções raciais, busca por modernidade e em como estabelecer identidades que fossem ao mesmo tempo homogêneas e “civilizadas”.² Os entendimentos sobre raça se relacionavam com os processos de formação de identidades, ou seja, em definir aqueles que fariam ou não parte da nacionalidade em questão. E, igualmente, essas definições representam os processos hierárquicos em vigor, uma vez que foram estabelecidas e impostas pelas elites políticas e intelectuais, no momento em que se pensava o estatuto da nova nação.³ O projeto de nação da elite *criolla* era um projeto modernizador.⁴ E, essa modernização, além de tecnológica, era também cultural: correspondia à adoção da cultura civilizada, considerada moderna, e assim as identidades seriam moldadas dentro dessa concepção modernizadora.

O entendimento eurocêntrico das elites argentinas levou à crença de que uma nação moderna, tais como as encontradas na Europa de acordo com os contemporâneos, precisava de uma população branca para tal, definindo seus cidadãos por um discurso racista.⁵ Entre os representantes mais fortes desse pensamento, estava Juan B. Alberdi, que defendia a imigração europeia como solução para reprimir um passado colonial bárbaro, substituindo-o por um futuro de progresso na civilização. As sociedades indígenas, juntamente com *gauchos* e mestiços, foram relacionados à barbárie e opostos a consolidação de um Estado moderno. O eurocentrismo presente nesse pensamento atribui às distinções raciais um caráter cultural, no qual o elemento americano ou indígena não estava adequado ao projeto de futuro almejado, por não pertencer à cultura europeia. Assim, formava-se uma lógica que colocava as sociedades indígenas como obstáculos para a construção de uma sociedade moderna e civilizada.

Así Europa ejerce en América una acción civilizadora, al paso que América ejerce en Europa una reacción en sentido opuesto. (...) América ha sido descubierta, conquistada y poblada por las razas civilizadas de Europa (...). Así, el fin providencial de esa ley de expansión es el mejoramiento indefinido de la especie humana, por el cruzamiento de las razas, por la comunicación de las ideas y creencias, y por la nivelación de las poblaciones con las subsistencias. Por desgracia su ejecución encontró en la América del Sud un obstáculo en el sistema de exclusión de sus primeros conquistadores.

¹ Thomas Holt e Peter Wade “et al”. *Race and Nation in modern Latin America*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2003, p. 2

² Id.

³ Id, p. 21.

⁴ Friedhelm Schmidt-Welle (ed.), *Ficciones y silencios fundacionales*. Literaturas y culturas poscoloniales en América Latina (siglo XIX). Vervuert: Iberoamerica, 2003, p. 13.

⁵ Holt e Wade, p. 3.

Monopolizado por ellos durante tres siglos su extenso y rico suelo, quedaron esterilizados los fines de la conquista en cierto modo para la civilización del mundo.⁶

Esse trecho de “As Bases” exemplifica as duas principais questões apresentadas. A primeira se trata da relação entre a Europa e sua ação civilizadora, tanto em suas colônias, quanto com a adoção de elementos de sua cultura, ditos civilizadores. A segunda é a questão racial, mostrando relação com as teorias científicas europeias, quando aborda o “melhoramento da espécie humana” e o obstáculo que as raças americanas impuseram ao desenvolvimento da civilização europeia, segundo Alberdi, devido à resistência imposta. Tanto no pensamento desse intelectual como de outros do mesmo período, o estereótipo de uma nação civilizada estava vinculado à presença de população branca, enquanto a indígena, a *gaúcha* e a negra eram consideradas “inferiores” dentro de uma condição de progresso social. Domingo F. Sarmiento durante a década de 1850, por exemplo, argumentava que o passado colonial – hispânico colonial e indígena – deveria ser suprimido por uma população europeia imigrante, capaz de promover o embranquecimento da população e, sobretudo, disseminar elementos culturais das nações civilizadas.⁷ A conquista das terras indígenas e a perseguição de seus habitantes seriam legitimadas por esses discursos que colocavam em antagonismo a “civilização” e a “barbárie”.

O objetivo da ação política era acabar com o “deserto”, morada dos índios e associado à barbárie:

¿Qué nombre daréis, qué nombre merece un país compuesto de doscientas mil leguas de territorio y de una población de ochocientos mil habitantes? Un desierto. ¿Qué nombre daréis a la Constitución de ese país? La Constitución de un desierto. Pues bien, ese país es la República Argentina; y cualquiera que sea su Constitución no será otra cosa por muchos años que la Constitución de un desierto. Pero, ¿cuál es la Constitución que mejor conviene al desierto? La que sirve para hacerlo desaparecer; la que sirve para hacer que el desierto deje de serlo en el menor tiempo posible, y se convierta en país poblado.⁸

A Argentina, desse modo, era um deserto em sua essência: com baixa densidade populacional e distante do progresso almejado. Datada da década de 1850, “As Bases”, assim como outros textos do período e escritos pela chamada “geração de 37”, tinham por objetivo se opor a Juan Manuel de Rosas e ao mesmo tempo estabelecer um modelo de Estado diferente daquele existente.

⁶ Juan Bautista Alberdi, *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (1852), p. 20 e 34, grifo nosso.

⁷ Holt e Wade, p. 6; Edward Telles, *Pigmentocracies: ethnicity, race, and color in Latin America*. UNC Press, 2014, p. 17.

⁸ Alberdi, p. 218, grifo nosso.

As concepções sobre modernidade e civilização e, também, sobre raça, estavam inseridas em um contexto transnacional, no qual os determinantes raciais e suas relações com os princípios de nacionalidade eram articulados.⁹ A busca pela civilização deve ser colocada em um contexto global, em que os projetos de nação eram também projetos civilizadores.¹⁰ O fluxo de ideias, que vinham por correspondências, viajantes, livros e jornais adquiriam novos significados dentro do contexto argentino, produzindo novos entendimentos sobre as relações entre raça e identidade. Na Argentina, os discursos sobre evolução e degeneração a respeito do progresso e da civilização produziram novos discursos preocupados em definir quais eram as “raças europeias” que poderiam servir para afirmar esse ideal de identidade.

As raças, portanto, são distinções historicamente localizadas e socialmente impostas, constantemente modificadas por sociedades que criam diferenças entre os indivíduos.¹¹ Na Argentina, esse conceito possuía um grande correspondente cultural e não apenas físico,¹² já que a produção de diferenças serviria para criar uma identificação com a cultura europeia, excluindo ou transformando os elementos que não se adequassem dentro do projeto civilizador. Thomas Holt chama de “racialização” ou “racionalismo” o processo de produzir diferenças entre grupos humanos¹³, e Edward Telles de “*pigmentocracy*” a produção de desigualdades pelo componente racial.¹⁴ O conceito de raça também foi definido por Telles como resultado de um sistema de classificação, criado por agentes em sistemas desiguais de poder.¹⁵ Independentemente da categoria utilizada, ambos assumem a raça como um componente fluido e que serviu para gerar desigualdades, dentro de um processo mais abrangente e transnacional de produção de hierarquias, buscando no progresso das raças o elemento para construir nações modernas.¹⁶

O componente racial serviu para criar autoidentificações, produzindo identidades e diferenças. Também serviu para promover métodos de controle social baseados na exclusão, como a imigração e a violência, sem se tornarem uma contradição à civilização e à

⁹ Holt e Wade, p. 12.

¹⁰ Telles, p. 6.

¹¹ Nancy Leys Stepan, *The Hour of Eugenics: race, gender and nation in Latin America*. Ithaca, Cornell University Press, 1991, p. 13.

¹² Lidia Nacuzzi, *Identidades Impuestas*. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia. Buenos Aires, Sociedad Argentina de Antropología, 1998, p. 164

¹³ Holt e Wade, p. 2

¹⁴ Telles, p. 4

¹⁵ Id, p. 30

¹⁶ Id, p. 18; Stepan, p. 12.

modernidade, mas, ao contrário, sendo um complemento a essa.¹⁷ O par conceitual “civilização e barbárie” dirimiu essa possível contradição, ao caracterizar aqueles que pertenciam à civilização ou à barbárie, ou seja, ao modelo cultural europeu ou ao mestiço e autóctone. Assim, a nação tinha como missão produzir uma cidadania eurocêntrica, seguida de uma política de violência racionalizada e responsável por atribuir o conceito de “deserto” a uma área povoada, justificando ações de etnocídio ou extermínio.¹⁸

As identidades nacionais e a ideia de raça se articulam dentro de uma teleologia do progresso, inserida na construção dos Estados Nacionais. Entendendo progresso como um desenvolvimento progressivo da história, influenciado pela conquista tecnológica da natureza e a consequente melhoria das condições de vida.¹⁹ os Estados iriam progredir na medida em que se adequassem à civilização. No processo de construção do estatuto nacional, as raças seriam diferenciadas e escolhidas no sentido de compor esse quadro identitário. Um processo teleológico, uma vez que essas diferenças raciais eram então entendidas como parte de uma melhoria ou de um progresso, o que na Argentina se traduziria pela substituição da “barbárie” pela “civilização”. Essas visões raciais, no entanto, não eram fixas e foram construídas e reconstruídas dado o contexto regional e transnacional definindo, igualmente, a forma de relação entre raça e nação.²⁰

Como uma nação pensada e planejada por suas elites, a “comunidade imaginada”²¹ a partir desses discursos etnocêntricos negava a ancestralidade e cultura autóctone para implantar modelos de modernidade europeus baseados na utopia da civilização e do progresso.²² “Comunidade imaginada” que selecionou sua identidade ao construir seus “outros internos” pela produção e o combate das diferenças, produzindo padrões de identidade. De acordo com Benedict Anderson, a nação é uma “comunidade política imaginada”, pois alguns indivíduos definem o senso de identidade e de nacionalismo para os demais, produzindo sentidos de pertencimento.²³

Em meados do século XIX, o Estado argentino avançava em seu processo de consolidação e, nele, passou a adotar políticas para conquistar e organizar seu território

¹⁷ Julia Rodrigues, *Civilizing Argentina: science, medicine and the modern state*. University of North Carolina Press, 2006, p. 3.

¹⁸ Id, p. 165 e 164.

¹⁹ Pierre-André Taguieff, *Le progressisme entre illusion et imposture. Le Meilleur des Mondes*. N. 3. Paris, Dessoel ed., 2007, p. 125.

²⁰ Holt e Wade p. 2.

²¹ Benedict Anderson, *Imagined communities: reflection on the origin and spread of nationalism*. London, Verso, 2010

²² Schmidt-Welle, p. 14; Taguieff, p. 126; Holt e Wade, p. 21.

²³ Anderson, p.6.

nacional.²⁴ A questão tornava-se quase ambígua na Argentina, já que existia uma fronteira entre os espaços *criollos* e os indígenas, ao mesmo tempo em que os territórios indígenas eram considerados de jurisdição argentina e herdados da colonização espanhola. Ainda que não ocupados pelos *criollos*, eram espaços de reconhecida soberania indígena e que essa ocupação implicaria a conquista de sua população. Como gestor do território, o Estado produziu políticas de intervenção sobre os espaços indígenas, colocando a sua conquista como um instrumento de identidade e justificando a “despovoação na perspectiva dos índios e povoadora na ótica do colonizador.”²⁵ Dentro da já mencionada função modernizadora do projeto *criollo* de nação, o território era pensado como o objeto da ação estatal, uma vez que a expansão territorial era colocada como uma das etapas de finalização da construção da nação e de seus símbolos. Assim, à conquista do Pampa e, posteriormente, da Patagônia vinculava-se a própria questão da nacionalidade,²⁶ que correspondia a esse vínculo entre o espaço a ser regido pelo poder central e as questões de pertencimento ou exclusão nesse projeto de nação.

De caráter expansionista e “civilizador”, o Estado pretendia conquistar o “deserto”, apropriando-se do território e transformando-o em um espaço que atendesse sua perspectiva modernizadora. Transformar um “deserto” povoado em território nacional também incluía a execução de um projeto que legitimasse a exclusão ou as formas permitidas de inclusão de seus habitantes. Nesse sentido, as respostas para as questões de identidade foram dadas pela ciência que, dentro da lógica do progresso, definiram as bases para um discurso que integrasse a raça com os ideais de nacionalidade.

Em “Conflitos e harmonia das raças na América”, escrito em 1883 por Sarmiento, logo após o período que passou nos Estados Unidos, os discursos racialistas foram assumidos como explicações para as diferenças existentes entre os grupos humanos: “*ejerce tan poderosa influencia el medio que vivimos, los seres animados, que a la aptitud misma para soportarlo se atribuyen las variaciones de razas, de especies y aun de género.*”²⁷ As explicações sobre as raças e suas variantes, tinham como propósito explicar as diferenças de graus e etapas de “civilização” presentes nos países. Os “selvagens”, de maneira contrária aos “civilizados” não tinham indivíduos dotados de alto grau de inteligência, e esse fator os diferenciava:

²⁴ Antonio Carlos Robert Moraes, Notas sobre formação territorial e políticas ambientais do Brasil. *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano IV, número 7, jul/dez, 1999, p. 44.

²⁵ Id, p. 44.

²⁶ Id, p. 45. Moraes fala da questão indígena e da conquista do Oeste no Brasil. No entanto, por analogia, podem-se considerar as mesmas questões conceituais e políticas para a conquista do deserto na Argentina.

²⁷ Domingo F. Sarmiento, *Conflictos y armonías de las razas en América*. Buenos Aires: Imprenta de D. Tuñez, 1883, p. 19.

*Bajo el punto de vista intelectual, los salvajes son más o menos estúpidos, mientras que los civilizados se componen de estólidos semejantes a los salvajes, de gentes de espíritu mediocre, de hombres inteligentes y de hombres superiores. Se comprende que las razas superiores sean más diferenciadas que las inferiores, dando por sentado que el mínimo es común en todas las razas, y que el máximo que es muy débil para los salvajes, es, al contrario, muy elevado para los civilizados.*²⁸

Essas associações entre as raças e determinados graus de inteligência se relacionam à capacidade de produzir civilização por uma sociedade, terminando por distanciar os “selvagens” das sociedades “civilizadas”, que tomava por referência. Sobre os índios da “raça araucana”, Sarmiento os descreveu como um dos grupos com maior capacidade de resistência do continente, que apesar de serem “*las razas más atrasadas en la organización de la sociedad*”²⁹, eram os “padres”³⁰ da nação argentina, cuja aptidão bélica era reconhecida pela dificuldade em que ocorreu sua dominação perante os criollos. “*Los araucanos eran los más indómitos, lo que quiere decir, animales más reacios, menos aptos para la civilización y resistieron ferozmente, porque feroces eran, la conquista y asimilación europeas.*”³¹ A assimilação da “raça araucana” promoveu melhorias a essa, segundo Sarmiento, sendo que grupos de índios assimilados foram incorporados às populações nos novos territórios como “paisanos”, a partir de 1880.³²

O discurso de inferioridade racial coloca as ações contra os índios no sentido de promover a assimilação desses pela “civilização”, ou promover seu desaparecimento, considerado inevitável dentro desse ponto de vista. O exemplo das ações contra os índios nos Estados Unidos, para Sarmiento, mostrou a necessidade dessas ações, tendo em vista acelerar esse processo de desaparecimento de “raças inferiores”, para que “raças superiores” pudessem se estabelecer definitivamente. A raça branca era “*la raza del movimiento intelectual sin límites (...) viven de camino hacia el porvenir.*”³³ A imigração e o estabelecimento de colônias europeias eram exemplos de formas dessa “raça de movimento” expandir perante os domínios “selvagens”. De forma análoga, a imigração continuava sendo vista como uma forma de promover a civilização no continente e de reduzir seus elementos originais. Ainda refletindo sobre o destino dos índios norte-americanos, no trecho abaixo, Sarmiento citava o sistema de reservas como uma forma prévia à colocação dos índios em meio às populações “civilizadas”. Porém, afirmava que o consumo de álcool e a adoção de outros hábitos pelos índios se

²⁸ Id, p. 29.

²⁹ Id, p. 39.

³⁰ Id, p. 24.

³¹ Id, p. 37.

³² Id, p. 40.

³³ Id, p. 112.

relacionavam aos malefícios da “civilização” para estes, bem como, a pretensa inevitabilidade que se enunciava seu desaparecimento.

O impacto do discurso de conquistar um espaço deserto, na realidade habitado por povos originais, relacionava-se à construção de uma identidade argentina em que os elementos de civilização deveriam prevalecer, em contraste com as sociedades indígenas e suas “identidades impostas”³⁴ desde a perspectiva *criolla*, ignorando sua diversidade e destruindo sua autonomia. O território, dessa forma, era um elemento intrínseco a consolidação do Estado que definiria a extensão em que seus habitantes seriam considerados como argentinos. A descaracterização dos habitantes do deserto como “selvagens”, “bárbaros”³⁵ e, por fim, “não civilizados”, legitimava ofensivas militares, uma vez que, por essa perspectiva, não era possível integrá-los sem o conflito que destituiria sua autonomia.

Ações etnocêntricas, ou a imposição de uma perspectiva que considerasse apenas um posicionamento cultural, resultaram na negação das múltiplas identidades indígenas para posicioná-las de forma homogênea e subordinada a uma cultura dominante que se impunha ao passo em que a nacionalidade argentina definia-se em oposição às sociedades pré-existentes.³⁶ Nesse emaranhado de fatores, em que se cruzavam questões políticas, econômicas e culturais, se sobrepunham identidades artificiais, nas quais apenas a reprodução de um tipo de sociedade era possível, sendo ela a tentativa de transposição nos Pampas de uma civilização distante dessa realidade em seus mais amplos sentidos.

Tomando como perspectiva esses pensamentos racialistas que associavam a conquista do “deserto” com a modernização da Argentina, durante o governo de Nicolás Avellaneda em (1874 – 1879) foram colocados em vigor diversas ações no sentido de acabar com as chamadas “fronteiras internas” ao conquistar as áreas indígenas e transformá-las em território da nação. Os ministros da Guerra durante seu governo, Adolfo Alsina e após sua morte em 1877, Julio A. Roca, se ocuparam em mobilizar as forças de exército em direção ao Pampa, efetuando conflitos diretos com os índios e mudando o posicionamento de fortes, com o objetivo de estabelecer a nova “fronteira” no rio Negro, início da Patagônia argentina, conquistando a região do Pampa e iniciando o processo de conquista da Patagônia. Tendo como legitimidade para essas ações a promoção da “civilização” sobre a “barbárie” indígena, esses ministros alternaram estratégias militares no decorrer do processo e enfrentaram os caciques e

³⁴ Nacuzzi, p. 233.

³⁵ Navarro Pedro Floria, El desierto y la cuestión del territorio en el discurso político argentino sobre la frontera Sur. Revista *Complutense de Historia de América*. Madrid, Vol. 28 (2002), p. 165.

³⁶ Nacuzzi, p. 166.

seus *malones*, até que a resistência indígena fosse reduzida a pequenos enfrentamentos com grupos enfraquecidos.

As operações de Alsina, em resumo, tiveram a pretensão de modificar o posicionamento dos fortes e durante 1876 e 1877 diminuiu a área que deveria ser vigiada pelos exércitos, ao mesmo tempo em que se avançou em direção ao sul. Paralelo a esse movimento, foram realizadas diversas incursões contra os principais caciques, com o objetivo de enfraquecê-los para um posterior avanço mais agressivo. Com a morte de Alsina, seu plano de operações foi substituído pelo de Julio A. Roca, um militar de carreira que se ocupava de um dos fortes na fronteira de Córdoba e iniciou um movimento parlamentar em 1878 para angariar fundos para levar a fronteira até o rio Negro, enquanto continuava a realizar incursões contra os caciques que resistiam, tendo como base os novos pontos estabelecidos por Alsina. As operações foram finalizadas em 1879 com a definição da nova linha de fronteira no local pré-estabelecido, levando a fuga de muitos índios para a Patagônia, que foram perseguidos em movimentos militares na década de 1880. Para os defensores de Roca e de seu feito, esse objetivo foi concluído. Mas, para seus opositores, o problema dos índios ainda continuaria por uma ou duas décadas e demandaria ainda maiores empenhos por parte do exército. Apesar das divisões políticas verificadas, o destino dos índios após a conclusão das operações na fronteira era um tema levantado pelo presidente Avellaneda, assim como, por diversos políticos e militares do período. Muitas dessas ideias de aproximam das propostas de inserção dos índios nas cidades como forma de “civilizá-los”, ou de colocá-los em contato com formas de trabalho como a agricultura e o pastoreio, para então, deixá-los aptos às atividades industriais. Avellaneda, em sessão do Congresso Nacional, afirmou que:

*El establecimiento del indio sometido es un problema de solución difícil, como lo muestran los territorios indios de los Estados Unidos con su éxito tan vario y sus gastos tan costosos. Nosotros hemos encontrado hasta hoy facilidades inesperadas (...) en la capacidad que el indio mismo ha revelado para adaptarse a las exigencias de una vida superior.*³⁷

O presidente Avellaneda anunciou no Congresso, pouco antes do término das operações de 1879 que: “*tenemos todavía campos para ofrecer a la actividad del inmigrante y la comisaria han recibido el encargo de conducirlo con preferencia a los territorios nacionales de la Patagonia y del Chaco.*”³⁸ Comentou ainda sobre o desenvolvimento de uma colônia em Carhué, antigo centro de povoamento dos índios do cacique Calfulcurá, sobre os agentes de

³⁷ 2ª reunião, Cámara de Senadores, Sesión de apertura. Nicolás Avellaneda. “Sobre Inmigración”. Academia Nacional de Historia (ANH).

³⁸ Id, Cámara de Senadores, Nicolás Avellaneda.

imigração que assessoravam imigrantes na Europa destinados à Argentina e sobre alguns contratos especiais de imigração, realizados com alguns países europeus, no sentido de buscar novas populações para os “desertos”:

*En la extrema frontera que hasta hace poco dividía las poblaciones cristianas de las tribus salvajes, han creado también en estos últimos cuatro años, varios pueblos bajo la acción del gobierno nacional, y entre ellos, Carhué, que sorprende al viajero, cuando se le presenta inopinadamente en el desierto.*³⁹

A possibilidade de expandir os locais de criação de animais para o sul, além da pretensão de combater os *malones* ao acabar com os habitantes originais do “deserto”, se somava ao discurso de “selvageria” indígena que legitimava seu desaparecimento em nome da “civilização” e do “progresso”.⁴⁰ Como resultado, a Campanha do Deserto, desfecho de Roca às ações militares no Pampa iniciadas desde Rosas e aceleradas por Avellaneda, que em outro contexto político atrelou a necessidade de finalizar o processo de construção do Estado nacional com a derrota dos índios, promoveu a desaparecimento da fronteira interna, abrindo caminho para a definitiva inserção da Patagônia à Argentina.

A capacidade do Estado em impor sua ordem em toda extensão do seu território teve seu momento mais significativo na Campanha de Roca em 1879, mesmo que no plano discursivo, tenha deixando poucas alternativas às sociedades que resistiam e se adaptavam há séculos. A consolidação do Estado-nação passava pela negação da diversidade cultural inerente ao próprio território, em favor da homogeneidade cultural que definiria as bases de identidade dessa Nação.⁴¹ Da diferença entre discursos políticos e realidade histórica, temos a mistura entre brancos e indígenas inerentes ao “espaço de fronteira”, em oposição ao projeto de civilização existente durante a formação do Estado.

*La civilización terminará en el río Negro, porque esas praderas infinitas, que se extienden del otro lado no se han de poblar. Desde que principió la guerra ofensiva en esta parte del Sur, puesto que es el mismo ejército el que ha hecho toda esta operación que principió hace 4 años y terminó con la expedición a río Negro, ejecutada por el general Roca. La idea de despojar de bárbaros es de él, él la ha realizado.*⁴²

Contrário às possibilidades de povoação das áreas indígenas da Patagônia após a Conquista, devido à oposição política que realizava contra Roca no término de suas operações, Sarmiento colocava que a situação de desapropriação das terras indígenas ou das terras dos “bárbaros” em favor da “civilização”, foi executada por Roca, mas que a extensão dessa

³⁹ Id, Cámara de Senadores, Nicolás Avellaneda.

⁴⁰ Hugo Enrique Masses, *Estado y cuestión indígena*. Buenos Aires, Prometeo, 2010, p. 51.

⁴¹ Id, p. 271.

⁴² Domingo F. Sarmiento, Cámara de Senadores, 31ª Sesión ordinaria, 26/08/1879. Congreso Nacional. Academia Nacional de Historia (ANH).

civilização estava limitada ao Pampa. Dentro dessa visão de oposição, a extensão territorial com a retirada dos “bárbaros” não garantia sua substituição pela “civilização”, uma vez que essa transição demandava possibilidades materiais concretas, como a existência de uma condição natural favorável ao desenvolvimento econômico. A substituição da civilização pela barbárie não ocorreria de forma automática e em decorrência de uma atividade militar.

El objeto de esto es poblar esos territorios sobre el rio Negro, ya que se ha dado a la ley un doble carácter; remuneratorio y de colonización (y conferir al ejército un premio en tierra). No dice, pues, que sea precisamente para la agricultura: si no sirve para la agricultura, servirá para el pastoreo. Servirá también para que se desarrolle más la cría de ganado ovino, que comienza a decrecer por razón de que el ganado mayor ocupa hoy estos territorios inmediatos a nuestras poblaciones e impide du desarrollo. Así que es necesario desalojar estos terrenos y llevar ese ganado [ovino] al desierto.⁴³

O “desenvolvimento pela povoação” dos “desertos” era o pretendido como desfecho, onde visava-se transformar os antigos “espaços de barbárie” em lugares de desenvolvimento material. A criação de ovelhas era a alternativa para ocupar os espaços que eram realmente “desérticos” ou áridos para pastagens bovinas ou para a agricultura, e, de fato, em poucas décadas a Patagônia tornou-se uma das principais áreas de criação de ovelhas desse país.⁴⁴

A legitimação da expansão territorial foi construída sobre a perspectiva da exclusão social, justificada pela derrota da “barbárie” pela “civilização”, colocando como uma “missão civilizadora” a apropriação das terras indígenas efetuadas pelos *criollos* e que, dentro de uma perspectiva econômica, transformaria essas áreas em produtoras de riqueza nacional.⁴⁵ O resultado final foi à progressiva invisibilização dos índios, que tiveram seu protagonismo apagados da história oficial argentina.⁴⁶ Conquistar o “deserto” trouxe a ideia de uma fronteira entre a “civilização” e o “deserto”, passível de intervenção, que seguiria da absorção de uma sociedade “inferior” por uma “superior”. Ao mesmo tempo em que o Estado Nacional colocava a solução para esses “desertos”, surgia o problema relacionado ao destino de seus habitantes e a consequente adoção de políticas indigenistas que não apenas à guerra.⁴⁷

Concluindo, com apoio na ciência e nas teorias raciais vindas da Europa, mas relidas e adaptadas às realidades argentinas, os intelectuais desse país produziram discursos homogeneizadores que definiam aqueles que estavam aptos a integrar sua população ideal,

⁴³ Id, Senador Pizarro em resposta a Sarmiento.

⁴⁴ Roy Hora, *Historia Económica de la Argentina. En el siglo XIX*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2010, p. 184; Barsky, Osvaldo e Gelman, Jorge. *Historia del Agro Argentino*. Desde la conquista hasta fines del siglo XX. Buenos Aires, Mondadori, 2001, p. 218.

⁴⁵ Masses, p. 273.

⁴⁶ Id, p. 279.

⁴⁷ Lenton, Diana. Política indigenista argentina: una construcción inconclusa. *Revista Anuario antropológico*, 2009 I, junho 2010. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, p. 4 e 5.

juntamente com discursos de heterogeneidade, produtores de diferenças que apontavam àqueles que não se adequavam. A redefinição do Estado por bases raciais – resultando na relação da Argentina como um Estado branco, colocou os índios como entraves a essa realidade em construção, colocando as armas ou a conversão forçada como as únicas alternativas possíveis para as sociedades do Pampa se “integrarem” ao processo definitivo de formação da nação. Desde a perspectiva das novas necessidades do Estado como a definição das fronteiras internacionais, o avanço das “fronteiras internas” no Pampa era necessário para transformar a Patagônia em território nacional. Com a incorporação do território, se ingressaria de forma definitiva na economia capitalista baseada na pecuária, uma vez formalizada a intenção do Estado em promover a conquista dos “desertos” e em assumir a modernidade como ação política.

Estrategias historiográficas en historia intelectual y cultural en México desde la digitalidad postinternética

Rómulo Pardo Urías
El Colegio de Michoacán-México
codicebabel@gmail.com

Resumen

A partir de una propuesta estratégica de lectura e interpretación historiográfica se realiza un balance respecto a la práctica de la historia cultural e intelectual en su modalidad occidental *grosso modo* para aterrizar su ejercicio en el contexto mexicano. Es, por tanto, una revisión que permite entre mirar las conductas académicas de la profesión histórica en su modalidad intelectual y cultural, como parte de una renovación historiográfica de la segunda mitad del siglo XX desde el giro lingüístico. Además se incorporan la experiencia historiográfica de distintos seminarios realizados por el Departamento de Investigaciones Históricas del Instituto Nacional de Antropología e Historia en México, mostrando flujos y reflujos en la escritura de la historia y en la controversia historiográfica respecto a tales metodologías y especialidades. Finalmente se plantea la elaboración de un tiempo postinternético como constructo de un presente donde todo ha pasado o pasa por internet en vías de legitimarse, sitio desde donde las estrategias del artículo fueron implementadas.

Palabras claves: Historiografía intelectual y cultural; Escuelas historiográficas; México; Siglo XX; Digitalidad postinternética.

El plan: opuestos historiográficos

En 1981 Ciro F.S. Cardoso, habiendo desarrollado un importante trabajo en historia económica, recogía distintos debates sobre los métodos, condición científica, objetivos, problemáticas y temas de la disciplina histórica en el libro *Introducción al trabajo de la investigación histórica*¹. Su postura, desde un marxismo crítico, implicaba el ataque a las corrientes neokantianas y estructuralistas, promotoras de un cierto antihistoricismo, particularismo y subjetivismo en el quehacer histórico. La historia para Cardoso está vinculada con la sociedad y las ciencias humanas, sociales y culturales, éstas dentro de las ciencias factuales de Carnap, o las ciencias del hombre, desglosadas por Cardoso en sociología, psicología, economía, lingüística, antropología e historia. Así, el historiador brasileño retoma el modelo científico de Piaget, para ubicar a las ciencias históricas. Destacan en su postura la controversia con autores como Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss, Michel de Certeau, Paul Vayne, Louis Althusser, entre otros, o sea los autores estructuralistas del momento, algunos de los cuales cuestionara filosóficamente Jürgen Habermas en su trabajo *El discurso filosófico*

¹ Ciro F.S. Cardoso, *Introducción al trabajo de la investigación histórica. Conocimiento, método e historia*, Barcelona, Crítica, 2000.

de la modernidad² de 1985. Quizá la gran égida estructuralista muestra un epitome en 1979 *La condición postmoderna*³ de Lyotard, sin olvidar sus avances con las obras de Michel Foucault *Las palabras y las cosas*⁴ de 1966 o la de Jean Baudrillard *La economía política del signo*⁵ de 1972, anotando también la de Jacques Derrida *De la Gramatología*⁶ de 1967. Este preámbulo induce a plantear, más que una discusión epistemológica, un momento controversial que abarcó la filosofía, las ciencias sociales y humanas y, por supuesto, la disciplina histórica. Si para Lyotard y los postmodernos se trató del fin de las ideologías, del fin de los meta-relatos, de la inoperancia del estado-nación y la incuestionable supremacía del capitalismo occidental frente al marxismo soviético, el vuelco a la dimensión textual y discursiva de las formas humanas, también representó, para los historiadores, una vuelta a la historia narrativa, como lo indican la perspectiva de Eric Hobsbawm⁷ retomando a Lawrence Stone, pero, además, indicó el camino que recorrería la historia cultural e intelectual en los últimos 40 años, no sin presentarse bandos y controversias múltiples.

Primera estrategia: historiografías en anclaje

Desde la escuela de los Anales de Marc Bloch y Lucien Febvre, hacia 1929, se presentaron principios, dentro de la historiografía, de una historia de las mentalidades, a partir de la totalidad sociohistórica, la cognoscibilidad de dicha totalidad y el humanismo necesario para su descripción y comprensión, atendiendo al estudio de representaciones colectivas. Cardoso engloba esto en las ciencias factuales culturales con el nombre de historia de las ideas, junto a la historia material, la psicología social, la economía, la ciencia política, entre otras. En la escuela de los Annales se involucra a la disciplina histórica con las ciencias sociales, el estudio sociológico, demográfico, económico, cuantitativo y serial. Su contrapartida fue la versión historicista, donde el hecho histórico es único y singular, según establece Cardoso la definición de Max Weber, para quien la historia es individual y concreta de un tipo de sociedad establecido, de una acción social específica, con lo que Cardoso discrepa. Pero Cardoso, después de analizar la idea de comunidad científica y rescatar la discusión de Thomas S. Kuhn

² Jürgen Habermas, *El discurso filosófico de la modernidad*, Buenos Aires, Katz editores, 2012.

³ Jean-Françoise Lyotard, *La condición postmoderna*, Barcelona, Altaya, 1999.

⁴ Michel Foucault, *Las palabras y las cosas*, México, Siglo XXI, 1968.

⁵ Jean, Baudrillard, *La economía política del signo*, México, Siglo XXI, 1982.

⁶ Jacques Derrida, *De la Gramatología*, México, Siglo XXI, 1986.

⁷ Eric J. Hobsbawm, "El renacimiento de la historia narrativa. Algunos comentarios" en *Historias*, México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, Núm. 14, Julio-Septiembre, 1986, pp. 9-13.

sobre las revoluciones científicas, apunta que en todo momento nos encontramos, en la historia con la negación de las fronteras entre ciencias particulares, lo que llama interdisciplina.

Esta interdisciplina puede responder muy bien a lo que menciona Martín R. Ríos Saloma⁸ sobre el desarrollo crítico, en la segunda mitad del siglo XX, del giro lingüístico y el giro cultural, de la historia de las mentalidades y el surgimiento de la postmodernidad. Como comenta Chartier⁹ la historia de las mentalidades es superada por la historia cultural e intelectual *novísima*, cuestionando formas historiográficas más tradicionales como la historia de la filosofía, la historia literaria, la historia del arte o la historia del pensamiento; rescata para ello el itinerario de la escuela de los Anales y el análisis desde la psicología histórica, la historia social de las ideas o la historia sociocultural,¹⁰ es decir, la historia intelectual tradicional. Para 1960 la categoría de mentalidad será impuesta:

en la historiografía francesa para calificar una historia cuyo objeto no son las ideas ni los fundamentos socioeconómicos de las sociedades [sino] la mentalidad siempre colectiva que regula, sin explicitarse, las representaciones y los juicios de los sujetos en sociedad [o sea] los condicionamientos no conocidos e interiorizados que hacen que un grupo o una sociedad comparta, sin necesidad de que sea explícito, un sistema de representaciones y un sistema de valores.¹¹

Parece entonces que Cardoso reacciona a esta modalidad histórica —historiada por Chartier— pues el brasileño, al cuestionar a Foucault, reconoce su influencia creciente en diversos historiadores “incluso sobre historiadores del «grupo de los Anales», lo que muestra bien la decadencia de dicho grupo”¹² y sentencia que en las obras de Foucault, además de una insólita erudición, está presente una “absoluta ausencia de algo que se parezca a un método científico y [...] una total arbitrariedad de criterios”.¹³ En dos palabras, se trata de “un notable trabajo de falsificación y desfiguración de muchas corrientes intelectuales”.¹⁴ Sin embargo, en el tenor de Chartier, Ferrater Mora aclara en su *Diccionario de filosofía abreviado*¹⁵ que idea o ideas refiere a “pensamientos que tienen, o han tenido, los hombres en diferentes esferas — ideas filosóficas, religiosas, científicas, políticas, etc.— y en diversos periodos. El estudio de

⁸ Martín F. Ríos Saloma, “De la historia de las mentalidades a la historia cultural. Notas sobre el desarrollo de la historiografía en la segunda mitad del siglo XX” en *Estudios de Historia Moderna y contemporánea*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, Núm. 37, Enero-Junio, 2009, pp. 97-137. Recuperado de: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/ehm/article/view/15309/14556>

⁹ Roger Chartier, “Historia intelectual e historia de las mentalidades. Trayectorias y preguntas” en *El mundo como representación*, Barcelona, Gedisa, 1995, pp. 13-44.

¹⁰ *Ibid.*, p. 14.

¹¹ *Ibid.*, p. 23.

¹² Ciro F.S. Cardoso, *Introducción al trabajo...*, cit. pp. 84-85.

¹³ *Ibid.*, p. 84.

¹⁴ *Ibid.* p. 53.

¹⁵ José Ferrater Mora, *Diccionario de filosofía abreviado*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1970, pp. 197-201.

las ideas en este sentido es, por un lado, un tema de antropología filosófica y, por otro lado, un tema de investigación histórica”.¹⁶

La perspectiva actual de Hugo Cancino¹⁷ indica la experiencia recorrida por el grupo de trabajo de AHILA “Ideas, cultura e intelectuales en América Latina” donde convergen los campos epistemológicos, teóricos y metodológicos de la historia de las ideas y la historia intelectual. Cancino nos coloca frente a un campo historiográfico, el de las ideas, la cultura y los intelectuales, que vuelve a pensar y a colocar la dimensión teórica de la interpretación analítica y el campo epistemológico de estudio, dentro del contexto de las discusiones y debates científicos de los historiadores en el mundo global. Cancino retoma la génesis de este grupo de trabajo de AHILA, desprendido de la necesaria “investigación y discusión de la historia de las ideas y de los intelectuales”¹⁸ como una inquietud legítima a partir de los años 90 del siglo pasado en los historiadores europeos y latinoamericanistas, con la formación de este grupo en 1996. Además, señala dentro de sus búsquedas teóricas y metodológicas, la reflexión original, partiendo de la crisis finisecular en las ciencias sociales y humanas, como en la historiografía, evaluando “la disolución de los paradigmas canonizantes dentro de las versiones integristas del materialismo histórico”,¹⁹ ocurriendo así una apertura pluralista teórica, metodológica y epistemológica al interior del grupo. La discusión sobre la función de los intelectuales en el contexto latinoamericano, al interior de la esfera política, social y cultural, fue el eje vertebrador de sus discusiones, conjugada con la pertinencia reflexiva entre tradición y modernidad, entre los siglos XIX y XX.

Este historiador lanza dos preguntas para problematizar el campo de la historia de las ideas e intelectual: “¿En qué medida la historia de las ideas constituye una vieja disciplina historiográfica que ha sido sobrepasada por el desarrollo teórico-metodológico desde mediados del siglo XX y hacia delante? ¿En qué medida es la historia intelectual, la nueva historia, como algunos la denominan, la que asumiría la renovación metodológica y teórica anunciada por el giro lingüístico y que pasaría a sustituir la vieja historia de las ideas?”²⁰ Frente a estas interrogantes, Cancino analiza la formalización del saber histórico a su forma científica, en tanto saber racional y objetivo, para establecer la verdad histórica, la manera en que los hechos sucedieron. Pilar de este método fue la crítica de las fuentes, ateniéndose a la estructura del

¹⁶ *Ibid.* p. 201.

¹⁷ Hugo Cancino Troncoso, “Ideas, cultura e intelectuales en América Latina. Los campos epistemológicos, teóricos y metodológicos de la historia de las ideas y de la historia intelectual” en Hugo Cancino y Rogelio De la Mora, *La historia intelectual y el movimiento de las ideas en América Latina, siglos XIX-XX*. Xalapa, Universidad Veracruzana, 2015, pp. 9-19.

¹⁸ *Ibid.* p. 9.

¹⁹ *Ibid.* p. 10.

²⁰ *Ibid.*, p. 11.

conocimiento positivista del siglo XIX, donde Leopold Von Ranke y Barthold Georg Niebuhr fueron los principales representantes. Esta historia sería política, primeramente, con algunos campos de especialización como la historia de las ideas y otros subcampos. Cancino retoma a Wilhelm Dilthey para enfatizar la distinción entre las ciencias humanas y las naturales, siempre que las primeras “debían crear sus propios métodos acordes con su objeto humano de estudio y que debían ser ciencias comprensivas y no explicativas”.²¹

Dentro de esta panorámica, Cancino coloca en escena a Arthur Oncken Lovejoy, como el primero en emplear el término historia de las ideas, basándose en el estudio de las ideas como núcleos conceptuales estructurados en cadenas, sin abarcar el análisis del contexto, que es lingüístico. Así, hacia 1920 Lovejoy ya imprime cuerpo a la historia de las ideas, mientras que en Latinoamérica y Europa, comenta Cancino, ya existen precursores de este campo historiográfico, con los siguientes ejemplos para el segundo caso: Benedetto Croce, Max Weber, Paul Hazard, John Huizinga y Karl Mannheim, quienes practicaban un tipo de historia de las ideas y de la cultura.

En el caso latinoamericano serán los pensadores, especialmente escritores adheridos y practicantes del ensayo, quienes expresen y asuman “la tarea de repensar la nación y la identidad, para construirla contemplando como modelo de inspiración la Europa de la ilustración”,²² orientados por las luces de la razón y la ciencia y con el firme propósito de dialogar con los intelectuales europeos y romper sus nexos, culturales, ideológicos e intelectuales, con el mundo hispánico. No obstante, en 1943 la instauración inaugural del *Seminario de historia de las ideas Latinoamericanas*, dirigido por Leopoldo Zea y José Gaos en México, es el indicador que Cancino retoma para hablar de la institucionalización de la historia de las ideas en este país y el inicio de este proceso en Latinoamérica.

Segunda estrategia: las historiografías intelectual y cultural y el fin de siglo xx

Para Robert Darnton²³ a finales de la década de los 80 del siglo pasado, pese a su multiplicidad, y a no contar con “una *problématique* dominante”, pero, además, a que sus “practicantes no compartan la idea de temas, métodos y estrategias conceptuales”, el subcampo historiográfico intelectual y cultural cuenta con:

²¹ *Ibid.* p. 11-12.

²² *Ibid.* p. 12.

²³ Robert, Darnton, “Historia intelectual y cultural” en *Historias*, México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, Núm. 19, Octubre-Marzo, 1987/1988, pp. 41-56

cuatro categorías principales: la historia de las ideas —el estudio del pensamiento sistemático, por lo general los tratados filosóficos—, la historia intelectual propiamente dicha —el estudio del pensamiento informal, los climas de opinión y los movimientos literarios—, la historia social de las ideas —el estudio de las ideologías y la difusión de la idea— y la historia cultural —la historia de la cultura en el sentido antropológico, incluyendo las ideas del mundo y las *mentalités* colectivas.²⁴

La conclusión deducible del artículo de Cancino, retomando el giro lingüístico en historia y ciencias sociales y humanas en referencia al estudio del texto y de los discursos, sus significados, estructuras y símbolos, es que existen predominantemente 3 tradiciones de historia intelectual, originadas en la década del 60 del siglo XX: 1) la tradición anglosajona, representada por John Dunn y Quentin Skinner, del Departamento de Historia de Cambridge, con una orientación lingüística ceñida al pensamiento de John Austin donde “la pragmática del lenguaje y su rol performativo en el medio social y cultural”²⁵ son los ejes del análisis, enfocado al análisis del lenguaje político; 2) la tradición francesa representada por Roger Chartier, Pierre Rosenvallon, Françoise Furet y Françoise Xavier Guerra, especializada en la historia de las mentalidades, la historia social y los estudios del discurso; y 3) la tradición alemana, con dos orientaciones divergentes, la propuesta por Reinhart Koselleck de historia conceptual, rescatando la hermenéutica de Dilthey y el enfoque social de Max Weber sin dejar de lado los contextos cultural, histórico y mental, y la vertiente de la hermenéutica filosófica representada por Jürgen Habermas y Hans Georg Gadamer, ambos rescatando los postulados de Heidegger. Sin embargo, Cancino señala que en el caso latinoamericano no existe una tradición concreta en historia intelectual y de las ideas. Hay por tanto que buscarla en Argentina, Chile, México y algunos otros sitios, desde donde se han construido temas y debates en este campo, incluyendo actividades y productos de distintos departamentos de filosofía y otras disciplinas afines a este subcampo historiográfico.

Volviendo ahora a Ríos Saloma, a partir de la década de 1980 es enfatizada la crítica del método de la historia de las mentalidades, como una nueva corriente historiográfica, denominada historia cultural, que beberá del giro lingüístico y del giro cultural, de una crítica del materialismo histórico, derivada de la postmodernidad en tanto eclecticismo temático y metodológico, pero también de una postura que rescata la dimensión subjetiva y narrativa de la historia. Retrocediendo, Ríos Saloma rescata un artículo de 1961 de Georges Duby, donde se establece con claridad lo dicho por Chartier: las definiciones y alcances de la historia de las

²⁴ *Ibid.* p. 46

²⁵ Hugo Cancino Troncoso, “Ideas, cultura e...”, cit. p. 16.

mentalidades como respuestas diferenciales de las sociedades respecto a la duda del ser humano inscrito en un universo, al que pertenece, y su andar en él, incluyendo, además, “los elementos de la psicología social norteamericana”.²⁶ En esto concuerda Cancino al referir que a mediados de la década del 60 del siglo XX “comienza a emerger una generación de historiadores de las ideas que eran profesionalmente historiadores”.²⁷

Así, la historia de las mentalidades se enfoca en el estudio del lenguaje, de los mitos y creencias y de la iconografía y la creación artística, según Ríos Saloma, pero en su evolución desemboca en el concepto de imaginario, establecido por Duby en 1978, cuando ya Le Goff había delimitado como un campo de estudio impreciso a la historia de las mentalidades, vinculada a la etnología, la sociología y la psicología social, mediante el estudio de las creencias y los sistemas de valores. En esta secuencia hacia la historia cultural, Ríos Saloma menciona a Michel Vovelle, quien distingue entre mentalidad e ideología, como formas de pensamiento de tradiciones distintas, para hablar del imaginario colectivo, según apunta este autor.

Si este ámbito, el francés, es activo en la formación historiográfica, el anglosajón se desenvuelve en el posmodernismo, mediante el giro lingüístico y el giro cultural, rescatando el análisis del discurso y la importancia de la forma narrativa en el vínculo entre las prácticas sociales y las representaciones culturales. De esta forma, el artículo de Ríos Saloma establece que en 1973 Hayden White publica su trabajo *Metahistoria*, donde equipara a la historia con la retórica, en tanto comprensión discursiva, para dar paso a una interpretación de las preguntas dadas por el historiador y los significados del contenido de sus discursos, más que a los hechos del pasado. Otro hito historiográfico cultural, pero de 1976, fue el libro *El queso y los gusanos* de Carlo Ginzburg, rescatando la óptica de la antropología cultural y de la hermenéutica de Gadamer. En 1978 es publicado también *La escritura de la historia* de Michel de Certeau, que aplica las herramientas de análisis lingüístico y deconstructivista para establecer lo referente a la narración histórica. Y volvemos al trabajo de Lawrence Stone, ya mencionado, cuando Ríos Saloma habla de su trabajo de 1979 *El regreso de la historia narrativa*, donde se postula una mayor importancia de lo individual frente a las circunstancias de los hechos, rasgo éste de la historia estructural. En ese sentido para la década de los 80 el trabajo de Robert Darnton *La gran matanza de gatos y otros episodios de la historia de la cultura francesa* de 1982 marca el punto de partida de la nueva historia cultural, siguiendo hasta aquí a Ríos Saloma.

²⁶ Martín F. Ríos Saloma, “De la historia de las mentalidades a... cit. p. 100.

²⁷ Hugo Cancino Troncoso, “Ideas, cultura e...”, cit. p. 14.

En paralelo surge el posmodernismo como crítica profunda de la idea de progreso, herencia de la ilustración, vigente hasta la década del 70 del siglo XX. El postmodernismo, siguiendo a Raúl Corral Quintero,²⁸ se plantea el análisis de la discontinuidad, la ausencia de contrarios hegelianos, insertándose en el movimiento y la diferencia nietzchiana, dando paso a una búsqueda “de la diferencia y la diversificación física, intelectual y moral”.²⁹ La crítica posmoderna intenta decir algo todavía no dicho y hacer algo todavía no hecho, propulsando una diferencia subjetiva, anterior o posterior a la modernidad, no necesariamente como algo novedoso o causalmente relacionado con esta, sino como estar ubicado en el abandono de la búsqueda de la libertad, de la verdad absoluta. Para los postmodernos hay verdades concretas y definidas, hay particularidades, hay subjetividades y formas múltiples de expresar, de conocer, de aprender y construir. La postmodernidad, bien o mal interpretada, consolidó su itinerario intelectual a partir de los trabajos pos-estructuralistas, lingüísticos, de antropología cultural y el análisis de productos culturales y su relación con las prácticas sociales, como sugiere Ríos Saloma. Es entonces en la década de los 90 del siglo XX cuando la historia cultural se consolida a partir de estos elementos y de la influencia recibida de los autores postmodernos y estructuralistas mencionados en la introducción de este trabajo.

Para Peter Burke³⁰ existe en la actualidad una historia cultural de las ideas derivada de la historia social de las ideas, suscitándose la convergencia entre estas disciplinas en el término cultura histórica. Burke, retomando el giro cultural, rescata la posibilidad de re-evaluar el término tradición en tanto transmisión de conocimiento e información a través de las generaciones. Asimismo, menciona la historia del libro como un subcampo de especialización histórica, donde opera la categoría literaria de recepción creativa, referido al consumo de las ideas. Además, los historiadores culturales e intelectuales han encontrado rutas de trabajo más cercanas a lo que en antropología se conoce como traducción cultural o el “estudio de los encuentros culturales”.³¹ En esa medida, Burke apuntala que “uno de los caminos a seguir en el futuro cercano de la historia cultural de las ideas es precisamente este interés por la traducción interlingüística como un caso especial de traducción cultural”,³² lo que necesariamente

²⁸ Raúl Corral Quintero, “¿Qué es la postmodernidad?” en *Revista Casa del Tiempo*, Universidad Autónoma Metropolitana, Vol. IX, Núm. 98, Época III, Marzo-Abril, 2007, pp. 67-73. Recuperado de: http://www.uam.mx/difusion/casadeltiempo/98_mar_abr_2007/casa_del_tiempo_num98_67_73.pdf

²⁹ *Ibid.* p. 67

³⁰ Peter Burke, “La historia intelectual en la era del giro cultural” en *Prismas, Revista de Historia Intelectual*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, Núm. 11, 2007, pp. 159-164. Recuperado de: <http://www.scielo.org.ar/pdf/prismas/v11n2/v11n2a07.pdf>

³¹ *Ibid.* p. 163

³² *Ibid.*

representa un esfuerzo por practicar el método de la historia comparada y el desentrañamiento de la cultura productora de ideas como el de la cultura consumidora de estas.

Tercera estrategia: lo glocal mexicano

En 1975 Carlos Monsiváis³³ comentaba la ausencia de una historiografía cultural mexicana, así como del estudio sistemático de la cultura en México. Enfatizaba dos modelos de periodización para la cultura: uno derivado de los estudios históricos-literarios de José Luis Martínez y otro respecto a las generaciones culturales. Existen, en el primer caso, 5 periodos histórico-culturales: independencia de 1808 a 1820, conquista de la república de 1821 a 1867, nacionalismo literario de 1867 a 1894, modernismo de 1894 a 1911 y nuestro siglo (es decir el siglo XX) de 1910 a 1920 y de 1920 a 1960. Además, muestra generaciones culturales mexicanas del siglo XX partiendo del tejido intelectual histórico hasta 1975.

Tabla 1

Grupo	Años	Representantes	Rasgos
Ateno de la Juventud	1908-1914	José Vasconcelos, Julio Torri, Martín Luis Guzmán, Antonio Caso, Alfonso Reyes, Pedro Henríquez Ureña	“formados en el ámbito modernista y en la cultura positivista”. ³⁴
De los 7 sabios	1915	Manuel Gómez Morín, Vicente Lombardo Toledano, Narciso Bassols y Daniel Cosío Villegas. (Alfonso Caso y Antonio Castro Leal miembros mal incluidos en dicha generación)	no representan, para Monsiváis, un trabajo colectivo, sino remiten a “coincidencias ideológicas”. ³⁵
Contemporáneos	1920-1939	Gilberto Owen, Salvador Novo, Carlos Pellicer, Xavier Villaurrutia, Jorge Cuesta, Enrique González Rojo, Jaime Torres Bodet y José Gorostiza. (Autores, poetas y críticos. Publicaciones periódicas: <i>La Falange</i> , <i>Ulises o Contemporáneos</i>).	Renovación del lenguaje literario y poético “contracorriente cultural” periodistas y dramaturgos “conciencia contemporánea”. ³⁶
Escuela mexicana de pintura		Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros, Fernando Leal, José Clemente Orozco, Fermín Revueltas y Jean Charlot, seguidores e influenciados por el Dr. Atl (Gerardo Murillo). (Nacionalismo musical Joaquín Beristáin, José Pablo Moncayo, Carlos Chávez, José Rolón, Silvestre Revueltas)	Protegida por Vasconcelos y empujada por el Partido Comunista Mexicano Exponentes de una nacionalismo pictórico, que derivó en un nacionalismo musical

³³ Carlos Monsiváis, “Proyecto de periodización de historia cultural en México” en *Texto Crítico*, Xalapa, Universidad Veracruzana, No. 2, Julio-Diciembre, 1975, pp. 91-102. Recuperado de: <http://cdigital.uv.mx/handle/123456789/7232>

³⁴ *Ibid.* p. 92

³⁵ *Ibid.*

³⁶ *Ibid.* pp. 92-93:

Revista <i>Taller</i>	1938-1941	Octavio Paz, Efraín Huerta y José Revueltas.	Defienden el compromiso social del arte y la literatura, de la causa republicana española.
Revista <i>Tierra Nueva</i>	1940-1942	Alí Chumacero, José Luis Martínez y Leopoldo Zea, tutelados por Alfonso Reyes	
Nueva generación	1950	Rosario Castellanos, Jaime Sabines, Emilio Carballido, Jorge Ibarguengoitia y “coetanos [...] afines: Juan Rulfo, Juan José Arreola, Jaime García Terrés, Rubén Bonifaz Nuño, Margarita Michelena” (Monsiváis: 1975: p. 94).	Influenciada por formas culturales regionales y una gran negación al revisionismo histórico cultural mexicano
Hiperión	1943 -1953	ontología como fundamento social y político de la vida: Samuel Ramos, Octavio Paz, Emilio Uranga, Jorge Portilla y Luis Villoro. Dirección de José Gaos y Leopoldo Zea.	“la elaboración de una filosofía a partir de la realidad mexicana”. ³⁷
Revista <i>Mexicana de Literatura</i>	1955- 1965	Carlos Fuentes, Emmanuel Carballo, Tomás Segovia y Juan García Ponce. (Fernando Benítez, Jaime García Terrés y Gastón García Cantú) (José Luis Cuevas, Vicente Rojo, Fernando García Ponce, Lilia Carrillo)	Debe incluirse en su análisis al suplemento <i>México en la cultura</i> (entre 1949 y 1961) y una generación novedosa de pintores
<i>La Onda</i>	1966	Generación literaria	

En las conclusiones Monsiváis advierte que los criterios para esta clasificación cultural por generaciones están dados por personalidades literarias, con un “acento mítico [...] en las Grandes Figuras quienes crean y hacen posible la cultura”.³⁸ Asimismo no hay una relación entre disciplinas en este esquema cultural, no hay, de igual forma, un análisis político y social de lo cultural, asumiéndose en él que lo cultural es de orden histórico-literario. Todos estos motivos orillan a Monsiváis a descartar este modelo interpretativo, por su condición chovinista, por restringirse a la alta cultura y, consecuentemente, por ser elitista, y por mutilar el desarrollo disciplinar en los distintos quehaceres culturales. Sin embargo, Monsiváis insistió a lo largo de su trayectoria intelectual en diversos rasgos presentes en este modelo, siempre que en su trabajo dentro de la *Historia General de México*,³⁹ emplea un modelo semejante, aunque más exhaustivo y profuso. En gran parte, este esquema cultural es recurrente, aunque ampliado o modificado, en la versión historiográfica de Gerardo Estrada Rodríguez.⁴⁰

³⁷ *Ibid.* p. 94.

³⁸ *Ibid.*, p. 95

³⁹ Carlos Monsiváis, “Notas sobre la cultura mexicana en el siglo XX” en *Historia General de México*, México, El Colegio de México, 2000, pp. 957-1076.

⁴⁰ Gerardo Estrada Rodríguez, “Apuntes para una historia de la cultura mexicana en el siglo XX” en Roberto Blancarte (coord.), *Culturas e identidades. Los grandes problemas de México. Volumen XVI*, México, El Colegio de México, 2010, pp. 453-483.

Complementariamente, debemos anotar que en 1979, Serge Gruzinski y Solange Alberro recogían en su trabajo *Introducción a la historia de las mentalidades*,⁴¹ un conjunto de trabajos inscritos en el *Seminario de Historia de las mentalidades y religión en el México colonial* del Departamento de Investigaciones Históricas del Instituto Nacional de Antropología e Historia, que arrancó sus labores en 1978 “con el propósito de dar a conocer, criticar y discutir los enfoques, problemáticas y metodologías de la Historia de las Mentalidades”.⁴² El volumen representa el esfuerzo de distintas instituciones: el Instituto Francés de América Latina, el Centro de Investigaciones Superiores del INAH, la Escuela Nacional de Antropología e Historia, la Universidad Nacional Autónoma de México, el Archivo General de la Nación, El Colegio de México, la Universidad Iberoamericana y el Centro de Estudios Educativos. Gruzinski en ese entonces trabajaba su tesis doctoral bajo la dirección de François Chevalier en la Universidad París I, mientras que Solange Alberro lo hacía con Pierre Chenau en la Universidad París IV.

Para 1983, este *Seminario* organizó el *Segundo Simposio de Historia de las Mentalidades*,⁴³ estructurado bajo el tema del olvido y la memoria, teniendo la participación distintos institutos de investigaciones de la Universidad Nacional Autónoma de México (Antropológicas, Históricas, Estéticas y la Facultad de Filosofía y Letras), el Colegio de Michoacán, el Archivo Histórico de Jalisco, la Universidad Iberoamericana, el Conservatorio Nacional de Música, el Colegio de México, la Ecole des Hautes Etudes de Sciences Sociales, la Universidad de Pennsylvania, el Centro National de Recherche Scientifique de Francia y la Universidad de Rice. El evento se desarrolló en tres jornadas: la primera respecto a “Memoria, grupo e identidad cultural: los indios” donde hay trabajos de Enrique Florescano, Monique Legros, Serge Gruzinski, Nancy Farris y Andrés Lira González, comentados por Alfredo López Austin; la segunda bajo el tema “Infames, elegidos y memoria” donde participaron François Giraud, Patricia Seed, Carmen Castañeda, Cristina Ruiz Martínez, María Elena Cortés Jácome y Solange Alberro, con el comentario de Margo Glantz; y la tercera jornada bajo el tema “Ardeces de la memoria” donde participaron Dolores Enciso Rojas, José Antonio Robles-Cahero y Ana María Atondo Rodríguez, con el comentario de los trabajos por parte de Sergio Ortega Noriega. Con esto es posible observar esfuerzos sostenidos por el desarrollo de la

⁴¹ Solange Alberro y Serge Gruzinski, *Introducción a la historia de las mentalidades*, México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1979. Recuperado de: https://mediateca.inah.gob.mx/islandora_74/islandora/object/informe%3A1092

⁴² Sergio Ortega Noriega, “Prologo” en Solange Alberro y Serge Gruzinski, *Introducción a la historia de...*, cit., pp. 9-10.

⁴³ Varios Autores, *La memoria y el olvido. Segundo Simposio de Historia de las Mentalidades*, México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, 1985. Recuperado de: https://mediateca.inah.gob.mx/islandora_74/islandora/object/libro%3A502

historia intelectual y cultural en México, durante la segunda mitad del siglo XX, en distintas vertientes.

Más actualmente la historia intelectual y cultural en México es dibujada por Verónica Zárate Toscano,⁴⁴ quien recoloca la perspectiva de la historia de las ideas heredada de José Gaos en México, con la escuela donde participaron, desde la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional Autónoma de México, Leopoldo Zea, Luis Villoro, Juan Ortega y Medina y Edmundo O’Gorman. Así, Zárate enfatiza que la práctica de estas especialidades historiográficas es localizable en El Colegio de México y en la Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Cuajimalpa, en el Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales de la Universidad Veracruzana y la Universidad Iberoamericana, aunque ya entrados en la globalización vigente. Dentro de los aportes brindados por la investigadora del Instituto Mora se encuentra, como clave principal, el estudio y análisis de los actores intelectuales, en su dimensión frente al estado, como redes, respecto a revistas, lenguajes y discursos, en sus nexos intercontinentales pero también en la dimensión metodológica y teórica, sin omitir el importante aspecto de los vínculos con “la historia de la lectura, la cultura científica, la literatura [...] la sociedades [y] la recepción de ideas europeas en América”.⁴⁵ Principalmente, enfatiza Zárate, se ha avanzado en la discusión y estudio sobre la producción de ideas y su circulación y consumo.

Dentro de las vertientes que la historia intelectual ha consolidado en México se encuentra la tradición, amplia y larga, de la historia del libro, la transmisión de ideas mediante soportes pictóricos, vinculada a la historia del arte, la construcción de imaginarios y representaciones, o la historia de las mentalidades, la vertiente de la historia oral, el estudio de la música, además del estudio de los intelectuales, como mencioné, pero también el problemático tema de las identidades nacionales y el de la memoria histórica.

Finiquito estratégico: leer e interpretar desde la digitalidad posinternética

La historiografía cultural e intelectual son modalidades y disciplinas de objetos y formas de estudio plural y categóricamente con definiciones múltiples. Si vivimos, desde finales del

⁴⁴ Verónica Zárate Toscano, “La historia intelectual en México y sus conexiones” en *Varia Historia*, Universidade Federal de Minas Gerais, Vol. 31, No. 56, Mayo-Agosto, 2015, pp. 401-422. Recuperado de: <http://www.redalyc.org/pdf/3844/384441899005.pdf>

⁴⁵ *Ibid.* p. 405

siglo XX, en un *capitalismo informático-global*,⁴⁶ en la *sociedad de la información*,⁴⁷ en un proceso gradual o estado, mayor o menormente acelerado, de *mundialización*,⁴⁸ todo conducente a un momento posthistórico de la civilización, valoramos que las posibilidades interpretativas del presente (en su modalidad exagerada o hiperpresentista) encubren los desafíos de la especialización como una forma trascendental, especie derivada de la técnica y el particularismo, dentro de la economía intelectual del conocimiento global. La posibilidad de historiar las ideas, el pensamiento, lo conceptual, por una parte, y los agentes, grupos, personajes y actores sociales, productores de tales ideas o sistemas, por otra, son implicaciones pertinentes a considerar cuando de historia cultural e intelectual se trate. Esta dimensión historiográfica ha crecido considerablemente en contextos occidentales como los expuestos aquí. Al plantearnos este grupo de estrategias parecía importante distinguir las dimensiones legítimas de este campo historiográfico, primero, para descubrir su recorrido cronológico, en segundo lugar, hasta lograr aterrizar, en un ejercicio comparativo, terceramente, las modalidades por las que atraviesa o atravesó en Francia, Estados Unidos, Inglaterra y México, por ejemplo, pero también sus vínculos y nexos con otras ramas y formulaciones de la filosofía o las ciencias sociales y humanas, en la segunda mitad del siglo XX.

Finalmente, leer e interpretar desde un momento postinternético dista mucho de una acepción totalizante del fenómeno temporal. Al parecer existe una re-vuelta a lo metafísico, internéticamente definido en este caso, donde lo postinternético responde más a una concepción de lo humano que pasa o ha pasado por internet. ¿Podría hablarse del *homo postinterneticus*? Lo postinternético no remite a una acepción causal como lo pasado o hecho, finitamente, sino a lo aprehensible desde esta metafísica internética, que permite ubicar, contemporizar, hilvanar, en un mismo tiempo-espacio, documentos, materiales, libros, imágenes, vídeos, entre otros recursos para la investigación, que hace años circulaban de forma privada o mediante peticiones expresas —la mayor de las veces interinstitucionales— y que ahora se encuentran disponibles para investigar casi cualquier tema, aunque no siempre de forma libre y abierta. Sin duda, al igual que durante la querrela entre antiguos y modernos, debemos preguntarnos por la legitimidad de las fuentes informativas, pero también prevenirnos de la inevitable charlatanería, por encima del relativismo postmodernista que repliega la acción hermenéutica al páramo dudoso del caos en la *república del dato*. Por lo tanto, lo expuesto aquí funge como ejercicio

⁴⁶ Alejandro Dabat, “Globalización, capitalismo actual y nueva configuración espacial del mundo” en Jorge Basave et all. *Globalización y alternativas incluyentes para el siglo XXI*, México, Miguel Ángel Porrúa/UNAM/UAM-A, 2002, pp. 41-88.

⁴⁷ Frank Webster, *Theories of the Information Society*, New York, Routledge, 2006.

⁴⁸ Samir Amin, *Los desafíos de la mundialización*, México, Siglo XXI, 1997.

contrastivo, por pasos o estrategias, en vías de postular y construir instrumentos disciplinares y multidisciplinares que conlleven a valorar la complejidad de la experiencia humana, primero, y las posibilidades ópticas y metodológicas historiográficas, después.

Dentro de esta lógica postinternética, nuestro artículo ostenta, nítidamente, un esfuerzo que combina fuentes tradicionales y fuentes digitales. Particularmente fueron utilizados los repositorios digitales de revistas especializadas provenientes de la Universidad Nacional Autónoma de México, la Universidad Veracruzana, la Universidad de Quilmes mediante la red de revistas Scielo, además de la red de revistas Redalyc, sin olvidar el importante repositorio digital, de cierta reciente disposición, de la Mediateca del Instituto Nacional de Antropología e Historia, ni omitiendo a la Universidad Autónoma Metropolitana. En ese tenor lo contemporáneo parece expandirse a una dimensión de búsqueda que debe considerar un *ars combinatoria* entre medios informativos tradicionales y digitales.

Lo que queda después de estas estrategias es la pregunta afirmativa de la renovación, conservación o modernización de las metodologías historiográficas, cuestión vigente en el quehacer individual y colectivo. Lo sustantivo, por consiguiente, en esta metafísica internética y sus posibilidades, estriba en plantear lo estratégico de la experiencia interpretativa y explicativa historiográfica, para arrojar a la amalgama del caos informativo, senderos de acceso a sus nodos, nudos y puertos más o menos fiables y seguros.

Mitre e o Império brasileiro: intelectuais, política e diplomacia (décadas de 1870 e 1880)¹

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva²
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
anapaulabarcelos@gmail.com

Resumo

Neste trabalho refletimos acerca do olhar do general, historiador e ex-presidente argentino Bartolomé Mitre sobre o Brasil nas décadas finais do Império brasileiro. Neste período posterior à Guerra do Paraguai, encontramos, em meio a muitas tensões, episódios de aproximação de Mitre com políticos, diplomatas e intelectuais brasileiros que ilustram suas concepções sobre a monarquia vizinha. Entre eles, a missão diplomática de 1872, quando esteve no Rio de Janeiro a fim de negociar o território do Chaco no Paraguai e a ratificação do Tratado de Aliança, assinado no início da guerra. A partir da análise, principalmente, do jornal *La Nación*, fundado por Mitre em 1870, pensamos como ele reverbera na Argentina a visão de uma monarquia e um Imperador democráticos e de país livre e pacífico. Utilizava-se da imprensa para defender projetos de nação para a Argentina, bem como a integração da região, sobretudo no rio da Prata. Tema que estava presente também em suas obras. Sua visão militar estratégica o levou a defender o apaziguamento das relações entre a República e a Monarquia, historicamente marcadas por rivalidades. Assim, através do recurso da diplomacia, por meio de viagens e de diálogos com políticos brasileiros de renome, como o Visconde do Rio Branco, Mitre estreitou relações com o país vizinho, tornando-se décadas depois uma referência para projetos integracionistas pela via da escrita da história que envolveu instituições históricas e diplomáticas no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: Mitre; Intelectuais; Brasil; Argentina.

Neste trabalho refletimos acerca do olhar do general, historiador e ex-presidente argentino Bartolomé Mitre sobre o Brasil nas décadas finais do Império brasileiro. Neste período posterior à Guerra do Paraguai, encontramos, em meio a muitas tensões, episódios de aproximação de Mitre com políticos, diplomatas e intelectuais brasileiros que ilustram suas concepções sobre a monarquia vizinha. Entre eles, a missão diplomática de 1872, quando esteve no Rio de Janeiro a fim de negociar o território do Chaco no Paraguai e a ratificação do Tratado de Aliança, assinado no início da guerra. A partir da análise, principalmente, do jornal *La Nación*, fundado por Mitre em 1870, pensamos como ele reverbera na Argentina a visão de uma monarquia e um Imperador democráticos e de país livre e pacífico. Utilizava-se, assim, da imprensa para defender projetos de nação para a Argentina, bem como a integração da região, sobretudo no rio da Prata. Tema que estava presente também em suas obras. Sua visão militar

¹ O trabalho é fruto das reflexões desenvolvidas no projeto de pesquisa intitulado “Escrita da história, unidade e integração entre as décadas de 1870 e 1940: Brasil e Argentina – Da Missão Mitre a Segunda Guerra”. O projeto conta com o auxílio de um bolsista de IC pelo CNPq/UERJ e outro pela FAPERJ. Possui também apoio financeiro do PROCÊNCIA/UERJ.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores.

estratégica o levou a defender o apaziguamento das relações entre a República e a Monarquia, historicamente marcadas por rivalidades.

Através do recurso da diplomacia, por meio de viagens e de diálogos com políticos brasileiros de renome, como o Visconde do Rio Branco, Mitre estreitou relações com o país vizinho, tornando-se décadas depois uma referência para projetos integracionistas pela via da escrita da história que envolveu instituições históricas e diplomáticas no Brasil e na Argentina. Entre elas, o IHGB, instituição da qual se tornou membro honorário em 1871 e sócio efetivo em 1889, logo após a proclamação. O principal problema da pesquisa, portanto, é compreender no pensamento e na atuação de Mitre o porquê dessa influência. No início do século XX, as referências a ele eram diversas e partiam, em especial, do próprio IHGB e da Junta de História e Numismática Americana (Academia Nacional de História Argentina a partir de 1938), fundada também por ele em 1893³. Estas instituições desenvolveram projetos integracionistas conjuntos, visando à escrita de uma história oficial de caráter americanista. Historiadores brasileiros e argentinos tornaram as ideias de Mitre argumentos de autoridade na defesa de suas ações. Diante disso, buscamos mapear os aspectos que caracterizam seu olhar sobre o Brasil e as ideias instrumentalizadas na defesa da aproximação com o Império, desde o fim da guerra até a proclamação da República.

Trabalhando com brasileiros viajantes pela América Latina no início do século XX, Kátia Baggio⁴ lembra que os latino-americanos frequentemente são colocados no lugar de povos visitados e não visitantes. A autora defende, no entanto, que eles viajaram pela Europa e pelos países vizinhos e construíram relatos do que viam. Esses relatos de viajantes, algumas vezes produzidos para serem publicados e outras não, são fontes privilegiadas para Baggio que busca, a partir deles, mapear as visões construídas sobre outros países – visões estas muitas vezes marcadas pelo olhar dos europeus e norte-americanos. Sob influência de François Hartog, Baggio desenvolve uma análise sobre alteridade que pauta metodologicamente seu trabalho com os relatos de viajantes. Essas narrativas não são objeto ou fontes nesta pesquisa. Portanto,

³ A Junta possuía grande proximidade com o Estado. Muitos funcionários oficiais participavam de suas reuniões, recebia verbas estatais e cumpria com funções diplomáticas. Esta forte relação permite que ela se torne, em 1938, a Academia Nacional de História Argentina através de decreto promulgado pelo presidente da República Agustín Justo. Neste ano, o presidente da Junta/Academia era o historiador Ricardo Levene, membro do movimento da Nova Escola Histórica e um dos principais seguidores das ideias de Mitre. Cabe, por fim, lembrar que o próprio presidente Justo era admirador de Mitre e considerava uma boa relação com o Brasil fundamental em sua política externa. Justo esteve no Brasil em 1933 atendendo a um convite de Getúlio Vargas. Na ocasião, foram assinados diferentes acordos comerciais, turísticos, artísticos e intelectuais, entre eles a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia a qual mencionamos mais ao final deste artigo.

⁴ Kátia Gerab Baggio, “Dos Trópicos ao Prata: Viajantes brasileiros pela Argentina nas primeiras décadas do século XX”. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, jul./dez. 2008, pp. 425-445.

não iremos nos ater a elas. Mas, a perspectiva de Baggio sobre políticos, diplomatas e intelectuais em viagem pela América que aqui denominamos Ibérica⁵ nos inspira, apesar da cronologia distinta, a pensar as visitas de Mitre ao Brasil no início da década de 1870 e as influências desse contato, que também era desenvolvido por trocas intelectuais à distância, sobre o olhar por ele direcionado ao Império brasileiro. Olhar que procurava divulgar na Argentina, sobretudo a partir do jornal *La Nación*. Lembrando do papel da imprensa na construção de uma visão sobre o outro, como aponta a própria autora. Assim, se ela pensa brasileiros na Argentina, pensaremos um argentino no Brasil e seu contato com figuras como o Visconde do Rio Branco.

Evidentemente, essa discussão traz em seu cerne as questões colocadas pelas rivalidades mútuas entre o Império brasileiro e as Repúblicas vizinhas desde o período das independências. Maria Lígia Coelho Prado aponta as fronteiras geográficas, políticas e culturais criadas pelas antigas metrópoles entre suas colônias americanas. “E as independências não solucionaram esse impasse e não promoveram a tão proclamada necessidade de união entre todos os americanos do sul”⁶. Buscando entender esse fosso, a autora elege dois momentos para a análise: o período de construção dos Estados nacionais no início do século XIX e a instalação da república no Brasil no final do século, momento no qual se deu o que ela chama de uma “tímida aproximação oficial com a América hispânica”⁷. Nesses diferentes momentos, Prado identifica um imaginário que, no Brasil, pensa os vizinhos como outra América. Para isso, a autora parte das interpretações para a história do Brasil desenvolvidas no IHGB a partir de 1838 e analisadas em artigo de Manoel Salgado Guimarães⁸ frequentemente citado sobre o tema. Nessa perspectiva comprometida com a consolidação do Estado monárquico, a monarquia era necessária e garantia da civilização, enquanto as repúblicas eram instáveis e caóticas. Ideias presentes em Januário da Cunha Barbosa, Von Martius e Varnhagen, alguns dos mais importantes representantes da instituição. A autora menciona ainda a visão negativa de políticos e intelectuais argentinos e uruguaios sobre o Brasil, principalmente no que se refere à escravidão, como é o caso de Domingo Sarmiento. Deste modo, as diferenças entre “nós” e “eles” foram estabelecidas ao longo de todo o século fortalecendo as rivalidades.

⁵ Os historiadores aqui abordados, ligados ao IHGB e a Junta e que se apropriaram das ideias de Mitre no início do século XX defendiam não apenas a aproximação entre Brasil e Argentina, mas também com as antigas metrópoles ibéricas, Portugal e Espanha, vinculando-se ao ibero-americanismo. Daí a utilização do conceito de América Ibérica nesse texto e na pesquisa da qual resulta. Cabe lembrar que, no empenho em construir um ideal de nação, Mitre buscava rupturas com a Espanha, sendo esse um diferencial importante na apropriação do seu pensamento pela geração posterior em um contexto histórico distinto.

⁶ Maria Lígia Coelho Prado, “O Brasil e a distante América do Sul”. *Revista de História*, 145, 2001, pp. 127-149, p. 128.

⁷ *Ibidem*, p. 140.

⁸ Manoel Luiz Salgado Guimarães, “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a proposta de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricos*, RJ, v. 1, n. 1, 1988, pp. 5-27.

Conflitos como os do Prata entre as décadas de 1850 e 1870 contribuíram ainda mais para a consolidação do olhar sobre o outro como inimigo em potencial. Segundo Ricardo Salles, entre 1852 e 1870, a política externa brasileira no Prata possuiu caráter afirmativo, pois, após o período de consolidação desde a independência, o Império buscou estabelecer seu domínio e garantir hegemonia externa. O marco inicial deste processo seria a intervenção militar contra Juan Manuel de Rosas que, em 1852, se uniu a Manuel Oribe, presidente do Uruguai, na tentativa de fundar um país único. Mitre se opunha a Rosas e combateu ao lado do Império que interferiu diretamente na ação derrubando os planos de Rosas e Oribe. A vitória na Guerra do Paraguai, como lembra Salles, “tratada pelo Estado imperial como uma questão nacional”⁹, teria sido, por sua vez, o marco final neste projeto hegemônico. Mitre, diante desta hegemonia, buscava impedir conflitos diretos com o Império. Daí combater em seu jornal as falas mais exaltadas de muitos periódicos, políticos e diplomatas argentinos sobre o Brasil.

Nesse contexto, em 1871, Bartolomé Mitre esteve no Rio de Janeiro, ocasião na qual encontrou políticos e intelectuais, realizou pesquisas e foi designado membro honorário do IHGB em razão do seu reconhecimento como historiador, tendo visitado o Instituto logo após sua nomeação. Era parceiro intelectual do Visconde do Rio Branco, mas também de vários dos seus membros. Sua indicação, na ocasião, foi assinada por Candido Mendes de Almeida, Olegario Herculano de Aquino e Castro, Francisco Baltazar da Silveira, Joaquim Antonio Pinto Junior, J. C. Fernandes Pinheiro e pelo próprio Rio Branco. Em um diálogo constante com a instituição, na qual se inspirou, inclusive, para a fundação de diferentes instituições históricas pela América do Sul, como a já referida Junta de História e Numismática Americana, o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, em 1843, e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata, em 1854, Mitre provavelmente reverberava na Argentina sua leitura de Brasil, da monarquia e dos Bragança. O *La Nación* era um importante instrumento nesse sentido e, ainda que não necessariamente seus artigos tenham sido escritos por ele, representam o eco de uma visão apropriada e divulgada por Mitre a partir do contato com o IHGB.

Sobre a viagem de Mitre ao Brasil entre novembro e dezembro de 1871, o jornal lembra que o general objetivava buscar os restos mortais do seu filho Jorge Mitre, morto no país. Os correspondentes no Rio de Janeiro informam que Mitre fora visitado por figuras ilustres e se mostrava satisfeito com a acolhida que recebera. Exalta ainda, como é frequente em seus artigos, a aproximação entre países que defende serem irmãos, o que teria levado à simpatia em

⁹ Ricardo Salles, *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Ponteio, Rio de Janeiro, 2013, p. 63.

sua recepção. A fim de forjar unidade, a publicação, evidentemente, deixa de lado as muitas tensões oriundas das disputas territoriais posteriores à guerra do Paraguai:

La República Argentina tiene tantos motivos para juzgarse hermana del Brasil, que no debe parecerle extraño que los brasileños manifiesten á uno de los mas distinguidos argentinos el afecto de sincero júbilo que experimentan, teniendo en su seno el ilustrado y notable general D. Bartolomé Mitre (...)¹⁰.

Neste contexto pós-guerra, diplomatas brasileiros, como o Visconde do Rio Branco, estiveram na Argentina especialmente para tratar da divisão e dos limites do Paraguai. Os argentinos também estiveram no Brasil na defesa da manutenção do Tratado de Aliança, assinado em 1865. Em 9 de janeiro de 1872, foi fechado o tratado Cotegipe-Lóizaga, resultante de uma série de protocolos assinados entre os governos brasileiro e paraguaio após o fim da guerra, no qual o Império ficava com a terceira parte do Paraguai. Em acordo direto com o Paraguai, Cotegipe promete ajuda ao país nas questões pendentes com a Argentina. O governo e a imprensa argentinos reagem de forma bastante negativa, atacando o Brasil e incitando uma política de guerra. Mitre, no *La Nación*, também fez oposição ao Império, mas procurou poupar a figura do Visconde do Rio Branco, com quem, como dissemos, mantinha constantes diálogos. Uma série de notas foram trocadas entre os governos, até que a de 27 de abril de 1872, assinada pelo ministro das Relações Exteriores da Argentina, Carlos Tejedor, acirrou os ânimos ao reprovar com firmeza as ações do Império, acusá-lo de ferir o Tratado de Aliança e reivindicar a revisão dos limites no Paraguai. Apesar das autoridades brasileiras naquele momento estarem prevenidas contra Mitre, ele foi considerado por Sarmiento, o então presidente e seu rival, como o nome mais indicado para acertar as questões pendentes com o Império em razão, segundo Fernando Arturo Bidabehere, de “*su prestigio personal, sus amistades en el Brasil y su acendrado patriotismo*”¹¹. A viagem de 1871 também contribuiu para a escolha. Assim, em junho de 1872, ele foi designado como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial ao Rio de Janeiro¹². Entre outros objetivos, Mitre deveria alcançar o reconhecimento do Tratado de Aliança pelo governo brasileiro e a desocupação do território paraguaio por forças aliadas.

Francisco Doratioto afirma que após a guerra “a política do governo imperial, sob o controle do Partido Conservador, foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado

¹⁰ *La Nación*, 24 de novembro de 1871.

¹¹ Fernando Arturo Bidabehere, *Mitre Diplomático*, s/n, Buenos Aires, 1967, p. 85.

¹² A missão Mitre resultou em uma farta documentação diplomática que vem sendo compulsada no projeto de pesquisa em andamento. Esta documentação se encontra depositada no *Archivo General de la Cancillería Argentina*, em Buenos Aires.

independente e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo Tratado da Tríplice Aliança”¹³. Do lado argentino, Sarmiento temia a política expansionista do Império que, por sua vez, se empenhava em evitar o domínio argentino sobre o Chaco e assinou o tratado de janeiro de 1872, aliando-se ao vencido e ferindo os interesses da Argentina. Para Doratioto, o fato desta se encontrar em desvantagem militar e política a leva ao uso da diplomacia a fim de garantir o Tratado de Aliança. Segundo ele, este teria sido “o sentido da missão de Bartolomé Mitre, representando o governo Sarmiento, à capital brasileira, em 1872”¹⁴. A missão, no entanto, para Doratioto, foi infrutífera, pois no ano seguinte, ao se dirigir a Assunção, o negociante imperial, barão de Araguaia, não o apoiou. Assim, a diplomacia buscou um acordo de limites e paz com o Paraguai sem a participação do Império, o que deu origem ao Tratado Sosa-Tejedor que, por pressão brasileira, acabou não ratificado pelo Paraguai. As duas repúblicas apenas fecharam acordo em 1876, quando a hegemonia brasileira no Prata se encontrava enfraquecida. Ainda assim, o resultado foi satisfatório para o Brasil, pois a independência do Paraguai foi ratificada e a Argentina não se apossou do Chaco. A definição da fronteira entre Argentina e Paraguai veio efetivamente em 1878 com a interferência dos Estados Unidos em favor do Paraguai.

Ao longo da década de 1880 e até o final do Império, as relações seguem oscilantes e as históricas rivalidades e desconfianças mútuas são mantidas – tensões que atravessaram a República, apesar de tentativas de aproximação, como afirma Maria Lígia Prado. Lembramos ainda que, internamente, o contexto entre os anos 1850 e 1880 na Argentina é marcado pelo que Tulio Donghi denomina “*treinta años de discordias*”¹⁵, quando duas forças políticas principais rivalizaram: os liberais e os federais. Nesta conjuntura, Mitre arquitetou o chamado “consenso liberal”, como afirma Hilda Sabato¹⁶, em busca da ruptura com o passado rosista. Foi fundado ainda o *Partido de la Libertad*, sob sua liderança, que tinha como objetivo tornar a província de Buenos Aires a representação da unidade e do que consideravam como causas legítimas: a civilização e o progresso. Havia um “*horizonte de unión nacional, en el cual los liberales porteños se reservaban el liderazgo*”¹⁷. Este projeto tinha na imprensa um instrumento chave de ação política, criando e moldando identidades coletivas. Para Sabato, Mitre foi a figura

¹³ Francisco Diratioto, *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*, Companhia das Letras, São Paulo, 2002, p. 481.

¹⁴ *Ibidem*, p. 482.

¹⁵ Tulio Halperin Donghi, *Una nación para el desierto argentino*, Prometeo, Buenos Aires, 2005, p. 75.

¹⁶ Hilda Sabato, “Prólogo – Disputas políticas por la construcción de la república (1850-1880)”. In: Ricardo de Titto (Comp.), *El pensamiento de Bartolomé Mitre y los liberales*, El Ateneo, Buenos Aires, 2009, p. 14.

¹⁷ *Ibidem*, p. 15.

mais emblemática deste processo – não por acaso fundou o *La Nación*. No que se refere a sua atuação como historiador, segundo Donghi, Mitre teria atuado diretamente na construção de uma história da Argentina que era pela primeira vez a história de uma nação, elevando-a “*a protagonista única del proceso histórico*”¹⁸. Para ele, Mitre é levado a propor essa história da nação pela convicção de que no Rio da Prata nascera uma sociedade com características particulares e grande capacidade de expansão. Esse sujeito coletivo somente alcançaria “*su plena realización histórica bajo la figura de la nación, y a través del esfuerzo por constituirse en el marco institucional del estado liberal*”¹⁹.

Buscando validade científica, Mitre se tornou um dos principais marcos da chamada historiografia liberal e, fundando a Junta de História e Numismática Americana em 1893, deu início a elaboração de uma história oficial continuada por seus seguidores após sua morte em 1906. A segunda metade do século XIX é um período de muitos conflitos sociais e econômicos no qual “*la Argentina está en plena organización nacional*”²⁰, como diz Armando Pérez Pino. O autor trata dos vínculos estreitos entre a política e os interesses pelos problemas históricos. “*La historia es una arma política y esto se ve con claridad meridiana en la obra de Mitre. La historia es un instrumento para interpretar el pasado, pero que sirve para construir el futuro de acuerdo a las necesidades de la clase dirigente*”²¹. Assim, o problema da construção nacional está na base do pensamento de Mitre, sendo real e não metafísico. O “político-historiador” teria sido, como destaca Pérez Pino, aquele que reunificou a Argentina sob a hegemonia de Buenos Aires. Há aqui uma concepção de história pautada em necessidades presentes a partir das quais se lê o passado e se projeta o futuro, tal como analisa Reinhart Koselleck²² ao tratar de um tempo histórico. Para o autor, quando se traça prognósticos para o futuro age-se politicamente sobre o presente e sobre o próprio futuro, pois as ações políticas são encaminhadas neste sentido. Deste modo, passado, presente e futuro se encontram em uma relação de reciprocidade. Acreditamos que esta relação seja notável no pensamento de Mitre – sobre a história, em sentido mais amplo, e sobre o Brasil, tema que mais nos interessa neste artigo.

¹⁸ Tulio Halperin Donghi, “Mitre y la formulación de una historia nacional para la Argentina”. *Anuario del IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 11, Tandil, 1996, pp. 57-69, p. 57.

¹⁹ *Ibidem*, p. 59.

²⁰ Armando Pérez Pino. “Notas para un estudio crítico de la historiografía argentina del siglo XIX (Primera parte – 1810-1852)”. *Quinto Centenario*, num. 15, Edit. Univ. Complutense, Madrid, 1989, pp. 201-210, p. 204.

²¹ *Ibidem*.

²² Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Contraponto: PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.

É este sujeito histórico preocupado com a unidade interna argentina que se relaciona com o Império brasileiro e dialoga com alguns dos seus principais representantes. Assim, a compreensão deste contexto histórico de tensões internas e externas é, em nossa opinião, fundamental para a interpretação do olhar de Mitre, viajante e atuante nas fronteiras do Prata, sobre o Brasil. Como vimos, na Argentina, Mitre buscou a construção de unidade e de um ideal nacional através da guerra, da política e da história. O Império brasileiro forjava uma imagem de conciliação e unidade internas através da ação pacífica da monarquia. Em carta ao Visconde do Rio Branco datada de 12 de fevereiro de 1875, Mitre elogia a atuação daquele a quem se refere como “amigo” ao impedir “*el mal y la verguena de las revoluciones violentas*” no Brasil. Diz que ele mesmo foi revolucionário na Argentina no sentido de “*fundar cosas durables*”, garantindo “*la unidad nacional por primera vez*” e criando meios “*para que ellas [as revoluções] no tuviesen razon de ser*”. Para ele, o que vale é a “*revolucion pacifica que se opera por el trabajo lento de todos los días*”²³. As cartas trocadas entre Mitre e Rio Branco num contexto de definição da unidade nacional argentina e de transformações internas no Império brasileiro antes, durante e após a Guerra do Paraguai não serão aqui aprofundadas por não comporem a proposta principal deste artigo. Porém, cabe lembrar que se constituem em uma janela de reflexão para as possíveis brechas criadas em meio às rivalidades entre os países. Os diálogos entre sujeitos históricos individuais bem inseridos institucionalmente permitem pensar as pontes criadas por redes de sociabilidade que envolviam diplomacia e integração regional.

Este é o tom de boa parte dos artigos sobre o Império encontrados no *La Nación*, com exceção, claro, daqueles produzidos em momentos de conflitos intensos nos quais interesses nacionais são defendidos, como a assinatura do Tratado Cotegipe-Lóizaga em janeiro de 1872. De um modo geral, nos anos até agora analisados, a monarquia aparece de forma positiva e como uma parceria importante a ser conquistada. Nas décadas de 1870 e 1880, nosso recorte, o Brasil aparece com frequência no diário, ganhando destaque em extensas reportagens de primeira página e em colunas como a “Prensa Brasileira”. Na edição já citada de 24 de novembro de 1871, é evidenciada a admiração pelo Imperador, na ocasião em viagem pela Europa, e defendida a aproximação entre os americanos (de maneira geral): “*Hay entre nosotros americanos una fraternidad tan laudable que nos identifica en nuestras glorias y reveses. Debemos fomentar por todos los medios imaginables esa fraternidad; pues los estraños han de concebir una idea elevada de nuestro carácter e instituciones*”²⁴. O sentido político e

²³ Carta de Mitre ao Visconde do Rio Branco, 12 de fevereiro de 1875.

²⁴ *La Nación*, 24 de novembro de 1871.

diplomático destas palavras é notório, se consideramos o contexto histórico de acordos e tensões pós-guerra. Se pensarmos em sentido mais amplo, o posicionamento do *La Nación* sobre o Império desafia as rivalidades e desconfianças que marcaram as relações entre Brasil e Argentina desde as independências no início do século.

As ideias de liberdade e democracia também são frequentemente relacionadas à monarquia brasileira. Na mesma edição, constam trechos como: “*Una de las cosas que mas encantan los pensadores, que visitan estas playas, es la libertad omnimoda de pensamiento de que goza todo ciudadano ó extranjero residente en el suelo*”²⁵. Ao mesmo tempo, são destacadas as boas relações de Mitre com o Brasil. O jornal reproduz a ideia de que o Império seria um vizinho de paz com quem Mitre havia negociado em vista da preservação de relações cordiais. Na edição de 26 de julho de 1873, referindo-se à missão diplomática de 1872, o jornal relata que graças à habilidade de Mitre e à boa vontade do governo brasileiro, “*las relaciones de la República Argentina con el Imperio de Brasil se encuentran en el mas perfecto estado de paz y armonía (...)*”²⁶. Em 1875, as viagens do Imperador Dom Pedro II voltam a ser tema do jornal. Em artigo de 03 de outubro, Dom Pedro aparece mais uma vez como “*hombre ilustrado y que tiene mucho de las calidades del filósofo*”; “*hablando correctamente casi todos los idiomas vivos, gusta conversar como un pensador con los extranjeros que le visitan y es expansivo con ellos*”²⁷. Segue discorrendo sobre as supostas qualidades da monarquia brasileira, baseadas na unidade de território, língua e raça, na homogeneidade e na resistência diante das pressões externas. A fim de enaltecer a aproximação entre a Argentina e o Império, o texto ainda atribui à influência das repúblicas vizinhas a emancipação dos escravos (aqui refere-se à Lei do Ventre Livre) e a propagação de ideias republicanas. Neste sentido, aponta a aproximação como importante e capaz de produzir frutos para o presente e o futuro.

Estas ideias aparecem também ao longo da década de 1880. O Brasil é apontado por Mitre, em 04 de novembro de 1880, como o país que mais poderia fazer bem ou mal a Argentina. Por isso, relações diplomáticas pacíficas seriam necessárias. Nesse período, o jornal exalta o avanço das leis abolicionistas e comemora em 1888 a assinatura da Lei Áurea como um acontecimento que favorecia a aproximação. A abolição seria “*un hecho que honraba a una nacion amiga y á la humanidad, acercándola mas a nosotros en el sentimiento*”²⁸. Para finalizar

²⁵ Ibidem.

²⁶ *La Nación*, 26 de julho de 1873.

²⁷ *La Nación*, 03 de outubro de 1875.

²⁸ *La Nación*, 21 de julho de 1888.

este breve panorama, destacamos a edição de 07 de setembro de 1888 na qual se comemora o dia da independência brasileira. Retomando o tema da abolição, o texto cita uma fala de Mitre em seu livro *Historia de San Martin y de la emancipacion sud-americana*²⁹ para definir o Brasil. O país seria “*una democracia coronada*”³⁰. O próprio título do artigo é emblemático: “*La monarquia democrática del Brasil*”. Para Mitre, seria impossível implementar na América uma monarquia sob moldes antigos ou absolutistas. Neste sentido, a monarquia constitucional brasileira teria sido bem sucedida e construída sobre bases pacíficas e democráticas: “*La revolucion se operó pacíficamente como una transicion entre el antiguo y nuevo régimen, aceptando el Pueblo un rey, y el rey una democracia coronada*”³¹. Finaliza com uma leitura profundamente idealizada do Brasil condizente com aquela propagada pelo próprio Império no processo de construção da nação. Acrescenta uma interpretação de que, na verdade, por seu caráter democrático, o Brasil seria republicano; de monarquia o regime teria apenas o nome.

Nas décadas posteriores, já sob o regime republicano no Brasil, principalmente a partir das comemorações do centenário da independência argentina em 1910, estas ideias inspiraram os diálogos intelectuais entre os países, especialmente no campo da escrita da história. Neste ano, o *La Nación*, cuja visão sobre o Brasil nas décadas de 1870 e 1880 foi analisada neste texto, defendia serem o Brasil e a Argentina os maiores responsáveis pela paz e solidariedade nas relações entre os países americanos. Deste modo, “*la paz y la amistad de la República Argentina y del Brasil comienzan á ser desde hoy un beneficio americano, un interés continental con que deben contar la América y el mundo*”³². A Junta de História e Numismática Americana, em conjunto com o IHGB e os ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, foi palco de uma releitura de Mitre que inspirava a defesa desta aproximação entre Brasil e Argentina. Desenvolve-se no período, consolidando-se entre as décadas de 1930 e 1940, um intercâmbio cultural e intelectual motivado pela preocupação com uma política externa solidária. Projetos concretos de revisão de textos históricos, traduções e trocas de publicações, viabilizados por estas instituições, geravam um movimento dialógico de circulação de ideias, tal como trabalhado por Carlo Ginzburg³³. Afinal, o conhecimento é produzido por meio de trocas com pares nacionais e estrangeiros. Há na prática uma tentativa de ruptura com a distância e o isolamento interno na América Ibérica que envolve um olhar sobre o passado e a história marcado pelas ideias de pacifismo e cordialidade. Uma história transpassada pelas

²⁹ Livro publicado pela primeira vez em 1887.

³⁰ *La Nación*, 07 de setembro de 1888.

³¹ *Ibidem*.

³² *La Nación*, 21 de maio de 1910.

³³ Carlo Ginzburg, *Nenhuma ilha é uma ilha – Quatro visões da literatura inglesa*, Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

demandas de um presente no qual as ideias mitristas sobre as relações regionais pareciam se encaixar.

Foi este o caso da Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia, iniciada em 1933, e das Bibliotecas de Autores Brasileiros traduzidos ao Castelhana e de Autores Argentinos traduzidos ao Português (as *Arengas* e as *Obras Seletas* de Mitre estiveram entre as obras traduzidas), iniciadas, respectivamente, em 1937 e 1938. A generalidade, a cordialidade, a solidariedade, o idealismo, a americanidade e a veracidade eram os parâmetros que orientavam ambos os projetos, sendo Mitre frequentemente utilizado como argumento de autoridade em sua defesa. Um dos objetivos da revisão dos textos, que pretendia modificar conteúdos que prejudicassem a imagem do país vizinho, era justamente romper com a visão negativa dos livros argentinos em relação à monarquia brasileira a fim de evitar animosidades na formação das futuras gerações. Ideia esta que acreditamos ser em grande medida apropriada de Mitre. A circulação de ideias se deu também através do envio, pelo Itamaraty, de publicações às instituições de ensino e bibliotecas do país vizinho; e da própria realização conjunta do Congresso Internacional de História da América no Rio de Janeiro, em 1922, e de sua segunda edição, em Buenos Aires, em 1937. Nesta edição, Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, chegou a se referir a Mitre como defensor de uma união que “*se consolide en el presente y se prolongue en el futuro*”³⁴.

Consideramos, então, que entender seu olhar sobre o Brasil, especialmente nas últimas décadas do Império, além de suas relações com instituições, intelectuais, políticos e diplomatas brasileiros, seja bastante relevante na problematização da apropriação do seu pensamento décadas depois em investimentos oficiais na escrita da história americana. Inspirando-nos em Robert Darnton³⁵, podemos dizer que suas ideias apropriadas nesse novo contexto são utilizadas na compreensão das experiências vividas, sobretudo após a Primeira Grande Guerra, quando as Américas são percebidas como uma alternativa a Europa destruída e os olhares voltam-se para a região, e na projeção de um futuro caracterizado pela cordialidade. Apropriadas em instituições como o Itamaraty, o IHGB e a Junta/Academia, elas são parte de um projeto oficial de escrita da história marcada por objetivos políticos e diplomáticos específicos. Lembramos ainda de Roger Chartier³⁶ ao afirmar que as apropriações de ideias participam da organização

³⁴ Congresso Internacional de História da América (1937). Tomo I. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1938, p. 157.

³⁵ Robert Darnton, “A leitura rousseauista e um leitor ‘comum’ no século XVIII”. In: Roger Chartier (org), *Práticas de Leitura*, Estação Liberdade, São Paulo, 1996, pp. 143-175.

³⁶ Roger Chartier, *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, UNESP, São Paulo, 2004.

do todo social, legitimando escolhas e impondo autoridade. Fazem parte de um campo em disputa – utilizando-nos do conceito de Pierre Bourdieu³⁷ –, o campo dos estudos históricos, no qual se constrói uma fala de autoridade que legitima projetos políticos, produzindo-se bens simbólicos e garantindo a dominação sobre uma certa leitura do passado. Como vimos, a disputa pelo passado é também uma disputa pelo poder no presente e no futuro.

Para finalizar, destacamos que a relação com o Brasil e a atuação diplomática em 1872 no Rio de Janeiro ganhou destaque na construção da memória de Mitre após sua morte em 1906. Em homenagem ao cinquentenário do acontecimento na Academia Nacional de História, Walter Alexander de Azevedo fala da proximidade entre Mitre e Rio Branco. Diz que este diálogo teria sido fundamental para a consolidação de ideia de que Brasil e Argentina estariam destinados a serem aliados eternos. Acrescenta que “*el binomio Bartolomé Mitre-Vizconde de Rio Branco ha de regir por siempre la coexistencia pacífica y fraternal de estas dos grandes naciones (...)*”³⁸. Anos depois, em 1972, o Museu Mitre criou um concurso que elegeria o melhor trabalho sobre a missão no Brasil em 1872, no seu centenário e no centenário do nascimento de Mitre no ano anterior, por considerá-la um tema pouco estudado a seu respeito. Foi selecionado para publicação o trabalho de Armando Alonso Piñeiro. Com evidente e esperado tom laudatório, o texto de Piñeiro apresenta Mitre como a escolha mais adequada para a missão por sua serenidade, equilíbrio e pela “*vasta influencia en el gabinete fluminense*”³⁹. Para o autor, Mitre “*cambió la óptica convencional al juzgar que Brasil debía ser un amigo consecuente de la Argentina*”⁴⁰. Defendia ainda a formação de um círculo entre Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil para fortalecer a geopolítica sul-americana. Deveriam prevalecer a solidariedade e a ajuda mútuas. Posição que lhe rende inúmeras críticas na Argentina, inclusive a acusação de “*filobrasileño*”⁴¹. Piñeiro defende também os resultados positivos da missão, opondo-se à historiografia revisionista que critica Mitre em suas atuações como político, diplomata e historiador.

Vemos, portanto, os ecos da fala de Mitre nos argumentos de historiadores do início do XX e, ao mesmo tempo, a presença da relação com o Brasil nas imagens construídas pelos seus defensores. Assim, acreditamos ser necessário compreender seu pensamento e seu olhar sobre o Brasil a fim de conferir sentido à sua utilização posterior como argumento de autoridade na

³⁷ Pierre Bourdieu, “O Campo Intelectual: um mundo à parte”. In: *Coisas Ditas*, Brasiliense, São Paulo, 1990, pp. 169-180.

³⁸ Walter Alexander de Azevedo, “Una amistad histórica: D. Bartolome Mitre-Vizconde de Rio Branco”. In: *Mitre. Homenaje de la Academia Nacional de la Historia en el cincuentenario de su muerte (1906-1956)*, ANH, Buenos Aires, 1957, p. 83.

³⁹ Armando Alonso Piñeiro, *La misión diplomática de Mitre en Río de Janeiro – 1872*, Institución Mitre, Buenos Aires, 1972, p. 42.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 45.

⁴¹ *Ibidem*, p. 46.

defesa da integração regional pela escrita da história. Ao mesmo tempo, o percebemos como um personagem importante em um momento de reflexão sobre as relações entre Brasil e Argentina na tentativa de ruptura com antigas rivalidades. Se esta ruptura se deu timidamente e gradativamente no início da República, Mitre, em contato com o Imperador e, sobretudo, com o Visconde do Rio Branco, já havia proposto a cordialidade e a aproximação após a Guerra do Paraguai, nas últimas décadas do Império, em um movimento que conjuga intelectuais, política, diplomacia e história. Aqui a monarquia deveria ser vista menos como inimiga e mais como parceira na disputa pelo controle político e militar da região.

Referências

- Armando Pérez Pino, “Notas para un estudio crítico de la historiografía argentina del siglo XIX (Primera parte – 1810-1852)”. *Quinto Centenario*, num. 15, Edit. Univ. Complutense, Madrid, 1989, pp. 201-210.
- Carlo Ginzburg, *Nenhuma ilha é uma ilha – Quatro visões da literatura inglesa*, Companhia das Letras, São Paulo, 2004.
- Fernando Arturo Bidabehere, *Mitre Diplomático*, s/n, Buenos Aires, 1967.
- Francisco Doratioto, *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*, Companhia das Letras, São Paulo, 2002.
- Hilda Sabato, “Prólogo – Disputas políticas por la construcción de la república (1850-1880)”. In: Ricardo de Titto (Comp.), *El pensamiento de Bartolomé Mitre y los liberales.*: El Ateneo, Buenos Aires, 2009, pp. 9-26.
- Kátia Gerab Baggio, “Dos Trópicos ao Prata: Viajantes brasileiros pela Argentina nas primeiras décadas do século XX”. *História Revista*, Goiânia, v. 13, n. 2, jul./dez. 2008, pp. 425-445.
- Manoel Luiz Salgado Guimarães, “Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a proposta de uma história nacional”. *Revista Estudos Históricos*, RJ, v. 1, n. 1, 1988, pp. 5-27.
- Maria Lígia Coelho Prado, “O Brasil e a distante América do Sul”. *Revista de História*, 145, 2001, pp. 127-149.
- Pierre Bourdieu, *Coisas Ditas*, Brasiliense, São Paulo, 1990.
- Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Contraponto: PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2006.
- Ricardo Salles, *Nostalgia imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*, Ponteio, Rio de Janeiro, 2013.
- Roger Chartier, *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, UNESP, São Paulo, 2004.
- _____ (org), *Práticas de Leitura*, Estação Liberdade, São Paulo, 1996.
- Tulio Halperin Donghi, “Mitre y la formulación de una historia nacional para la Argentina”. *Anuario del IEHS*, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 11, Tandil, 1996, pp. 57-69.
- _____, *Una nación para el desierto argentino*, Prometeo, Buenos Aires, 2005.

Fontes

Carta de Mitre ao Visconde do Rio Branco, 12 de fevereiro de 1875.

Congresso Internacional de História da América (1937). Tomo I. Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 1938.

La Nación, 24 de novembro de 1871; 26 de julho de 1873; 03 de outubro de 1875; 21 de julho de 1888; 07 de setembro de 1888; 21 de maio de 1910.

Mitre. *Homenaje de la Academia Nacional de la Historia en el cincuentenario de su muerte (1906-1956)*. ANH, Buenos Aires, 1957.

Armando Alonso Piñeiro, *La misión diplomática de Mitre en Río de Janeiro – 1872*, Institución Mitre, Buenos Aires, 1972.

Ruptura o continuidad: la construcción de la identidad mexicana en las historias nacionales de Lorenzo de Zavala y Luis Gonzaga Cuevas

Ricardo Ledesma Alonso
Facultad de Filosofía y Letras, UNAM – México
ricardoledesmaalonso@comunidad.unam.mx

Resumen

La crítica ha caracterizado al *Ensayo histórico de las revoluciones de México* (1831) de Lorenzo de Zavala y al *Porvenir de México* (1851-1858) de Luis Gonzaga Cuevas como ejemplares típicos de las respectivas perspectivas liberal y conservadora de la historia de México. Este artículo pretende, no obstante, demostrar que las obras mencionadas ameritan ser valoradas como las soluciones más radicales que se dieron a uno de los principales problemas enfrentados por la sociedad mexicana durante sus primeras décadas de vida independiente: la construcción de la identidad nacional. Aquí se afirma que, mientras Zavala concibió la identidad mexicana a partir del concepto de ruptura absoluta respecto al pasado colonial, Cuevas defendió la tesis de la continuidad orgánica entre ambas. En primer lugar, argumento que diferentes circunstancias socio-políticas e ideológicas encaminaron a estos autores a sus correspondientes actitudes en relación al pasado novohispano. En segundo lugar, examino cómo cada uno de ellos enfrentó el problema historiográfico del comienzo de la historia de México. Finalmente, describo las presuposiciones ontológicas implicadas por la estructura que cada historiador confirió a la identidad nacional –el ser mexicano inédito y progresivo de Zavala frente al ser heredado e inmutable de Cuevas. Este artículo pretende alentar la discusión acerca del papel de los conceptos de ruptura y continuidad en la historiografía nacionalista latinoamericana del siglo XIX.

Palabras clave: Historias nacionales; Identidad mexicana; Historiografía mexicana; México siglo XIX.

Introducción

Dos de los más importantes trabajos históricos aparecidos en México durante las décadas que siguieron a la consumación de su independencia fueron el *Ensayo histórico de las revoluciones de México* (1831) de Lorenzo de Zavala (1788-1836) y el *Porvenir de México* (1851-1858) de Luis Gonzaga Cuevas e Inclán (1799-1867). Se trata de un par de obras que la crítica ha clasificado como productos ideológicos representativos de las correspondientes perspectivas liberal y conservadora de la historia de México.¹ Este artículo no pretende

¹ Cfr. Jesús Reyes Heróles, *El liberalismo mexicano*, Fondo de Cultura Económica, México, 1974, vol. I. Cfr. Josefina Zoraida Vázquez, “Don Lorenzo de Zavala, político e historiador”, en *Anuario de Historia*, UNAM, FFYL, México, 1961, pp. 81-101. Cfr., María de la Luz Parceró, *Lorenzo de Zavala, fuente y origen de la reforma liberal en México*, INAH, México, 1969, 292 p. Cfr., Teresa Lozano Armendares, “Lorenzo de Zavala”, en Virginia Guedea (coord.), *Historiografía mexicana. Volumen III. El Surgimiento de la Historiografía Nacional*, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2011, p. 236. Cfr. Gloria Villegas Moreno, “Reflexiones en torno al motor de la historia. (La historiografía liberal y conservadora en la primera mitad del siglo XIX en México)”, en *Cuadernos de Filosofía y Letras*, núm. 1, México, 1985, pp. 45-79. Cfr., Evelia Trejo, *Los límites de un discurso. Lorenzo de Zavala, su “Ensayo histórico” y la cuestión religiosa en México*, Fondo de Cultura Económica, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, México, 2001, pp. 425-427. Cfr., Enrique Cárdenas de la Peña, *Tiempo y tarea de Luis Gonzaga Cuevas*, Edición Juan Cortina Portilla, México, 1982, 419 p. Cfr., Francisco Cuevas Cancino, “Introducción”, en Luis Gonzaga Cuevas, *Porvenir de México*, Jus de México, México, 1954, p. XX. Cfr., Juan A. Ortega y Medina, “Luis Gonzaga Cuevas”, en Virginia Guedea (coord.), *op. cit.*, pp. 349-355.

desmentir dicha valoración sino darle un discreto matiz. Considero aquí que las referidas historias fueron las soluciones más radicales que el liberalismo y el conservadurismo mexicanos dieron a uno de los principales problemas enfrentados por la élite criolla a partir del momento en que el país alcanzó su independencia de España (1821): la construcción de la identidad nacional.²

Ahora, es claro que este problema no fue exclusivo del México independiente. Como se sabe, el nacionalismo o la teoría política que plantea la unidad del Estado y la nación –esto es, la congruencia lingüística, étnica o cultural entre el gobierno y los gobernados– se desarrolló en diversas sociedades occidentales durante el siglo XIX, incluidos los nuevos estados latinoamericanos. Dicha teoría fue abanderada, fundamental, aunque no exclusivamente, por las élites políticas y culturales de las mencionadas sociedades, las cuales se valieron de distintos medios, entre ellos la historiografía, para fraguar y reproducir entre la población de sus territorios la conciencia colectiva de pertenecer a una entidad político-cultural irremplazable y con características distintivas y constantes a lo largo del tiempo –la identidad nacional.³ La historiografía contribuyó ampliamente en este proyecto, y es de destacar, sobre todo, la participación de esta última en la llamada “búsqueda del origen de la nación”, quiero decir, en la investigación crítica de un supuesto momento del pasado lejano o reciente que simbolizaba, no sólo el nacimiento del “carácter” de la nación, sino también sus planes y esperanzas políticas.⁴

En las páginas de este artículo analizaré los relatos del origen de la nacionalidad mexicana configurados por dos políticos e historiadores de ideologías disímiles, aunque pertenecientes a la misma élite criolla. Argumentaré, primero, que sus propuestas de ruptura o continuidad en relación al pasado colonial estuvieron condicionadas por las diversas circunstancias socio-políticas e ideológicas experimentadas por cada uno. Enseguida, estudiaré cómo fue que, en función de ese bagaje vivencial e ideológico, enfrentaron el problema historiográfico del comienzo de la historia de México. Finalmente, examinaré las diferentes presuposiciones ontológicas implicadas por la estructura que confirieron a la identidad nacional mexicana.

² Cfr., David Brading, *Los orígenes del nacionalismo mexicano*, trad. Soledad Loaeza Grave, 2ª ed., Ediciones Era, México, 1985, pp. 11-12. Cfr., Guillermo Palacios, “Presentación”, en Guillermo Palacios (coord.), *La nación y su historia. Independencias, relato, historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*, El Colegio de México, México, 2009, pp. 9-15. Cfr., Elías Palti, “Lucas Alamán y la involución política del pueblo mexicano. ¿Las ideas conservadoras fuera de lugar?”, en Erika Pani (coord.), *Conservadurismo y derechas en la historia de México*, Fondo de Cultura Económica, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 2009, vol. I, p. 304.

³ Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, intro. John Breuilly, second edition, Cornell University Press, New York, 2006, pp. 1 y 6. Cfr., Eric Hobsbawm, *Naciones y nacionalismo desde 1780*, trad. Jordi Beltrán, Crítica, Buenos Aires, 2012, p. 17.

⁴ David Brading, *op. cit.*, p. 11.

De la guerra civil a la invasión estadounidense

El *Ensayo histórico* fue obra de un político echado a historiador que participó de forma activa en el enfrentamiento entre las facciones liberal-federalista y centralista que tuvo lugar en México luego de la caída del Imperio de Iturbide y de la instauración de la primera República en 1823. Lorenzo de Zavala lo escribió durante el exilio neoyorkino y parisino (1830-1831) al que fue forzado a raíz del golpe de estado a la administración del presidente federalista Vicente Guerrero, de la cual fue ministro de Hacienda.⁵ Este ambiente de confrontación política y militar entre facciones se advierte implícito en las páginas del *Ensayo histórico*. De hecho, la crítica ha afirmado que el libro amerita ser considerado no sólo como la defensa de Zavala de su papel en el gobierno del presidente Guerrero, sino también como la primera defensa histórica del programa político del liberalismo federalista mexicano.⁶

Ahora, no obstante su naturaleza circunstancial, el *Ensayo histórico* es todo menos una obra improvisada. Por el contrario, se trata de una interpretación sistemática de la historia de México a la luz de los principios del liberalismo clásico y pos-revolucionario.⁷ El examen de la tesis fundamental del texto –esto es, que el despotismo sostenido por el partido centralista, “espectáculo de ignominiosa esclavitud y humillante superstición”⁸ heredada de España, era un obstáculo para el progreso del pueblo mexicano hacia “un uso más práctico de la libertad”–⁹ se revela como producto de una década de reflexión sobre, y de tentativas de implementación política de, las principales premisas de autores como Hume, Locke, Rousseau, Jovellanos, Feijó, Volney, Constant y Bentham.¹⁰

Por su naturaleza ecléctica en cuanto a influencias liberales, el pensamiento histórico-político de Zavala encarnó las tensiones y contradicciones que Charles Hale señaló como idiosincrásicas del temprano liberalismo mexicano –representado, entre otros, por Fray Servando Teresa de Mier, el propio Zavala y José María Luis Mora.¹¹ Para empezar, con Constant y Bentham, el autor del *Ensayo histórico* fue enemigo radical de cualquier clase de despotismo. Ya se tratara de la Monarquía hispánica, del Gobierno central mexicano o de la

⁵ Evelia Trejo, *op. cit.*, pp. 83-85. Teresa Lozano Armendares, *op. cit.*, pp. 222-223.

⁶ Evelia Trejo, *op. cit.*, pp. 177-178.

⁷ *Ibid.*, p. 40.

⁸ Lorenzo de Zavala, *Obras. Ensayo crítico [sic] de las revoluciones de México desde 1808 hasta 1830*, prol., ordenación y notas de Manuel González Ramírez, Porrúa, México, 1969, tomo I, p. 9.

⁹ *Ibid.*, tomo I, pp. 9-10.

¹⁰ Teresa Lozano Armendares, *op. cit.*, p. 228.

¹¹ Charles Hale, *El liberalismo mexicano en la época de Mora (1821-1853)*, 3ª ed., Siglo Veintiuno Editores S. A., México, 1978, pp. 42 y 163.

Iglesia católica, abominó de todo poder o entidad que pretendiese “*subordinar conciencias y esclavizar al espíritu humano*”;¹² que usara de manera arbitraria la fuerza pública para sujetar la libertad individual, considerada por él como “*natural a la especie humana*” y auténtico “*principio de la existencia social*”.¹³ Desde su punto de vista, para preservar la libertad de propiedad, de expresión y de religión, la sociedad mexicana debía organizarse en lo político y lo administrativo siguiendo el ejemplo de los Estados Unidos; en otras palabras, como una república federal representativa en la cual el papel del Estado central quedara reducido a un árbitro de las relaciones sociales entre individuos libres.¹⁴ Empero, Zavala fue suficientemente perspicaz para percibir que la circunstancia político-social mexicana hacía imposible la asunción de ese tipo de constitución político-administrativa. A su entender, las “*leyes de excepción; las leyes de privilegio y las leyes de contribuciones eclesiásticas*”,¹⁵ los favores legales especiales que gozaban las clases eclesiástica y castrense, impedían su establecimiento. Para contrarrestar esa situación, y en contradicción con su idea del Estado-árbitro, tuvo por necesaria la constitución de un Estado de corte roussoniano, esto es, con la suficiente fortaleza y capacidad jurídica para luchar contra el privilegio.

Esta ambivalencia inherente al pensamiento liberal de Zavala es clave para entender su perspectiva sobre el origen de la historia de México. Teniendo en cuenta su odio al sistema de privilegios novohispano se explicará mejor la radical supresión del pasado colonial que efectuó en las páginas de su *Ensayo histórico* –supresión que un liberal como Mora no imaginó posible o deseable.¹⁶ Asimismo, su insistencia en la necesidad de reducir los poderes del Estado para preservar del despotismo las libertades individuales, hace comprensible su idea de que la independencia había dado origen a una sociedad mexicana que progresaba naturalmente hacia una organización político-administrativa semejante a la estadounidense.¹⁷ Respecto a esto último, conviene señalar que no extraña la admiración de Zavala por la constitución de los Estados Unidos. Aunque sus principales referentes teóricos fuesen europeos, hacia 1830 ningún Estado del otro lado del Atlántico parecía erigirse como modelo práctico de republicanismo y democracia. Además, los liberales mexicanos veían todavía con recelo a la Europa de la restauración, pues continuaba latente la posibilidad de una empresa de reconquista española

¹² Lorenzo de Zavala, *op. cit.*, tomo II, p. 581.

¹³ *Ibid.*, tomo I, p. 41.

¹⁴ *Ibid.*, tomo I, pp. 131-132.

¹⁵ *Ibid.*, tomo II, p. 479.

¹⁶ Anne Staples, “José María Luis Mora”, en Virginia Guedea, (coord.), *op. cit.*, p. 153.

¹⁷ Lorenzo de Zavala, *op. cit.*, tomo I, pp. 291-292

apoyada por la Santa Alianza.¹⁸ Así, la próspera y, hasta ese momento, amigable república del Norte fue asumida con naturalidad como el referente de las aspiraciones políticas liberales. No obstante, ya en la década de 1840 esta postura fue resultando cada vez más problemática, sobre todo luego de la guerra mexicano-estadounidense de 1846-1848.

La derrota militar frente a Estados Unidos y la consecuente pérdida de los territorios de Texas, Nuevo México y la Alta California¹⁹ tuvo por corolario la afirmación de la solución conservadora en el pensamiento de políticos mexicanos como Luis Gonzaga Cuevas, esto en pleno rechazo del modelo republicano-democrático estadounidense. Años antes –desde 1830, de hecho–, Cuevas había advertido con claridad las ambiciones territoriales del vecino del Norte; sin embargo, no fue sino hasta 1848 que se cumplieron sus presagios. El impacto fue brutal, pues, participando en las negociaciones de paz con los Estados Unidos –cristalizada en el tratado de “Guadalupe-Hidalgo”–, contempló directamente la catástrofe político-militar. Jamás se recuperó de la vista de la bandera estadounidense ondeando en el asta del Palacio Nacional de México. A partir de ese momento, su más grande preocupación fue evitar la desaparición de su país. El *Porvenir de México* fue escrito con esa finalidad. En las páginas de dicho texto llamó a sus compatriotas a acabar de una buena vez con la guerra civil y las discordias políticas, convocándolos, a través del conocimiento de la historia de México, a levantar una barrera espiritual que frenara el avance de la “América anglosajona” sobre la “América hispana”.²⁰

Ahora, lo cierto es que el *Porvenir de México* es todo menos una obra conciliatoria. Asumiendo un punto de vista conservador de la historia de México, Cuevas defendió que la única solución posible a los problemas políticos y sociales de México, la sola garantía de su independencia frente a los Estados Unidos, consistía en la re-asunción de la verdadera esencia de la nacionalidad mexicana: la constitución socio-política orgánica y católica de los tiempos coloniales: “al politeísmo de nuestros vecinos, a su democracia, a su gobierno, que no tiene creencia ninguna, a sus instituciones –decía Cuevas–, debemos oponer la unidad católica, la grandeza y magnificencia de nuestro culto, una administración paternal y un código que fuera la expresión del genio de la nación y el cimiento de la paz”.²¹

El ataque de Cuevas a la democracia y su llamado a la constitución de un Estado mexicano orgánico y católico pueden ser comprendidos como una apropiación radical de los

¹⁸ Hubo, de hecho, un intento fallido de invasión española acaecido en 1829, bajo el mando del general español Isidro Barradas. Cfr., Daniel Cosío Villegas, et. al., *Historia mínima de México*, 2ª ed., El Colegio de México, México, 1994, pp. 100-101.

¹⁹ *Ibid.*, pp. 104-105.

²⁰ Luis Gonzaga Cuevas, *Porvenir de México*, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 1992, vol. II, p. 556.

²¹ Luis Gonzaga Cuevas, *op. cit.*, vol. II, p. 587.

principales postulados del conservadurismo mexicano de finales de la década de 1840. Según afirma Alfonso Noriega, el núcleo ideológico del partido conservador mexicano –fundado en 1849, entre otros, por Lucas Alamán, Francisco de Paula Arrangoiz, Miguel Miramón y el propio Luis Gonzaga Cuevas– consistió en cuatro principios fundamentales, inspirados, en cierta medida, en la filosofía política de Edmund Burke: 1. defensa de la propiedad individual; 2. defensa de los privilegios corporativos de la aristocracia, la Iglesia y el ejército; 3. defensa del catolicismo como religión oficial del Estado mexicano; y 4. defensa de un gobierno oligárquico frente a la democracia.²² Cabe aclarar que la mayor parte de los conservadores mexicanos habían sido antiguos liberales, de ahí su llamado a la protección de la propiedad individual. Algunos de ellos, por ejemplo, Lucas Alamán, habían participado incluso en las Cortes españolas durante el “Trienio Liberal”. Asustados, no obstante, por el radicalismo liberal español, por la violencia y el despotismo de las masas, y viendo sus intereses y privilegios en peligro, desde antes de la consumación de la independencia de México (1821), y luego bajo los primeros gobiernos republicanos, buscaron por distintos medios –entre éstos la escritura de la historia– dar alguna continuidad, la mayor posible, al orden político-social prevalente durante el periodo colonial.²³ De todas las defensas conservadoras del mencionado orden, sin duda la más radical fue la de Cuevas. A diferencia de un Alamán que, si bien consideró al orden colonial como faro del México de su presente, reconoció también su pérdida irremediable,²⁴ el autor del *Porvenir de México* tuvo por cierto que, salvo en lo tocante a la independencia, a la sociedad mexicana de la década de 1840 le era aún posible asumir una forma de ser idéntica a la novohispana. De ahí, por ejemplo, su nostalgia por la época del Imperio de Iturbide, pues a su entender, ese régimen oligárquico, construido bajo la consigna de “unidad, religión e independencia”, había afirmado al catolicismo como religión de Estado y preservado la estructura de privilegios corporativos de la aristocracia, la Iglesia y el ejército.²⁵

¿Dónde comienza la historia de México?

Es bien sabido que, en la América Latina decimonónica, la necesidad de legitimar la existencia de los nuevos Estados nacidos de las revoluciones de independencia, pero también la de garantizar la primacía de una u otra facción de las élites criollas en los gobiernos de dichos

²² Alfonso Noriega, *El pensamiento conservador y el conservadurismo en México*, UNAM, México, 1972, vol. II, pp. 277-290.

²³ *Ibid.*, pp. 276-277.

²⁴ *Cfr.*, Elías Palti, *op. cit.*, pp. 314. *Cfr.*, Enrique Plascencia de la Parra, “Lucas Alamán”, en Virginia Guedea (coord.), *op. cit.*, pp. 330-343.

²⁵ *Cfr.*, Luis Gonzaga Cuevas, *op. cit.*, vol. I, pp. 61 y 129. *Cfr.* Daniel Cosío Villegas, *op. cit.*, pp. 95-99.

Estados, llevaron a los intelectuales y políticos de esos países a escribir historias que remontaron el origen de sus derechos, planes y esperanzas –su identidad– al pasado precolombino, al periodo colonial o a los recientes hechos revolucionarios.²⁶ Esta actitud es evidente en el caso de los autores aquí examinados: preocupados por la cuestión de la identidad nacional –entendiendo aquí lo “nacional” como algo que en ese periodo se refería estrictamente a lo criollo–,²⁷ Zavala y Cuevas escribieron relatos históricos que trazaron el desarrollo de la nacionalidad mexicana a partir de un alegado momento fundacional: respectivamente, en el movimiento independentista y en la colonia. Ahora, debe tenerse en cuenta que la designación que cualquier historiador hace de un momento en el tiempo y en el espacio como punto de partida de su recuento histórico es un acto violento y artificial, y de ninguna manera natural. Violento porque, como sostiene el crítico Andrea del Lungo, todo acto inaugural de toma de palabra –no importa si se trata de un discurso ficcional o factual– implica la imposición arbitraria de una frontera entre un nuevo mundo discursivo y otros mundos discursivos e histórico-sociales;²⁸ y artificial, porque cualquier comienzo –esto en palabras de Edward Said– es una “*ficción necesaria*”, es decir, una construcción intencionada, un artificio lingüístico que “*da la oportunidad de hacer un trabajo que nos compensa del revuelto desorden de la realidad bruta que no se asienta*”.²⁹ En ese entendido, es factible afirmar que los distintos límites iniciales que Zavala y Cuevas impusieron a sus relatos sobre el origen de la nacionalidad mexicana ameritan ser comprendidos como una suerte de “*ficciones*” que les permitieron, en primer lugar, delimitar su materia de trabajo; en segundo, instituir un movimiento durable y discontinuo respecto a otros cursos lingüísticos e histórico-sociales; y en tercero, dar unidad, orden, dirección y significado –formal, lógico y moral– a un número disperso y heterogéneo de hechos y circunstancias.³⁰ A continuación examinaré la “*ficción*” del origen que cada uno de ellos propuso como base de sus interpretaciones de la historia de México.

“*La historia interesante de México*”, afirmó Zavala en las primeras páginas de su *Ensayo histórico*, “*no comienza verdaderamente sino en aquel año memorable*”.³¹ El autor hacía referencia a 1808, año en que tuvo lugar el movimiento encabezado por el virrey José Iturrigaray, los licenciados Francisco Primo de Verdad, Juan Francisco Azcarate y el padre Talamantes, quienes propusieron al Ayuntamiento de la capital de la Nueva España la creación

²⁶ Guillermo Palacios, *op. cit.*, p. 10

²⁷ *Idem.*

²⁸ Andrea del Lungo, *L'incipit romanesque*, Éditions de Seuil, Paris, 2003, pp. 13-17.

²⁹ Edward Said, *Beginnings. Intention & Method*, Columbia University Press, New York, 1985, p. 50.

³⁰ *Cfr.*, Edward Said, *op. cit.*, pp. 29-78. *Cfr.* Andrea del Lungo, *op. cit.*, pp. 34-45.

³¹ Lorenzo de Zavala, *op. cit.*, tomo I, p. 11.

de una Junta que, ante la crisis política surgida de la abdicación del rey Fernando VII de España a favor de Napoleón I, se constituyese como un gobierno provisional encargado de la administración pública novohispana. De la frase citada llama de inmediato la atención el adjetivo “*interesante*” que el autor adjudicó al sustantivo “*historia*”, pues implica una confesión explícita de que su obra era producto de una selección consciente de lo que valía la pena recordar y lo que era indispensable olvidar. El hecho de comenzar su historia en 1808 da cuenta, de hecho, de su intención de hacer tabula rasa del pasado colonial novohispano. Esa decisión tiene una explicación: el autor pensaba que el pasado colonial era “*el origen*” de todas las “*calamidades*” del “*pueblo mexicano*”, de todos los vicios de que eran portadores los criollos de su presente.³²

Para Zavala, la colonia había sido “*un periodo de silencio, de sueño y de monotonía*” que no tenía cabida en la auténtica historia de México, que no era otra sino la del México independiente, libre.³³ “*La historia de los pueblos*”, decía, no comenzaba “*sino con el principio de vida*”: la libertad; y, a sus ojos, esta última no había existido en la Nueva España.³⁴ Su odio hacia el despotismo –lo mismo en su modalidad política que religiosa– era tal que le parecían repugnantes “*la irracionalidad, la ignorancia, la tiranía, la superstición y la intolerancia*” con que –afirmaba– el régimen colonial español había oprimido al pueblo mexicano durante casi trescientos años.³⁵ Esos vicios eran precisamente los que, a toda costa, quería evitar que formaran parte de la sociedad nacida “*libre*” tras la guerra de independencia. Por eso decidió comenzar su historia en 1808, con el primer germen de libertad respecto a la Corona española, pues deseaba una ruptura con dicho pasado y un nuevo comienzo –un partir desde cero como el que habían tenido los colonos europeos asentados en las trece colonias de Norteamérica. Luego de la independencia, sostenía, “*en México era necesario crearlo todo*”;³⁶ y razonaba que su *Ensayo histórico* era una contribución vital a esa reconstrucción, pues tenía por meta hacer que el pueblo mexicano tomara conciencia de la necesidad de superar “*los obstáculos que opongan a sus progresos el egoísmo y el interés [gestados en la colonia]*”.³⁷

En contraste con la interpretación de Zavala, Cuevas defendió que la historia de México comenzaba justo en la época que el primero rechazó: la conquista española del Valle de

³² *Ibid.*, tomo II, p. 580.

³³ *Ibid.*, tomo I, p. 11.

³⁴ *Ibid.*, tomo I, p. 11.

³⁵ *Ibid.*, tomo I, p. 33.

³⁶ *Ibid.*, tomo I, p. 225.

³⁷ *Ibid.*, tomo II, pp. 476-478 y 597.

Anáhuac y la constitución de la Nueva España. Desde la perspectiva del autor del *Porvenir de México*, no había nada negativo en ese pasado. Todo lo contrario, “*la grandeza y la nombradía de México*” –decía– debía buscarse en el periodo colonial, ya que entonces se había formado “*la sociedad que se llamó Nueva España*”, cuyo “*gobierno, su legislación, y el adelantamiento no interrumpido que lo elevaron a un grande reino, lo conocen todos*”.³⁸ A su entender, la Nueva España y México formaban una continuidad orgánica; y era así, básicamente, porque compartían un mismo carácter o “*genio*”: el catolicismo. Durante la conquista y la colonia, dicha religión se había asentado en la América septentrional, y a partir de ese hecho se había forjado el carácter original de la “*nacionalidad mexicana*”, el cual perduraba tras la independencia. Tal *continuum* era, a sus ojos, innegable, pues tenía “*por fundamento el respeto al origen y a las costumbres, a todo lo que importa amor a la patria, a su crédito y a su buen nombre*”.³⁹ Por consiguiente, pensaba que del respeto al mismo dependía la supervivencia de la sociedad mexicana, pues “*la piedad en México, repetiremos otra vez, lo explicaba todo. La cultura, las costumbres, la beneficencia, los establecimientos útiles, las misiones entre las tribus de gentiles, la suavidad de carácter, la generosidad, y cuanto constituyó por tres siglos lo que hemos llamado después nacionalidad mexicana*”.⁴⁰

Esta idea de Cuevas de que “*la nación era una en cuanto a sus creencias y en el respeto a la Iglesia*”⁴¹ resulta vital para entender su particular perspectiva sobre el hecho que concibió como un segundo origen de México: la independencia. No obstante su predilección por el periodo colonial, este autor no tuvo un punto de vista negativo sobre la revolución de independencia, por lo menos no en relación a su última fase, aquella encabezada por Agustín de Iturbide. Para el autor del *Porvenir de México* la revolución iturbidista había sido justa en la medida que había consistido en un regreso al origen católico del cual México se había separado. Su argumento fue el siguiente: dado que España se había alejado del catolicismo a raíz de la llegada de la Ilustración, la revolución que Iturbide emprendió bajo los principios de “*religión, unión e independencia*” –el Plan de Iguala– era plenamente “*justa*” pues representaba, por un lado, la separación de México respecto a una “*Madre patria*” apóstata, y por el otro, la continuidad de la esencia “*católica*” de la Nueva España.⁴²

³⁸ Luís Gonzaga Cuevas, *op. cit.*, vol. II, pp. 607-608.

³⁹ *Ibid.*, vol. II, pp. 576.

⁴⁰ *Ibid.*, vol. II, pp. 582.

⁴¹ *Ibid.*, vol. II, pp. 546.

⁴² *Ibid.*, vol. I, pp. 61 y 129.

La disyuntiva mexicana: ser como Estados Unidos o asumir la colonia

Los distintos comienzos de la historia de México planteados por Zavala y Cuevas —el inicio en la independencia del primero, y el inicio en la conquista española y la colonia del segundo— resultarán más inteligibles al indagar en el sustrato ontológico de los radicalismos liberal y conservador que los sustentaron. Es cierto que lo más evidente de estas ideologías son los programas políticos que, por la vía legal o bélica, sus seguidores pretendieron imponer a la sociedad mexicana de la primera mitad del siglo XIX. Sin embargo, tal y como lo señaló Edmundo O’Gorman en su ensayo *México. El Trauma de su historia*, cada programa tuvo por base un sustrato metafísico, quiero decir, una determinada preconcepción sobre la naturaleza del ser mexicano.⁴³ Haciendo propio este último planteamiento, en las siguientes páginas pretendo argumentar que, mientras Zavala baso su relato del origen de la nacionalidad mexicana en una asunción “progresista” del ser mexicano, Cuevas lo hizo en una asunción “inmovilista” de ese mismo ser.

Como fue señalado anteriormente, el anhelo de Lorenzo de Zavala fue que su *Ensayo histórico* contribuyera a que el pueblo mexicano adquiriera una mentalidad secular, una moralidad sustraída al despotismo y a la esfera del catolicismo. Por esa razón, designó al primer intento de revolución de independencia (1808) como el origen de la historia de México —porque deseaba que esa revolución fuera asumida como el símbolo de un nuevo comienzo para México; como el momento en que, separándose de “la superstición y la barbarie” coloniales, surgiría un “hombre nuevo”, un ciudadano mexicano “racional” y “civilizado” que “persigue sus propios intereses y cuya máxima fidelidad como ciudadano virtuoso, sería el estado civil”.⁴⁴ Cabe señalar, empero, que ese “hombre nuevo” propuesto por Zavala no era una entidad histórica precisamente nueva. Si se repara en las características que atribuyó a su “ciudadano mexicano” se percibirá que son idénticas, o de menos, semejantes, a las que señaló como propias del ciudadano estadounidense “ilustrado y libre” nacido en último tercio del siglo XVIII.⁴⁵ Con todo, el autor del *Ensayo histórico* no observó en esto ninguna imitación o impostura, ya que el argumento metafísico que subyacía a su ideología liberal implicaba que las sociedades mexicana y estadounidense —lo mismo que cualquier otra nación del mundo—, aunque diferentes fenoménicamente por su calidad de entes históricos sujetos a la contingencia,

⁴³ Edmundo O’Gorman, *México. El trauma de su historia. Ducit Amor patriae*, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 1999, 112 p.

⁴⁴ Cfr., Lorenzo de Zavala, *op. cit.*, tomo II, pp. 407-408 y 593. Cfr., Charles Hale, *op. cit.*, p. 177.

⁴⁵ Lorenzo de Zavala, *op. cit.*, tomo II, pp. 589-590.

poseían un sistema de creencias, ideas y valores liberales básicamente análogo. El problema de la naturaleza accidental del devenir histórico, de las diferencias concretas en las historias de Estados Unidos y de México, se disolvía, a su entender, a partir de la asunción de que todas las naciones “*progresaban*” hacia la libertad y la igualdad de condiciones.⁴⁶ Desde esa perspectiva, la sociedad estadounidense no era sino el seguro estadio futuro de México, la realización histórica del ideal de una sociedad libre e igualitaria; un ideal al que tendía necesaria e irreversiblemente la sociedad mexicana, pues compartía con aquélla la misma naturaleza “*progresiva*”.⁴⁷

Por otra parte, en plena contradicción con la tesis de Zavala, Luis Gonzaga Cuevas auguró la desaparición de México si sus dirigentes políticos adoptaban como principio su igualdad o semejanza esencial con respecto a Estados Unidos. Para el autor del *Porvenir de México*, la propuesta liberal era una quimera que violentaba la naturaleza del “*genio mexicano*”. Éste estaba fundado en el catolicismo y se había formado a través de la conquista y la colonización española. Así, desde su radical ideología conservadora, planteó que para que la sociedad mexicana siguiera siendo tal, sus dirigentes políticos debían procurar la continuidad de los valores y principios sobre los que había sido erigida la sociedad colonial.⁴⁸ Esta afirmación la sustentó Cuevas en el presupuesto metafísico de que la herencia colonial de México era invulnerable a las contingencias históricas, inmutable a causa de su índole esencial.⁴⁹ De hecho, bajo su argumentación, la propia independencia demostraba esa inmutabilidad: su consumación bajo la bandera iturbidista del Plan de Iguala no había sido otra cosa que la confirmación de la continuidad de los valores y principios católico-novohispanos en el México independiente.⁵⁰ La “*nacionalidad mexicana*”, al entender de este autor, no aceptaba el cambio; si México alteraba un ápice de su esencia, imitando, como lo había propuesto Zavala, el “*politeísmo democrático*” estadounidense, simplemente dejaba de ser México.⁵¹

Conclusiones

Surgidos de contextos políticos e ideológicos distintos, pero también de presuposiciones ontológicas disímiles sobre la naturaleza de la realidad socio-histórica, el *Ensayo histórico de*

⁴⁶ Edmundo O’Gorman, *op. cit.*, pp. 33-35.

⁴⁷ Lorenzo de Zavala, *op. cit.*, tomo II, pp. 589-590.

⁴⁸ Edmundo O’Gorman, *op. cit.*, pp. 30-31.

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ *Cfr.*, Luis Gonzaga Cuevas, *op. cit.*, vol. I, pp. 129.

⁵¹ *Ibid.*, vol. I, pp. 15-16.

las revoluciones de México de Lorenzo de Zavala y el *Porvenir de México* de Luis Gonzaga Cuevas son dos trabajos historiográficos que contienen propuestas diferentes y contradictorias sobre uno de los principales dilemas en que se vio sumergida la élite mexicana una vez alcanzada la independencia: la concepción de la nacionalidad. En las páginas de este artículo fue argumentado que la participación de Zavala en la guerra civil entre federalistas y centralistas en la década de 1820, así como su filiación hacia el liberalismo clásico y pos-revolucionario, y su admiración por el régimen político estadounidense, le llevaron a postular una interpretación liberal-radical de la historia de México, fundada en una idea de ruptura absoluta con respecto al pasado colonial. Así, su tesis principal fue que la historia de la nación mexicana comenzaba desde cero con los primeros movimientos independentistas de 1808, y se dirigía, necesaria e irreversiblemente, hacia un destino de libertad –esto a causa de la naturaleza progresiva de la nacionalidad mexicana, semejante en esencia a la de todas las naciones civilizadas del mundo y, en particular, a la de Estados Unidos. Por otro lado, se observó que la experiencia que tuvo Cuevas de la catástrofe de la guerra mexicano-estadounidense de 1846-1848, así como su orientación ideológica próxima al conservadurismo político burkeano y al iturbidismo –la vertiente más tradicionalista del conservadurismo mexicano, aquella que abogó por la manutención de la estructura orgánica de la sociedad colonial y la preservación de los privilegios de los estamentos clerical y castrense–, motivaron su interpretación conservadora-radical de la historia de México, la cual estuvo fundada en la idea de continuidad orgánica del México independiente con respecto al pasado colonial, salvo por el asunto fundamental de la independencia de España. Bajo estas premisas, Cuevas defendió la tesis de que la historia de la nación mexicana comenzaba con la conquista y la colonización hispano-católica de la América septentrional y se dirigía, por necesidad, hacia la preservación de su esencia católica –esto dada la naturaleza inmutable de la nacionalidad mexicana.

Reconociendo lo disímiles y opuestas que son estas dos concepciones del origen y el destino de la nacionalidad mexicana, conviene, sin embargo, subrayar que ambas pretendieron resolver la crisis política y de identidad enfrentada por la élite criolla mexicana durante la primera mitad del siglo XIX, creando así las condiciones de estabilidad necesarias para el desarrollo social y material del país. Tanto Zavala como Cuevas tuvieron este proyecto, sólo que uno lo fundó en la ruptura con el pasado colonial y en la asunción de las instituciones políticas y sociales liberales del vecino del Norte, mientras el otro lo hizo en la continuidad de la constitución social orgánica y católica colonial. Paradójicamente, a pesar de sus diferencias evidentes, ambas propuestas historiográficas, la del liberal-radical y la del conservador-radical,

hundieron sus raíces en la metafísica, esto es, en preconceptos sobre la mutabilidad o la inmutabilidad de una supuesta “esencia” nacional mexicana; lo cual, al final quiere decir que ninguno planteó en realidad una organización política y administrativa apegada a las circunstancias histórico-sociales propias del México decimonónico.

Referencias

- Ávila, Alfredo, “Cuando se canonizó la rebelión. Conservadores y serviles en la Nueva España”, en Erika Pani (coord.), *Conservadurismo y derechas en la historia de México*, Fondo de Cultura Económica, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México 2009, vol. I, pp. 43-85.
- Brading, David, *Los orígenes del nacionalismo mexicano*, trad. Soledad Loaeza Grave, 2ª ed., Ediciones Era, México 1985, p. 11.
- Cárdenas de la Peña, Enrique, *Tiempo y tarea de Luis Gonzaga Cuevas*, Edición Juan Cortina Portilla, México, 1982, 419 p.
- Cosío Villegas, Daniel, et. al., *Historia mínima de México*, 2ª ed., El Colegio de México, México 1994, 182 p.
- Cuevas, Luis Gonzaga, *Porvenir de México*, intr. Francisco Cuevas Cancino, Jus de México, México, 1954, 501 p.
- Cuevas, Luis Gonzaga, *Porvenir de México*, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1992, México, 2 vols.
- Gellner, Ernest, *Nations and Nationalism*, intro. John Breuilly, Cornell University Press, Ithaca, 2006, 154 p.
- Guedea, Virginia (coord.), *Historiografía mexicana. Volumen III. El Surgimiento de la Historiografía Nacional*, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2011, 468 p.
- Hale, Charles, *El liberalismo mexicano en la época de Mora (1821-1853)*, 3ª edición, Siglo Veintiuno Editores, México, 1978, 348 p.
- Hobsbawm, Eric, trad. Jordi Beltrán, *Naciones y nacionalismo desde 1780*, Crítica, Buenos Aires, 2012, p. 214.
- Lungo, Andrea del, *L'incipit romanesque*, Éditions du Seuil, Paris 2003, 382 p.
- Noriega, Alfonso, *El pensamiento conservador y el conservadurismo en México*, UNAM, México, 1972, 2 vols.
- O’Gorman, Edmundo, *México. El trauma de su historia. Ducit Amor Patriae*, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 1999, 112 p.
- Palacios, Guillermo (coord.), *La nación y su historia. Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*, El Colegio de México, México, 2009, 414 p.
- Palti, Elías, “Lucas Alamán y la involución política del pueblo mexicano. ¿Las ideas conservadoras fuera de lugar?”, en Erika Pani (coord.), *Conservadurismo y derechas en la historia de México*, Fondo de Cultura Económica, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México, 2009, vol. I, pp. 300-323.
- Parceró, María de la Luz, *Lorenzo de Zavala, fuente y origen de la reforma liberal en México*, INAH, México, 1969, 292 p.
- Reyes Heróles, Jesús, *El liberalismo Mexicano*, Fondo de Cultura Económica, México, 1974, 3 vols.
- Said, Edward W., *Beginnings. Intention & Method*, Columbia University Press, New York, 1985, 414 p.
- Trejo, Evelia, *Los límites de un discurso. Lorenzo de Zavala, su “Ensayo histórico” y la cuestión religiosa en México*, Fondo de Cultura Económica, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, México, 2001, 454 p.
- Vázquez, Josefina Zoraida, “Don Lorenzo de Zavala, político e historiador”, en *Anuario de Historia*, UNAM, FFYL, México, 1961, pp. 81-101.

Villegas Moreno, Gloria, “Reflexiones en torno al motor de la historia. (La historiografía liberal y conservadora en la primera mitad del siglo XIX en México)”, en *Cuadernos de Filosofía y Letras*, núm. 1, México, 1985, pp. 45-79.

Zavala, Lorenzo de, *Obras. Ensayo crítico [sic] de las revoluciones de México desde 1808 hasta 1830*, prol., ordenación y notas de Manuel González Ramírez, Porrúa, México, 1969, 970 p.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX

EIXO 7: LITERATURA E PENSAMENTO

POLÍTICO

De 16 a 18
maio de 2018

Universidade
de São Paulo
Brasil

As reescrituras da tradição: *El Tango*, entre Borges e Piazzolla

Avelino Romero Pereira
Instituto Villa-Lobos/Unirio – Brasil
romeroavelino@yahoo.com.br

Resumo

Jorge Luis Borges (1899-1986) e Astor Piazzolla (1921-1992), reconhecidos como criadores inovadores, desenvolveram uma parceria artística que resultou no LP *El Tango*, de 1965. Mais jovem que o consagrado Borges, e engajado no projeto de um *nuevo tango*, Piazzolla aproxima-se do poeta como quem deseja marcar lugar junto às vanguardas artísticas, e promover uma articulação entre a música popular e a poesia reconhecida como erudita. Seguiu-se ao trabalho uma incompreensão mútua, documentada em falas públicas e comentários privados. Outras e mais complexas são as aproximações entre os dois criadores e suas poéticas: a firmeza das escolhas estéticas e o tom militante e polêmico com que as defendem; um olhar sobre a modernidade construído na tensão entre tradição e vanguarda; a criação a partir da intertextualidade com outras obras, próprias ou alheias, contemporâneas ou do passado; a articulação de um campo de referências colhidas entre a cultura urbana de Buenos Aires e tradições culturais do Ocidente; o rechaço ao peronismo, ao nacionalismo e a um *localismo* pitoresco, e a formulação de um cosmopolitismo como saída estética para a criação artística em um ambiente cultural periférico; o tango tomado como matriz e campo cultural, com o qual suas obras se defrontam. Estas são compreendidas além da análise estética, como elaboração discursiva sobre a realidade social e as tensões políticas, sociais e culturais da sociedade argentina entre os anos de 1920 a 1960.

Palavras-chave: Jorge Luis Borges; Astor Piazzolla; Tango; Tradição e vanguarda; Intertextualidade; Sociedade Argentina.

Yo creo que ya con Gardel empieza la decadencia del tango. (...) Y luego yo lo conocí a este señor... ¿Cómo se llama? Sí, que yo le decía "Pianola". ¡Ah! Sí, Piazzolla, ¡qué raro! Piazzolla no tenía ningún oído para el verso. No sé si lo tiene para la música porque yo no entiendo de música. (...) En una conversación yo le dije que si la sílaba final de un verso era aguda se oía como dos. (...) él lo recitó dos veces y no se dio cuenta de que quedaba mal medido.

Supongo que la música no será muy superior a su métrica, ¿no?

Jorge Luis Borges, 1985

Para mí fue un verdadero honor trabajar junto a una figura de esa dimensión mundial. Cuando la obra salió a la calle tuvimos algunas diferencias. Borges llegó a decir que yo no entendía el tango y mi réplica le endilgó no entender nada de música. Era un hombre autoritario, hasta prepotente en algunas cosas. (...) Cuando le dije que había compuesto toda la música a la manera del 900 (...), Borges me contestó que de música no sabía nada, y que además no le interesaba. Después salió opinando como un gran experto. Creo que era un mago de las letras. Nunca he leído poemas más bellos que los suyos.

Pero en materia de música, Borges era sordo.

Astor Piazzolla, 1990

Borges e Piazzolla: uma aproximação

A edição de 25 de maio de 1965 de *Primera Plana*, semanário editado na capital argentina, trazia em foto de capa o compositor Astor Piazzolla e a expressão “*La música de Buenos Aires*”. A reportagem, simpática ao polêmico renovador do tango, concluía com o anúncio de sua colaboração com um dos mais renomados escritores do país: “*se entusiasmó con la idea de trabajar juntos, y todos los días venía hasta casa a traerme un poema o dos. ¡Imagínense, Borges!*” A fala revela o entusiasmo do compositor e o que poderia significar para ele, em meio à hostilidade com que era recebido pelos *tradicionalistas*, a colaboração com um escritor consagrado e 22 anos mais velho. Piazzolla esforçava-se por marcar seu *nuevo tango* como uma renovação da tradição *tanguera*, diante da cidade moderna e cosmopolita dos anos 1960.¹

Sua primeira aproximação à obra de Borges deu-se em 1960, no projeto de um ballet, jamais levado à cena, sobre o conto *Hombre de la esquina rosada*. E em 1965, a gravação do LP *El Tango*, contendo a música originalmente composta para o ballet, dois poemas de Borges recitados sobre música de Piazzolla (*El Tango* e *Oda Íntima a Buenos Aires*), um tango (*Alguien le Dice al Tango*) e três milongas (*Jacinto Chiclana*, *El Títere* e *A Don Nicanor Paredes*) compostas a partir de poemas de Borges contidos em *Para las seis cuerdas*, livro do mesmo ano. As milongas de Borges recriam a poesia oral oitocentista, acompanhada de violão, e mitificam caudilhos de bairro hábeis no manejo do punhal e do tango. A interpretação vocal ficou a cargo de Edmundo Rivero, conhecido pelo estilo *criollo* e *pampeano*. No apartamento de Piazzolla, Borges ouviu-as pela mulher do compositor, acompanhada ao piano pelo marido.² O poeta parecia ter se agradado, mas depois expressaria opiniões negativas que irritaram o compositor e o levaram às queixas em seu livro de memórias.³

Anos depois, em 1983, no epílogo a uma edição ilustrada de *Para las seis cuerdas*, o poeta não faz menção a Piazzolla, dizendo ter escrito o livro por sugestão de outro compositor, Carlos Guastavino, que de fato, em 1963, musicou uma das milongas do livro.⁴ E num depoimento de 1985, 20 anos depois da gravação do LP, e um antes de sua morte, diria Borges

¹ Cfr. Avelino Romero Pereira, O “tango para pensar” de Astor Piazzolla e a crise argentina dos anos 50-60: o compositor como intelectual-crítico. In: Anais do XXI Encontro Estadual de História, ANPUH-SP, Campinas, 2012.

² O episódio é narrado por María Suzana Azzi e Simon Collier, *Astor Piazzolla: su vida y su música*, Editorial El Ateneo, Buenos Aires, 2002, p. 137 e 166-7.

³ Cfr. Natalio Gorin, *Astor Piazzolla: a manera de memorias*. Editorial Perfil, Buenos Aires, 1998, p. 106.

⁴ Jorge Luis Borges, Epílogo a *Para las seis cuerdas*. In: *Textos recobrados: 1956-1986*. T. III. Editorial Emecé, Buenos Aires, 2003, p. 234.

que “*Piazzolla no tenía ningún oído para el verso*”, e após exemplificar o entendimento incorreto da medida de um verso pelo compositor, dispara: “*supongo que la música no será muy superior a su métrica, ¿no?*”.⁵

Outras no entanto, e mais complexas, são as aproximações e o desentendimento entre os dois criadores e suas respectivas poéticas: a firmeza de suas escolhas estéticas e o tom militante e polêmico com que as defendiam; um olhar sobre a modernidade construído na tensão entre tradição e vanguarda; a criação artística proposta a partir da intertextualidade com outras obras, próprias ou alheias, contemporâneas ou do passado; a articulação de um campo de referências colhidas entre a cultura urbana de Buenos Aires e tradições culturais do Ocidente; o rechaço ao peronismo, ao nacionalismo e a um *localismo* pitoresco, e a formulação de um cosmopolitismo, ainda que assentado sobre uma base local, como saída estética para a criação artística em um ambiente cultural periférico; o tango, em seus desdobramentos musicais, literários e coreográficos, tomado como matriz e campo cultural, com o qual suas obras se defrontam.

Valendo-se, sob o aspecto metodológico, da identificação de analogias entre exemplos extraídos do conjunto de suas obras, este trabalho traduz a intenção de ampliar a compreensão do fenômeno musical, mediante sua articulação com o histórico e o literário, e propõe explicar o afastamento entre os dois artistas, tanto por suas sensibilidades díspares, quanto pela diferente compreensão que eles têm do tango como evento e como processo, em suas implicações culturais e políticas. Ambos, cada um em sua especificidade, são aqui reconhecidos em suas feições públicas, como artistas-intelectuais comprometidos com a renovação dos campos literário e musical na Argentina, mas cujas atuações e obras permitem transcender a análise apenas estética, revelando-se significativos exemplos de elaboração discursiva e de representação sobre a realidade social e as variadas tensões simultaneamente políticas, sociais e culturais deflagradas na sociedade argentina entre os anos de 1920 a 1960.

Borges (1899-1986) foi um marco na renovação do campo literário argentino desde os anos 20, quando retorna da Europa após sete anos de permanência, e inicia a colaboração em revistas literárias de vanguarda. Desde cedo desperta avaliações contraditórias: aplaudido pelos vanguardistas, mas condenado pelos que o acusavam de intelectualismo e carência de preocupações sociais. Enfrentando a hostilidade do governo peronista (1946-55), foi escolhido em 1950 presidente da Sociedad Argentina de Escritores (SADE), trincheira de intelectuais na

⁵ Cfr. Blas Alberti, *Conversaciones con Alicia Moreau de Justo y Jorge Luis Borges*, Editorial Mar Dulce, Buenos Aires, 1985, p. 135.

oposição. O apoio ao golpe militar que derrubou Perón abriu passo à nomeação para a direção da Biblioteca Nacional e para a cátedra de literatura inglesa e norte-americana da Universidade de Buenos Aires. Em 1961, o Congresso Internacional de Editores atribuiu-lhe o Prêmio Formentor, que dividiu com Samuel Beckett, assegurando sua consagração internacional e sua inclusão no cânone dos autores de referência.

Piazzolla (1921-1992) é considerado um divisor de águas no campo musical argentino. Passou parte da infância em Nova York, onde iniciou a formação musical, e de volta à Argentina, dedicou-se ao tango, vindo a integrar a orquestra do bandoneonista Aníbal Troilo, mas seguiu outro rumo, formando orquestra própria, na qual podia expressar-se com mais liberdade. Nos anos 40, oscilava entre renovar o tango ou abandoná-lo, para se dedicar à música de concerto. Em 1953, após ter uma obra sinfônica premiada, partiu para Paris, onde buscou supervisão de Nadia Boulanger. Ao retornar, em 1955, ano da queda de Perón, forma o *Octeto Buenos Aires*, conjunto com que propõe uma revolução no tango, trazendo para o gênero aportes da formação clássica e da inclinação pelo jazz. A estreia divide o meio *tanguero* entre progressistas que o apóiam e tradicionalistas que o acusam de descaracterizar o tango. A carreira marcada pela cisão chegaria ao reconhecimento internacional nas décadas de 1970 e 80, embora ainda com ressalvas na Argentina.

Uma esclarecedora chave de leitura para as milongas de Borges – e talvez para o desencontro entre os dois artistas – é oferecida pelo poeta no prólogo a *Para las seis cuerdas*. Embora inicie o texto convocando a colaboração ou cumplicidade do leitor, termina categórico: “*que yo sepa, ninguna otra aclaración requieren estos versos*”.⁶ A afirmação taxativa talvez sugira que viesse a receber as composições de Piazzolla como intromissões indesejáveis. Porém, ao contrário da ressalva, assim abre o prólogo: “*toda lectura implica una colaboración y casi una complicidad*”. A fórmula encerra um princípio caro ao sistema poético de Borges, apontado por seus críticos: “*a ideia de que é o ato da leitura, e não a intencionalidade da escritura, o que define a condição literária dos textos*”.⁷ É a condição de leitor que assegura a de escritor e toda escritura é escritura de leituras. Assim, para Beatriz Sarlo, “*o sentido (...) emerge na atividade de escrever-ler e não está vinculado às palavras, mas aos contextos das palavras*”, e “*Borges destrói, por um lado, a ideia de identidade fixa de um texto; de outro, a ideia de autor; e finalmente, a de escrita original*”, ou seja, “*todos os textos são reescrita de*

⁶ Jorge Luis Borges, Prólogo a *Para las seis Cuerdas*. In: *Poesía completa*. Editorial Emecé, Buenos Aires, 2007, p. 269.

⁷ Ana Cecilia Olmos, *Por que ler Borges*, Editora Globo, São Paulo, 2008, p. 50.

outros textos".⁸ Para o poeta, portanto, a tradição literária é um "*livro infinito*".⁹ Por isso, Borges é pródigo nas referências a outros autores e textos de outras tradições literárias, o que assegura à sua obra uma implicação duplamente poética e política.

No plano poético, instaura-se uma intertextualidade, uma rede de apropriações, citações, paródias, deslocamentos, que contribuem para o caráter labiríntico de sua escritura e alimentam as apreciações críticas que vêm intelectualismo nela. A decorrência política dessa poética é a confirmação de uma alternativa possível para a criação cultural em um contexto periférico como o da sociedade argentina, frente a diversas tradições literárias. A desobrigação de ser original, isto é, a aceitação da inevitabilidade da reescritura a partir das tradições europeia e oriental como condição para a criação de uma literatura própria dá a Borges a chave para fugir do nacionalismo cultural em que se achava metida boa parte da intelectualidade argentina. Borges recusa uma literatura nacional baseada só em escolhas locais e nos cânones da narrativa realista ou da idealização pitoresca de tinturas românticas.¹⁰

Eis aí uma sugestão para pensarmos a obra de Piazzolla como uma escritura de escutas. A lição que o compositor trouxe de Paris, das orientações de Nadia Boulanger, narrada tantas vezes pelo próprio em entrevistas e depoimentos, foi a de justapor o *modernismo neoclássico* de Hindemith, Bartok e Stravinsky – e ainda Bach e Chopin – à tradição *tanguera* que conhecera na escuta dos discos dos anos 1920, de Julio De Caro e de Carlos Gardel, somada à experiência com orquestras de tango nos cabarés de Buenos Aires dos anos 1940. De um lado o tango, de outro a música de concerto, e ainda o jazz nova-iorquino e, como espelhos da relação erudito-popular, Gershwin, Bernstein, Villa-Lobos e Tom Jobim. Piazzolla processa a releitura vanguardista da tradição *tanguera* e a releitura *tanguera* da tradição europeia. Mas raramente se compreendeu que o *novo* em Piazzolla estava impregnado da tradição. Ao contrário, os opositores do compositor, muitos dos quais haviam desfrutado de prestígio e poder sob o peronismo, se apressaram a ver em seu *nuevo tango* a dissolução e morte do tango tradicional, ameaça à integridade cultural e nacional argentina nos anos conturbados que se seguiram à queda do governo nacionalista. Sua música situa-se à margem e na confluência de diferentes tradições, das quais se apropria e nas quais se reterritorializa, criando uma síntese pessoal e adequada às contingências de uma Buenos Aires cosmopolita e em permanente transformação,

⁸ Beatriz Sarlo, *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. Editora Iluminuras, São Paulo, 2008, p. 66-67.

⁹ Olmos, *op. cit.*, p. 46-51.

¹⁰ Cfr. Sarlo, *op. cit.*, p. 94. Ver também Emir Rodríguez Monegal, "Borges y la política" *Revista Iberoamericana*, Madrid, vol. XLIII: 40 Inquisiciones sobre Borges. N. 100-101, jul.-dez. 1977, p. 269-291.

como a que o compositor conhece nos anos 1950 e 60.¹¹ Piazzolla justifica-se, dizendo buscar uma música mais adequada à sensibilidade da nova sociedade urbana, em tudo diferente da “*Buenos Aires del 900*”, idealizada nas letras dos tangos tradicionais e ambientada no *arrabal*, isto é, no bairro suburbano: “*a mí, lo que fundamentalmente me interesa es interpretar con mi música al Buenos Aires de hoy*”.¹²

A declaração é extraída de uma entrevista do compositor, ao retornar do intento frustrado de fazer carreira em Nova York, para onde tinha se refugiado, após a experiência vanguardista de 1955-58 ter esbarrado na hostilidade dos cultores do tango tradicional. A tentativa de aproximação a Borges dá-se aí, na busca de se firmar artística e comercialmente com uma nova linguagem musical e num ramo colateral ao meio conservador do tango, como quem tenta inventar um novo espaço e um novo ouvinte para sua música.¹³ Na entrevista, vê-se Piazzolla buscando superar os velhos temas das letras de *tango-canción*, donde sua aproximação ao vanguardista e consagrado Borges. Porém, ao contrário do esperado, a reação de Borges é idêntica à que a grande maioria tinha em relação à sua música: para o poeta, o que Piazzolla fazia não era tango. Embora as razões de Borges fossem outras, o resultado era o mesmo.

A analogia com Borges não pára no vanguardismo e no cosmopolitismo como faces de uma Argentina moderna e progressista. Se a poética de Borges desestabiliza os padrões de leitura e exige o abandono da aproximação tradicional ao texto literário, a poética de Piazzolla não é menos exigente, ao requerer dos ouvintes do tango um novo corpo, não mais centrado nos pés e na dança, mas nos ouvidos e na escuta atenta do arsenal técnico com que propõe requalificar a escuta tradicional. Assim, poderíamos aventar a possibilidade de que as repetições temáticas e os ostinatos piazzollianos, as modulações repentinas para tons afastados, as alterações súbitas de andamento e dinâmica, a imprevisibilidade no manejo do tempo musical e dos ataques pelo fraseado e pelo *rubato*, que implicam a quebra da linearidade e das expectativas na escuta tradicional, tenham função análoga ao afastamento que Borges exercita em relação à narrativa realista por meio de algumas de suas fixações de escritor: os labirintos, os espelhos, o infinito. Vários procedimentos que Piazzolla emprega remetem à

¹¹ Sobre o estilo de Piazzolla, cfr. Carlos Kuri, *Piazzolla: la música límite*. 2. ed. Editorial Corregidor, Buenos Aires, 1997; Omar Corrado, “Significar una ciudad: Astor Piazzolla y Buenos Aires” *Revista del Instituto Superior de Música*. Universidad Nacional del Litoral. Santa Fe, n. 9, ago. 2002, p. 52-61; Ramón Pelinski, “Astor Piazzolla: entre tango y fuga, en busca de una identidad estilística” In: Omar García Brunelli (org.). *Estudios sobre la obra de Astor Piazzolla*. Editorial Gourmet Musical, Buenos Aires, 2008, p. 35-56.

¹² Astor Piazzolla y el llamado tango vanguardista, *Democracia*. Buenos Aires, p. 4, 3 dez. 1961.

¹³ Sarlo diz algo bem a propósito, ao observar que “en rigor, la vanguardia divide el campo intelectual y produce un público, articulándolo alrededor de la consigna sobre ‘lo nuevo’.” Beatriz Sarlo, *Una modernidad periférica: Buenos Aires, 1920 y 1930*. Editorial Nueva Visión, Buenos Aires, 2007, p. 100.

intertextualidade frequente em Borges: além da música moderna e do jazz, as referências barrocas em movimentos cadenciais, passagens contrapontísticas e *fugatos*, e também as referências românticas, na monumentalidade, no virtuosismo, no *pathos* melancólico, na liberdade interpretativa. E ainda a repetição das fórmulas rítmicas do baixo e as semelhanças rítmico-melódicas entre algumas obras, que as remetem umas às outras. Como os temas de Borges, os de Piazzolla também parecem repetir-se e vagar de uma partitura a outra, indicando as obsessões do compositor.¹⁴

O tratamento do baixo é paradigmático: Piazzolla usa com frequência uma figura de quatro semínimas que se sucedem por grau conjunto, remetendo tanto à marcação em quatro tempos do tango tradicional, quanto ao baixo corrido barroco e ao *walking bass* jazzístico. Sobre essa linha de baixo estável e previsível, inscreve os temas sincopados, as acentuações deslocadas, a aceleração rítmica da melodia, apropriando-se da escrita por planos do barroco e das sincopações do jazz e do próprio tango. Manipulando essas referências, Piazzolla põe em jogo o diálogo entre diferentes tradições musicais, à semelhança da escritura de Borges. Não digo que haja uma relação reflexa ou de causa e efeito entre os dois artistas, mas constato o recurso a princípios comuns de intertextualidade e de releitura da tradição e da própria obra que se espelha em si mesma na recorrência de temas e processos construtivos. Diria que Piazzolla e Borges compartilham o mesmo *ethos* vanguardista, que atualiza no Piazzolla dos anos 1950 e 60 o Borges dos anos 1920 e 30, ainda em reelaboração nos 60.

Entre a melancolia e a valentia: duas visões sobre o tango

Visto o que os aproxima, tentemos agora entender o que afasta poeta e compositor. No mencionado Prólogo a *Para las seis cuerdas*, ao pedir a colaboração do leitor para suas milongas sem música, Borges queria recriar a imagem do que o leitor poderia reter ao ler os poemas: um poeta-cantor que, à semelhança dos *payadores* do século XIX, improvisa versos despreziosamente, acompanhando-se ao violão: “*el lector debe suplir la música ausente por la imagen de un hombre que canturrea, en el umbral de su zaguán o en un almacén, acompañándose con la guitarra*”.¹⁵ Afirma ter “*querido eludir la sensiblería del inconsolable ‘tango-canción’ y el manejo sistemático del lunfardo, que infunde un aire artificioso a las*

¹⁴ Cfr. Ramón Pelinski, “Ostinato y placer de la repetición en la música de Astor Piazzolla” *Revista del Instituto Superior de Música*, Universidad Nacional del Litoral, Santa Fe, n 9, ago. 2002, p. 29-39.

¹⁵ Jorge Luis Borges, Prólogo a *Para las seis Cuerdas*. In: *Poesía completa*, Editorial Emecé, Buenos Aires, 2007, p. 269.

sencillas coplas”. E acrescenta que no final do século XIX suas milongas teriam soado ingênuas e bravas, mas que agora eram meras elegias.

Desde a década de 1920, a escrita de Borges dialogava com as tradições literárias argentinas. De um lado, o *Facundo* de Sarmiento, com a fórmula dicotômica *civilização ou barbárie* e a escolha do primeiro termo como base para o projeto liberal de modernização da sociedade argentina, branqueamento da população pela imigração e dissolução dos vínculos com as tradições *gauchescas*. Uma Argentina moderna e civilizada sairia de Buenos Aires e não do campo. Contrapondo-se a isso, a poesia *gauchesca* e a tradição literária *criollista*, cujo texto clássico é o *Martín Fierro* de José Hernández, tantas vezes revisitado pelos intelectuais argentinos – Borges incluído –, e que narra as peripécias de um *gaucho* desertor em conflito com o projeto modernizador.¹⁶ A *Geração do Centenário*, com Ricardo Rojas e Leopoldo Lugones, fez dele um épico fundador da nacionalidade argentina.

Inscrevendo-se no campo conflitual dessa tradição literária, Borges tenta uma esquidistância entre o mito *criollista* e o tango, como expressão urbana, construindo sua própria conformação mítica e poética da nação argentina: um “*criollismo urbano de vanguarda*”.¹⁷ Em seus três primeiros livros de poesia, de 1923, 1925 e 1929, desloca o foco para a cidade, do pampa para Buenos Aires, mas não para a zona portuária, cosmopolita e imigratória. Elege o bairro de Palermo, onde passara a infância, fundindo a memória pessoal à nacional. Cria um mito urbano na evocação dos subúrbios de Buenos Aires, onde os limites da cidade se apagam e se confundem com a planície rural. Em *Arrabal*, poema que integra *Fervor de Buenos Aires*, livro de estreia, constrói uma dimensão atemporal e mítica dos subúrbios, sugerindo o entrelaçamento entre campo e cidade por meio da imagem do pampa que se insinua pelo ambiente urbano: “*El pastito precario, / desesperadamente esperanzado, / salpicaba las piedras de la calle / y divisé en la hondura / los naipes del poniente / y sentí Buenos Aires*”.¹⁸ A dimensão mítica esboça-se nesse sentir, mais que descrever, e completa-se na sugestão de atemporalidade: “*Esta ciudad que yo creí mi pasado / es mi porvenir, mi presente; / los años que he vivido en Europa son ilusorios, / yo estaba siempre (y estará) en Buenos Aires*”.

Esse clima mítico e evocativo, híbrido de passado e presente, de memória coletiva e individual, de campo e cidade, abre o terceiro livro do poeta, *Cuaderno San Martín*, de 1929, com *Fundación Mítica de Buenos Aires*: “*Fue una manzana entera y en mi barrio: en Palermo./*

¹⁶ Cfr. Adolfo Prieto, *El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna*, Editorial Siglo XXI, Buenos Aires, 2006.

¹⁷ Olmos, A., *op. cit.*, p. 52.

¹⁸ Jorge Luis Borges, “Arrabal” In: *Poesía completa*, Editorial Emecé, Buenos Aires, 2007, p. 34.

Una manzana entera pero en mitá del campo".¹⁹ E ali aparecem, ao som de habaneras e tangos, os *compadres*, os caudilhos urbanos valentões que povoarão as milongas dos anos 1960, que Piazzolla levará ao LP. Se nos anos 60 esses tipos são meras evocações do passado, nos 20 poderiam indicar a sobrevivência da violência política no sufrágio universal e obrigatório, que consagrava as vitórias eleitorais da UCR com Hipólito Yrigoyen em 1916 e em 1928:

Un almacén rosado como revés de naipe
brilló y en la trastienda conversaron un truco;
el almacén rosado floreció en un compadre,
ya patrón de la esquina, ya resentido y duro.
El primer organito salvaba el horizonte
con su achacoso porte, su habanera y su gringo.
El corralón seguro ya opinaba Yrigoyen,
algún piano mandaba tangos de Saborido.²⁰

Numa série de conferências de 1965 e recentemente trazidas a público na forma de livro, Borges observa "*el gaucho reflejado en el compadrito*", reiterando a possibilidade de conciliar a tradição *gauchesca* com a realidade urbana e moderna.²¹ O tema dos *compadritos*, e da violência que os cerca, retornará obsessivamente em contos, poemas e ensaios: *El hombre de la esquina rosada* (1935), *El Sur* (1941), *Historia del Tango* (incluída na 2ª ed. de Evaristo Carriego, de 1955), *Los compadritos muertos* e *El Tango* (1964), e o mencionado *Para las seis cuerdas* (1965). É esse mesmo tema que dá unidade ao disco gravado por Piazzolla, resumido no verso "*la secta del cuchillo y del coraje*" de *El Tango*, poema que nomeia e abre o disco, recitado ao som do Quinteto Nuevo Tango:

*Esa ráfaga, el tango, esa diablura,
los atareados años desafía,
hecho de polvo y tiempo, el hombre dura
menos que la liviana melodía,
que sólo es tiempo. El tango crea un turbio
pasado irreal que de algún modo es cierto,
el recuerdo imposible de haber muerto
peleando, en una esquina del suburbio.*²²

Nos anos 1920, a nostalgia permitia ainda a Borges referir-se a uma urbanização inconclusa – "*sólo faltó una cosa: la vereda de enfrente*" –, e manipular paisagens, situações e personagens em extinção. O *almacén*, misto de bar e entreposto comercial, estratégico na

¹⁹ Jorge Luis Borges, "Fundación Mítica de Buenos Aires" In: *Poesía completa*, Editorial Emecé, Buenos Aires, 2007, p. 87-8.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Jorge Luis Borges, *El tango: cuatro conferencias*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2016, p. 50.

²² Jorge Luis Borges, "El Tango" In: *Poesía completa*. Editorial Emecé, Buenos Aires, 2007, p. 196-198.

sociabilidade dos novos bairros, lugar de jogo, violência e tango, seria substituído por uma organização comercial mais complexa. Em realidade, na época, afastando-se da imagem quase rural, os bairros suburbanos estavam no foco da modernização da cidade, integrados ao centro pelo bonde elétrico e pela venda parcelada de lotes, propiciando o acesso à casa própria e a ascensão social concebida para atenuar as tensões. Daí a expansão de uma paisagem precária, mas em rápida transformação, em que as áreas semi-rurais eram engolidas pela cidade em crescimento.²³ Aí reside o paradoxo borgiano: a construção de uma poesia vanguardista imersa na modernidade urbana mas mediada pela nostalgia e pelo tom metafísico. O projeto poético de Borges é tensionado pelo *novo*, pela renovação estética e pela modernização urbana: produz uma mitologia com elementos pré-modernos, mas recorre a dispositivos estéticos e teóricos da renovação.²⁴ Em *Fundación Mítica de Buenos Aires*, embora o tema se fixe no passado, é apresentado em ideias sem mediação conjuntiva, sugerindo a sucessão de imagens em ritmo cinematográfico. Por outro lado, como bem aponta Ana Cecilia Olmos, a leitura revela uma oralidade extraída da intimidade conversacional, alheia a qualquer ênfase rítmica, sonora ou expressiva.²⁵ Borges quer comunicar o fato poético, em lugar de o declamar, como fariam os letristas de tango, que a partir da década de 1920 produziram canções nostálgicas, evocando também o *arrabal*, o *almacén* e os *compadritos*. Os mesmos temas, mas vertidos em estratégias discursivas contrastantes. O poeta deixou registros gravados, dizendo seus próprios poemas, e ouvi-lo confirma o tom nada enfático e até monótono com que concebe sua poesia, ao contrário de Edmundo Rivero e Luis Medina Castro, quando abordam seus versos no LP dirigido por Piazzolla, mais próximos do que o poeta caracteriza como “*la sensiblería del inconsolable tango-canción*”.²⁶ Um exemplo do quão Piazzolla poderia estar afastado dessa visão de Borges é a *Oda Íntima a Buenos Aires*, que integra o LP, e na qual, em total desconexão com o título do poema, o compositor emprega, além do canto de Rivero, o recitado de Medina Castro, coro e orquestra. Ou seja, uma verdadeira multidão reunida para dizer uma ode que o poeta imaginara *íntima*.

²³ Cfr. José Luis Romero e Luis Alberto Romero, *Buenos Aires: historia de cuatro siglos*, Editorial Altamira, Buenos Aires, 2000; Leandro Gutiérrez e Luis Alberto Romero, *Sectores populares, cultura y política: Buenos Aires en la entreguerra*. Editorial Siglo XXI, Buenos Aires, 2007; Francis Korn e Luis Alberto Romero (orgs.), *Buenos Aires/entreguerras: la callada transformación: 1914-1945*, Editorial Alianza, Buenos Aires, 2006.

²⁴ Cfr. Beatriz Sarlo, *Una modernidad periférica: Buenos Aires, 1920 y 1930*. Editorial Nueva Visión, Buenos Aires, 2007, p. 103.

²⁵ Olmos, *op. cit.*, p. 92.

²⁶ Jorge Luis Borges, Prólogo a *Para las seis Cuerdas*. In: *Poesía completa*. Editorial Emecé, Buenos Aires, 2007, p. 269.

Falta dizer que um importante modelo poético de Borges é o mesmo que inspiraria poetas do tango desde os anos 1920: Evaristo Carriego (1883-1912). Provinciano e morador de Palermo como Borges, Carriego introduziu o tema do *arrabal* na poesia argentina. Segundo Sarlo, Carriego distancia-se da ênfase simbolista de Lugones. Borges sublinha nele a iconografia das *orillas*, os personagens, a moral suburbana, o sentimentalismo brando, a discreta apresentação de destinos melancólicos e um humor quase imperceptível.²⁷ Pode-se tomar o citado *Fundación Mítica de Buenos Aires*, de Borges, como uma reescritura de *El Alma del Suburbio* de Carriego, nas referências ao carteadado, ao gringo, à habanera e a *La Morocha*, de Saborido:

*El gringo musicante ya desafina
en la suave habanera provocadora,
cuando se anuncia a voces, desde la esquina
“el boletín –famoso– de última hora”.*
.....
*La cantina desborda de parroquianos,
y como las trucadas van a empezarse,
la mugrienta baraja cruje en las manos
que dejaron las copas que han de jugarse.
En la calle, la buena gente derrocha
sus guarangos decires más lisonjeros,
porque al compás de un tango, que es “La Morocha”,
lucen ágiles cortes dos orilleros.²⁸*

Em 1930, Borges publica o ensaio *Evaristo Carriego*, que, no dizer de Sarlo, finge ser uma biografia, mas é uma mitologia portenha e um manifesto literário irônico e disfarçado.²⁹ Nas páginas finais, Borges descreve o poeta: “*Carriego, muchacho de tradición entrerriana, criado en las orillas del norte de Buenos Aires, determinó aplicarse a una versión poética de esas orillas*”.³⁰ Destaca “*las páginas de observación del barrio*”, que “*son las que importan*”, para em seguida censurar “*una lacrimosa estética socialista*” induzida por “*su exigencia de conmover*”, que segundo ele conduz a uma “*afeminación de su gloria*”.³¹ Borges marca a diferença entre sua poética e a de Carriego. Desenha-se aí já o futuro desencontro de Borges e Piazzolla, na rejeição pelo primeiro do tango dos anos 20, o *tango-canción* e seu equivalente instrumental, o *tango-romanza*, que servirão de modelo a Piazzolla.

²⁷ Beatriz Sarlo, *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. Iluminuras, São Paulo, 2008, p. 51-7.

²⁸ Evaristo Carriego, “El Alma del Suburbio” In: *Poesías completas*. Editorial Losada, Buenos Aires, 1996, p. 111-113.

²⁹ Beatriz Sarlo, *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. Iluminuras, São Paulo, 2008, p. 55.

³⁰ Jorge Luis Borges, *Evaristo Carriego*. Editorial Emecé, Buenos Aires, 1995, p. 107.

³¹ *Idem*, p. 108.

Em 1955, ano da chamada *Revolução Libertadora* que derrubou Perón, Borges retoma a discussão na segunda edição aumentada do ensaio sobre Evaristo Carriego. Acrescenta trechos de um ensaio de 1928, *El idioma de los argentinos*, que manteria excluído das obras completas, e uma *Historia del Tango*. Valoriza o “*tango pendenciero*” por oposição à “*índole sexual del tango*”, base do tango sentimental.³² Por *tango pendenciero* entende o que passou a se chamar de *tango-milonga*, para designar os primeiros tangos compostos na virada do século XIX para o XX, diferenciando-os do sentimental, mais típico a partir dos anos 20 e que consagrou Gardel. O tango que interessa a Borges é o daquela Buenos Aires mítica de seus poemas. Diz o ensaísta: “*la música es la voluntad, la pasión; el tango antiguo, como música, suele directamente transmitir esa belicosa alegría*”.³³ Em referência aos tangos e milongas compostos nos anos 1930 e 40, queixa-se de que “*ciertos compositores actuales buscan ese tono valiente y elaboran a veces con felicidad (...), pero sus trabajos, de letra y música estudiosamente anticuadas, son ejercicios de nostalgia de lo que fue, llantos por lo perdido, esencialmente tristes aunque la tonada sea alegre*”.³⁴

Ao interpretar a história do tango, Borges entende que foram os imigrantes, sobretudo italianos, que o entristeceram e desvirtuaram, descaracterizando-o. O trocadilho de mau gosto com que se refere a Piazzolla – *Pianola* – traduz a estranheza e o preconceito, por identificar no sobrenome italiano do compositor não um *criollo viejo* como ele, mas um *gringo*. Em 1928, um então nacionalista Borges polemizava com o compositor Juan de Dios Filiberto, também de ascendência italiana, dizendo que sua música “*es una rezongona quejumbre itálica y no otra cosa*”, e lamentando a perda de “*esa alma varona y sobradora de la milonga*”, que “*es la que está en los tangos antiguos*”.³⁵ E concluía: “*lo cierto es que pasó y que el bandoneón cobarde y el tango sin salida están con nosotros. Hay que sobrellevarlos, pero que no les digan porteños*”. Na *Historia del Tango* de 1955, Borges reconhece esse *desvio* nacionalista, ao dizer: “*en aquel mito, o fantasía, de un tango ‘criollo’ maleado por los ‘gringos’, veo un claro síntoma, ahora, de ciertas herejías nacionalistas que han asolado el mundo después – a impulso de los gringos, naturalmente*”.³⁶ Ao associar nacionalismo e fascismo, Borges termina por repudiar a tudo: “*no el bandoneón que yo apodé cobarde un día, no los aplicados compositores de un suburbio fluvial, han hecho que el tango sea lo que es, sino la república entera*”.³⁷ É esse

³² Jorge Luis Borges, “Historia del tango” In: *Evaristo Carriego*. Editorial Emecé, Buenos Aires, 1995, p. 161.

³³ *Idem*, p. 163.

³⁴ *Idem*, p. 164.

³⁵ Jorge Luis Borges, “Apunte férvido sobre las tres vidas de la milonga” In: *El idioma de los argentinos*. Editorial Alianza, Madrid, 1998, p. 121.

³⁶ Jorge Luis Borges, “Historia del tango” In: *Evaristo Carriego*. Editorial Emecé, Buenos Aires, 1995, p. 171.

³⁷ *Ibidem*.

desprezo político pela corrente que se consolidou no *tango-canción* dos anos 1920 a 1950 que explica a desconfiança do poeta em relação a Piazzolla, cujos vínculos com essa releitura melancólica do tango ele percebe. Ao comentar o *tango-canción*, Borges sugere a possibilidade ou o risco de que um dia as letras de tango, reunidas, pudessem resultar numa espécie de poema épico nacional. Ironizando a crença de Lugones no poder da poesia para a construção da nação e a pretensão de converter o *Martín Fierro* em poema fundador da nacionalidade, temia que o tango pudesse influir negativamente sobre o argentino: “*aplicada la conjetura al tango argentino, veríamos en éste un espejo de nuestra realidad y a la vez un mentor o un modelo, de influjo ciertamente maléfico*”.³⁸ E complementa: “*la milonga y el tango de los orígenes podían ser tontos o, a lo menos, atolondrados, pero eran valerosos y alegres; el tango posterior es un resentido que deplora con lujo sentimental las desdichas propias y festeja con desvergüenza las desdichas ajenas*”.³⁹

O *tango pendenciero*, ao contrário, permitia a Borges resgatar a coragem e a violência da tradição *gauchesca*, domesticando-as nesse misto de memória e mito urbano que é para ele o tango. Ironicamente, numa reescritura não prevista por ele, os poetas populares do tango também retomaram a poesia *carriaguera* e elegeram o *arrabal* como ambiente idealizado. Mas é à zona portuária e aos bairros operários que se referem, como em *Sur*, composto em 1948 por Homero Manzi, com música de Aníbal Troilo. Manzi, radical convertido ao peronismo, apropria-se dos temas clássicos do *almacén*, da esquina, da mescla de cidade e campo: “*La esquina del herrero, barro y pampa, / tu casa, tu vereda y el zanjón, / y un perfume de yuyos y de alfalfa / que me llena de nuevo el corazón. / Sur... / paredón y después. / Sur... / una luz de almacén.*”⁴⁰ Mas, em lugar da evocação nostálgica e mítica algo abstrata de Borges e de seu tom conversacional e desprovido de ênfase e monumentalidade, os *tangueros* optam pelo *pathos* melancólico e enfático que o vanguardista deplorará reiteradamente. Assim, ao se referir à “*tristísima*” e “*quejumbrosa*” música que Piazzolla comporia para *A Don Nicanor Paredes*, a antipatia de Borges pelo tango sentimental chega a elevar o tom com que condenou em Carriego a “*afeminación de su gloria*”: “*Es una porquería. Las otras no me parecen mal*”, seria o comentário de Borges anotado por Bioy Casares.⁴¹ Creio que aí reside outro mal-entendido entre compositor e poeta. Borges ambienta suas milongas nos bairros suburbanos de

³⁸ Jorge Luis Borges, “Historia del tango” In: *Evaristo Carriego*. Editorial Emecé, Buenos Aires, 1995, p. 170.

³⁹ *Idem*, p. 170-171.

⁴⁰ Homero Manzi, *Cancionero*. 2. ed. Editorial Torres Agüero, Buenos Aires, 1979, p. 96-97.

⁴¹ Citado por Diego Fischerman e Abel Gilbert, *Piazzolla, el mal entendido: un estudio cultural*. Editorial Edhasa, Buenos Aires, 2009, p. 246.

Buenos Aires, e seu entendimento da milonga é o do *tango-milonga* de virada de século, rítmico e fanfarrão, ao passo que Piazzolla vai buscar inspiração musical na milonga rural, já melancólica e evocativa.⁴²

Na edição de 1955 de seu ensaio sobre Carriego, Borges modula reflexões elaboradas entre o ensaio de 1928 (*El idioma de los argentinos*) e o de 1930 (*Evaristo Carriego*), ou entre o novo triunfo eleitoral de Yrigoyen e o golpe militar que o derrubou. Borges participou da campanha de 1928 e assinou um manifesto de apoio a Yrigoyen, ao lado do *tanguero* Manzi, como depois assinariam outro contra Perón, em 1945. Mas os dois seguiriam caminhos diferentes: o golpe de 30 leva Borges a desconfiar da ideologia nacionalista e a interpretá-la pela chave do fascismo, ao passo que Manzi mergulha num nacionalismo populista, que terminará por levá-lo, e a outros *tangueros*, a se aproximar do governo Perón. É essa reinserção de Borges na história e na vida política que permite vê-lo não como um autor insensível às questões de seu tempo e de seus país, mas como um intelectual engajado; não como um alienado e apolítico, mas como um militante antiautoritário e antinacionalista. Por sua vez, Piazzolla, apesar de também se declarar um antiperonista, está totalmente imerso na tradição que vincula o tango a um sentido reivindicatório de algum modo associado ao que Borges via como “*una lacrimosa estética socialista*”. De fato, muitos *tangueros* traziam as marcas do radicalismo, do socialismo, do anarquismo e até do comunismo e, ao tematizarem os ambientes populares, dotavam sua música de um conteúdo fortemente político, ainda que de forma nem sempre aparente.⁴³

Diluindo no tango o mito da coragem *gauchesca* e recusando a *sensiblería* do *tango-canción* e até seu maior símbolo, o bandoneón, que chama de covarde, não estranha que acusasse Piazzolla de não entender o tango. Pode-se dizer que Piazzolla entendesse o tango de modo diferente como Borges o entendia. Ou supor que Piazzolla tenha entendido o tango melhor do que desejaria Borges, resolvendo o binômio entre valentia e melancolia já tensionadas desde a literatura *gauchesca* do século XIX, e atualizando-as na nova ambientação urbana cosmopolita e frenética da Buenos Aires dos anos 50 e 60. Que dizer da oscilação bipolar entre a aceleração de seus temas rítmicos e os freios bruscos que conduzem aos temas líricos

⁴² Sobre a melancolia do *tango-canción* e do *nuevo tango* de Piazzolla e seus vínculos com as tradições *gauchescas*, ver Avelino Romero Pereira, “Luto e melancolia, memória e identidade: do tango ao *nuevo tango* de Astor Piazzolla” *Escritos*, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, ano 6, n. 6, p. 159-183, 2012. No artigo discuto a tradição seguida por Borges e Piazzolla, que atribui à imigração a melancolia do tango, e observo que tanto Pascual Contursi, autor das primeiras letras melancólicas de *tango-canción*, quanto Gardel, seu principal intérprete, provinham da tradição *criollista*, identificada às formas poéticas e musicais dos pampas.

⁴³ Para uma discussão mais aprofundada sobre os conteúdos políticos no tango, cfr. Avelino Romero Pereira, *Buenos Aires, história e tango: crise, identidade e intertexto nas narrativas “tangueras”*. Niterói, 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense.

contrastantes das segundas seções de seus tangos? Ainda que os contrastes expressivos sejam recorrentes no tango tradicional e sejam reescrituras da escuta da música europeia, o grau de comoção que Piazzolla mobiliza em suas composições e mais ainda nas suas performances, leva-os ao limite como estratégia comunicativa. Sem dúvida, Piazzolla compõe e toca uma música concebida para impactar emocionalmente o ouvinte, numa poética oposta à do sussurro borgiano. Pode ser que Borges não tenha querido entender os deslocamentos simbólicos desenhados pelo *nuevo tango* de Piazzolla, para expressar a nova realidade urbana dos anos 1960. Mas pode ser que os tenha entendido tão bem, a ponto de se sentir contrariado no desejo de que seus versos não recebessem “*ninguna otra aclaración*”.

Tres ensayos sobre la violencia de la conquista: Ricardo Rojas, Ezequiel Martínez Estrada y Octavio Paz

Pablo Martínez Gramuglia
Universidad de Buenos Aires – Facultad de Filosofía y Letras – Instituto de Literatura
Hispanoamericana (ILH) - República Argentina
pmgram@gmail.com

Resumen

El ensayo, como género literario siempre relegado frente a la omnipresencia de la ficción, implica un intento concreto y subjetivo de desentrañar el mundo desde una creación estética que no rehúye, sino que busca la incomodidad en la referencia metafórica, la alusión, el esquema arbitrario. Propongo una lectura transversal de tres textos fundadores de una tradición de indagación, separados por alrededor de veinte años cada uno, en los que la violencia de la Conquista española aparece como una de las claves de las sociedades americanas (pensadas sin embargo en su particularidad argentina o mexicana). En *Blasón de Plata* (1910), de Ricardo Rojas, *Radiografía de la pampa* (1933), de Ezequiel Martínez Estrada, y *El laberinto de la soledad* (1950), de Octavio Paz, la representación de una violencia originaria de América (violencia que es violación sexual, destrucción cultural y sometimiento de la naturaleza de modo simultáneo) permite explicar ciertas características del ser argentino o mexicano. Leer los tres textos en ese cruce, amén de las obvias diferencias entre uno y otro, posibilita también explorar los límites de un pensar(se) argentino o mexicano en el marco de una fatal condición americana. Si para Rojas esa violencia determina la apertura al mundo de lo vital, entendida como expresión de la fuerza de una nueva raza mestiza naciente, para los otros autores crea un “trauma nacional” de humillación que condiciona el despliegue histórico y la realidad presente de cada pueblo.

Palabras clave: Ensayo; Conquista; Ricardo Rojas; Ezequiel Martínez Estrada; Octavio Paz; Identidad.

Algo de extraño, de arbitrario, tal vez de provocador sugiere el título, que pone en serie tres autores cuyos puntos en común son muchos y, sin embargo, no tanto como para ubicarlos en un grupo aparte en la larga tradición de la ensayística sobre las identidades nacionales latinoamericanas. Quiero aquí no solo centrarme en un recorte temático ya anunciado, el de la conquista, sino también hacer algunas indagaciones en relación con el género como forma de reflexión; por eso, lo primero que habría que señalar es que los tres textos que me propongo interrogar, *Blasón de Plata* (1910), de Ricardo Rojas, *Radiografía de la Pampa* (1933), de Ezequiel Martínez Estrada, y *El laberinto de la soledad* (1950), de Octavio Paz, son intervenciones intelectuales en contextos precisos y por cierto diferentes y, a la vez, textos que testimonian un *hacerse ensayista* de tres escritores cuyo prestigio mayor les era dado por su condición de *poetas*. La pregunta es también por la práctica de la escritura y los modos de reflexión que esa condición permite -o tal vez delimita-, enfatizada por los tres en su escritura o bien en la lectura que hacen de su obra: Rojas, Martínez Estrada y Paz insisten en ser leídos no como historiadores, políticos o científicos sociales, siquiera como ensayistas, sino como *poetas* que indagan en la realidad.

Para empezar: tres títulos, tres imágenes visuales. El *blasón* que busca dibujar y “restaurar” Rojas, recuperando una vieja alcuña que viene del río epónimo de la Argentina; la *radiografía*, una “escritura” o descripción gráfica hecha con radiación de alta energía, que en medicina y en la construcción se aplica para conocer los daños estructurales no visibles; y el *laberinto*, un lugar de dificultosa salida por las vueltas y encrucijadas que sus caminos tienen. Tres metáforas que apuntan al desentrañamiento de algo confuso, simbólicamente denso, o bien algo tapado y oscurecido por sucesivas capas superficiales, cuya intelección demanda un esfuerzo: Argentina, México, América. Y ese esfuerzo es justamente el trabajo del ensayista.

El nacimiento convencional del género se ha fijado en la operación fundadora de Michel de Montaigne en el primer tomo de sus *Ensayos*, de 1580, en el que convirtió la subjetividad en el centro de su prosa y el punto de vista en la piedra basal de su edificio argumentativo, casi como llegada de un proceso desatado con el humanismo y el Renacimiento del siglo anterior, al que no fue ajeno el encuentro con el otro que forzó una redifinición de la condición del hombre. Liliana Weinberg ha señalado, siguiendo las ideas de Germán Arciniegas en “Nuestra América es un ensayo” (1963), que ya en las primeras crónicas de los europeos en América, de Colón en adelante, hay una prosa interpretativa cuyo diálogo con Nuevo Mundo -sus nuevas experiencias y, en consecuencia, sus nuevos desafíos a la racionalidad occidental- constituye un antecedente significativo de la apuesta de Montaigne¹. Más que una precedencia, mérito siempre dudoso -¿quién hace algo de veras por primera vez?-, lo que señala Weinberg es la afinidad insoslayable entre un modo de aprehensión de la realidad y una realidad inexplorada e inesperada. América se da al ensayo porque fuerza la interrogación sobre la condición humana y la posibilidad de una identidad colectiva, de comunidad, al tiempo que desordena sentidos fijos del pensamiento europeo.

Una tercera fundación es también contemporánea: la expansión de la imprenta como modo de producir textos y almacenar información. El ensayo nace en un mundo capitalista en el que la rápida difusión de la imprenta convierte los libros en una mercancía de producción en serie y de amplias posibilidades de circulación internacional por su carácter no perecedero². Genuinamente moderno, la encrucijada del ensayo coincide con el período de las exploraciones ultramarinas europeas, la multiplicación y estabilización de la información escrita y la primera afirmación burguesa. Si el ensayo, como ha sostenido en un texto famoso Theodor Adorno, es

¹ Ver Liliana Weinberg, “El lugar del ensayo”, *CELEHIS. Revista del Centro de Letras Hispanoamericanas*, Mar del Plata, año 21, n° 24, 2012, pp. 13-36, especialmente pp. 16-17.

² Walter Ong observa que la tecnología de la imprenta (como después la de los telares automáticos) es la primera que se beneficia de una especialización de la tarea de cada operario, proponiendo una primera cadena de montaje entre el autor y el lector mucho tiempo antes que la invención de Ford.

la representación de un proceso interpretativo, solo la afirmación de una subjetividad racional y autocentrada permite llevar adelante un proceso tal en el que, lejos de representar el mundo, el autor se representa a sí mismo frente al mundo (“es a mí a quien pinto” escribe Montaigne). Argumentativo y por lo tanto universal, pero abierto expresión de una subjetividad y por lo tanto individual, el ensayo avanza en el asedio a la representación del mundo desde un punto de vista lego, asistemático, que rechaza la especialización y el saber experto³.

En ese sentido, los textos que estudio aquí reivindican esa condición de lego de sus autores. Rojas define la suya como “obra espontánea como forma y libre como pensamiento, sin clasificación científica ni género literario”⁴; es, sin embargo, la más ordenada de las tres desde un punto de vista narrativo, que hilvana un relato de la conquista, colonización e independencia argentinas mezclando historia, memoria y leyenda, con mucho de idealización. Martínez Estrada, en cambio, pese a un comienzo cronológico que arranca en la conquista, acumula y superpone perspectivas disciplinares, que incluyen la geografía, la historia, la psicología, la antropología, la filosofía vitalista, la política y la propia tradición ensayística de indagación nacional, con el *Facundo* de Sarmiento como modelo central con el cual antagonizar. Similar mezcla de saberes y discursos realiza Paz, tal vez con mayor vuelo filosófico y una indagación encarnizada del lenguaje cotidiano como clave de la identidad mexicana.

Una pregunta central atraviesa la ensayística americana del siglo XX: la identidad, sea nacional, sea continental. La fuerte presencia del género en los primeros dos tercios de ese siglo, cuando la literatura de ficción deja de ser un instrumento de la política como lo fue en el anterior, parece apuntar a su condición de refugio de una reflexión moral, política y filosófica en general frente a géneros como la poesía y la narrativa, que con el modernismo y las vanguardias históricas afirmaron su autonomía. Por eso, pensada como una serie cronológica, los tres libros que tomamos aquí avanzan en la representación mediada de la realidad, al tiempo que a través del símbolo y la metáfora logran una imagen más compleja -probablemente más verdadera. Para explorar esta hipótesis, quiero centrarme en un episodio que los tres autores toman como fundantes de la condición americana, aunque su problematización es dispar en cada caso: la violencia de la conquista española.

³ Escribe Beatriz Colombi: “El lugar del ensayista se define, en muchas ocasiones, por su contraposición respecto del especialista o tratadista, lo que configura un sujeto de enunciación libre de condicionamientos, regulaciones disciplinarias, pertenencias académicas o marcos institucionales. Esta es la convención que rige para el género: la de un sujeto que simula trabajar sesgadamente respecto del conocimiento canonizado” (Beatriz Colombi, “Lugares de ensayista”, *Zama*, n° 1, 2008, pp. 19-30, p. 26).

⁴ Ricardo Rojas, *Blasón de Plata*, Hyspamérica, Buenos Aires, 1986, p. 13.

Blasón de Plata responde estéticamente al estilo modernista y puede encuadrarse bien en lo que José Luis Romero ha llamado el “espíritu del Centenario” en la Argentina de comienzos de siglo: un clima de época propio de una nación que se ve a sí misma triunfante en términos económicos y políticos, en un momento particularmente exitoso del proyecto liberal, pero en el que parece agotarse su impulso; de ahí la pregunta por la identidad nuevamente desatada. Si bien el modernismo se deja definir como una estética, e incluso un movimiento literario o, en términos más amplios, cultural, se caracteriza por la ausencia de una ideología política concreta, dadas las divergentes opciones que tomaron sus miembros. A la vez, como ha señalado Carlos Real de Azúa, esa ausencia de una ideología *política* se ve compensada por una ideología *estética* que lleva a privilegiar el valor de la belleza en términos casi absolutos. Por eso, en la senda del *Ariel* de Rodó, la impugnación del crecimiento puramente económico, de la “corrupción moral” que habría entrañado la “ciudad fenicia”, el “burgués aureus” y el inmigrante del “país factoría”, se realiza más en términos de ideales en primer lugar estéticos y en menor medida éticos, aunque rara vez políticos.

El estilo modernista de Rojas, primero como poeta y luego como ensayista, se matiza por una pasión casticista propia del filólogo, que si bien no evita el neologismo sí combate el galicismo y se regodea en el vocabulario arcaizante y españolizante⁵. Escrito para indagar en la cuestión de la identidad nacional, retomando una conocida cita de Sarmiento (“¿Argentinos? ¿Desde cuándo y hasta dónde? Bueno es darse cuenta de ello”), en una lectura deliberadamente ingenua podría decirse que Rojas responde literalmente el interrogante, pues si bien el despliegue cronológico lo lleva a empezar en un punto histórico, termina ubicando la fuente de “la argentinidad” en el territorio. La originalidad de la respuesta de Rojas, en el contexto argentino del Centenario, pasa por pensar la identidad nacional a partir del mestizaje (concebido en términos más culturales que raciales), de modo de basar su versión de la nacionalidad en una combinación de dos variables, indianismo y exotismo. Así, organiza un relato de la nacionalidad que se contrapone a las versiones existentes: ese relato comienza con la conquista del territorio y termina en 1811, con la proclama de la igualdad de los indígenas de Juan José Castelli en el Tiahuanaco.

⁵ Basta leer los títulos de los capítulos de *Blasón de Plata*, estilizados sobre la huella de la crónica y la novela medieval peninsular. Por ejemplo, “I. De cómo y por qué en el alma paladinesca de los Conquistadores floreció nuestra leyenda de Plata”, o “III. De cómo la influencia epónima de este mito fluvial llegó a más apartadas y fragosas comarcas”, o bien “XVI. Donde se traza, con palabra oportuna, una silueta del antepasado Conquistador en la heroica rebusca de Traspalandas y Quiviras”.

Pero la operación historiográfica más temeraria de Rojas es otra: representar la conquista como un proceso poco conflictivo, en el que la violencia está casi borrada, reescribiendo el *Diario de a bordo de Colón*:

...apenas vieron desembarcar a los navegantes y descubrieron en sus rostros un gesto de amor, tornaron ellos hasta la playa, para recibirles como a dioses amigos. Preguntaban los indios al Almirante si ellos eran los hombres del cielo. Asombrábanse de sus vestiduras multicolores como el plumaje de las aves indígenas, y con torpeza pueril tomaban por el filo las espadas. (...) En medio de aquel pacífico y no esperado acatamiento, los descubridores tomaron posesión de la tierra. La Cruz abría sus dos brazos de amor, entre un círculo de indios y de aceros, ambos desnudos.⁶

Por supuesto, le resulta inevitable reconocer ciertos enfrentamientos, pero en esos casos la violencia siempre aparece justificada en tanto se trata de una reacción indígena frente a la injusticia:

Los exploradores que después del descubrimiento llegaron al Río de la Plata, encontraron la misma hospitalidad que en las Antillas [...] la sombra de sus chozas, la carne de su pesca y hasta el amor de sus indias, todo lo compartieron. La ruptura de las dos razas fue un hecho que siguió siempre a los tributos injustos, a los vejámenes de que era víctima la tribu autóctona, a manos del extranjero armado.⁷

Como lo probaría la enorme superioridad numérica aborígen, la conquista fue aceptada y hasta bienvenida por los indígenas, aunque cierta rebeldía prefigure el afán de libertad patriota⁸. El proceso destacado fue el de una transculturación mutua, que dio lugar al mestizaje, cuyo correlato estético, en el estilo del ensayo, es la mezcla del español arcaizante con la recuperación de términos indígenas. La operación historiográfica del rescate positivo del mestizaje, cuya fantásica concreción se describe como el amor entre indias y españoles, carente entonces de toda violencia, es completada por una operación estética de mezcla y superposición de lenguas, en la que si apenas entra el legado de “idiotismos y americanismos de nuestro vocabulario”⁹, sí se reivindica “la memoria de los indios muertos y se dice lo que de ellos sobrevive en nuestras tierras y nuestras almas”¹⁰. La nueva definición de nacionalidad a la que aspira Rojas se basa en “...el equilibrio de todas las fuerzas progenitoras, dentro de la emoción territorial”.

...No debemos olvidarnos -escribe- que el régimen colonial significó la convivencia del indios y el colonizador, en la aldea, en la encomienda, en la reducción, en la doctrina. Los

⁶ Ricardo Rojas, pp. 68-69.

⁷ Ricardo Rojas, pp. 71-71.

⁸ Escribe Rojas: “Al penetrar el conquistador en la tierra argentina, casi todos los pueblos nativos se plegaron a la nueva civilización, según ya lo sabéis. Esto no impidió a algunos jefes, seguros de su fuerza y sordos a los presagios de ruina, levantarse contra el invasor. Encarnaban ellos el instinto heroico de la defensa patria, y su recuerdo ha de ser venerado, porque su patriotismo, aunque elemental, fincaba en el amor a la tierra indiana” (Ricardo Rojas, p. 98).

⁹ Ricardo Rojas, p. 106.

¹⁰ Ricardo Rojas, p. 9.

pueblos que aceptaron pacíficamente ese régimen, sin producir durante tres siglos otros actos de fuerza que la protesta contra la injusticia...¹¹

Así, Rojas da pie a un nacionalismo cultural que, lejos de rechazar la mezcla racial, la abraza a partir de una identidad dada por el territorio y el ideal. Se contraponía así a la mirada negativa que la generación anterior, positivista en pensamiento y naturalista en literatura, y muchos contemporáneos, tenía del mestizaje, como Carlos Octavio Bunge en Argentina o Alcides Arguedas en Bolivia, cuyo elocuente *Pueblo enfermo* (1909) condena al atraso a los países de América, y también a la visión aún negativa pero mucho más optimista de José Enrique Rodó en Uruguay o Carlos Arturo Torres en Colombia (con *Idola fori*, 1910), quienes cifran en el entusiasmo juvenil un futuro redentor.

Miguel Dalmaroni señala que Rojas invisibiliza el enfrentamiento y la violencia de la conquista, en un “malabarismo” retórico en el que “la imaginación letrada” se convierte en “herramienta retórica para mantener la hegemonía”¹². Diría que, más que invisibilizarla, la matiza, modera y justifica, sobre todo en el caso de los indígenas contra los conquistadores; es una violencia “domesticada”, que en el gran marco narrativo de una nacionalidad que se despliega desde el origen de los tiempos hasta su presente no es más que un dato menor, una mínima contramarcha que terminará encajando en el gran esquema de la argentinidad. Si la identidad está dada por el territorio, las sucesivas oleadas de inmigrantes, considerando las culturas precolombinas producto de las primeras de ellas (reescribiendo el mito de Tupí y Guaraní, la pareja venida de allende los mares, fundadora de “casi todas las tribus”), se han integrado en esa identidad¹³. Y así como en un nivel lingüístico podemos encontrar un mestizaje formal que replica en términos estéticos esta operación historiográfica e ideológica, algo similar puede decirse en relación con el ensayo, basado en la hibridez genérica, “reforzando un imaginario en el que conviven un crisol de razas, [y] también de espacios y de textos”¹⁴: historia, crónica, leyenda, poesía, copia literal de documentos, antropología, psicología, epopeya, así como manifiesto voluntarista: representación de la historia de un ideal a la vez que de un deseo utópico de convivencia de las culturas extranjeras en el presente de 1910, atravesado por las angustias que la inmigración masiva había desatado entre las conciencias oligárquicas porteñas.

¹¹ Ricardo Rojas, p. 104.

¹² Miguel Dalmaroni, *Una república de las letras. Lugones, Rojas, Payró. Escritores argentinos y Estado*, Beatriz Viterbo, Rosario, 2006, p. 132.

¹³ Dalmaroni ironiza: “los indios argentinos, propone Rojas, también descienden de los barcos” (Miguel Dalmaroni, “Los indios argentinos descienden de los barcos (Sobre *Blasón de Plata* de Ricardo Rojas)”, *Orbis Tertius*, año 4, n° 7, 2000, pp. 1-18, p. 4).

¹⁴ Carola Hermida, “Tres introducciones”, *Estudios de Teoría Literaria*, año 2, n° 4, 2013, pp. 223-234, p. 225.

Cuando Ezequiel Martínez Estrada retome la reflexión sobre la condición argentina en 1933, en su *Radiografía de la Pampa*, algunos de los miedos de comienzos de siglo se habrán convertido en realidades, en un país en que el modelo liberal agroexportador había caducado de la mano de la crisis sistémica del capitalismo de 1929 y el golpe de Estado de 1930, primera interrupción del orden republicano establecido en 1860. Martínez Estrada, poeta con seis libros publicados y un Premio Nacional de Literatura en su haber, se interroga por lo males de la sociedad en la que vive, en un texto con pretensiones de totalidad, abrumador en su extensión y en su organización: casi cuatrocientas páginas de abigarrada tipografía, dividido en seis partes, cada una de las cuales consta de tres capítulos. La argumentación avanza en torno de ciertos símbolos y algunos tópicos de abigarrada concentración semiótica: “El cuchillo”, “Las vías de acero”, “Los pobres”, “Amor”, “Fe”, “Idioma”, etc. En esa escritura, la metáfora explicativa, que muchas veces es un escándalo lógico, trabaja por equivalencia, postulando una definición que incomoda al lector tanto como lo sorprende. Por eso, pese a la longitud, el texto tiende al aforismo: “América no era América; [el conquistador] tenía que forjársela y que superponérsele la realidad del ensueño en bruto”; “Entre el poderoso y el oprimido no hay pactos duraderos”; “Cada día de navegación, las carabelas desandaron cien años. El viaje se había hecho a través de las edades, retrocediendo de la época de la brújula y la imprenta a la de la piedra tallada”; “El indio no tiene ningún pasado porque no tiene porvenir”¹⁵.

Con ese estilo, Martínez Estrada, a quien se le ha atribuido una “rebelión inútil” (Sebreli, 1960), ser “un puritano en el burdel” (Orgambide, 1994), brinda un panorama en extremo negativo de la Argentina de los 30 y también de toda su historia, en la que no ve más que el despliegue de lo falso, lo vacuo, lo superficial que viene a tapan lo real¹⁶. Él, el radiógrafo, es el que muestra una estructura profunda que remite al atraso y la barbarie; “los creadores de ficciones eran los promotores de la civilización, enfrente de los obreros de la barbarie, más próxima a la realidad repudiada. [...] El procedimiento con que se quiso extirpar lo híbrido y

¹⁵ Ezequiel Martínez Estrada, *Radiografía de la Pampa*, Losada, Buenos Aires, 1991, p. 10, p. 31, p. 75 y p. 119 respectivamente.

¹⁶ Lucila Mondino recopila algunos juicios negativos sobre Martínez Estrada: “...muchos se habían prodigado en insultos y refutaciones: Jorge Luis Borges dijo de Martínez Estrada que era un 'sagrado energúmeno'; Raúl Anzóategui lo consideró 'una estatua aficionada a hacer declaraciones'; Ismael Viñas, un 'negador a la marchanta'; Jorge Abelardo Ramos, un 'intérprete del pensamiento imperialista...'” (Lucila Mondino, “El ensayo entre los dos centenarios: Hacia una relectura de Martínez Estrada”, *Revista Borradores*, n° 10-11, 2009-2010, pp. 1-16, p. 2) y siguen varios juicios más, de reaccionario, colonial, poco científico, etc. Me centro igual en su pesimismo existencial, más allá del signo político que se le ha atribuido a su escritura. En la historia de las lecturas de Martínez Estrada, sin embargo, habría que señalar dos momentos centrales: la contradictoria admiración y condena de los intelectuales del grupo de la revista *Contorno* (David e Ismael Viñas, Juan José Sebreli, Noé Jitrik y Adolfo Prieto) en la segunda mitad de la década de 1950 por un lado, y la relectura obsesiva de ensayistas y académicos desde fines de los años 90 y, sobre todo, a partir de la crisis de identidad argentina de 2001-2002 (Beatriz Sarlo, Liliana Weinberg, Horacio González, Oscar Terán, León Sigal y varios investigadores más jóvenes).

extranjerizo, fue adoptar las formas externas de lo europeo. Y así se añadía lo falso a lo auténtico.” (336).

En esa denuncia de lo aparente, hasta los sueños y las mentiras son desplazados. La primera parte, “Trapalanda”, nombre de una tierra mítica anhelada por los primeros conquistadores del actual territorio argentino, versión sureña de El Dorado, es la más histórica -si bien todo el texto va y viene del pasado al presente-; en ella se describe el hecho fundante original, la conquista. En busca de un territorio ubérrimo, pleno de oro y especias, los conquistadores solo llegan a una tierra cuya inmensidad es en realidad signo de pobreza: todo está por hacerse y “trabajar, ceder un poco a las exigencias de la naturaleza, era ser vencido, barbarizarse”¹⁷. La letra reemplaza la realidad, poniendo “un vestido legal” a “esta desnudez de un trozo de planeta olvidado”¹⁸. La naturaleza termina dominando al hombre en un continente sin historia. Una meta eternamente desplazada, la acumulación de riquezas que no solo no estaba en las quiméricas calles y casas de Trapalanda, sino tampoco siquiera en minas o templos indígenas, hizo que los conquistadores fueran “señores de la nada”: ni metales y piedras preciosas como en la actual Colombia o el Cuzco, ni dulces mujeres hermosas como en el Paraguay o en Guanahani, ni ciudades fantásticas y reales como Tenochtlán, ni la fuente de la eterna juventud prometida; solo la nada, pero una nada enorme en la que “lo ilusorio reemplazó a lo verdadero”¹⁹.

El colono que sucedió al conquistador, según Martínez Estrada, fue el que sufrió el desengaño y se vengó de una realidad que no era la esperada. La violencia de la conquista se ejerció sobre un triple objeto: la naturaleza, el indígena y la mujer, cifra de la tierra y de América:

Una inconcebible opacidad del futuro y de la responsabilidad, hostigaba al blanco a engendrar en las indias, como si se tomara una recóndita represalia contra América. Perpetuaba con saña la humillación del indígena, cuya desnudez le inflamaba instintivos caprinos a la vez que desprecios de la miseria. Pero en esta siempre desdichada nacían enemigos...²⁰

El hijo humillado del español y la indígena será el mestizo, que odia su origen, es decir, que se odia a sí mismo. Y ese odio es el que hace imposible un orden social y político estable:

Iba quedando [...] una población nacida de las uniones irregulares, que andando el tiempo comprendería toda la vergüenza del pasado. [...] Las uniones casuales del invasor y la mujer sometida dejaban una consecuencia irremediable en el mestizo, que llegada su hora

¹⁷ Ezequiel Martínez Estrada, p. 10.

¹⁸ Ezequiel Martínez Estrada, p. 11.

¹⁹ Ezequiel Martínez Estrada, p. 14.

²⁰ Ezequiel Martínez Estrada, p. 26.

se volvería contra el pasado y la sociedad; de ella brotarían las guerras civiles y las convulsiones políticas posteriores, con sus cabecillas mestizos o mestizados casi siempre. Pero también dejaban una sustancia inmortal y avergonzada, que en cada cópula perpetuaría la humillación de la hembra.²¹

Difícil pensar una diferencia mayor con el “amor de las indias” que da lugar a un mestizo que ya es “hijo de la tierra” que postulaba Rojas. Y fácil de encontrar los puntos en común con el texto de Octavio Paz, publicado en 1950, cuya recuperación de Martínez Estrada parece evidente, aunque Paz haya afirmado que al escribir su ensayo no conocía el del autor argentino²². Los dos se presentan como “intérprete[s] de la psiquis colectiva”, que traducen un relato social vuelto inteligible gracias a metáforas que explican toda la sociedad. Según Beatriz Colombi, en los dos textos, “...la posición interpretante de un trauma de origen se vuelve medular, siendo que en el pasado y en el olvido radica la clave todos los conflictos del presente, mientras que en la vuelta y la memoria, su posibilidad de recuperación”²³. En efecto, en el pasaje si se quiere más optimista de su obra, el último párrafo del libro, en el que se ve claramente la influencia de Sigmund Freud siempre señalada, al rechazar la falsa civilización como pura impostura, escribe Martínez Estrada: “Conforme esa obra y esa vida inmensas van cayendo en el olvido, *vuelve a nosotros la realidad profunda*. Tenemos que aceptarla con valor, para que deje de perturbarnos; *traerla a la conciencia, para que se esfume* y podamos vivir unidos en la salud”²⁴. Hacer explícito el trauma dará como consecuencia su “cura”.

Paz, por su lado, señala que los mexicanos luchan “con entidades imaginarias, vestigios del pasado o fantasmas” engendrados por ellos mismos, que le impiden ser ellos mismos: “...todo lo que es el mexicano actual [...] puede reducirse a esto: el mexicano no quiere o no se atreve a ser él mismo”²⁵. La función del ensayista es esclarecer el origen de esos fantasmas, para poder enfrentarse a ellos. Pero a diferencia de la entonación sacrificial e individual compartida por Rojas y Martínez Estrada, Paz se sabe ya parte de un movimiento de reflexión sobre la condición mexicana (y más en general americana) que ha empezado mucho antes y que ya se ha consolidado:

²¹ Ezequiel Martínez Estrada, p. 28.

²² Así lo dice en una entrevista realizada por Claude Fell en 1975. Ver Octavio Paz, “Vuelta a *El laberinto de la soledad*”, *Pasión crítica*, Seix Barral, Barcelona, 1985, pp.104-128, p. 106.

²³ Beatriz Colombi, p. 28.

²⁴ Ezequiel Martínez Estrada, p. 342.

²⁵ Octavio Paz, *El laberinto de la soledad*, Fondo de Cultura Económica, México, 1985. El final del libro de Paz también da cuenta de la cura posible en el hacer conciente: “El hombre moderno tiene la pretensión de pensar despierto. Pero este despierto pensamiento nos ha llevado por los corredores de una sinuosa pesadilla, en donde los espejos de la razón multiplican las cámaras de tortura. Al salir, acaso, descubriremos que habíamos soñado con los ojos abiertos y que los sueños de la razón son atroces. Quizá, entonces, empezaremos a soñar otra vez con los ojos cerrados” (p. 191)

A pesar de la naturaleza casi siempre ilusoria de los ensayos de psicología nacional, me parece reveladora la insistencia con que en ciertos períodos los pueblos se vuelven sobre sí mismos y se interrogan. Despertar a la historia significa adquirir conciencia de nuestra singularidad, momento de reposo reflexivo antes de entregarnos al hacer. (...) no podemos sustraernos a la necesidad de interrogarnos y contemplarnos. No quiero decir el que el mexicano sea por naturaleza crítico, sino que atraviesa una etapa reflexiva. Es natural que después de la fase explosiva de la Revolución, el mexicano se recoja en sí mismo y, por un momento, se contemple. Las preguntas que nos hacemos ahora probablemente resulten incomprensibles dentro de cincuenta años. Nuevas circunstancias tal vez produzcan reacciones nuevas.²⁶

Es el fracaso de la Reforma y la Revolución Mexicanas, del vasconcelismo y la educación socialista, y también de la mexicanización del surrealismo al que tempranamente adhirió de lo que se nutre la prosa de Paz, de mayor vuelo poético. Intelectual funcionario del gobierno de Miguel Alemán Valdés, que de la mano de la industrialización esperaba pagar esas deudas de la segunda generación de líderes posrevolucionarios, su prestigio estaba cimentado en seis libros de poemas publicados. Con una mejor formación académica que los dos argentinos, se adentra en la indagación de la identidad mexicana a partir de un presupuesto central: la soledad existencial de los mexicanos como individuos y también como pueblo, la dificultosa relación con el otro, el hermetismo. Como señalé más arriba, pese a la enfática negativa de Paz de haber leído a Martínez Estrada, las semejanzas son muy significativas. No solo porque el pensador de la pampa dedica una de sus seis secciones a la “Soledad”, sino también porque el trauma fundador de las angustias presentes resulta ser el mismo, la violencia de la conquista en la forma de violación de las indígenas. La madre violada da a luz a un mexicano neurótico, hermético y cargado de máscaras según Paz, tan humillado y rechazado por el padre como el gaucho mestizo de Martínez Estrada.

En el capítulo IV, tal vez el más famoso de su libro, “Los hijos de la Malinche”, Paz plantea el “misterio” del hermetismo mexicano, tanto para el otro como para sí mismo. “la desconfianza, el disimulo, la reserva cortés que cierra el paso al extraño, la ironía, todas, en fin, las oscilaciones píscicas con que al eludir la mirada ajena nos eludimos a nosotros mismos” se podría explicar por la inevitable desconfianza a la autoridad desde tiempos coloniales²⁷. Su ensayo, sin embargo, rechaza el relato histórico como clave explicativa y de hecho considera que esa explicación es simplista, pues hay un ida y vuelta entre historia y psicología: “Las circunstancias históricas explican nuestro carácter en la medida que nuestro carácter también las explica a ellas [...] Por eso toda explicación histórica es insuficiente -lo que no quiere decir

²⁶ Octavio Paz, *El laberinto...*, pp. 9-11.

²⁷ Octavio Paz, *El laberinto...*, pp. 64-65.

que sea falsa”²⁸. El análisis histórico se complementa entonces con una mirada sobre el lenguaje cotidiano y sus “palabras prohibidas”, las malas palabras. El insulto mexicano por excelencia, “hijo de la Chingada”, alude a la madre violada, la primera de ellas la Malinche. En un sentido más amplio, “chingar es hacer violencia sobre otro”²⁹. La sociedad mexicana, de miembros violentos y aislados, se divide entonces entre chingados y chingones.

Así, el mexicano es el “hijo de la Chingada”, “el engendro de la violación, del rapto o de la burla”³⁰. Rechazado por el padre que lo abandona y por la madre que ve en él la violencia ejercida sobre ella, el mexicano moderno, existencialmente solo, abriga resentimiento. Esta condición del mexicano no es histórica, ni siquiera históricamente motivada, sino atemporal: la referencia a Malinche y Cortés es simbólica, no cronológica u originaria. La Malinche, símbolo de la entrega, “encarna lo abierto, lo chingado, frente a nuestros indios, estoicos, impasibles y cerrados”; “los malinchistas son los partidarios de que México se abra al exterior”³¹, escribe Paz cuando ya se mete las disputas políticas de su presente. Solo a partir de ese clave capítulo cuarto, en cuyo comienzo rechazó la historia y planteó la necesidad de indagar en el lenguaje, en particular en la dimensión prohibida del habla cotidiana, Paz se permite delinear un desarrollo cronológico de la identidad mexicana de los capítulos V a VII (el VIII es destinado a “Nuestros días”), pues “la historia, que no nos podía decir nada sobre la naturaleza de nuestros sentimientos y de nuestros conflictos, sí nos puede mostrar ahora cómo se realizó la ruptura y cuáles han sido las tentativas para trascender la soledad”³².

El episodio fundante, ahora en términos cronológicos, de la conquista, basada en la violencia, se presenta sin embargo como un impulso civilizador. Para Rojas, la tierra adapta y adopta al invasor europeo hasta volverlo “indiano”, tanto en el pasado como en el presente: “Inmigrantes y capitales, todo será absorbido por la tierra indiana, como lo fueron antes de la Revolución las cosas y los hombres que los virreyes regían”³³. Para Martínez Estrada esa misma tierra barbariza a los españoles primero, a los criollos argentinos y a los inmigrantes después, socavando cualquier intento de superponerle una civilización: lo reprimido vuelve a surgir, como explica con una imagen elocuente:

El campo entra por las calles y por los terrenos con los yuyos. Los yuyos son los heraldos con que el campo anuncia su lenta, infatigable invasión. Hay que estar cortándolos

²⁸ Octavio Paz, *El laberinto...*, p. 65.

²⁹ Octavio Paz, *El laberinto...*, p. 70.

³⁰ Octavio Paz, *El laberinto...*, p. 72.

³¹ Octavio Paz, *El laberinto...*, p. 78.

³² Octavio Paz, *El laberinto...*, p. 80.

³³ Ricardo Rojas, p. 137.

siempre y siempre crecen, hasta que por cualquier evento pueden invadir las habitaciones, que suelen ser de piso de tierra, o echar su ramita entre los ladrillos.³⁴

Para Paz, en cambio, como para Rojas, esa violencia tiene algo de creadora, pues viene a destruir culturas indígenas decadentes y a imponer una modernidad de la mano de un catolicismo reformado, el racionalismo precartesiano y el esplendor cultural español del Siglo de Oro. Como ha señalado Christopher Domínguez Michael, la diferencia central en la representación de la conquista entre Martínez Estrada y Paz está en la valoración de la España del Carlos V y Felipe II³⁵: mientras para el primero es un pueblo arcaico, “esclerosado, pétreo”, en una palabra, “americano” (otra vez la fórmula paradójal), para el segundo los españoles son una especie de cruzados renacentistas:

España es una nación todavía medieval (...). Al mismo tiempo, el Descubrimiento y la Conquista de América son una empresa renacentista. (...) Y es significativo que la parte más viva de la herencia española en América esté constituida por esos elementos universales que España asimiló en un período también universal de su historia. (...) La tradición española que heredamos los hispanoamericanos es que en España misma ha sido vista con desconfianza o desdén: la de los heterodoxos...³⁶

Por supuesto, esos valores modernos no fueron impedimento para el abuso de indígenas y mujeres, que en la concepción humanista son “menos humanos” que los hombres blancos europeos. Pero sí determina que la violación de las indígenas, que para Martínez Estrada es atávica y en todo caso resultado de la ausencia de mujeres entre los españoles, adquiere para Paz una dimensión cosmogónica, de creación de una nueva identidad por medio de la misma violencia creadora que se aplica sobre la naturaleza o sobre las ciudades indígenas. Sería injusto atribuirle, sin embargo, una idea de “mejora racial”; lo que surgen son valores, actitudes, que dan vida a la riquísima cultura de Nueva España, que tanto fascinó al Nobel mexicano, sin equivalente en el pálido brillo de la colonia rioplatense. Rojas, finalmente, ve en la cultura española del siglo XVI una continuidad con el espíritu de la Reconquista, encontrando los puntos de contacto entre la cultura medieval y la temprana modernidad. Un impensable amor, más que la violencia, sutura la distancia entre una América fragante y una Europa racional.

Si en los cuarenta años que van del libro de Rojas al de Paz el ensayo ha abundado en metáforas y símbolos, se ha distanciado de la realidad representada por sucesivas mediaciones, ha interpuesto desplazamientos de sentido entre referente y texto, también ha logrado una densidad significativa que fuerza una reflexión en el lector. Por ello, esa vía de indagación

³⁴ Ezequiel Martínez Estrada, 101.

³⁵ Ver Christopher Domínguez Michael, “Radiografía del laberinto”, *Prismas*, Quilmes, n° 18, 2018, pp. 99-109.

³⁶ Octavio Paz, *El laberinto...*, pp. 88-89.



poética sirve para explicar mejor una realidad que puede escaparse a otros discursos más ceñidos a la representación, sea la historia, el periodismo o la política.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX

EIXO 8: PENSAMENTO ECONÔMICO

De 16 a 18
maio de 2018

Universidade
de São Paulo
Brasil

Economia e sociedade no Centro-Oeste brasileiro do século XIX a partir da leitura do romancista Bernardo Guimarães

Márcio Bobik Braga

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - FEA-RP/USP. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP, Brasil
marbobik@usp.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo mostrar que as obras literárias regionalistas do escritor brasileiro Bernardo Joaquim da Silva Guimarães podem ser consideradas como fontes para estudos sobre a economia e a sociedade no *hinterland* central do Brasil do século XIX. Nelas, pode-se encontrar, por exemplo, a descrição da pobreza e outros impactos econômicos e sociais decorrentes do fim do ciclo da mineração. O texto trata ainda das possíveis relações entre a Literatura e a História.

Palavras-Chave: Literatura e história econômica; Literatura latino-americana; Ciclo da mineração no Brasil; Economia brasileira no século XIX; História de Minas Gerais; História de Goiás.

Toda mentira tem um fundo de verdade.
(Ditado popular)

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir algumas possibilidades em torno da relação entre a História Econômica e Literatura a partir da leitura de obras do romancista mineiro Bernardo Joaquim da Silva Guimarães. Em seus romances e contos, pode-se encontrar, por exemplo, uma descrição da pobreza e de outros impactos econômicos e sociais decorrentes da decadência da mineração, além de informações relevantes para a historiografia como as atividades de subsistência, os hábitos alimentares, os produtos comercializados e determinadas características do sistema escravista da região.

Neste texto, foi considerada a hipótese, amplamente discutida e em grande parte aceita pelos críticos literários e historiadores, de que é possível entender a história a partir da literatura. Essa relação assume um caráter particular na América Latina do século XIX. Trata-se de um momento em que as possibilidades decorrentes da independência foram amplamente discutidas pelas elites intelectuais nascidas na região.

O interesse aqui está voltado para a sociedade do Centro-Oeste brasileiro, particularmente de Goiás, região que sofreu com a decadência da atividade mineradora. Na delimitação desse espaço, é importante considerar também Minas Gerais na sua parte hoje classificada como “triângulo mineiro e alto do Paranaíba”, particularmente a região próxima às divisas de Goiás e São Paulo. A importância dessa região se coloca por vários motivos. Além

da sua proximidade com a *província* de Goiás, serve para contextualizar o período da decadência da mineração na região e suas consequências econômicas e sociais.

Na análise, foram consideradas as seguintes obras de Bernardo Guimarães: *O Garimpeiro*, publicado originalmente em 1872, *O Ermitão de Muquém*, de 1866, *O Índio Afonso*, de 1872 e a obra *Lendas e Romances*, de 1871, onde se encontram os contos *Uma História de Quilombolas* e *Dança dos Ossos*.¹ Não houve aqui a preocupação na escolha das edições dos textos, atitude que não compromete a pesquisa, já que, exceto pelas reformas da língua portuguesa, elas reproduzem as edições originais.

A biografia de Bernardo Guimarães reforça o caráter histórico de suas obras. Nascido em Ouro Preto em 1825, cidade em que faleceria em 1884, o escritor conhecia bem o interior do Brasil, particularmente o espaço aqui delimitado, o que pode explicar a precisão das informações por ele trazidas, não apenas em seus aspectos socioeconômicos, mas políticos e culturais. Merece destaque o fato de o autor ter exercido cargo de Juiz na cidade de Catalão, no Sul de Goiás, próximo à divisa de Minas, entre os anos de 1852 e 1854 e entre 1861 e 1863, além de ter realizado várias viagens entre as duas *províncias*.²

São várias as complicações metodológicas desta pesquisa. Inicialmente, o caráter histórico da literatura demanda um diálogo entre a obra literária e a historiografia. A grande dificuldade está na escolha dos autores para esse fim já que, para cada tema abordado, há um amplo conjunto de opções. Este artigo utiliza um número limitado de textos para o diálogo proposto. O mais importante aqui é destacar as possibilidades do método comparativo.

Deve-se destacar também que a pesquisa possui um caráter interdisciplinar. Aqui há no mínimo três disciplinas, o que pode levar o pesquisador a realizar análises superficiais em cada uma. Nesse sentido, o presente texto deve ser entendido como um estudo preliminar sobre a interdisciplinaridade em pesquisas sobre a história econômica da América Latina.³

¹ As datas e formas de publicação podem ser encontradas na breve biografia realizada por Hélio de Seixas Guimarães, presente na edição de *Lendas e Romance* de 2006, publicado pela *Martins Fontes*. Ver Guimarães, Bernardo, *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 4ª. Edição, 2006.

² Essas e outras informações sobre a vida de Bernardo Guimarães podem ser encontradas em Magalhães, Basílio de. *Bernardo Guimarães (Esboço Biográfico e Crítico)*. Rio de Janeiro: Tipographia do Anuario do Brasil, Rio de Janeiro, 1926. Esta obra, apesar da data da publicação, é considerada a mais completa biografia sobre o autor.

³ Existem uma ampla bibliografia sobre a relação entre literatura e história, particularmente no Brasil. Dada as limitações impostas a este texto, trabalhou-se com um número limitado de autores. O leitor poderá encontrar a relação proposta em Sevcenko, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 2ª. Edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2003; e em Candido, Antônio. *Iniciação à Literatura Brasileira*. 6ª. Edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Brasil, 2010. A generalização da relação entre história e literatura para a América Latina pode ser encontrada em Ramos, Julio. *Desencontros da Modernidade na América Latina: Literatura e Política no Século 19*. Editora da UFGM: Minas Gerais, 2008. No método utilizado para este artigo, figura também a comparação de textos, tema amplamente discutido na teoria literária. Estamos aqui considerando a interdisciplinaridade aceita em estudos comparativos, como defende, por exemplo, Nitrini, Sandra. *Literatura Comparada*. São Paulo: Editora da USP, 2ª. edição, 2000, p. 119.

O artigo foi dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira descreve a visão do autor sobre as consequências da decadência da mineração. A segunda busca mostrar determinadas características das estruturas econômicas e sociais presentes na *província* de Goiás no século XIX. A terceira trata de algumas relações escravistas consideradas pelo autor.

A decadência da mineração e a pobreza em Minas Gerais de Bernardo Guimarães

Estão presentes nos estudos sobre a História do Brasil do século XIX debates sobre determinadas características econômicas e sociais do *hinterland* brasileiro. Para as províncias de Minas Gerais e Goiás, alguns consideram o aumento da pobreza como uma característica marcante do fim da atividade mineradora. Celso Furtado e Caio Prado Jr., por exemplo, defendem a hipótese de que, após o ciclo da mineração, a região entrou em decadência econômica; porém isso não é consenso na literatura.⁴ Autores como Sergio Buarque de Holanda e Jacob Gorender, por exemplo, argumentam que o processo teria ocorrido apenas em Goiás.⁵ Em Minas Gerais, a situação pós-crise teria sido de transição para uma economia agropecuária diversificada, cuja dinâmica seria ditada pela crescente demanda por alimentos pela atividade cafeeira e pelo crescimento das cidades.⁶ Não se tem a pretensão aqui julgar uma ou outra interpretação como correta. Entretanto, nas narrativas de Bernardo Guimarães, parece prevalecer a primeira para ambas as regiões.⁷

Faz sentido, então, iniciar a pesquisa a partir da leitura de *O Garimpeiro*, romance que se passa no interior de Minas Gerais, em sua parte sul, próxima à divisa de São Paulo e Goiás, em torno das cidades de Uberaba, Bagagem (atual Estrela do Sul), Patrocínio e Araxá. A trama trata da relação entre Lucia, a filha do Major, um fazendeiro da região próxima à Barbacena e o vaqueiro Elias, da cidade de Uberaba. Deve-se destacar que, a despeito do título do romance, Elias, o principal protagonista, é na verdade, um sertanejo do campo.

O romance apresenta, no segundo capítulo, uma descrição da festa religiosa denominada de *Cavalhada*, de origem portuguesa, que ocorre na Vila de Patrocínio e que até hoje é

⁴ Ver Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 27ª. Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Publifolha, 2000; e Prado Jr. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/ Publifolha, 2000.

⁵ Ver Holanda, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial – Administração, Economia e Sociedade*, tomo I, 2º. volume, 7ª. Edição, São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993, e Gorender, Jacob. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Expressão Popular, 6ª. Edição, 2016.

⁶ Gorender, Jacob. *O Escravismo Colonial*. Op. Cit., p. 486-487.

⁷ A hipótese acerca da decadência econômica da região mineira é defendida por Wintter, José Sebastião. *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez*. In Szmrecsányi, Tamás e Amaral Lapa, José Roberto (organizadores). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial SP e Editora Hicitec, 2ª. Edição, 2002, p. 127-128.

comemorada em algumas localidades do Sudeste e Centro-Sul do país. Há, na descrição, certo otimismo que acaba envolvendo o leitor. A festa agrega uma grande população proveniente de províncias próximas e se apresenta como uma oportunidade de negócios. Esse otimismo pode ser percebido na fala de Elias, principal cavaleiro da festa, quando se refere às possibilidades como o melhoramento de raças e o desenvolvimento de novas habilidades no trato com o cavalo.⁸ Entretanto a festa é temporária e, com o seu fim, a região volta ao seu estado de isolamento e pobreza:

Acabada a festa, tudo caiu na tristeza e monotonia, não direi ordinária, porém muito pior ainda, pois contrastava horrivelmente com a alegria e festivo alvoroço dos dias atuais que acabavam de escoar-se, e dos quais somente restava a saudade.
Elias, de garboso e brilhante cavaleiro que era, passou a não ser mais que mero peão, isto é, voltou à sua condição de moço pobre e sem posição.⁹

A trama trata do impossível amor entre o pobre Elias e Lucia, moça de uma família de posses. Entretanto, as posses eram apenas aparentes. Seu pai, o Major, encontrava-se endividado, situação que o leva a buscar a sobrevivência na *loteria* do garimpo.

A Bagagem contava em seu seio talvez vinte mil almas à custa dos Municípios vizinhos, que ficaram despovoados. Quase todo o Patrocínio, o Araxá, grande parte do Paracatu e Uberaba tinham-se mudado para as matas de bagagem.
O Major também não ficara isento da mania geral, e, tentado pelo demônio do garimpo, deixou quase por completo abandono sua lavoura, e veio estabelecer-se na Bagagem com sua família e quase toda a escravatura.¹⁰

Ou seja, a narrativa passa para o contexto da decadência da mineração, que se agrava ao longo do século XIX, e suas consequências para a agropecuária, que desempenhou papel fundamental na oferta de alimentos para a atividade mineradora. Essa situação é mais uma vez descrita no diálogo entre o Major e Leonel, pretendente de Lucia, que se apresenta com próspero comerciante, mas que na verdade é um falsário de papel-moeda. Nesse diálogo, o Major, ao receber de Leonel pedido de casamento da sua filha, revela-se como um decadente fazendeiro a beira da pobreza:

- É a pura verdade; completamente arruinado. Este maldito garimpo, que seduz e cega o homem mais do que a mesa do jogo ou a meretriz artificiosa, tem-me devorado em pouco tempo todos os anos de trabalho na lavoura e no comércio sem a mínima compensação. Minha fazenda, meus escravos estão hipotecados, quase até o último e, em breve a miséria virá bater-me à porta. Desculpe-me esta franqueza. Eu não devia ocultar-lhe as minhas circunstâncias, porque não me ficaria airoso dar-lhe a minha filha em casamento sem que o senhor soubesse que casava-se com a filha de um miserável.¹¹

⁸ Guimarães, Bernardo. *O Garimpeiro*. Rio de Janeiro: ABC Editora, 2002, p. 23.

⁹ Guimarães, Bernardo. *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 43.

¹⁰ Guimarães, Bernardo. *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 43.

¹¹ Guimarães, Bernardo, *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 50.

O Major, vendo-se em condição adversa, pensa no casamento de Lucia como a única alternativa para a salvação de sua família da pobreza. Resta então a Elias tentar a sorte no garimpo e quem sabe ganhar algum dinheiro para tentar convencer o Major que seu amor justificaria o casamento com Lucia. A riqueza se sobrepõe ao amor. O sertanejo torna-se então um pobre garimpeiro:

- Ah! pobreza! maldita pobreza! (...) tu és o pior dos males que afligem a humanidade, pior que a fome, pior que a lepra, pior que a morte mesmo. De toda parte és repelida, como se foras um mal contagioso. Além de faltarem aos pobres todas as comodidades materiais da existência, são-lhe vedados todos os prazeres do coração. O pobre não pode, não deve amar...; Ah! se eu fosse rico!... por que não quis a sorte, que eu possuísse um pouco de dinheiro? mas quem me impede de ter? (...) A Bagagem está ali perto... é um garimpo riquíssimo... pouco custa a cavar a terra, e lavar o cascalho.¹²

Não se pode negar a ênfase dada à pobreza nos textos de Bernardo Guimarães. Em *O Garimpeiro*, a decadência da lavoura leva tanto o Major quanto Elias tentarem a sorte na *loteria* do garimpo de ouro ou diamantes. É importante destacar a preocupação dos personagens: somente a riqueza seria a salvação do homem. Esse pensamento traduz o medo que pessoas pobres tinham da miséria e indignância em uma região em decadência econômica.

No garimpo, Elias é enganado pelo falsário Leonel, que quase se casa com Lucia. Porém no meio da narrativa, as atividades ilícitas de Leonel são descobertas, resultando em sua prisão. Aqui há uma inversão inesperada, não característica de alguns dos principais românticos da época, onde a catástrofe sempre ocorre no final. Depois de quase perder o seu amor, o desfecho é feliz para Elias, que ganha de Simão, seu escravo, um pouco de diamantes e uma localização promissora para um modesto garimpo.¹³ Elias encontra-se então com uma quantidade de diamantes necessária para casar-se com Lucia, propiciando ao Major uma vida boa, porém bem mais simples daquela que ele tinha anteriormente.

A pobreza em Bernardo Guimarães não se resume ao fazendeiro, sertanejo ou garimpeiro. O escravo também era afetado. Com a falência ou morte dos fazendeiros, alguns escravos não tinham como se sustentar, exceto pelo garimpo ou por algum outro *patrão*. Esse é o caso de Simão, escravo do pai de Elias, que também fora um fazendeiro falido e que somente pôde deixar para o filho alguma educação formal. Apesar de Simão não ser tratado como escravo, sua submissão a Elias, a quem chamava de *patrão*, revela um tipo de escravidão de obediência e conformismo com a situação. Isso pode ser percebido no momento em que Elias

¹² Guimarães, Bernardo, *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 31.

¹³ Não é colocado diretamente na trama que Simão era escravo, mas que “[d]esde menino fora camarada do pai de Elias, ao qual sempre servira com a maior dedicação e lealdade”. Ver Guimarães, Bernardo, *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 34. Por outro lado, Simão sempre chama Elias de *patrão* em clara atitude de submissão.

parte para outra cidade para tentar o garimpo. Na despedida, Simão dialoga com o novo garimpeiro:

- Então Vmcê. vai-me deixar, patrão? – disse o velho, fitando em Elias olhos lastimosos. (...)
- Como hei de deixar-te aqui sozinho e desamparado!
- Não lhe dê isso cuidado. Ainda sei trabalhar. Deus é de misericórdia, e nunca há de faltar a este pobre velho um prato de feijão e um ranchinho em que durma. Já que é para o seu bem (...). Também o patrão já não é tão criança que não possa sir sozinho pelo mundo, e eu, a dizer a verdade, mais lhe iria servir de peso que de outra coisa.
- Contudo, Simão, não tenho ânimo de deixar-te assim. Se adoeceres.
- Não banze com isso. Tenho por aqui muito conhecimento, e muito patrão bem, que há de ter dó de mim (...).¹⁴

A partir dessa citação, pode-se imaginar o tipo de relação de escravidão na região aqui considerada. No contexto de *O Garimpeiro*, o escravo parece ser um custo alto para os fazendeiros falidos. Restava aos escravos (ou alforriados) procurar na mineração o ganho para sua subsistência ou achar outro patrão. O caso era particularmente preocupante no caso de Simão, de idade avançada. A já citada situação de pobreza que prevalecia na região deixava o negro ou mestiço pobre sem muitas opções de sobrevivência. Esse quadro pode também ser observado nas atitudes da escrava Joana, que se dedicava aos trabalhos domésticos, domésticos da fazenda do Major. Em uma conversa com Lucia, Joana revela um desejo:

- Mas tu hoje és forra, Joana; deves ir cuidar na tua vida...
- Que importa isso?... por acaso eu pedi alguma alforria? entreguem-me cá a minha carta, e hão de ver como eu a faço em pedacinhos e atiro tudo no fogo.
- Isso não Joana!.. tal não farás. Fui eu que pedi a meu pai te alforriasse, e sabes por quê?
- Eu sei lá!.. de certo foi porque sinhazinha não me quer mais; quer ficar livre de mim.
- Pelo contrário, Joana, foi para não ficar sem ti. Se não fosses forra, irias cair nas mãos dos credores de meu pai, como todos os outros escravos da casa.¹⁵

Temos então uma situação peculiar: uma escrava que não quer a alforria. Por outro lado, Lucia, cujo pai estava endividado e já perdera os escravos para os credores, insistia na alforria para não perder sua *cuidadora*. Trata-se de uma aparente contradição que pode ser explicado pelas condições econômicas da região.

Uma vez colocado o contexto econômico e suas consequências sociais, pode-se agora avançar nas características *hinterland* descrito por Bernardo Guimarães.

II - Economia e Sociedade no Interior de Goiás

Mais do que falar sobre a decadência da mineração, as obras de Bernardo Guimarães tinham outro objetivo em relação à descrição do meio ou contexto: mostrar a pobreza e suas

¹⁴ Guimarães, Bernardo, *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 41.

¹⁵ Guimarães, Bernardo, *O Garimpeiro*. Op. Cit., p. 95.

formas de manifestação em Goiás. Essa *província* teve algum dinamismo durante o ciclo da mineração a partir do final do século XVIII; porém o esgotamento da atividade mineradora foi rápido, criando um quadro particular de pobreza manifestada pelas atividades de subsistência das populações. Essa percepção pode ser lida nas obras *Danças dos Ossos*, *O Ermitão de Muquém* e *O Índio Afonso*.

Pode-se iniciar a análise a partir da leitura do conto *Dança dos Ossos*. No texto, em que o autor é o narrador e protagonista, o sertão era um local de baixa densidade demográfica, com poucos povoados cercados por “profundas e vastas florestas (...) sem fim”.¹⁶ A trama do conto se passa em um porto no rio Paranaíba, que serve de limite entre as *províncias* de Minas e Goiás. Era uma parada à noite, para descanso e alimentação da comitiva que acompanhava seu chefe no caminho pelas matas.

Logo no início, o autor busca descrever seus companheiros sertanejos do Centro-Oeste:

Meus companheiros eram bons e robustos caboclos, dessa raça semi-selvática e nômade, de origem dúbia entre o indígena e o africano que vagueia pelas infindas florestas que correm ao longo do Parnaíba, e cujos nomes, de certo, não se acham inscritos nos assentos da freguesia, e nem figuram nas estatísticas que dão ao império... não sei quantos milhões de habitantes.¹⁷

Se considerarmos a informação de que Bernardo Guimarães foi delegado em Catalão, esses companheiros provavelmente foram inspirados nos funcionários da delegacia e vaziam parte de uma viagem oficial. De qualquer forma, tratava-se de uma população mestiça, pobre e com muitas crenças no convívio com o desconhecido. O conto gira em torno de uma estória contada pelo barqueiro do porto sobre ossos de um defunto que dançam à noite em um caminho dentro da floresta. Interessante aqui destacar a solidão e o medo em uma região onde a lei e o poder de polícia são precários. Parte do medo era de escravos fugitivos, o que era explicado pela tensão criada pela escravidão e que também se manifestava no Centro-Oeste.¹⁸ Mas havia também a violência generalizada característica de uma região sem lei, sem proteção e justiça.

O contexto em que ocorre a estória de *Dança dos Ossos* reforça a pobreza e suas manifestações. Esse ponto já pode ser percebido na fala do barqueiro, ao se desculpar com o

¹⁶ Guimarães, Bernardo, *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 201 - 202.

¹⁷ Guimarães, Bernardo, *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 203.

¹⁸ Guimarães, Bernardo, *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 221.

chefe da comitiva pela ausência de peixe no jantar por não ter tido a oportunidade de comprar linha e anzol por medo da noite.¹⁹

Já o conto *O Índio Afonso* revela mais detalhes sobre a vida do sertanejo, sua situação de pobreza, seus hábitos de alimentação e outros do dia a dia dessa gente que Bernardo Guimarães chamou de *semi-selvática*. O autor não usa o termo de forma pejorativa, pois o selvagem não seria característica implícita do sertanejo, mas resultado do estado de isolamento e esquecimento. O conto inicia com um cenário caracterizado pela *ausência* e medo:

As fundas e emaranhadas selvas dos sertões de nossa terra, além das imensas riquezas e curiosidades naturais que encerram, têm acobertado em sua sobra muito mistério sinistro, muito negro drama de sangue e canibalismo.²⁰

Mais uma vez tem-se aqui o medo da violência.²¹ O conto, também narrado em primeira pessoa, trata da estória de um foragido da polícia nas proximidades da Vila de Catalão, chamado de Índio Afonso que, na verdade não era índio, mas um sertanejo que: “pertencente a esta raça de mestiços que vivem vida nômade e semibárbara pelas margens dos grandes rios do sertão, subsistindo quase exclusivamente de caça e pesca.”²²

Afonso era um foragido da lei por matar um sujeito que teria molestado sua irmã. Depois do crime, ele se aventura pelas florestas que margeiam os rios da sua região como um aventureiro que parece sentir certo prazer em fugir da polícia a partir do seu conhecimento dos rios; ou seja, não havia medo da polícia:

Todos sabem o que é a polícia nessas vastas e desertas províncias do interior, quão ineficaz e impotente é para punir e reprimir o crime. A política subalterna dos lugarejos essa – coitada! – treme diante dos arreganhos de qualquer fanfarrão, avaletoado, quando não pactua com ele.

O mais que pode fazer é levar o crime ao conhecimento do chefe de polícia (...). Até que a denúncia chegue às mãos do chefe de polícia, já eles podem achar-se cem ou duzentas léguas do lugar do delito.²³

O verdadeiro motivo da fuga era a provável atitude de vingança por parte da família da vítima, ou pela delação de oportunistas em troca de algum favor da polícia. De qualquer forma,

¹⁹ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 205.

²⁰ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Associação Acervos Literários, Biblioteca Virtual, organização, apresentação e notas de Leopoldo Comitti, apoio CNPq, 2005 (disponível em <<http://docs11.minhateca.com.br/804407160,BR,0,0,O-%C3%8Dndio-Afonso---Bernardo-Guimar%C3%A3es.pdf>>, acesso em 01 de janeiro de 2018, p. 7.

²¹ A violência e a ausência de política como fatores sociais na Província de Goiás no século XIX é analisada por Silva, Sandro Dutra et al. *A Terra dos coronéis no Oeste do Brasil: a cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano*. *Revista Topoi*, vol. 16, no. 30, Rio de Janeiro Jan./jun 2015, .

²² Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit., p. 10.

²³ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit., p. 29 – 30.

existia o medo da vingança e era preciso estar preparado para ela. Isso pode ser percebido pelos pertences do protagonista da estória:

De ordinário anda só, mas sempre armado, desde os pés até a cabeça, com excelentes armas, de que sabe usar com incrível destreza. Além de sua boa espingarda, de dois canos, que nunca lhe sai do punho, traz ao cinto duas pistolas de dois tiros, uma formidável garrucha, a indispensável faca e uma pequena foice.²⁴

As armas não eram somente para a caça, mas também para a proteção. Em um ambiente hostil e sem a presença do poder público, a violência parecia importante motivo de preocupação. A região era povoada por “bandidos que até hoje tanto abundam infelizmente nas fronteiras centrais de nossas províncias, saltando de uma a outra para se esquivarem às perseguições da polícia.”²⁵

A polícia, quando existia, era precária e pobre. Essa pobreza pode ser percebida pelas ações dos policiais que conseguiram encurralar Afonso em uma cachoeira. Enquanto nosso anti-herói se esconde em um tipo de gruta atrás da queda das águas, os policiais ficam à espreita, porém sem muita pressa. A presença deles ali, na beira de um rio, era algo a ser comemorado por causa da refeição:

Vendo, pois, que lhes era impossível o ingresso naquele horrendo esconderijo (...) resolveram que o melhor partido a tomar naquela conjuntura era ficarem de pé firme, fazendo sentinela viva à entrada da lapa, até que o fugitivo se resolvesse a sair ou ficasse lá dentro morto de fome e frio. Nesse desígnio expediram dois companheiros à fazenda mais próxima, a fim de irem procurar alma provisão de boca, ao menos sal, farinha e toucinho, pois havia peixe de sobra para abastecer-lhes fartamente a cozinha.²⁶

Depois do retorno dos soldados, inicia-se a comemoração:

- Que belo! hein, camarada! dizia um deles no auge do entusiasmo, haja cachaça sal e farinha, que estou pronto a ficar aqui toda a minha vida.
- Também por minha parte pode Afonso ficar lá dentro de sua lapa quanto tempo quiser, que eu não darei o cavaco, antes lhe ficarei muito obrigado.
(...)
- Em todo caso permita Deus que ele de lá não saia tão cedo e que ao menos dê tempo de tomar um fartão de peixe.²⁷

A relação entre a euforia dos policiais e a refeição revela que a pobreza estava também presente no poder público.

No conto, também é possível encontrar uma descrição dos hábitos alimentares, pelo menos nas populações sertanejas que viviam na beira dos rios: caça e pesca, além de algum

²⁴ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit., p. 10.

²⁵ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit., p. 12.

²⁶ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit., p. 41.

²⁷ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit., p. 41.

acompanhamento como farinha (de milho ou mandioca), toucinho, sal e cachaça. Antes da fuga de Afonso, a este é servido, por sua irmã, “uma excelente ceia, feijão, angu, peixe, palmito e uma cabaça sortida de boa aguardente”.²⁸ Aqui fica claro que se tratava de uma região que vivia quase que exclusivamente de atividades básicas de subsistência, como o plantio, coleta, caça e pesca. Entretanto, uma atividade citada no conto aqui analisado deve ser destacada: a pecuária, ou pelo menos seu início naquela região. Esta ocorria, segundo o texto, pelos campos de Catalão e Santa Luzia. Eram fazendas cercadas de um parco povoado, em geral na beira de algum importante rio. Não havia cercas, mas somente a mata como limite. As rés eram dispersas por grandes campinas e em geral não eram contadas pelos proprietários.²⁹

Até aqui, percebe-se a existência de atividades econômicas básicas, sem qualquer dinamismo econômico. Mas pode-se encontrar algo mais: comércio ou pelo menos seu potencial. Isso é percebido na obra *O Ermitão de Muquém*. No conto, Bernardo Guimarães busca contar a história das origens da Romaria de Nossa Senhora de Abadia de Muquém, que até hoje ocorre próximo à cidade de Goiás Velho.

Inicialmente, o autor procura caracterizar o ambiente, que denomina de desértico e esquecido, mas que ganha alguma dinâmica com a Romaria:

Lá bem longe, no coração dos desertos, em uma das mais remotas e despovoadas províncias do Império, existe uma das mais notáveis e concorridas dessas romarias, notável, sobretudo, se atendermos ao sítio longínquo e às enormes distâncias que os romeiros têm de percorrer para chegar ao solitário e triste vale em que se acha erigida a capelinha de Nossa Senhora da Abadia do Muquém, na província de Goiás (...).³⁰

Ou seja, trata-se de um lugar com baixa população e que vivia nas condições de pobreza. Porém, havia uma fonte de dinamismo na região: a Romaria de Muquém. O evento religioso, pelo número de devotos, atraía populações de outras cidades ou mesmo de outras *províncias*. O aumento da população durante cerca de uma semana já seria suficiente para incentivar algum comércio. Isso é bem descrito no início do livro:

(...) aquele lugar, completamente desabitado no fundo dos sertões, onde apenas existe uma capelinha e um casebre sem habitante, converte-se de repente em uma cidade cheia de vida, de rumor e movimento, composta de barracas, toldos, carros de bois e ranchos coberto de capim. Reúne-se ali todos os anos, na época da festa, uma população de cerca de 10 mil pessoas, que vêm de distâncias enormes, até o Pará e Rio Grande do Sul, uma por devoção e para cumprir promessas, outras para fazerem comércio, pois que nesses dias aquele lugar torna-se uma feira imensa, onde se compra, vende-se e permuta-se toda a qualidade de mercadorias. Aí os sertanejos do norte e maranhão, vão-se prover de

²⁸ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit., p. 26.

²⁹ Guimarães, Bernardo. *O Índio Afonso*. Op. Cit. p., 11.

³⁰ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém: História da fundação da Romaria de Muquém na Província de Goiás*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1958, p. 10.

fazendas, quinquilharias, ferragens e vinhos, que compram aos negociantes de Meia-Ponte e Goiás, que conduzem daquele ponto essas mercadorias. Os romeiros também vendem aos negociantes destas duas cidades aos de Minas e São Paulo, grande quantidade de couros, solas, animais cavalares, rês fabricadas pelos índios, escravos, ouro em pó e diamantes.³¹ (Guimarães, 1958, p.12)

No final do conto, há mais um detalhamento dos produtos provenientes de outras regiões que iam como doações, mas que provavelmente seriam vendidas pelos devotos:

A quinze de agosto, dia em que se celebra a festa da Santa, uma imensa multidão, que acudida de todos os cantos da capitania de Goiás, e mesmo das capitanias vizinhas, vinham reunir-se em tórno da capelinha de Muquém (...), levando preciosos presentes em dinheiro, escravos, gado, animais, objetos de ouro e prata, cera, paramentos, alfaias e mil outras coisas.³²(Guimarães, 1958, p. 155)

O comércio envolvia também algumas populações indígenas. Esse era o caso dos denominados *Coroados*, que:³³

(...) começavam a entreter relações de amizade e de comércio com os Goianos. Algumas hordas destes selvagens já começavam a ir a Goiás vender esteiras, peles, guaraná e outros objetos, e comprar armas, ferramentas, fazendas e quinquilharias.³⁴ (Bernardo Guimarães, 1958 p. 60-61)

Em suma, a leitura do conto permite ao leitor notar a existência de um mercado interno, ainda que precário e sazonal, fora do sistema primário-exportador brasileiro, entre a localidade da romaria e outras regiões de Goiás ou mesmo de outros Estados. Também é possível ver as características dos bens comercializados: tecidos, peles, escravos, ouro e diamantes (como forma de pagamento), ferramentas em geral (incluindo provavelmente ferramentas para a produção), armas, sal, cachaça, fumo e café dentre outros produtos. Interessante notar a demanda dos índios: armas para a proteção ou guerra contra outras tribos ou contra caçadores de escravos.

O Ermitão de Muquém também reforça uma característica social marcante naquela região e que está presente em *Dança dos Ossos* e no *O Índio Afonso*. A estória conta como Gonçalo, um sertanejo do interior de Goiás, próximo à atual cidade de Goiás Velho, torna-se o famoso Ermitão. Em uma festa em um bordel regado a bebidas alcoólicas, Gonçalo comete um crime violento e sem sentido ou motivo. Após a barbárie, ele foge de possíveis vingadores ou mesmo da polícia, além de familiares de outras vítimas.³⁵ Uma estória parecida com a de *O*

³¹ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 12.

³² Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op., Cit., p. 155.

³³ Os Coroados era a denominação utilizada para representar os índios que usavam algum tipo de coroa na cabeça. No caso de Goiás, esses índios eram denominados de Caiapós.

³⁴ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 60 - 61.

³⁵ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 59.

Índio Afonso; porém, agora se trata de um sertanejo mau, muito semelhante ao jagunço nordestino:

Demais, Gonçalo tinha por si grande número de parceiros, vadios e bandidos como êle, que o temiam e respeitavam, e com os quais contava em ocasião de aperto. Era uma malta de rapazes ociosos e devassos, da qual êle, por sua superioridade em forças, destreza, riqueza e generosidade, era o chefe natural.

Ou seja, além dos bons sertanejos presente nas outras obras, havia por aqueles sertões “vadios e bandidos”.

Em sua fuga, Gonçalo parte para o Norte de Goiás, passando por uma região desconhecida. Em um determinado momento, o fugitivo depara-se com os Xavantes, uma tribo ou nação que “mal conheciam os brancos, com quem não queriam relação alguma e que odiavam do fundo da alma”.³⁶ Preparado para um possível confronto, Gonçalo carregava por aquelas selvas um arsenal de armas:

Ali, encostou todo o seu arsenal de armas, que consistiam em um arco com algumas flechas, uma grande faca, uma foice pequena, uma pistola de dois canos e uma espingarda carregada com os últimos cartuchos que lhe restavam, e que de propósito reservara para ocasiões difíceis.³⁷

Pode-se notar que Gonçalo também possuía arcos e flechas, uma descrição simbólica para sua condição *semi-selvática*.

Voltando a questão alimentar, o conto nos apresenta novamente o conjunto de produtos que faziam parte da alimentação dos sertanejos de Goiás: feijão com toucinho, linguiças assadas, arroz, aguardente de cana, “para cortar os efeitos desses alimentos pesados e gordurosos”³⁸ e o café, que o autor faz questão de especificar, como se desejasse realizar uma propaganda sobre o produto e seus benefícios na segunda metade do século XIX:

Por fim, tomou-se o café, não essa tintura negra e detestável que se serve por aí (...), mas o verdadeiro café aromático ou balsâmico, tal como se sabe preparar em Minas, e cujos deliciosos vapores aquecem o cérebro e expande, tão suavemente, o coração.³⁹

Em vários de seus textos, Bernardo Guimarães sugere o uso popular da cachaça. Em *Dança dos Ossos*, por exemplo, a embriaguez do balseiro pela bebida seria uma explicação para a alucinação dos ossos dançantes. Em *O Ermitão de Muquém*, antes do crime a ser cometido

³⁶ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 47.

³⁷ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 51.

³⁸ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 13.

³⁹ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 16.

por Gonçalo, havia uma festa onde a “aguardente de cana e outros licores circulavam com abundância.”⁴⁰

Também são citados, como alimentos, peixes e animais de caça, palmitos, mandioca, mel de jataí, ovos de tartaruga, frutos silvestres, e o suave licor extraído do tronco do buriti, além do guaraná, “cuja composição até hoje se ignora o segredo”.⁴¹ Nota-se que boa parte dos produtos é de origem local.

Enfim, a partir dessas leituras, podemos perceber um rico mundo de informações sobre importantes aspectos da vida econômica em uma sociedade povoada por negros, índios e mestiços na região central do país.

III - Visões sobre a escravidão em Bernardo Guimarães

Quando se fala em escravidão no pensamento de Bernardo Guimarães, logo cresce o romance *A Escrava Isaura*, uma das histórias brasileiras mais populares no Brasil e no mundo, principalmente pela repercussão da adaptação do texto para a televisão, que teve boa acolhida em inúmeros países. O tema da escravidão, entretanto, é tratado em várias outras obras do autor.

Com já enfatizado, o negro, o mestiço e o escravo fazem parte, direta ou indiretamente, dos contextos presentes nas obras de Bernardo Guimarães. Tais referências, em uma simplificação exagerada, mas necessária para compreender o pensamento do autor sobre o tema, leva a dois tipos de relação de escravidão. O primeiro baseia-se em algum grau de “cooperação” entre o senhor e o escravo, além do conformismo deste em relação à situação conforme a leitura realizada aqui realizada da obra *O Garimpeiro*. O segundo tipo pode ser encontrado no texto *Uma História de Quilombolas*, onde o modelo de produção escravista era bem mais violento. A história traz algumas informações sobre a vida dos quilombolas em Minas Gerais do século XIX. Também traça um quadro interessante, sob o ponto de vista econômico, social e mesmo político.

O Romance começa com uma visão geral do que seria a população de quilombolas em Minas Gerais:

Naqueles tempos, na província de Minas, desde a serra da Mantiqueira até os confins dos terrenos diamantinos, era uma série de quilombos, que eram o flagelo dos tropeiros e dos caminhantes, e o terror do fazendeiro. As milícias e os capitães-do-mato do governador, a despeito dos esforços que empregavam, eram impotentes para dar cabo deles. Eram como formigueiros; se aqui extinguia-se um, acolá organizava-se outro com os restos

⁴⁰ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 23.

⁴¹ Guimarães, Bernardo. *O Ermitão de Muquém*. Op. Cit., p. 71.

daquele e com uma chusma de outros negros, que incessantemente fugiam a seu senhores, certos de achar agasalho e vida regalada nos covis de seus parceiros quilombolas.⁴²

A formação de quilombos como *formigueiros* confirma a existência de escravidão em grande número durante o período de mineração em Minas Gerais e pode ser confirmada a partir de dados empíricos apresentados por Jacob Gorender (2016, p. 484).⁴³ As fugas também sugerem certo grau de violência em determinadas formas de escravidão, diferente daquelas descritas em *O Garimpeiro*: para o negro, era melhor aceitar a incerteza da fuga e dos *capitães do mato*, do que se submeter à servidão.

A divisão que pode ser lida nas obras de Bernardo Guimarães foi percebida por Roger Bastide, em *Brasil, Terra de Contrastes* quando afirma que, em Minas Gerais, a escravidão teria assumido duas formas. Teria sido “ao mesmo tempo mais rude e mais suave”, ao contrário do Nordeste, onde as formas eram mais homogêneas e violentas.⁴⁴ Essa divisão é questionada pela pesquisa realizada por Carlos Magno Guimarães, que nega a existência de uma escravidão “suave” em Minas a partir de informações sobre o conflito entre quilombolas, fazendeiros e autoridades. Entretanto, este autor reconhece algumas contradições como a submissão de escravos aos senhores, principalmente em relação à proteção desses, citando que muitos escravos possuíam armas e mesmo assim não se rebelavam contra os seus “donos”.⁴⁵

O conto trata da história de Anselmo, que vê sua noiva Florinda ser sequestrada por Mateus, um mestiço escravo que foge da fazenda onde trabalhava e vai para o Quilombo de Zambi Casagrande, no sertão mineiro próximo a então cidade de Vila Rica.⁴⁶ Florinda, mestiça, era filha de uma escrava pertencente ao Coronel (como o Major, também conhecido apenas pelo título) e ainda sob a proteção deste. Anselmo ao tentar resgatar sua amada Florinda acaba também nas mãos dos quilombolas. Interessante notar que os personagens aqui destacados eram na verdade mestiços. Mateus, por exemplo, é aceito com desconfiança por Zambi por não ser negro.

⁴² Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 4ª. Edição, 2006, p. 10.

⁴³ Gorender, Jacob. *O Escravismo Colonial*. Op. Cit., p. 484.

⁴⁴ Baptiste, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 5ª. Edição, 1973, p. 116.

⁴⁵ Guimarães, Carlos Magno. *Mineração, Quilombos e Palmares*. In Reis, João e Gomes, Flávio dos Santos. *Liberdade por Um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 144. Este trabalho é considerado referência até os dias atuais. Existem, entretanto, outras referências mais recentes. Sobre as características gerais da escravidão no ciclo da mineração, particularmente em relação às condições que proporcionaram formação dos Quilombos, ver Marquese, Rafael de Biva. *A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX*. *Novos Estudos Cebrab*, no. 74. São Paulo, Mar. 2006, p. 107 - 123. Sobre a escravidão de “submissão”, ver também Chalhoub, Sidney. *População e Sociedade*. In Carvalho, Carvalho, José Murilo. *A Construção Nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2012. Esses últimos autores trazem informações que não contradizem Bernardo Guimarães.

⁴⁶ Zambi na verdade era o nome adotado pelos chefes dos quilombos. Zumbi dos palmares era também um zambi. Também pode ser entendido como “Deus Supremo”, segundo dicionário Houaiss.

No romance, o autor destaca alguns detalhes da vida dos quilombolas. Em primeiro lugar, trata-se de uma vida de fartura, seja na alimentação ou na utilização de artigos de luxo ou importados. É descrito no texto os seguintes alimentos consumidos pelos quilombolas: carne, presunto azeitonas e bolachas⁴⁷; toucinho, farinha, sal, vinho⁴⁸; cerveja⁴⁹; café, fumo⁵⁰; pango⁵¹; além de gêneros alimentícios e bebidas de todo o país.⁵²

Muitos desses produtos eram provenientes do roubo da pilhagem (Guimarães, 2006, p. 40).⁵³ A região onde aconteciam as pilhagens era dividida entre os quilombos que ainda estabeleciam uma reserva de mercado, impedindo outros de atuar em determinada região. Mas havia também comércio:

Os quilombos tinham de feito intermediários que especulavam com eles, e por meio dos quais faziam grandes transações de compra e venda, e esses intermediários, não poucas vezes, eram pessoas que gozavam de vantajosa posição na sociedade.⁵⁴

Nesta última citação chama a atenção à relação entre os quilombos com parte da elite econômica. Mas não apenas. Quando Anselmo inicia sua jornada para resgatar Florinda do Quilombo de Zambi, não aceita a solicitação de ajuda ao governador proposta pelo senhor de Florinda. Quando o Capitão então oferece interceder junto ao Governador de Vila Rica, Anselmo intervém:

- É tempo perdido, senhor capitão. Há muita gente gráuda que capeia esses malditos e se enriquece por meio deles. Não falta quem os avise, e nunca podem ser agarrados. Se nós mesmos não fizemos diligências, e nos fiarmos no governo de Vila Rica, estamos bem aviados.⁵⁵

⁴⁷ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 6.

⁴⁸ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 31.

⁴⁹ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 81.

⁵⁰ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 84.

⁵¹ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 12. Pango é uma das várias denominações para *maconha*, uso já destacado por Gilberto Freyre pelos negros escravos no Nordeste brasileiro. Ver Freyre, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1951, p. 15.

⁵² Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 41. Esses, como vários outros produtos citados neste artigo também são descritos pelo trabalho minucioso encontrado em Magalhães, Sônia Maria. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Tese de Doutorado. Franca: Unesp/SP, 2004.

⁵³ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 40.

⁵⁴ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 83.

⁵⁵ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 18.

Temos então a velha história da corrupção se colocando em lugares inimagináveis.⁵⁶

Após toda a trama, Anselmo e Zambi se salvam da quase inevitável morte. No final, apertam as mãos em “um protesto tácito e mútuo estima e lealdade para sempre”.⁵⁷ Nessa passagem, Bernardo Guimarães parece ser otimista em relação à cooperação entre quilombolas e outras “sociedades” do interior do país. Estava próximo o fim da escravidão no Brasil e ele era um abolicionista.

Uma breve nota conclusiva

Este artigo teve como objetivo relacionar a literatura e a história econômica a partir das obras do escritor mineiro Bernardo Guimarães. Conforme destacado na introdução, a análise apresenta algumas questões metodológicas que não foram consideradas. A relação proposta constitui-se em uma linha de pesquisa que pode ser encontrada em várias áreas do conhecimento, seja na Teoria Literária, na História ou na Filosofia. Aqui, foi utilizado o conceito aristotélico de verossimilhança. Também foi utilizado o método comparativo. Estes e outros conceitos abarcam complexidades que devem ser tratadas em pesquisas posteriores. A intenção aqui foi discutir uma das possibilidades em estudos interdisciplinares. No caso particular da história do Brasil, o método sugerido pode ser aplicado a outros autores e temas, inclusive utilizando-se de escritores latino-americanos. Nessa região, a literatura cumpriu um importante papel na descrição de uma realidade pouco conhecida ou ignorada e na contestação (ou defesa) das possibilidades decorrentes do processo de construção dos Estados independentes.

⁵⁶ Esse ponto é tratado em Guimarães, Carlos Magno. *Mineração, Quilombos e Palmares*. In Reis, João Jose e Gomes, Flávio dos Santos, *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Este texto confirma a análise aqui considerada.

⁵⁷ Guimarães, Bernardo. *Lendas e Romances: Uma História de Quilombola, A Garganta do Inferno e A dança dos Ossos*. Op. Cit., p. 115.

CONGRESSO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL
NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA,
SÉCULOS XIX E XX

**EIXO 9: PENSAMENTO ECONÔMICO,
CRISE MUNDIAL E SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA AMÉRICA
LATINA**

De 16 a 18
de 2018
Universidade
de São Paulo
Brasil

Do Chile ao Brasil: a luta dos estudantes secundaristas

Felipe Oliveira
Universidade de São Paulo (USP), Brasil
felipe.felipe77@gmail.com

Marilene Proença Rebello de Souza
Universidade de São Paulo (USP), Brasil
marileneproenca@gmail.com

Resumo

“Acabou a paz, isto aqui vai virar o Chile!”, essa foi uma das palavras de ordem entoada por muitos estudantes secundaristas brasileiros que ocuparam suas escolas como forma de resistir às arbitrariedades do poder público. No fim de 2015, o estado de São Paulo, sob o governo de Geraldo Alckmin, anuncia um processo de reorganização escolar que implicaria no fechamento de quase 100 escolas e na realocação de mais de 300 mil estudantes. Após inúmeras tentativas frustradas de diálogo, Como reação a tal proposta, os estudantes começam a realizar diversas manifestações em protesto. Inicialmente o fizeram através de grandes marchas pacíficas, duramente reprimidas pela Polícia Militar e cujas pautas foram ignoradas pela grande mídia. Frente a essa realidade os estudantes decidem então ocupar as escolas como estratégia para dar visibilidade às pautas. Essa estratégia de luta política se espalhou por mais de 200 escolas por todo o estado fazendo o governo retroceder em sua decisão, servindo de inspiração para estudantes de outros estados. Essa estratégia de ocupar as escolas se assemelha ao que ocorreu no Chile em 2006 – com a chamada “Revolução dos Pinguins” – e que voltaria a se repetir nas manifestações de 2011. No Brasil, na segunda metade de 2016, o governo do presidente Temer propõe a reforma do ensino médio através da Medida Provisória 746/2016 e apresenta também a Proposta de Emenda Constitucional 241, que congela por 20 anos (!) os investimentos públicos em setores como saúde e educação. Tais medidas servem de estopim para uma nova onda de mobilizações dos estudantes de todo o país, com destaque para o estado do Paraná que chegou a ter mais de 800 escolas ocupadas. Ainda que os movimentos chilenos e brasileiros tenham tido importantes vitórias políticas, um dos efeitos diretos dessa mobilização foi o endurecimento da repressão do Estado, através de modificações nas leis e na maneira de interpretá-las. O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de Doutorado em andamento que se propõe a discutir o processo de ocupações das escolas, no Brasil e no Chile, como resposta às políticas públicas educacionais, bem como debater qual horizonte se apresenta como futuro para os estudantes, para a Educação e para a Democracia em nossa sociedade. A pesquisa tem como base a Psicologia Escolar crítica, de fundamentações marxista, que considera o processo de escolarização em suas múltiplas determinações.

Palavras-chave: Brasil; Ocupações secundaristas; Políticas públicas; Psicologia Escolar; Chile.

Introdução

Nesse início de século a América Latina vivencia significativos processos de levantes populares. Como exemplos podemos citar o ressurgimento de movimentos étnicos (indígenas de Bolívia e Equador); movimentos nacionalistas (bolivarianismo da Venezuela); a retomada do movimento popular ou neocomunitarismo na Argentina; a luta por direitos dos trabalhadores do campo, como MST, e a luta por reforma agrária, cujas manifestações passam a ocorrer também no espaço urbano; além de lutas ambientalistas, lutas por direito à cidade (movimentos de luta por habitação e por transporte) e direitos humanos, além de inúmeros outros (GOHN

2015). Frente a essa realidade do nosso continente, nos interessa discutir os movimentos ligados à luta por direito à Educação. Mais especificamente, os movimentos realizados por estudantes secundaristas brasileiros e chilenos que, como forma de luta política, realizaram ocupações de escolas.

Em 2006 o Chile presenciou a primeira grande mobilização política de seu período democrático após da ditadura do General Augusto Pinochet, uma série de protestos realizados por estudantes secundaristas que culminou na ocupação de várias escolas como forma de paralisar as atividades educacionais cotidianas e pressionar por suas demandas. Entre outros efeitos, as manifestações acabaram levando o governo a demitir o Ministro da Educação.

Algo semelhante ocorreu no Brasil em 2015 e 2016, como uma grande quantidade de protestos realizados por estudantes secundaristas, culminando também em ocupações de escolas. No fim de 2015, o Estado de São Paulo, sob o governo de Geraldo Alckmin, anuncia que a rede pública estadual sofreria um processo de reorganização escolar e que o ano letivo seguinte se iniciaria com as modificações realizadas. Como reação à proposta, apresentada como fato consumado sem o devido debate público com os principais afetados, os estudantes começam a realizar diversas manifestações que culminaram em ocupações de diversas escolas públicas por todo o estado. Tal estratégia teve alguns efeitos bastante imediatos: fez o governo retroceder em sua decisão de implementar a reorganização, demitindo o então Secretário de Educação; e serviu de inspiração para estudantes de outros estados. Na segunda metade de 2016 os estudantes voltam a se manifestar, dessa vez em nível nacional, ocupando escolas por todo o país contra a reforma do ensino médio.

É possível perceber no âmago dessas lutas a combinação entre a reivindicação imediata por políticas públicas que atendam as demandas populares pelo acesso e permanência às instituições educacionais públicas de qualidade e a constituição de novas propostas pedagógicas, que passem pela participação direta desses sujeitos, sobretudo dos estudantes. Entretanto, as manifestações no Brasil e no Chile trazem indícios de que os Estados, apesar de vivermos em um período democrático, tem atuado de maneira bastante autoritária frente às demandas e insatisfações populares. Nesse sentido, o presente trabalho, fruto de uma pesquisa de Doutorado em andamento, se propõe a discutir o processo de ocupações das escolas, no Brasil e no Chile, como resposta às políticas públicas educacionais. Para tanto, além de uma breve apresentação sobre as características dos movimentos ocorridos em cada país, se faz também necessário discutir as circunstâncias e condições do sistema educacional anteriores às manifestações, bem como quais foram os efeitos dessas mobilizações.

Acabou a paz! Isso aqui vai virar o Chile!

Em 2015, o estado de São Paulo presenciou uma significativa mobilização de estudantes secundaristas, algo de proporções inéditas nesse período democrático pós ditadura civil-militar. Em setembro daquele ano, o Governo do Estado anunciou seu projeto de reorganização escolar, sem deixar claro quais impactos haveriam, nem tampouco quais seriam as justificativas para tal mudança. Posteriormente, depois de muita pressão, descobriu-se que a reorganização prevista implicaria no fechamento de quase 100 escolas e na realocação de mais de 300 mil estudantes (BRUM, 2015).

Após inúmeras tentativas frustradas de diálogo com o poder público, os estudantes começam a protestar contra tal medida. Inicialmente o fizeram de maneira local e desarticulada, sendo que cada escola afetada mobilizou seus recursos e suas estratégias para tentar fazer frente aos efeitos da reorganização. Entretanto, as manifestações começam a ganhar mais volume, sendo realizadas grandes marchas pacíficas com a intenção de mobilizar a opinião pública, informando sobre efeitos da reorganização. Os protestos se espalham por todo o estado e ocorrem manifestações contra a reorganização em mais de 60 municípios (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016), o que indica que elas não ficaram restritas apenas aos grandes centros urbanos do estado. À medida que o número de manifestações contra a reorganização aumenta, muitos estudantes começam a se dar conta que se encontram na mesma situação, aumentando também a articulação entre eles. As manifestações acabam sendo duramente reprimidas pela Polícia Militar, além de terem suas pautas ignoradas pela grande mídia. Como resposta à essa circunstância, os estudantes decidem então ocupar as escolas como estratégia para dar visibilidade às suas pautas. Essa iniciativa, tomada de modo independente pelos estudantes de cada escola, se espalhou por mais de 200 escolas por todo o estado fazendo o governo retroceder em sua decisão (CAMPOS, MEDEIROS e RIBEIRO, 2016). A mobilização dos estudantes de São Paulo inspirou inúmeros estudantes de outros estados havendo ocupações semelhantes no Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará, Paraná e Minas Gerais (MARTIN, 2016; ROSSI, 2016; FARINA e SCIREA, 2016; GAMA, 2016).

Na segunda metade de 2016, o país presencia uma nova onda de ocupações realizada por estudantes secundaristas. Naquele momento, o Governo Federal presidido por Temer propõe a reforma do ensino médio através da Medida Provisória de número 746/2016 e apresenta também a Proposta de Emenda Constitucional 241, que congela por duas décadas os investimentos públicos em setores como saúde, educação e assistência social, sendo apelidada

pelos movimentos sociais de "PEC do fim do mundo". Nesta nova rodada de ocupações, há grande destaque para o estado do Paraná que chegou a ter mais de 800 escolas ocupadas – sendo quase mil escolas ocupadas por todo o país.

O grande número de escolas ocupadas em 2015 e 2016 indica que há uma dificuldade (ou falta de interesse) do poder público em articular minimamente proposições junto aos estudantes. Do mesmo modo também há dificuldade em articular políticas junto aos profissionais da educação. No ano de 2015, ocorreu a greve de maior duração do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado (Apeoesp), que durou 92 dias e contou com mais de 20 manifestações; estendeu-se por conta da dificuldade imposta pelo governo estadual em negociar (CRUZ, 2015; ARAÚJO 2015). Nesse mesmo ano também ocorreu o lamentável episódio no Centro Cívico de Curitiba, Paraná. Enquanto a Assembleia Legislativa do estado votava o projeto de reforma do sistema de previdência do estado, professores (e outras categorias do funcionalismo público) que protestavam contra tal medida foram duramente reprimidos pela polícia. O grau de violência foi tamanho que tal episódio passou a ser popularmente referido como “batalha do centro cívico”, ou “massacre do centro cívico” (FIER, 2015; PALAGANO, 2015). Importante destacar que o episódio de Curitiba foi apontando por diversos estudantes paranaenses que participaram das ocupações de 2016 como um fator decisivo para mobilização. Muitos estudantes tinham professores que admiravam e que foram vítimas da brutalidade do Estado enquanto se manifestavam pacificamente e isso foi mais um fator que colaborou para a percepção dos estudantes da necessidade de organizarem para defender suas pautas e interesses frente ao poder público.

Durante diversas manifestações realizadas pelos estudantes brasileiros uma das palavras de ordem mais populares chama a atenção. Em diversos atos os estudantes gritavam a plenos pulmões: “acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile!”. Mais do que uma simples menção de um movimento distante que pode servir como inspiração, a luta dos estudantes também produziu a sistematização da estratégia de ocupação como ferramenta política. Se tomarmos a idade dos jovens que participaram das ocupações no Brasil (14 a 17 anos, aproximadamente) e se considerarmos que o movimento chileno ocorreu quase 10 anos antes, em 2006, perceberemos que os jovens brasileiros eram crianças. Então como os estudantes brasileiros ficaram sabendo do ocorrido no Chile?

Ainda que as ocupações tenham uma certa aparência de espontaneidade por terem ocorrido “por fora” das entidades representativas históricas, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016), apontam o esforço realizado pelo coletivo anarquista O Mal Educado. Em 2011,

também inspirado pelo movimento chileno, ocorreram ocupações de escolas na região de Buenos Aires. Nessa ocasião os estudantes argentinos em articulação com os estudantes chilenos produziram uma cartilha em que ensinavam como ocupar e manter ocupada uma escola. Mais ou menos na mesma época membros d'O Mal Educado tomam contato com esse material e o traduzem. Por conta da reorganização, o material é divulgado através de redes sociais, permitindo assim a difusão da experiência chilena e argentina. Além da cartilha sobre cobre como ocupar uma escola, também circulou bastante o documentário “La Rebelión Pinguina”, de Carlos Pronzato, e outras imagens das manifestações chilenas. Assim, a articulação do coletivo encontra na internet um grande meio de difusão de informação, mostrando aos estudantes brasileiros que não somente era possível, como já havia ocorrido massivamente no Chile.

La Rebelión Pinguina

Em 2006, no primeiro governo da presidenta Michelle Bachelet, ocorreram grandes mobilizações estudantis que ficaram conhecidas como “A Revolta dos Pinguins”, que recebeu tal nome “[...] por causa da denotação ao uniforme com gravata dos secundaristas ao estilo do início do século vinte. O uniforme era usado pelos manifestantes para protestar, uma vez que já não era obrigatório aos estudantes” (PIRES, 2015, p. 89). Tais mobilizações causaram grande impacto a ponto de suscitar o debate público sobre as políticas educacionais no país, mobilizando diversos setores sociais, como empresários da educação e estudiosos da área. Como resposta, a legislação vigente – a Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza (LOCE) – foi parcialmente revogada pela Ley General de Educación (LGE). A Revolta dos Pinguins foi marcada pelo pioneirismo de conseguir realizar grandes mobilizações públicas por reivindicações de direitos, algo inédito no período pós-ditadura de Pinochet até aquele momento. Além disso, como estratégia para dar visibilidade para suas pautas, os estudantes decidiram por ocupar diversas escolas por todo país. Isso porque nos protestos realizados nas ruas a mídia tradicional valorizava sempre a repressão policial, deixando de lado as demandas dos estudantes.

Com relação às pautas, ZIBAS (2008) indica que os estudantes começaram com reivindicações mais simples e pontuais, e com o passar do tempo, à medida que o debate público foi se ampliando – com a realização das assembleias estudantis e da participação de outros agentes políticos, como sindicato docente, por exemplo – as pautas foram ganhando maior magnitude. Inicialmente os estudantes tinham demandas como reformas em instalações

escolares precárias; melhoria da qualidade da merenda; gratuidade do exame para ingresso no ensino superior; passe escolar gratuito (ou seja, transporte gratuito) e sem limitação de horário. Então, gradativamente, passaram a questionar o sistema educacional, exigindo a anulação da LOCE e a modificação (ou extinção) da Jornada Escolar Complementar (JEC) – política aplicada a todo sistema chileno que fez com que houvesse um aumento do horário escolar para que funcionasse, de modo geral, das oito da manhã às quatro da tarde.

Como resposta a tais demandas, o governo promulgou *A Ley General de Educación*. Entretanto, o processo de elaboração e aprovação da lei foi bastante polêmico. Em meio à efervescência das manifestações, Bachelet criou o Conselho Assessor Presidencial, presidido por Juan Eduardo Garcia-Huidobro, respeitado especialista, e composto por representantes de diversos setores sociais diretamente ligados à educação, de diferentes espectros ideológicos, como empresários e donos de escolas, pesquisadores, professores, gestores, sindicalistas, pais e estudantes. Tal conselho tinha por tarefa propor modificações à lei educacional vigente, porém, dada a diversidade de sua composição, foi incapaz de produzir propostas consensuais. Em 2007 o governo apresenta então a LGE para substituir a LOCE. Frente à polêmica causada por suas proposições – que incluíam, por exemplo, a proibição da obtenção de lucro por parte das escolas privadas subvencionadas com verbas oficiais – o governo decidiu se reunir com a oposição na tentativa de aprovar pontos consensuais. Por fim, o conteúdo aprovado trouxe poucas modificações ao funcionamento do sistema escolar sendo, de modo geral, bem recebidos por setores liberais e pelo empresariado educacional, enquanto que setores que se opõem à mercantilização da educação criticaram o flagrante retrocesso frente ao conteúdo inicial da lei (ZIBAS, 2008).

O movimento dos estudantes secundaristas tem grande importância porque expõe os limites e contradições do sistema educacional chileno, tido como modelo a ser copiado pelos outros países da região. A LOCE, a legislação que foi questionada pelos estudantes e por aqueles que os apoiavam, consistia na materialização dos princípios neoliberais aplicadas à educação, sendo promulgada no último dia dos militares no poder. Nesse sentido, “o governo Pinochet liderou, na América Latina, o movimento de reformas educacionais de inspiração neoliberal difundidas por instituições multilaterais” (LEITE e PERES, 2015, p. 72), sendo considerado “o paradigma de influência das ideias neoliberais na América Latina” (p.68). A força das ideias neoliberais no Chile naquele momento era tamanha que, mesmo a LOCE tendo sido promulgada no último dia do governo autoritário e brutal que perseguiu e assassinou milhares de pessoas, após o processo de abertura democrática o país continuou avançando

dentro do ideal neoliberal de mercantilização da educação “[...] ao permitir, em 1993, por meio da *Ley de Impuestos a la Renta*, que os estabelecimentos particulares subvencionados cobrassem mensalidades de alunos do ensino fundamental e médio” (ZIBAS, 2008, p. 201). Assim, é importante considerarmos a constituição das políticas educacionais no Brasil e no Chile, que culminaram nas reformas educacionais ocorridas nas últimas décadas do século XX.

As reformas educacionais e a influência dos organismos internacionais

Antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, e nos anos que se seguiram, diversos organismos internacionais foram criados com a finalidade de organizar regras comerciais e financeiras dos países desenvolvidos e auxiliar na reconstrução econômica dos países europeus devastados pela guerra (DIGIOVANNI, 2016). Com a globalização esses organismos começam a ter crescente influência na América Latina, com ações que começam a extrapolar a esfera econômica, agindo sobre políticas de educação e de cultura, sendo criadas diversas organizações¹ que buscaram propor soluções para as necessidades latino-americanas e “passaram a fazer parte da agenda de construção de políticas públicas dos países na América Latina [...]” (p.31) sendo que:

Seus idealizadores tinham como pretensão, entre outras, que fossem capazes de propor soluções para as necessidades latino-americanas. Tais organismos multilaterais, não por acaso, são em sua maioria sediados nos Estados Unidos, exceto aquelas que foram criadas em nível regional, a OREALC e a CEPAL que, inicialmente, parece indicar um interesse genuíno no desenvolvimento econômico independentemente da região. A despeito disso, tais organismos, em sua maioria, passaram a fazer parte da agenda de construção de políticas públicas dos países na América Latina [...] (p. 31).

Leite e Peres (2015) apontam que na década de 1970 a influência desses organismos ocorreu através da cooperação técnica e do diálogo político com os representantes dos diversos países. Já na década de 1980, no contexto de crise da dívida externa em diversos países, a influência ocorre através de mecanismos de indução, sobretudo através da adoção de políticas econômicas como condicionamento aos empréstimos. As mudanças da década de 1990 além da indução de organismos financiadores, também foram apoiadas por institutos de estudos econômicos e políticos privados e setores empresariais (p.73-74).

Com relação ao campo educacional no Brasil e no Chile é importante destacar sobretudo as reformas nas décadas de 1980 e 1990. Nesse período, sob influência desses organismos internacionais mencionados, vários países latino americanos promoveram alterações em suas legislações educacionais e instituíram sistemas nacionais de avaliação (DIGIOVANNI, 2016, p. 37). A grande influência na constituição das políticas públicas nos diversos países teve como

justificativa a melhora na competitividade dos mercados de cada país frente o contexto de globalização (ROSAR e KRAWCZYK, 2001). Com isso as políticas do campo educacional adquirem grande centralidade, já que passam a ser vistas também como um importante elemento para o aumento da produtividade em diversos setores e, conseqüentemente, para desenvolvimento econômico². Essas reformas, bem como as que se espalharam por toda América Latina, tiveram como princípios orientadores, além da busca por competitividade no mercado internacional, a promoção da descentralização administrativa e a combinação entre público-privado, justificadas como a busca por gestão mais eficiente do dinheiro público (LEITE e PERES, 2015). Digiovanni (2016) aponta ainda que, de modo geral, prevalece como grande influência nessas políticas educacionais uma concepção de educação restrita, com uma formação voltada para o mercado de trabalho como superação das desigualdades socioeconômicas, tudo isso apoiado por concepções pedagógicas e psicológicas de ordem liberal. E, ainda que os documentos dos organismos internacionais apontem que as condições decorrentes da globalização são comuns aos diversos países, no campo da educação as soluções são aquelas que minimizam as questões sociais e apontam para saídas individuais (p. 41).

Nesse período de reformas educacionais houve no Chile, em 1988, o estabelecimento do Sistema de Medição da Qualidade da Educação e, 1990, a aprovação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE). No Brasil, houve, em 1990, a constituição do Sistema Nacional de Avaliação Básica e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) aprovada em 1996. É interessante notar que as reformas ocorrem em situações políticas distintas entre esses países. Enquanto no Brasil as reformas ocorrem após ditadura, em um momento de reabertura democrática, no Chile as reformas ocorrem justamente durante a ditadura de Pinochet. Conforme apontam Leite e Peres (2015), ainda que a influência dos organismos internacionais e a conjuntura econômica fosse semelhante nos dois países, os diferentes contextos vão implicar em diferentes resultados para as reformas (p.68), e nos interessa destacar alguns elementos.

O primeiro deles é um breve panorama histórico da situação educacional de cada país até o momento das reformas. No Chile, a partir do final do século XIX, ganha força a concepção de que a educação pública é um importante instrumento de coesão social, como “instrumento fundamental para um projeto de integração nacional” e “que contemplava, além da escola básica, também o ensino médio e a universitário” (p. 72). Já em 1860 a Lei Orgânica da Instrução Primária estabeleceu que a alfabetização deveria ser responsabilidade do governo, além de ser gratuita e universalizada (ZIBAS, 2008). No início do século XX, em 1920, foi

aprovada uma lei que tornava obrigatória a toda população a educação fundamental. A partir de então a educação chilena vai se desenvolvendo dentro de marcos legais, como uma atribuição do poder público. Este trajeto é interrompido pela ditadura de Pinochet, marcado pela privatização do ensino público e descentralização administrativa. No Brasil, a discussão sobre universalidade do ensino público gratuito é tardia, com sua implementação mais tardia ainda: “durante o século XIX essa questão não aparece associada às políticas públicas e a própria ideia de Estado Nacional ou projeto nacional se fortalece somente no Governo Vargas, na década de 1930” (LEITE e PERES, 2015, p.71). É a partir de 1930, sobretudo por conta do movimento escolanovista – que além de buscar se contrapor à pedagogia tradicional também defendia a necessidade de uma educação pública, gratuita e de qualidade – ganha força a discussão sobre universalização da educação. Entretanto, ainda que tenha grande importância na agenda política brasileira, tal pauta demorou para avançar no sentido de sua institucionalização, o que só vai ter início com a redemocratização através da Constituição Federal de 1988, culminando na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

O segundo elemento que merece destaque é o envolvimento de atores políticos organizados. No Chile a materialização da descentralização promovida pelas reformas se deu através da municipalização do ensino e transferência da gestão para as próprias escolas. Por um lado, isso produziu como efeito uma maior participação de atores locais, maior autonomia para decidir aspectos pedagógicos em cada escola. Por outro lado, essa descentralização instituiu a competição entre escolas por mais recursos, através de parcerias privadas, além de aumentar a competição das escolas por verbas federais suplementares. Ao mesmo tempo, governo federal também começa a repassar verba para que as escolas contratassem consultorias técnicas à sua livre escolha, o que nesse contexto de descentralização do sistema e de competição entre escolas abriu espaço para as assessorias privadas. Esse movimento de descentralização e privatização fez com que se acentuassem as desigualdades regionais, já que municípios mais desenvolvidos e com mais recursos tiveram possibilidade de oferecer melhores condições às suas escolas. Além disso, a descentralização causou uma desmobilização de atores organizados e enfraqueceu a oposição ao regime autoritário de Pinochet (p. 78-79). No Brasil, ao mesmo tempo em que a oferta de educação pública aumenta, com a universalização da educação fundamental em meados da década de 1990, ocorre paralelamente um aumento da oferta de grupos privados nos diferentes níveis educacionais. Com isso, grandes grupos empresariais, oriundos do campo educacional ou não, adquirem maior relevância no campo da educação “formando uma rede de provedores privados que se constituiu de escolas a empresas de

consultoria, editoras de livros didáticos e até mesmo empresas do segmento de tecnologia da informação” e com “forte presença de atores privados nos conselhos federal e estaduais de educação, ajudando a pautar, de forma direta [. . .] as políticas públicas para a área” (p. 78). Entretanto, ao contrário do que ocorreu no Chile com relação à descentralização da administração, que promove a participação de agentes locais mas enfraquece o enfretamento do regime autoritário, no Brasil em alguns momentos a descentralização serviu como plataforma para maior participação de movimentos organizados (p. 79). Digiovanni (2016) aponta que a descentralização traz autonomia para estados e municípios, mas há o problema não haver um currículo básico nacional (p.123), o que dá margem ao desenvolvimento de desigualdades regionais.

Digiovanni (2016) aponta como os movimentos organizados do campo da educação vão ganhando força com o processo de democratização. Durante os debates do processo da constituinte toma forma o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública³ (FNDEP) que “teve papel decisivo na discussão parlamentar e na organização da sociedade civil em torno das lutas históricas pelo direito à educação” (p.122). Os movimentos sociais articulados através do Fórum passam a discutir a constituição da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de modo que ela possa tornar mais concreta a materialização da universalização do acesso à educação pública, garantindo a qualidade e a permanência, avanços previstos na constituição. Os esforços do Fórum se materializaram no Projeto de Lei (PL) n. 1.258/1988, barrado por um substitutivo de Darcy Ribeiro, o que

foi um golpe no processo democrático de discussão que o Fórum havia estabelecido e demonstrou claramente a correlação de forças que existia à época no Congresso. A elite conservadora permitiu que a discussão avançasse e, em momento oportuno, Darcy Ribeiro apresentou um substitutivo apoiado pelo governo e pela maioria da Câmara e do Senado, que o aprovou sem maiores problemas (p. 135)

O modo como se deu a aprovação da LDB de 1996 traz indícios de que o avanço da democratização e uma maior participação popular nos processos decisórios ligados ao movimento das reformas educacionais ocorridas no Brasil não garantiram que a vontade popular prevalecesse.

Feita essa breve apresentação da influência de organismos internacionais na constituição das políticas públicas educacionais no Brasil e no Chile, cabe algumas considerações sobre o que ocorre após os movimentos de ocupação dos secundaristas.

A reação frente às demandas estudantis

O modo como os governos reagiram às manifestações estudantis pode ser dividida em dois aspectos centrais. O primeiro diz respeito ao âmbito das políticas públicas educacionais. Tanto no Chile quanto no Brasil, os movimentos tinham pautas que questionavam o sistema educacional com um todo e, em alguma medida, tiveram vitórias políticas nessa esfera. No Chile, a LOCE foi substituída pela LGE, entretanto essa nova legislação trouxe poucas modificações ao funcionamento do sistema escolar. No Brasil, em 2015, o processo de reorganização foi suspenso temporariamente, supostamente para abertura de diálogo com os estudantes. Já em 2016 a derrota foi completa, com o governo Temer aprovando as políticas. Assim, ainda que os movimentos dos estudantes secundaristas no Brasil e no Chile tenham tido grande apelo popular e uma dimensão significativa, isso produziu poucos efeitos com relação às políticas públicas educacionais.

O segundo aspecto diz respeito à repressão sofrida pelo movimento. Em ambos os países a repressão foi um dos motivos que levaram os estudantes à ocuparem as escolas. São incontáveis os casos de arbitrariedade das autoridades policiais que se espalharam por inúmeras notícias à época⁴, além de relatos de perseguição e ameaças sofridas por estudantes envolvidos nas manifestações, mesmo após o encerramento do movimento das ocupações. Apesar de não conseguirem produzir modificações substanciais nas políticas educacionais, o movimento de ocupações produziu modificação nas políticas repressivas com o objetivo claro de desarticular futuros movimentos do tipo. No Chile foi aprovada em 2007 uma nova legislação de penalidades para jovens e adolescente que implicou, entre outras coisas, na admissão de penas até de prisão para maiores de 14 anos (ZIBAS, 2008). No Brasil, depois do movimento ter várias vitórias contra os pedidos de reintegração de posse solicitado pelo poder público à justiça, ocorre uma modificação no entendimento da lei com relação às ocupações. À medida que reiteradamente os pedidos de reintegração de posse vão sendo negados – com a justificativa de que os estudantes realizam uma ocupação política e, portanto, não pretendem a posse privada da escola – o poder público lança mão de um outro expediente. De maneira simplificada, esse entendimento partia do princípio de que se alguém invade uma propriedade o dono tem o direito de resistir, desde que o faça imediatamente, sem precisar recorrer à justiça. Assim, a força policial passou a desocupar as escolas tão logo os estudantes ocupassem, sem precisar da mediação da justiça⁵.

Dessa forma, guardada as especificidades de cada país, é possível notar uma significativa semelhança entre os ocorridos. Primeiro temos o fato de os estudantes serem afetados de modo concreto, em sua experiência cotidiana, como sendo o estopim do movimento das ocupações. Segundo, temos as críticas ao sistema educacional de cada país, que tem origem nas reformas educacionais de caráter neoliberal que ocorrem nas décadas de 1980 e 1990. E por fim, temos a reação do poder público que não apenas não atendeu as reivindicações e demandas mais estruturais dos estudantes, como reagiu de maneira brutal, através da violência policial, culminando em transformações na esfera legal que possibilitam uma maior repressão.

Considerações finais

Inegável que o movimento estudantil secundarista trouxe um novo fôlego às lutas dos movimentos sociais, tanto pela sua capacidade de mobilização quanto por mostrar o equívoco do senso comum que acredita que os jovens não se interessam por discussões políticas. Além disso, a brutal violência do Estado contra jovens e adolescentes dá mostras que quando necessário se recorre ao autoritarismo com facilidade. Aparentemente, os regimes democráticos da América Latina vão apresentando seus limites. Nesse sentido, se faz necessário aprofundar as discussões sobre a conjuntura da região e as circunstâncias de cada país, para compreensão dos nexos estruturais presentes, bem como de que maneira os movimentos sociais semelhantes podem tanto ter servido de inspiração para os estudantes. Nesse sentido, grandes manifestações são cada vez mais frequentes nos grandes centros urbanos, como a luta por moradia e por transporte público. No Brasil, é impossível não associar a estratégia de ocupar as escolas com o crescimento de visibilidade e das ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que remontam tanto às ocupações de terras improdutivas realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na luta por reforma agrária, quanto as ocupações de fábricas realizadas por trabalhadores.

Além disso, o país vive um contexto turbulento, e vale mencionar também as manifestações de junho de 2013 (com todas suas contradições), os protesto contra a copa do mundo de 2014 – e sua demanda por “educação padrão FIFA” – além, obviamente, de toda turbulência ocorrida em decorrência do processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef. Por fim, também se faz necessário aprofundar a investigação acerca dos grupos privados que influem na educação, já que, aparentemente, hoje a influência da dimensão econômica se faz pela articulação de grupos financeiros (de capital internacional) através de investimento em empresas educacionais e através de composições que atuam diretamente como parte das

coalizões no campo das políticas em educação, como movimento “Todos Pela Educação”, uma articulação entre grandes grupos econômicos como bancos (Itaú), empreiteiras, setores do agronegócio e da mineração (Vale) e os meios de comunicação (ABULQUERQUE, 2015; FREITAS, 2016; GOMBATA, 2016; ROUSSELET e FARIA, 2013). Por fim, nessas primeiras décadas do século XXI, os estudantes secundaristas parecem nos mostrar o caminho, a luta e a resistência na defesa dos direitos públicos, ao mesmo tempo em que mostram o duro processo de repressão por parte do Estado.

Notas

1. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1944; a Organização das Nações Unidas (ONU), a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) e o Banco Mundial, em 1945; a *United Nations Children's Fund* (UNICEF), em 1946; a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1947 (instituída em 1948); posteriormente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1959; a *United States Agency for International Development* (USAID), em 1961; a *Oficina Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe* (OREALC), 1963; e, por fim, em 1965, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
2. Como bem apontam criticamente Rosar e Krawczyk (2001): “como se a educação se realizasse de forma autônoma e desvinculada dos condicionantes políticos, econômicos e sociais” (p. 34).
3. Integravam o Fórum mais de trinta entidades, entre elas, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Associação Nacional de Educação (ANDE); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE); Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA); Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); União Nacional

dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

4. Notícias sobretudo de mídia independente, já que a grande mídia comercial pouca importância dava à reivindicação estudantil e suas pautas.

5. Quanto a isso é importante destacar que o Secretário da Educação Herman Voorvald, “derrubado” pelo movimento das ocupações, foi substituído pelo Desembargador José Renato Nalini, numa clara judicialização da Secretaria de Educação.

Referências

- ALBUQUERQUE, L. F. **Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros.** Brasil de Fato. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/node/32359/>. 2015.
- ARAÚJO, G. **Professores de SP anunciam fim de greve após 3 meses de paralisação.** *GI*. Recuperado de: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/professores-estaduais-parados-ha-3-meses-decidem-pelo-fim-de-greve.html> 2015.
- BEECH, Jason. A Internacionalização das Políticas Educativas na América Latina. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 32-50, 2009.
- BRUM, E. **É política sim, Geraldo.** El País. Recuperado de: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/opinion/1449493768_665059.html. 2015.
- CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J. & RIBEIRO, M. M. **Escolas de luta.** São Paulo, SP: Veneta. 2016
- CRUZ, E. P. **Greve dos professores de SP é considerada a maior da história.** *UOL Educação*. Recuperado de: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias/greve-dos-professores-de-sp-e-considerada-a-maior-da-historia/2015>
- DIGIOVANNI, A. M. P. **Brasil e Cuba: um estudo comparado sobre políticas públicas de educação básica e as articulações com a psicologia, entre as décadas de 1960 e 1990.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016
- FARINA, E.; SCIREA, B. **O que move as ocupações de escolas no Estado.** Zero Hora. Recuperado de: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2016/05/o-que-move-as-ocupacoes-de-escolas-no-estado-5804779.html#>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- FIER, F. **Massacre do Centro Cívico.** Uol Congresso em foco. Recuperado de: <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/massacre-do-centro-civico/> 2015
- FREITAS, A. **A Base Nacional Comum Curricular e a educação banqueira.** Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/educacao/educacao-banqueira> 2016.
- GAMA, A. **Sem acordo, estudantes decidem manter ocupação de 54 escolas no Ceará.** Uol. Recuperado de: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2016/05/o-que-move-as-ocupacoes-de-escolas-no-estado-5804779.html#>>. Acesso em: 25 set. 2016.
- GOHN, M. G. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina. Dossiê: América Latina como lugar de enunciação. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 491-509, jul.-set. 2015.
- GOMBATA, M. **A democracia capturada pelas grandes empresas.** Carta Capital. Recuperado de: <https://www.cartacapital.com.br/economia/a-democracia-capturada-pelas-grandes-empresas>, 2016.
- LEITE, C.K.S.; PERES, U.D. Aproximações analíticas das trajetórias de políticas de educação e saúde no Brasil, Argentina e Chile (1980-2000). **Teoria e Cultura**. v. 10, n. 1, p. 67 – 85, 2015.
- MALUENDA, R. **El Mochilazo del 2001 instala la discusión sobre lo que se considera como derechos.** Recuperado de: <https://juventudsedej.wordpress.com/2013/09/24/el-mochilazo-del-2001-instala-la-discusion-sobre-lo-que-se-considera-como-derechos-entrevista-a-claudio-duarte-13/>, 2013.

- MARTÍN, M. **Inspirados em SP, colégios estaduais do Rio vivem onda de ocupações**. El País. Recuperado de: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/08/politica/1460123788_119886.html>. Acesso em: 25 set. 2016.
- PIRES, C. P. As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011. **Revista Contraponto**, v.1, n.3, out.nov, p.77-100. 2015.
- PALAGANO, L. E. **Relato de um manifestante no Centro Cívico de Curitiba: “Foi um massacre”**. Revista Fórum. Recuperado de: <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/relato-de-um-professor-centro-civico-de-curitiba-foi-um-massacre/> 2015.
- ROSAR, M.F.F; KRAWCZYK, N.R. Diferenças da homogeneidade: elementos para o estudo da política educacional em alguns países da América Latina. **Educação & Sociedade**, ano XXII, no75, Agosto/2001.
- ROSSI, M. **Goiás pressiona escolas ocupadas com a suspensão do início das aulas**. El País. Recuperado de: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/20/politica/1453306541_810398.html>. 2016.
- ROUSSELET, F.;FARIA, G. **Educação sob o domínio do capital. Estrangeiro**. Revista Fórum. Recuperado de <http://www.revistaforum.com.br/2013/08/23/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/> 2013.
- ZIBAS, D. M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 38 maio/ago, p.199-220. 2008.

Economias do Brasil e do Paraguai no período colonial e independente: uma análise comparativa

Milena Magalhães Oliveira

Universidade de São Paulo, Brasil.

Aluna de Mestrado do Programa de Integração da América Latina (PROLAM),

Editora da Revista Cadernos PROLAM/USP.

milenamagalhaes@usp.br

Amaury Patrick Gremaud

Universidade de São Paulo, Brasil.

Doutor, Professor na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Campus

Ribeirão Preto.

agremaud@usp.br

Resumo

Este artigo se propõe a analisar as particularidades entre Brasil e Paraguai durante o Período Colonial e os primeiros anos após o processo de Independência. Para atender a esse objetivo, este trabalho utiliza de pesquisa exploratória, com pesquisa bibliográfica e documental. Como produto resultante de análise, notou-se as inúmeras diferenças entre os dois países durante os períodos supracitados, chamando atenção para o risco de se equivocar ao tentar tratar os distintos países da América Latina de maneira homogênea.

Palavras-chave: Economia; Brasil; Paraguai; América Latina.

Introdução

Ao realizar uma análise sobre os diferentes processos históricos da América Latina, nota-se que por inúmeras vezes cai-se na armadilha do lugar comum ao tentar homogeneizar momentos distintos vivenciados por cada país latino-americano. O primeiro equívoco pode acontecer no momento em que se afirma que a colonização da América Latina ocorreu de maneira uniforme por produto da colonização europeia. Ao visualizar o contexto latino-americano sob essa perspectiva, desprezam-se as particularidades de cada processo e as tipologias de cada colônia.

Esse equívoco pode acontecer novamente em diversas outras fases, como nos processos de independência dos países latino-americanos. Este artigo propõe uma busca ao olhar as peculiaridades da evolução em cada país, especificamente entre Brasil e Paraguai. O objetivo deste estudo é analisar as diferenças econômicas entre os dois países na fase colonial e no imediato pós-independência.

No primeiro momento, este artigo discorre acerca da economia paraguaia durante o período colonial, atentando-se ao comércio interno e externo e citando os principais produtos da pauta comercial dessa colônia espanhola. Em seguida, será abordado o período seguinte à independência paraguaia sob a concepção econômica. Posteriormente, a economia do Brasil

Colônia torna-se o foco da análise ao apresentar as atividades econômicas predominantes em cada região brasileira. Logo após, um panorama econômico e comercial a respeito do Brasil Independente será apresentado. Por fim, uma análise comparativa entre os períodos supracitados em ambos os países é realizada ressaltando as particularidades entre os dois e se levanta o alerta sobre a “armadilha do lugar comum”, movimento no qual é feita uma análise uniforme dos processos históricos latino-americanos e, como consequência, despreza-se singularidades essenciais de cada país.

1 – ECONOMIA DO PARAGUAI EM TEMPOS COLONIAS

A economia do Paraguai durante o período colonial apresentava diferentes características quando se trata de ambiente interno e externo. No que tange ao comércio interno, tratava-se de uma economia campesina que se direcionava para a produção de itens domésticas para o próprio sustento, sendo esse dividido em produção para subsistência e orientação para mercado local. Ao analisar o comércio externo, identificava uma estrutura agroexportadora cujo objetivo era produção de excedentes para o mercado regional, sendo controlado pela metrópole por intermédio dos vice-reinados.

Por sua vez, ao examinar o mercado interno, notaram-se algumas peculiaridades. Em geral, tratava-se de economia de subsistência na qual a força de trabalho provinha das famílias de campesinos em um espaço de terra, doravante chamada de “chacras”. Nessa pequena porção de terra plantavam-se diversos elementos que em sua maioria eram mandioca, milho, feijão, batata, arroz, mel, amendoim, frutas silvestres, abóbora, dentre outros. Para além dos produtos supracitados, os campesinos faziam o cultivo em menor proporção de itens como açúcar, tabaco e algodão (ARECES, 2013).

O historiador colombiano Juan Carlos Caravaglia contribuiu para pensar o mercado interno paraguaio durante a economia colonial. CARAVAGLIA (1983) elaborou um padrão populacional ao estudar 423 unidades domésticas que indicava uma quantia de 2.512 pessoas nos arredores de Assunção. A partir deste estudo, constatou-se que apenas em 26 dessas unidades possuíam escravos ou mulatos, e em 13 unidades possuíam índios Yanaconas – nessas encomiendas, os índios e suas famílias viviam em circunstâncias semelhantes à escravidão. Ademais, no que tange a possessões de terra, segundo o autor aproximadamente 67% da população campesina não possuía terra própria e vivia em propriedades alheias, isso incluía campesinos que possuíam bois, vacas e cavalos. Desse grupo, dois terços não pagavam

arrendamento e possivelmente viviam a trocar uma parte da produção ou realizavam algum trabalho ao proprietário da terra.¹

Odriozola (2004) também trabalhou a situação econômica do Paraguai durante período colonial. O autor discorreu sobre o comércio na região e os principais itens do cultivo paraguaio:

Del continente se vinculaban directamente con España y con algunas potencias europeas, especialmente con Inglaterra, tanto legal como ilegalmente, el Paraguay desarrollaba sus relaciones comerciales con las regiones limítrofes. Su principal renglón de exportación lo constituía la yerba mate, consumida en casi todo el virreinato del Río de la Plata y otras zonas del continente (v. Garavaglia, 1983). En segundo término exportaba tabaco fuerte de hebra negra, consumido en la misma región. Recién en tercer término aparecen las maderas, entre las cuales había varias de alta calidad. En tiempos coloniales tampoco este rubro llegaba en cantidades apreciables al continente europeo. Con estas características se venía desarrollando la ciudad de Asunción, cuando recibió la comunicación de Buenos Aires, donde le daba cuenta de los sucesos acaecidos en mayo de 1810, los cuales culminaron con la formación de una junta integrada con criollos para gobernar el virreinato (ODRIOZOLA, 2004, p.84)

No tocando ao comércio externo, caracterizava-se pela produção agrícola e pecuária direcionada para a exportação cujos principais produtos eram a erva mate, couro e produtos derivados, tabaco e madeira para construção.

CARAVAGLIA (1983) descreveu a situação econômica da América colonial hispânica como sendo fundamentalmente fornecedora de metais preciosos e de maneira secundária, provedora de algumas matérias primas. Além dessas características, também apresentava o caráter típico de colônia como “compradora de produtos europeus”.

Es así que podemos comprobar que cada pieza de esta realidad colonial, aun las más alejadas, como es o caso de esta frontera constituida por el Paraguay, vivirá el ritmo de esta doble que faz que tiene la economía colonial. Los ganados, el vino y el azúcar de los primeros contactos con el mercado regional en los años 1570/1580 o la yerba, el tabaco y el azúcar de los años posteriores son mercancías y dan buena fe (de) que el “hambre de trabajo excedente” también reinaba en este lejano rincón de las Indias. Mercado interno y función colonial “típica” de esta formación social (su rol proveedora de metales preciosos y materias primas y de compradora de productos europeos) (CARAVAGLIA, p.382-383)

Quanto ao sistema de colonização, sustentou-se em múltiplas relações de produção. O método coercitivo da força de trabalho indígena prevaleceu nos primeiros séculos da colonização. No tocante o trabalho “livre”, fora considerado marginal até meados do século XVII existindo em conjunto com as relações escravistas e semi-escravistas de produção.

Além deste, as chamadas “encomiendas” foram outro elemento nas relações de trabalho durante o período colonial, caracterizada pela apropriação de mão de obra nativa. Ainda que a Coroa Espanhola tenha anunciado que os índios seriam considerados livres, estabeleceu-se a

¹ CARAVAGLIA, Juan Carlos. Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate. 2ª Edição Rosario: Prehistoria ediciones, 1983, p.209.

instituição das encomiendas. Nessa modalidade, os indígenas eram obrigados a pagar uma espécie de tributo ao encomendero, que na maioria das vezes era pago com o trabalho pessoal. Por consequência, o índio acabava preso a um vínculo de servidão e obediência ao encomendero da Coroa hispânica.

Segundo TELESCA (2013), o encomendero tinha a obrigação de instruir o indígena sobre fé católica, além de pagar anualmente a Coroa Real Espanhola a quantia de 16 pesos por cada índio à disposição. Ainda segundo o autor, as encomiendas podiam ser classificadas em dois tipos: a mitaria e a originaria, também chamada de yanacona. Na encomienda mitaria, os indígenas com idade entre 18 e 49 anos pagavam o tributo na forma de trabalho no decorrer de 60 dias no ano. Enquanto na encomienda originaria, os índios tributados acompanhados de suas famílias viviam diretamente com os encomenderos.

Com objetivo de produzir excedentes para exportação e garantir a conquista da região, o encomendero submeteu os indígenas a toda forma de exploração de trabalho que eles não eram habituados, tais como “a produção e tratamento da erva mate, produção do tabaco, algodão, cana de açúcar, derrubada de florestas e corte da madeira, fabricação e reparação de embarcações, transporte fluvial e terrestre de produtos comerciáveis” (RIVAROLA, 1994, p.11). O ritmo de trabalho incessante somado as condições de trabalho foram responsáveis pelo grande número de mortalidade entre os nativos. Garavaglia estima que “a população indígena foi reduzida em aproximadamente 50% de um total 100.000 índios localizados em Assunção e Jerez, durante os anos de 1555 até 1632, quando da entrada em grande número dos bandeirantes” (GARAVAGLIA, 1983, p.160-161).

Para além da utilização da mão de obra indígena nas encomiendas, a força de trabalho dos índios também foi empregada nos chamados mandamientos, que ficavam sob a autoridade do Estado Colonial e tinham como objetivo a construção de obras públicas, pontes, construção de estradas, edificação de fortes militares com a finalidade de transportar produtos através de rios (TELESCA, 2013). Para destacar a exploração do trabalho indígena durante o período colonial, Telesca relata em obra:

Ser indio en el Paraguay colonial significaba vivir en un pueblo de indios, sometido a las encomiendas, o vivir con el encomendero en su casa, lo que terminaba siendo una esclavitud encubierta si bien las encomiendas no eran eternas ni se podía vender a los indígenas. (TELESCA, 2013, p.23)

Uma vez descrita a força de trabalho, faz-se necessário elucidar acerca da produção e comercialização do principal produto paraguaio a época: a erva-mate. O auge do período comercial deste item foi ao final da fase do Paraguai Colônia. A área de alcance deste produto

abarcou diversas regiões, dentre elas Quito, Guayaquil, Santiago do Chile, o Alto Peru, sul do Brasil, Buenos Aires e Montevidéu (WHIGHAM, 2009; NUNEZ, 2015).

Em 1776, com a criação do Vice-Reinado do Prata, reformas fiscais e comerciais foram realizadas e resultaram no aumento significativo no comércio deste produto. Esse fenômeno é observado nos dados comerciais citados por Felix de Azara. O autor cita um aumento de 1224% entre os anos de 1776 e 1798, quando as exportações de Erva-Mate subiram de 27.000 arrobas para 330.480 arrobas (AZARA, 1847).

Como efeito do aumento no comércio da erva, seria lógico subentender o crescimento da renda e da qualidade de vida da população trabalhadora. Contudo, esta não era a realidade observada. A bonança da erva premiou somente os comerciantes do Reino, enquanto para os trabalhadores este produto, significou a escravidão. Em obra, Telesca refletiu sobre essa situação: “El comercio de la yerba paraguaya ha enriquecido a muchos de los comerciantes de este Reino. La yerba esclaviza y aniquila a los paraguayos: no logrando estos por su simplicidad, utilidades algunas, antes sí todos sus graves atrasos provienen de este llamado beneficio” (TELESCA, 2013. p.91)

2 – ECONOMIA PARAGUAIA PÓS INDEPENDÊNCIA

2.1 – Comércio Externo

Uma vez declarada o processo de independência do Paraguai, alguns elementos distanciaram esse país do restante da América do Sul. A principal diferença se dá no âmbito econômico. No imediato pós independência, o Paraguai se fechou no chamado “encierro” em decorrência da política levada pelo seu governante, José Gaspar Rodríguez Francia, o que acrescido ao distanciamento geográfico, levou a um isolamento econômico, resultando num agravante para a crise política do Estado recém-independente.

Contrário a independência paraguaia, o governo de Buenos Aires levantou obstáculos comerciais entre os dois países: impedimentos a navegação dos rios continuaram a existir. Para, além disso, acrescenta-se a esse contexto a guerra civil entre Buenos Aires e as províncias do interior e a disputa da Banda Oriental entre portenhos e portugueses. Mediante esse cenário e visando salvaguardar a independência política recentemente conquistada, o Paraguai buscou a adaptação de sua estrutura para atender a econômica interna.

Conforme descrito no primeiro capítulo deste trabalho, a economia paraguaia no período colonial usufruiu de certa prosperidade e crescimento econômico fundamentado na tradicional

economia de subsistência e no cultivo e comercialização da erva-mate e outros itens secundários. Porém, com a evolução da independência, o Paraguai perdeu suas áreas de mercado tradicionais devido a determinações vindas da Coroa Espanhola e tiveram que direcionar a produção das “chacras campesinas” para o consumo da população, negociando os escassos excedentes para o modesto mercado interno. A pauta exportadora paraguaia tinha como característica a comercialização de produtos primários, elementos típicos de economias rurais produtora de matérias-primas. Dentro os meses de julho, agosto e setembro de 1838, a pauta exportadora paraguaia era constituída dos seguintes produtos:

Gráfico 1 – Exportações paraguaias no período de jul/ago/set de 1838



Fonte: ANDRADA E SILVA, Raul. Ensaio sobre a ditadura do Paraguai 1814-1840.

São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978. p.214

*Os valores são referentes aos meses de jul/ago/set 1838

Fonte: ANDRADE E SILVA (1978)

Não obstante a reorientação da economia, o isolamento comercial afetou substancialmente esse país. O Paraguai não tinha condições para se sustentar de maneira auto-suficiente uma vez que precisava importar diversos itens, em especial produtos manufaturados como instrumentos para o trabalho nas campesinas, armas e munições para o exército em formação, utensílios para artesanato, entre outros itens (NUNEZ, 2015).

Nessa conjuntura, a posição tomada por Francia visou a proteção da economia interna. Ronald Nunez descreveu a ação do governante paraguaio quando da proibição de navios mercantis cuja direção partia para fora do país:

En los primeros años de la revolución independentista, el gobierno paraguayo debió em repetidas ocasiones la salida de buques mercantes de Asunción com destino a Corrientes, Santa Fe o Buenos Aires. La medida estribaba em que la flota española de Montevideo controlaba el rio Paraná com la finalidad de paralizar el comercio de las provincias emancipadas (NUNES, 2015, p.130).

Francia também demonstrou descontentamento em relação às práticas comerciais adotadas por Buenos Aires, que não reconhecia a independência paraguaia e elevava de maneira exorbitante as taxas às importações vindas do Paraguai. Conforme consta em ofício direcionado ao comandante de Concepción de 12 de agosto de 1822, Francia manifestou esse descontentamento em relação aos encargos cobrados por Buenos Aires:

Sin embargo, Buenos Aires por sus particulares fines, mala querencia y reprobadas intenciones ha estado haciendo com el Paraguay la iniquidad y maldad de estorbar que pueda tener el mismo comercio, no solo para que el Paraguay no tenga arbitriofr proveerse de armas y municiones y que aun los géneros de comercio no pueda tenerlos baratos, sino también por estarse absorbiendo y robando a título de derechos excesivos e inoportables todo el producto de las haciendas y frutos del Paraguay, como he estado robando desde ahora a ocho años faltando de mala fe y desafortadamente a los tratados celebrados em el particular, teniendo de este modo al Paraguay en la más vily verdaderamente infame dependencia(...)

Muchos por esto han admirado que el Paraguay continúe sujeto a tan ignominioso y perjudicial procedimiento destructivo de su prosperidade y que en todo tiempo y hacen vivir como a pupilaje y en cierta sservidumbre, sin permitir que se le ministre más que lo que ello quieren y cuando lo quieren, prohibiéndole toda comunicacióm correspondencia y comercio con otros después de absorberse el producto de su trabajo y la verdad que com los propios esclavos no puede hacerse más. Em esta atención, ahora que juzgo más proporcionadas las circunstancias, estoy tomando medidas y haciendo preparativos librar el Paraguay de tant gravosa servidumbre, pues de outra suerte con todo su título de Republica soberana e Independiente no será bien considerada sino a manera de una Republica de Guanás con cuya substancia y sudor engordan otros (ANA-SH, v.228, n.2).²

Quanto ao comércio bilateral com o Brasil, momentos distintos marcaram essa relação. Em 1816, Francia em ofício manifestou o desejo de livre comércio entre as nações desde que não atentasse “contra a sagrada liberdade, independência e direitos nem os cause prejuízos”³. Segundo Nunez (2015), para Francia o comércio na região representava um instrumento para alcançar a causa comum que era a liberdade e independente dos países ao todo e qualquer poder estrangeiro.

Em outra oportunidade, o governante paraguaio manifestou o desejo da manutenção do livre comércio entre os dois países por meio da navegação irrestrita dos rios interiores e de todo o Prata:

[...] el dominio de una vía pública natural como el río Paraná, llamado también de la Plata, cuya navegación debe quedar enteramente franca y libre de toda traba para el comercio de la Republica del Paraguay, como um Estado verdadera y efectivamente comerciante por las muchas importantes y estimables producciones de su territorio: consiguientemente, no se deberá poner en el libre transporte de dichas armas y municiones ningún embarazo o impedimento al sobredicho Don Gonzalo Gomes de Melo

² Fragmento retirado do Ofício al Comandante de Concepción, del 12 de agosto de 1822. ANA – SH, v. 235, n.12 in NUNEZ(2015).

³ Ofício al Comandante de Concepción, del 23 de junio de 1818. ANA-SH, v.228, n.2.

o al que viniere haciendo sus veces, el cual tampoco ha de poder sujetarse a ninguna pensión o al de impuesto, registro, puerto preciso u outro semejante [...]

Em 1818, uma mudança de direcionamento foi percebida em razão da desconfiança de Francia em relação aos brasileiros, ainda colônia portuguesa, de forma a considerá-los uma ameaça a independência paraguaia e em decorrência disso, o comandante paraguaio “suspende todo e qualquer tipo de comércio com os portugueses através da fronteira ao norte” (NUNEZ, 2015, p.136).

No tocante as relações externas do Paraguai, Francia manifestou por vezes o interesse de estreitar laços comerciais com a França em 1819 e com a Inglaterra no ano de 1824, porém, por diferentes razões nenhuma chegou a se concretizar de fato. As negociações com a França não avançaram devido à falta de credenciais do representante francês, o capitão Pedro Saguier. Com a Inglaterra o cenário foi outro: Francia demonstrou diversas vezes a disposição de manter o livre comércio com os ingleses por meio de cartas ao cônsul britânico em Buenos Aires, como descrito no trecho a seguir: “(...) Mi deseo es vincularme estrechamente con Inglaterra, sin que puedan perjudicial al Paraguay los feudos de los países vecinos ni los obstáculos que opongan al comercio y la navegación” (RIBEIRO, 2011, p.41, in NUNEZ, 2015). Porém, as negociações não avançaram porque representante inglês contatou o governo de Buenos Aires antes de firmar o acordo com o Paraguai. Como prática reiterada, Francia afirmou que não se submeteria ao crivo portenho e as negociações foram encerradas.

2.2 – Comércio Interno

Em relação à estrutura econômica no âmbito interno, o Estado recém-formado regulava intensamente o comércio. Itens típicos da economia rural paraguaia - como a erva mate, tabaco e o couro - sofreram fortes controles comerciais por parte do governo. Logo depois de proclamada a independência, o Estado atuava fortemente no comércio: agia no fomento da produção, direcionava o comércio e ainda recolhia os lucros de particulares quando estes excediam o limite estipulado. Outro mecanismo de controle foi implementado por Francia no âmbito das importações: uma espécie de lista que discriminava todas as mercadorias era obrigatória aos comerciantes em Assunção, sendo examinada pelo próprio comandante paraguaio, que discernia quais dos produtos citados eram de interesse do Estado e a partir daí, estabelecia as alíquotas dos impostos aos quais aqueles itens seriam submetidos. (NUNEZ, 2015).

Ainda que tenham ocorrido inúmeras mudanças no comércio externo e no papel regulador do Estado na economia interna, a característica essencial da economia paraguaia permanecia a mesma: economia agrária e orientada para subsistência. Com as fortes restrições de Francia ao mercado externo, o aperfeiçoamento técnico nos processos de cultivo, com o auxílio de ferramentas e máquinas no propósito de tornar a produção mais sofisticada, era uma realidade distante.

Esse atraso tecnológico ampliou o grau de dependência do Paraguai das importações. E como forma de impedir a saída de recurso no país e se utilizando da justificativa de proteger a independência e a unidade territorial do país, Francia proibiu a exportação de metais preciosos no ano de 1814 com exceção para a compra de armas sob pena de apreensão, e estabeleceu multa ao contraventor que podia levar à prisão do indivíduo, como consta em parte do decreto a seguir: “(...) se prohíbe nuevamente em todo el territorio de a Republica la exportación de todo el metal precioso, entendiéndose por tal el oro y la plata, sean sellados, labrados o en pasta, pena de confiscación con otro tanto del importe o cantidade que se haya dispuesto extraer”.⁴

Odriozola também comenta as medidas de cunho mercantilistas adotadas por Francia durante esse período:

A través de los muchos documentos que atestiguan la preocupación del Dictador por la actividad económica, se puede observar la aplicación de ideas de corte mercantilista. No puede extrañarnos, si recordamos que era la doctrina oficial del Despotismo Ilustrado. En este sentido, la cantidad de metal precioso existente dentro del territorio de la República pasa a ser uno de los centros medulares de su estrategia. Una de las primera medidas al respecto fue prohibir la salida de metales preciosos por concepto de rentas por las propiedades poseídas en el país por titulares residentes en el exterior. (ODRIOZOLA, 2004, p.98)

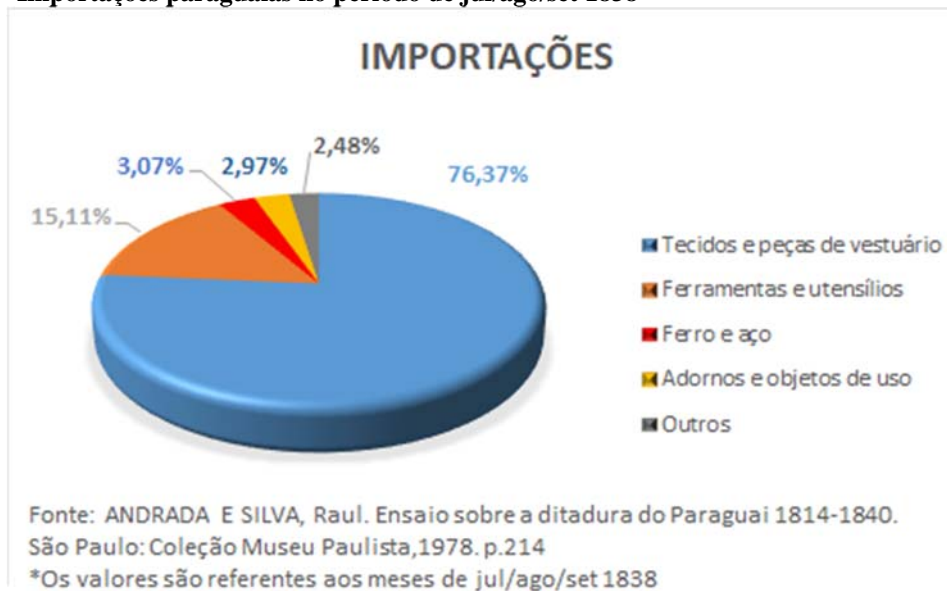
Contudo, no momento que se estabelecem imperativos, começaram a surgir as resistências. Rotas alternativas foram criadas pelos comerciantes para despistar a forte fiscalização do Estado. Nunez descreveu como era do cenário da rota ao norte, entre as vilas de Conceição e Miranda.

[...] Uma terceira ruta por el norte, entre Concepción y la localidad brasileña de Miranda, perto esta fue clausurada em 1818. Era este un pareje remoto, dificil de controlar, y palco de constantes incidentes con los portugueses, a quienes el gobierno em Asunción acusaba de promover devastadoras incursiones de tribus de indios mbyá em las villas paraguayas fronterizas. (NUNEZ,2015, p.143)

⁴ Fragmento retirado do Decreto del 13 de noviembre de 1814. ANA-SH, v.223, n.4 in NUNEZ, RONALD. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05112015-144136/pt-br.php_aceeso_em_04/06/2017. Acesso em: 04/06/2017.

Por fim, a pauta dos itens importados constituiu nesse período de itens manufaturados com algum grau de sofisticação no processo. Como pode ser observado a seguir no gráfico de importação paraguaias do ano de 1838:

Gráfico 2 – Importações paraguaias no período de jul/ago/set 1838



Fonte: ANDRADA E SILVA (1978)

3 – Brasil colônia e economia

A chamada política do “Pacto colonial” destinou-se a reservar o mercado nacional de cada país às produções de suas respectivas colônias, e o comércio à marinha de sua bandeira. Este exclusivismo nacionalista colocou Portugal e suas colônias em má posição; sem marinha (esfabela-se sob o domínio espanhol a que possuía), e não contando com um mercado nacional apreciável, restringiu-se a saída para seus produtos coloniais. (PRADO JUNIOR, 1970).

Em virtude da alta rentabilidade e elevado grau de especialização, a produção e comercialização do açúcar estabeleceu um mercado de grandes proporções no Brasil. A relevância da economia açucareira pode ser constatada no trecho a seguir:

“uma economia de elevadíssimo coeficiente de importações. Com efeito, não obstante a quase inexistência de fluxo monetário dentro da economia açucareira, o seu grau de comercialização era muito elevado. A alta rentabilidade do negócio induzia à especialização, sendo perfeitamente explicável – do ponto de vista econômico – que seus empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividades secundárias, pelo menos quando eram favoráveis as perspectivas do mercado do açúcar” (FURTADO, 1963, p.68-69).

Com a expansão da produção açucareira, criou-se também uma atividade econômica em paralelo: a pecuária. Diante da necessidade de buscar lenhas cada vez mais afastadas para a produção do açúcar, tornou-se indispensável à criação de animais de tiro. O autor Celso Furtado aponta que “as inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realizava a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão” (FURTADO, 1963, p.72).

Porém, a partir do último quartel do século XVII, a economia açucareira e pecuária entrou em um período de desaceleração, dando início a um processo de atrofiamento que fora refletido no valor da renda *per capita* da população. (FURTADO, 1963)

Já na primeira metade do século XVIII, o grande produto brasileiro há época, o açúcar, começou a perder espaço para os concorrentes. Nesse momento a mineração apresentou uma queda na importância e eis que a agricultura voltou à tona, ocupando lugar de destaque no Brasil colonial. Além desses fatores, somaram-se ainda o incremento das atividades econômicas e comerciais no mundo que resultam na valorização dos mercados e, por consequência, dos produtos provindos do comércio colonial. Essa mudança na orientação comercial resultou em conflitos entre os países europeus, o que contribuiu ainda mais para a valorização dos produtos em territórios ultramarinos, uma vez que essas áreas não serviam de palco para os embates do velho mundo.

Além desses elementos, os avanços técnicos surgidos na segunda metade do século propiciaram ao algodão o posto de principal matéria-prima industrial e alternativa de peso no tocante aos gêneros tropicais. Nesse contexto, com o aumento da relevância deste produto no mercado internacional, o algodão se torna um dos elementos de grande importância das riquezas coloniais, confirmando assim a influência da função exportadora na economia brasileira, tornando capaz de direcionar a produção em torno da atividade econômica em voga. Caio Prado Junior aponta esse fenômeno em sua obra:

Já não bastavam para este volume considerável os antigos e tradicionais fornecedores do Oriente; e a América, aproveitando suas reservas imensas de terras virgens, virá preencher a falta e tornar-se-á o grande produtor moderno do algodão. O Brasil terá sua parte que a princípio não é pequena, neste surto sem paralelo no passado do comércio algodoeiro. (PRADO JUNIOR, 1970, p.81)

Ainda que o algodão tivesse aparecido em lugar de destaque na produção agrícola nessa época, o açúcar aproveitou-se também do surto agrícola do período. Regiões de lavouras de cana de açúcar que outrora eram consideradas decadentes ressurgiram e se expandiram de modo

a alcançar a prosperidade até o final do século XVIII. Outras culturas como arroz e anil – além do café que passou a ser cultivado em larga escala nesse momento - também foram cultivadas nesse período e complementaram a pauta exportadora do “*Brasil colônia*”.

A visão geral acerca das condições econômicas e populacionais na era colonial, podemos destacar a concentração populacional nas regiões costeiras, observando núcleos de convergência de povoamento em algumas áreas, sendo as principais a do Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Caio Prado descreve a atividade econômica nesse período com o que chama de “Súmula geral econômica no fim da era colonial” e analisa o caráter geral da economia brasileira:

Os diferentes setores que o compõe têm uma atividade econômica variável, vimo-lo já nos capítulos anteriores: as grandes lavouras tropicais, a cana de açúcar, o tabaco, o arroz, o anil, o algodão, ao longo do litoral; aquelas primeiras mais próximas do mar, a última um pouco mais arredada para o interior; a colheita de produtos naturais (sobretudo o cacau) no Extremo-Norte; a mineração do ouro e dos diamantes no Centro-Sul; a pecuária no sertão do Nordeste e no Extremo-Sul. Estes são em suma, desprezados os pormenores, os gêneros de vida econômica da população colonial. Um traço os aproxima e sintetiza: é o caráter geral da economia brasileira. (PRADO JUNIOR, 1970, p.102)

Em suma, o comércio colonial sintetizava-se no cultivo de produtos tropicais e metais preciosos visando mercado internacional. A logística acontecia em bases marítimas com destino a Europa – em maioria⁵ – uma vez que colônias no entorno produziam elementos da mesma categoria, dificultando as trocas comerciais na região. Além da facilidade, o transporte por via marítima viabilizava a fiscalização fronteiriça. Quanto às importações coloniais, concentravam-se em itens de luxo como azeite, sal e algumas manufaturas e metais como ferro. Todavia, o comércio de maior relevância, inquestionavelmente, era o tráfico de escravos provenientes da costa africana. Em relação ao comércio interno, a atividade de cabotagem, o comércio de gado em diversas partes do território brasileiro e o charque no Rio Grande do Sul se destacavam na dinâmica de abastecimento os centros urbanos (PRADO JUNIOR, 1970).

Uma característica presente ao período colonial e que permaneceu nos anos subsequentes à independência é da importância dada em primeiro grau à exportação: as principais atividades econômicas estabeleciam na órbita dos produtos para exportação e supriam as necessidades do comércio externo; E dessa atividade derivavam uma economia cuja função é suprir as necessidades da primeira.

⁵ Caio Prado Jr. cita o fluxo comercial luso-brasileiro e hispano-perunano por via terrestre, além de citar algumas rotas de contrabando comercial, porém caracteriza o comércio externo por via terrestre como desprezível (PRADO JUNIOR, CAIO, 1970, p.114-115).

4 – Economia Brasil independente

Com a Independência do Brasil, inicia-se uma nova era, em tese, de comercial *livre* e com a perspectiva de desenvolvimento para as antigas colônias. É bem verdade que a transferência da corte portuguesa ao Brasil já trouxera uma ampliação nas práticas econômicas brasileiras, porém nada equiparado ao período independente.

Para tentar ilustrar essa evolução no comércio exterior a partir da mudança da família real à colônia, dados relacionados ao crescimento das exportações e importações nesse período, valores em libras esterlinas-ouro:

Gráfico 3 – Comércio Externo Brasil Colônia



Fonte: PRADO JUNIOR (1970).

Como citado anteriormente, a abertura econômica apontava para a consolidação de uma econômica orientada exclusivamente para a produção de – poucos - itens para atividade exportadora. A abertura representou também a morte da *indústria* local nascente - particularmente a de manufatura de tecidos em Minas Gerais e a metalurgia em São Paulo e Minas Gerais - que não resistiu à concorrência externa. Esse cenário é descrito por Caio Prado Jr.:

Aperfeiçoa-se e se completa mesmo tal sistema. Até a abertura dos portos, as deficiências do comércio português tinham operado como barreira protetora de uma pequena indústria local, pobre indústria artesã, é verdade, mas assim mesmo suficiente para satisfazer a uma parte do consumo interno. Esta pequena indústria não poderá sobreviver à livre concorrência estrangeira, mesmo nos mais insignificantes artigos. A qualidade, os preços, a própria moda (fator que não se deve esquecer) farão desprezar seus produtos. Tudo passa a vir do estrangeiro; até caixões de defunto, refere um contemporâneo, chegar-nos-ão da Inglaterra já estofados e prontos para serem utilizados. E esta situação tenderá

sempre a se agravar com o correr dos anos, graças ao aperfeiçoamento contínuo da indústria europeia e conseqüente barateamento e melhoria dos seus produtos. O artesão brasileiro, que por força das circunstâncias e ambiente desfavorável terá ficado nos seus modestos padrões do passado, perde terreno cada vez mais. (PRADO JUNIOR, 1970, p.135)

Além da indústria, outros setores foram afetados pela concorrência externa: a produção indígena e o comércio interno. No que diz respeito à manufatura indígena, o artesanato regional, comercializado nos centros urbanos, sofreu com os concorrentes, ocasionando posteriormente em inquietações sociais e políticas. Quanto ao comércio, ingleses e franceses passaram a dominar o mercado:

Aos ingleses caberão sobretudo o grande comércio, as transações financeiras; aos franceses, o negócio de luxo e de modas. Os brasileiros propriamente, isto é, nativos da colônia, não sofreram com esta concorrência, pois sempre tinham sido portugueses que se ocupavam do comércio; e depois de 1822 aqueles serão estrangeiros como os demais. Há contudo uma diferença, porque embora nascidos fora do Brasil, os portugueses representam uma categoria já perfeitamente entrosada na vida do país, o que não ocorre naturalmente com os adventícios de data recente (PRADO JUNIOR, 1970, p.136)

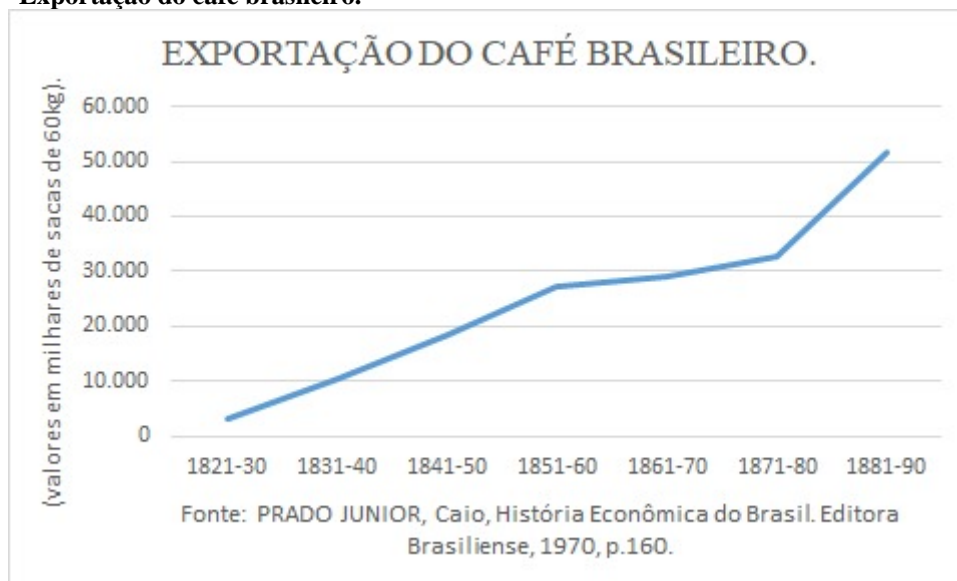
Ainda que a essência econômica e comercial permaneça idêntica – produção de itens tropicais visando à exportação – o contexto do século XIX se modificou: a evolução de técnicas proporcionou a injeção de eficiência das atividades econômicas. A navegação a vapor, estradas de ferro e a mecanização das indústrias deram início a uma nova fase de progresso na economia brasileira, principalmente na distribuição das atividades produtivas.

Além do deslocamento regional das áreas produtivas, que das lavouras do Norte partiram para a região Centro-Sul, houve ainda o surgimento do gênero que marcará toda uma era: o café.

A conjuntura internacional com o surgimento do açúcar retirado da beterraba; o aparecimento do algodão produzido pelos Estados Unidos e pelo oriente; o esgotamento das terras na região setentrional após um longo período de utilização ininterrupta e predatória; a suspensão do fluxo de escravos importados do continente africano; o grande consumo de café pelos Estados Unidos que procurava produtores livres da dominação britânica e por fim, o clima e terra da região Centro-Sul propícios a cultura do café deram a este produto o papel de protagonista na pauta exportadora brasileira (PRADO JUNIOR, 1970).

Para ilustrar a ascensão das exportações de café, segue o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Exportação do café brasileiro.



Fonte: PRADO JUNIOR (1970).

A formação da economia cafeeira foi estabelecida em bases distintas das quais o Brasil já havia passado. Os senhores do café dispunham de grande influência política aos seus interesses econômicos. Celso Furtado analisa os elementos sobre os quais se constituíram a economia cafeeira:

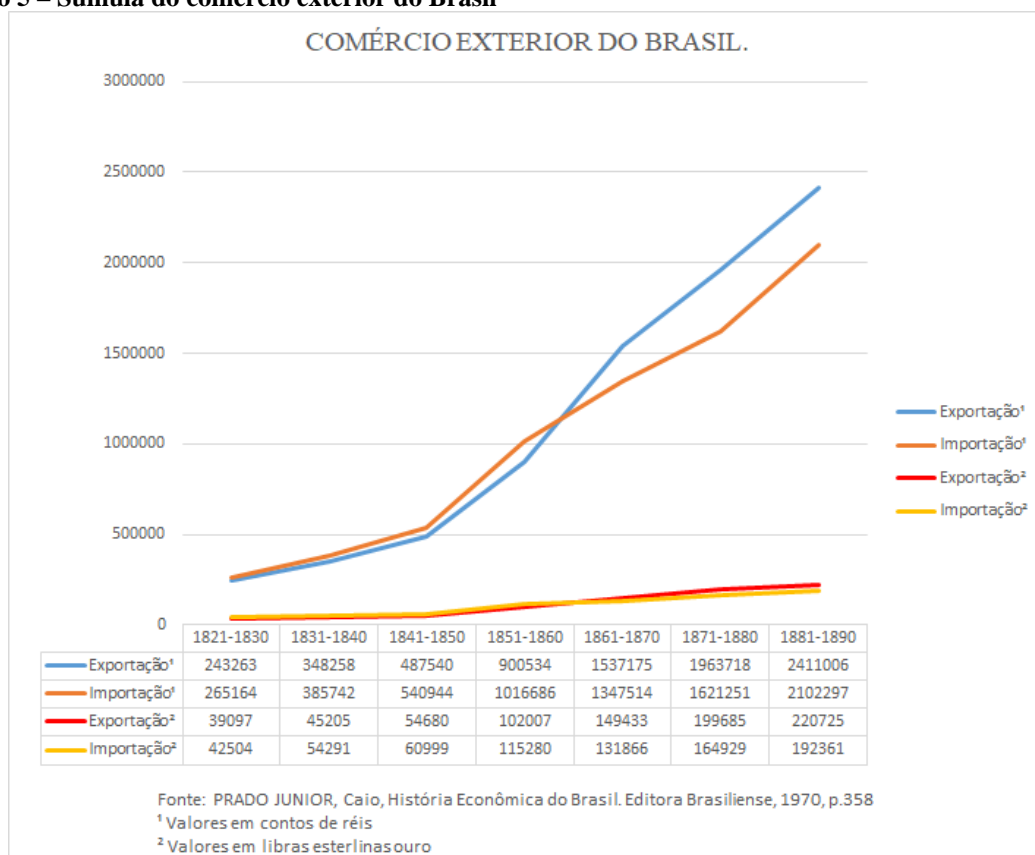
A economia cafeeira formou-se em condições distintas. Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa de gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contactos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. (FURTADO, 1963, p.145-146)

A mudança do centro econômico para o Centro-Sul, particularmente para a província de São Paulo, refletindo a importância do café, alterou os aspectos demográficos no que tange a concentração populacional e de renda. A região ainda apresentava a proximidade com o Porto de Santos, que significava uma vantagem logística para o escoamento do principal produto da pauta exportadora do Brasil independente.

No que corresponde a organização da estrutura de produção das lavouras de café, eram do tipo de larga escala, no modelo “plantation”, cultivadas em grandes propriedades de monocultura, utilizando a força de trabalho de escravos negros, que outrora foram substituídos por trabalhadores assalariados e mais tardar, os imigrantes italianos e alemães.

Diante do exposto, o gráfico a seguir exibe os dados de comércio exterior do Brasil, com os valores em contos de reis e em libras esterlinas ouro, distribuídos em décadas e contemplando os períodos entre 1822 a 1890, demonstrando assim em valores as transações de comércio exterior do Brasil:

Gráfico 5 – Súmula do comércio exterior do Brasil



Fonte: PRADO JUNIOR (1970).

Frente ao exposto pelo gráfico, nota-se um acréscimo no número de importação e exportação nos primeiros anos após a independência.

5 – CONCLUSÕES

Para entender o funcionamento do processo de independência da América Latina, deve-se atentar para não cair na “armadilha do lugar comum” que consiste em analisar a América Latina como sendo um bloco único. É necessário que busque compreender a realidade de cada país, observando as singularidades econômicas e políticas, uma vez que cada Estado possui suas peculiaridades e que influenciam no diagnóstico final. A partir dessa postura, cai por terra a premissa de que “Todos os Estados da América Latina se tornaram independente no início do século XIX e se tornaram exportadora de matéria-prima”.

De fato, essas foram as características predominantes dos países latino-americanos, contudo, essa afirmativa não os coloca no mesmo patamar. Cada país da região possui suas particularidades no tocante ao processo de independência, composição da pauta exportadora e a maneira que se deu a abertura comercial no imediato pós independência.

Neste artigo, pôde-se observar essa situação para os dois países objetos dessa análise: Paraguai e Brasil. No que concerne a economia interna paraguaia no período colonial, tratava-se de uma economia campesina que se direcionava a produção das unidades domésticas para o próprio sustento, sendo esse dividido em produção para subsistência e orientação para mercado local. Nessas porções de terra, também chamadas chacras, eram cultivados itens como mandioca, milho, feijão, batata, arroz, mel, amendoim, frutas silvestres, abóbora, dentre outros. No tocando ao comércio externo, caracterizava-se por uma estrutura agroexportadora de produtos como erva mate e tabaco, comércio este controlado pela metrópole.

A conjuntura transformou-se substancialmente com a independência e a chegada de José Gaspar Rodríguez Francia ao poder. O Paraguai se fechou no chamado “encierro” em decorrência da política levada pelo seu governante e somado a isso, o distanciamento geográfico do território levou a um isolamento econômico e agravou ainda mais a crise política no Estado recém-independente. Como o Paraguai não tinha condições para se sustentar de maneira auto-suficiente - uma vez que precisava importar diversos itens, em especial produtos manufaturados como instrumentos para o trabalho nas campesinas, armas e munições para o exército em formação, utensílios para artesanato, entre outros itens – e visando evitar a saída de metais preciosos do país, Francia proibiu a exportação de metais preciosos, salvo para compra de armamentos.

Com relação à experiência brasileira, essa ocorre de maneira distinta. Em suma, o comércio colonial concentrava-se no cultivo de produtos tropicais e metais preciosos visando

mercado internacional. Os itens eram cultivados em grandes lavouras tropicais, dentro os principais gêneros cultivados eram a cana de açúcar, o algodão, o tabaco, o arroz, o anil, o cacau e a atividade pecuária no Nordeste e no Extremo-Sul brasileiro. A logística ocorria em bases marítimas com destino a Europa – em maioria– uma vez que colônias no entorno produziam elementos da mesma categoria, dificultando as trocas comerciais na região.

Com o processo de independência, algumas mudanças foram sentidas no comércio brasileiro. A essência econômica e comercial permaneceu: produção de itens tropicais tendo em vista a exportação. Entretanto, a abertura representou a ruína da indústria nascente e a manufatura indígena, que não resistiram à concorrência externa. O comércio interno também foi afetado pela abertura econômica, ingleses e franceses passaram a dominar o mercado.

. A evolução de técnicas ocorridas no século XIX proporcionou a injeção de eficiência das atividades econômicas. A navegação a vapor, estradas de ferro e a mecanização das indústrias deram início a uma nova fase de progresso na economia brasileira, principalmente na distribuição das atividades produtivas.

Diante do exposto, constataram-se claramente as diferenças entre os países durante os períodos analisados. Além da diferença no tocante a pauta comercial entre os países tanto na fase colonial quanto no período independente, os países se diferenciam na postura no momento de sua emancipação. Enquanto o Paraguai se fechou com o objetivo de proteger a economia, o Brasil atravessou um processo de abertura que afetou substancialmente o comércio local.

Deste modo, é necessário ter cautela ao generalizar os países da América Latina como um todo. São países, em sua maioria, com processos de independência do início do século XIX, exportadores de matéria-prima, dentre outras características em comum. Todavia, as particularidades devem ser levadas em consideração, uma vez que permite o entendimento de outras conjunturas de cada um dos países. Posto isto, observada as peculiaridades de cada país, este artigo levanta o alerta aos pesquisadores para uma análise feita nestes moldes, observando atentamente para cada região e permitindo assim um entendimento real sobre como se deu a formação econômica dos países da América Latina.

Referências

- Raul Andrada e Silva, *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978.
- Nidia Areces, *La economía paraguaya en los primeros años revolucionarios*. In: TELESKA, IGNÁCIO; BREZZO, LILIANA; CABALLERO, HERIB. *Paraguay 1813: La proclamación de la república*. Assunción. Taurus, 2013.
- Feliz Azara, *Descripción e historia del Paraguay y el río de la plata*. Imprenta de Sanchiz, 1847.

Juan Carlos Caravaglia, *Mercado interno y economía colonial: tres siglos de historia de la yerba mate*. 2ª Edição Rosario: Prehistoria ediciones, 1983.

Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. Editora Universidade de Brasília, 1963.

Caio Prado Junior, *História econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, 1970.

Ronald Nunez, *El pensamiento político y económico de José Gaspar Rodríguez de Francia: 1814-1840*.

Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-05112015-144136/pt-br.php> acesso em 04/06/2017. Acesso em: 04/06/2017.

Jaime Collazo Odriozola, *El dictador Francia y la sociedad paraguaya*. 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/281/28100705.pdf> . Acesso em: 18/06/2017.

Ana Ribeiro, *Gaspar Rodriguez Francia: El hombre de la independencia el aislamiento paraguayo*. Assunción: El Lector, 2011.

Milda Rivarola, *Vagos, pobres y soldados: la domesticación estatal del trabajo en el Paraguay del siglo XIX*. Ed. Assunción, 1994.

Thomas Whigham, *Lo que el rio se llevó: Estado y comercio en Paraguay y Corrientes (1776 – 1870)*. Assunción: CEADUC, 2009.

Thomas Whigham, *La economía de la independencia*. Assunción: El Lector, 2011.

CONGRESSO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL
NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA,
SÉCULOS XIX E XX

**EIXO 10: PENSAMENTO
PEDAGÓGICO: PROJETOS E
PRÁTICAS**

De 16 a 18
de 2018

Universidade
de São Paulo
Brasil

A circulação do vocabulário psicanalítico na argentina a partir da mediação frankfurtiana: 1940 – 1960

Alexandra Dias Ferraz Tedesco
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil.

Resumo

A proposta deste artigo é analisar a importância da mediação frankfurtiana na circulação do repertório psicanalítico em Buenos Aires na primeira metade do século XX. Conhecida como uma das capitais mundiais da psicanálise, a ampla circulação do vocabulário freudiano, no entanto, não obedeceu a uma lógica unívoca. Para entender a aclimação dessas ideias e sua ressignificação em território argentino, este artigo parte da proposta de acionar uma história intelectual atenta à materialidade dos textos e, sobretudo, às dinâmicas de prestígio que circunscrevem as circulações de ideias. Nesse sentido, os autores filiados à Escola de Frankfurt aparecem como importantes mediadores na viabilização da psicanálise como suporte para as análises acadêmicas da sociologia científica na década de 1950, singularizando, desse modo, o caso argentino.

Palavras-chave: Escola de Frankfurt; História Intelectual; Sociologia Argentina; Freud.

Freud es el culpable de que toda obra sea vista como autobiográfica. Cuando apareció *La invención de Morel*, una señora me dijo: ‘que raro que Bioy se imagine en una isla deserta!’ (...) De Édipo solo sabemos que no tenía el complejo.
Jorge Luis Borges.

Introdução

Em seu ensaio *Médicos, curandeiros y videntes*, Beatriz Sarlo mostra de que modo a “imaginação técnica”, estimulada pelas inovações do rádio e do cinema na década de 1920 argentina, pôde se coadunar perfeitamente com uma inclinação de natureza supersticiosa, igualmente observável no imaginário popular e de classe média da Buenos Aires daquele contexto. Como hipótese para entender essa curiosa zona híbrida, Sarlo aventava que o espiritismo, a proliferação de videntes e as elucubrações metafísicas de modo geral se combinavam com a imaginação técnica na medida em que os avanços dessa última afiançavam a ideia de que não há razão para crer que as coisas sejam impossíveis: tudo se passava como se a própria confiança científica engendrasses seu contraponto, conquanto instituiu uma espécie de “milagre por equivalência de possibilidades”. Nos termos de Sarlo, trata-se de uma situação em que “la ciencia se conecta con preguntas y deseos sobre el origen de la vida y la potencialidad creadora: lo que perteneció a los dioses, comienza a ser manejado por los hombres” (1997, p. 145). Um dos meios de difusão desse par antinômico de visões de mundo, os folhetins populares, estavam repletos de “psicologia fantástica”, sendo um dos temas mais recorrentes

nas histórias, além das grandes utopias tecnológicas, a hipnose. Se subscrevermos a hipótese de Sarlo, talvez seja possível circunstanciar um dos “mitos fundadores” da modernidade urbana argentina, a saber, a de que Buenos Aires era, no começo do século, uma espécie de Meca da psicanálise. Funcionando como um discurso híbrido entre outros, pois, a “cultura psicanalítica” poderia ser entendida como uma das manifestações da equação do moderno argentino: a confiança no futuro através da ciência e, ao mesmo tempo, um retorno insistente às demandas de um “inconsciente nacional” fomentadas pela própria modernização das cidades. Como havia dito Echeverría algumas décadas antes de Freud, tratava-se de manter “um olho no progresso, outro nas entranhas”.

Subscrevendo, pois, essa reflexão inaugural de Sarlo – que ajuda a inserir a psicanálise num repertório mais amplo e, no sentido de Schorske (1981), a adotar uma perspectiva mais sincrônica das manifestações culturais argentinas – não se pode negar que, na década de 1960, o vocabulário psicanalítico é moeda corrente em Buenos Aires, “desde los programas de televisión hasta las arengas políticas, el psicoanálisis se há convertido en una visión del mundo a traves de la cual se analiza y comprende la realidad” (BEM PLOTKIN, 1996, p. 163), a ponto de que até os militares usassem comumente o termo *inconsciente coletivo* em discursos radiofônicos. Conforme Plotkin, “from politicians to bank clerks, from soap opera stars to cab drivers, and even a few generals – everybody seems to use psychoanalytic language to express the concerns of every day life” (2001, p. 1). O vocabulário psicanalítico, assim, circulava não apenas na classe média ilustrada, desde muito atenta às modas europeias, mas também nos setores populares.

A difusão desse vocabulário, contudo, tal como qualquer outro processo de recepção e aclimatação de ideias, não foi retilínea, por isso tampouco é passível de interpretação exclusivamente em termos de um “transplante” da tradição psicanalítica europeia. Ao contrário, a recepção da Argentina da psicanálise diz respeito a demandas específicas do campo intelectual nacional, através das quais proponho ser possível compreender as “operações de enquadramento” encampadas pelos divulgadores desse repertório. Hugo Vezzetti, em *Freud en el país de los argentinos* (1996), também parte de uma suposição de que havia uma cultura psicanalítica em Buenos Aires antes de sua institucionalização em 1942. Para ele, contudo, o fato de que essa cultura psicanalítica tenha se desenvolvido em âmbitos tão distantes como o discurso médico e os folhetins sobre sexualidade adolescente, justifica uma análise também segregada dessas recepções. A aposta deste artigo, em complemento a essa, pretende se ater ao nível polifônico dessa recepção.

A expressão “operação de enquadramento” se refere neste caso a três quesitos de observação das dinâmicas de tradução e divulgação do vocabulário psicanalítico na Argentina. A escolha desses três observatórios pretende abranger as dimensões teórica, institucional e social do processo. São eles: as escolhas nominais de publicação (quem é prioritariamente traduzido), a seriação (de que modo são publicados esses textos, se estão inscritos em coleções ou dispostos de modo aleatório, por exemplo) e, finalmente, o trabalho de prefaciamento, atividade na qual, como sugere Boltanski (1975), são realizadas a maior parte dos mais eficientes comércios de prestígio de um texto quando é traduzido a outro idioma ou editado fora de seu contexto de publicação original. A partir dessas 3 dimensões este artigo pretende contribuir para a história da psicanálise na Argentina a partir de um de seus observatórios menos frequentados, a saber, a importância dos autores frankfurtianos traduzidos por Gino Germani para a consolidação de uma tradição psicanalítica universitária. A hipótese é a de que essa operação, efetuada a partir da coleção *Psicologia Social y Sociología*, da editora Paidós, foi responsável por uma inédita tentativa, no caso argentino, de combinar os elementos emancipatórios do marxismo frankfurtiano, com os aportes da psicologia social, combinação que seria basilar, anos depois, para que Germani formulasse a teoria da modernização que o consagrou. Em outra ocasião, me dediquei a cotejar as traduções frankfurtianas elaboradas por Germani com aquelas publicadas pela editora Sur. Diferentemente dessa ocasião, este artigo pretende focar-se no componente psicanalítico dessa difusão, motivo pelo qual as traduções de Sur aparecem somente tangencialmente.

A hipótese é, pois, que as traduções operadas por Germani – embora frequentemente vistas como uma heterodoxia contingente – compõe seu projeto de rearticulação da cultura científica que havia sido substituída, no discurso douto, pela narrativa da crise de matriz alemã. Se, nos setores populares onde a psicanálise era distribuída pelos folhetins, a confiança na cultura científica permanecia atuante nas décadas de 1920 a 1940, nas classes ilustradas, especialmente na aristocracia de Buenos Aires, essa confiança havia dado lugar à uma ampla revisão dos benefícios da modernidade e a uma igualmente vigorosa circulação da literatura de catástrofe alemã, do vitalismo bergsoniano e dos discursos de ontologia nacional. As traduções de Germani, portanto, embora apoiadas por uma tradição científica que remonta aos positivistas do fim do século XIX, se coloca em conflito com essa visão de mundo espiritualista e pessimista da elite letrada de Buenos Aires.

A psicanálise em casa alheia

Uma primeira ressalva, tal como nos lembra Vezzetti, é de que falar em recepção da psicanálise não é o mesmo que falar em recepção do freudismo. Nos termos do autor, “En la cultura argentina hay una história original del freudismo que és autónoma respecto de la institucionalización del psicoanálisis, en la medida en que hubo iniciativas de lectura y de difusión que construyeron un espacio diversificado de recepciónny apropiación de enunciados atribuydos a Freud” (1996, p. 7). Assim, nesse território discursivo multifacetado, é preciso reconhecer que a circulação do nome de Freud, funcionalizado política e culturalmente, se antecipa à própria prática psicanalítica – a criação da APA (Asociación de Psicanálise Argentina) ocorreria apenas em 1942. Os discursos de modernidade, através dos quais a psicanálise se insinuava como uma possibilidade de entendimento das mudanças da cultura urbana, se associavam com a apropriação da psicanálise por parte da tradição da higiene mental que remonta à medicina positivista do começo do século, compondo, por assim dizer, uma bricolagem de usos possíveis desse repertório¹.

A interface clínica da circulação psicanalítica, influenciada pela leitura francesa, procurava destituir Freud do que chamavam de “pansexualismo”, habilitando a psicanálise como instrumento rigorosamente médico e experimental. É interessante notar, nesse sentido, que os frankfurtianos, distantes da tradição francesa, operam a partir de uma interface não-clínica da obra do fundador, atentando-se, prioritariamente, àqueles textos onde Freud transpõe as reflexões do âmbito individual para a análise de grupos sociais. Como nota um de seus maiores divulgadores, Herbert Marcuse, essa transposição não fere o âmago da teoria, na medida em que a importação do repertório psicanalítico em sua atualização frankfurtiana de Marx se situa na esteira da alegação do próprio Freud de que a psicanálise é sempre, em primeira instância, coletiva (MARCUSE, 1972, p. 17).

As obras nas quais Freud se coloca enquanto observador do mundo social são, em sua maior parte, aquelas que debate a questão da modernidade e da então em voga “teoria das massas”. Em *Psicologia das massas e análise do Eu*, de 1921, Freud inicia com uma consideração acerca do estatuto da análise psicanalítica: toda psicologia individual seria também social. As relações com o outro aparecem como oposto dos processos narcísicos, “nos

¹ Explicação sociológica: ansiedade da modernização rápida deixaria certas sociedades predispostas a esse repertório, na medida em que ele “fills the gap created by the Split between public and private identities that occurred with such changes as industrialization and the loss of traditional community feeling” (BEM PLOTKIN, 2001, p. 5). Geertz a aloca mesmo como substituta da religião, na medida em que confere inteligibilidade ao sofrimento.

quais a satisfação dos instintos escapa à influência de outras pessoas ou a elas renuncia” (2011, p. 10). “A psicologia das massas trata o ser individual como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição, ou como parte de uma aglomeração que se organiza como massa em determinado momento, para um certo fim” (idem, p. 12), segue Freud, alocando o instinto social nos primórdios da identificação familiar.

A alma coletiva, segundo Le Bon, grande interlocutor de Freud no texto, é naturalmente sugestível. Estar numa massa provocaria efeito afetivo no indivíduo - em qualquer indivíduo, tenha a profissão e o status que tiver. Para Le Bon, ainda, o inconsciente é herdado da raça. “Na massa, acredita Le Bon, as aquisições próprias dos indivíduos se desvanecem, e com isso desaparece sua particularidade. O inconsciente próprio da raça ressalta, o heterogêneo submerge no homogêneo” (FREUD, p. 2011, p. 15). Nessa submersão, o indivíduo na massa adquiriria então um sentimento de poder que lhe permitiria ceder aos instintos, graças ao desaparecimento do sentimento de responsabilidade. O contágio (de ordem hipnótica) aparece como efeito da *sugestionabilidade*, como esvanecimento da personalidade consciente. Freud alega, de antemão, que o contágio a que se refere Le Bon é pessoal, enquanto a sugestão é coletiva. À semelhança do pensador francês, Freud caracteriza a massa como um território onde ideias opostas convivem sem implicação, tal como “na vida anímica dos indivíduos, das crianças e dos neuróticos, como há muito demonstrou a psicanálise” (idem, p. 2011, p. 21). A massa, em suma, requer ilusões (sustentadas pelo desejo não realizado), somadas à histeria e à fantasia. Nesse sentido, são essas necessidades da massa que a tornam receptiva ao líder (ou seja, não se trata de carisma no sentido em que imprime Weber ao termo).

Ainda em *Psicologia das Massas e análise do Eu*, na seção em que propõe outras abordagens da vida anímica coletiva, Freud relativiza a apreciação negativa de Le Bon. O indivíduo sozinho seria uma potência intelectual tal como a massa, que está no reino das criações do espírito, como a língua e o folclore. Le Bon fala em “massas efêmeras, que se juntam rapidamente com indivíduos heterogêneos, por interesse passageiro” (2011, p. 25) enquanto Freud nota, para além da efemeridade, o mecanismo de intensificação do afeto através da tendência sugestiva dos agrupamentos. Para o psicanalista, a teoria das massas baseia-se na ideia de “sugestão” sem esgotá-la. Eis, nesse ponto, o aporte de seu método psicanalítico: o conceito de *libido*, definido como a energia daquilo que é relacionado com o amor de forma ampla, na psicanálise chamados de instintos sexuais, operacionalizado por Freud para explicar o poder erótico que une a massa. Sendo assim, o indivíduo abandona sua personalidade, no coletivo, menos por sugestão do que por amor.

Nesse ponto, Freud introduz uma distinção importante entre massas com líder e massas sem líder, concatenada com a distinção entre massas artificiais e não artificiais. Igreja e exército aparecem, nesse sentido, como exemplos de massas artificiais onde a coação externa aparece como única possibilidade de impedir dissolução e a mudança. Nessa categoria, o líder opera como ilusão, vista as roupas de cristo ou de general. Para Freud, a relação se complexifica quando se computa uma dupla identificação: cada indivíduo se acha libidinalmente ligado ao líder, por um lado, e aos indivíduos na massa, por outro. O pânico da desintegração, se é assim, pressupõe o afrouxamento da estrutura libidinal da massa. Desde o início das elaborações psicanalíticas infantis, sustenta Freud, a identificação é ambivalente, configurando-se como expressão de ternura e/ou desejo de eliminação. A identificação individual, se concebida na chave de uma equação entre fascínio, enamoramento e servidão, estaria na base de seu diagnóstico. O enamoramento leva à hipnose sendo, em suma, uma formação de massa a dois. “Uma massa primária desse tipo é uma quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu e, em consequência, identificam-se uns com os outros em seu Eu” (FREUD, 2011, p. 60). Insere, então, a discussão fundamental de seu aporte, o instinto gregário, que interpreta esse processo de identificação à luz de sua proposta clínica.

O instinto gregário aparece na massa também enquanto regressão da atividade anímica, trata-se do medo de estar só. Essa analogia que Freud estabelece entre a formação libidinal do sujeito e dos grupos é autorizada por ele próprio quando afirma que a psicologia das massas é, portanto, primeira, e dela deriva a do indivíduo.

O pai primevo é o ideal da massa, que domina o Eu no lugar do ideal do Eu. A hipnose tem direito a ser descrita como uma massa a dois: para a sugestão resta a definição de ser um convencimento que não se baseia na percepção e no trabalho do pensamento, mas na ligação erótica (2011, p. 72).

Já em *O Futuro de uma Ilusão*, o tom de Freud é ainda mais afinado com a atmosfera de catástrofe que costura o *nomos* do debate *fin du siècle*. Afirma, nessa ocasião, que não se pode prescindir da dominação de uma minoria sobre a massa (afirmação que é a base da Teoria das Elites de Mosca e Pareto²). A justificativa de Freud não é menos contundente: “pois as massas são indolentes e insensatas, não gostam de renunciar aos impulsos, não podem ser persuadidas com argumentos da inevitabilidade dessa renúncia e seus indivíduos se fortalecem

² *Teoria das Elites*, formulada inicialmente pelos italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca. Ainda que as filiações políticas não possam, nem devam, ser estabelecidas de antemão, a tese dos sociólogos italianos de que a sobrevivência de uma minoria que governa uma maioria destituída de poder de juízo “era uma lei sociológica inexorável, que nem mesmo o mecanismo do sufrágio universal era capaz de romper” (Grynspaw, 1999, p. 11) está informada, tal como a de Simmel, pelo temor de que a urbanização e a modernização das grandes cidades europeias solapassem o legado do individualismo iluminista.

mutuamente na tolerância dos desregramentos que praticam” (FREUD, 2012, p. 40). Impõe-se, então, a necessária influência dos ‘líderes exemplares’, pois “os homens não são espontaneamente inclinados ao trabalho e que argumentos nada podem contra suas paixões” (idem, p. 41). Em defesa da primazia do intelecto, enfim, Freud se alinha com a preocupação da sobrevivência de um “estoque de racionalidade” frente à as massas.

A discussão freudiana da modernidade se relaciona sincronicamente, portanto, com uma série de debates acerca da “teoria das massas” que então circulava na Europa. O crescimento das cidades, a organização dos trabalhadores e as mudanças aceleradas na estrutura social provocaram uma reação intelectual vigorosa que ficou conhecida como “literatura de catástrofe”. Ao mesmo tempo, contudo, é preciso notar que o processo de instituição da psicanálise enquanto observatório do social não levou a leituras apenas pessimistas, mas também, conforme o contexto de recepção, à verdadeiras formulações de projeto. Esse é o caso, sugiro, das leituras freudianas na Argentina que foram mediadas pela tentativa frankfurtiana de associação entre psicanálise e marxismo.

Conforme salienta Ben David (1996), o crescimento de uma disciplina é um processo de altos e baixos, não se desenvolve num sentido unívoco. Sua sugestão, que acato, é substituir o paradigma de “ideias gerando ideias” por meios das quais, supostamente, se estabeleceriam condições cognitivas de novos sistemas de coerência e, no limite, à uma ideia-fundamental no sentido de Lovejoy, por um outro, que pretende focar-se no questionamento de porque certas ideias encontram, e outras não, a ancoragem social favorável à sua circulação. No caso da psicologia e, mais especificamente, da psicanálise, estabelecer genealogias de quaisquer espécies é ainda mais problemático, na medida em que a reflexão sobre o comportamento humano não pode ser creditada ao século XIX, sendo constitutiva da própria reflexão sobre a vida comunitária que remonta aos escritos antigos. O século de Freud é, contudo, aquele em que, motivados pelo debate com as ciências naturais, os interessados nas dimensões conflitivas do comportamento humano puderam inscrever-se num debate científico e, ao mesmo tempo, humanista. Essa dupla face da psicanálise é, portanto, constitutiva de sua própria existência enquanto disciplina, e não um dado *sui generis* de sua recepção no campo argentino.³

³ 3 marcos do processo de institucionalização: A sociedade de Psicologia das Quartas Feiras, a formação do Comitê Secreto em torno de Freud e a publicação da “bomba”, “A História do Movimento Psicanalítico”. 1902-1914, processo de institucionalização. Quartas Feiras englobavam Stekel e Adler, inclusive como membros fundadores que, na leitura posterior de Freud, tiveram seu papel organizativo diminuído. Adler é duramente criticado como organicista, inclusive, juntamente com Jung: ambos rejeitando um tópico basilar de sua aposta psicanalítica: a libido. Há, portanto, fatores de natureza sociológica que delimitam o espaço de clínica e o clima cultural.

Pensar a recepção da psicanálise na Argentina envolve uma análise acerca das dinâmicas institucionais que conformaram as possibilidades de circulação desse discurso. Se, antes da fundação da APA, a psicanálise circulava de modo heterodoxo, a partir de 1942 ela é apropriada profissionalmente por parte dessa instituição. Nos termos de Plotkin, esse grupo “was constructed as a microcosm of Argentine society, composed of large numbers of european immigrants and their first generation Argentine children” (2001, p. 3), constituindo-se, portanto, como uma plataforma de autonomização e monopolização do sentido e das práticas da psicanálise, o controle de *framework*.

Além disso, é preciso destacar a vigorosa rede de revistas e instituições privadas que caracterizou a Buenos aires das primeiras décadas do século XX e que favoreceram uma circulação heterogênea do freudismo. Em oposição à uma universidade em frequente temor de intervenção e, por isso, pouco autônoma, a verdadeira rede de prestígios estava nesse circuito privado, como salienta Miceli (2018), permeado por relações de parentela e pedágios políticos. Essa situação de heteronomia do saber formal, universitário, se radicaliza na intervenção peronista à universidade, momento em que cerca de um terço dos docentes são expulsos ou se demitem, e se estabilizam numa rede privada que os ajuda a se manterem em contato com alunos e interlocutores. Pode-se mencionar, por exemplo, o caso do CLES, onde cursos de psicanálise eram ministrados em conjunto com cursos sobre Kant, sobre arte italiana e outros temas os mais diversos. No mesmo sentido, as editoras se constituíam como possibilidades efetivas de circulação cultural. É a partir de uma delas, a Paidós (contar rapidamente da paidós) que Gino Germani – então egresso da UBA, onde trabalhava na cadeira de sociologia com Ricardo Levene – irá efetuar traduções de diversos autores de orientações teóricas muito diversas, tais como Margareth Mead e Malinowsky e, também, o que é objeto dessa consideração, Adorno, Fromm e Marcuse.

A Psicanálise através de Frankfurt e o recurso ao futuro não utópico

A análise da teoria das massas europeia em sua mediação frankfurtiana, notadamente a partir da ida de grande parte dos membros do Instituto de Pesquisas Sociais para os Estados Unidos durante a década de 1940, aparece, como tenho destacado, de forma basilar na construção do sociólogo Gino Germani. Se aceitamos o vínculo, poderemos perceber a última das operações de enquadramento às quais são submetidas essas leituras frankfurtianas, a saber, sua funcionalidade enquanto possibilidade de inserir um elemento emancipatório nas teorias da modernização. Se, no caso europeu, a maior parte dessas análises passa por uma ponderação

catastrófica, organizada a partir do famoso debate sobre a crise e a decadência que informou o campo intelectual europeu na primeira metade do século – notadamente via Alemanha –, na América a reflexão sobre as massas ganha conotações e implicações práticas distintas. Essa mudança, proponho, é mais do que uma mera transferência continental dos debates e, ao mesmo tempo, não se esgota na fórmula da “aclimatação” de um repertório forâneo: ela é viabilizada pelo uso que os frankfurtianos propõem das categorias psicanalíticas na análise dos fenômenos da “sociedade industrial”, a partir do qual emerge uma vasta literatura sobre a relação entre massas e líder positivada: a psicologia social.

Proponho que a migração dos autores vinculados à Escola de Frankfurt foi um fator fundamental para a revalorização positivada das análises sobre a relação entre massas e líder. A distância entre a concepção de Adorno e a de Marcuse, notadamente, baliza essa transformação. Dentro do projeto de conciliar a psicanálise com o marxismo, as leituras frankfurtianas ilustram uma mudança de atitude frente ao delicado tema da adesão das massas à regimes autoritários, justamente a partir da inserção de um elemento de superação utópica, ausente nas leituras sobre a teoria das massas que circulam na Europa na transição do XIX para o XX, marcadas, essas últimas, por um profundo “sentimento de catástrofe”.

A ida de um grande número de intelectuais alemães para o exterior no contexto do regime nazista foi exaustivamente narrada, a partir dos mais diversos pontos de vista, inclusive por seus protagonistas⁴. Me atenho, a título de descrição prévia, à obra de Martin Jay, *Permanent Exiles* (1986), que rastreia a ida do Instituto de Pesquisas Sociais para os Estados Unidos a partir das trajetórias de seus membros mais significativos. Jay toca num ponto importante, a saber, que a aclimatação dos autores em território estadunidense não foi destituída de tensões. Em sua leitura, inclusive, é o interesse por Marcuse, já na década de 1960, que ajuda a reabilitar o interesse pelos frankfurtianos de modo geral, interesse que não refletia, de modo algum, os primeiros anos de inserção no mundo universitário norte-americano. A ida de Horkheimer, Adorno e Marcuse para universidades americanas se deu no marco de um amplo programa de apoio aos exilados alemães, tanto financeiro quanto jurídico. Em 1934, após um ano em Genebra, o Instituto é abrigado na Universidade de Columbia, em Nova York. Apesar disso, como alerta Jay, a resistência dos autores em escrever em inglês, por exemplo, bem como alguns ataques furiosos de Adorno – que chegou a dizer abertamente que considerava alguns de seus pares das universidades americanas como “tolos positivistas” – dificultavam a

⁴ A correspondência de Adorno e Walter Benjamin, por exemplo, relata as tensões que envolveram a ida aos Estados Unidos. Benjamin não teve a mesma sorte que Adorno, Horkheimer, Marcuse ou Lowenthal, mas o relato de sua tentativa de fuga através da Espanha é um comumente exemplo desse movimento de fuga dos intelectuais judeus da Alemanha nazista.

assimilação plena do Instituto. Não serão analisados, neste artigo, todas as contribuições dos frankfurtianos ao debate sobre a relação entre líder e massas, mas operacionalmente, aquelas que permitem visualizar a mudança conceitual que pretendo perscrutar: a inserção de um componente emancipatório no reconhecimento dos mecanismos psíquicos que embasam a adesão ao fascismo.

O fato de que Theodor Adorno tenha assumido a estratégia mais belicosa em relação a seus colegas americanos pode ser analisado, suponho, à luz de suas próprias formulações teóricas. Crítico ferrenho da perspectiva utilitária, Adorno insistia na bandeira da imaginação teórica como tarefa do intelectual diante de uma sociedade que se massificava. Ele representa, para o argumento desse artigo, a transição entre uma tradição elitista da teoria das massas que – ainda que nos termos de alguém associado a certa versão do marxismo – não perde sua conotação conservadora, e uma tradição emancipatória que mobiliza esse mesmo repertório, que será detalhada na sequência. Quando Adorno chega aos Estados Unidos, em 1938, para trabalhar no Princeton Radio Research Project, o estranhamento do *ethos* é frequentemente anedótico. O projeto de fazer convergir a teoria alemã com o empirismo norte-americano, nos termos de Jay, “is quickly abandoned with no small amount of embarrassment and bitter feelings on both sides” (1986, p. 120).

A imagem clássica de Adorno “the sensitive European mandarin is shocked and bewildered by the commercialism, vulgarity and theoretical backwardness of his temporary home” (JAY, 1986, p. 121). Além disso, se concatena com as acusações de que ele seria o representante *par excellence* do dândi europeu: esnobe, arrogante e incompreensível, que alega ser de esquerda enquanto adota um estilo de vida liberal-burguês. Essa incompreensão, contudo, não o impede de se tornar uma das principais vozes do cenário intelectual do pós-guerra. É importante mencionar que, após 1945, no repúdio internacional aos campos de concentração nazistas e ao amplo movimento de reabilitação testemunhal de suas vítimas, a grande pergunta orientadora que mobiliza o campo intelectual é: porque afinal a humanidade, depois de tudo, recaiu numa nova espécie de barbárie? Se observamos, por exemplo, a *Dialética do Iluminismo*, obra que Adorno escreve em parceria com Horkheimer, recebemos o diagnóstico de que a ciência, ao libertar os homens do medo, deixou a terra sob um infortúnio triunfal, sendo necessário recuperar o potencial emancipatório do iluminismo. No contexto de racionalidade instrumental, onde os fins são racionais e os meios não, dizem os autores, a ciência se alastra a ponto de transformar em *operation* tudo o que toca, gerando um quadro paradoxal onde o

iluminismo suspeita de tudo o que não é útil, calculável e tornando-se ele mesmo, nesse sentido, totalitário. O número torna-se o cânone, propõem, recuperando a analogia de Simmel.

Emancipado da discussão médica, da circulação via folhetins e, ao mesmo tempo, dos rigores da APA, a psicanálise frankfurtiana que Germani atualiza a insere como um elemento teórico, rigorosamente acadêmico, dedicado ao problema matricial do debate da sociologia argentina: a sociedade de massas e a adesão ao peronismo. O esforço editorial de Germani e o teórico, somado ao fato de que as duas foram institucionalizadas juntas e finalmente, que comungavam numa visão de mundo e numa atitude: a saber, a de que entender os mecanismos psicanalíticos era um modo, sociológico, de planejar um futuro emancipado e democrático.

Assim, através dessa série de traduções, é possível perceber de que modo Frankfurt representa, paradoxalmente, um ferramental para a superação das referências alemãs que então informavam as interpretações sobre a Argentina, notadamente a partir das análises de Adorno e Fromm acerca do discurso psicanalítico e sua prática. De modo inédito, Germani retira do argumento psicanalítico tanto a exclusividade de sua implicação médica quanto sua filiação à literatura de catástrofe e passa a operar, a rigor, de um ponto de vista exclusivamente acadêmico e teórico. Assim, se trata de pensar os efeitos de camadas de recepção do discurso psicanalítico na conformação do impacto dos frankfurtianos. Como salienta Sarlo, destacando a recepção dos frankfurtianos pela esquerda argentina na década de 1970, autores como Fromm, Adorno, Horkheimer e Benjamin não foram lidos a partir das traduções argentinas – feitas pela editora Paidós ou pela editora Sur nos 60's – mas sim através das edições Taurus, de Madri. Tal situação corrobora a hipótese deste artigo de que, ao serem veiculados a partir de uma tradição estranha a esquerda, estes pensadores ficaram marcados pelo desprestígio de seus divulgadores no campo da esquerda. Nesse sentido, opera-se um efeito de medidas invertido, ou seja, os divulgadores de Frankfurt nos anos de 1940, 50 e 60 infligiram a essa tradição sua própria posição no campo intelectual e ideológico.⁵

Martin Jay em *A imaginação dialética* (2008), faz um aporte interessante para introduzir a obra do que é conhecidamente o mais “emancipatório” dos frankfurtianos, e também o mais americano, Herbert Marcuse. Tomando a proposta da Teoria Crítica enquanto uma tentativa de integração da filosofia com a análise social através da reativação do componente hegeliano do marxismo, Jay aponta que as teses desses autores têm, como pano de fundo, uma descrença na tarefa emancipatória do proletariado. Vemos, em Marcuse, que o proletariado deixa de ser o

⁵ Uma análise comparativa das edições de Gino Germani e da Revista Sur foi elaborada por mim em outras duas ocasiões, na revista *Intelligere* e no capítulo de livro *blablabá*, falar sumariamente do que se trata.

sujeito único, ou necessário, dessa tarefa, mudança que o permite funcionar como porta-voz de movimentos negros, feministas, estudantis, enfim, um amplo espectro de identificações estranhas ao marxismo mais ortodoxo, que opera com sujeitos apriorísticos.

A integração que Marcuse pretende entre marxismo e psicanálise, como tenho salientado, não é nova nas discussões do Instituto. Inicialmente o interesse é de Horkheimer, que chega a trocar várias cartas com o próprio Freud e, conforme supracitado, Erich Fromm dedicou-se vivamente a encontrar, via psicanálise, o elo perdido entre superestrutura ideológica e estrutura material. Em 1946 Adorno lança uma crítica à operação elaborada por Fromm, que consistia em retirar os componentes biológicos do freudismo. É Marcuse quem, tempos depois, volta a explorar Freud, agora sob ótica revolucionária.

Adorno e Horkheimer sustentam inflexivelmente a tese de que não é possível pensar no reino da liberdade a partir do reino da necessidade, e de que a melhor forma de preservar a verdade subversiva da utopia é excluí-la do campo da reflexão, contribuindo para manter a disjunção entre sujeito e objeto, que exprime, em negativo, a realidade da mutilação e acena, nessa cisão mesma, para uma reconciliação futura (ROUANET, 1998, p. 199).

Marcuse, pelo contrário, é o próprio teórico da utopia, utiliza Freud para fazer algo que Adorno e Horkheimer não podiam, à custa de sacrificar seu princípio de não identidade, a saber, lançar mão da psicanálise para pensar a possibilidade de uma ordem não-repressiva: “o monismo do reencontro com a Origem, o reino de Orfeu e Narciso, em que a tensão entre Eros e Tanatos se dissolverá na unidade final de uma ordem regida por um outro princípio de realidade” (ROUANET, 1998, p. 200).

Essa é a tese desenvolvida com pormenores, anos depois, em *Eros e Civilização*. A obra conta, inclusive, com um “prefácio político”, redigido pelo próprio Marcuse em 1966. Nele vemos que o otimismo com o qual se lança à tarefa de pensar as relações entre indivíduo e coletivo não se concretizou em sua totalidade. O mote do prefácio é, precisamente, um *mea culpa*: as mesmas forças que habilitaram a sociedade a libertar-se serviram para reprimir nos indivíduos a necessidade de tal libertação. A satisfação da energia sexual encontrou espaço na administração científica das necessidades instintivas, via introjeção do princípio de realidade: a heteronomia introjetada, supõe então Marcuse, é o preço de sua liberdade. Nos Estados Unidos, enfim, faltou a catástrofe, não se colocou, como na Europa, o sentimento trágico da vida. A aporia gerada por tal condição é que se a servidão compensa, ou seja, se ela funciona de modo ótimo no campo da pragmática, apenas uma poderosa operação de abstração poderia fazer emergir a necessidade de sua superação.

Os países pobres, argumenta Marcuse, talvez possam evitar o uso danoso da ciência através da “eliminação do superdesenvolvimento e de sua racionalidade repressiva” (1972, p. 11). A defesa da vida que poderia surgir dessa estratégia aparece como a grande recusa à sociedade afluenta. O protesto dos jovens é, em oposição a essa afluência, uma necessidade biológica: “por natureza, a juventude está na primeira linha dos que vivem e lutam por Eros contra a morte e contra uma civilização que se esforça por encurtar o atalho para a morte, embora controlando os meios capazes de alongar esse percurso” (idem, p. 16). Justificando sua posição, Marcuse se situa na esteira da alegação de Freud de que a psicanálise é sempre, em primeira instância, coletiva “este ensaio emprega categorias psicológicas porque elas se converteram em categorias políticas” (MARCUSE, 1972, p. 17). O indivíduo-no-estado toma o lugar da autonomia psíquica e, assim, sua tarefa seria desenvolver a substância política e sociológica das noções psicológicas.

Este artigo propôs que o impacto da mediação frankfurtiana na disseminação da psicanálise na Argentina – bem como a filtragem de recepção que ela engendra – são um capítulo digno de atenção na história da recepção desse repertório, tal como o são a apropriação médica e a sua circulação popular através dos folhetins. Nesse sentido, para além de habilitar a psicanálise para a leitura acadêmica dos problemas da modernização argentina, a mediação frankfurtiana é, por sua implicação teórica e institucional, informativa acerca do estado das lutas de posições dentro do campo intelectual daquele contexto.

Referências

- ADORNO, T. W. *La Personalidad Autoritaria*. Trad. Dora y Aída Cymbler e Eduardo Colombo. Buenos Aires. Ed. Proyección, 1965.
- ADORNO, T. W. *Minima Moralia. Reflexões a partir da vida danificada*. Trad. Luiz e Bicca. São Paulo. Ed. Atica, 1992.
- BEM-DAVID, Joseph. Social factors in the origins of new science. The case of psychology. *American Sociological Review*. Vol 3. N 4, 1996, p. 451-465.
- BEN PLOTKIN, M. *Psicoanálisis y política: la recepción que tuvo el psicoanálisis en Buenos Aires 1910-1943*. *Redes*. Vol III. N. 8, UNQ, 1996, p. 163-198.
- BEN PLOTKIN, Mariano. *Freud in the pampas. The emergence and development of a psychoanalytic culture in Argentina*. Stanford University Press, California, 2001.
- BLANCO, Alejandro. *Ideología, Cultura y Política: la escuela de Frankfurt em la obra de Gino Germani*. Univ. de Quilmes. Trabalho da biblioteca Emilio Ravignoli, bsas.
- BOLTANSKI, Luc. Note sur les échanges philosophiques internationaux. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Vol 1. N 5-6. Nov, 1975, p. 191-199.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Buenos Aires. jayEd. Siglo XXI, 2008.
- BUNGE, C. O. *Educación de los degenerados. Teoría de la Educación*. Madrid. Biblioteca Científico Filosófica Daniel Jorro ed. 1903.

- CHARLE, Christophe. *La République des Universitaires. 1870-1940. L'Univers Historique*. Paris: Éditions du Seuil, 1994.
- FREUD, S. Contribuição à história do movimento psicanalítico. In *Obras Completas. Totem e Tabu*. Vol. 11.
- FREUD, S. *O Futuro de uma Ilusão*. Porto Alegre. Ed. L&PM, 2013.
- FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. In *Obras Completas*. V 15. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- FROMM, E. *O medo à liberdade*. Rio de Janeiro. Zahar, 1974.
- GARCÍA, L. I. G. *Modernidad, Cultura y Crítica, La escuela de Francoforte em Argentina*. ffyH. E-Tesis, 2014.
- GAY, P. *A cultura de Weimar*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.
- GERMANI, G. *Estudios sobre psicología social y sociología*. Buenos Aires. Ed. Paidós, 1966.
- GRYNSZPAW, M. *Ciência, política e trajetórias sociais. Uma sociologia história da teoria das elites*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999.
- INGENIEROS, J. *Sociologia Argentina. Obras Completas de José Ingenieros*. Vol 8. Buenos Aires. Ed. Elmer, 1957.
- JAY, M. *A imaginação dialética*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Contraponto, 2008.
- JAY, M. *Permanent Exiles. Essays on the intelectual migration from Germany to America*. New York. Columbia University Press, 1986.
- MARCUSE, H. *El hombre unidimensional. Ensayo sobre la ideologia de la sociedad industrial avanzada*. Trad. Antonio Elorza. Madrid.

Educação escolar e capitalismo dependente: questões estruturais da educação latino-americana

Gisele Cardoso Costa
Universidade de São Paulo (USP), Brasil
giseleccosta@usp.br

Marilene Proença Rebello de Souza
Universidade de São Paulo (USP), Brasil
marileneproenca@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo discutir o caráter estrutural da educação escolar na formação econômico-social da América Latina. Sua intencionalidade é apresentar como proposta teórico-metodológica os parâmetros estabelecidos pela condição de dependência e subdesenvolvimento dos países latino-americanos, para compreender a totalidade social como elo entre as relações de produção desenvolvidas no interior dessas sociedades e a dialética e particularidades que a escola assume na região. Para tanto, o referencial teórico adotado é o materialismo histórico e dialético, instrumento metodológico que permite verificar o desenvolvimento das singularidades históricas do subcontinente, entre elas as características essenciais da educação, a partir da inserção da América Latina na ordem universal capitalista.

Palavras-chaves: Educação; Dependência; Subdesenvolvimento; Escola.

Introdução

Desde o início do processo de modernização dos Estados Nacionais na América Latina, isto é, desde as três primeiras décadas do século XX, diversas interpretações, dos mais diversos matizes ideológicos foram produzidos sobre a educação escolar latino-americana.

Sob o axioma liberal, a educação escolar foi prometida e propagada entre os povos latino-americanos como meio de ascensão social e progresso dos Estados nacionais. A expressão mais acabada dessa premissa fora a assimilação da chamada Teoria do Capital Humano, a qual submete o desenvolvimento econômico e social às chamadas aptidões, competências ou qualificações individuais que a escola pode produzir.

Essa concepção de educação nega e ao mesmo tempo guarda relações com outra vertente da perspectiva burguesa que se fez presente na América Latina - a chamada Pedagogia Desenvolvimentista - cujas bases teóricas advêm do pensamento keynesiano. Em alguns países da América Latina essa tendência ganhou espaço teórico-político a partir dos anos de 1930, com o advento do chamado projeto nacional-desenvolvimentista.

Ao partir do pressuposto que a superação do subdesenvolvimento estava no Estado condutor que realizaria a passagem do *estágio atrasado* para um *estágio modernizador* das

sociedades latino-americanas, a Pedagogia Desenvolvimentista teve como eixo a defesa da racionalização e a da introdução de novas tecnologias que preparassem os recursos humanos necessários para o processo de desenvolvimento industrial. Nesse caso, diferentemente da Teoria do Capital Humano, a hierarquia seria o desenvolvimento econômico como produtor de um progresso educacional e individual. Entretanto, tal qual a Teoria do Capital Humano, a Pedagogia Desenvolvimentista também encerrou a tarefa histórica da escola latino-americana à condição de linha auxiliar da economia capitalista.

No outro extremo, as correntes críticas da pedagogia latino-americana absorveram e desenvolveram teorias que em linhas gerais buscam se aproximar do materialismo histórico e dialético, mas que em suas próprias formulações o distancia como método de análise marxista.

Nesse campo, destacam-se as formulações abertas a partir da obra *Teoria da Escola Capitalista*, de Baudelot e Establet, a qual corretamente vincula o caráter da escola ao capital e a superação da ordem competitiva pelo conflito entre as classes e não pela perspectiva de uma redenção educativa. Todavia, é ausente da elaboração de Baudelot e Establet a condição de que a própria essência histórica que mantém as relações sociais no interior da escola vinculadas às relações de produção capitalistas, em geral, faz com que a educação escolar tenha por dinâmica não a reprodução mecânica dos interesses hegemônicos, mas sim a lei histórica de toda relação social capitalista, isto é, a luta entre as classes.

O mecanicismo analítico foi um dos equívocos assimilados dessa teoria na América Latina, entretanto, não foi o único e em nossa compreensão tampouco foi o mais grave. Uma das principais consequências da incorporação das premissas de Baudelot e Establet sobre a escola é o lugar comum que se constituiu como discurso, no qual a educação escolar existe para formar força de trabalho. Tal postulado eliminou sumariamente como instrumento de análise as determinações históricas que formam a própria escola em diferentes formações econômico-sociais e impediu as devidas caracterizações sobre as relações que ensino estabelece com a dinâmica particular de reprodução do capital no subcontinente.

Por outro lado, o movimento de crítica pedagógica ao materialismo mecânico dos autores franceses desembocou em uma perspectiva filosófica abstrata sobre a educação escolar latino-americana. O esforço de se aproximar da dialética e mostrar a contradição no interior da escola e mesmo a positividade da educação burguesa para as camadas populares culminou na formulação de uma teoria na qual a sistematização do saber e a socialização do conhecimento aparecem como fatos consumados da escola capitalista. Entretanto, frente a essa formulação elaborada pela chamada Pedagogia Histórico-Crítica é preciso questionar: Para qual classe

social ela se faz verdadeira? Em qual formação econômico-social ela é real para a maioria das crianças e jovens oriundos das classes populares?

Levantar tais interrogantes nos parece relevante à medida que ao mesmo tempo em que o marxismo é a superação do materialismo mecânico é também uma dialética materialista, cuja base é a análise concreta da realidade concreta. Assim surge um dos questionamentos que norteará o desenvolvimento da tese que defendemos: a educação escolar na América Latina não se materializa como uma tarefa democrática realizada pela ordem burguesa, a combinar contraditoriamente as necessidades sociais da reprodução da força de trabalho com a sistematização do saber e socialização do conhecimento para a classe trabalhadora.

Desse modo, a força semântica do próprio conceito composto de – educação escolar -, o qual usamos, corresponde à tentativa de analisar a problemática colocada enquanto unidade do diverso, razão pela qual o debate aqui colocado não é sobre a instituição escolar em si, mas justamente sobre a relação daquilo que se produz em seu interior e objetifica-se na totalidade social.

Assim, nosso objetivo é apresentar neste artigo uma proposta teórico-metodológica que permita apreender as particularidades históricas engendradas na educação escolar latino-americana, a partir das singularidades que o capitalismo ganhou enquanto formação social no subcontinente.

Enquanto prática social a educação escolar é uma singularidade, e sua singularidade guarda em si o elemento que unifica todas as práticas sociais do presente tempo histórico – a universalidade capitalista. Ocorre, todavia, que entre a singularidade e a universalidade, o particular surge como mediação necessária. Nesse caso, a educação escolar como prática social capitalista tem por mediação a particularidade da formação e desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista na América Latina.

Considerar o movimento histórico de rupturas e continuidades pelo qual se gestou o capitalismo latino-americano é imprescindível, então, não apenas para entender as características da educação escolar na América Latina, mas também a relação entre esta e o desenvolvimento das forças produtivas.

Os pressupostos universais e singulares da educação escolar capitalista

Como parte das relações sociais, a educação escolar não existe em si mesma, tampouco sua finalidade encerra-se nas repartições colegiais. A própria existência da instituição escolar implica uma intencionalidade social relacionada à preparação dos indivíduos ao projeto

político-econômico hegemônico em vigor, entendido aqui como síntese do modo de produção das necessidades humanas em um determinado período e das relações de produção a ele inerente. Assim, a primeira razão de ser da educação escolar é o seu vínculo com a totalidade histórico-social.

Nesse sentido, em uma sociedade na qual o imperativo é a relação entre sujeitos organizados em classes sociais distintas e antagônicas, a escola em sua forma e conteúdo apresenta como segunda e permanente característica ser um âmbito de disputa, no qual os interesses do capital e do trabalho estão presentes desde a organização espacial até os conteúdos curriculares explícitos e ocultos.

A educação escolar assume a primeira, bem como sua segunda característica, a recordar, sua relação com a totalidade e seu caráter classista, a partir de suas particularidades sociais, ou seja, via a formação dos sujeitos por meio da transmissão dos instrumentos necessários para a aquisição do conhecimento sistematizado.

Para Saviani:

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão (...). Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas)¹.

No entanto, frente ao estranhamento (*Entfremdung*), compreendido no sentido genuinamente marxista, isto é, a apropriação do trabalho do produtor por outrem, essa particularidade da educação escolar está mediada por dois elementos fundamentais associados às características supracitadas da educação escolar: a fragmentação do conhecimento para a classe trabalhadora e a exigência desigual que a formação social capitalista impõe à educação em diferentes culturas.

Como atividade essencialmente humana, portanto ontológica, o trabalho enquanto exteriorização do sujeito e meio pelo qual este se transforma em ente-espécie, ou seja, um produtor que não produz somente para si, mas para o seu ser genérico, requer a unidade entre a atividade intelectual e prática, uma vez que o próprio ato de produção é ao mesmo tempo desenvolvimento e consumo das capacidades produtivas. Todavia, a instituição universal da propriedade privada dos meios de produção em sua forma capitalista - a generalização da venda da força de trabalho - provoca a desapropriação dos produtores diante da totalidade de seu

¹ Demerval Saviani, *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações* – 9.ed – Campinas: Autores Associados, 2005 p. 15

produto, de modo que a expropriação da riqueza implica efetivamente na apropriação privada também do *Ethos* coletivo contido nos bens socialmente produzidos.²

Assim, não há socialização e sistematização plena do conhecimento pela escola no capitalismo, mas sim a instrumentalização dos indivíduos para a aquisição dos conteúdos necessários a sua localização na divisão social do trabalho, o que evidentemente não se resume aos aspectos *técnicos-economicistas* da instrução, mas também ao seu arcabouço ideológico.

Essa condição implica na permanente relação entre a educação escolar moderna e os requerimentos sociais da produção capitalista. E aqui surge o debate sobre o outro aspecto levantado como elemento de incidência sobre as características da escola: o padrão de reprodução do capital e suas múltiplas formas institucionais.

Se por um lado, a correspondência da educação escolar com a divisão social do trabalho trata-se de um elemento universal na formação civilizatória capitalista, por outro, a própria formação capitalista não é homogênea e assume dinâmicas distintas na ordem competitiva a partir da divisão internacional do trabalho, exigindo e impondo características também distintas à educação escolar, razão pela qual não é possível criar uma identidade global entre as formas escolares nos países imperialistas e nos países dependentes.

Sendo assim, assimilamos esses pressupostos gerais como pontos de partida para compreender os elementos estruturantes da educação escolar latino-americana e sem os quais consideramos impossível a formulação de uma educação socialista concreta que transite para uma educação escolar comunista.

Características elementares da educação sob o capitalismo dependente

Enunciada e defendida por estratos burgueses revolucionários desde o final do século XVIII, a educação escolar se desenvolveu como necessidade dos novos paradigmas advindos da Revolução Industrial; do surgimento aparato estatal como Estado-nacional moderno e sua requisição por um amplo corpo técnico-burocrático e quadros políticos, bem como das reivindicações organizadas do operariado europeu do século XIX. Essa combinação, desde sua gênese, a escola traz interesses de classes que são ao mesmo tempo excludentes entre si:

Ao mesmo tempo em que a luta dos trabalhadores pela educação foi crescendo, os capitalistas aumentaram as exigências mínimas de formação necessária para incorporar a força de trabalho à produção. Em outras palavras, o sistema educacional contemporâneo

² Karl Marx, *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política* – São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 p.45

é, em primeiro lugar, o resultado do desenvolvimento de dois componentes antagônicos: a luta de classes e a necessidade da indústria³.

A combinação contraditória desses elementos provocou características também contraditórias à educação escolar. Por um lado, a concessão burguesa frente à luta da classe trabalhadora por educação não foi desprovida da ampliação ideológica dos próprios interesses burgueses. Por outro, a necessidade do capital em agregar valor à força de trabalho significou a democratização de conhecimentos básicos, sem os quais a valorização da mão de obra requerida pelo desenvolvimento industrial não ocorreria.

Desse modo, a síntese entre a luta de classes e o desenvolvimento da formação econômico-social europeia ocidental permitiu aos países imperialistas a consolidação da educação escolar como tarefa democrática, que mesmo nos marcos capitalistas conseguiu oferecer para o conjunto da classe trabalhadora elementos básicos do conhecimento sistematizado, aos moldes da caracterização de Saviani sobre a função da escola, isto é, o domínio da escrita, da leitura e dos conteúdos científicos matemáticos, físicos, etc.

Entretanto, é possível assumir essa configuração histórica da educação escolar em forma e conteúdo como realidade universal da ordem capitalista, independentemente das particularidades que o próprio sistema assume nos países dependentes? Na América Latina, a qual entrou no século XXI com mais de 30 milhões de analfabetos absolutos é possível afirmar que o padrão de reprodução do capital permite que a escola democratize para as maiorias populares os instrumentos necessários para a aquisição dos conhecimentos elementares impostos pela própria demanda civilizatória capitalista?

Essas interrogantes colocam a escola concreta como ponto de partida para compreender o vínculo orgânico que a educação escolar assume, desde sua plataforma curricular até a condição do trabalho docente, com a formação econômico-social latino-americana, isto é, com o capitalismo dependente.

O processo de independência política dos países da América Latina, no fim do século XIX e início do século XX, não foi acompanhado de um projeto próprio de soberania econômica, ao contrário, a Revolução Industrial nos países centrais introduziu definitivamente as nações latino-americanas na divisão internacional do trabalho, primeiro como primário-exportadoras e, posteriormente como regiões de industrialização condicionada à importação tecnológica e ao subdesenvolvimento interno das forças produtivas.

³ Carlos Vergel, *A política educacional do imperialismo para o século XXI* In *Marxismo Vivo* nº 19, São Paulo: Editora AS, 2008 p. 66

De acordo com Theotônio dos Santos⁴ é essa situação condicionante, na qual a economia de um país se submete à expansão e desenvolvimento de outra economia que caracteriza a dependência, e que segundo Vânia Bambirra⁵, estabelece também os parâmetros do desenvolvimento subordinado das sociedades latino-americanas em todos os seus aspectos nos quais atuam os interesses das classes sociais e suas opções políticas.

Assim, ao conceber a escola não apenas como parte da totalidade social, mas correspondente a ela, essa definição de capitalismo dependente, a qual nós assimilamos, nos parece então uma das particularidades necessárias para compreender as características históricas da educação escolar na América Latina.

É *locus communis* afirmar que a escola moderna nos países latino-americanos é uma instituição importada do modelo europeu de civilização; entretanto, tal como toda transposição a compreensão de sua essência não está circunscrita àquilo que ela repete do padrão do qual decorre a importação, mas sim às determinações advindas das relações sociais de produção que (sub) desenvolvem o papel social da educação escolar na América Latina e sintetizam sua realidade objetiva. Dessa maneira, acordamos com Florestan Fernandes quando este afirma:

Na verdade, as reais fronteiras da história, na América Latina, não estão na aparente absorção dos modelos ideais de organização econômica, social e política, que podem ser importados prontos e acabados. Eles se encontram nos “fatos de estrutura”, que através dos quais os homens constroem (ou deixam de fazê-lo) as condições que asseguram (ou não) a viabilidade histórica e a efetividade prática dos referidos modelos ideais.⁶

Como assinalamos anteriormente, a educação escolar moderna surgiu estritamente ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, fato que, contraditoriamente associado à luta do operariado, também provocou a socialização de alguns conhecimentos elementares para a classe trabalhadora, pois, diferentemente dos modos de produção anteriores o desenvolvimento da força de trabalho no capitalismo exige mediação e coloca a educação escolar como um dos elementos necessários para a reprodução da mão de obra. A ação pedagógica é o meio pelo qual a educação no transcurso da vida escolar do sujeito o transforma de aluno em força de trabalho com valor agregado.

No entanto, tal qual a divisão social do trabalho define a educação de acordo com as classes sociais, a divisão internacional do trabalho também incide sobre o caráter da escola e das formas particulares que essa assume em determinado país ou região. Nesse sentido, frente

⁴ Theotônio dos Santos *Las crisis de la teoría Del desarrollo y las relaciones en América Latina* - In: JAGUARIBE, Hélio et.alli. *La Dependencia político económica de América Latina*. México, Siglo XX, 1969. p. 38

⁵ Vânia Bambirra *O capitalismo dependente latino-americano*, Florianópolis: Insular 2012 p. 38-39

⁶ Florestan Fernandes, *O Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina* – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 pp.45-44

à matriz econômica primário-exportadora e de industrialização subordinada aos monopólios tecnológicos imperialistas é necessário questionar qual grau de desenvolvimento educacional é requerido pela lógica de reprodução do capital na América Latina.

Sobre esse questionamento que, de tempos em tempos, retorna ao debate das ciências humanas e das forças políticas latino-americanas, escreveu o educador argentino Gustavo Cirigliano:

Nossa educação (...) formava 'dependentes', indivíduos submetidos aos limites de um país exportador de matéria-prima e importador de produtos manufaturados, no marco da divisão internacional do trabalho. Para esse esquema econômico era óbvio que a educação somente deveria formar intermediários ou burocratas (...). A escola primária prepara indivíduos que só sabem, quando, sabem ler e escrever, que não podem valer por si mesmos e que vão ser a mão de obra barata no campo, nos frigoríficos e nas ferrovias.⁷

Na mesma linha seguiu o também argentino Tomás Amadeo Vasconi e Inés Reza⁸ ao identificar que o desenvolvimento da educação na América Latina correspondeu ao movimento interno de urbanização e crescimento do Estado absolvendo um setor da pequena burguesia que deslocada pelo grande capital pouco a pouco se transformou em setores assalariados médios incorporados ao aparato burocrático estatal ou privado.

Pelas caracterizações de Cirigliano, Vasconi e Reza, as quais nós assimilamos, podemos compreender, então, que desde seu primeiro momento a educação escolar latino-americana não esteve vinculada a um projeto de desenvolvimento das forças produtivas, não sendo, portanto, bem de acesso ao conjunto da classe trabalhadora nem mesmo sob a perspectiva de reprodução da mão de obra. Basta recordar que depois da Segunda Guerra Mundial países como México e Brasil obtiveram um forte processo de industrialização a partir do deslocamento dos bens de capital dos países imperialistas para a região, entretanto o nível de abandono escolar seguiu alto. No México, 60% dos nascidos após a década de 1960 tiveram que abandonar a escola antes de concluir o nível médio e no Brasil, 20% dos que conseguiram ingressar no ensino secundário foram obrigados a abandonar a escola.⁹

O processo de massificação do ensino básico, o qual vivenciou os países latino-americanos a partir das últimas três décadas do século XX não alterou esse quadro de desvinculação entre o desenvolvimento produtivo e a valorização da força de trabalho, todavia o colocou sob outro patamar. De acordo com levantamentos realizados pela Comissão

⁷ Gustavo Cirigliano, *Educación y Futuro*, Buenos Aires: Editorial Nuevos Esquemas, 1967 pp.79-81

⁸ Inés Reza e Tomás Amadeo Vasconi, *Dependencia y educación* In: *La Teoría Social Latinoamericana: textos escogidos – Tomo II - La teoría da dependencia – Ciudad de Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 1994 p.218*

⁹ *Ingreso y abandono de la educación secundaria en América Latina, Sistema de Información de Tendencias Educativas para América Latina (SITEAL) Boletín nº02 2016*

Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, apesar do importante avanço no acesso à educação básica na América Latina, sobretudo na educação primária, que atualmente alcança aproximadamente 81,5% da população em idade escolar, 48% dos alunos latino-americanos que concluem o ensino primário e ingressa no ensino secundário não apresentam os conhecimentos mínimos necessários para que sejam considerados plenamente alfabetizados.¹⁰ A permanência de crianças e jovens no âmbito escolar sem que isso implique em efetiva socialização dos saberes mínimos, significou uma ampliação do ensino seguida do esvaziamento de conteúdo, isto é – o desenvolvimento do subdesenvolvimento da escola latino-americana.

No entanto, ao afirmarmos que a educação moderna é um dos elementos essenciais para a reprodução da força de trabalho nos parece equivocado atribuir exclusivamente o descompasso entre desenvolvimento produtivo e educação escolar ao que produz a América Latina na condição de região primário-exportadora e de industrialização subordinada, é necessário acrescentar como pano de fundo as relações de produção derivantes dessa condição e que são próprias do capitalismo dependente, bem como o caráter que o Estado assume como árbitro de tais relações.

A histórica condição da burguesia latino-americana como primário-exportadora e sócia secundária de um processo de industrialização e modernização controlado pelo imperialismo no âmbito mundial tem implicações internas relevantes na luta de classes, uma vez que em ambas as situações, a “autóctone” burguesia é obrigada a ceder parte significativa da extração da mais-valia produzida pelos trabalhadores para as frações burguesas dos países centrais.

De acordo com Ruy Mauro Marini¹¹, o desdobramento disso é a superexploração do trabalho, mecanismo pelo qual a desvantagem dos estratos dos burgueses latino-americanos é recompensada não pelo aumento da capacidade produtiva do capital variável, mas sim por meio da violação do valor da força de trabalho, que é remunerada abaixo do valor necessário para a sua reprodução ou sofre uma intensificação produtiva.

Pois bem, é a partir então da definição de superexploração do trabalho que se desvela o conteúdo econômico-social e político da educação escolar latino-americana *fetichizado* ora sob a forma de problema administrativo e de política pública neoliberal, ora como *baixa* formação docente.

¹⁰ CEPAL, *El analfabetismo funcional en América Latina y Caribe: Panorama y principales desafíos de política* – Naciones Unidas: Santiago de Chile, 2014 p. 12

¹¹ Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência* - Petrópolis: Editora Vozes, 2000 p. 126

Quando reiteramos que a educação escolar moderna compõe os elementos necessários para o desenvolvimento das forças produtivas, evidentemente não o fazemos somente porque ela é requerida para o aumento da capacidade produtiva do capital, mas também porque ela é indispensável para a sociabilidade dos sujeitos – ou seja, é uma condição imperante inaugurada pelo capitalismo organicamente vinculada à reprodução da força de trabalho, visto que:

É importante considerar que com os elementos anteriores, a ideia de remunerar a força de trabalho pelo seu valor não pode ser reduzida a um assunto puramente salarial. O trabalhador deve encontrar o conjunto de condições que são indispensáveis para produzir e reproduzir sua força de trabalho, e dentre elas o salário é importante, mas não é o único elemento (...). Também se deve considerar questões relacionadas à educação, à cultura e aos costumes nos quais foram educados os trabalhadores, o que faz com que determinadas necessidades básicas se resolvam de maneiras distintas em diversos países, regiões e culturas.¹²

Desse modo, o fato da educação escolar ser inerente à composição do valor necessário para a reprodução da força de trabalho, e esta, em seu conjunto, ser violada pelo capital mediante a superexploração, sustentáculo material sob o qual se edifica a sociedade no capitalismo dependente e unifica os estratos burgueses, expõe a expressão flagrante das determinações que impedem que a educação básica na América Latina torne-se uma tarefa democrática cumprida sob a égide do capitalismo.

Entretanto, aqui é preciso acrescentar um fator mediador entre a educação escolar e o movimento de sobre-apropriação que o capital realiza contra as formas sociais de reprodução da mão de obra, de modo a afastar uma compreensão mecanicista sobre processo. Na condição de partícipe social do valor real da força de trabalho, isto é, categoria não econômica, a educação escolar não pode ser diretamente violada pelo capital. Essa operação exige mediações que somente podem ser assumidas pelo Estado, visto que a escola é parte do aparato estatal e que esse também adquire particularidades relevantes no capitalismo dependente.

Na dinâmica da dependência, o Estado nos países latino-americanos assume particularidades indispensáveis para a garantia do domínio supranacional de uma classe no campo político, o controle na esfera social, e a acumulação no âmbito econômico. Essas particularidades, de um modo geral, combinam precariedade frente às demandas de proteção social e com o autoritarismo diante do conflito.

No capitalismo dependente, o valor excedente, resultado da subtração entre a produção social total e os custos necessários para a sua produção, produzido no subcontinente pela superexploração da força de trabalho é desigualmente dividido entre o capital privado de origem

¹² Jaime Osorio *Dependencia y superexplotación: actualización de un pensamiento radical* – In: Estudios Latinoamericanos – Nueva Época, nº 20 pp. 44-45

interna, o capital privado externo e o Estado. Não obstante, mesmo a parcela do excedente destinada ao Estado é canalizada para o padrão de reprodução do capital, de forma direta por meio de pagamento da chamada dívida pública e seus serviços, ou por meio indireto como investimentos em infraestrutura para a exportação, isenção ou redução de impostos, liberação de remessas de lucro, etc.¹³. Essa é a razão pela qual os chamados serviços públicos sociais não se convertem em efetivos meios de valorização da força de trabalho e têm a precariedade como marca estruturante.

No caso específico da educação básica na América Latina essa precariedade, que é a aparência imediata da violação do valor social da força de trabalho, não ocorre somente por meio da ausência de infraestrutura e recursos, baixo salário docente, entre outros, mas também pelas diretrizes curriculares impostas pelo Estado que esvaziam o papel pedagógico em detrimento de outras funções que a escola assume como prioritárias.

A contradição ideológica como base do conflito escolar

Uma leitura linear pode considerar que a aproximação entre a educação escolar e as categorias econômicas encerra o debate sobre a importância que o ensino básico tem para a classe dominante na dinâmica das sociedades dependentes. Por outro lado, é possível que outros encarem essa aproximação como *mecanicista-reprodutista*, a qual anularia qualquer possibilidade de intervenção no âmbito escolar a partir de uma perspectiva de emancipação política da classe trabalhadora. A partir então dessas possíveis visões, apresentaremos outra característica importante que a educação escolar adquire no capitalismo dependente e que está interligada àquelas expostas anteriormente.

A natureza da educação escolar burguesa, em sua totalidade, é composta por dois elementos fundamentais e indivisíveis. O primeiro, o qual nós analisamos no tópico anterior, se refere à participação mediada da escola nas relações de produção; o segundo é a representação que a educação faz da realidade extra e intra-escolar na qual ela atua na condição de aparelho do Estado, ou seja, é um elemento eminentemente ideológico.

No entanto, afirmar que um dos aspectos da natureza histórica da educação é eminentemente ideológico não pressupõe compreender que essa natureza exista por si, autodeterminada frente às condições materiais, ou seja, a realidade objetiva. Vejamos como esse processo é descrito por Marx (2001 p.18-19):

¹³ Beatriz Paiva; Mirella Rocha; Dilceane Carraro - *Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência* In: Ser Social, Brasília, v. 12, nº26, 2010 pp.147-175 p. 165

A produção das ideias, representações, da consciência está a princípio diretamente entrelaçada com atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparecem aqui ainda como refluxo direto do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. Os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do intercâmbio que estas correspondem até as suas formações mais avançadas. A consciência, nunca pode ser outra coisa senão ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se em toda a ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa Câmara obscura, é porque este fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico da vida.¹⁴

Sendo assim, é preciso localizar nas particularidades da educação escolar qual a ideologia é reclamada pela formação econômico-social das sociedades latino-americanas, bem como a representação que escola produz sobre si mesma que justifica sua intervenção nas relações sociais.

Por ser parte da ordem capitalista, a ideologia (re) produzida pela educação não poderia ser outra, senão burguesa. Sem embargo, ao tratarmos de uma educação escolar desenvolvida no interior de uma forma capitalista, cuja particularidade é o movimento desigual e combinado dentro do sistema e a desembocadura na dependência econômica e submissão política frente ao imperialismo, ambas alicerçadas na superexploração do trabalho, é necessário encontrar no campo ideológico dessa educação não apenas o elemento de classe, mas seu substrato histórico-cultural.

É a partir desses pressupostos que a educação escolar na América Latina assume discursivamente a imagem e semelhança dos países imperialistas como modelos civilizatórios inquestionáveis e o faz por meio da dissimulação pedagógica ao estabelecer para os filhos da classe trabalhadora padrões estéticos no qual a transculturação popular, formada muitas vezes por elementos ameríndios e afro-latinos é ocultada, estereotipada, inferiorizada ou combatida sob a luz de uma *ciência universal*.

E essa não é uma questão secundária quando compreendemos a simbiose entre raça e classe na América Latina, visto que o próprio conceito de raça, oriundo da modernidade europeia, se desenvolveu e segue no cotidiano do subcontinente associado diretamente à divisão social do trabalho. Desse modo, a substância ideológica da escola latino-americana é o ponto institucional de encontro entre a colonialidade do poder a colonialidade do saber, isto é:

(...) para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, já assinalados pela teoria da dependência e outras, há um legado

¹⁴ Karl Marx, *A Ideologia Alemã* – São Paulo: Martins Fontes, 2001 pp. 18-19

epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias.¹⁵

Por outro lado, a educação escolar precisa constantemente tornar justa em seu interior e na sociedade em geral sua própria ação pedagógica. Para tanto, assimila para si o discurso de redenção social que lhe é imposto pela classe dirigente, de tal maneira que coloca para os indivíduos que é por meio da educação que esses conseguem ascensão social ou um povo torna-se desenvolvido.¹⁶

Entretanto, o discurso redentorista é a explicitação da contradição entre a ideologia escolar e a realidade objetiva, tornando-se um dos determinantes dos conflitos internos e das crises ideológicas que se abrem na escola. Na medida em que a educação escolar na América Latina é um valor social violado na reprodução da força de trabalho, ela não pode garantir para o conjunto da classe trabalhadora nem mesmo a condição de empregabilidade, tampouco ascensão social. Essa contradição entre o discurso e a real relevância da escola no capitalismo dependente é a base dos confrontos que ganham forma de indisciplina generalizada, ora manifestada em sua negatividade, isto é *entre muros*, na qual alunos e professores aparecem entre si e mutuamente como inimigos imediatos, ora em sua manifestação positiva, quando a indisciplina torna-se uma resistência consciente do corpo discente contra a personificação do Estado em direções burocrático-administrativas e seu conteúdo pedagógico colonial-capitalista, tal como ocorreu recentemente no processo de ocupações secundaristas no Brasil.

O princípio da contradição na escola sugere então outro aspecto imprescindível para pensar a superação desse modelo de educação escolar: o fato de nenhuma ideologia ser imposta sem conflito.

Quando a própria realidade, a qual a educação deforma em falsa consciência, é determinada pelo confronto permanente entre grupos, classes e estratos de classes, a escola não pode ser um mero instrumento do Estado que aplica a ideologia dominante como simples reflexo mecânico da exploração capitalista, o que pressupõe que os indivíduos no âmbito escolar não são *tábuas rasas*, os quais apenas assimilam as ideias, mas sim sujeitos históricos a transformar permanentemente a realidade e a consciência sobre esta.

É no espaço de conflito entre o discurso hegemônico da educação escolar e o verdadeiro papel que o ensino básico ocupa na (re) reprodução do capitalismo dependente na América

¹⁵ Carlos Walter Porto-Gonçalves *Apresentação da edição em português* – In: LANGER, E. (Org) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas – Buenos Aires: CLACSO, 2005 p.03

¹⁶ PISTRAK, *Fundamentos da Escola do Trabalho* – São Paulo: Expressão Popular, 2003 p.108

Latina que se coloca a possibilidade de intervenção pedagógica formulada e dirigida pelas camadas populares, isto é, a transição da consciência ingênua para a consciência crítica.¹⁷ E nesse sentido, mesmo a concordar com Marx que “*a Revolução, e não a crítica, é a força motriz da história*”, apreendemos a intencionalidade de uma Revolução que destrua a ordem competitiva como síntese superior da necessária crítica - o movimento de afirmação, negação e superação do capitalismo em suas diversas particularidades históricas, sobre o qual afirmou Lênin ser a escola imprescindível¹⁸.

Algumas conclusões

A relação entre a consolidação do capitalismo dependente na América Latina e a escola não é apenas o ponto de partida para compreendermos as determinações das características imediatas que cotidianamente são sentidas e testemunhadas por professores, funcionários e alunos, mas também a explicitação das formas políticas de manutenção dessa ordem, bem como das forças que poderão colocar em marcha a sua eliminação.

O padrão de reprodução do capital no subcontinente latino-americano estabelece parâmetros nos quais o subdesenvolvimento é visível mesmo nas formas modernizadoras que assumem determinadas instituições. Esse é o caso da educação escolar, que desvinculada do desenvolvimento produtivo e violada enquanto valor social que compõe a reprodução da força de trabalho, não pode cumprir nem ao menos o papel capitalista que o ensino elementar executa nos países centrais. E desse modo atua quase exclusivamente por meio de uma ideologia colonial-capitalista na qual a contradição entre o discurso burguês de educação e a real relevância do ensino para o capital, é flagrante.

Essas três características históricas e elementares da escola na América Latina colocam para além de um debate entre elementos de estrutura e superestrutura, o questionamento de natureza política sobre qual classe social poderá efetivamente garantir a educação para o conjunto da classe trabalhadora.

Uma vez que se evidencia que o amálgama entre a dependência e o subdesenvolvimento, traduzido na educação como precariedade ou mesmo negação prática dos conhecimentos elementares para as maiorias populares, é a superexploração do trabalho – ponto de unidade entre estratos burgueses internos e imperialistas-, evidencia-se a incapacidade histórica de tal classe dominante em promover a educação como uma tarefa histórica democrática.

¹⁷ Álvaro Viera Pinto *A Sete lições sobre educação de adultos* – São Paulo: Cortez, 1993 pp. 53-54

¹⁸ Vladimir Lenin, *Cultura e Revolução Cultural* – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1969

Assim, se coloca mais uma vez a discussão sobre a classe trabalhadora como a única força capaz de cumprir e interessada em realizar as tarefas democráticas, entre elas a educação escolar interligada ao desenvolvimento produtivo. Não obstante, é preciso questionar em qual contexto histórico o poderá fazer.

A partir dos pressupostos apresentados, não é possível que a educação escolar seja efetivada para as crianças e jovens da classe trabalhadora sem a eliminação do alicerce que mantém a opressão imperialista e sobre-apropriação burguesa, isto é, a superexploração. Nessa mesma dinâmica, somente mediante a expropriação do capital do seu poder econômico e político é viável a democratização não apenas dos espaços escolares, mas da sistematização do saber.

Assim, a via revolucionária da educação escolar latino-americana não se trata da produção de um salto histórico de uma educação capitalista subdesenvolvida para uma educação socialista em abstrato, tampouco de um movimento da escola em si mesma, tal como pensam aqueles que reduzem os problemas escolares a uma questão de referencial teórico. É por meio da força motriz que poderá impulsionar a educação como tarefa democrática na América Latina, ou seja, a classe trabalhadora, que constituirá o caráter socialista da escola, ao mesmo tempo em que tal escola deverá assimilar o caráter de libertação nacional e substituir o falso discurso científico colonial pelo pleno desenvolvimento cultural e intelectual construído pelo gênero humano em sua diversidade.

Las transformaciones de la educación universitaria Argentina en el proceso de creación de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires

María Angélica Corva
INHIDE-Argentina
mariacorva@gmail.com

Resumen

En 1821 fue creada la Universidad de Buenos Aires y el gobernador Martín Rodríguez instituyó el Departamento de Jurisprudencia. Los estudios estaban organizados en dos etapas, una académica que se cursaba en la Universidad y otra práctica en la Academia de Jurisprudencia. El reemplazo de la Academia Teórico-Práctica de Jurisprudencia por la Cátedra de Procedimientos judiciales, en el plan de estudios universitarios en 1872, y la creación de la Facultad de Derecho, según lo establecido en la Constitución provincial de 1873, no implicó un cambio radical en la enseñanza del derecho, pero inició un movimiento capaz de forjar el escenario en el que se formaron los abogados de la generación de 1910 (nacidos entre 1873 y 1886), quienes renovaron fundamentalmente los estudios jurídicos y crearon el moderno derecho argentino. El texto constitucional otorgó a las facultades científicas la potestad de expedir títulos, abriendo las puertas al principio de la autonomía universitaria. Siguiendo el esquema de las transformaciones de la Universidad moderna, el objetivo de esta ponencia es definir el pasaje de la Universidad de la *Bildung* -educación activa de autorrealización-, a la Universidad de la Especialización -especialización científica y autonomía del saber-. Para ello estudiaremos los proyectos y propuestas previas para modificar o eliminar la Academia y los debates de la Convención Constituyente provincial. Se pondrá especial atención en analizar, a partir de la teoría de la recepción, las influencias de la tradición europea en las universidades argentinas, tomando como caso la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires.

Palabras clave: Universidad de Buenos Aires; Facultad de Derecho; *Bildung*; Especialización científica; Autonomía universitaria; Abogados.

Introducción

En el Río de la Plata la Revolución de Mayo de 1810 inició una década que expandió corrientes derivadas de la Ilustración racionalista, y sus hombres públicos vieron en ella no sólo un cambio de gobierno sino la oportunidad de realizar el pensamiento filosófico en versión republicana. En este contexto entraron en conflicto los proyectos constitucionales que intentaban definir una soberanía rioplatense y las soberanías de las ciudades. La caída del poder central en 1820 movilizó el esfuerzo de las provincias por afirmarse como Estados autónomos.

En Buenos Aires, la construcción del Estado autónomo provincial comenzó formalmente el 11 de febrero de 1820, cuando el Cabildo asumió el mando de la ciudad y su provincia, y convocó al vecindario a Cabildo abierto. El 16 del mismo mes se formó la Honorable Junta de Representantes, que al día siguiente designó gobernador a Manuel de Sarratea, contando así con su primera Legislatura y su primer Ejecutivo provincial.

En 1821 fue creada la Universidad de Buenos Aires y el Departamento de Jurisprudencia, con profesores y personal solventados por el gobierno. Los estudios estaban organizados en dos etapas, una académica que se cursaba en la Universidad, de la que se obtenía el título de Doctor en Jurisprudencia, y otra práctica en la Academia Teórico-Práctica de Jurisprudencia. El reemplazo de la Academia de Jurisprudencia por la Cátedra de Procedimientos judiciales en el plan de estudios universitarios en 1872 y la creación de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, según lo establecido en la Constitución provincial de 1873, no implicó un cambio radical en la enseñanza del derecho, pero inició un movimiento capaz de forjar el escenario en el que se formaron los abogados de la generación de 1910 (nacidos entre 1873 y 1886), quienes renovaron fundamentalmente los estudios jurídicos y crearon el moderno derecho argentino. El texto constitucional otorgó a las facultades científicas la potestad de expedir títulos, abriendo las puertas al principio de la autonomía universitaria.

Siguiendo el esquema de las transformaciones de la Universidad moderna, el objetivo de esta investigación es definir el pasaje de la Universidad de la *Bildung* -entendida como educación activa de autorrealización y de conversión-, a la Universidad de la Especialización - guiada por el *ethos* de la especialización científica, bajo la idea ilustrada de la autonomía del saber y de unidad de la docencia a la investigación con un criterio de verdad-. Para ello estudiaremos los proyectos y propuestas previas para modificar o eliminar la Academia y los debates de la Convención Constituyente provincial. Utilizaremos como herramienta analítica la teoría de la recepción, como la plantea Jorge Dotti, para quien la recepción local de pensadores e ideas originadas en otras situaciones históricas es un proceso paradójico en que leer textos ajenos genera inevitablemente respuestas autóctonas. Receptar ideas implica originalidad en la comprensión y el ejercicio argumentativo retórico y/o político que de ella se ensaya.¹ De esta forma buscaremos rastrear las influencias de la tradición europea en las universidades argentinas, tomando como caso la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires.

Las transformaciones de la Universidad moderna

Las tres transformaciones de la Universidad moderna, propuesta teórica para abordar la investigación de los estudios superiores en Europa y América, parte de la convicción de Björn Wittrock de que es posible estudiar la universidad a través de una investigación empírica

¹ Breve encuesta sobre el concepto de recepción, respuestas de Jorge Dotti, IDES/CeDInCi, 2008.

informada teóricamente. El estudio de las teorías sobre sistemas sin actores o sobre un ser humano que parece flotar libremente no genera impacto. Para ello invita a tomar el elemento *ideacional* como escenario institucional, con sus reglas y normas, que impone y permite prácticas, sin perder de vista que las ideas y las instituciones son siempre situacionales y no son descarnadas. Los estudios del desarrollo institucional de las universidades han sido descuidados y los proyectos intelectuales de las figuras que no encajaron en el camino que llevaba al progreso y a la razón se han dejado de lado, considerados callejones sin salida o desviaciones.²

Para llevar adelante este tipo de estudios propone ajustarse a tres períodos críticos de transición:

1. Crisis y renacimiento de la idea de universidad a fines del siglo XVIII y principios del XIX. Es el período de la “gran transición” en el que está pendiente por analizar el juego entre actividades científicas, la institución de la universidad y la sociedad. El cambio de siglo constituyó un período de gran reestructuración institucional en el mundo universitario de Europa. La creación de la nueva Universidad de Berlín en 1810, en busca de una reforma nacional después de la derrota y ocupación de Prusia, generó el ejemplo humboltiano de reformadores universitarios, desde Estados Unidos a Japón. Esta reestructuración institucional fue inevitable debido a los estrechos lazos entre universidades y gobierno. El objetivo de la reforma era convertirlas en centro de saber y de enseñanza con amplios límites de autonomía y autogobierno. Sin embargo los resultados fueron diversos, materializándose en grandes *écoles* o en academias de ciencia.

La interacción entre los desarrollos intelectuales e institucionales formó la base del concepto de la *Bildung* -características de la formación del carácter de una persona, que no podía ni debía ser definida en términos de una posición social u ocupacional concreta- que quedó constituido dentro de la estructura del pensamiento historicista y organicista del período, y cuya institucionalización fue la Universidad de Berlín. Requería esto de un delicado equilibrio de poder, que asegurase la libertad intelectual de enseñanza y de aprendizaje, para lo cual se insistió en que los profesores fueran nombrados por el Estado y no por la universidad.³

² Björn Wittrock, “Las tres transformaciones de la Universidad Moderna”, en: Sheldon Rothblatt y Björn Wittrock, *La Universidad europea y americana desde 1800. Las tres transformaciones de la Universidad*, Pomares-Corredor, Barcelona, 1996, pp.335; 337.

³ Para Kant *Bildung* abarcaba tanto la disciplina como la educación, relacionándola con la formación del carácter individual, abarcando no solo lo intelectual sino también el desarrollo moral y emocional. (Immanuel Kant, “¿Qué es la ilustración?”, en: *Filosofía de la Historia*, Trad. Eugenio Imaz, FCE, México, 1994) La palabra *Bildung* ha sido tomada del alemán y traducida como formación, para representar la idea fundacional de la Universidad humanista, entendida como educación activa, con el

2. Surgimiento de la universidad moderna orientada hacia la investigación a finales del siglo XIX en el Estado-nación moderno. El gran impacto a largo plazo de las reformas humboltianas fue “*la creación de un espacio institucional autónomo para las actividades intelectuales*”⁴, a las que se sumaron en la universidad moderna las actividades de investigación. La filosofía idealista de la primera etapa sirvió para propósitos institucionales más que cognitivos. Según Fritz K. Riger fue “*una defensa tácticamente sana de la autonomía de la ciencia, que ciertamente contribuyó al surgimiento de la moderna universidad de investigación en la Alemania del siglo XIX*”.⁵ Fue en el mundo industrializado y modernizado, del Estado reformado de finales del siglo XIX donde se configuró la universidad moderna. En el proceso, las características de especialización científica y de profesionalismo fueron omnipresentes independientemente de los contextos nacionales. Sin embargo el proceso de creación y reestructuración institucional se gestó sobre el fondo de tradiciones intelectuales y culturales propias [o para América la falta de ellas] dando para cada caso formas diferentes a la universidad moderna. En este proceso las Universidades alemanas y en especial la de Berlín sirvieron de modelo para los reformadores. La coincidencia del surgimiento de la universidad orientada hacia la investigación con la formación de un Estado-nación moderno se manifestó en la conversión de las universidades en instituciones clave para la producción de conocimiento y para el fortalecimiento de la identidad nacional y cultural.⁶

3. Periodo de la nueva valoración derivado de las experiencias de una euforia planificadora y de las corrientes de la demanda y el apoyo del gobierno, la industria y el sistema educativo. La Universidad de la *Hibridación* abandona la idea de un saber orientado por la búsqueda desinteresada de la verdad, sustituyéndola por la idea de una investigación-docencia definida

principio de que toda educación genuina es autoeducación. Estas ideas pedagógicas surgieron a fines del siglo XVIII y principios del XIX y su defensor más importante fue el suizo Pestalozzi, que tenía una visión igualitaria de *Bildung*. El significado ha ido variando a lo largo de los siglos en función de los cambios sociales, políticos e institucionales, pero sigue siendo fundamental para los estudios de educación y sociedad. (Sven-Eric Liedman, “A la búsqueda de Isis: educación general en Alemania y Suecia”, en Sheldon Rothblatt y Björn Wittrock, *La Universidad europea y americana desde 1800. Las tres transformaciones de la Universidad*, Ediciones Pomares-Corredor, Barcelona, 1996, pp. 84-118) Pedagógicamente implica la cooperación del estudiante, como proceso interior, en el cual el maestro no debe imponer el conocimiento sino hacerlo surgir a la luz de los talentos del alumno, logrando la autorrealización. Por ello abarca la dinámica de cambio histórico, expresión de metamorfosis y transfiguración tanto de la naturaleza como de la subjetividad, y es parte de una espiritualidad que retoma una tradición antigua del conocimiento como edificación y conversión. Es el centro de un programa educativo que hace de la articulación entre la cultura y la Ilustración una condición de la capacidad de la ciudadanía política. (Francisco Naishtat, “Los espectros de la Ilustración universitaria y el futuro de la Universidad”, en: *Aportes de las ciencias sociales y humanas al análisis de la problemática universitaria*, Prometeo libros, Buenos Aires, 2008)

⁴ Wittrock, cit., p. 344.

⁵ Fritz Ringer, *The Declive of the German Mandarins: The German Academic Community 1890-1933*, MA, Cambridge, 1969, p. 21.

⁶ Wittrock, cit., pp. 345-346.

por la resolución de problemas, como poder y dominio instrumental sobre el entorno. Investigación pura e investigación aplicada se acercan, entre criterios pedagógicos epistémicos y criterios pedagógicos de habilidad. La Universidad se inscribe así en un operacionalismo estratégico y una cultura organizacional donde ni el sujeto de la *Bildung* ni el *ethos* puro de la verdad científica presiden su destino.⁷

A partir de este esquema transicional Wittrock deja ver con claridad la tensión entre el desarrollo universal hacia la especialización científica y el énfasis del papel de las universidades en los contextos nacionales. Surge de allí la necesidad de un análisis que contemple las tradiciones institucionales e intelectuales en casos particulares pero que al mismo tiempo demuestre cómo los reformadores universitarios constituyen y reconstituyen las características específicas, después de un más amplio desarrollo general que se produce en el mundo occidental en coyunturas históricas concretas. Esto es lo que aspiramos realizar con la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires que, cabe aclarar, durante los años de nuestro estudio fue una universidad provincial pues la ciudad sede fue la capital de la provincia homónima hasta su federalización en 1881.

La Universidad de la *Bildung*

Esta primera etapa se materializó en Buenos Aires con el proceso que Ricardo Levene denomina el primer ciclo histórico de reformas de la educación, que se extendió desde la Revolución de Mayo hasta el establecimiento de la Universidad de Buenos Aires en 1821. Sobresalen los impulsos vigorosos de Mariano Moreno en 1810, creando la Biblioteca Pública; de Manuel Antonio de Castro, que en 1815 fundó la Academia de Jurisprudencia; de Juan Martín de Pueyrredón en 1817 al organizar el Colegio de la Unión del Sud; y de Bernardino Rivadavia y Sáenz en 1821, dando vida a la Universidad. Según Levene, las primeras casas de estudio fueron modestas materialmente y grandes moralmente por su fe en la cultura, en medio de días dramáticos para muchos de los universitarios e intelectuales, creadores de un nuevo orden político, jurídico e institucional.⁸

Las reflexiones de Manuel Antonio de Castro publicadas durante el año 1821 en el periódico *Gaceta de Buenos Aires* ponen de manifiesto sus ideas sobre la educación pública

⁷ Naishtat, cit., pp. 109-129. No nos detendremos en este periodo pues excede nuestra investigación.

⁸ Ricardo Levene, *La Academia de Jurisprudencia y la vida de su fundador Manuel Antonio de Castro*, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Instituto de Historia del Derecho, Colección de Estudios para la Historia del Derecho Argentino, Buenos Aires, 1944, pp. 13-14.

como garantía de autorrealización y de *conversión*. En uno de sus artículos expresaba la compasión que le causaba “...ver innumerables muchachos por las calles vendiendo cigarros y fritas, precisamente en la edad que sus almas tiernas están pidiendo a sus padres, a sus conciudadanos, a la humanidad educación, educación, educación!”⁹ La creación de la Universidad tenía un sentido político y social contra la anarquía, como la cultura contra la barbarie. Castro proponía disipar las tinieblas y la corrupción de las costumbres con la instrucción pública, el cultivo de las ciencias, de las artes, el estudio de la buena filosofía y de la moral.¹⁰

El día que salió publicado el Edicto de Erección de la Universidad, Castro dedicó su editorial a la educación universitaria asegurando que había “una dependencia secreta y necesaria entre los principios que fundan el orden social y las ciencias y las artes que lo hermocean” y celebrando la fundación.¹¹ Un tema fundamental que trató desde *El Censor*, y más tarde desde el *Observador Americano*, fue el de la idoneidad, en pro de una justicia con conocimientos técnicos. Para Levene su campaña periodística fue antecedente e inspiración de la reorganización judicial del gobierno de Martín Rodríguez, que al suprimir los Cabildos de Luján y Buenos Aires organizó la justicia letrada, rentada permanente e independiente, la justicia de paz y la policía.¹²

La instalación de los estudios jurídicos en Buenos Aires había pasado por un intento frustrado a fines del siglo XVIII, y se concretó en 1814 con la creación de la Academia Teórico Práctica de Jurisprudencia, integrada por abogados registrados en la Cámara de Apelaciones, pero también doctores, licenciados y bachilleres de otras universidades. Sus cursos duraban tres años y el examen final se rendía ante la Cámara de Justicia. La Academia era una corporación que estaba vinculada con la Universidad por los graduados (pasantes) y con la Cámara de Justicia, que como órgano rector ejercía el gobierno y la superintendencia de la Academia y otorgaba los títulos. Esto fue fortalecido por su fundador (Castro), que actuaba a la vez como Director de la Academia y presidente de la Cámara de Justicia, que rechazó la unificación de los cargos de prefecto de jurisprudencia teórica y práctica en su persona y reclamó una Sala en la Casa de Justicia para las sesiones de la Academia, poniendo de manifiesto la relación entre la formación del abogado y el sistema judicial.

⁹ *Gaceta de Buenos Aires*, 14 de febrero de 1821. Sobre la educación pública escribió también el 31 de enero, el 7 de febrero, el 4 de abril y el 25 de abril de 1821.

¹⁰ Levene, cit., pp. 75-77.

¹¹ *Gaceta de Buenos Aires*, 18 de agosto de 1821.

¹² María Angélica Corva, “El primer ensayo de organización judicial para el Estado provincial de Buenos Aires (1821-1825)”, en: Darío Barrera (director), *Justicias situadas: entre el Virreinato Rioplatense y la República Argentina (1776-1864)*, Universidad Nacional de La Plata, FAHCE, La Plata, 2018, pp. 179-212.

En 1821 fue creada la Universidad de Buenos Aires y por edicto de Erección del 9 de agosto, el gobernador Martín Rodríguez instituyó el Departamento de Jurisprudencia, con las cátedras de Derecho Civil, a cargo de Pedro Somellera, y Derecho Natural y de Gentes, encabezada por Antonio Sáenz, el primer Rector, que junto con profesores y personal eran solventados por el gobierno de Buenos Aires. Los estudios estaban organizados en dos etapas, una académica que se cursaba en la Universidad y de la que se obtenía el título de Doctor en Jurisprudencia, y otra práctica o profesional en la Academia de Jurisprudencia que habilitaba para litigar u abogar, llevando en total unos cinco o seis años. La idea de autorrealización puede observarse en la práctica común de reemplazar la experiencia de la Academia por prácticas en estudios jurídicos.

Para comprender cuales fueron los objetivos pedagógicos perseguidos en el paso de los practicantes por la Academia, nada mejor que el recuerdo de la propia experiencia de Antonio Malaver, al introducir la obra dedicada a su colega y amigo José María Moreno.

Los estudios que se hacían en dicha academia eran teóricos y prácticos. Se estudiaban principalmente los Códigos, a fin de conocer las leyes en sus propios términos y no por la explicación que de ellas daban los expositores; y se estudiaban los procedimientos judiciales y se practicaban también, por medio de expedientes o autos que se iniciaban y se seguían entre los mismos practicantes desempeñando los unos el oficio de abogados, los otros de juez, de escribano, etc... Para el examen práctico de egreso, se daba prácticamente una *causa* de las seguidas ante los tribunales, de la que debía *hacer relación*, informar *in voce* acerca de la cuestión debatida en ella, y pronunciar sentencia, como si fuera el juez llamado a fallarla: después de lo que el examen versaba sobre el orden y tramitación de los juicios, organización y competencia de los tribunales y demás materias comprendidas en los procedimientos judiciales.¹³

Aprobados los exámenes, se rendía ante el Superior Tribunal de Justicia el de abogado, sobre todas las materias y puntos del derecho y de la jurisprudencia, teóricos y prácticos. Si el tribunal prestaba su aprobación a este último examen, daba el nuevo abogado *posesión de sus estados*, le expedía el diploma que le autorizaba para el libre ejercicio de la profesión y lo mandaba a inscribir en la *matrícula* de abogados que se llevaba en la escribanía del mismo tribunal.

El ethos de la especialización científica

El pasaje de la *Bildung* al *ethos* de la especialización científica -que mantuvo la idea ilustrada de la autonomía del saber y de unidad de la docencia y la investigación bajo un criterio de verdad, abandonando la solidaridad intrínseca entre el saber y la emancipación- comenzó a

¹³ Antonio E. Malaver y Juan José Montes de Oca, *Obras jurídicas de José María Moreno*, 3 v., Félix Lajouane Editor, Buenos Aires, 1883, "Su vida, su enseñanza y su obra", p. XIII.XV.

gestarse en Buenos Aires con el reemplazo de la Academia Teórico-Práctica de Jurisprudencia por la Cátedra de Procedimientos judiciales en el plan de estudios universitarios, a partir de la propuesta realizada por el diputado Leandro N. Alem el 5 de agosto de 1872.

Las palabras del diputado Luis Lagos García, uno de los miembros de la Comisión de Legislación que estudió el proyecto de Alem, definen de forma concisa qué significaba la eliminación de la Academia de Jurisprudencia en función de los cambios políticos y sociales:

Ahora, señor presidente, no hay, propiamente, gremio; no hay sino ciudadanos o personas que ejercen la abogacía, el espíritu de cuerpo no existe y no existiendo este espíritu de cuerpo, es indudable que una institución de esta clase no pueda mantenerse... La Academia de Jurisprudencia, como se deduce de las disposiciones que prescribe [...] disposiciones que consideramos ahora ridículas, nos indican que esta institución fue solamente creada teniendo en cuenta el espíritu de cuerpo que guiaba las antiguas corporaciones... que aunque fuera errado propendía a la realización de grandes propósitos... Un aula de procedimientos resultaría más ventajosa, realizando el estudio del procedimiento con más regularidad y más perfección.¹⁴

La comparación de los discursos pronunciados al inaugurar la Academia en 1855 y el pronunciado al abrir la Cátedra de Procedimiento en 1872 arroja luz sobre este embrionario cambio que se estaba gestando. En el primer caso, Octavio Garrigós, instaba a unir el conocimiento de la teoría del derecho con la práctica de la jurisprudencia, para formar al abogado y al jurisconsulto. En la Universidad habían aprendido los principios de la ciencia sin atender la vida del pueblo y las modificaciones que esos principios sufrían en la sociedad, en la Academia debían estudiar las aplicaciones prácticas de los principios, su desenvolvimiento e inconvenientes en la vida cotidiana, pues ambas juntas eran parte de la verdadera ciencia, el derecho no era una abstracción, era la vida misma, el orden entero de la sociedad. El teórico perfecto debía vivificar su teoría con “...una experiencia completa de la vida real, de los juicios y del resultado de los pleitos; que abrazara con un golpe de vista las combinaciones entre las costumbres, la religión, la Política y los intereses económicos de los pueblos”.¹⁵

Daniel María Cazón, diecisiete años después, fundamentaba la poca atención prestada al procedimiento judicial en una sociedad ocupada “...por sus hábitos de vida colonial, o inconsciente por mucho tiempo de los medios adecuados para aumentar sus libertades y garantizar el derecho de cada uno sobre la propiedad y la vida...”, lo que había vuelto inorgánico el mecanismo de la justicia, “...abstraídos por una evolución constante y sin descanso en las

¹⁴ *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la provincia de Buenos Aires de 1872*, Imprenta de La Prensa, Buenos Aires, 1873, pp. 293-295. Alem llegó a la Legislatura bonerense como candidato del *club Electoral*, que representaba el sector joven y reformista del autonomismo. Fernando Barba, *Los autonomistas del 70*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1982, pp.27-29; Alberto D. Leiva, *Historia del foro de Buenos Aires. La tarea de pedir justicia durante los siglos XVIII a XX*, Ad-Hoc, Buenos Aires, 2005, pp. 188-200.

¹⁵ “Disertación leída por el Dr. Octavio Garrigós en la apertura de la Academia de Jurisprudencia, 1 de marzo de 1855”, en *Revista de Legislación y Jurisprudencia*, III, 1869, pp. 201-208.

regiones de la política”. La consecuencia había sido el retardo en los juicios y un sistema “...vejatorio e inquisitorial...”, sobre el que reclamaba la sociedad un procedimiento que fuera “...resultado práctico del derecho, protegiendo el cumplimiento de las obligaciones y el sagrado de la propiedad, del honor y de la vida”.¹⁶ El primer orador hablaba de ciencia y de experiencia, el segundo de prácticas y derechos.¹⁷

El proceso de modificación o eliminación de la Academia se construyó a partir de diversos cambios (algunos de ellos frustrados) que ayudan a comprender la configuración posterior de los estudios universitarios. Uno de ellos fue la Reglamentación del estudio teórico-práctico de la jurisprudencia, que surgió como decreto del gobernador Pastor Obligado, el 5 de marzo de 1857, promulgado como ley el 7 de agosto del mismo año, por ser el reglamento de estudios en la Universidad una atribución especial del cuerpo legislativo.¹⁸

La decisión tomada por el gobernador se fundaba en los reclamos realizados por el rector y los catedráticos del Departamento de Jurisprudencia, al comenzar los cursos de la Universidad de ese año. Con las dos nuevas cátedras creadas por la ley de Presupuesto, la de Derecho criminal y Derecho mercantil, el curso de Jurisprudencia no podía hacerse en tres años. El Gobierno entonces dispuso, por estar en receso las Honorables Cámaras, que el estudio de la Jurisprudencia duraría cuatro años y se haría en dos la práctica en la Academia de Jurisprudencia.

En 1866 se realizó un intento frustrado de incorporar modificaciones en la Academia de Jurisprudencia, con el proyecto sancionado por la Cámara de Senadores el 31 de octubre, elevada a Diputados, por el cual aquella quedaba a cargo de un catedrático, con sueldo asignado por la ley de presupuesto, bajo la inspección del Superior Tribunal, dejando al poder ejecutivo la tarea de reglamentar los estudios de jurisprudencia de acuerdo con la máxima autoridad judicial. Una propuesta muy interesante que daba injerencia en la Academia a los tres poderes estatales, acercándola a la estructura universitaria.¹⁹

¹⁶ “Discurso pronunciado por el Dr. Daniel María Cazón en la apertura del aula de Procedimientos de la Universidad de Buenos Aires” en *Revista de Legislación y Jurisprudencia*, VIII, 1872, pp. 373-381.

¹⁷ Para un panorama sobre la historia de la facultad de derecho ver Pablo Buchbinder, *Historia de las Universidades argentinas*, Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 2010, pp. 45-61.

¹⁸ Registro Oficial del Estado de Buenos Aires de 1857, Imprenta de “El Orden”, Buenos Aires, 1857, pp. 27-28. El rector de la Universidad escuchó el parecer de los catedráticos del Departamento de Jurisprudencia y distribuyó la materia de la enseñanza en los diversos años: derecho civil, derecho natural y de gentes, derecho canónico, derecho internacional privado, derecho criminal, derecho comercial y economía política, que se dictaban en la Universidad en cuatro años consecutivos. Registro Oficial del Estado de Buenos Aires de 1857, Imprenta de “El Orden”, Buenos Aires, 1857, p. 82.

¹⁹ Proyecto referente a la Academia de Jurisprudencia, Archivo Histórico de la Provincia de Buenos Aires (en adelante AHP), Senadores, 50-4-21- 35 ½.

Ese mismo año, el Rector de la Universidad de Buenos Aires, Juan María Gutiérrez presentó al Ministro de Gobierno un proyecto sobre reglamentación del Departamento de Jurisprudencia. Juan Bautista Alberdi definió a Gutiérrez como uno de los primeros hombres políticos que tuvo América del Sur, “capaz de dotar al Estado del gobierno de sí mismo, es decir, de fundar el gobierno libre de su país”, libre no sólo de todo poder extranjero, sino de todo poder interno que no fuera el fruto de su libre elección.²⁰

El objetivo era mejorar el plan de estudios, manteniendo las cátedras, a excepción de la de Derecho canónico que pasaría a llamarse Derecho Público Eclesiástico. Proponía una clase de procedimientos en reemplazo de la Academia Teórico-Práctica de Jurisprudencia, “*que llenaría mejor los fines que ésta, y daría más extensión y altura a la parte teórica del ramo en los conocimientos de la abogacía*”.

En su dictamen sobre la propuesta, el Asesor de Gobierno, Carlos Tejedor, sostuvo que toda la propuesta estaba centrada en la supresión de la Academia, a lo que era contrario. Reconocía que la Academia no respondía entonces a la misión dada por sus fundadores, pero eso podía remediarse (argumento defendido por otros juristas). No debía “*destruirse una institución que nunca sería bien reemplazada por una Escuela*”. La postura de Tejedor la vemos como un ancla en la Bildung, ya que desde su experiencia el estudio elemental del derecho podía realizarse en los cuatro años consagrados en la Universidad a recorrerlo en todos sus ramos. El estudio en la Academia miraba más alto, y se hacía mejor en una corporación que trataba y discutía los asuntos sin la palabra sacramental del maestro.

El diputado Isaac Areco presentó el 8 de octubre de 1869 un proyecto sobre enseñanza en la Academia, que no prosperó, proponiendo que se autorizara al Ejecutivo para encargar a un abogado la enseñanza del Curso de procedimientos teórico práctico en la Academia de Jurisprudencia, con la dotación que por el presupuesto tenían los catedráticos de la Universidad.²¹

Los últimos intentos por mantener la Academia se manifestaron en el decreto el 30 de abril de 1872 que modificaba su reglamento. Pero no resultó y finalmente Leandro N. Alem presentó el proyecto de ley creando la cátedra de procedimientos judiciales, que fue debatido mientras las Convención Constituyente sesionaba. De hecho el diputado Quirno Costa, cuando se debatía el artículo que mantenía el examen frente al Superior Tribunal, pidió la palabra para hacer notar a la comisión que toda ley que sancionara la Cámara, debía armonizarse con los

²⁰ El Rector de la Universidad sobre reglamentación del Departamento de Jurisprudencia, AHP, Ministerio de Gobierno, 1866, N° 1007. Es un proyecto extenso y detallado que generó discusiones profundas.

²¹ Proyecto Isaac Areco sobre enseñanza en la Academia, AHP, Senadores, 50-1-98-145.

principios adoptados por la Convención, pues la Constitución estaba reformándose, y “*no me parece que éste artículo está de acuerdo con el principio sancionado por la Constitución que a este respecto establece que las facultades científicas tienen derecho para expedir estos títulos de suficiencia respecto de las personas que han de ejercer alguna profesión*”.²²

El artículo ya sancionado por la Convención establecía que estos títulos debían ser expedidos por las facultades científicas. Si bien todavía no regía, no tardaría mucho en promulgarse y se habría perdido tiempo en dar una ley que la contradijera; porque habría que reformarla para adaptarla al nuevo principio. La advertencia no fue escuchada pero al año siguiente la Constitución provincial fue sancionada y según su artículo 33 eran las Universidades quienes otorgaban los títulos. Esta fue la puerta al cambio más importante promovido por Gutiérrez, que no fue la organización de las facultades, sino la amplitud de atribuciones que se reconocieron a los cuerpos universitarios en el gobierno de la propia institución: el principio de la autonomía universitaria.

Hasta los debates en la Convención constituyente no encontramos más que referencias aisladas a modelos extranjeros, dado que se las utilizaba para dar soporte y cierta erudición a la argumentación. En cambio será allí, y especialmente en la extensa exposición de Manuel Estrada, cuando se planteen las opciones y se deliñe una orientación.²³ El artículo 33, que no estaba en los proyectos originales, estableció que “*Las Universidades y Facultades científicas erigidas legalmente expedirán los títulos y grados de su competencia, sin más condición que la de exigir exámenes suficientes en el tiempo en que el candidato lo solicite, quedando a la Legislatura la facultad de determinar lo concerniente al ejercicio de las profesiones liberales*”. Los debates que finalmente llevaron a su sanción comenzaron en torno al principio de la libertad de enseñar y aprender. En esas discusiones se planteó una diyuntiva entre los modelos de Bélgica, Francia, España e Italia y las universidades inglesas o americanas. Esos contrapuntos llevaron a la conformación de una Comisión encargada de estudiar el tema y presentar un proyecto.²⁴

²² Debate de la ley creando la cátedra de procedimientos judiciales. Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la provincia de Buenos Aires, 1872, pp. 293-295, pp. 467-474; Diario de Sesiones de la Cámara de Senadores de la provincia de Buenos Aires, 1872, pp. 306-307.

²³ Sobre la Convención Constituyente de la provincia de Buenos Aires ver María Angélica Corva, *Constituir el gobierno, afianzar la justicia El Poder Judicial de la provincia de Buenos Aires (1853-1881)*, Rosario, Prohistoria ediciones-Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2014, pp. 228-229.

²⁴ Debates de la Convención Constituyente de Buenos Aires, 1870-1873. Publicación Oficial hecha bajo la dirección del convencional Luis V. Varela, reimpresión con índice alfabético y cronológico confeccionado por Adrián Becar Varela, Taller de Impresiones Oficiales, La Plata, 1920 (en adelante DCC). La Comisión estaba formada por Rufino de Elizalde, Sabiniano Kier, Estrada, Miguel Villegas y Juan José Romero.

En la sesión del 6 de octubre de 1871 el proyecto fue presentado por José M. Estrada. La libertad de enseñanza fue definida como una de las formas más fecundas y menos conocidas de la libertad civil y la originalidad del artículo residía en *“reunir en un cuerpo de doctrina, bajo una forma perentoria y armoniosa, lo que otros pueblos han entendido, lo que los más grandes pensadores han aconsejado y lo que diversas sociedades han adoptado y puesto en práctica: nosotros aglomeramos una serie de soluciones ya experimentadas fragmentariamente”*. El Estado no tenía capacidad para enseñar y se debía evitar todo monopolio sobre la enseñanza. Para esto se basaba en dos ejemplos: Prusia y Francia; la primera era una sociedad convertida en ejército y la segunda había bloqueado la libertad con medios preventivos excluyendo a pensadores cristianos y espiritualistas. Ambos eran la expresión del monopolio de la enseñanza por parte del poder oficial. En la práctica consideraban necesario definir qué implicaba la libertad de establecer Universidades y Facultades científicas, basándose en tres derechos por parte de las Universidades: *“primero, derecho para dar grados; segundo, derecho para poseer bienes y criarse rentas; y tercero, derecho para organizarse por sí mismas, según sus propios reglamentos y en virtud de su propia autonomía”*.²⁵ Sobre esta estructura Estrada montó su argumentación recurriendo a ejemplos europeos.

En Bélgica fracasó por dos razones, primero por ser el origen de las universidades un interés de partido y segundo por la imposibilidad de otorgar grados, dejando la evaluación a un jury de profesores designados por el gobierno. Era una libertad “mutilada”. Lo que para Estrada implicaba la libertad de enseñanza estaba representado en las Universidades inglesas, en donde la enseñanza se plegaba a las formas que el espíritu general de la civilización imprimía a las sociedades. Esto podía aplicarse a cualquier pueblo democrático, concebido como organismo que vive y se desarrolla. Para eso debía protegerse y fomentarse a sí mismo para emanciparse y mejorar. En este contexto realizó una especial referencia a la formación de los abogados:

La Universidad confunde en una sola enseñanza la ciencia del derecho y la preparación especial de los abogados: punto de vista erróneo que la reduce a la impotencia, y que han tenido en cuenta sin duda los ingleses, cuando el derecho romano imperó en las Universidades, y dejándoles la alta educación científica, criaron los Hoteles del Derecho para enseñar allí la ley común y el procedimiento, es decir, para impartir la educación profesional del abogado. Esta confusión ha disimulado ante los ojos de los gobiernos, que ven poco en estas materias, la necesidad del profesorado, del cual carecemos, porque para serlo en la Universidad de Buenos Aires es necesario ser abogado, y un hombre, sólo por excepción, puede ser abogado y profesor a la vez.²⁶

²⁵ La sesión no fue entregada por los taquígrafos. La reconstruimos con el extracto y las Obras Completas de José Manuel Estrada. Estrada expuso por la mayoría de la Comisión encargada de redactar el artículo junto con Romero y Kier. Rufino de Elizalde expuso en minoría, con Villegas, pues no habían logrado acuerdo.

²⁶ José Manuel Estrada, *Obras completas*, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, Buenos Aires, 1901, Tomo VI, pp. 370-371.

El despacho en minoría de Elizalde y Villegas, suprimía las palabras «erigidas legalmente», y también la obligación de las Universidades de admitir a examen y conceder grados a los que los solicitasen sin haber sido sus alumnos, lo que para Estrada era “*un contrabando de guerra cubierto con bandera aliada*”, porque el monopolio en cualquier forma ahogaba la libertad. Cuando pedía libertad de estudios no pedía supresión de enseñanza, sino comodidad de aprendizaje. Dos cuestiones definían las convicciones del orador: la formación profesional estaba ligada ineludiblemente con la formación de dirigentes, a lo que sólo un pequeño grupo estaba llamado, y la libertad de enseñanza requería el autogobierno de las casas de estudio, entidades independientes y autónomas. Podemos observar aquí una reminiscencia de la Universidad de la *Bildung* en medio de un discurso que lucha por la formación de dirigentes.

Conforme a lo establecido en el texto constitucional,²⁷ fue creada la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, marcando el provisional punto de llegada de un proceso que comenzó a insinuarse en el período del Estado de Buenos Aires. El decreto orgánico de la facultad de Derecho fue redactado por Juan María Gutiérrez, Pedro Goyena y José María Moreno y firmado el 26 de marzo de 1874 por el gobernador Mariano Acosta, con su ministro de gobierno Amancio Alcorta. El primer decano fue Manuel Quintana y la autoridad recaía en un órgano llamado la Academia de Derecho integrada por 14 miembros vitalicios (designados por el ejecutivo provincial). Por debajo estaban los profesores y el personal administrativo. Esto fue así hasta 1906, pero en 1881 la Universidad se nacionalizó y en 1885 se dictó la ley Avellaneda que estableció el régimen para las universidades nacionales.

Volviendo a la cátedra de procedimientos, su puesta en marcha no fue automática, pero en 1874 Antonio Malaver ya estaba a cargo de la misma. El análisis de su *Curso de procedimientos judiciales* definió la nueva orientación que se daba a los estudios jurídicos. Si bien se trataba de una obra didáctica, es una síntesis de las ideas que surgieron, se enfrentaron y acordaron hasta lograr la organización de los tribunales y la legislación procesal. El Manual fue dividido en dos partes, una sobre la organización y competencia de los Tribunales en el orden provincial y otra dedicada al procedimiento que ante ellos debía observarse. Lo cierto es que aunque se excusase en la falta de ejemplares de los manuales usados hasta el momento, la primera parte estaba dedicada a definir la jurisdicción y sus diversas especies, siguiendo luego

²⁷ Art. 33: “Las Universidades y Facultades científicas erigidas legalmente expedirán los títulos y grados de su competencia, sin más condición que la de exigir exámenes suficientes en el tiempo en que el candidato lo solicite, quedando a la Legislatura la facultad de determinar lo concerniente al ejercicio de las profesiones liberales”.

la forma que la Constitución provincial de 1873 le había asignado al poder judicial. Sobre esa estructura, Malaver realizó una exposición pormenorizada trabajando con la legislación vigente, los antecedentes legislativos y autores europeos y norteamericanos.²⁸

El autor manifestó su parecer sobre la nueva organización e introdujo fundadas propuestas para la reglamentación pendiente, “*sin la cual no hay verdadera responsabilidad en los Jueces, ni la garantía necesaria para ellos mismos*”. El objetivo fundamental era inspirar a los legisladores y señalar las situaciones que a su juicio requerían inmediata atención, recurriendo reiteradamente al concepto de necesario para respaldar sus ideas.²⁹

Conclusión

Suele afirmarse que en América Latina tuvo mayor influencia el modelo napoleónico de universidad, centralizado, profesionalista y con una fuerte vinculación con el Estado. Una institución nacional de servicio público que hacía de la producción de saberes una tarea exclusivamente posible dentro de su propio ámbito. Sin embargo fue la universidad de Berlín la que inspiró el modelo universitario científico de enseñanza-investigación. La universidad latinoamericana surgió a la par del proceso universitario de edificación nacional alemán, al tiempo que tomó a la universidad napoleónica como modelo.³⁰

En verdad, la decisión de reemplazar la Academia por una cátedra universitaria no implicó un cambio radical en la forma de enseñanza del derecho, que fue uno de los principales temas de debate en las tres primeras décadas del siglo XX. Esto se debió a que la formación del abogado seguía resultando para muchos insuficiente, no sólo desde el punto de vista científico, sino también en lo que hacía al adiestramiento para la resolución de las distintas vicisitudes que se originaban en la vida forense. El contacto del estudiante de derecho con el “caso concreto” generó un nutrido debate en los comienzos del siglo XX, que no solamente afectó la forma en que se enseñaba el derecho sino la concepción que del mismo se tenía.³¹

Sin embargo, no podemos afirmar con Agustín Pestalardo que el paso de la Academia a la Cátedra de Procedimiento no generó ningún cambio en la enseñanza del derecho procesal,

²⁸ Corva, cit., pp. 101-109.

²⁹ Antonio E. Malaver, *Curso de procedimientos judiciales en materia civil y mercantil*, Buenos Aires, Imprenta de Pablo E. Coni, Buenos Aires, 1875.

³⁰ Raúl Béjar Navarro y Jorge Isaac Egurrola (coordinadores), *Educación superior y Universidad pública*, Facultad de Estudios Superiores-Acatlán, UNAM, México, 2005.

³¹ María Rosario Polotto, “Hacia una nueva experiencia del derecho. El debate en torno a la enseñanza del derecho en la Universidad de Buenos Aires a comienzos del siglo XX”, *Revista del Instituto de Historia del Derecho*, Núm.34, Buenos Aires, 2006.

sobre todo porque basaba su afirmación en que se utilizaban las mismas obras que seguían los viejos criterios de estudio apegados a las leyes procesales españolas y de los comentarios de sus prácticos.³² Esto al menos hay que revisarlo para poder detectar las “respuestas autóctonas” no solo en las instituciones universitarias sino también en los textos que se utilizaban. Dicho textos sufrieron a primera vista un lento cambio, ya que se les introdujo la nueva legislación, a la par que se declamaba la necesidad, en palabras de Miguel Esteves Saguí, de lograr una correcta sistematización y estudio de las instituciones procesales, con un detallado resumen de la legislación vigente, “laberinto donde nada falta, donde todo sobra”, dando a la vez una visión de lo que ella significaba en el ejercicio del derecho.³³

Por ejemplo, en la reedición de 1865 del *Prontuario de práctica forense* de Castro, el anotador del texto, José Domínguez, aseguraba en la Advertencia inicial, que el texto de Castro, por sus sanas doctrinas y por la notable concisión y claridad con que estaban expuestas, gozaban de fama como manual de estudio. Pero aclaraba que en el largo periodo trascurrido desde la primera edición, la legislación y la jurisprudencia habían sufrido modificaciones, que hacían inaplicables en la actualidad muchas de las doctrinas enseñadas por el autor. Era pues necesario exponer de algún modo las innovaciones introducidas, manteniendo la primitiva integridad de la obra del autor, para que los jóvenes estudiosos pudieran con facilidad comparar lo nuevo con lo antiguo, siguiendo el hilo de las reformas en el orden judicial.³⁴ Esto no quita que estos textos continuaran transmitiendo una cultura jurídica que se resistía a desaparecer.

Lejos de manifestar un fracaso, el hecho de que la cátedra de procedimientos fuera reemplazada en el Reglamento de la Facultad de 1875 por una cátedra de procedimientos civiles y penales dictada en el cuarto y quinto año, deja ver más bien intentos por perfeccionarla. En las memoria elevadas al Rectorado entre 1889 y 1891 se manifestaba la necesidad de reformar la práctica forense, por cuanto “una hora de clase –de procedimientos- día por medio, dada a los alumnos de 4° y 5° año conjuntamente, sólo permite enseñar la teoría, no habiéndose conseguido dar a la práctica propiamente dicha el desarrollo que exige la materia”. En el plan sancionado en 1909 se incluía en el sexto año “Práctica y crítica forense”, curso que revestía

³² Agustín Pestalardo, *Historia de la enseñanza de las ciencias jurídicas y sociales en la Universidad de Buenos Aires*. Tesis presentada en julio de 1913 a la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires para optar al título de doctor en jurisprudencia, Imprenta Alsina, Buenos Aires, 1914, p. 125.

³³ Miguel Esteves Saguí, *Tratado elemental de los procedimientos civiles en el foro de Buenos Aires*, adaptado al uso de los estudiantes de derecho, y obra útil para muchas otras personas que tengan por que intervenir en el foro, Imprenta Americana, Buenos Aires, 1850, p. XII.

³⁴ Manuel Antonio de Castro, [1834] *Prontuario de práctica forense*, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Instituto de Historia del Derecho Argentino, Buenos Aires, 1945. Reedición facsimilar con apéndice documental.

“un carácter exclusivamente objetivo, experimental y de aplicación, suministrando a los alumnos una práctica profesional completa mediante la solución de casos concretos”. De hecho Alfredo Colmo, tratando la cultura práctica del derecho, lamentaba la desaparición de esa cátedra.³⁵

Sin duda quedaba mucho por recorrer, pero se habían generado cambios que fueron forjando el escenario en el que podrían formarse los abogados que Tau Anzoátegui ha definido como la generación de 1910, con la que se consolidó el quehacer del jurista, al punto que apareció claramente delimitada como una posible actividad exclusiva y excluyente de la política, la literatura o la diplomacia.³⁶ El prestigio y la celebridad se fundaron solamente en su quehacer jurídico como catedráticos, tratadistas o magistrados. El jurista ya no intentaba absorber un vasto campo de conocimiento, tampoco dispersaba su actividad docente en varias cátedras, sino que acrecentaba su ciencia y su dedicación en una rama y la cultivaba a fondo.

El prototipo de jurista empezó a ser el que nacía a la vida intelectual y moría en una misma especialidad. En su tarea docente no eran ajenos a inconformismos y críticas relacionados con las discusiones en torno a enseñanza del derecho, y buscaban que las facultades de derecho dejaran de ser meras escuelas profesionales y se transformaran en centros de cultura. Octavio Bunge hablaba de una crisis de los estudios jurídicos, rescatando la activísima producción entre 1870 y 1890. Ernesto Quesada, estimulado por la experiencia alemana, recordaba que no se había estudiado la influencia que ejercían las modernas condiciones de vida, los descubrimientos científicos, las técnicas aplicadas y los rápidos cambios sociales.

Esos cambios también generaron la posibilidad de que durante las dos primeras décadas del siglo XX se pudiera advertir una notable preocupación entre el profesorado. Los integrantes de los cuerpos directivos de las facultades de derecho se empeñaron en reformar la organización de la facultad y sobre todo la estructuración de sus planes de estudio, con el objeto de estimular el desarrollo de aquellas disciplinas vinculadas a la formación de los hombres políticos y con responsabilidad de gestión en el ámbito estatal. Los objetivos de la universidad moderna - especialización y formación de dirigentes- estaban activos.

³⁵ Alfredo Colmo, *La cultura jurídica y la Facultad de Derecho*, Otero y Co., Buenos Aires, 1915; María Isabel Seoane, *La enseñanza del derecho en la Argentina. Desde sus orígenes hasta la primera década del siglo XX*, Perrot, Buenos Aires, 1981, pp. 66, 77-79; 172-176.

³⁶ Víctor Tau Anzoátegui, “Los juristas argentinos de la generación de 1910”, *Revista del Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho*, Núm.2, Buenos Aires, 1974.

O encontro entre Medicina e Educação na Colômbia de finais do século XIX: algumas observações históricas

Ana María Tejada Mendoza
Instituto de Psicologia Universidade de São Paulo-CAPES Agência de Fomento
anamaria.tejada.m@usp.br

Marilene Proença Rebello de Souza
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo
mprdsouz@usp.br

Resumo

O presente trabalho é um tráfegar por imperativos sociais, históricos, econômicos e político ideológicos que forjaram a relação saúde e educação no contexto colombiano constituindo, nesta relação, o fazer e saber docente e um olhar para o normal/anormal na criança escolar. A análise se sustenta na revisão de trabalhos sobre uma história da prática pedagógica na Colômbia (SAENZ, SALDARRIAGA, OSPINA, 1997); a preparação de professores na Colômbia na primeira metade do século XX, abordando as complexas relações entre a apropriação e institucionalização da educação e pedagogia de anormais e (YARZA DE LOS RÍOS, 2005, 2008, 2010) e, finalmente, os discursos higienistas ancorados a argumentações sobre a degenerescência da raça colombiana (LÓPEZ DE MESA, 1920; JIMENEZ LÓPEZ, 1920; HELG, 2001; CASTRO-GÓMEZ, 2009). São focados dois períodos particularmente: O primeiro, de 1920 a 1936, caracterizado pelos discursos e práticas de especialistas e autoridades políticas associadas com a degeneração orgânica da criança tendentes à desqualificação, infantilização e subordinação da população (DÍAZ, 2008). O segundo, de 1936 a 1968 em que destacamos mecanismos de intervenção medicalizantes, orientados à família, ao mestre/professor e à criança, sustentados sobre um ideário racial que incorpora aspectos cronológicos (idade ou etapa do desenvolvimento) e o estabelecimento de hierarquias orgânicas, cognitivas e morais.

Palavras-chave: Colômbia; Saúde; Educação; Racialismo; Medicalização.

Os debates e as práticas sobre a infância na Colômbia dos anos vinte e trinta do século XX têm produzido desdobramentos que se arrastam até os nossos dias, no que diz respeito ao olhar para as crianças, na sua escolarização e seu atendimento. De um lado, o peso da infância enquanto conceito cristão com o qual paradoxalmente¹, a imagem da infância das camadas populares foi tida como duplamente “bárbara” e perversa. Do outro, pedagogias civilizatórias que exigiam práticas pedagógicas clássicas de fortalecimento de sua vontade com vistas à regeneração de uma infância considerada propensa ao fracasso dadas suas condições naturais. E, por último, o efeito, não previsto, da modernização do espaço familiar que conjugava estratégias médicas e pedagógicas postas em marcha pelos governos central e alguns regionais,

¹ Segundo várias narrativas da Bíblia, as qualidades inerentes das crianças são garantia para alcançar o almejado céu. No livro de Mateus 18-19, por exemplo, se lê: “Se não se mudarem totalmente a direção das vossas vidas e se não se tornarem como crianças, jamais entrarão no reino dos céus. Pois aquele que se tornar pequeno e simples como esta criança será como o maior de todos no reino dos céus.”

para criação de uma infância moderna. Com isto, um variado conjunto de articulações sustentadas na infantilização, estigmatização e subordinação a partir de argumentos raciais.

A análise comparativa dos discursos raciais, eugênicos e higienistas colombianos neste período com os de outros países da América Latina ultrapassa os alcances deste trabalho. No entanto, podemos dizer que intelectuais latino-americanos², dentro do marco positivista de início do século XX, adjudicaram à composição racial das sociedades latino-americanas, uma das razões centrais para explicar o freio do desenvolvimento econômico, social e cultural dos seus países. O determinismo e fatalismo presente na explicação racial exime a responsabilidade humana sobre estas questões e esvazia o debate sobre práticas pensadas e implementadas pelas classes dominantes e suas consequências. Destacamos dois grandes elementos comuns à realidade histórica de vários países latino-americanos neste sentido.

Em primeiro lugar, a conjunção simbólica entre degeneração racial e pecado, evidentemente relacionada com a notável ingerência da Igreja Católica no sistema educacional. Em segundo lugar, a constituição e extensão da cidadania. Com isto, uma política que Funes e Ansaldi (1994)³ denominaram como política científica, sendo esta coerente com os postulados positivistas que apregoavam a ordem e progresso das nações, lema que explicitamente seria incluído na bandeira brasileira, e que orbitaria entre os científicos mexicanos e os spencerianos argentinos que a transformam em Paz e Administração (FUNES E ANSALDI, 1994).

No caso colombiano e como exposto por Helg (1989)⁴ sobre a questão racial, os discursos dos intelectuais colombianos⁵ da década de vinte do século passado brandiram entre a valorização da miscigenação e as concepções racistas que pretendiam melhorar a raça, para neutralizar os efeitos negativos da miscigenação.

Tendo o país uma das Igrejas Católicas mais conservadoras do continente, só em 1936, foram dados os primeiros passos de separação Igreja-Estado no campo educativo. Até os anos

² A produção por parte dos intelectuais latino-americanos da época pode se encontrar nas formas mais variadas, passando por apostilas, livros, cadernos de estudo, conferências, entre outros. Sobre o pensamento político latino-americano positivista nesta direção pode-se ler como representante por Bolívia, *Pueblo Enfermo* (1909) de Alcides Arguedas; por Argentina, *Nuestra América* de Carlos Bunge; por Brasil *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894) de Raimundo Nina Rodrigues; *América Latina males de origem* (1905) de Manoel Bomfim.

³ Patricia Funes y Waldo Ansaldi. 1994. Patologías y Rechazos. El racismo como factor constitutivo de la legitimidad política del orden oligárquico y la cultura política latinoamericana. *Cuicuilco. Revista de la Escuela Nacional de Antropología e Historia*. Nueva Época, Vol. 1 No. 2 Sept/Dic. 1994. p. 193-229

⁴ Aline Helg. Los intelectuales frente a la cuestión racial en el decenio de 1920: Colombia entre México y Argentina. En: *Estudios Sociales*. Fundación Antioqueña para los Estudios Sociales. n. 1989. Medellín, Colombia. p. 37-53

⁵ No caso brasileiro, a segunda década do século vinte marcou a ruptura definitiva com o modo de gestão imperial e desenvolveu a escolarização, exercendo um papel fundamental na reforma da sociedade. A alfabetização passou a ser ponta de lança do projeto educacional para a Nação, constituindo-se assim, como afirma Jorge Nagle (1974, apud MONTEIRO, 2006), na “mais eficaz alavanca da história brasileira”. Era preciso formar cidadãos para servirem à pátria e, neste sentido, a “nova escola” seria um laboratório social do trabalho com o desenvolvimento da disciplina, do patriotismo, da cooperação e da solidariedade. (MONTEIRO, 2006)

trinta por exemplo, a grande maioria dos docentes com estudos específicos para exercer a docência tinham sido formados em instituições católicas. Uma alta proporção dos formados em educação secundária, a partir da primeira metade do século passado, tinha realizado seus estudos em colégios de congregações católicas, que representavam 50% de todos os estabelecimentos deste nível.

Neste cenário e lógica, tendo à infância como etapa claramente diferenciada da idade adulta, moralmente débil e especialmente apta para ser formada, foram esquematizadas instituições, normas e métodos, que carregavam a promessa de fazerem livres e felizes os seres humanos, ao custo simples de segui-las de maneira obediente, o que se torna possível por meio de práticas que *infantilizaram* não só à infância, como à população no seu conjunto, em especial, aos anormais, os perigosos, os pobres, as mulheres e os membros de outras culturas. Alguns elementos mostram a articulação político e institucional de raça, infantilização e carga religiosa. Dentre eles, a disseminação da teoria da degeneração sob governos conservadores e profundamente católicos na década de vinte, período em que se delinearam as primeiras estratégias de regeneração da infância e da população. Para tanto, foram cruciais, figuras políticas, intelectuais e funcionários públicos conservadores e católicos como Miguel Jiménez López⁶ e Rafael Bernal Jiménez,⁷ que argumentaram com veemência em favor da tese degenerativa neste período. Por outra parte, a aderência tácita da hierarquia eclesiástica colombiana entre a década dos vinte e os quarenta do século passado, ao “naturalismo pedagógico”, e às concepções recapitulacionistas (Hall, Decroly e Ferrière, entre outros) (Sáenz; Saldarriaga; Ospina, 1997)⁸. Isto se faz nítido com a existência de escritos de alguns sacerdotes a favor dos conceitos centrais dos defensores da degeneração racial, incluindo o da *moral biológica*, que estabelecia uma relação entre saúde física, saúde mental e níveis de moralidade (Tejeiro, 1919)⁹.

⁶ Miguel Jiménez López (1875 –1955), intelectual e médico conservador que tinha sido professor de Psiquiatria na Faculdade de Medicina de Bogotá, convencido da necessidade de controlar os excessos e as paixões doentias das raças colombianas para formar cidadãos úteis, foi também, um dos principais impulsores das reformas pedagógicas e educativas no país fundamentadas na escola ativa. Como embaixador na Alemanha em 1924, contratou uma missão pedagógica alemã para reformar o sistema educativo nacional.

⁷ Rafael Bernal Jiménez (1898-1974): Humanista jurista, periodista, sociólogo, filósofo, historiador, crítico literário e pedagogo nascido na região de Boyacá (Colômbia), formado em estudos superiores em educação e Ciências Humanas. Atuou na política, a diplomacia e na alta diretoria da UNESCO. Se lançou o desafio de formar mestres para os diversos ciclos de educação colombiana. Na sua obra educativa foi catedrático decano e reitor em instituições de educação superior e de formação de mestres. Foi o primeiro decano-fundador da faculdade de ciências da educação da Universidade Nacional, sendo esta a primeira em se organizar estruturalmente no país.

⁸ Javier Sáenz; Oscar Saldarriaga y Armando Ospina. *Mirar la infancia: pedagogía, moral y modernidad en Colombia 1903-1946*. Vol. 1 y 2, 1997. Universidad de Antioquia. Foro Nacional por Colombia. Ediciones Uniandes. Colciencias, Medellín, Colombia. 1997.p. 249-393.

⁹ Luis Jorge Tejeiro. Importancia de la psicología en la didáctica. *Boletín de Instrucción Pública de Cundinamarca*, t. I, v. 58, 1919. p. 300-312

A reflexão sobre estas variáveis foi intensa durante as quatro primeiras décadas do século XX e se manteve com menor força nas décadas posteriores. O ápice se encontra entre 1918 e 1920, anos de intensos e acirrados debates. Três eventos de discussão e produção de conhecimento neste período ilustram o que terminou norteando reformas no nível do Sistema Educativo e das Escolas Normais de Professores, como nos mecanismos de organização social que seriam orquestrados pela medicina e executados pela educação.

Uma vez que se perfilha a pedagogia como responsável por indagar o modo como as doenças permeiam o processo de escolarização do indivíduo, é realizado o Primeiro Congresso Pedagógico Nacional, no ano de 1928, na cidade de Cartagena. Este se constituiu no espaço institucional acadêmico de debate, que visibilizou as conexões entre as reformas instrucionais-normalistas, o aperfeiçoamento da vida pela educação e a higiene, o progresso da Nação e as ciências pedagógicas — oscilantes entre a pedagogia confessional oficial e os vestígios de uma pedagogia moderna experimental —. No evento, voltado principalmente para a educação de básica primária (primeiros anos da escolarização), a pedagogia oficial católica possibilitou a enunciação das metáforas biologicistas-deficitárias sobre as reformas instrucionais-normalistas, apelando também por uma pedagogia científica moderna.

Como desdobramento das discussões deste Congresso e do viés da maioria dos trabalhos apresentados, os quais orbitavam assiduamente nos temas da educação física e da higiene, se produz no dia 27 de março de 1919 o Decreto 664 sobre o Plano de estudos das Escolas normais de Colômbia. Com isto, a progressiva constituição da higiene como objeto de ensino na preparação normalista se conecta com a discussão sobre a degeneração da raça, suscitando alguns efeitos na emergência da formação específica de maestros na educação de pessoas anormais.

O segundo evento seria o Terceiro Congresso Médico Nacional de 1918, realizado em Cartagena no ano seguinte da realização do Congresso Pedagógico Nacional. Foi um evento renomado e importante para o país, se considerarmos que os médicos tinham se posicionado progressivamente, no lugar de direção social; lugar antes ocupado pelos letrados de finais do século XIX. Deste modo, era um evento de autoridades do campo do saber e da ciência. O doutor Miguel Jiménez López apresentou o trabalho intitulado *Alguns signos de degeneração coletiva na Colômbia e nos países similares*¹⁰. *O dever atual da ciência*. Se apropriando dos

¹⁰ Miguel Jiménez López. *Nuestras razas decaen. Algunos signos de degeneración colectiva en Colombia y en los países similares*. Memoria Presentada al Tercer Congreso Médico Colombiano Reunido en Cartagena en enero de 1918. Bogotá: Imprenta y Litografía de Juan Casis, 1920. Patrimonio de Tesis Ciencias de la Salud. Universidad de Antioquia. Disponible en: <http://hdl.handle.net/10495/57131920>. p. 42

postulados de Morel, Lombroso, Broca e Spencer e, apresentando uma recopilação e análise de múltiplas observações médicas, buscou demonstrar que o lamentável estado higiênico, moral e intelectual da população pobre do país constituía uma clara mostra de um processo secular de degeneração racial iniciado nas épocas da conquista espanhola. Apontou também, para uma regressão nas capacidades vitais e produtivas da população, o que constituiria uma degeneração em relação, e nos termos das raças europeias.

O terceiro evento foi o ciclo de conferências intituladas *Los problemas de la raza en Colombia*. Organizadas pela assembleia de estudantes¹¹ de medicina no Teatro Municipal da capital do país no ano de 1920, as conferências foram posteriormente publicadas e amplamente divulgadas nas revistas médicas da época. As deliberações deste debate publicitaram um conjunto de conceitos e argumentos biológicos, criminológicos, sociológicos, médicos, eugênicos e pedagógicos em torno das representações da raça nacional com os quais, não só se buscou explicar o problema da violência, o atraso social e econômico no país, como também, desdobraram em diversas estratégias escolares e estatais civilizatórias nas décadas de vinte e trinta, intensificando o olhar reducionista sobre o povo e a infância colombiana.

Se na primeira conferência pareceria que a degeneração era resultante da miscigenação, na sua segunda conferência, Jiménez López (1920) propôs a superioridade da raça branca sobre as de “cor”. Esta última, na sua opinião, era portadora dos estigmas morfológicos e debilidade da vontade, própria de um estado de degeneração. Além dos fatores hereditários, para Jiménez López, as causas principais da degeneração coletiva seriam o clima tropical do país, uma nutrição deficiente e práticas pedagógicas errôneas que “debilitam o corpo, cansam o cérebro e destroem a vontade” (op. cit. p. 33).

De outro lado, as conferências do psicólogo e sociólogo liberal Luis López de Mesa¹², que seria ministro de educação nos anos trinta, manifestaram poucas discrepâncias com as

¹¹ As origens do movimento estudantil se localizam como tal na década de 20 do século XX quando esta força social se pronuncia em torno dos problemas do país, a situação da educação e a iminência de sua reforma. Alguns destas proposições se enraizavam no movimento estudantil de Córdoba-Argentina, e nas aspirações de autonomia universitária, ideais que permearam os estudantes de toda América Latina. Ainda na Colômbia, os alcances do movimento nas primeiras décadas do século são restringidos, representam o embrião da expressão social de dito estamento. Ao se iniciar o período da *República Liberal*, o movimento estudantil e seu órgão de expressão, a Federação de Estudantes, criada em 1929, desenvolveram ações que mostram sua presença no cenário educativo. No seio da federação se manifestaram múltiplos interesses políticos, os quais lutaram por imprimir seu ponto de vista no movimento estudantil; entre seus membros se contava com a presença de conservadores, liberais sem adjetivo, liberais de esquerda, marxistas sem partido ou independentes, uniristas (pertencentes à *Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria-UNIR*) e comunistas.

¹² Especializado em psiquiatria e psicologia na Universidade de Harvard. Eleito em 1917 vereador de Bogotá, e posteriormente deputado da Assembleia e representante à Câmara. Entre 1912 e 1916 atuou como professor de história da medicina, de sociologia americana e de estética e história da arte na Universidad Nacional de Colombia. Sua tese sobre os fatores desencadeadores do desenvolvimento consistia em uma amalgama teórica entre raça, economia e “vontade criadora”. No ano de 1934, durante a administração de Alfonso López Pumarejo, foi nomeado ministro de Educação. Desde este cargo

proposições racistas de Jiménez López e, ainda, consideraram que os baixos resultados nos testes de inteligência das crianças pobres desdobravam nos seus baixos níveis educativos, produto de sua degeneração. López de Mesa pensava que os pobres teriam uma inteligência “infantil”, e percebia como insuficiente a reforma educativa para neutralizar os efeitos nocivos de sua herança. Em consequência, propunha a imigração enquanto “infusão de sangue fresca e vigorosa no [...] organismo social [colombiano]” (López de Mesa, 1920, p. 80. Trad. nossa).¹³

Chama a atenção neste ponto o ressurgir e a revitalização da “teoria da degenerescência” de Morel [1809-1873], formulada no ano de 1840 como uma primeira tentativa de explicação global da loucura que ganha adesão no solo da psiquiatria e da criminologia. A esse respeito, Bautheney (2011) nos conta que o autor elabora sua teoria pautando-se em uma “reflexão filosófica e médica”; sendo que para ele, a psiquiatria deveria pautar-se em uma lei inerente ao processo de evolução e degeneração dos fenômenos. Desta maneira, o “desvio natural da espécie” – para seus predecessores Buffon [1707-1788] e Lamarck [1744-1829] –, é convertido por Morel em um “desvio insano da espécie”.

Para [Morel] uma transformação patológica que agisse no sistema nervoso teria o poder de corrompê-lo. Assim, formas distintas de degeneração levariam a diferentes tipos de loucura. As loucuras produzidas por intoxicação ou dependência alcoólica e toxicomania levariam a uma degeneração psíquica e moral; as hereditárias, a uma degeneração da inteligência em diferentes graus, desde um exagero no temperamento nervoso até a idiotia, imbecilidade e cretinismo. (BAUTHENEY, 2011, p. 70)¹⁴.

A noção de degeneração mental, com possibilidade de ser herdada pelos filhos dos sujeitos alienados, nos coloca em um ponto que permite a construção de uma das facetas fundamentais da psiquiatria na divulgação da importância de condutas e hábitos “corretos” e “normais”, capazes de prevenir os transtornos mentais. A prevenção da suposta degeneração psíquica, através de modificações nas condutas, fornece o argumento teórico que sustentará o desenvolvimento de algumas ideias eugênicas e dos trabalhos de cunho profilático em prol de uma suposta higiene mental e social. Portanto esta noção cria a tensão de alternativas terapêuticas que assentavam até meados da década de 1930, a “linha branda” representada na

impulsionou seu programa *Cultura Aldeana*, que recolhia a ideia de elevar o nível cultural do povo colombiano por meio da educação nas regiões rurais do país. Fonte: Biblioteca Banco da República de Colômbia.

¹³ Luis López de Mesa. Segunda conferencia. En *Los problemas de la raza en Colombia*. Cromos. Bogotá, Colombia. 1920. p. 79-110.

¹⁴ Kátia Cristina Silva Forli Bautheney. Transtornos de aprendizagem: quando “ir mal na escola” torna-se um problema médico e/ou psicológico. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. p. 70

educação e na higiene e, uma “linha dura” representada na eugenia, na imigração e na transfusão de sangue.¹⁵ (Helg, op. cit; Castro-Gómez, 2009, 2008)¹⁶.

Como vemos, os eventos citados colocaram na mesa de debate temáticas urgentes para o país e entrelaçaram concepções e medidas a serem tomadas conjuntamente pelo campo da saúde e da educação. Desta maneira, enquanto terapêutica, a reforma educativa que se desdobrou do Primeiro Congresso Pedagógico Nacional será compreendida como regeneração educacional e como corretivo das deficiências nacionais, sendo os médicos os que chamariam a atenção sobre este elemento e colocando aliás, a formação de professores como vital para garantir a regeneração dos hábitos e costumes do povo-raça.

É possível identificar como as linhas do debate pedagógico e seus desdobramentos respeito à formação do docente, se basearam por um lado nas teorias pedagógicas da Escola Nova, e por outro, nos pressupostos da Pedagogia Católica imperante desde princípios do século. Nelas estão contrapostos o protótipo de homem e de docente/mestre que requeria a sociedade, o modelo de homem cristão e o modelo de cidadão em correspondência com as tentativas por elaborar um discurso pedagógico de corte civilista a partir das esferas oficiais.

De acordo com HELG (1989)¹⁷, o pensamento pessimista da degeneração da década de trinta “será a da esperança no melhoramento do homem. A década das reformas educativas, das campanhas de higiene, da Comissão de Cultura de Aldeia (*Comisión de Cultura Aldeana*), esta última inspirada nas missões culturais da Espanha Republicana e da Revolução Mexicana, e iniciada pelo Ministro de Educação, em 1934.

A *Comisión de Cultura Aldeana* foi uma estratégia do primeiro governo do Presidente López Pumarejo¹⁸ que contou praticamente com a hegemonia liberal no legislativo. A campanha iniciou com um levantamento das possibilidades de desenvolvimento de cada estado do país, em particular sobre suas necessidades educativas. Neste programa a escola seria o centro da ação governamental direcionado à melhora das condições de vida dos camponeses. Pelo tanto, o sacerdote, o médico e o prefeito ministrariam na escola comunal, conferências aos

¹⁵ Ainda que esta segunda estratégia nunca seria aplicada no país com amplitude e sistematicidade (só até finais da década de 1930), esta estratégia continuava a aparecer nos discursos de médicos, políticos e intelectuais como mecanismo para civilizar e normalizar a vida do povo colombiano (CASTRO-GÓMEZ, 2007, 2009).

¹⁶ Santiago Castro-Gómez. *Tejidos oníricos. Movilidad, capitalismo y biopolítica en Bogotá (1910 – 1930)*. Editorial Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 2009. p. 274

Santiago Castro-Gómez y Eduardo Restrepo (Eds.) Introducción: colombianidad, población y diferencia. *Genealogías de la colombianidad. Formaciones discursivas y tecnologías de gobierno en los siglos XIX y XX*. PENSAR. Pontificia Universidad Javeriana-Instituto. Bogotá, 2008. pp. 10-41

¹⁷ HELG, op. cit.

¹⁸ Primeiro governo entre os anos de 1934 a 1938.

alunos e aos adultos sobre religião, higiene e saúde assim como instrução cívica, com o intuito de “desenvolver a vida da aldeia, tirar os camponeses de sua pobreza cultural e lhes oferecer a possibilidade de encontrar outras ocasiões culturais diferentes ao mercado e a missa” (HELG, 2001, p. 153)¹⁹. Concordamos com Helg, em que esta será uma década durante a qual a noção de raça **desaparecerá** em favor da noção de povo, onde a distância entre povo e as classes privilegiadas se aprofundará, na medida em que o desenvolvimento e a modernização só beneficiarão os últimos. Embora, diferente de Helg, consideramos que a noção de raça não desaparece do imaginário da sociedade colombiana. Ela é só omitida e ocultada nos discursos que recriam a nação. Ela pulsa constantemente no olhar do estado e suas políticas para a população e permeia o tecido das relações sociais, o tipo de educação que se constrói como as abordagens que os especialistas realizam. Ela se mantém, ainda, fortemente enraizada em discursos e práticas que se desprendem de um processo de colonização dos saberes na medicina, nas ciências humanas e pedagógicas.

Sáenz, Saldarriaga e Ospina (1997)²⁰, na detalhada descrição que fazem do período 1903 a 1946, referem que foi o saber e as instituições médicas as que primeiro reorientaram o olhar do professor para o aluno, direcionando-o, não para o seus vícios e virtudes próprias da moral católica, mas em função de uma perspectiva igualmente dual: aquela que a partir da nova concepção da “biologia moral”²¹ devia detectar o lugar que ocupava cada aluno em relação com uma nova linha divisória, tão taxativa e tão visível, que tinha separado ao pecador de quem não era. Aquela que separava também, os alunos normais dos anormais, os degenerados daqueles que não o eram, os doentes dos sadios, e os delinquentes dos acatadores da lei.

Os centros médico-psicológicos e serviços de saúde escolar implantados, tanto na Europa, quanto nos EUA serviram de inspiração aos novos rumos da educação e do aprimoramento das populações. Na medida em que a criança e a infância tornam-se objeto de estudo, a medicina e a psicologia tornaram-se disciplinas centrais nas investigações sobre o desenvolvimento e o psiquismo. A incorporação de conteúdos provindos destas disciplinas foi indispensável para auxiliar o professor na compreensão do seu aluno. Ao tempo em que a compreensão da infância como momento de desenvolvimento e preparo para atingir o ideal de homem adulto, justificava e legitimava as práticas higienistas, para as quais a infância passava a ser vista como tempo profícuo de prevenção das doenças debilitadoras da saúde, das doenças

¹⁹ Aline Helg. *La educación en Colombia, 1918-1957: una historia social, económica y política*. Serie Educación y Cultura. Universidad Pedagógica Nacional. Plaza & Janés Editores. Bogotá, Colombia. 2001. p.153

²⁰ Javier Sáenz et al. op. cit. 1997.

²¹ Ao respeito da Biologia Moral, ver os trabalhos de Luciana Vieira Caliman.

mentais, bem como da criminalidade. Neste sentido, a teoria da degenerescência de Morel localizou, principalmente, as crianças de camadas populares, num cerco de inferioridade e, portanto, alvo de estrita vigilância pelo “perigo da degeneração” que dela poderia se espalhar (LOBO, 2008)²².

Atentos à importância da educação das crianças de elite no projeto de modernização da sociedade, as teorias a respeito das diferenças individuais dos alunos, quanto de suas capacidades físicas, sensoriais e psicológicas, fizeram com que grandes investimentos na formação dos professores se efetivassem, levando em conta que, além da tarefa de alfabetizar e educar, novas demandas relacionadas à observação e vigilância lhes seriam feitas. Neste caminho, a nova formação direcionada para o professor deveria contribuir, de forma efetiva, para a agudização e refinamento de suas capacidades de olhar e perceber qualquer anomalia ou empecilho que se apresentasse em sala de aula. O olhar clínico da medicina se traslada à sala de aula (MOYSÉS, 2001)²³.

Um olhar que ao ser desenvolvido é aplicado e treinado nas Escolas Normais²⁴ e dentro das escolas de primeiras letras (ZULUAGA, 2001)²⁵, escolas primárias que derivam na constituição das escolas para anormais e instituições de reclusão para a criança considerada delinquente. Neste marco se constitui um docente para a infância escolar que constrói uma prática articuladora de discursos médicos e religiosos. A formação do educador e sua relação

²² Lilia Ferreira Lobo. Morel e a degenerescência da espécie. En: *Os Infames da História: Pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Lamparinha. Rio de Janeiro, 2008. p. 53-56

²³ Maria Aparecida Affonso Moysés. *A institucionalização invisível: crianças que não-aprendem-na-escola*. 1ª ed. Mercado de Letras. Fapesp. Campinas, SP, 2001. p. 164-173

²⁴ As escolas normais e escolas de primeiras letras tentam se estabelecer em meio das tensões e lutas entre a Igreja e o Estado, entre o centro e os poderes locais e as guerras civis ao longo de todo o século XIX. Em 1821, é regulamentada a criação das primeiras escolas normais, quando a recém independente *Gran Colombia* se percebe povoada por um povo iletrado e inculto, depois das Guerras de Independência, para a qual as escolas de primeiras letras, um “novo” método e outro mestre/professor teriam um lugar central na produção do cidadão. As escolas de primeiras letras, além de ensinar a ler e escrever, ensinar as operações matemáticas e de inculcar a religião, teriam também como tarefa a de produzir outra subjetividade. Entre 1821 e 1844 se produziria uma espécie de equivalência ou duplicado entre as escolas de primeiras letras e as escolas normais o que significa que o mestre/professor se produziria pelo método de ensino mutuo e pelo Manual do Sistema de Ensino Mutuo (*Manual del Sistema de Enseñanza Mutua*) aplicado nas Escolas Primárias e oficializado desde 1826. O Poder Executivo seria o encarregado da emissão de todas as regulamentações e manuais e apostilas que definiriam a prática pedagógica do mestre/professor. Neste esquema, a escola normal difundiria em qualquer canto da República o *método lancasteriano*, conhecido assim pelo seu idealizador, o inglês Joseph Lancaster onde o ensino mutuo ou sistema de monitoria seria parte do mecanismo. Este método seria utilizado em Latino-américa, “nos primeiros tempos da República, para ajudar a remediar a escassez de mestres/professores. [Sendo que] os dirigentes latino-americanos confiavam nos benefícios deste método para lograr uma rápida generalização da instrução popular”. (ZULUAGA, 2001). A escola normal e escola de primeiras letras tinham o mesmo método, onde os professores formadores só se diferenciavam de um aluno ou monitor pelo conhecimento que tivesse do Manual. Normal, texto e método inventavam a nação colombiana, desde o sistema de instrução pública. Embora o primeiro grande problema identificado a partir do Manual que será central para a história educativa colombiana é **o do governo das crianças pelas crianças** como dificuldade no ensino mutuo, evidenciado nas dificuldades das crianças para conduzir outras crianças. O problema da governança das crianças se resolve a partir do saber pedagógico, e não a partir da instrumentalidade do manual ou a partir do trabalho empírico do monitor. A criança se torna oficialmente objeto do saber pedagógico.

²⁵ Olga Lucia Zuluaga Garcés. *Entre Lancaster y Pestalozzi: los manuales para la formación de maestros en Colombia, 1822-1868*. Revista Educación y Pedagogía. Facultad de Educación. Vol. XIII, No. 29-30, pp. 41-49 (enero-septiembre), 2001.

com a higiene como uma aproximação a sua constituição de 1916 a 1946 na Colômbia, concentra os conhecimentos em um tipo de desenvolvimento da criança.²⁶ É assim como na década de 1910, com o início do Programa de Ciências Naturais e de Medicina da Universidade Nacional, são defendidas teses a partir de estudos da educação de anormais e atrasados, graças as possibilidades de observação e acompanhamento que o espaço escolar possibilitava.

A pesquisa de mestrado de Yarza de los Rios (2011)²⁷ reconstrói a educação de “anormais” em Colômbia, e traz um conjunto de teses doutorais desenvolvidas na primeira metade do século do XX no Programa de Ciências Naturais e de Medicina da Universidade Nacional. Trazendo alguns excertos de tais teses, podemos identificar o desenvolvimento de práticas pedagógicas e médicas tendentes à medicalização da população infantil escolarizada. A respeito deste processo Yarza de los Rios (2011) conta que, no primeiro estudo científico sobre atrasados na Colômbia, desenvolvido pelo doutor Joaquín Villamizar Peña, como tese doutoral²⁸ no Programa de Medicina da Universidad Nacional de Colômbia se afirmava:

À família dos anormais pertencem os atrasados, grupo importante que cresce a cada dia em proporções alarmantes como crescem também as causas que o geram, e constitui o contingente de indivíduos perniciosos, cleptômanos, prostituídos ou criminais, para um futuro não muito distante. Se refere seu estudo, àquilo que é conhecido também como *a infância atrasada* e compreende todas aquelas crianças, que isoladas ou simultaneamente apresentam um retardo ou um estancamento no desenvolvimento corporal ou sensorial ou no seu psiquismo (Villamizar, 1914, p. 11, apud YARZA DE LOS RIOS, 2011 Grifos nossos. Trad. nossa.)²⁹

Seguindo as etapas vitais próprias do “homem normal”, Villamizar (citado e pesquisado por YARZA DE LOS RIOS), afirmou que a cada uma delas “correspondia, uma série de transtornos evolutivos, que podiam afetar total ou parcial, transitória ou definitivamente ao indivíduo, [...] na sua psique como na parte moral, [e] sua parte orgânica”. (op. cit., 1914, p.11. Trad. nossa). E é neste vasto leque de transtornos que apareceram, no contexto colombiano, os **atrasados escolares**. Deste modo, dentro da categoria genérica de infância escolar, nos

²⁶ Um desenvolvimento de criança no nível físico, mental e moral, pertencente às concepções da biologia, da psicologia e da religião, respetivamente.

²⁷ Alexander Yarza de Los Ríos. *Preparación de Maestros, reformas, pedagogía y educación de anormales en Colombia: 1870-1940*. Investigación de Maestría. Facultad de Educación. Universidad de Antioquia. Medellín, 2011.

²⁸ As teses doutorais em Medicina e Cirurgia da Universidad Nacional, junto com as da Universidad de Antioquia e os trabalhos publicados na *Revista de Higiene*, o *Boletín* e a *Revista Médica* sobre a grande família das anormalidades na escola, merecem um trabalho sistemático e exclusivo. Porém, para efeitos deste capítulo, consideramos só alguns excertos presentes na pesquisa de mestrado de YARZA DE LOS RIOS (2011) que retoma os preliminares, introduções, conclusões e/ou conceitos do presidente de tais teses, pela importância que reveste para a compreensão da argumentação histórico-pedagógica.

²⁹ Joaquín Villamizar Peña. *Atrasados escolares*. Imprenta de la Patria. Biblioteca Nacional de Colombia. Bogotá, 1914. In Alexander Yarza de Los Ríos. *Preparación de Maestros, reformas, pedagogía y educación de anormales en Colombia: 1870-1940*. Investigación de Maestría. Facultad de Educación. Universidad de Antioquia. Medellín, 2011.

introduzimos no que hoje poderíamos categorizar como “infância com transtornos” ou “infância com problemas de aprendizagem”.

Temos consagrado a ela o presente estudo, [...] com o propósito [de] coadjuvar à propagação de ideias que entre nós terão de ser humanitárias, no sentido de procurar os meios adequados para que o ensino elementar não seja privilégio exclusivo **daqueles a quem a natureza pródiga dotou com aptidões suficientes**, mas sim que beneficie também **àqueles menos afortunados e quiçá mais numerosos**, que não chegaram a ultrapassar o último degrau que havia para conduzi-los à normalidade. (Villamizar, 1914, p.12. apud YARZA DE LOS RIOS, 2011. Grifos nossos. Tradução nossa)³⁰

Villamizar partindo das estatísticas apresentadas por seu orientador de tese, o também médico José María Montoya (1914), nas quais se indicava que **40%** das crianças das escolas públicas apresentavam lesões de diversa ordem, correspondentes a um atraso manifesto — epidemia ao nosso ver —, se debruçou sobre a história do estudo dos atrasados, suas definições e diferenciação com outras anormalidades, as causas (herança-meio) do atraso escolar, a etiologia, o diagnóstico e prognóstico e as deficiências do sistema de instrução e do ensino. Seus apontamentos se direcionaram a oferecer possibilidades para que os considerados “atrasados escolares” pudessem ser beneficiados em seu processo de escolarização. Para tal fim, seriam propostas mudanças no sistema de castigos e práticas violentas, *a importância da colaboração médico pedagógica* na seleção, cuidados e tratamentos, além de recomendações sobre a criação de espaços escolares para os atrasados e cuidados higiênicos direcionados aos pais e demais alunos na tentativa de prevenir o atraso.

Adotando a tendência classificatória das categorias nosográficas norte-americanas e europeias, tais diagnósticos não explicavam as causas, apenas definiam o que o sujeito tinha em relação aos sintomas, definindo o insucesso escolar apenas como uma doença psíquica.

Destacando justamente o nível de apropriação das matrizes eurocêntricas, na tese de Doutorado em Medicina de Joaquín Fajardo Escovar o seu orientador, o Doutor Carlos Esguerra, se pronunciaria da seguinte maneira:

um labor digno de louvor por se apoiar na avaliação de 1.006 alunos das Escolas Municipais da capital, pela clareza da exposição e pelo alcance patriótico e de **alto interesse prático para a defesa da raça** a que levam as cinco conclusões [...] O senhor Fajardo utilizou os três métodos de avaliação que na Europa e Norte-América são usados para esta classe de pesquisas: o pedagógico, que estima o conhecimento do aluno em relação com a idade [...]; o médico, que avalia o estado fisiológico ou patológico dos diversos órgãos y aparatos, e o psicológico, o qual, por diversas provas psíquicas, se chega a medir aproximadamente o desenvolvimento mental e moral do indivíduo. A avaliação deste milhar de alunos revela que o atraso escolar entre nós se deve, em torno de um 50%, não a lesões orgânicas, mas sim unicamente à insuficiência da alimentação, causa

³⁰ Joaquín Villamizar Peña. op. cit., 1914, p.11.

facilmente remediável com os restaurantes escolares [...] (Fajardo, 1923, p. 7 apud YARZA DE LOS RIOS, 2011)³¹

A estes trabalhos viria se somar o de Senén Suárez Calderón realizado no ano de 1926 e quem antes de se formar como médico tinha sido professor durante vários anos. Sua pesquisa doutoral utilizou a biometria e a antropometria com o intuito de apontar, na definição do homem médio, o biotipo humano normal. Neste ponto importa lembrar que, na possibilidade de que a degeneração mental pudesse ser passada de pais alienados para filhos, foi determinante a estruturação e divulgação no âmbito da psiquiatria do que seriam hábitos “corretos” e “normais”, capazes de prevenir os transtornos mentais. A definição de diversas formas de desvio em crianças esteve especialmente medida e referenciada sobre o protótipo de *criança normal*. Para tanto, a naturalização e cientificidade da “normalidade da vida” seria o fundamento diferenciador das anormalidades na escola. Assim, o reconhecimento de uma condição ratificava por efeito a existência da outra.

O anormal no critério de Suárez Calderón (1926, p. 12), seria: “o que está fora da regra ordinária. Dentro de esta categoria entravam todos os estados patológicos do ser humano, fossem estes transitórios ou permanentes, locais ou gerais.”³² Uma definição alinhada com a definição de anormalidade de Binet no ano de 1907. Vejamos:

Os anormais são um grupo heterogêneo de crianças, seu traço comum, que é de caráter negativo, é que pela sua organização física e intelectual esses sujeitos tornam-se incapazes de desfrutar dos métodos comuns de ensino e educação que são usados nas escolas públicas. Os tipos mais comuns são constituídos pelos surdos-mudos, os cegos, os epiléticos, os idiotas, os imbecis, os débeis, os instáveis, etc. (BINET, 1907, apud BAUTHENNEY, p. 24)³³

O estudo de Suárez Calderón se deriva da portaria que implanta o Serviço Médico Escolar, a partir da qual se indica a necessidade de construir “a estatística de anormais e a abertura de um livro onde sejam registradas as observações de crianças que apresentem sinais de degeneração.” (Suárez Calderón, 1926, p. 9). Ao mesmo tempo, o Doutor Suárez pretendia criar uma espécie de manual que auxiliasse ao médico escolar e ao educador, na identificação da “complicada silhueta do anormal”:

³¹ Joaquín Fajardo Escovar. Anomalías mentales en los escolares bogotanos. Ed. Minerva. Bogotá, 1923 In Alexander Yarza de los Ríos. *Preparación de Maestros, reformas, pedagogía y educación de anormales en Colombia: 1870-1940*. Investigación de Maestría. Facultad de Educación. Universidad de Antioquia. Medellín, 2011, p.7

³² Senén Suárez Calderón. La selección médico pedagógica de los niños anormales y degenerados. Estudio para el doctorado en Medicina y cirugía. Cromos. Facultad de Medicina y Ciencias Naturales. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, Colombia. 1926. In Alexander Yarza de Los Ríos. *Preparación de Maestros, reformas, pedagogía y educación de anormales en Colombia: 1870-1940*. Investigación de Maestría. Facultad de Educación. Universidad de Antioquia. Medellín, 2011. p. 12

³³ Alfred Binet. Les enfants anormaux. (1907) En: Kátia Cristina Silva Forli Bautheney. op. cit. p. 24.

[...] A criminalidade e a loucura devem ser previstas desde a escola. [...] A experiência e a prudência aconselham corrigir e endireitar na primeira idade, antes que a maturidade e o tempo fragilizem e apaguem as poucas aptidões que possam se encontrar na criança anormal. Eis que corresponde ao lar, o princípio desta tarefa de previsão: mas como quase nada pode se esperar dele, a carga pesa toda sobre a escola, e, por conseguinte, sobre os governos. (Suárez Calderón, 1926, p. 9-10)³⁴.

O “problema” se esboça, em termos sociais e biológicos, tanto de moral católica como de economia e política, contra a decadência, a degeneração e a estagnação da “raça colombiana”. Não existe tal interesse puramente científico-humanista ilustrado, muito pelo contrário, persiste de maneiras diferentes uma preocupação pela manutenção da “ordem social”, que se constitui em argumento para a fabricação de mecanismos locais de regulação e produção de sujeitos e populações, correspondentes a uma organização macroeconômica e macrossocial. Suárez, como a maior parte dos defensores das classificações patológicas da infância, tinha por ponto de partida para seu estudo sobre a anormalidade na escola, a inexistência de um absoluto normal e, portanto, explicações etiológicas sempre relativas e subjetivas. Ele é a expressão dos intelectuais e cientistas da época e, como os médicos de sua época, continuava a seguir o método anatomo-clínico, que era o modelo hegemônico na Colômbia durante a primeira metade do século XX (QUEVEDO, 2012)³⁵.

Na trama enunciativa dos políticos e científicos da época e no acompanhamento das teses e da experiência concreta destes médicos podemos esboçar:

1. A forma em que começa a se articular sobre a criança um arcabouço conceitual que a patologiza e a reduz na sua singularidade.
2. O aparecimento de termos como aptidão orgânica ou funcional, caros aos currículos desde tempos antigos e que, com o passar do tempo, adquirem maior relevância pela sua relação às formas produtivas capitalistas.
3. Um novo ordenamento do espaço escolar como espaço clínico, onde o médico escolar se autoriza na delimitação da anormalidade a partir de um ponto de vista etiológico e terapêutico.
4. A subdivisão da infância a partir da década de trinta em três grandes categorias sociais: os normais, os anormais e os delinquentes, sendo que a categoria anormal será mais fragmentada ainda na forma de categorias nosográficas e nosológicas.

³⁴ Senén Suárez Calderón. op. cit. p. 9-10.

³⁵ Emilio Quevedo Vélez. Comprensión histórico-crítica del proceso salud-enfermedad. Base para una renovación curricular en medicina. En: Gustavo A. Quintero. *Educación Médica. Diseño e implementación de un currículo basado en resultados del aprendizaje*. Editorial Universidad del Rosario. Bogotá, 2012. p. 269-314

5. O aluno vem a responder dentre outras coisas, aos regimentos de uma ciência nascente; a psicologia, que prezava por garantir a educação das diversas categorias da população infantil, distinguindo os que podiam desenvolver uma certa intelectualidade daqueles para quem se criavam serviços escolares profissionalizantes ou especiais.

Em tal panorama, o professor construiu seu olhar sobre o comportamento, o desenvolvimento e a aprendizagem sob fontes biologicistas, que são reforçadas o tempo todo pela cruzada higienista da época. No corolário higienista se começa a consolidar a ideia de que inteligência da criança e possibilidades de sua aprendizagem faziam parte de seu corpo biológico, “logo olhada como algo biológico” e deste modo, “abstrata, genérica e biológica” (MOYSÉS, 2001, p. 177)³⁶.

Nesse patamar de entendimento, toda e qualquer dificuldade esperável e normal dentro do processo de alfabetização e de escolarização, terá explicações no campo restrito da biologia. Em consequência, as intervenções serão encaminhadas à matéria física do corpo, onde se geram. Assim, problemas considerados biológicos receberão soluções biológicas.

Podemos assim concluir que a trama dos discursos sobre a degeneração da raça ratificam que as categorias aplicadas a partir da estratificação colonial se vinculam também, com o ideário determinista e racista de lugar de origem e de pertença do sujeito (Quijano, 2005)³⁷, além de constituir um ponto de aproximação à história das ciências em si mesmas, sobre os processos de psicologização, psiquiatrização, pedagogização e medicalização das nossas sociedades. A difusão de tais argumentos nos saberes médicos e psicológicos influenciaram a prática pedagógica por boa parte do século XX. Seus vestígios se fazem presentes na compreensão e direcionamento da aprendizagem das crianças e da escolarização de nossos dias.

³⁶ Maria Aparecida Affonso Moysés. op. cit. p.177

³⁷ Aníbal Quijano. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. En: Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Temas. CLACSO. Buenos Aires, 2005. p.117

Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar: a dominação sob a égide da colaboração

Prof.^a Dr.^a Alayde Maria Pinto Digiovanni
Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO
alayde@unicentro.br

Resumo

O texto trata sobre o acordo de cooperação técnica assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, em junho de 1956, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), que tinha como objetivo a melhoria do Ensino Fundamental que à época chamava-se de Ensino Elementar. O programa teve duas fases. A primeira fase foi gerida pela *Internacional Cooperation Administration* (ICA), e foi chamada de Ponto IV, a segunda fase foi coordenada pela USAID e baseou-se na Aliança para o Progresso assinada em *Punta del Est* proposta por Kennedy em agosto de 1961. Tais programas foram responsáveis direta e indiretamente pela organização educacional no período da Ditadura Civil Militar ocorrida no Brasil (1964-1985), e se materializa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação n° 5.692, de 11 de agosto de 1971, que vigorará até 1996.

Palavras-chave: História da Educação; Políticas Educacionais; Relações Internacionais.

Introdução

O acordo de cooperação técnica assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, em junho de 1956, o Programa de Assistência Brasileiro Americana ao Ensino Elementar (PABAE), tinha como objetivo a melhoria do Ensino Fundamental que à época chamava-se de Ensino Elementar. Embora o projeto tenha se desenvolvido em Minas Gerais quem representava o Brasil no acordo era o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), presidido por Anísio Teixeira e subordinado ao Ministério Educação, o governo do estado de Minas Gerais figurava no convênio somente como o local de execução do projeto-piloto. O programa teve duas fases. A primeira fase foi gerida pela *Internacional Cooperation Administration* (ICA), e foi chamada de Ponto IV. Tinha como pano de fundo a política adotada por Truman então presidente dos Estados Unidos, que era impedir a expansão soviética, a ação de cooperação era considerada uma ação de segurança nacional, conforme discurso proferido em janeiro de 1949¹, por ocasião da sua posse em que afirmava a disposição estadunidense de combater o comunismo como meta de seu governo, com o mesmo discurso oferece aos países da América Latina, a outra via que não o socialismo, a democracia nos moldes norte-

¹ O discurso inaugural de Harry S. Truman, de 20 de janeiro de 1949, realizado na oportunidade da sua posse como 32º presidente dos Estados Unidos da América do Norte, foi inserido nos Anais do Senado a pedido do Senador Andrade Ramos. Neste discurso afirma a disposição dos Estados Unidos da América serem os “defensores da paz no mundo”, e a partir de então atuarem como tal nas economias e nas sociedades latino-americanas com a justificativa de promover o desenvolvimento da região.

americanos. A segunda fase foi coordenada pela *United States Agency for International Development* (USAID)², que se baseou na Aliança para o Progresso assinada em *Punta del Este*, proposta por John Kennedy, presidente dos Estados Unidos, em agosto de 1961, que também tinha como meta impedir a expansão das ideias revolucionárias travestida sob o manto da cooperação e do auxílio humanitário. Tais programas foram responsáveis direta e indiretamente pela organização educacional no período da Ditadura Civil-Militar ocorrida no Brasil (1964-1985), e se materializa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que vigorará até 1996.

O Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE) continha pontos importantes que, de certo modo, orientam a reorganização da Educação Básica e sobretudo do Ensino Superior no país, desde a década de 1970.

Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE)

O programa se constituiu a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados Unidos, assinado em 1956, no primeiro ano do governo de Juscelino Kubitschek³. O contexto político do país era tenso, vivia-se um período de forte pressão internacional para que o Brasil, assim como outros países da América Latina, se submetesse aos interesses estadunidenses. O governo de Juscelino Kubitschek (JK) apresentava as contradições e as lutas presentes na sociedade brasileira da época, e foi amparado por um crescimento econômico que trouxe relativa estabilidade ao país. A cúpula das Forças Armadas, com importante posição de poder no país, estava disposta a manter o apoio ao governo de JK democraticamente eleito, desde que se respeitassem os limites da ordem interna e o combate ao comunismo, pois, após a Revolução Cubana (1959), a elite econômica e os Estados Unidos consideravam uma ameaça eminente para toda a América Latina.

² Entidade criada em 3 de novembro de 1961 pelo presidente dos Estados Unidos John Kennedy cuja missão é definida como uma entidade que em nome do povo americano, promove e demonstra valores democráticos no exterior, e avançamos um mundo livre, pacífico e próspero, portanto lidera o desenvolvimento internacional do governo dos Estados Unidos, dá assistência a catástrofes através de parcerias e investimentos que salvar vidas, reduzir a pobreza, fortalecer democrática Governança, e ajudar as pessoas a emergir de crises humanitárias e progresso além da assistência.

³ O programa de governo de JK de 1956 a 1961, marcado pelo desenvolvimentismo e pela meta de 50 anos em 5, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), “procurou realizar de um golpe a instalação de um conjunto amplo e diversificado de setores industriais, modificando radicalmente a estrutura produtiva do país. Isso foi realizado por meio da expansão dos investimentos das empresas estatais (energia elétrica, petróleo, rodovias, portos etc.), das companhias de capital privado nacional (autopeças, têxteis, alimentícias etc.) e das corporações multinacionais (setor automobilístico, farmacêutico, metal-mecânico)”, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEA. O Brasil em quatro décadas. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília: IPEA, 2010, p. 9.

O governo JK propôs um Programa de Metas que abrangia 31 objetivos de diversas áreas, entre elas: energia, transporte, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília. Criou alguns órgãos governamentais novos, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), subordinado ao Ministério da Educação. Buscava atingir o desenvolvimento do país e abrir a economia para o mercado internacional. Com a ideia de tornar o país competitivo, em mensagem enviada para o Congresso Nacional afirma que está “empenhado em dinamizar a atuação do Brasil nos organismos internacionais de caráter econômico onde se discutem e equacionam os grandes problemas internacionais”⁴. A política econômica nacional-desenvolvimentista, combina o “Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK renunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964”⁵. Nesta ocasião, com a abertura para a entrada do capital das multinacionais no país, os investimentos “concentraram-se, na década de 1950, em setores voltados para o mercado interno e acabaram tendo efeito líquido negativo em termos de geração de divisas. A capacidade de importar tornou-se dependente do dinamismo das exportações concentradas em commodities minerais e agrícolas, e o Brasil ainda enfrentou o protecionismo dos países centrais”⁶, deste modo, o país tornou-se em curto espaço de tempo dependente das multinacionais e do capital externo e conseqüentemente dos Estados Unidos. Em função destes aspectos o Brasil ficou distante de desenvolver uma tecnologia própria e a autonomia que os nacionalistas que apoiavam o governo de JK esperavam.

A educação foi um dos setores privilegiados pelos acordos de cooperação, inicialmente em 1956, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE), foi assinado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)⁷, Governo do estado de

⁴ Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional por ocasião da abertura das sessões do legislativo no ano de 1956 (p. 41). Biblioteca da Presidência. Governo Federal. [acesso em 20 de jan. de 2018-01-15]. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-jk-1956-parte-1.pdf>>

⁵ FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fundação do desenvolvimento da educação, 1995, p. 427

⁶ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/IPEA. O Brasil em quatro décadas. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília: IPEA, 2010. Citado por DIGIOVANNI, Alayde Maria Pinto. Brasil e Cuba: um estudo comparado sobre políticas públicas de educação básica e as articulações com a psicologia, entre as décadas de 1960 e 1990 [online]. São Paulo: Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2016. Tese de Doutorado em Integração da América Latina. [acesso 2017-12-18]. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-18042017-133112/>>.

⁷ O Inep foi criado, por Decreto-Lei no dia 13 de janeiro de 1937. Cabia ao Inep "organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-

Minas Gerais e o *Brazilian Assistance to Elementary Education*⁸, os representantes acordaram que a execução do programa seria em Minas Gerais, se criaria um centro experimental de programa piloto de educação elementar na Escola Normal⁹ de Belo Horizonte.

Entre os objetivos que constam no acordo está a prioridade em formar quadros de instrutores para as principais escolas do Brasil de formação de professores, além de elaborar e publicar materiais e textos didáticos para serem utilizados nas Escolas Normais e elementares de todo o país, apresentavam ainda como meta enviar para os Estados Unidos grupos de bolsistas que se consistiam nos professores do ensino chamado normal, com a garantia que no retorno seriam contratados para integrarem o quadro das Escolas Normais. O documento do acordo trata dos investimentos que estavam previstos para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, e afirma que haverá uma doação para o Centro Piloto de Belo Horizonte, a escola Normal de formação de professores de mobiliários, materiais pedagógicos, biblioteca e corpo docente especial e diferenciado, inclusive com salários maiores dos que os praticados no Brasil à época. O jornal *O Binômio*¹⁰, considerado um jornal de resistência, entre 1952 e 1964, publicou diversos textos criticando a intervenção norte-americana nas escolas primárias de Minas Gerais e a cooperação da Cooperação Técnica estabelecida no PABAE. As primeiras notícias sobre o convênio mobilizaram professoras primárias, estudantes e nacionalistas¹¹, iniciou-se uma resistência que durou todo o período do programa, com destaque que, em um primeiro momento, a resistência se acirrou com o lançamento de um vídeo sobre as atividades do PABAE denominado *A escola agora é outra*¹², este filme de divulgação tinha como

lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos". Também cabia ao Inep participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União. O Inep configurou-se, então, no primeiro órgão nacional a se estabelecer de forma duradoura como fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica. Portal INEP/História. [acesso 2017-12-18]. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/historia>>.

⁸ Os representantes que assinaram o acordo de cooperação foram: Dr. Clovis Salgado, Ministro de Estado da Educação e Cultura, Dr. J. Francisco Bia Fortes, Governador do Estado de Minas Gerais e William E. Warne, diretor da *United States Operatios Missions to Brazil*.

⁹ Denominação utilizada à época para designar os cursos em nível médio de formação de professores para o ensino das primeiras séries do processo de escolarização.

¹⁰ O Binômio foi um jornal mineiro que surgiu em 17 de fevereiro de 1952, por iniciativa de dois jovens jornalistas, José Maria Rabêlo (23 anos) e Euro Arantes (24 anos), em 12 anos de existência, o Binômio imprimiu 508 números, edição de Belo Horizonte, além de 293 números de Juiz de Fora, totalizando 15 mil páginas. Militares invadiram a redação do jornal Binômio, destruindo equipamentos e grande parte do acervo histórico do jornal, no entanto conseguiu-se reunir através de arquivos particulares grande parte das edições para a publicação do livro *Binômio: o jornal que virou Minas de cabeça para baixo*, cuja primeira edição foi lançada em 1997. NONATO, Alexandre Ferreira, SILVEIRA, Mauro César. A trajetória do Binômio: um jornal "quase independente". Revista Ínterim. v. 11, n. 1, Curitiba, jan./jun. 2011. [acesso 2017-12-18]. Disponível em: <<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/48/40>>.

¹¹ PAIVA, Edil; PAIXÃO, Lea Pinheiro. PABAE (1956-1964) – A americanização do ensino elementar no Brasil?. Niterói: EDUFF, 2002.

¹² Filme produzido pelo estúdio da Herbert Richers e divulgado pela Distribuidora de Filmes Sino. [acesso 2017-10-15] Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=player_detailpage&v=IQMXyTf_aQQ#t=2s>.

objetivo relatar, o que era no olhar de seus técnicos, os maiores problemas da escola elementar. Demonstraram no filme que a escola tradicional era atrasada, em função do seu conteúdo desinteressante e de métodos ultrapassados, deste modo o PABAEE apresentava-se como uma solução com suas estratégias didáticas inovadoras, repletas por preceitos que anunciavam e prometiam uma pretensa boa educação. O filme tinha como pretensão convencer que a proposta do PABAEE transformaria os alunos das escolas brasileiras considerados não civilizados em alunos civilizados, a fim de garantir o desenvolvimento do país, apresentando na película professores desinformados sem saber responder questões sobre ensino e aprendizagem e também sem saber como conduzir a ação docente para seus alunos aprenderem, e obviamente as respostas as indagações e desafios seriam dadas a partir da qualificação docente no referido programa ¹³.

O filme desencadeou as primeiras manifestações, que estrategicamente, foram superadas pela direção do PABAEE e apoiadores nacionais do programa, calando o pensamento que contrariasse as ações do programa antes e durante o golpe que instituiu a Ditadura Militar no Brasil em 1964.

Cabe destacar que, inicialmente a igreja católica se manifestou contrária ao acordo de cooperação técnica por temer que o modo de viver americano, fundado na moral protestante, interferisse no modo de viver fundado na doutrina católica. Neste sentido os representantes das escolas confessionais e dos educadores católicos se posicionaram contrários, até o momento que a direção do PABAEE garantisse que não teriam professores de Filosofia da Educação que não fossem indicados e apoiados pelos brasileiros deste segmento. Isso fez com que retirassem a Filosofia da Educação do rol das disciplinas de formação, destacando que uma única vez que foi ofertada, quem ministrou a disciplina foi um padre católico, inserindo no lugar um aumento de horas na disciplina de psicologia da educação, escolhendo aquelas teorias psicoeducacionais cujas bases epistemológicas se coadunavam com a filosofia pragmática e positivista estadunidense. ¹⁴

Assim como já dissemos, durante toda a vigência do programa houve momentos tensos que demonstraram a insatisfação de educadores e estudantes brasileiros com o programa. A divergência ocorria em todas as instâncias, inclusive governamental, o caso mais esclarecedor

¹³ WASCHINEWESKI, Susane da Costa. Biblioteca de orientação da professora primária: as regras de civilidade no conteúdo de Estudos Sociais do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAEE (1956-1964). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2017, 151 p. Disponível em: <

¹⁴ PAIVA, Edil; PAIXÃO, Lea Pinheiro. PABAEE (1956-1964) – A americanização do ensino elementar no Brasil?. Niterói: EDUFF, 2002.

das divergências existentes no interior da gestão pública foi o ocorrido no governo de João Goulart, na segunda fase do programa gerida pela USAID. Em 1963, o então Ministro de Educação, Paulo de Tarso Santos julgava que os programas resultantes do Acordo de Cooperação Técnica com os Estados Unidos tinham interesses contrários aos interesses brasileiros e usando de sua autoridade assina em 15 de outubro de 1963, praticamente às vésperas do golpe, a portaria dispensando a assistência técnica americana. A repercussão dos fatos nos jornais refletiu a posição de confronto: dois jornais, o Diário de Minas e o Jornal da Cidade, anunciam a simpatia dos meios universitários ao enfrentamento a desnacionalização do ensino primário que vinha sendo entregue desde o governo de JK aos americanos. Por outro lado, de outro ponto de vista, o jornal O Globo faz a crítica e dá voz aos apoiadores do PABAAE, abrindo um debate tenso sobre a questão. Em função dessa tensão, o ministro Paulo de Tarso é exonerado poucos dias depois de assinar a portaria. O novo ministro empossado cancela a portaria imediatamente e o projeto continua, mas com a estratégia de não mostrar mais os americanos no controle do programa¹⁵.

Além da formação direta de professores muitos materiais didáticos, sobretudo livros, foram produzidos no Brasil durante todo período, parte deles foram produzidos por professoras que passaram pelo programa e se tornaram referência em áreas específicas. Estudos dos materiais publicados apontam para o detalhe que muitos foram escritos a partir de edições norte-americanas, como o livro “Vamos aprender Matemática: guia do professor, é uma adaptação do livro *Seeing Through Arithmetic* de Maurice L. Hartung, Henry Van Engen, E. Glenadine Gibb, James E. Stochl, Ray Walch e Lois Knowles publicado pela *Scott, Foresman and Company* – EUA, nos anos 1950. [...] as autoras brasileiras seguiram em seu livro a mesma organização e estilo de ilustração da obra original”¹⁶, que, além das propostas do livro em que se baseou a educação brasileira, se fundamentava também na chamada Matemática Moderna, que na Ditadura Militar ganhou impulso, e era considerada “uma ‘inovação’ pedagógica [...] originada na França na década de 1950, e foi um novo método de ensino que contou com a colaboração de Jean Piaget”¹⁷. Importante ressaltar que Piaget foi um dos autores da psicologia utilizado para formular e fundamentar propostas didático-pedagógicas para a educação em diferentes

¹⁵ PAIVA, Edil; PAIXÃO, Lea Pinheiro apud DIGIOVANNI, Alayde Maria Pinto. Brasil e Cuba: um estudo comparado sobre políticas públicas de educação básica e as articulações com a psicologia, entre as décadas de 1960 e 1990. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina. São Paulo, 2016. 243 f.

¹⁶ BATISTA, Carmira, et all. Um olhar atento ao manual didático “Vamos Aprender Matemática: guia do professor – preliminar. HISTEMAT – SBHM - Ano 2, n. 1, 2016. [acesso 2018-01-23]. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/177686/Artigo%204.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

¹⁷ VALENTE, Vagner Rodrigues. Osvaldo Sangiorgi e o Movimento da Matemática Moderna no Brasil. Revista Diálogo Educacional. Curitiba: v. 8, n. 25, p. 583-613, 2008. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=2435&dd99=view&dd98=pb>>. Acessado em: 19 Jul. 2016.

níveis de ensino em governos e orientações mais liberais e neoliberais, dada a sua concepção teórica, pois, para este autor, o conhecimento é um ato individual de cada sujeito e resultante de uma maturação biológica descrita em estágios de desenvolvimento.

Os inúmeros manuais de orientação para a professora primária, nas mais variadas disciplinas e livros didáticos lançados a partir do PABAAE a partir deste e outros acordos de cooperação com a USAID atingiram a casa de milhões¹⁸. Deste modo, as ideias norte-americanas se difundem amplamente e destinam gerações à dominação cultural por intermédio da educação escolar.

Conclusão

Os projetos de cooperação internacional envolviam a disseminação de um determinado posicionamento ideológico articulando teorias de educação e psicologia, foram implementados através das mais variadas estratégias: capacitação de professoras, reformas educacionais, produção de livros didáticos entre outros. Houve resistência ao programa desde seu início, proveniente de setores progressistas da sociedade, bem como dos educadores católicos e dos nacionalistas de setores conservadores, no entanto, em função de estratégias de convencimento utilizando as mídias impressas e audiovisuais, a supremacia do pensamento imposto pelos acordos de cooperação técnica prevaleceu.

Tais projetos desenvolvidos produzem efeitos nocivos na educação brasileira desde a formulação de legislação educacional sob os mandos das orientações internacionais, que, não raras vezes, têm os interesses focados em outros aspectos. O relatório Pearson¹⁹ afirma que grande parte da ajuda bilateral resultante dos acordos na década de 1950, foi sobretudo com a intenção de obter favores políticos, benefícios estratégicos ou ainda promoção das exportações do país doador, ficando distante do propósito do crescimento econômico anunciado pelos presidentes dos Estados Unidos em mais de uma ocasião, e próximo da manutenção de grandes exércitos. A comissão do relatório indica ainda que “a prosperidade não dá o direito ao país rico

¹⁸ Em 06/01/1967 foi firmado o convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) [...]. Este convênio propunha-se a disponibilizar cerca de 51 milhões de livros aos estudantes brasileiros no período de três anos. KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. Acordo MEC/ USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971). Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2006, 151 f.

¹⁹ Relatório da Comissão do Desenvolvimento Internacional. Presidente: Lester Pearson, apresentado em 15 de setembro de 1969 ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

e poderoso de exercer domínio sobre a vida nacional de outros, como consequência da ajuda que lhes possa oferecer”²⁰.

No entanto, na prática o que constatamos é que, de modo geral, toda a cooperação técnica desenvolvida neste período sob as orientações da doutrina Truman e da Aliança para o Progresso tinham um mesmo e único objetivo, submeter as nações da América Latina ao comando do imperialismo estadunidense. Houve muita resistência dos brasileiros, todavia o pensamento hegemônico proclamado pelas orientações internacionais difundiu-se através da educação básica e superior de tal modo e com tamanha intensidade que seus efeitos podem ser observados até os dias atuais. Assim sendo, os estudos destes programas de cooperação técnica, ocorridos particularmente neste período, tem se caracterizado como uma necessidade histórica de redimensionar e recolocar o conhecimento a serviço da soberania e, especialmente, explicitar como se organiza e se articula a dominação sob a égide da colaboração.

²⁰ PEARSON, Lester et all. *Sócios no Progresso: Relatório da Comissão do Desenvolvimento Internacional*. Praeger Publishers: Washington/Londres/Nova Iorque (1969). APEC Editora: Rio de Janeiro, 1971, p. 16.

Recepção da Escola Nova no Brasil na obra da psicóloga e educadora Helena Antipoff – o aprender fazendo, o conhecimento da criança, o respeito aos direitos humanos

Regina Helena de Freitas Campos
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
regihfc@terra.com.br

Adriana Otoni Silva Antunes Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
adrianasantunesduarte@gmail.com

Resumo

O movimento da Escola Nova emergiu como uma reação à rigidez das práticas educativas tradicionais no final do século 19 e promoveu uma formação de professores baseada em práticas e métodos ativos. No Brasil, a disseminação desse movimento ocorreu, em 1924, com a Associação Brasileira de Educação que promoveu reformas de ensino em diversos estados brasileiros. Uma dessas reformas ocorreu em Minas Gerais, entre 1927 e 1928, na qual foram convidados educadores europeus para lecionar na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. Dentre estes educadores, estava Helena Antipoff (1892-1974), que tornou-se uma referência da recepção da Escola Nova entre nós. O objetivo deste artigo é evidenciar a apropriação do movimento escolanovista por meio do trabalho de Helena Antipoff no período de 1948 a 1974. Como fontes, foram coletados depoimentos de alunas dos cursos ofertados na Fazenda do Rosário encontrados em cadernos de diários arquivados no Memorial Helena Antipoff, em Ibirité/MG, além de depoimentos orais de ex-alunas que participaram dos cursos. A partir dos dados coletados foi possível entender o processo de circulação e recepção dos conhecimentos científicos ocorridos em Minas Gerais, que estavam sustentados nos princípios da Escola Nova e nos métodos da Escola Ativa. Circulação e recepção pautada nas experiências de Antipoff e que proporcionaram uma originalidade na realização das atividades e do ensino nos cursos.

Palavras-chave: Escola Nova; Ensino de Psicologia; Formação de Professores; Helena Antipoff.

Introdução

O movimento da Escola Nova iniciou-se ao final do século XIX, como uma reação às práticas educativas tradicionais, reunindo educadores interessados em adequar as escolas às necessidades dos alunos e em promover uma formação de professores que baseasse sua prática em métodos ativos. Um dos núcleos na difusão dos ideais escolanovistas foi o Instituto Jean Jacques Rousseau (IJJR), fundado em Genebra, na Suíça, em 1912, por Édouard Claparède (1877 – 1940) e um grupo de intelectuais e educadores.

No Brasil, os ideais escolanovistas se disseminaram, a partir de 1924, com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), cujos membros contribuíram nas reformas de ensino em diversos estados brasileiros. Uma das reformas ocorreu em Minas Gerais para a qual foram convidados educadores europeus que lecionaram na Escola de Aperfeiçoamento de professores de Belo Horizonte. O Laboratório dessa Escola foi instalado em 1929 pelo médico e psicólogo francês Théodore Simon (1863-1961) e teve continuidade com o trabalho dos psicólogos russos

Léon Walther (1889-1963) e Helena Antipoff (1892-1974). A obra de Antipoff tornou-se um importante capítulo da recepção da Escola Nova no Brasil, em especial, os trabalhos que desenvolveu nos cursos de formação para professores do Complexo Educacional da Fazenda do Rosário, em Ibitité, Minas Gerais. Antipoff buscou adaptar os ideais escolanovistas na formação dos educadores e seu trabalho tornou-se um exemplo de apropriação desses ideais.

O objetivo deste artigo é evidenciar como o movimento escolanovista foi apropriado no Brasil por meio do trabalho realizado por Helena Antipoff e seus colaboradores nesses cursos, no período de 1948 a 1974. Como fontes, foram coletados depoimentos de alunas que participaram dos cursos encontrados em cadernos de diários arquivados no Memorial Helena Antipoff, sediado na Fundação Helena Antipoff, em Ibitité/MG. Além de depoimentos orais de ex-alunas que participaram dos cursos.

O movimento da Escola Nova

Nas décadas finais do século XIX, a escolarização passou a ser um direito e as escolas começaram a receber e educar grandes grupos de crianças, ao mesmo tempo em que deveriam “*respeitar os direitos individuais e a garantir a equidade de acesso aos bens educacionais*”¹. Emergiu, nesse período, o movimento denominado de escolanovista que criticava a escola clássica por utilizar métodos nos quais a autoridade do professor predominava (PARRAT-DAYAN; TRYPHON, 1998).

O movimento promoveu o desenvolvimento de ciências que contribuíssem para a compreensão dos problemas nas salas de aula. Entre essas ciências, a Psicologia tornou-se referência para a prática de uma educação que respeitasse a liberdade e a individualidade do educando e ensinando o hábito da cooperação. As primeiras instituições reconhecidas como Escolas Novas foram fundadas entre 1882 e 1900, em alguns países da Europa, e atuaram como laboratórios educacionais (FERRIÈRE, 1925).

Em 1899, o educador suíço Adolphe Ferrière (1879-1960) instalou em Genebra o *Bureau International des Écoles Nouvelles* (BIEN), com o objetivo de centralizar e coordenar as informações sobre o movimento que estava ocorrendo na Europa (HAENGGELI-JENNI, 2011). Na época da fundação do BIEN, Ferrière visitou escolas experimentais na Suíça, França e Inglaterra, observando as inovações das práticas educativas e da organização escolar. A partir dessas observações, elaborou uma lista de trinta pontos que caracterizavam as Escolas Novas e

¹ CAMPOS, 2012, p. 64.

que foi aprovada, em 1921, no Congresso da *Ligue Internationale pour l'Éducation Nouvelle* (LIEN) realizado em Calais, na França (HAENGGELI-JENNI, 2011). A LIEN reunia os pioneiros da Educação Nova de todos países, propagando os princípios da Educação Nova, fortalecendo e familiarizando os professores interessados nas ideias que estavam surgindo sobre o trabalho educacional. As atividades da LIEN contribuíram para criar o *Bureau International d'Education* (BIE), fundado em Genebra em 1925, em conjunto com a Liga das Nações e com o Instituto Jean Jacques Rousseau (IJJR) (FERRIÈRE, 1925; 1949).

O IJJR é considerado uma instituição de grande importância na propagação das ideias propostas pela Escola Nova, por este motivo, o próximo tópico será destinado a discorrer sobre a contribuição do IJJR para o movimento escolanovista.

O Instituto Jean Jacques Rousseau e sua contribuição para o movimento do escolanovismo

No mesmo período de Adolphe Ferrière, o médico e psicólogo suíço Edouard Claparède, realizava investigações a respeito da Psicologia infantil. Por volta de 1900, Claparède orientou professores a respeito da educação de crianças consideradas anormais e observou que os problemas escolares demonstravam que os equívocos na educação afetavam o desenvolvimento da personalidade. Por esse motivo, ele acreditava na necessidade de modificar os métodos educativos para adaptá-los aos interesses das crianças (CAMPOS, 2012).

Claparède considerava que os conhecimentos de Psicologia possibilitariam ao professor aprimorar a sua prática docente, além de ampliar suas concepções e percepções dos alunos. Visando o progresso da Psicologia da Educação e da Didática, Claparède fundou em 1912, em Genebra, o IJJR, para realizar pesquisas nas áreas da Psicologia e da Pedagogia e formar os educadores segundo a abordagem científica em educação que enfocasse a Psicologia (RUCHAT, 2008)

O objetivo do IJJR “*era a construção de um novo modelo pedagógico, fundamentado no conhecimento da criança e no respeito às etapas de seu desenvolvimento, às aptidões de cada um e às diferenças individuais*”². Para tanto, Claparède percorreu instituições de ensino buscando interessados em compor o quadro de professores e alunos do IJJR. Inicialmente, Claparède foi ao laboratório da Sorbonne, em Paris, dirigido por Théodore Simon (1873-1961), lá conheceu Helena Antipoff e convidou-a a matricular-se no IJJR (RUCHAT, 2008).

² LOURENÇO, 2001, p. 62

A partir do trabalho realizado no IJJR, pesquisadores e professores divulgavam uma escola que enfocava o conhecimento sobre a criança, por meio de programas e métodos de ensino. Claparède (1956) acreditava que para colocar em prática tal ideal, era necessário realizar investigações sobre aspectos da infância e possibilitar aos educadores acesso aos resultados destas investigações e aos métodos para a sua realização no ambiente escolar.

Focando em um ensino experimental de Psicologia aplicada à Pedagogia e por meio da Educação Ativa, Edouard Claparède e Pierre Bovet (1878 – 1965) organizaram, em 1913 no IJJR, um curso prático sobre as propostas de Maria Montessori (1870 – 1952). Ao final desse curso, a equipe de professores do Instituto continuou as aulas com as crianças que participaram da experiência abrindo uma escola, chamada *Maison des Petits*, para a aplicação e avaliação das propostas educacionais da época (PERREGAUX, RIEBEN, MAGNIN, 1996). Com o decorrer do tempo, a orientação pedagógica da *Maison de Petits* passou a enfatizar a ação espontânea da criança, tendendo a libertá-la de controles externos e a deixando livre em seus interesses e impulsos com situações que estimulassem o pensamento e tornassem possível a aprendizagem, por meio de métodos ativos.

A experiência de Helena Antipoff na *Maison des Petits* orientaram suas ações educativas realizadas após o recebimento do seu diploma, no IJJR, em outubro de 1914. Após essa data, Antipoff deixou Genebra, e só retornou em 1926, para assumir o cargo de assistente de laboratório no IJJR e ministrar aulas de Psicologia da Criança na Escola de Ciências da Educação da Universidade de Genebra (LOURENÇO, 2001).

A contribuição do IJJR para o escolanovismo centrou-se na proposta da Educação Funcional para Claparède, ou Escola Ativa para Pierre Bovet, cujo objetivo era promover a autonomia da criança por meio de métodos pedagógicos que mobilizassem seus interesses e sua atividade espontânea (CAMPOS, 2012). Tendo como embasamento a Psicologia Funcional, os professores e pesquisadores do IJJR direcionaram a atenção para o conhecimento da infância, por meio de uma compreensão funcional da Educação.

As pesquisas realizadas no IJJR e seus ideais foram propagados para diversos países. No caso deste artigo, discutiremos como esses ideais foram disseminados no Brasil, especificamente, em Minas Gerais. Por esse motivo, no próximo tópico, descreveremos as adaptações das propostas escolanovistas do IJJR neste Estado, inicialmente, na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte.

Adaptações das propostas escolanovistas do IJJR no Brasil - A Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte

O movimento da Escola Nova se tornou conhecido no Brasil a partir do trabalho dos educadores da principal instância do movimento de renovação da educação da época, a ABE, criada em 1924, que buscava a remodelação e a criação de um projeto nacional para a Educação.

Nas primeiras décadas do século XX, foi disseminado no país o acesso à literatura produzida pelo movimento escolanovista, objetivando lutar pela aplicação dos conhecimentos das ciências humanas na organização de um sistema escolar que contribuísse para a vida real (CAMPOS, 2012). Nessa perspectiva, a partir de 1890, a Psicologia passou a ser ensinada na formação de docentes nas Escolas Normais, para atuarem nas escolas primárias, com o intuito de compreender os fenômenos educacionais.

As Escolas Normais contribuíram com os seus Laboratórios de Psicologia, que elaboravam e aplicavam testes visando à identificação de níveis de desenvolvimento mental e organização de classes homogêneas por nível intelectual nas escolas públicas. Neste movimento, em 1928, foi instalada, em Belo Horizonte, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, para formar “*normalistas que viriam a assumir a efetiva transformação do ensino fundamental na rede de escolas primárias*”³. A instalação dessa Escola foi realizada devido à Reforma do Ensino Primário e Normal de Minas Gerais, idealizada por Francisco Luís da Silva Campos (1891 – 1968), e que tomava por base o modelo do IJJR (RUCHAT, 2008).

Na Escola de Aperfeiçoamento eram promovidos vários cursos, para os quais foram chamados pesquisadores estrangeiros, que traziam para o Brasil novas técnicas e concepções pedagógicas. Francisco Campos encontrou nas propostas da Escola Ativa europeia inspiração para elaborar o Regulamento e o Programa do ensino Primário, por isso, em 1928, seu irmão Alberto Alvares (1905 – 1933), foi enviado à Europa, para convidar pessoas que auxiliariam o governo no processo da reforma do ensino (LOURENÇO, 2001). Ele “*visitou os principais centros de estudo e difusão das experiências escolanovistas na Europa, e estabeleceu comunicação (...) com a Universidade de Paris e com (...) o Instituto Jean-Jacques Rousseau – em Genebra*”⁴. Como resultado desses contatos, foi instalado nessa Escola um Laboratório de Psicologia, com as presenças de Théodore Simon e Léon Walther. Com o término de seu contrato com o governo mineiro, Léon Walther voltou para a Suíça e, para substituí-lo, Helena

³ CAMPOS, 2003, p. 210.

⁴ CAMPOS, 1992, p. 34.

Antipoff chegou em Belo Horizonte e assumiu o Laboratório de Psicologia a partir de agosto de 1929 até 1944.

O Laboratório objetivava “atender à demanda das autoridades educacionais, visando medir a capacidade intelectual das crianças para a formação de classes homogêneas nos grupos escolares”⁵. Com o passar do tempo as escolas públicas se tornaram cada vez mais seletivas, por isso, Antipoff cria a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, em 1932, na cidade de Belo Horizonte e, em 1939, o Complexo Educacional Rural da Fazenda do Rosário, em Ibirité, para o atender as crianças recusadas pelo ensino formal e formar professores rurais.

O trabalho realizado por Helena Antipoff nesta instituição, demonstra a circulação das propostas escolanovistas do IJJR ocorridas em Minas Gerais. Dessa forma, o próximo tópico, destina-se a apresentar como ocorreu essa circulação dos ideais escolanovistas nos cursos que formavam professores para atuarem no meio rural do Complexo Educacional Rural da Fazenda do Rosário.

A circulação das propostas escolanovistas do IJJR na Fazenda do Rosário - o trabalho realizado por Helena Antipoff e seus colaboradores nos cursos de formação de professores rurais

Helena Antipoff cria, a partir de 1948, os cursos para a formação de professores no Complexo Educacional Rural da Fazenda do Rosário, por considerar que os cursos existentes, na época, não habilitavam os professores para a compreensão do homem do campo e das suas necessidades para viver no meio rural. Pautando-se no modelo das Escolas Novas, Antipoff percebia o meio rural como um espaço propício para estratégias pedagógicas que visassem ao ensino e aprendizagem, por meio de um modelo democrático de educação que pudesse contribuir com a população rural brasileira (ANTUNES-ROCHA; MARTINS; AUGUSTO, 2011). A intenção era que os cursos possuíssem um caráter dinâmico experimental, fazendo com que os alunos se sentissem interessados de forma intelectual e prática. Um depoimento encontrado no *Diário ISER - 21/05/56 a 15/06/56* exemplifica como era realizado o ensino nos cursos, incentivando aos alunos a solucionar os problemas que viessem a encontrar nas escolas em que atuariam como professores.

A psicologia (...) ajuda o homem a resolver seus problemas. Para permitir o homem adulto viver mais ajustado e feliz, o caminho mais eficaz, será o conhecimento de si mesmo. A escola poderá ajudar fazendo com que o aluno se conheça para melhor orientar-se na vida. (...) Nossa tarefa (...) será levar a ciência do conhecimento da fraqueza, melhor

⁵ CAMPOS, 1996, p. 35.

conhecimento de si mesmas, educar mais livremente, com mais sossego interno e harmonia (N.C.O., 15/06/1956).

Enfatizava-se a necessidade de solucionar os problemas do meio rural por meio de aulas teóricas – mas, principalmente, a prática – para a melhor compreensão e entendimento para o aluno. Antipoff considerava que solucionar os problemas do meio rural era primordial e exigia “*uma aprendizagem teórica, em aulas com os professores, mas a prática através dos serviços deve prevalecer porque é mais fértil em ensinamentos e mais acertada pelo controle dos seus resultados*”⁶.

A metodologia dos cursos pautava-se na experimentação natural e no método de observação do psicólogo russo Alexandre Lasoursky (1874 – 1917). Esse método possibilitava estudar a personalidade e o comportamento do indivíduo em seu meio habitual, sem transferi-lo para condições artificiais. O objetivo em utilizar essa metodologia era a organização de um ambiente educativo que permitisse o florescimento da democracia, ao mesmo tempo em que prevalecesse o respeito à liberdade e autonomia de educandos e educadores. Neste sentido, o ensino permitia que os professores conhecessem a conduta dos alunos dentro e fora de sala de aula, por meio de uma observação criteriosa, antes de propor as intervenções no âmbito escolar. No depoimento escrito no caderno de diário do *5º Curso de Aperfeiçoamento para Professores Rurais* é possível encontrar um comentário que demonstra como era abordada a questão da observação do professor:

D. Helena Antipoff nos explicou (...) a ser muito cuidadosos em nossas observações e que meditássemos sobre a nossa maneira inconsciente de observação. Gostei muito, porque é ótimo para exercitar a nossa observação, mostrando-nos que devemos falar só aquilo de que tivermos absoluta certeza (C.C.S, 1950).

A questão da observação era enfatizada nos ensinamentos, pois Antipoff (1992l) considerava que os professores não eram bons observadores e este fato poderia causar imprecisões que obturariam a realidade das situações. A discussão sobre a importância de observar o comportamento dos alunos servia como orientação para a realização dos trabalhos práticos que proporcionavam aos estudantes a observação de crianças para conhecê-las e compreendê-las. Foi possível constatar este fato no depoimento encontrado no *Diário Escola Normal – Janeiro de 1951*:

Fomos para a classe de Dona Lúcia, cujo objetivo era observar as crianças anormais, utilizando para isso uma ficha organizada pela Dona Helena Antipoff, para medir o desenvolvimento mental de cada aluno (C.A.S., 19/01/1951).

⁶ ANTIPOFF, 1992d, p. 73.

Além da metodologia proposta por Lasoursky, também foram apropriadas nos cursos à metodologia utilizada na Educação Ativa de Genebra, por meio de um ensino que buscava a autonomia, a atividade espontânea, o autogoverno e a realização de métodos ativos. O princípio da Escola Ativa é que a atividade é sempre suscitada por uma necessidade. Sendo assim, um ato deverá estar direcionado a realizar os fins capazes de satisfazer a necessidade que o faz nascer, pois “*é a necessidade que mobiliza os indivíduos (...) é ela a mola da atividade*”⁷. O depoimento escrito no *4º Livro do II Curso do ISER – Fazenda do Rosário, 26 de junho de 1956* demonstra este fato.

D. Helena (...) falou nas leis de conduta (...). Dava cada uma um exemplo prático anexando a teoria à prática. Analisei, após a aula, o interesse da colega Daisy. (...) Desde que o dia amanheceu a Daisy insistiu e convidou a turma para o casamento que hoje se realiza na Pestalozzi. Organizou a lista para compra do presente e é de acordo que à tarde não haja aula afim se fazer o aprontamento para o casório, pois será uma causa antissocial não comparecermos (...) Vê-se (...) um interesse profundo, mas a necessidade que o rege, não consegui descobri-lo. Ela alega que é uma necessidade social não só para com os moradores de Ibirité como para os da Pestalozzi. (...) verifiquei as leis fundamentas da conduta para ver em qual delas enquadrava o interesse de Daisy e não consegui classificar (...) os salgados, doces, guaranás, palmas, danças, etc. Estará aí só o interesse social? E um bom cardápio, não nos interessa? (...) ajudem-me a analisar esse interesse, pois sua conduta poderá talvez ser integrada às de Claparède com a determinação da lei do interesse do casamento (E.C., 03/07/1956).

Este depoimento demonstra que os conhecimentos aprendidos deveriam ser utilizados para mobilizar ações na tomada de decisões, ajudando a identificar e compreender as situações cotidianas. Dessa forma, o conhecimento ajudaria o professor a pensar em propostas que tornassem a aprendizagem possível, por meio de métodos ativos que auxiliassem os alunos em suas experiências particulares e nas exigências próprias de cada caso.

A bagagem de conhecimentos que Antipoff trouxe para o Brasil direcionou suas propostas educacionais nos cursos, pois na atuação de Helena Antipoff estava o referencial teórico da escola de Genebra e dos pesquisadores do IJJR. Esse fato pode ser comprovado por meio do depoimento encontrado no *Diário ISER – Faz. Do Rosário (Curso de orientadores adjuntos do Instituto Superior de Educação Rural)*, de 1961, no qual a aluna menciona um dos livros utilizados para o ensino nos cursos:

Voltei (...) ao meu quarto onde se encontrava um amontoado de livros (...) encontrei um com dados sobre Claparède. Resolvi ler (...) achei interessante relatar o que li. Claparède um dos maiores vultos da Escola Nova, criou o “Instituto Jean Jaques Rousseau”, tendo aí a colaboração de Pierre Bovet, D. Helena Antipoff, Piaget e outros. De Claparède é a frase: “Só se aprende a fazer fazendo com necessidade”. A atividade nasce de uma necessidade; um ato que não esteja diretamente ligado a uma necessidade é uma coisa anti-natural; e é essa coisa anti-natural que a escola tradicional exige de seus alunos;

⁷ CLAPARÈDE, 1954 p. 156.

fazerem (...) que não correspondem a nenhuma necessidade (Fundamentos da Educação-livro de Amaral Fontoura) (V.B., 25/08/1961).

Os cursos também enfatizavam princípios de liberdade, de atividade e de interesse, objetivando favorecer a metodologia do trabalho em equipe e do *self-government*, característicos da Escola Ativa. A difusão desse método foi realizada por Jean Piaget (1896-1980) no período, de 1929 a 1967, em que se tornou dirigente do *Bureau International d'Éducation* (BIE). Com a utilização do método do *self-government*, Helena Antipoff e seus colaboradores esperavam que as alunas criassem uma solidariedade e se sentissem responsáveis pela permanência do vínculo social do grupo. Assim, esperava-se o desenvolvimento de qualidades relacionadas à compreensão recíproca, à capacidade para a discussão, levando em consideração o ponto de vista do outro e os prós e os contras das opiniões divergentes. Fato que pôde ser alcançado conforme demonstra um depoimento no caderno de diário do *ISER – Faz. Do Rosário Diários de 1965*:

(...) a nossa professora sempre deixa que trabalhemos em grupo. Assim, ao mesmo tempo que enriquecemos nossas experiências através de discurso com outros colegas, fazemos espécie de uma higiene mental (...) Meu grupo, depois de um estudo coletivo encontrou vários valores e importância no trabalho em grupo, como (...) os seguintes: 1) Ensina a ouvir e esperar a vez de falar; 2) Desenvolve o espírito de investigação; 3) Ajuda a criança a educar-se para viver na sociedade; 4) Enriquecer as experiências dos alunos; 5) Desenvolve a linguagem escrita e oral, (...) 6) Aumenta o senso de responsabilidade (R.P.S., 15/05/1965).

Os métodos de trabalho em equipe e do *self-government* tinham por objetivo possibilitar uma formação livre e democrática, resultando na construção de um espírito de comunidade e de liberdade responsável. Os cursos buscavam a realização de atividades participativas, que valorizassem as experiências do grupo e as possibilidades da contribuição de cada um, considerando que por meio da colaboração entre os pares, o futuro professor aprenderia a cooperar como membro da sociedade. Uma ex-aluna salientou na entrevista que a convivência e o trabalho em equipe foram importantes para sua formação, pois, dessa forma, conseguiu desenvolver um saber-fazer por meio de uma cultura de cooperação na qual as decisões eram compartilhadas, para chegarem a uma decisão que contemplasse o que seria mais eficaz para o grupo.

[Para solucionar os conflitos no grupo] tínhamos que viver aquilo e ela [Helena Antipoff] só perguntava, “qual foi o problema, como que vocês chegaram a resolver, como que está sendo agora? Você perdeu a luta pelo argumento? Como que você sente hoje?” Era assim essa aula, da gente entender o que se passa na organização social. O grupo ia resolver. Aquilo ia ficar ali, agora você faz o que que você quiser, que você é livre. As pessoas custavam muito a resolver, perdiam meses, porque tinha muita discussão, tinha muita briga. Ela [Helena Antipoff] queria mesmo ver como que iam acontecer esses conflitos e

como que eles iam resolver, porque tinha que resolver, ninguém ia ajudar. E afinal, o que saía de mais útil (Z. C. G. 08/07/16).

O trabalho em grupo permitia a experiência da vida em coletividade, colocando em ação a experiência do exercício da democracia e do autogoverno em grupo. As discussões forneciam a ocasião para o aprendizado do debate, da cooperação, da solução de conflitos por vias pacíficas, por meio da elaboração do consenso, para educar o senso de responsabilidade individual e para com o grupo. Sobre as vivências em grupo, uma ex-aluna afirmou que o trabalho em equipe era mais eficiente na realização das tarefas que deveriam ser cumpridas por elas.

A gente teve vivências em grupo (...) sempre falando “vamos fazer isso, vamos, chama lá? Ah, não pode não, então vem outro, quem quer?” A gente reunia e essa ênfase no grupo que ela [Helena Antipoff] dava, era no grupo real, vivendo. Alguns maiores, outros menores. A gente sempre tinha que chamar as pessoas para formar o grupo em cima de uma tarefa já feita. Funcionava. Isso nós tivemos lá, como alunas e como professoras (Z. C. G. 08/07/16).

Outra característica do ensino nos cursos, era o trabalho realizado pelos professores estrangeiros que realizavam o diálogo da Psicologia com a Educação, convidados por Helena Antipoff para ministrarem aulas. Por meio da escolha e da contribuição dos especialistas, percebe-se algumas tendências da Psicologia que alicerçaram e sustentaram a formação dos professores ocorrida na Fazenda do Rosário, demonstrando a circulação de conhecimentos que essa formação recebeu naquele período, por meio de aulas que discutiam assuntos relacionados à Psicologia Experimental, Educação do Excepcional e Psicologia Social.

Um dos estrangeiros foi o suíço e assistente do Laboratório de Psicologia Experimental da Faculdade de Ciências e no IJRR, professor André Rey (1906 – 1965). Rey foi professor de Psicologia Aplicada no Instituto de Ciências da Educação, na Universidade de Genebra em 1948, onde dirigiu os serviços de consulta e orientação profissional e professor associado à Faculdade de Ciências. Também trabalhou na Faculdade de Medicina como chefe do Laboratório de Psicologia Clínica, idealizado por Claparède nos serviços de Neurologia do Hospital Cantonal, em Genebra (INHELDER, 1966). No curso de Psicologia Experimental, ministrado por este professor, em 1956, enfocam-se princípios de Psicologia Experimental, por meio de leis de aprendizagem sustentadas na observação que poderiam ser comprovadas estatisticamente. André Rey enfatizava uma aprendizagem por meio de experiências práticas, demonstrando uma marca da Escola Ativa de Genebra. Durante a realização da entrevista, uma ex-aluna, menciona como André Rey abordava a matéria a ser ministrada em suas aulas:

Ele dividiu a matéria em Psicologia Geral e Comparada da Aprendizagem, que seriam as leis gerais, comparação entre indivíduos e comparação entre espécies. A Psicologia Hermética Humana, Crescimento Mental Humano, e Psicologia Diferencial da Aprendizagem. Diferentes interesses e capacidades. Psicopatologia da Aprendizagem, e aplicações da Psicologia da Aprendizagem em técnicas escolares ao estudo de professor e do aluno e a seleção profissional. Justamente a capacidade de aprender, eles ensinavam de forma produtiva, é o que ele estava visando (I.G.S., 26/01/2017).

Seguindo a linha dos conhecimentos ensinados por André Rey, o holandês Reiner Johannes Antonius Rozestraten (1924 – 2008), também conhecido como Frei Ricardo, continuou o ensino de Psicologia Experimental e o estudo da aprendizagem e do comportamento durante o tempo em que lecionou aulas de Psicologia na Fazenda do Rosário. Rozestraten chegou ao Brasil em 1950 para atuar no Colégio Santo Antônio, em Belo Horizonte e em 1956 foi um dos alunos que frequentaram o curso de Psicologia Experimental, ministrado por André Rey. Em um depoimento no caderno de *Diário 3º Curso Complementar Intensivo para Supervisores e Orientadores Adjuntas Ensino em Zonas Rurais*, do ano de 1957, foi possível encontrar um comentário sobre a aula ministrada por Rozestraten:

Na aula de Psicologia Animal, ministradas (...) por Frei Ricardo, foi iniciado o estudo da aprendizagem que é o método pelo qual o comportamento se adapta às circunstâncias. O cérebro (...) aumenta de temperatura, quando trabalha muito, devido à combustão das substâncias (...) necessária à produção de energias. (...) O comportamento do indivíduo pode ser mediado através do método psicotécnico; o estado emocional, respiração e pulsação são também medidos pelo *lie-detector*, de modo que podem ser verificadas as variações de um indivíduo e como revela ele um ato que praticou. O professor apontou 6 resultados de pesquisas psicotécnicas e iniciou o estudo dos reflexos (C., 21/06/1957).

Outra especialista estrangeira mencionada nos depoimentos, foi a portuguesa Maria Irene Leite da Costa (1911-1996) que lecionou, em 1957, no curso Intensivo de Aperfeiçoamento da Psicologia Educacional, aulas relacionadas à Educação do Excepcional. Assim como André Rey e a própria Antipoff, Maria Irene estudou em Genebra, tendo contato com Edouard Claparède e realizando consultas médico-pedagógicas no Instituto das Ciências da Educação da Universidade de Genebra. Em sua formação em Psicologia e Pedagogia Infantil, teve contato com Jean Piaget, que a incentivou no aperfeiçoamento de avaliação psicométrica e no interesse pelas áreas de Psicologia e de Educação. Durante os anos em que esteve realizando consultas médico-pedagógicas, realizou a aplicação do Teste do Desenho de Fay, destinado a verificar o nível mental das crianças. Os conhecimentos ensinados por essa professora, objetivava era que as alunas compreendessem o papel do professor frente à educação das crianças excepcionais, identificando seus problemas para melhor direcionarem a sua prática pedagógica. No *Diário 3º Curso Complementar Intensivo para Supervisores e*

Orientadores Adjuntas Ensino em Zonas Rurais - Maio/1957, foi possível encontrar a descrição das aulas ministradas por esta professora:

Uma conferência feita por D. Maria Irene Leite da Costa (...) O tema encarado foi a causa do atraso infantil. Contou-nos o fato de uma criança em uma aldeia que tinha as mãos aleijadas e a professora, ensinou-lhe a escrever com o pé vencendo assim os seus 4 anos de estudos primários. Uma professora queria saber se é deslouvável não receber em meio de crianças normais um aluno anormal, ao que ela respondeu que devemos receber esta criança e fazer com que as outras compreendam a necessidade de receber, de braços abertos, esta infeliz. Fez classificação das crianças quanto aos graus de anormalidade. (...) falou-nos que o papel (...) do professor, é ensinar e educar essas crianças ajudando-as, na medida do possível, conservando-as junto de nós e não desviá-las de nossos caminhos (L.M.M., 18/06/1957).

O francês Pierre Weil (1924 – 2008) também foi um dos especialistas estrangeiros que contribuíram para a formação das professoras e que possuía sua formação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação no IJRR da Universidade de Genebra. As aulas desse professor discutiam as relações humanas na escola, assim como o papel de liderança do professor no âmbito escolar por meio de atitudes autocráticas, democráticas e liberais, conforme um depoimento contido no *Diário ISER Curso de Orientadores* de 1958:

Aula do professor Pierre Weil. (...) O professor será líder conforme as relações entre ele, o aluno e a comunidade. Três atitudes se pode tomar para com os alunos: 1 – deixar o aluno fazer como quiser; 2 – mandar: atitude autocrática; 3 – fazer com que o aluno tire as conclusões e adquira novas atitudes. Esta é a qualidade de liderança. Num grupo dirigido pelo 1º há confusão. No 2º cria-se passividade, inibição, revolta, angústia. No 3º grupo liderado há um senso de responsabilidade que se cria em cada aluno, ambiente de relaxação (não de relaxamento), ausente de medo, vontade de saber e modificação de atitudes. (...) Bibliografia: *Relações Humanas* de Pierre Weil (M.F.C., 10/11/1958).

Por meio do material dos cadernos de diários e dos depoimentos das ex-alunas entrevistadas mencionados neste tópico, foi possível detectar e demonstrar o processo de circulação e recepção dos conhecimentos, sustentado nos princípios da Escola Nova e nos métodos da Escola Ativa, que ocorreu nos cursos para a formação de professores rurais no Complexo Educacional Rural da Fazenda do Rosário.

Considerações finais

A partir dos dados coletados foi possível constatar que o trabalho realizado nos cursos da Fazenda Rosário permite entender o processo de circulação e recepção dos conhecimentos científicos ocorridos em Minas Gerais, que estavam sustentados nos princípios da Escola Nova e nos métodos da Escola Ativa. Essa circulação e recepção de conhecimentos, pautada nas experiências vivenciadas na Europa, serviram de inspiração para que Antipoff e seus colaboradores proporcionassem uma originalidade na realização das atividades e do ensino nos

cursos, introduzindo modificações, devido a uma realidade diferente no Brasil daquela vivenciada na Europa.

Ao se referir à circulação e transformação do conhecimento e da prática científica da Psicologia, Pickren (2012) ressalta a postura ativa dos seres humanos no processo de receber conhecimentos e transformá-los, de forma a adequá-los às suas diferentes situações e realidades. Esse processo foi observado no ensino realizado na Fazenda do Rosário, por meio de uma perspectiva pautada na formação teórica da escola genebrina e na relação tanto de Antipoff quanto dos colaboradores que atuaram nos cursos, com os conhecimentos produzidos no IJRR.

Pickren (2012) também menciona o modelo de *centro – periferia*, no qual, em um primeiro momento, a circulação das informações e dos conhecimentos científicos vinham dos grandes centros, para depois chegarem nas periferias. Pode-se relacionar esse modelo de *centro - periferia* para o caso deste artigo. Na época em que Antipoff e seus colaboradores ministravam o ensino de Psicologia nos cursos, pautando-se nos conhecimentos vindos do Instituto Jean Jacques Rousseau de Genebra, o *centro* era considerado essas teorias advindas da Europa, e a *periferia* seria o Brasil, especificamente Minas Gerais, onde os conhecimentos estavam sendo compartilhados no Complexo Educacional Rural da Fazenda do Rosário. Porém, a partir do contexto cultural no qual os cursos estavam inseridos, foram ocorrendo apropriações e modificações, possibilitando uma forma inovadora e única de se realizar o ensino na formação dos professores. Dessa forma, a Escola Nova e da Escola Ativa de Genebra serviram de inspiração para a realização das atividades e do ensino na formação de professores rurais nos cursos da Fazenda do Rosário, sendo adaptados e modificados devido à diferença de realidades do Brasil e da Europa.

Referências

- ANTIPOFF, H. W. Educação Rural – Década de 1950. In: Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) (Org.). *Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff* - Educação Rural. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992d. p. 71-85, v. 4.
- ANTIPOFF, H. W. A homogeneização das classes escolares. Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA) (Org.). *Coletânea das obras escritas de Helena Antipoff* – Educação do Excepcional. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1992l, p. 31-35, v. 3.
- ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, A. M., AUGUSTO, R. C. Psicologia e educação rural na obra de Helena Antipoff: um olhar sobre o passado. *Memorandum*, v. 21, p. 88-104, out. 2011.
- CAMPOS, R. H. F. Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *História da psicologia: pesquisa, formação, ensino*. São Paulo: EDUC – ANPEPP, 1996. p. 125-45.
- CAMPOS, R. H. F. *Helena Antipoff: psicóloga e educadora: uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

- CAMPOS, R. H. F. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 209-23, set./dez. 2003.
- CAMPOS, R. H. F. Introdução – Notas para uma história das ideias psicológicas em Minas Gerais. In: DARWIN, C. R.; CASSEMIRO, M. F. P.; MORETSONH, R. F. (Orgs.). *Psicologia: possíveis olhares outros fazeres*. Belo Horizonte: Conselho regional de Psicologia, 4º Região, 1992. p. 11-63.
- CLAPARÈDE, E. *A Educação Funcional*. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.
- CLAPARÈDE, E. *Psicologia da criança e pedagogia experimental: introdução, histórico, problemas, métodos, desenvolvimento mental*. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1956. v. 18.
- FERRIÈRE, A. L'École nouvelle et le Bureau international des Ecoles nouvelles. In: *Pour L'Ere Nouvelle – Revue Internationale d'Éducation Nouvelle*. Année 4, avril 1925, n. 15, p. 2-8. [Acervo/Archives Institut J.-J. Rousseau (AIJR), Genève/Suisse, 2017].
- FERRIÈRE, A. Le congrès de la ligue internationale pour l'éducation nouvelle à Bruxelles. *Berner Schulblatt – L'École bernoise*, jg. 82, n. 23, p. 346-48, sept. 1949.
- HAENGELI-JENNI, B. *Pour L'Ere Nouvelle: une revue-carrefour entre Science et militance (1922-1940)*. 2011. Thèse (Doctorat) – Université de Genève, 2011. n. FPSE 491.
- INHENDER, B. André Rey, 1906-1965, 27 de junho de 1965. In: *Infância Excepcional: estudo, educação e assistência ao excepcional*. Publicação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, Fazenda do Rosário, Ibité: Belo Horizonte, outubro a dezembro. 2º semestre de 1966. p. 14-15.
- LOURENÇO, E. *A psicologia da educação na obra de Helena Antipoff: uma contribuição para a historiografia da psicologia*. 2001. 176 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- PARRAT-DAYAN, S.; TRYPHON, A. Introdução. In: PARRAT-DAYAN, S.; TRYPHON, A. (Orgs.). *Pedagogia*. Lisboa: Éditions Odile Jacob, 1998. p. 7-21. [Acervo/Archives Jean Piaget, Genève/Suisse, 2017].
- PERREGAUX, C.; RIEBEN, L.; MAGNIN, C. *Une École où les enfants veulent ce qu'ils font – La Maison des Petits hier et aujourd'hui*. Lausanne: LEP Loisirs et Pédagogie, 1996.
- PICKREN, W. E. Waters of March (Águas de Março): circulating psychological Science and practice. In: LOURENÇO, E.; ASSIS, R. M.; CAMPOS, R. H. F. (Orgs.). *História da Psicologia e contexto sociocultural – pesquisas contemporâneas, novas abordagens*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 17- 46.
- RUCHAT, M. A Escola de psicologia de Genebra em Belo Horizonte um estudo por meio da correspondência entre Edouard Claparède e Helena Antipoff (1915-1940). In: *Revista brasileira de história da educação*, n. 17, p. 181-205, maio/ago. 2008.

Documentos de arquivos

- 4º Livro do II Curso do ISER – Fazenda do Rosário, 26 de junho de 1956, Memorial da Fundação Helena Antipoff (MFHA), Ibité/MG, 2015.
- 5º Curso de Aperfeiçoamento para Professores Rurais, de 1950, (MFHA), Ibité/MG.
- Diário 3º Curso Complementar Intensivo para Supervisores e Orientadores Adjuntas Ensino em Zonas Rurais - Maio/1957, (MFHA), Ibité/MG, 2015.
- Diário Escola Normal – Janeiro de 1951, (MFHA), Ibité/MG, 2015.
- Diário ISER - 21/05/56 a 15/06/56, (MFHA), Ibité/MG, 2015.
- Diário ISER – Faz. Do Rosário (Curso de orientadores adjuntos do Instituto Superior de Educação Rural) de 1961, (MFHA), Ibité/MG, 2015.
- Diário ISER Curso de Orientadores 1958, (MFHA), Ibité/MG.
- ISER – Faz. Do Rosário Diários de 1965, (MFHA), Ibité/MG.

Waldemar Valle Martins (1926-2004): presença intelectual na universidade

Alexander Marques da Silva
Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) – Brasil
alexander@unisantos.br

Resumo

Esta comunicação apresenta a obra educacional de Waldemar Valle Martins e sua atuação como professor e educador no ensino superior em que atuou: Universidade Católica de Santos. A questão que orienta é: Waldemar pode ser visto como um intelectual? Seu trabalho – seja através de seus escritos na mídia impressa santista, no campo educacional mediante aulas nas universidades em que lecionou, bem como na sua atuação administrativa como Reitor na Unisantos – atesta sua importância para a formação intelectual de seus alunos e de seus leitores. A metodologia utilizada é histórico-documental, buscando – através de fontes primárias e secundárias impressas e de entrevistas (com sujeitos de sua convivência) – traçar o perfil do mestre educador. Os seus escritos têm forte teor educativo e sua atuação educadora com a juventude foi muito marcante. O conceito de análise utilizado é o de intelectual mediador, desenvolvido por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen na apresentação da coletânea “Intelectuais mediadores práticas culturais e ação política”. O intelectual é visto como produtor de conhecimento e de comunicação intervindo na esfera político-social, na universidade. O tema possui relevância social por estudar e apresentar uma das figuras intelectuais importantes da cidade de Santos, na sua atuação na mídia impressa e no campo educacional.

Palavras-chave: Intelectual; Universidade; Educação Católica; Juventude.

Introdução

Ensinar é algo que faz parte da tradição da humanidade. A figura do educador que através da arte de ensinar apresenta ao educando diversas realidades contidas no mundo é uma das figuras que mais marca a vida de uma pessoa, muitas vezes levando esta a uma mudança de vida. Quem é que não se lembra daquele professor/a que era muito bom? Aquele que sabia bem ministrar a sua aula? Nos cinemas, vários professores foram retratados como pessoas que possuíam uma espécie de “vocação” e que mesmo diante das adversidades, não desistiam de seus alunos. Entre os filmes, podem-se citar “Ao mestre com carinho”, em uma atuação excepcional de Sidney Poitier como um professor que trabalha com uma classe de alunos desajustados, devolvendo-lhes a dignidade perdida; Hilary Swank em “Escritores da Liberdade” ou Robin William em uma interpretação extraordinária em “Sociedade dos poetas mortos”. Em todos esses filmes, o professor é a figura central e com sua ação é capaz de mudar a vida das pessoas com quem teve contato, ou seja, os alunos e pessoas que trabalharam com eles.

Para este trabalho foi escolhido um desses educadores o Prof. Dr. Waldemar Valle Martins que foi além de educador, sacerdote, poeta e escritor. Sua atuação buscou se focar no

bem-estar do ser humano e em suas dimensões física, psíquica e espiritual. Foi um homem dedicado ao sacerdócio e a educação.

O objetivo deste trabalho é apresentar a obra educacional do Prof. Dr. Waldemar Valle Martins e sua atuação como professor educador no ensino superior em que atuou: Universidade Católica de Santos (1963-2002) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978-1982). A questão que orienta é: Waldemar Valle Martins pode ser visto como um intelectual? Seu trabalho – seja através de seus escritos na mídia impressa santista, no campo educacional mediante aulas nas universidades em que lecionou, bem como na sua atuação administrativa como Diretor Geral e Reitor na Unisantos (1979-1989) – atesta sua importância para a formação intelectual de seus alunos e de seus leitores. O conceito de análise utilizado é o de intelectual mediador, desenvolvido por Ângela Maria de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen na apresentação da coletânea “Intelectuais mediadores práticas culturais e ação política”. Nele, o intelectual é visto como produtor de conhecimento e de comunicação intervindo na esfera político-social, na universidade.

A metodologia utilizada é histórico-documental, buscando – através de fontes primárias e secundárias impressas e de entrevistas (com sujeitos de sua convivência) – traçar o perfil do mestre educador.

O homem

Waldemar Valle Martins nasceu no dia 28 de fevereiro de 1926 em Santos. Sua educação foi de forte formação católica.

Após concluir o curso primário em uma escola municipal, Waldemar em 1936, presta exame de admissão com o intuito de ingressar no Gymnasio do Estado. O exame era composto de avaliação escrita e oral das seguintes disciplinas: Português, sendo redação e ditado; Aritmética (cálculo elementar); História do Brasil rudimentar; Geografia e Ciências Naturais.

Assim, após completar as cinco séries do curso secundário no Gymnasio do Estado, conhecido também como Colégio Canadá, no período de 1937 a 1941, Waldemar optou pelo sacerdócio católico e partiu para uma complementação de estudos por um período de dois anos no Seminário Premonstratense, localizado na cidade de Pirapora do Bom Jesus, em São Paulo, visando ser admitido no curso de Filosofia do Seminário Maior no Ipiranga em São Paulo.

Terminada a etapa da preparação realizada em Pirapora, Waldemar em 1944 ingressou no Seminário Maior do Ipiranga para cursar Filosofia. E em 1945, após o término da 2ª Guerra

Mundial, por volta do mês de agosto, o estudante foi selecionado para continuar seus estudos em Roma. Tal escolha partiu por indicação de parte de seus professores.

Em 1947, ingressou no curso de Teologia. Por indicação de seus professores, em seu primeiro ano de teologia, foi convidado a realizar uma disputa pública (eram realizadas duas ao ano) em Latim, cuja apresentação foi um sucesso. Em julho de 1950, cursando o quarto ano de Teologia, realiza seus exames finais. Sendo aprovado retorna a Santos.

O professor

Waldemar Valle Martins foi um homem de cultura intelectual, que ocasionou admiração naqueles que foram seus alunos e que trabalharam com ele na Universidade Católica de Santos na época em que foi Reitor e professor.

Retornando de Roma, ministrou aulas em diversas faculdades e sua trajetória como professor começou quando foi convidado pelos seus antigos professores do Seminário Central do Ipiranga para ministrar aulas de Filosofia e Teologia. Permaneceu dando aulas no Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga em São Paulo de 1951 a 1954.

Em 1953, D. Idílio pediu para que Waldemar assumisse aulas de Cultura Religiosa no curso de Direito da então Faculdade Católica de Santos, algo que o fez até o ano de 1955. Um ano depois, em 1954, assumiu como professor de Filosofia nos cursos de Pedagogia e Letras da FAFIS (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos), ministrando suas aulas até o ano de 1960.

No período de 1955 a 1958, foi professor de Ensino Religioso no Colégio Canadá, onde havia estudado no ginásio. Em 1958 até 1960 foi professor de Psicologia na escola de enfermagem de Santos. Neste mesmo ano, foi convidado para ser professor de História da Filosofia e de História Educação na Faculdade Estadual de Filosofia de Presidente Prudente, em São Paulo, que posteriormente tornou-se UNESP (Universidade Estadual Paulista). Este fato é relatado no livro *A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente 1959-1976 – Gênese da FCT-Unesp*. Na relação do primeiro corpo docente da Faculdade aparece:

Waldemar Valle Martins, professor de História e de Filosofia: licenciado em Teologia e Bacharel em Filosofia *summa cum laude* pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, *Docens Adjuntor* da Faculdade Teológica da PUC-SP, professor das Faculdades de Filosofia e

de Direito de Santos (Filosofia, Teologia, Sociologia, Economia) da Escola de Jornalismo de Santos e da escola de Enfermagem de Santos, Estudos e Seminários da PUC-SP.¹

Em 1963, após 3 anos em Roma para o seu doutoramento (1960-1962), Waldemar Valle Martins, assume como professor de Filosofia da Faculdade Católica de Santos, cargo que exercerá até o ano de 2002.

Na Faculdade de Filosofia de São Bento da PUC-SP ministrou aulas de Filosofia e Ética em 1964.

Em 1970, lecionou Filosofia na Faculdade de Filosofia de São Caetano em São Paulo e voltou a ministrar aulas no então Instituto de Educação Canadá, em Santos, como professor de Educação Moral e Cívica.

Tornou-se professor de Filosofia das Faculdades Associadas do Ipiranga (FAI) em São Paulo no período de 1971 a 1977. Por esta faculdade, licenciou-se em Pedagogia em 1980.

No ano de 1978 foi convidado a tornar-se professor de Antropologia Filosófica do curso de Pós-graduação da PUC-SP, permanecendo nesta função até 1982.

Voltou a ministrar aulas de Filosofia na FAI, no Centro Universitário Assunção, em São Paulo, no período de 1990 a 1999 e de 1996 a 1999 foi o coordenador do Curso.

Entre 1999 e 2001 foi coordenador e professor do curso de Pós-graduação em Filosofia da Educação da Universidade Católica de Santos.

O intelectual

A palavra intelectual (do latim *intellectuāle*) é definida no dicionário Michaelis como: 1) aquele que se dedica a atividades que requerem grande desempenho da inteligência; 2) pessoa que se interessa por cultura geral; 3) aquele que domina qualquer assunto com propriedade. A figura dos intelectuais esteve sempre presente na sociedade. Eram vistos antigamente como seres do saber, que conheciam as “letras” e que tinham a missão de levar conhecimento aos outros. A visão de intelectual foi modificando-se ao longo da história e apresenta-se atualmente diversas interpretações. Algumas delas serão apresentadas a seguir, trabalhando-se alguns autores e seus conceitos de intelectual.

O vocábulo *inteligencja* na grande Polônia do Sec. XIX era utilizado para “representar os membros bem-educados da sociedade que, apoiados na razão e no conhecimento, assumiriam

¹ Eunice L.G. Lima; Arilda I. M. Ribeiro, *A faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente 1959 – 1976: Gênese da FCT – Unesp*. Paco Editorial, São Paulo, 2013, p.140. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/intelectual/>>. Acesso em 23 novembro 2017

as responsabilidades de defender os interesses da pátria e do povo”.² Ou seja, a responsabilidade sobre a educação do povo e à afirmação da nação. Para os russos, o vocábulo representava homem culto, orador eloquente, nacionalista e defensor apaixonado de mudanças sociais.

Assim, inteligência acabou sendo associada a uma

(...) idéia de elite que se definia pelo grau de formação e de competência para tratar com o conhecimento erudito e com a cultural em geral, em contraste com as elites de sangue ou de posição econômica; bem como se vinculou à idéia de grupo que, gozando de capacidades superiores de análise e de elaboração de propostas sociais, se constituía como protagonista político privilegiado. Defendendo reformas sociais os jovens cultos reivindicaram as condições de guia do povo e de grupo portador da consciência nacional.³

No final do séc. XIX, os franceses trazem para si o debate sobre o papel exercido pela elite cultural. A palavra *intelligentsia* é colocada de lado em favor do termo intelectual. Segundo Vieira (2008, p. 70), tal termo circulava no ambiente cultural francês desde a metade do séc. XIX, mas ganhou notoriedade através do conhecido manifesto *J'accuse: lettre au président de la république*, de Émile Zola, publicado no jornal *L'Aurore*, em dezembro de 1898. Esse texto tornou pública a posição de Zola sobre o affaire Dreyfus e produziu grande impacto no cenário político e cultural francês. O manifesto a favor de Dreyfus fez com que os intelectuais fossem vistos como defensores da liberdade e da justiça. Entretanto, também foram vistos como traidores da pátria e da nação. Tal acontecimento teria dado uma certa conscientização do poder simbólico e do capital cultural conferido a estes atores denominados intelectuais.

Outro fator determinante para a formação da identidade dos intelectuais foi a organização da cultura neste período, bem como a presença de jornais e de revistas de grande circulação, algo que fez com que os intelectuais tornassem-se protagonistas políticos.⁴ Tendo em suas mãos veículos de ampla circulação, que se mostravam eficientes para disseminação de ideias, acabaram atuando de uma maneira organizada sobre a reflexão de questões sociais que possuíam grande apelo cívico. Tudo propiciou aos intelectuais uma afirmação de sua identidade política e social, permitindo novas formas de pensar e agir.

Diante deste contexto de ocupação pelos intelectuais do cenário cultural, criou-se a crença de que os intelectuais eram competentes no manuseio das palavras, nos discursos,

² Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*, 2008, p.68

Ángel Rama, *La Ciudad Letrada*, Editorial Tajamar, Santiago de Chile, 2004, p. 32

³ Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*, 2008, p.69.

⁴ Cf. Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*, 2008, pp.71-72

ocupando “púlpitos socialmente valorizados na imprensa, no Estado, nas instituições de ensino e nos círculos de cultura”.⁵

O objetivo desta comunicação é evidenciar que Waldemar Valle Martins foi um intelectual que contribuiu para a construção do pensamento educacional de Santos. Entretanto, sabe-se que existem diversas visões de intelectuais no meio acadêmico. Destaca-se a visão de intelectual mediador com prática de mediação cultural apresentada por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen. Estas afirmam que existem práticas de mediação cultural que foram desenvolvidas de maneira específica por sujeitos históricos que foram identificados como intelectuais. E estes intelectuais atuaram como mediadores culturais, o que as levará a denominá-los como intelectuais mediadores.⁶

Socialmente, os intelectuais, com o passar do tempo, acabaram também exercendo um papel de intervenção, agindo como mediadores sociais de conflitos existentes e de formas de pensar antagônicas.

(...) a tese do intelectual como mediador político permanece em circulação no debate acadêmico e político. Função de mediador que Gramsci, embora sem diálogo direto com Mannheim, destacou também ao definir os intelectuais como dirigentes e organizadores da cultura. A visão marxista de Gramsci impedia-o de pensá-los para além dos condicionamentos sociais e, sendo assim, suas idéias oscilaram entre os intelectuais como funcionários, representantes diretos dos interesses das classes fundamentais, ou como dirigentes e organizadores que possuíam autonomia relativa em relação aos grupos sociais aos quais eles estavam vinculados.⁷

Diante dessa abordagem, Waldemar Valle Martins pode ser visto como um intelectual mediador por sua atuação no campo educacional, como professor, escritor, reitor da Universidade Católica de Santos e como coordenador do curso de pós-graduação na mesma Universidade.

Waldemar era um homem que buscava o conhecimento, bem como a comunicação e transmissão do mesmo e de ideias através de suas aulas, escritos e palestras. Os intelectuais são vistos como

(...) homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se

⁵ Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*, 2008, p.74.

⁶ Cf. Ângela C. Gomes; Patrícia S. Hansen, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, In: *Intelectuais mediadores – praticas culturais e ação política*, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2016, p.9.

⁷ Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*, 2008, p.75.

entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.⁸

Para se compreender o papel dos intelectuais, deve-se buscar construir uma história intelectual que esteja intimamente articulada à história das linguagens, das profissões ligadas à esfera cultural, das formas de transmissão da cultura e dos meios e dos lugares de difusão do conhecimento. Tal visão leva “a compreensão dos intelectuais a partir das suas práticas sociais, dos seus lugares de enunciação, das suas redes de sociabilidade, dos seus compromissos políticos com as elites ou com aqueles que defendem a subversão do poder”.⁹

As ações dos intelectuais mediadores não esgotam todas as formas ou atividades de mediação cultural. Outras ações podem ser praticadas como forma de mediar trocas ou transferências intelectuais de diversas maneiras nos ambientes acadêmicos. Nestes casos o intelectual mediador nem sempre “aparece de forma evidente ou como responsável direto por um bem cultural, com crédito público ao seu nome”.¹⁰ Entretanto, poderá diversas vezes acabar ocupando cargos estratégicos em instituições culturais, públicas ou privadas, em associações ou organizações políticas, atuando em um lugar privilegiado em que há uma rede de sociabilidades, podendo protagonizar projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos.

Como intelectual, Waldemar também criou a primeira universidade da Baixada Santista, aprovada em janeiro de 1986 como Universidade Católica de Santos. Teve uma atuação nacional na área da educação universitária sendo presidente da ABESC (Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas) de 1985 a 1989 e também como coordenador das Universidades Comunitárias Brasileiras em 1988 e 1989.

O intelectual é um ser inserido no mundo e nas variantes culturais que existem, o que lhe proporciona uma visão da realidade que o circunda e lhe orienta em seus pensamentos e na sua articulação com a sociedade, dialogando sobre questões políticas e sociais. Ou seja, o intelectual deve compreender a realidade que o cerca, a fim de identificar situações em que possa atuar para cooperar a construção de uma sociedade melhor. Waldemar expressa essa

⁸ Ângela C. Gomes; Patricia S. Hansen, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, In: Intelectuais mediadores – práticas culturais e ação política, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2016, p.10).

⁹ Cf. Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*, 2008, p.80.

¹⁰ Cf. Ângela C. Gomes; Patricia S. Hansen, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, In: Intelectuais mediadores – práticas culturais e ação política, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2016, p.19.

dimensão através de seus artigos nos periódicos em que escrevia (jornais A Tribuna e Cidade de Santos).

Os intelectuais podem ser vistos ou reconhecidos através de dois processos:

(...) O primeiro se refere ao processo de “criação ou produção” de bens culturais, que remete à figura do intelectual classificado como “produtor original ou criador”, geralmente tratado como autor, artista, inventor, cientista, etc. Enfim, um sujeito concebido como responsável pela constituição da chamada cultura erudita, alta cultura, ou também identificado de forma coletiva, como integrante de grupos inovadores e movimentos de vanguarda, que produzem alterações percebidas como bruscas e profundas no ambiente artístico ou científico, muitas vezes, obtendo reconhecimento *a posteriori*. O segundo envolve os processos de acesso e recepção desses bens culturais, por grupos sociais de tamanhos os mais variados, sobretudo se considerarmos a diversidade de suportes desses bens, que vão da palavra falada e escrita, passam pelos impressos e pelo audiovisual, e chegam aos meios digitais.¹¹

Waldemar se encaixava nos dois processos, visto que atuava como pensador, através de seus escritos, refletindo sobre os problemas contemporâneos da sociedade e também, como educador, na sala de aula, ministrando suas aulas nos cursos de Filosofia em que lecionava, transmitindo conhecimento e cultura. Participou e foi dirigente do movimento de Ação Católica, (movimento ligado à Igreja Católica) e da criação do Instituto Santista de Filosofia que antecedeu o curso de Filosofia da futura Universidade Católica de Santos. E com o Cônego Lucio Floro, criou a APES em 1983, uma associação de difusão do pensamento cristão no ensino superior.

O intelectual deve ser aquele que produz novos significados, através da apropriação de conhecimentos e do saber. Como se ele produzisse algo a partir de uma produção anterior, gerando um novo produto cultural. Assim, que não pode ser desvalorizada a sua atuação junto àqueles que com quem mantém contato, seja na sala de aula, seja através da escrita, seja através das mídias. O intelectual pode ser um criador ou um mediador; no caso do intelectual mediador o importante é atingir um público que muitas vezes não é especializado naquilo que é lhe transmitido e, que de outra forma, não teria acesso ao conhecimento ou a compreensão do mesmo.

Há ainda alguns grupos de intelectuais mediadores. Um dos grupos compartilham características tais como serem responsáveis por “edições, coleções, autoria de prefácios, comemoração de efemérides, entre outros produtos culturais dessa natureza, que podem ser

¹¹ Ângela C. Gomes; Patricia S. Hansen, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, In: Intelectuais mediadores – práticas culturais e ação política, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2016, p.13.

dirigidos a públicos mais intelectualizados ou não”.¹² Waldemar Valle Martins foi um dos maiores latinistas do Brasil e participou de um grupo que traduziu a Summa Teológica de Santo Tomás de Aquino publicada pelas Edições Loyola.

Um outro grupo citado é o dos que se dedicam às práticas de mediação cultural em diferentes tempos, buscando estar entre os intelectuais e autores e suas ideias. Ainda é apresentado um outro grupo ou categoria de intelectuais mediadores que direcionam suas “ações para a formação de profissionais em sua própria área de especialidade, objetivando disseminar práticas e saberes que seriam responsáveis por circunscrever campos disciplinares e conferir uma identidade a seus membros”.¹³ Neste grupo pode-se encaixar o Prof. Dr. Waldemar Valle Martins, que através de suas aulas no curso de Filosofia, buscava formar filósofos que poderiam atuar na sociedade como pensadores e formadores de opinião, em igrejas, escolas e órgãos civis e sociais.

Desta forma, pode-se entender que o intelectual mediador pode acumular perfeitamente diversas funções e posições durante sua trajetória profissional. Waldemar foi ao mesmo tempo professor, sacerdote, escritor e poeta. E em todas as suas ações buscava atingir a maior quantidade de pessoas que pudesse, tendo em mente diferentes intenções e públicos, tendo o intuito de produzir vários tipos de bem cultural. Desta forma, como sugere Gomes e Hansen (2016, p. 22), Waldemar seria um intelectual que ao mesmo tempo era criador e mediador, pensador e transmissor de pensamento/conhecimento.¹⁴

Pelo poder que exercem, os intelectuais como sujeitos históricos, envolvem-se na produção de bens simbólicos, sendo assim reconhecidos pela sociedade como uma elite intelectual. A visão de poder simbólico é tratada por Bourdier que apresenta os intelectuais como produtores de capital simbólico, representantes dos interesses das classes dominantes “aqueles próprios dos cultos que lutam pelo monopólio da produção do capital simbólico”.¹⁵ Sua teoria se baseia nas relações entre estrutura econômica e bens simbólicos, revelando imposições estruturais que agem em espaços considerados imunes ao seu poder. Entre esses espaços pode-se citar o campo da ciência, da arte e da educação.

Se olhá-los em uma maneira mais ampla, os intelectuais mediadores acabam se envolvendo mais com a difusão e transmissão, o que leva os bens culturais a serem divulgados

¹² Ângela C. Gomes; Patricia S. Hansen, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, In: Intelectuais mediadores – praticas culturais e ação política, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2016, p.20.

¹³ Ângela C. Gomes; Patricia S. Hansen, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, In: Intelectuais mediadores – praticas culturais e ação política, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2016, p.20.

¹⁴ Alexander M. Silva, *O professor educador Waldemar Valle Martins (1926-2004): presença na educação santista*, 2018, p.16.

¹⁵ Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*, 2008, p.79.

e circularem na sociedade em grupos sociais mais amplos e muitas vezes não especializados. Esses intelectuais estariam voltados para a construção de representações que possuem um impacto grande na sociedade, atuando de forma estratégica para “entender como uma série de novos sentidos são gestados a partir da recepção dos bens culturais; de como tais bens transitam entre grupos sociais variados; de como a esfera da cultura se comunica, efetivamente, com a esfera social”.¹⁶ Neste sentido, deve-se destacar que o Reitor Waldemar Valle Martins buscava encaminhar bolsas de estudo para jovens carentes.

Aqui percebe-se a preocupação dos intelectuais mediadores e, entre eles Waldemar Valle Martins, com a educação e o futuro. Muitos tem elaborado produtos culturais que visem atingir o público jovem, por meio de instituições escolares ou não, buscando reforçar a identidade destes jovens através de uma formação cultural política que defendam valores acreditados por eles. Estes intelectuais buscam aproximar ainda esses jovens destes bens culturais de antemão, fazendo com que eles tomem consciência da importância de seu papel na sociedade e para a construção do futuro. Waldemar sempre buscou isso através de suas aulas e palestras. Conscientizar os jovens de sua importância, estando aberto a ouvir a juventude. Ele gostava de trabalhar com jovens e estes gostavam de ouvi-lo.

Por fim à pergunta: “Waldemar Valle Martins pode ser visto como um intelectual mediador?”, a resposta é encontrada através de seu trabalho, de seus escritos na mídia impressa santista, de sua atuação nas paróquias em que trabalhou ou no campo educacional mediante as aulas administradas nas Universidades. Tudo isso atesta sua importância para a formação intelectual de parte da sociedade santista. Ou seja, é inegável sua importância no campo educacional da cidade de Santos.

Lecionou para diversos alunos que posteriormente tornaram-se professores na mesma universidade, em outras e na rede pública de ensino. Por seus escritos, que possuíam forte teor poético e educativo, foi convidado a fazer parte da Academia Santista de Letras. O poeta paulista Paulo Bonfim no prefácio da segunda edição do livro *Vitrais do mundo* (1976) chama a atenção:

Átomos de poesia vão compondo o universo de Waldemar Valle Martins. O filósofo enriquece sua filosofia, mergulhando as raízes na intuição do poeta. Trata-se de um volume de meditação que certamente irá alimentar a fome de verdade existente em nossa

¹⁶ Ângela C. Gomes; Patricia S. Hansen, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, In: Intelectuais mediadores – práticas culturais e ação política, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2016, p.26.

época. Através de “Vitrais do mundo”, recebemos a luz do caminheiro que anda de veias abertas, semeando beleza.¹⁷

Foi escritor atuante na cidade de Santos, publicando artigos no jornal “A Tribuna”, no período de 1964 a 1967. Depois foi articulista dos anos de 1967 a 1970 do jornal “Cidade de Santos. Participou também como escritor nas revistas acadêmicas *Leopoldianum* da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS); *Lumen* das Faculdades Associadas do Ipiranga (FAI), em São Paulo e na revista da Academia Santista de Letras. Publicou os seguintes livros: *Sinal Verde na Igreja?* editado pelo Instituto Santista de Filosofia em 1965; *Riscos da fé* pela editora Paulinas em 1968; *Liberdade de ensino – reflexões a partir de uma situação no Brasil* pela Loyola em 1976; *Fragmentos* pela Loyola em 1992 e *Vitrais do mundo* pela Loyola sendo a 1ª edição em 1970; 2ª edição em 1976; 3ª edição em 1983 e a 4ª edição em 1999.

Diante de tais fatos, pode-se dizer que Waldemar Valle Martins foi uma figura intelectual mediadora importante da sociedade santista.

Referências

- Alexander M. Silva, *O professor educador Waldemar Valle Martins (1926-2004): presença na educação santista*, Trabalho apresentado in: XIII Cihela – Congresso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana. Uruguai, 28 fevereiro 2018.
- Alípio Casali, *Elite intelectual e restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- Ângela C. Gomes; Patricia S. Hansen, *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*, In: Intelectuais mediadores – praticas culturais e ação política, Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2016.
- Ângela C. Gomes, *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, 220p.
- Anísio Teixeira, *Pequena introdução à filosofia da educação: A escola progressiva ou a transformação da escola*. 6ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971, 150p.
- Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, 244p.
- _____. Escritos políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.
- Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*, 2008.
- Carlos E. Vieira, *História intelectual e história dos intelectuais: diálogos acerca da escrita da história da educação*. In: História intelectual e educação – trajetórias, impressos e eventos. São Paulo: Paco Editorial, 2015, 424p.
- Eunice L.G. Lima; Arilda I. M. Ribeiro, *A faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente 1959 – 1976: Gênese da FCT – Unesp*. Paco Editorial, São Paulo, 2013.
- Jean-François Sirinelli, *Os intelectuais*. In: Por uma história política. Org. René Rémond. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Getulio Vargas, 1996, 464p.
- Paulo F. C. Franco, *Waldemar Valle Martins – homem de virtude e saber*. São Paulo: Loyola, 2001.
- Raymond Willians, *Cultura*. 2 ed. Trad: Lólio Lourenço de Oliveira. Paz e Terra: São Paulo, 2000, 239p.

¹⁷ Waldemar Valle Martins, *Vitrais do mundo*, São Paulo, Loyola, 1999, p.6.

Rodrigo A. Souza, *Theobaldo Miranda Santos: um intelectual católico e modernista*. In: História intelectual e educação – trajetórias, impressos e eventos. São Paulo: Paco Editorial, 2015, 424p.

Waldemar Valle Martins, *Liberdade de ensino – reflexões a partir de uma situação no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1976. 205p.

_____. *Fragmentos*. São Paulo: Loyola, 1992. 100p.

_____. *Riscos da fé*. São Paulo: Paulinas, 1968. 121p.

_____. *Sinal Verde na Igreja?* Santos: Instituto Santista de Filosofia, 1965. 207p.

_____. *Vitrais do mundo*. 4ed. São Paulo: Loyola, 1999. 114p.

Outras fontes

Ana Waleska P. C. Mendonça, *O educador: De intelectual a burocrata*. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n58/18n58a06.pdf>>. Acessado em 10 setembro 2017.

Carlos Eduardo Vieira, *Intelligentsia e intelectuais – sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual*. 2008. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/109/120>>. Acessado em 10 setembro 2017.

Christophe Charle, *Nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898)*. 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30225>>. Acessado em 10 setembro 2017.

Francisco Oliveira, *Intelectuais, conhecimento e espaço público*. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a13>>. Acessado em 10 setembro 2017.

Lincoln Secco, *Intelectuais*. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=648>>. Acesso em 23 novembro 2017.

Maria Alice R. Carvalho, *Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil*. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v22n65/a03v2265.pdf>>. Acessado em 10 setembro 2017.

Maria Lúcia Dureiguetto, *A questão dos intelectuais em Gramsci*. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a04n118.pdf>>. Acessado em 10 setembro 2017.

Academia Santista de Letras. <<http://www.academiasantistadaletras.com.br/academicos.html>>. Acesso em 20 novembro 2017.

Michaelis. 2017. Disponível: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/intelectual/>>. Acesso em 23 novembro 2017.

CONGRESSO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL
NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA,
SÉCULOS XIX E XX

**EIXO 11: POLÍTICAS SOCIAIS NA
AMÉRICA LATINA**

De 16 a 18
maio de 2018

Universidade
de São Paulo
Brasil

El proceso de modernización: la modernización lingüística de Bolivia - la reemergencia de las lenguas originarias

Rita Cancino
Universidad de Aalborg
rcancino@cgs.aau.dk

Resumen

La reemergencia de las lenguas indígenas de Bolivia y el reconocimiento como lenguas oficiales de estas forma parte de una tendencia regional de Latinoamérica. Desde que Evo Morales asumió la Presidencia en Bolivia en 2005, las lenguas indígenas han jugado un papel cada vez más importante y consiguieron con la nueva Constitución el reconocimiento como lenguas oficiales junto con el español. En el Artículo 2 de la Constitución boliviana, se reconoce a la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesino y su dominio ancestral sobre sus territorios. Este reconocimiento formó parte de un proceso de descolonización y modernización, devolviendo de esta manera el orgullo de las lenguas y culturas a los pueblos originarios de Bolivia. En 2012, se promulgó la Ley No. 269 “Ley General De Derechos Y Políticas Lingüísticas” que es una norma que entre otras cosas, reconoce, promueve y regula los derechos lingüísticos individuales y colectivos recuperando los idiomas oficiales de los habitantes del Estado Plurinacional de Bolivia. El objetivo de este artículo es discutir la situación lingüística en la Bolivia actual después de la nueva ley de Derechos y Políticas lingüísticas con respecto al estatus de las muchas lenguas oficiales.

Palabras clave: Lenguas oficiales; Política lingüística; Lenguas originarias; Modernización lingüística.

Introducción

Durante los últimos 20 años el interés por las comunidades y tradiciones indígenas ha aumentado considerablemente en toda América Latina con la elaboración de políticas lingüísticas nacionales y la declaración de lenguas oficiales, incluyéndose en estas las lenguas originarias¹. La reemergencia de las lenguas indígenas de Bolivia forma parte de este proceso. Otros países latinoamericanos siguen llevando una política lingüística monolingüe con el español como única lengua oficial como es el caso de Chile. Las lenguas indígenas habladas actualmente en Bolivia corresponden en gran medida a los procesos de colonización. El Imperio Incaico garantizó de algún modo el mantenimiento de la diversidad lingüística en los primeros años de la colonización. La monarquía española promovió el uso de las lenguas indígenas mayores (quechua y aymara) con fines de evangelización. Desde la segunda mitad del siglo XVIII se dio un cambio radical en la política cultural y lingüística imperial, tendiendo al exterminio de las expresiones culturales propias, entre ellas las lenguas. El español fue introducido por los conquistadores y es la lengua hablada por las tres cuartas partes de la población. Después viene el quechua (legado de los incas) que como lengua materna ocupa el

¹ José Bengoa, *La emergencia indígena en América Latina* (2ª ED), Fondo de Cultura Económica. Chile, 2008.

primer lugar de las lenguas originarias habladas en Bolivia. En tercer lugar viene el aymara, anterior a la civilización inca.

La nueva Constitución del Estado boliviano de 2009 se refiere a Bolivia como el Estado Plurinacional de Bolivia. En el Artículo 5 de la Constitución, la Política del Estado reconoce oficialmente a 36 idiomas como lenguas oficiales². A partir de ese momento, Bolivia se funda en el pluralismo lingüístico y en virtud del cual las leyes y el ordenamiento jurídico reconocen como oficiales a los idiomas que existen en su territorio. En 2012, el 2 de agosto, el Presidente Morales confirmó y extendió los derechos de las lenguas indígenas con la promulgación de la Ley General de Derechos y Políticas Lingüísticas (Ley N° 269)³. De este modo, igualó a casi todos los idiomas que se hablan en el territorio del país y la Plurinacionalidad llega a todos los rincones del Estado, desde el reconocimiento de las lenguas indígenas junto con el español a los órganos legislativos, judiciales o constitucionales. Con el concepto de plurinacionalidad se introdujo la descolonización y la modernización lingüística del país. En esta ponencia me gustaría discutir la importancia de la política lingüística de Bolivia con respecto a la modernización lingüística y la diversidad cultural del país.

Las lenguas originarias

De acuerdo con los datos del Censo de 2012,⁴ los idiomas más hablados del país son tres: el castellano, el quechua y el aymara. Juntos casi representan el 94% de los habitantes del país⁵. El castellano lo aprendieron de niños un total de 6.690.486 personas, que representan el 66,7% del total de los bolivianos. El segundo idioma más hablado es el quechua con 1.680.384 personas (16,75%)⁶ y los quechua-hablantes se encuentran principalmente en los departamentos de Cochabamba, Chuquisaca y Potosí. El aymara, anterior a la civilización inca, es el tercero, con 1.021.513 personas que lo aprendieron de niños (10,18%)⁷. El número de idiomas hablados en Bolivia varía según las diferentes fuentes y existen por lo menos entre unas 44 y 55 lenguas nativas y extranjeras⁸. Además, se han identificado unos 127 dialectos adicionales hablados por

² Constitución Política del Estado de Bolivia de 2009, 7 febrero de 2009.

³ LEY NO 269, Cap. I. 2 de Agosto de 2012. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

⁴ INE 2012. Bolivia, *Características de Población y Vivienda. Censo Nacional de Población y Vivienda*. Instituto Nacional de Estadística, Bolivia, 2012.

⁵ Ibid.

⁶ Ibid.

⁷ Ibid.

⁸ Willem F. H. Adelaar & Pieter C. Muysken, "The Languages of the Andes", *International Journal of American Linguistics*, Vol. 72, No. 1 (January 2006), 2004. pp. 154-155.

Paul M. Lewis, Gary F. Simons & Charles D. Fennig (eds), *Ethnologue: Languages of the World*, 17th edition. Dallas, Texas: SIL International, 2013. http://www.ethnologue.org/show_country.asp?name=BO.

pequeños grupos tribales repartidos por todo el territorio boliviano⁹. Cuando Evo Morales, que pertenece al pueblo originario aymara, asumió la Presidencia en Bolivia en 2005, fue el primer presidente de Bolivia que no era de origen mestizo. A partir de su asunción a Presidencia las lenguas indígenas han jugado un papel cada vez más importante y consiguieron por primera vez el reconocimiento como lenguas oficiales junto con el español. Este reconocimiento formó parte de un proceso de descolonización, devolviendo de esta manera el orgullo de las lenguas y culturas a los pueblos originarios de Bolivia. En 2012, se promulgó la Ley No. 269 “Ley General De Derechos Y Políticas Lingüísticas” que es una norma “que reconoce, protege, promueve, difunde, desarrolla y regula los derechos lingüísticos individuales y colectivos y recupera los idiomas oficiales en riesgo de extinción de los habitantes del Estado Plurinacional de Bolivia.”¹⁰

La reemergencia de las lenguas indígenas de Bolivia y el reconocimiento como lenguas oficiales de estas lenguas forma parte de una tendencia regional de Latinoamérica. Otro ejemplo es Ecuador que en su Constitución vigente desde agosto del año 1998, en el Artículo Núm. 1 menciona que el Ecuador es “...un Estado social de derecho, soberano, unitario, independiente, democrático, pluricultural y multiétnico...”.¹¹

Conceptos teóricos tratados en el artículo

Para poder hablar de la política lingüística de Bolivia hace falta introducir los conceptos de política lingüística, modernización y lengua oficial. Según Spolsky¹² “Language policy may refer to all language practices, beliefs and management decisions of a community”. La modernización se puede definir según la Real Academia Española (RAE) como: “Hacer que alguien o algo pase a ser moderno”¹³. Finalmente hace falta introducir el concepto de idioma oficial. Según la definición de la RAE el idioma oficial es, en cada nación, “el único lenguaje que ha de emplearse en las leyes, órdenes, en el ejército, en las relaciones de trabajo (con determinada tolerancia por los dialectos o giros locales en este caso) y, en tiempo de guerra, el exclusivo en las comunicaciones telegráficas, telefónicas y radiales”¹⁴. En la

⁹ Xavier Albó, “Movimientos Indígenas desde 1900 hasta la actualidad”, In Jesús Espasandín López y Pablo Iglesias Turrión (ed.), *BOLIVIA en movimiento. Acción colectiva y poder político*, España, El Viejo Topo, Barcelona, 2007.

¹⁰ LEY N° 269, 2 de agosto de 2012. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

¹¹ German Flores, “Exclusión y pueblos indígenas en el Ecuador. Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en el Ecuador del Siglo XXI”, *Memorias del Seminario Nacional*, Escuela de Gobierno y Políticas Públicas, Fundación Konrad Adenauer, Quito, Ecuador, 2007, p. 7.

¹² Bernard Spolsky, *Language Policy*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

¹³ RAE. Real Academia Española, 2015, *Lengua oficial*. Consultado en <http://universojus.com/definicion/idioma-oficial>

¹⁴ RAE. Real Academia Española. 2015. *Lengua oficial*. Consultado en <http://universojus.com/definicion/idioma-oficial>

Constitución Plurinacional del Estado de Bolivia, un idioma o lengua oficial es la lengua que está especificada como de uso corriente en los documentos oficiales en la [Constitución](#), u otro instrumento legal de un país y por extensión en su territorio o áreas administrativas directas. Es el idioma de uso oficial en los actos o servicios de la [administración pública](#) o privada, y en la [justicia](#). También puede ser, sin que exista una definición legal, la lengua de instrucción y enseñanza oficial en el [sistema educacional](#) nacional. Un idioma oficial es la lengua en la que el ordenamiento jurídico declara o reconoce como propia de un determinado territorio, lo que implica el derecho a usarla en general y, en particular, en las relaciones con los órganos públicos, así como el derecho a aprenderla, con los deberes correlativos para los citados órganos y conocerla y de enseñarla.¹⁵ Además, según la Constitución, cabe la posibilidad de que en un mismo territorio haya más de una lengua oficial (bilingüismo o plurilingüismo). En la Ley 269 (Capítulo I) se define como bilingüe “a la persona que ha desarrollado competencias comunicativas en dos idiomas”. Según la misma Ley “se define plurilingüe a las comunidades lingüísticas o a las personas que han desarrollado competencias comunicativas en dos o más códigos lingüísticos con diferentes grados de conocimiento y uso”.¹⁶

El número de lenguas que se habla en determinado territorio es uno de los principales indicadores de la diversidad cultural de un país. Una lengua es una construcción milenaria colectiva que refleja una manera particular de comunicación a través de la cual una cultura se construye a sí misma, o sea, el concepto de la etnolingüística que en el Diccionario de Real Academia se define como la “Disciplina que estudia las relaciones entre la lengua y la cultura de uno o varios pueblos”¹⁷. En Baca Matero¹⁸ Ebneter considera que la etnolingüística “estudia la intersección del lenguaje, por una parte, y cultura, pensamiento, visión del mundo y conducta correspondiente a esa cultura, por otra”. Esto significa que la etnolingüística es una ciencia interdisciplinar que estudiará las relaciones entre el idioma y el grupo humano caracterizado por una comunidad cultural.¹⁹

¹⁵ CPE. Constitución Política del Estado de 2009, “Bolivia: Constitución Política del Estado de 2009”, 7 febrero de 2009.

¹⁶ LEY NO 269, Cap. I. 2 de Agosto de 2012. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

¹⁷ RAE. Real Academia Española. 2015. *Lengua oficial*. Consultado en <http://universojus.com/definicion/idioma-oficial>

¹⁸ Virginia María Baca Mateo, “El lenguaje como hecho cultural” en *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2010. www.eumed.net/rev/cccss/08/vmbm2.htm

¹⁹ Ibid.

El Estado Plurinacional de Bolivia y sus lenguas

La nueva Constitución del Estado boliviano (2009) se refiere a Bolivia como el Estado Plurinacional de Bolivia. Por nación entendemos dentro de la propuesta de Benedict Anderson una representación ideológica, simbólica e historiográfica y mítica, que en el caso de los países latinoamericanos fue construida por las élites criollas, es decir los descendientes de los conquistadores hispánicos que construyeron el Estado-Nación, es decir el poder sobre un territorio determinado.²⁰ El Estado fue entonces el aparato jurídico-institucional, militar e ideológico que estas élites utilizaron para ejercer su hegemonía y su poder sobre las poblaciones indígenas que fueron excluidas del poder y la riqueza. Otra definición de nación presenta García Linera: “Una Nación es una Comunidad en las que sus componentes se reconocen por adelantado en una institucionalidad a la que reconocen como propia y, dentro de la cual, integran sus luchas sociales, sus competencias y mentalidades”.²¹

En la Constitución de Bolivia todos los pueblos originarios se consideran naciones. El Artículo 30-1 dice: “Es nación y pueblo indígena originario campesino toda la colectividad humana que comparta identidad cultural, idioma, tradición histórica, instituciones, territorialidad y cosmovisión, cuya existencia es anterior a la invasión colonial española”.²² En Bolivia, la Plurinacionalidad llega a todos los rincones del Estado, desde el reconocimiento de las lenguas indígenas junto con el español a los órganos legislativos, judiciales o constitucionales.²³

En 2006, Evo Morales aprobó como Presidente el proyecto de Ley que confirió el estatus de idioma oficial a muchos idiomas indígenas hablados en diversas regiones del país. En 2009 se aprobó la nueva Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia que reconoció en su Artículo 5 un total de 36 idiomas lo que significa que tanto el español como casi todos los idiomas de las naciones indígenas del país de un total de 54 lenguas nativas quedaron reconocidos como idiomas oficiales²⁴.

En el Censo de Población de 1992, con un total de 6.420.792 habitantes de Bolivia, el 58,3% hablaba algún idioma indígena (monolingüe o en combinación con el español).²⁵ En el

²⁰ Benedict Anderson, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso Editions and NLB, 1983, pp. 14-16.

²¹ Álvaro García Linera, “¿Qué es una Nación?” en *Crítica*, No.- 3, La Paz, Bolivia, Septiembre 2001, pp. 6- 7.

²² Constitución Política del Estado de Bolivia de 2009, 7 febrero de 2009.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

²⁵ INE. *Bolivia Características de Población y Vivienda. Censo Nacional de Población y Vivienda*, Instituto Nacional de Estadística, Bolivia, 1992.

censo de 2001 que arrojó el resultado de una población de 8.274.325 habitantes, el porcentaje de hablantes de lenguas indígenas había bajado a casi el 50%, aunque la auto-identificación con algún pueblo indígena alcanzó al 62% de la población total. Esto hizo de Bolivia el país más indígena de América Latina, donde la etnicidad es una cuestión de mayorías y no de minorías (República de Bolivia, 2001^a). En Bolivia la población urbana hablante de lenguas nativas es notoriamente alta. En 1992, un 40% de la población de La Paz declaró hablar el aymara; en 2001 se mantenía todavía en un 38%.²⁶ En 1976, el 41% de la población vivía en áreas urbanas (200.000 habitantes o más) y el 58,3% en áreas rurales. La tendencia se ha desarrollado hacia la urbanización ya que en 1992 la proporción de habitantes urbanos había crecido al 57%, en tanto que la población rural había descendido al 42,5%.²⁷ El Censo de 2001 confirmó estas tendencias con un 11% de hablantes monolingües en algún idioma nativo y el consiguiente crecimiento del bilingüismo (República de Bolivia, 2001b)²⁸. En 2012, la población de Bolivia llegó a 10.027.254 habitantes según el Instituto Oficial de Estadística (INE) y los datos del Censo de Población y Vivienda 2012²⁹. El Censo de 2012 concluyó que el castellano es utilizado por 6.690.489 (69,40%) de los habitantes de Bolivia y el quechua por 1.680.384 (17,43%)³⁰.

Reconocimiento de derechos lingüísticos

En 2012, se promulgó la Ley No. 269 “Ley General De Derechos Y Políticas Lingüísticas” que es una norma “que reconoce, protege, promueve, difunde, desarrolla y regula los derechos lingüísticos individuales y colectivos y recupera los idiomas oficiales en riesgo de extinción de los habitantes del Estado Plurinacional de Bolivia”.³¹ Según la misma ley y su explicación de los diferentes conceptos utilizados en la Ley, los conceptos de derechos lingüísticos *individuales* se entienden como los derechos que son destinados a corregir los desequilibrios lingüísticos. Para evitar esta situación toda persona tiene derecho a ser reconocida como integrante de una comunidad lingüística (sociedad humana que, asentada históricamente en un espacio territorial determinado, reconocido o no, se auto-identifica como

²⁶ República de Bolivia, 2001^a

²⁷ INE. *Bolivia Características de Población y Vivienda, Censo Nacional de Población y Vivienda*, Instituto Nacional de Estadística, Bolivia, 1992.

²⁸ República de Bolivia, 2001 b.

²⁹ INE. 2012. *Bolivia Características de Población y Vivienda. Censo Nacional de Población y Vivienda*. Instituto Nacional de Estadística, Bolivia, 2012.

³⁰ Ibid.

³¹ Ley 269, 2012. Bolivia, pp.1-2.. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

pueblo, y que ha desarrollado un idioma común como medio de comunicación natural y de cohesión cultural entre sus miembros³². Los derechos *colectivos* son los derechos que una comunidad puede recibir y que consisten entre otras cosas en que la comunidad puede recibir educación de su lengua materna, dentro de su territorialidad y a que la administración pública estatal la atienda en su idioma; usar términos toponómicos en sus idiomas y a utilizar terminología propia.³³

Según la Constitución, el Gobierno central y los gobiernos departamentales deben utilizar al menos dos idiomas oficiales donde uno de ellos debe ser el castellano y el otro se decidirá tomando en cuenta el uso, la conveniencia, las circunstancias, las necesidades y preferencia de la población en su totalidad o del territorio en cuestión. Los demás gobiernos autónomos deben utilizar los idiomas propios de su territorio y uno de ellos debe ser el castellano.³⁴ El reconocimiento como lenguas oficiales supone que todos los actos emanados de las instituciones y órganos del Poder público de Bolivia deberán traducirse a todas las lenguas oficiales, al menos a dos idiomas oficiales en cada departamento.³⁵

La Ley 269 de 2012 extiende los derechos de los ciudadanos mediante su Artículo 9 sobre el Idioma y la Administración Pública que dice: “Toda persona, tiene derecho a recibir atención en su idioma, en toda gestión que realice, en cualquier repartición de la administración pública y entidades privadas de servicio público, de acuerdo al principio de territorialidad.³⁶ Además obliga a la administración pública y entidades privadas de servicio público a promover el uso de los idiomas oficiales a través de comunicación y difusión. El personal público y entidades privadas de servicio público deberán preponderar el conocimiento de los idiomas oficiales de acuerdo con el principio de territorialidad.³⁷ El Órgano Judicial debe garantizar procesos en idiomas oficiales del Estado y cada persona tiene derecho a defenderse en su propio idioma, eventualmente con un traductor. Además, las servidoras y servidores públicos del Órgano Judicial deberán conocer el idioma de la unidad territorial donde trabajan.³⁸

³² Ibid.

³³ Ibid.

³⁴ CPE: Constitución Política del Estado de 2009, Bolivia, 7 febrero de 2009. Art. 5.

³⁵ Ibid.

³⁶ Ley 269, 2012. Art.9. 2012 p. 5. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

³⁷ Ley 269, 2012: Art.10. 2012 p. 5. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

³⁸ Ley 269, 2012: Art.12. 2012 p. 6. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

La situación lingüística actual en Bolivia

Como queda mencionado Bolivia cuenta en la actualidad con una población de aprox. 10 millones de habitantes, de los cuales el 67% pertenece a los diferentes grupos étnico-lingüísticos del país.³⁹ Antes de la Presidencia de Morales, la Educación Intercultural Bilingüe se adoptó como política pública y se sancionaron dos modalidades de lengua: En primer lugar *la obligación* de los indígenas de aprender el castellano y en segundo lugar *la posibilidad* de los hispanohablantes de aprender alguna lengua indígena. El sistema bilingüe sería para todo el sistema educativo, pero priorizaba ámbitos donde los niños tenían una lengua indígena por primera lengua: el currículo es bilingüe principalmente en los distritos y núcleos en los cuales los educandos hablan una lengua originario y requieren de una atención educativa en una lengua distinta al castellano.⁴⁰

La nueva Ley de Educación Boliviana (2006) implementó en la educación escolar la formación trilingüe. El castellano, una lengua originaria y otra extranjera serían las lenguas de enseñanza en las escuelas y los colegios. La enseñanza trilingüe significa tres idiomas que hay que clasificar bien. Unos han de ser los idiomas de enseñanza y otros los de aprendizaje. Para la población rural, un idioma nativo se considera de enseñanza (idioma materno en que se aprenden las demás materias), mientras que para los niños del área urbana, la misma lengua será un idioma de aprendizaje (el idioma que se debe dominar a nivel comunicacional). De igual forma, el castellano para las poblaciones rurales será la lengua de aprendizaje, pero todos van a tener que aprender el idioma nativo sin excepción.⁴¹

Sobre las lenguas de la educación la Ley 269 dice en su Artículo 5: “El estudiante monolingüe castellano hablante de todos los subsistemas y niveles educativos tiene el deber de aprender otro idioma oficial del Estado, predominante en la región, como segunda lengua”⁴². Para apoyar a la educación también se lanzó en 2013 un satélite, Túpac Katari, para poder transmitir comunicaciones a las zonas rurales más alejadas donde anteriormente no llegaba la señal de televisión ni de Internet.⁴³

³⁹ INE, *Bolivia Características de Población y Vivienda, Censo Nacional de Población y Vivienda*. Instituto Nacional de Estadística, Bolivia, 2012.

⁴⁰ Carmen N. Lopez, “Participación indígena en la implementación de políticas lingüísticas en la educación: Una experiencia con comunidades gauránies bolivianas”, *World Congress on Language Policies*. Barcelona, 16-20 April 2002.

⁴¹ Cándic Tancara, “El bilingüismo será herramienta clave para la educación”, *La Razón Digital*. 2006.

⁴² Ley 269, 2012: Art.5.p. 4. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

⁴³ G. de la Vega, “Bolivia: La UNESCO destaca políticas de inclusión para población indígena”, *El Mirador de Sudamérica*, Publicado el 17 de junio de 2014.

En 2012, el 2 de agosto, Morales confirmó y extendió los derechos de las lenguas indígenas con la promulgación, de la Ley General de Derechos y Políticas Lingüísticas.⁴⁴ De este modo, igualó a casi todos los idiomas que se hablan en el territorio del país. La Ley dice en su Artículo 7º (Declaratoria). “Se declara Patrimonio Oral, Intangible, Histórico y Cultural del Estado Plurinacional de Bolivia, a todos los idiomas de las naciones y pueblos originario campesinos”.⁴⁵ Para reforzar y apoyar el uso de las lenguas originarias de Bolivia se creó también en 2012 el Instituto Plurinacional de Estudios de la Lengua y Culturas (IPELC) cuya función es desarrollar la investigación lingüística y cultural para preservar y fortalecer los idiomas vigentes en el país y recuperar los valores y conocimientos de las naciones originaras de Bolivia⁴⁶. Este instituto se compara en Bolivia con la Real Academia de la Lengua Española de España. Es la responsabilidad del Instituto implementar los Proyectos Sociocomunitarios Productivos de cada comunidad a sus lenguas y usos.⁴⁷ Según Evo Morales el motivo de la creación del IPELC es que se debe “acabar con el quechuañol o aymarañol, es mucha responsabilidad, mucho trabajo, pero después de 520 años también nosotros, los originarios, podemos decir ahora frente a la Real Academia de la Lengua Española que tenemos una Real Academia de Lenguas Nativas”.⁴⁸ Aparte del IPELC se creará el Instituto de la Lengua para cada lengua originaria. Cada pueblo indígena tendrá su propio Instituto de la Lengua para que los hablantes puedan desarrollarla y las actividades son respaldadas por el Ministerio de Educación con recursos económicos.⁴⁹ En 2013 ya se habían creado Institutos de Lengua y Cultura para aymara, quechua, afroboliviano y guaraní y el chimán, movima y mojeño serían los próximos.⁵⁰

Conclusiones

Se puede decir que el castellano y las lenguas nativas conviven en una situación de diglosia lingüística. La Real Academia Española (RAE) define la diglosia como sinónimo de bilingüismo en especial cuando una de las lenguas goza de prestigio o privilegios sociales o

⁴⁴ Ley 269, 2012: Art.5. p.4.

⁴⁵ Ley 269, 2012: Art.3. p. 1-2. LEY NO 269, Cap. I. 2 DE AGOSTO DE 2012. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml

⁴⁶ Carmen Lozano Bright, “Bolivia afronta el reto de preservar las 36 lenguas que reconoce su Constitución”, *La Marea*, 2014. Bajado el 3 de enero de 2018 en <https://www.lamarea.com/2014/09/21/el-camino-de-los-saberes-tradicionales/>

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Bolpres, “En Bolivia hay 23 lenguas oficiales”, *Educación*, 2013. Bolpres. <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2013022105>.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Alexander Terrazas, “Crean institutos para salvar lenguas y culturas indígenas” *El Día*, Bolivia, 2013. http://www.eldia.com.bo./index.hp?cat=1&pla=3&id_articulo=128684

políticos superiores. El castellano efectivamente es la lengua más oficial del Estado, más oficial que las otras lenguas oficiales, aunque no lo diga expresamente la Constitución Política. Además, solo las lenguas reconocidas por la Constitución tienen la posibilidad de acceder a proyectos y programas de rescata y preservación promovidos por el Estado. Solamente las lenguas oficiales pueden tener el apoyo del Estado mediante un Centro o Instituto que hace actividades en favor de la lengua y también recibe apoyo económico del Estado.

Para todas las lenguas originarias de Bolivia el reconocimiento de ellas mediante la declaración de lenguas oficiales para la gran mayoría ha tenido la consecuencia de que ya no pertenecen a una cultura perdida. Antes estas lenguas solamente se podían utilizar en casa ya que el español fue la lengua oficial. Ahora son reconocidas y pertenecen sobre todo a su herencia cultural, pero al mismo tiempo forman parte de la Bolivia actual y moderna. Una Bolivia que se muestra orgullosa de su historia, su cultura y sus tradiciones y sobre todo, sus muchas lenguas originarias. Sin embargo, son las más grandes, el quechua y el aymara que son las lenguas más utilizadas, pero se puede esperar que con el reconocimiento también las lenguas más pequeñas tengan un futuro y que Bolivia de esta manera pueda ser un buen ejemplo en la lucha contra la muerte de tantas lenguas originarias. La modernización lingüística de Bolivia ha sido una forma de retorno al pasado lingüísticamente, recuperando de esta manera las lenguas antiguas y originarias. Sin embargo, no solamente las lenguas del pasado y de la actualidad desempeñan un papel importante ya que la nueva Ley de Educación ha implementado la educación escolar trilingüe donde también la lingua franca mundial, el inglés, formará parte de lenguas que los niños deberán aprender para el futuro.

Con el Instituto Plurinacional de Estudios de la lengua y Culturas cuya función es desarrollar, preservar y fortalecer los idiomas vigentes en el país, se preocupa mucho de fortalecer la situación de las lenguas originarias. Al mismo tiempo que el Gobierno boliviano procura llevar adelante la modernización del país, también la modernización lingüística, se ha creado una forma de una Real Academia de Lenguas Nativas de Bolivia, además de crear los Institutos de la Lengua para cada lengua originaria. Se puede decir que en Bolivia se ha efectuado una modernización lingüística mediante una vuelta al pasado y a la historia fortaleciendo al mismo tiempo la importancia de las lenguas originarias y con esto la herencia lingüística y cultural.

Referencias

ADELAAR, W.F. H. & MUYSKEN, P. C. (2004). "The Languages of the Andes".

- International Journal of American Linguistics, Vol. 72, No. 1 (January 2006), pp. 154-155.
- ALBÓ, X. (2007). "Movimientos Indígenas desde 1900 hasta la actualidad". In Jesús Espasandín López y Pablo Iglesias Turrión. (ed.) BOLIVIA en movimiento. Acción colectiva y poder político. España: El Viejo Topo. Barcelona.
- ANDERSON, B. (1983). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso Editions and NLB.
- BACA MATERO, V.M. (2010). "El lenguaje como hecho cultural", en *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, abril 2010, www.eumed.net/rev/cccss/08/vmbm2.htm
- BENGOA, J. (2008). *La emergencia indígena en América Latina (2ª ED)*. Fondo de Cultura Económica. Chile.
- BOLPRES (2013). "En Bolivia hay 23 lenguas oficiales". Educación. Bolpres. <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2013022105>
- BRIGHT, C. L. (2014): "Bolivia afronta el reto de preservar las 36 lenguas que reconoce su Constitución".
- CPE. CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE 2009. BOLIVIA: Constitución Política del Estado de 2009, 7 febrero de 2009
- FLORES, G. (2007). "Exclusión y pueblos indígenas en el Ecuador. Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en el Ecuador del Siglo XXI". *Memorias del Seminario Nacional. Escuela de Gobierno y Políticas Públicas. Fundación Konrad Adenauer. Quito, Ecuador.*
- GARCÍA L., Á. (2001), "¿Qué es una Nación?" en *Crítica*, No.- 3, Septiembre 2001, La Paz, Bolivia, pp. 6 y 7.
- INE. 1992. *Bolivia Características de Población y Vivienda. Censo Nacional de Población y Vivienda*. INE. Instituto Nacional de Estadística.
- INE. 2012. *Bolivia Características de Población y Vivienda. Censo Nacional de Población y Vivienda*. INE. Instituto Nacional de Estadística.
- LEY NO 269, 2 DE AGOSTO DE 2012. www.lexivox.org/norms/BO-L-N269.xhtml
- LEWIS, M. P., GARY F. S. & CHARLES D. F.(eds). (2013). *Ethnologue: Languages of the World*, 17th edition. Dallas, Texas: SIL International, http://www.ethnologue.org/show_country.asp?name=BO.
- LÓPEZ, C.N. (2002). "Participación indígena en la implementación de políticas lingüísticas en la educación: Una experiencia con comunidades gauranías bolivianas". *World Congress on Language Policies*. Barcelona, 16-20 April 2002.
- PRETEL, K.A. (2014). "El genocidio (estadístico) de indígenas en Bolivia". *El Confidencial*. 1.02.2014. http://www.elconfidencial.com/mundo/2014-02-18/el-genocidio-estadistico-de-indigenas-en-bolivia_90694/
- RAE. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. 2015. *Lengua oficial*. Consultado en <http://universojus.com/definicion/idioma-oficial>
- REPÚBLICA DE BOLIVIA, 2001a: 68. Instituto Nacional de Estadística. *Bolivia. Características sociodemográficas de la población indígena*. La Paz., Instituto Nacional de Estadísticas. La Paz, INE.
- REPÚBLICA DE BOLIVIA, 2001b: 142. Instituto Nacional de Estadística. *Características sociodemográficas de la población de Bolivia*. Instituto Nacional de Estadísticas. La Paz, INE
- SPOLSKY, B. (2004). *Language Policy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TANCARA, C. (2006). "El bilingüismo será herramienta clave para la educación". *La Razón Digital* 25.06.06.
- TERRAZZAS, A. (2013). "Crean institutos para salvar lenguas y culturas indígenas". *El Día*. http://www.eldia.com.bo/index.hp?cat=1&pla=3&id_articulo=128684
- VEGA, G. DE LA. (2014). Bolivia: "La UNESCO destaca políticas de inclusión para población indígena". *El Mirador de Sudamérica*. Publicado el 17 de junio de 2014.

CONGRESSO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA

VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL
NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA,
SÉCULOS XIX E XX

**EIXO 12: VOZES FEMININAS NAS
LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS**

De 16 a 18
maio de 2018

Universidade
de São Paulo
Brasil

O idealismo de Lina Bo Bardi na construção da cidade contemporânea: o MASP como espaço democrático

Dr^a. Merilyn Escobar de Oliveira
PUC-SP – Brasil
merilynescobar@uol.com.br

Dr^a Yara Felicidade Reis
FAU-USP – Brasil
yarareis@yahoo.com.br

Resumo

A investigação busca abordar o processo histórico, político e social do MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand) enquanto projeto político, e assim compreender a elaboração da memória coletiva relacionada ao espaço e suas interlocuções na contemporaneidade. Destacamos o papel da arquiteta Lina Bo Bardi, que projetou o museu, no centro do campo da arquitetura do século XX, como representante feminina do modernismo. Trazemos uma discussão acerca da participação feminina nos grupos de arquitetos modernos no âmbito de um recorte de gênero. Nesse espectro acentuamos a centralidade da obra de Lina Bo Bardi no movimento moderno no período pós-guerra, momento em que questões de gênero e de produção na escola modernista demarcam relações entre arte e política.

Palavras-chave: Modernismo; Lina Bo Bardi; MASP; Gênero; Arte e política.

Introdução

Não é de hoje que, a cidade tem sido ponto de referência da vida social. Observa-se que o espaço urbano condensa um conjunto de significações que foram construídas, reconstruídas, inventadas e reinventadas a partir de um determinado enfoque ou acontecimentos circunstanciados a diversos contextos e interlocuções.

A relação entre o projeto político e o arquitetônico manifesto na arquitetura e na paisagem urbana revelam as contradições, as dinâmicas e transformações no processo de produção das cidades. A escolha por um conjunto arquitetônico evoca o conteúdo simbólico e representativo de um determinado contexto histórico, político, social e cultural. A parceria entre arquitetura e urbanismo e seus propósitos políticos serão examinados a partir do MASP em momentos importantes da cidade de São Paulo.

É neste sentido que se pretende estudar o MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand) e os sentidos construídos ao longo de sua história na cidade de São Paulo. Entender seu protagonismo como espaço que ultrapassa os limites internos do museu para abrigar a vocação democrática de ser um espaço aberto às diversas manifestações, encontros e referências no âmbito da história política da cidade contemporânea. A investigação busca abordar o processo histórico, político e social do museu e suas transformações, para assim

compreender a elaboração da memória coletiva relacionada ao espaço e compreender suas interlocuções na contemporaneidade.

O cenário de nossa pesquisa tem o MASP, seu conjunto arquitetônico, e seu protagonismo na paisagem urbana da avenida mais famosa da cidade de São Paulo, seus usos e apropriações coletivas tornam-se assim o objeto de pesquisa.

Localizado no terreno que abrigava o Belvedere Trianon (1916), projetado por Ramos de Azevedo, o local juntamente com o Parque Trianon era ponto de encontro da elite paulista até o ano de 1950, quando o espaço foi demolido para dar lugar à sede da Fundação Bienal de São Paulo, que acabou sendo transferida para o Parque do Ibirapuera. O projeto de Azevedo tinha como intenção urbanística promover uma visão panorâmica da região do Vale do Anhangabaú e do Centro, tal como previa o doador do terreno Joaquim Eugenio de Lima, idealizador do projeto urbanístico da avenida paulista.

Figura 1- Terraços do Belvedere Trianon/ Acervo Estadão¹



A arquiteta responsável pelo projeto da construção da sede permanente do MASP, a italiana Lina Bo Bardi, buscou manter-se leal ao projeto urbanístico que permitia a vista do centro da cidade. E foi assim que ela elaborou o projeto para a construção do museu concebido entre 1957 e 1968, em volume suspenso, com estrutura principal erguida por dois pórticos longitudinais, quatro pilares laterais, um par de vigas no interior do museu, deixando o vão térreo livre para a visão da cidade.

¹ Era uma vez em sp... Belvedere trianon – acervo estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-belvedere-trianon,11165,0.htm>. Oesp 12/06/2015.

Figura 2- Estudo preliminar - esculturas praticáveis do belvedere Museu Arte Trianon (Lina Bo Bardi – 1968)²



A estrutura foi possível com os estudos e trabalho do engenheiro Jose Carlos de Figueiredo Ferraz. O terraço que interliga o bloco subterrâneo, nos pavimentos abaixo do piso térreo acolhe as exposições itinerantes. Do lado de fora, que dá vistas para a avenida Nove de Julho espaços verdes adornados por plantas diversas acompanham os desníveis dos pavimentos dando leveza a arquitetura. O volume elevado a oito metros do solo abriga a galeria e a coleção permanente do museu marcado pela transparência do vidro no lugar das paredes de concreto.

Nesta pesquisa, torna-se necessário compreender a obra da arquiteta Lina Bo Bardi, em especial do projeto arquitetônico do MASP, e de sua relação com a arte e a política na construção do espaço. Por outro lado, há a preocupação de trazer novas reflexões quanto ao protagonismo do museu e da avenida paulista como palco, cenário e ponto de encontro das “multidões”. Neste sentido, devemos considerar as situações que se apresentam no horizonte da cidade contemporânea como as relações entre arte-política-cidade. Trazendo destaque a experiência dos cidadãos e sua relação com o universo da arte e da história da cidade na construção da memória coletiva e subjetiva construída ao longo do tempo.

² Acervo MASP . Disponível em: <https://masp.org.br/acervo/obra/estudo-preliminar-esculturas-praticaveis-do-belvedere-museu-arte-trianon> . Acesso em 10/02/2018.

Figura 3- MASP visto do Trianon (Estudo para museu, Lina Bo Bardi, Editora Blau, 1997)



Compreendemos o conjunto arquitetônico do MASP como arte. Entendendo a arquitetura como um tipo de arte que não se configura apenas no interior do museu, mas que dialoga com a cidade e sua paisagem. Direciona-se na e para a comunidade trazendo novas reflexões e formas de ver e sentir o espaço público, na medida em que tais experiências mobilizam sensações, memórias, emoções e toda uma gama de experiências que despertam para a construção de significados e imaginários sobre o urbano.

Tal noção nos faz levar em conta a arquitetura e a arte contemporânea numa dimensão reflexiva, dinâmica, relacional, que aponta para as diversas apropriações do espaço de fora, seus usos, ocupações, manifestações e intervenções feitas por pessoas que transitam pelo espaço; assim como aquilo que é oferecido pela galeria e suas exposições, espaço do artista no interior do museu. Sendo assim, cabe estabelecer e investigar a história do espaço, o contexto contemporâneo e a especificidade dessa relação que envolve a postura e vocação do MASP associada ao campo da coletividade, da convivência na *pólis* e nas relações que estabelece entre arte e política.

Selecionamos alguns autores que nos orientam nesta leitura, num primeiro momento abordamos a posição idealista adotada pela arquiteta Lina Bo Bardi, para um olhar contemporâneo sobre as relações entre arte, política e cidade, destacamos duas obras do filósofo Jacques Rancière, *O desentendimento* (1996) e *a Partilha do Sensível* (2005), as reflexões sobre a cidade contemporânea, seus usos e ocupações como os estudos do geógrafo David Harvey no livro *Cidades rebeldes: do direito às cidades à revolução urbana* (2014).

O idealismo de Lina Bo Bardi na construção do contemporâneo: o modernismo no feminino

Partindo de uma discussão sobre a questão do gênero no âmbito da arquitetura brasileira. Lina Bo Bardi não explorou questões femininas ou feministas como um projeto. No entanto, é possível apontar suas contribuições para o avanço da mulher no âmbito da arquitetura modernista no Brasil. O recorte deste artigo, não é de forma alguma uma análise completa, mas sim uma primeira avaliação que, esperamos, estimule a realização de futuras pesquisas.

Apesar das questões de gênero nunca terem sido uma prioridade na agenda da arquiteta Lina Bo Bardi, todavia, há que se considerar que a condição de estar e se destacar num universo predominantemente masculino da arquitetura modernista, nos faz olhar para sua obra a partir de uma disputa simbólica em que as grandes obras de arquitetura e de urbanismo são realizadas majoritariamente por homens. Tal situação revela que a produção de tempos e espaços na arquitetura e no urbanismo são construídos a partir de uma certa perspectiva ou olhar sobre o moderno, o contemporâneo e os usos da cidade.

Se comparada a produção e a popularidade de arquitetos homens, Lina Bo Bardi construiu pouco, sua obra é pouco conhecida e mesmo estudada no interior dessas barreiras e limites. Lina costumava-se se apresentar no masculino com o uso da palavra “architetto”, em grande parte talvez para assegurar o respeito num ambiente predominantemente masculino.

A trajetória profissional de Lina Bo Bardi é marcada por invisibilidades do ponto de vista histórico, no tocante ao seu envolvimento com o modernismo italiano, à resistência ao fascismo de Benito Mussolini na Itália, a opressão masculina sofrida durante o curso de arquitetura.

No decorrer do curso o ambiente masculino a desestimulava, professores a alertavam que o universo da arquitetura não era um ambiente para bordar almofadas. A apresentação de seu trabalho final de conclusão de curso foi desqualificado e desvalorizado por seus professores, Lina apresentou o projeto de arquitetura moderna: um hospital-maternidade.

Os marcadores de gênero ou marcadores sociais da diferença destacam-se na trajetória profissional de Lina levando-a a novas formas de criar, fazer, pensar a função social da arquitetura e do espaço público voltada a convivência comum, ao dialogo histórico e cultural e a busca da liberdade.

Não obstante, a atenção para o papel do gênero nas artes e na cultura era marcada pela invisibilidade das mulheres na história de forma geral. A presença de mulheres em movimentos artísticos de vanguarda no início do século XX foi importante. Destaca-se nas artes visuais, por

exemplo, a exposição de Anita Malfatti em 1917 e de Tarsila do Amaral nos anos 1920, e a presença de Patrícia Galvão, a Pagu, em diálogo com a poesia e a literatura do movimento Antropofágico, que introduziu o modernismo nas artes em São Paulo.

Na cultura brasileira o papel das mulheres tem sido nas artes e nas demais áreas reservadas a serem objetos do “poético” masculino; em termos gerais, uma mulher ganha o *status* de “musa”, que envolve a beleza física, ou de artista movida por algum talento. No discurso masculino predominante naquela época não havia espaço para as vozes femininas, de uma perspectiva crítica, que trouxesse uma reflexão sobre o papel da mulher nas artes.

Ao chegar ao Brasil na década de 1940 Lina trazia consigo o idealismo de um pragmatismo racional funcionalista e um ideal progressista que a fazia buscar em seus desenhos e projetos “forma” e “vida”, que tornaram-se bandeiras do modernismo.

No Brasil, a arquiteta foi fundadora e editora da revista Habitat junto ao seu marido Pietro Maria Bardi. A revista fazia parte do projeto de modernidade de Chateaubriand para a cidade, a arquitetura e as artes. Junto ao curso de artes no Masp, pretendia-se educar para as artes plásticas, gráficas e urbanísticas. Os projetos edificados são emblemáticos e “definidores de paisagens paulistanas e soteropolitanas”, entre eles o Museu de Arte de São Paulo - MASP, o SESC Pompéia e o Teatro Oficina, todos em São Paulo.

Lina Bo Bardi se colocava neste sentido como uma profissional criativa, inovadora e que buscava liberdade na construção e idealização do espaço arquitetônico. Num momento em que cadeiras com design eram feitas para “homens de negócio”, Lina desenhava cadeiras com design com marcas de gênero, caso da *Cadeira Bowl* (1951) com design moderno e apresentação em que ela aparece como modelo anônima com seu mobiliário. A figura do arquiteto homem em seus espaços projetados era a imagem comum nas fotos. Lina fez o mesmo, posando de calças compridas nos espaços que ela mesma projetou, ao lado das obras que trabalhava e nos mobiliários por ela desenhado.

Num contexto em que o mobiliário demonstrava apropriações e demarcações de gênero, Lina escolheu desenhar e projetar poltronas, que estavam simbolicamente relacionadas ao universo masculino, do homem que trabalha em escritório e faz negócios.

A perspectiva e o olhar do gênero propõem pensarmos em novas formas de observarmos lugares, espaços e pessoas que não tem merecido atenção no universo da arquitetura, como o fato de que, sendo uma profissão reconhecidamente de tradição masculina, vem reproduzindo mecanismos de desvalorização e distorções em relação ao papel da profissional de arquitetura, a arquiteta.

O MASP como símbolo do modernismo e espaço democrático

As manifestações estéticas e políticas nascem dentro deste projeto comum, de convívio na cidade de experiências culturais, artísticas e políticas. O MASP une experiências, projetos e horizontes dissonantes. Num primeiro momento abriga um sofisticado acervo de arte para um público apreciador de cultura erudita e ao mesmo tempo acolhe as manifestações oriundas da comunidade. O MASP assinala nesta interpretação dois pólos que longe de serem antagônicos, inventam o convívio da arte da galeria, da arte erudita, com intervenções, brechas, fissuras e ruídos próprios do convívio com a vida urbana, e isto tem a ver com criação daquilo que caracteriza a cultura cívica de um povo, de um tipo de cultura.

É neste ponto que localizamos a originalidade e autenticidade do museu para a vocação democrática, e nesta perspectiva, encontra-se também a relevância científica de nossa investigação, de olhar e interpretar o museu, seu conjunto arquitetônico e seu programa de arte, como algo que ultrapassa os limites da galeria e envolve a comunidade.

Cabe destacar que nenhum outro museu do mundo tem o status de praça pública no sentido que foi construído e idealizado o MASP. A dimensão da memória coletiva é outro ponto a ser considerado na história do museu.

Sabe-se que, os repertórios, os discursos, as imagens, a fotografia e o desenho na paisagem urbana ajudam a transformar a vivência urbana em história. Cria-se uma narrativa de histórias sobre o museu e seu público. Os olhares meramente contemplativos dos frequentadores ultrapassam a barreira física da galeria, configurando-se uma nova espacialidade, a da vida comum, da dinâmica da cidade. Como a cidade e seus espaços são plenos de históricas, constroem-se significados que auxiliam na formação de uma memória coletiva.

O MASP simboliza uma herança, como um marco paisagístico que atravessa o tempo elucidando questões culturais, funcionais e sociais; um espaço histórico que reforça a memória da sociedade que o abriga. Seu espaço é vivido intensamente pelos que habitam seu entorno, vizinhos de outros bairros, visitantes e turistas. Esses elementos abrigam um processo de transformação de natureza diversa que são condições basilares para traduzi-lo como um bem material, reconhecido e tombado como patrimônio histórico pelo Condephaat e Iphan.

Segundo o teórico Maurice Halbwachs (1877-1945), a dimensão da memória coletiva é importante voltar-se para a comunidade, pois é ela que determina o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada (HALBWACHS, 2006).

Os estudos elaborados por Halbwachs trazem a noção de memória e lembranças coletivas que observadas no conjunto de acontecimentos e eventos compartilhados por um grupo, por meio das imagens televisivas, fotografias, cartão-postal, eventos que acontecem naquele espaço, acabam por construir imaginários sobre o museu, o espaço da arte, a cidade e sua dinâmica urbana e política.

Há nesta acepção, uma construção discursiva construída pela história, pelas experiências, pelos eventos, pelas manifestações de rua, que passa da e pela experiência individual para uma experiência de memória coletiva, e é isto que atribui sentido, o coletivo. E este deve ser também objeto de pesquisa para o entendimento do que é, e do que significa o MASP, na contemporaneidade.

Encontramos nesse ponto a originalidade e autenticidade do museu para a vocação democrática, e nesta perspectiva, também a relevância científica de nossa investigação, de olhar e interpretar o museu, seu conjunto arquitetônico e seu programa de arte, como algo que ultrapassa os limites da galeria e envolve a comunidade. Na prática o vão livre do museu enquanto espaço aberto ao público transcende o espaço do museu na sua forma de galeria de artes.

A noção de política emerge no projeto arquitetônico. Pensar o Masp e sua relação com a cidade de São Paulo, seu protagonismo nas artes, na convivência e como espaço de lutas sociais. A noção de comunidade está presente em sua concepção e permite que diversos sujeitos que não faziam parte deste da abrangência do público alvo das artes, interrompam a ordem natural das dominações e delimitações.

Neste sentido, pensar o espaço próprio da arquitetura e do espaço público envolve sua relação política. É admitir este espaço como um território de “*ocupações comuns*” sob a configuração conflituosa da sociedade, que se fossem analisadas pela perspectiva do poder ou da luta pelo poder não seriam esclarecidas satisfatoriamente entre aqueles que tomam parte ou não deste espaço, uma vez que “*a política não é feita de relações de poder, é feita de relações de mundo*” . (RANCIÈRE, 1996: 54).

A contribuição de Jacques Rancière auxilia para compreendermos a relação entre arte e política, ou, arquitetura e política na obra de Lina Bo Bardi. O desenho do Masp, o projeto, as funções e usos contemporâneos aponta para a vertente política da estética e das artes, posto que está presente no seu conjunto espaços de liberdade, de resistência e lutas sociais na medida que organiza o local de encontro das multidões que reivindicam diversos direitos como os movimentos sociais e outras manifestações populares e artísticas.

Rancière (1996) resgata os filósofos do pensamento político na antiguidade para confirmar a partilha simbólica do espaço da comunidade assentada sob a idéia que política é um assunto entre iguais: “O povo nada mais é que a massa indiferenciada daqueles que não tem nenhum título positivo – nem riqueza, nem virtude – mas que, no entanto, tem reconhecida a mesma liberdade que aqueles que os possuem”³.

Uma das exigências da política - afirma Rancière – é harmonizar as parcelas da comunidade para que nela reine um tipo de igualdade diferente daquela que se dá no contrato de troca de mercadorias ou serviços. A igualdade a qual se refere o autor é aquela assegurada pela comunidade política, intermediada por um litígio fundamental, que assegura a igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa.

O conceito de cidadania tende a ocultar as diferenças. Cidadão é o aglomerado de todas as parcelas da comunidade, o nome que torna uniforme o que é heterogêneo, torna consenso o que é dissenso, o puro nome que mascara dois mundos alojados num só.

A política – afirma Rancière - *é feita desses erros de cálculo, é obra de classes que não são classes, que inscrevem sob o nome particular de uma parte excepcional ou de um todo da comunidade (os pobres, o proletariado, o povo) o dano que separa e reúne duas lógicas heterogêneas da comunidade.* (RANCIERE, 1996: 51)

Rancière ao fazer um reexame da democracia a partir dos clássicos gregos toma a política a partir de seu desentendimento. A noção política de classe vai além da classificação de funções, categorias profissionais ou grupo social, uma classe é a própria divisão do “*todo comum*”.

Nessa perspectiva é possível entender o Masp como um espaço onde os diferentes se encontram: o público ávido pelo consumo das artes, os transeuntes que vão e vem pela avenida paulista, os usuários de drogas, os hippies vendendo seu artesanato, a multidão diversa dos movimentos sociais e outros grupos de manifestantes.

Talvez, Lina Bo Bardi não tivesse previsto nos usos e ocupações do Masp contemporâneo, ou de sua contribuição enquanto projeto político para o desenho de um espaço democrático para a cidade de São Paulo.

³ Jacque Rancière, *O desentendimento: política e filosofia*, São Paulo, Editora 34, 1996, p.23.

Figura 4 – Manifestação “Fora Temer” /Acervo Carta Capital⁴



Uma visão interessante para essa reflexão é trazida pelo geógrafo David Harvey no livro “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”. O autor retoma algumas proposições do clássico da sociologia urbana de Henri Lefebvre, a fim de pensar a cidade e o capitalismo, o direito ao uso do espaço público, para entender as grandes manifestações de ocupação pelo mundo e as lutas anticapitalistas.

Harvey argumenta que é preciso observar esses fenômenos que surgem das ruas, das ocupações e intervenções nos bairros e no espaço público, como um alerta sobre as condições da vida nas cidades capitalistas e das opressões cotidianas que atinge as classes populares.

Para Harvey os espaços públicos tornam-se comum, lugares da comunidade, quando as pessoas se reúnem para expressar suas opiniões políticas e reivindicar. Argumenta sobre os protestos e manifestações políticas que tem o poder de interromper a agenda pública como forma de resistência e transgressão à ordem estabelecida.

Elencamos algumas questões para refletirmos sobre o projeto político do Masp, o seu protagonismo como lócus da luta democrática na cidade de São Paulo e como essa vocação política está inserida no idealismo da arquiteta Lina Bo Bardi, que com diferente forma de pensar, criar, projetar e fazer arquitetura imprimiu aquilo que denominamos de modernismo no feminino.

Buscamos com este artigo lançar um novo olhar para produção modernista no Brasil a partir da crítica à história “oficial” da invisibilidade da arquiteta Lina Bo Bardi, destacando suas contribuições e implicações no campo das artes, da cidade e da política. Nossa pesquisa e

⁴ Em São Paulo, dezenas de milhares pedem novas eleições e “Fora Temer” Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-sao-paulo-dezenas-de-milhares-pedem-novas-eleicoes-e-fora-temer> Publicado em 04/09/2016. Acesso em fevereiro de 2018.

reflexão sobre esse objeto não se encerra nessas páginas. Nosso objetivo é aprofundarmos na pesquisa sobre a questão de gênero na área da arquitetura e compreendermos como os marcadores de gênero são apresentados em algumas obras. Pretendemos também investigar a relação das ocupações de espaços públicos e sua relação com a cidadania e democracia, e entre arquitetura e política.

Referências

- Adriano Pedrosa e Luiza Proença, *Concreto e cristal: o acervo do MASP nos cavaletes de Lina Bo Bardi*, Editora Cobogó Masp, 2015.
- Ana Paula Simioni, *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*, São Paulo, Edusp e Fapesp, 2008.
- Danièle Giraudy e Henri Bouilhet, *O museu e a vida*, Porto Alegre, IEL, 1990.
- David Harvey, *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- Jacques Rancière, *A Partilha do Sensível*, São Paulo, Editora 34, 2009.
- _____. *O desentendimento: política e filosofia*, São Paulo, Editora 34, 1996.
- João Vilanova Artigas, *A função social do arquiteto*, São Paulo, Fundação Vilanova Artigas / Editora Nobel, 1989.
- Lina Bo Bardi, *Lina Por Escrito*, Textos Escolhidos de Lina Bo Bardi, São Paulo, Editora Cosac e Naify, 2009 .
- _____. *Curriculum literário*. En: Lina Bo Bardi. São Paulo, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1993, p. 12.
- _____. *Museu de Arte de São Paulo: Função Social dos Museus*, Habitat, n. 1, out.- dez. São Paulo, 1950, p. 17.
- Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman (comp.) *Cidade, Povo e Nação*. Gênese do Urbanismo Moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- Maria Irene Szmrecsanyi. "A Praça é do Povo? Estado, Liberalismo e Modernização do Espaço Público Urbano no Brasil", en: *Território en una Idea de Estado: Comparaciones México-Brasil, 1821-1946*, México, Universidade Nacional de México + Instituto Luis Mora, 2006.
- Marcelo C. Ferraz (comp.), *Coleção Lina Bo Bardi*, São Paulo, Sesc São Paulo e IPHAN, 2015.
- Maurice Halbwach, *A memória coletiva*, São Paulo, Centauro, 2006.
- Olívia de Oliveira, *Lina Bo Bardi: sutis substâncias da arquitetura*, São Paulo, Romano Guerra Editora, Editorial Gustavo Gili, 2006.
- _____. *Lina Bo Bardi: Obra Construída*, São Paulo, Editora Gustavo Gili, 2014.
- Pietro M. Bardi, *A cultura nacional e a presença do MASP*, São Paulo, Raízes Artes Gráficas, 1982 .
- Rosa Camargo Artigas e Dalva Silva, "Sobre brutalismo, mitos e bares", en: *AU, arquitetura e urbanismo*, n. 17, abr.-maio 1988, p. 61-63.
- Silvana Rubino e Marina Grinover (comp.), *Lina por escrito*, Textos escolhidos de Lina Bo Bardi, Coleção Face Norte, São Paulo, Cosac Naify, 1ª edição, 2009.
- _____. *Rotas da Modernidade: Trajetória, Campo e História na atuação de Lina Bo Bardi, 1947- 1968*, Unicamp, Campinas, 2004.
- Silvana Rubino, *Corpos, cadeiras, colares: Charlotte Perriand e Lina Bo Bardi*, en: *Cadernos Pagu*, Unicamp, n. 34, 2010.
- Walter Benjamin, *Magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

“Saia da sombra”: identidade, representação e resistência nos cartazes do Movimento Feminino pela Anistia

Luise Gonçalves Villares
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.
villares.luise@gmail.com

Mônica de Souza Nunes Martins
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.
monic1922@gmail.com

Resumo

A partir do acervo virtual do Memorial da Anistia Política do Brasil e das fontes primárias, principalmente, através da identidade visual dos cartazes do Movimento Feminino pela Anistia, a intenção do artigo é entender o movimento e suas ações, analisar as relações entre a resistência das mulheres e as representações coletivas que mobilizaram a população civil em direção à futura conquista da redemocratização no Brasil. O argumento central deste trabalho consiste na afirmação de que o Movimento Feminino pela Anistia, como participante ativo na campanha pela anistia política, criou a necessidade de documento(s) visual(is) como representação da luta pela Anistia. Assim, analisando as ações do movimento, destacamos as denúncias de arbitrariedades cometidas com base nos atos de exceção e o apoio às vítimas do autoritarismo militar na divulgação dos cartazes e ações visuais.

Palavras-chave: Movimento Feminino pela Anistia; Cartazes; Identidade visual; Memorial da Anistia Política do Brasil.

Introdução

Por meio da análise do fundo “Movimento Feminino pela Anistia” (MFPA), pasta “Ação Política”, e do fundo “Coleção de Cartazes da Anistia”, que compõe o acervo virtual do Memorial da Anistia Política do Brasil, temos uma vasta documentação e, como objeto do estudo, os cartazes confeccionados pelo MFPA. A partir do acervo e das fontes primárias, principalmente, através da identidade visual dos cartazes, a intenção do estudo ora apresentado é entender o movimento e suas ações, analisar as relações e representações coletivas que mobilizaram a sociedade civil em direção à futura conquista da redemocratização no Brasil.

O argumento central deste trabalho consiste na afirmação de que o MFPA, como participante ativo na campanha pela anistia política, criou a necessidade de documento(s) visual(is) como representação da luta pela Anistia. Assim, analisando as ações do movimento, destacamos as denúncias de arbitrariedades cometidas com base nos atos de exceção e o apoio às vítimas do autoritarismo militar na divulgação dos cartazes e ações visuais. Para atingir tal objetivo, o trabalho foi dividido em seções que definem o conteúdo a ser abordado. As seções versam sobre termos conceituais e imagéticos necessários à análise dos cartazes.

Sendo os cartazes representantes materiais da resistência pela Anistia, o artigo apresenta o testemunho, através das imagens, pelo qual, a luta pela Anistia e os símbolos da resistência contra a ditadura colaboram para a interpretação coletiva e para a representação imagética. A construção de símbolos é essencial para a criação dos elos de identidade coletiva e de documentos/monumentos. Por isso, os cartazes conscientizam a sociedade através de imagens de um passado recente que ainda precisa ser lembrado.

1 – A memória coletiva e os documentos/monumentos

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em desenvolvimento; esse fenômeno faz parte dos indivíduos dominantes e dos diminuídos que lutam pelo poder ou pela vida. Manipular um ou mais grupos sociais significa ter nas mãos o poder representativo dos fenômenos mnemônicos. Embora Pollak (1989) afirme que, na maioria das vezes, a manipulação esteja ligada a fenômenos de dominação, a clivagem entre memória dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete à oposição entre Estado dominante e sociedade civil, mas sim entre grupos de poder e sociedade englobante.

(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹

Como relato do passado, a memória coletiva pode ser distorcida e incompleta, pois os construtores narrativos possuem como referência uma perspectiva parcial do acontecimento, isto é, um ponto de vista. Porém, é importante observar, através dessa memória, como os grupos reconstruem seu passado e, dessa forma, compreender seu presente. Ademais, a importância do grupo para o indivíduo é que esse último precisa daquele para dar sentido às suas lembranças e formar a identidade de cada membro.

O ingresso da memória na esfera pública não é menos notável com os fenômenos de identificação que encontramos sob uma denominação próxima à da memória impedida, a saber, a memória manipulada (RICOEUR, 2005). A oficialização e a institucionalização das narrativas, de algum modo, garantem sua sobreposição em relação a outros enunciados, promovendo, assim, sua preservação histórica e transformando-as, tais narrativas, em convenções sociais. O hábito das instituições de não reconhecerem um fato, implica o poder

¹ LE GOFF, 2003, p. 422.

gerado pela memória. As estratégias do esquecimento das esferas públicas enxertam-se no trabalho de configuração das narrativas, por meio dos quais:

(...) pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela. Para quem atravessou todas as camadas de configuração e de refiguração narrativa desde a constituição da identidade pessoal até a das identidades comunitárias que estruturam nossos vínculos de pertencimento, o perigo maior, no fim do percurso, está no manejo da história autorizada, imposta, celebrada, comemorada – da história oficial. O recurso à narrativa torna-se assim a armadilha, quando potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja. Está em ação aqui uma forma ardisosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos.²

Nesse sentido, é preciso ressaltar que,

(...) ainda que quase sempre acreditem que “o tempo trabalha a seu favor” e que o “esquecimento e o perdão se instalam com o “tempo”, os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar, que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que exprimem então com os gritos da contra violência.³

Esse desapossamento tratado por Ricoeur (2005) só se faz presente no esquecimento motivado por uma vontade coletiva de não se informar, de não investigar o mal cometido no meio que o cerca, em suma, por um não querer saber. O desapego está intimamente ligado ao esquecimento; no desapego coletivo não há reconhecimento da memória e, com isso, não há lembranças a serem compartilhadas. Pollak (1989) mostra que o problema se encontra na memória oficial, sua credibilidade, aceitação e organização são contestadas a todo o momento. Assim, ao longo da história os conceitos foram se transformando de acordo com os fatos sociais de cada época. Com isso, Le Goff (2003) apresenta as transformações dos conceitos documento e monumento ao longo dos séculos, bem como, a forma com que um triunfa sobre o outro a partir dos diferentes momentos históricos.

Para entender a importância do documento/monumento para a memória coletiva vemos que Jacques Le Goff (2003) conceitua o termo monumento como fatos herdados do passado, capazes de evidenciar testemunhos através de objetos materiais que representem a história (um legado à memória coletiva), sendo tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação – voluntária ou involuntária – das sociedades históricas. Já o termo documento é tudo que o historiador pode evidenciar como testemunho, sendo, portanto, um conjunto ou solitário texto que ensina e prova vestígios do passado. Le Goff conclui que o conceito

² RICOEUR, 2005, p. 455.

³ POLLAK, 1989, p. 9.

documento/monumento deve ser visto como um único termo, sendo tratado pelo historiador como herança do passado, passível de escolha ou descarte, de acordo com seu valor informativo. Portanto, documento/monumento trata-se da seleção do historiador para o registro da história através do testemunho material e/ou imaterial do espaço/tempo.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente das duas revoluções abordadas por Le Goff (2003), a saber: a documental e a tecnológica. A revolução documental não pode ser entendida como um aspecto único que ocorreu no ofício do historiador, o autor chama à atenção para que ela não seja transformada em um derivativo que, por conseguinte, desvie o historiador do seu dever principal: a realização da crítica ao documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. Como afirma Le Goff (2003), o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que então detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

A própria intervenção do historiador ao escolher um documento em detrimento de outro, atribuindo-lhe um valor de testemunho, demonstra que não se trata apenas de um documento que não é neutro, mas também do lugar do historiador diante da produção do conhecimento histórico. Cabe então problematizar o documento e a sua produção a partir de um viés crítico, que entenda que a presença ou a ausência do documento dependem de causas humanas, e que essas não devem escapar à análise da História. Além disso, deve-se buscar, através de uma crítica interna, a intencionalidade consciente e/ou inconsciente do documento, as condições de sua produção histórica e as relações de poder ali estabelecidas, mesmo que isso seja passível de disputas.

Para Le Goff (2003), a memória é um fenômeno individual e psicológico que se liga à vida social, varia de acordo com a presença ou ausência da escrita e é objeto do Estado que, para conservar os traços dos acontecimentos do passado, produz diversos tipos de documentos/monumentos. Com efeito, a apreensão da memória depende do ambiente social e político, de como as relações de poder vão se apropriar do tempo. Portanto, a memória é fruto de uma identidade de um ou mais grupos que muitas vezes foi manipulada e não se pretende modificar, enquanto o discurso histórico possui um compromisso com a sociedade por uma busca constante pela verdade através das fontes.

Por isso, para Le Goff (2003), é fundamental entender a diferença entre a história de uma memória coletiva e a história dos historiadores. A primeira é mítica, anacrônica e

deformada, porém constitui o vivido dessa relação entre o passado e o presente. O que ele define como uma história própria dos historiadores é que ela tem a obrigação de corrigir essa memória tradicional, deve esclarecê-la e ajudá-la a retificar seus erros.

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história (cf. filologia), acumular objetos (cf. coleção/objeto). A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade).⁴

Contudo, sobre esses múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, Le Goff (2003) destaca a importância de não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Sem subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte, o documento pode fornecer as provas para descobrir fenômenos particularmente úteis ao historiador. O novo documento produzido pelo historiador também deve ser tratado como um documento/monumento, pois é importante transferir esse documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica.

A partir do que foi exposto, na próxima seção, pretendemos estabelecer a relação entre documento/monumento e os cartazes do movimento pela Anistia Política no Brasil em 1979, levando em conta o olhar do historiador e o esforço da sociedade para determinar imagens de si própria.

2 – Análise dos cartazes da anistia

Construídos por conteúdo imagético e textual sob o aspecto da significação, dentro de uma estrutura compositiva, os cartazes são comunicações visuais dotados de identidade. A essência do cartaz está na forma com que sintetizam informações, transmitindo-as de forma rápida, clara e concisa, isto porque o observador precisa compreender a mensagem e interagir com ela de maneira imediata. Portanto, os cartazes políticos são veículos de persuasão que buscam provocar mudanças no modo de pensar e no comportamento de determinado grupo receptor.

⁴ LE GOFF, 2003, p. 419.

A identidade visual é um importante instrumento para obtenção de elo coletivo através de símbolos gráficos que remetem à mensagem que será absorvida, a qual se refere a imagem que determinado grupo busca conseguir. Nesse cenário, a comunicação visual pode ser descrita como um exercício de primeira impressão, no qual ela exerce um impacto imediato, pois lida diretamente com a percepção visual do ser humano. Assim, o cartaz pode ser visto como uma mídia restrita, mas aberta à experimentação, dotado de símbolos que devem ser rapidamente vistos e compreendidos na tentativa de estimular a reflexão do público alvo.

O passado e o presente (e por que não o futuro?) da vida política de um povo podem ser encontrados nos mais variados tipos de documentos. Um deles, aparentemente efêmero, destaca-se por fazer circular ideias e causas, resistências e combates, através de uma manifestação particular do design gráfico: o cartaz político. Este, no instante e que é colocado em circulação tem a eficiência de um instrumento de agitação e propaganda, para mais tarde tornar-se importante legado para a construção da memória histórica.⁵

No Brasil, o cartaz político foi uma peça importante na resistência contra a ditadura militar e na articulação da sociedade civil com os movimentos sociais. Os cartazes desse período retratavam denúncias: as torturas cometidas pelo governo militar, as violações dos direitos humanos no Brasil e na América Latina; nesse sentido, esses materiais também se constituem como uma rede de solidariedade dos exilados aos brasileiros para enfrentar a situação no país e também aos vizinhos que viviam sob a intervenção militar. O legado da resistência expresso nos cartazes “não consta apenas como parte da história política, mas igualmente inspira uma luta que não findou, que ainda é travada em nome da verdade e da justiça – binômio ceifado pela brutalidade do regime militar brasileiro”.⁶

Durante a ditadura brasileira, as ruas passaram a ser uma arena para disputas simbólicas, as passeatas e manifestações constituíam as principais formas de reação ao regime de exceção imposto pelos militares. Contra a censura e o silêncio, o protesto dos que resistiam por diversos meios tinham as pichações, as faixas e os cartazes, como formas de confrontar a barbárie do regime. “Através de cartazes que denunciaram, revelaram, noticiaram, as mazelas e as arbitrariedades e a violência da ditadura militar brasileira”⁷ podemos observar a articulação entre a instauração do vínculo social, tomando as práticas sociais, e das representações coletivas, que para Ricoeur (2004) constituem o chamado *reconhecimento de responsabilidade*. Assim, as representações presentes nos cartazes políticos simbolizam as identidades nas quais se atam os laços sociais.

⁵ SACCHETTA, 2012, p. 9.

⁶ SACCHETTA, 2012, p. 10.

⁷ SACCHETTA, 2012, p. 21.

Ricoeur (2004) presume que a reconstrução está implicitamente em ação no nível das representações coletivas, sendo ela, a mediadora da instauração do vínculo social. Destarte, toda instauração de natureza reconstrutiva não deve permanecer congelada na repetição e deve revelar-se inovadora em algum grau. A partir disso, chamamos à atenção, em primeiro lugar, para a memorialização presente na distinção do espaço e na narrativa que surge através de um projeto gráfico.

Ao considerarmos o cartaz um produto político e artístico é relevante analisá-lo sob o ponto de vista estrutural, compositivo. Isso porque os elementos presentes na composição do cartaz devem interagir de maneira a possibilitar a conversão de um conceito, uma ideia, uma vontade política, em uma mensagem simbólica. O processo construtivo possui referências, em muitos casos, o processo de criação é influenciado por elementos artísticos já constituídos, seja por uma obra de arte, um movimento artístico ou até movimentos sociais de grande impacto. Por isso, o cartaz é o resultado de uma construção, de uma elaboração composicional, formada de elementos irredutíveis embebidos de influências e composições variadas, às quais, os criadores dos cartazes recorrem como referências.

É através dos cartazes políticos, cuja narrativa visual forma um painel de documentos/monumentos fundamentais da resistência ao regime militar, que resgatamos os embates contra a ditadura na década de 70, com MFPA. As mulheres que compunham o movimento criaram cartazes para ilustrar suas demandas e mobilizar a sociedade civil contra os abusos cometidos pelos governos militares. Muitos não eram assinados à época por questões de segurança e não é praxe ter assinaturas em cartazes, pois são composições de uma identidade visual coletiva voltada à decisão de um determinado movimento social.

Portanto, serão referenciados na próxima seção os cartazes do MFPA dispostos no acervo virtual do Memorial da Anistia Política do Brasil. Criados e impressos no Brasil e em outras partes do mundo por artistas-militantes e pessoas anônimas, os cartazes seguem um modelo de referências estéticas e contrastes que abordaremos aqui em paralelo a outras referências.

3 – Resistência do movimento organizado de mulheres pela anistia

No ano de 1975, após o Congresso Mundial da Mulher, realizado no México, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou esse o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, mulheres criam o MFPA, na cidade de São Paulo. A atuação política do movimento espalhou-se pelo Brasil e teve como objetivo a conscientização da liberdade democrática, “das

entidades de classe e organizações civis sobre a importância da concessão da anistia aos presos políticos e exilados”⁸.

O ano de 1975 foi o marco para as mobilizações em torno das lutas femininas e, na ocasião, o nome de Therezinha Godoy Zerbini logo apareceu como líder incontestada do MFPA, pois ao lado de mais oito mulheres, a advogada redigiu um manifesto em prol da Anistia, lendo-o na Cidade do México, durante o congresso idealizado pela ONU.

Theresinha Zerbini foi participar do congresso com o intuito de lançar o MFPA em níveis nacional e internacional, pois, na cidade de São Paulo, o movimento já se encontrava em fase de organização e de formação, uma vez que as mulheres já se articulavam desde o início de 1975.

As campanhas pela Anistia começaram com cartazes e faixas de mobilização em 1945, no final da ditadura Vargas, com o movimento das mulheres tomando frente pela volta dos exilados e pela soltura dos presos políticos. Sendo 1975, o Ano Internacional da Mulher, as militantes brasileiras aproveitaram a data para pedir anistia, traçando um paralelo com a luta de trinta anos antes, em 1945, ao final do Estado Novo. Nesse momento, Therezinha Zerbini, ao ler o manifesto pela anistia na tribuna do encontro patrocinado pela ONU, construiu a ideia da anistia na América Latina que seria seguida no Brasil nos anos posteriores. Nesse sentido, Zerbini enfatizara:

A anistia é um Instituto do Direito de Processo Penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações. A anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos nas nações aonde existir sua aplicação. A anistia conduz à liberdade. Liberdade, desenvolvimento e paz são indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre o outro. Estabelecerá a paz e a concórdia em cada nação, será um princípio que levará à meta final, ou seja, a paz mundial. Sem justiça não há paz, sem paz não existe o desenvolvimento global.⁹

No congresso, a ONU escolheu como princípios norteadores do Ano Internacional da Mulher a igualdade, o desenvolvimento e a paz. As mulheres do MFPA escolheram a paz como tema principal de suas campanhas, ligando-a diretamente à questão da anistia. Iniciando a campanha com um cartaz (Figura 1) que, além do valor histórico, chama a atenção pela beleza e qualidade do projeto gráfico; com efeito, vemos a conjunção do esforço de 1975 com o movimento pela Anistia de 1945.

⁸ VARGAS, 2008, p. 1.

⁹ ZERBINI, 1979, p. 28-29.

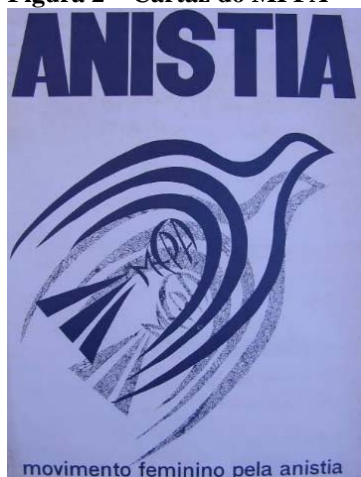
Figura 1 – Primeiro cartaz confeccionado pelo MFPA em 1975



Fonte: Acervo Virtual do Memorial da Anistia Política do Brasil, fundo “Coleção de Cartazes da Anistia”

Tendo a pomba da paz como símbolo do movimento, a anistia política representava para o MPFA a construção da ideia de fortalecimento do papel das mulheres no trabalho pela paz mundial, bem como significava conceder anistia a todos os presos políticos e lutar por justiça. A causa da anistia aparece como uma bandeira acima de todos os partidos e interesses das nações, da liberdade, do desenvolvimento e da família nacional. Com isso, podemos perceber o interesse de Theresinha Zerbini em seu discurso, propagando a questão da anistia com outras pautas de interesse, mencionando a paz e a união das mulheres em prol de um movimento comum.

Figura 2 – Cartaz do MPFA

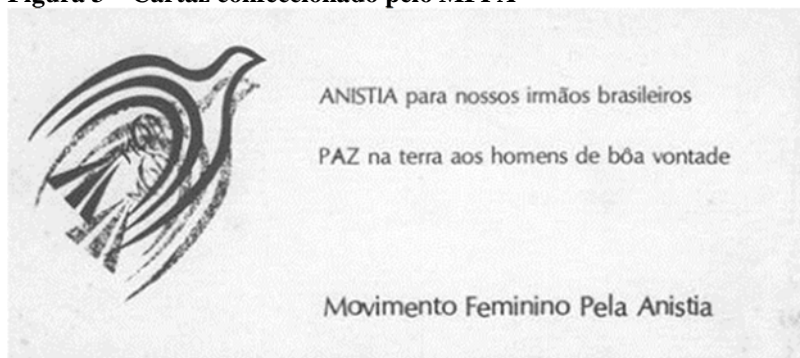


Fonte: AVMAPB, fundo “Coleção de Cartazes da Anistia”

O cartaz de lançamento da campanha ganhou novas cores (Figura 2), do preto e branco, passou a ter uma diagramação colorida usando o azul, roxo, rosa, laranja, conforme chegavam até os núcleos espalhados pelos estados do Brasil. Na concepção dessas mulheres, a paz era primordialmente necessária já que as famílias estavam separadas ou sofriam pela morte de entes

queridos, devido às graves violações cometidas nos anos de ditadura militar. A saída para aquela conjuntura política seria unir forças para propagação da paz, pois o resultado da luta armada ocasionara sofrimento e revolta nas famílias envolvidas. Além disso, sempre se referindo à figura da anistia política (Figura 3), a paz se apresentava como um ato bíblico de amor ao próximo.

Figura 3 – Cartaz confeccionado pelo MFPA



Fonte: AVMAPB, fundo “Movimento Feminino pela Anistia”

No Manifesto da Mulher Brasileira em favor da anistia, lançado pelo MFPA, as mulheres brasileiras assumiram responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. A preocupação era o destino da nação, que para elas, só cumpriria sua finalidade de paz se concedesse a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

A mulher foi chamada a defender a “família brasileira” em 1964, mas quando passou a vivenciar por longo período um regime de arbítrio, de desrespeito à família – pela perseguição, tortura, “desaparecimento”, exílio de banimento de seus membros – de deterioração dos níveis de vida, de arrocho salarial, jogando em situações desvantajosas a cônjuge no mercado de trabalho: a mulher se junta às vozes libertárias, em movimentos específicos, inclusive muitas vezes de forma pioneira, a exemplo do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA, fundado em 1975.¹⁰

Conclamando todas as mulheres, no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identificavam com a ideia da necessidade da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais, qual fosse, a união da nação para a paz. Através do fragmento supracitado, destaca-se esse universo específico de mulheres que saem do seio de suas famílias, restritas ao lar, para o campo público, atuando politicamente em um período quando as ações repressivas do estado atingiam suas famílias e a esfera das políticas públicas.

O cartaz a seguir (Figura 4) remete à união em torno da luta pela Anistia e liberdade democrática, na qual o MFPA tentou construir uma mobilização internacional que incluísse as

¹⁰ MFPA – RJ, 1978, p. 8.

mulheres brasileiras exiladas. Consultando o acervo do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), concluímos que, para a confecção do cartaz, a organização feminina inspirou-se, provavelmente, na Revolução dos Cravos de 1974. No período do fascismo português, muitos brasileiros se deslocaram para Portugal e criaram o Comitê Brasileiro de Exilados no país. Esse era solidário às lutas políticas, sendo que, seus membros ajudaram na divulgação, panfletando cópias e redistribuindo materiais para outros países da Europa.

Figura 4 – Cartaz confeccionado pelo MFPA



Fonte: AVMAPB, fundo “Coleção de Cartazes da Anistia”

Ao examinar a Figura 4, podemos observar as mulheres distribuídas em três fileiras. É interessante perceber a diferença no seu tamanho bucal; as mulheres com a boca fechada estão dispostas na cor vermelha e as que começam a abri-la na cor do fundo do cartaz. No cartaz, o fato de as mulheres saírem da cor vermelha para entrarem no cartaz remete ao ato de deixar as sombras. Por sua vez, a boca aberta simboliza o aumento da voz das mulheres dentro da sociedade, em busca de suas demandas. Na última fileira o coro de mulheres, gritando por liberdade, é o objetivo da comunicação pela imagem. O uso do vermelho é a influência da cor dos cravos da revolução portuguesa, a qual, acredita-se que uma mulher iniciara a distribuição dos cravos vermelhos para os soldados das tropas que estavam nas ruas. Esses colocaram-nos nos canos das espingardas. Logo depois, em um ato pela paz, floristas reuniram-se para não deixar nenhum soldado sem o cravo.

A combinação do símbolo de Vênus, usado para designar o gênero feminino, com a pomba da paz, remete à proposta do Ano Internacional da Mulher e à escolha da paz pelo MFPA. O cartaz faz menção à memória das mulheres brasileiras na vitoriosa luta pela Anistia Geral em 1945. Os dizeres convocam os leitores a saírem da sombra e juntarem-se ao Movimento Feminino pela Anistia no Brasil, pois figurar nas sombras era esconder-se da realidade da época, de um governo, mantido com base na extrema violência contra qualquer tipo de oposição.

(...) o afloramento das discussões sobre o tema, as análises sobre suas condições específicas no trabalho, na política e na esfera doméstica, em particular no Terceiro Mundo, foram tão clamorosas “descobertas”, que a ONU anunciou o período 1975/79 como o Período da Mulher, inserindo-se neste o ano de 1979 como o Ano Internacional da Criança.¹¹

O movimento feminino contra a ditadura e pela anistia ampla, geral e irrestrita, ganhou força dentro e fora do país. Vemos que a luta pela Anistia e as pautas trabalhistas são as principais causas do movimento de mulheres, que segundo Sacchetta (2012), criou raízes profundas na sociedade brasileira, pedindo liberdade, salários justos e direito de organização sindical. Como elucida Pedro (2013), a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre outras pautas.

Foi fundamental o trabalho do movimento feminino contra a ditadura, inclusive no exterior, com a produção de, entre outras formas de manifestação visual, postais artesanais para celebrar datas importantes. Enquanto no Brasil as mulheres reivindicavam liberdade, salários justos e o direito de se organizar nos sindicatos, as exiladas, ao voltar, trouxeram novas pautas como aborto e direitos sexuais amplos.¹²

As pautas ditas “progressistas” ganharam força em um momento posterior à década de 70, pois durante o movimento pela Anistia, as mulheres organizavam-se como sociedade civil contra as medidas repressivas do regime, a favor do fim dos atos de exceção contra os presos políticos e os exilados, e também, exigiam melhores condições de trabalho. Oficialmente, a luta pela anistia partiu das mulheres brasileiras e curiosamente, o MFPA constituiu-se em torno de camadas conservadoras, confirmando que nem todos daquele setor da sociedade brasileira eram favoráveis à ditadura instaurada em 1964.

¹¹ MFPA – RJ, 1978.

¹² SACCHETTA, 2012, p. 133.

Figura 5 – Therezinha Zerbini segurando um cartaz – autor e data desconhecidos



Fonte: AVMAPB, fundo “Coleção de Cartazes da Anistia”

Nas comemorações ao ano Internacional da Mulher, Therezinha de Godoy Zerbini, respeitada advogada, mulher do general Euryale Zerbini, cassado em 1964 por dar o seu apoio ao governo de João Goulart, e uma das principais fundadoras do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), tornou o grupo de mulheres uma voz da sociedade civil em meio à repressão. Therezinha de Godoy Zerbini foi sempre vigiada pela polícia repressiva do regime, respondeu a um inquérito policial militar, sendo indiciada em dezembro de 1969 e enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Foi presa em sua casa em 1970, ficando detida por oito meses. Este fato não a impediu de criar um movimento social pela abertura política do regime militar, pela volta de exilados e pela libertação de presos políticos, iniciado em 1975.

Convocando toda a nação a lutar pela anistia, o movimento feminino espalhou-se por vários setores da sociedade, trazendo para si as adesões da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Igreja Católica, entre outras instituições. Era um movimento legalizado, com ata de fundação e estatuto registrado em 1976, constituído basicamente por mulheres católicas, como a própria Therezinha Zerbini, e de classe média. Faziam oposição às claras ao regime e não se intimidavam frente às ameaças que recebiam.

Figura 6 – Cartaz do MPFA do núcleo da Bahia, outubro de 1977



Fonte: AVMAPB, fundo “Coleção de Cartazes da Anistia”

O poema disposto no cartaz (Figura 6) mostra que essas mulheres não queriam ser a memória de compassivas, testemunhas de uma ordem que não escolheram. O “MPFA conseguiu romper com as dimensões sociais trazendo a público um considerável número de mulheres que, acima de tudo, estavam desempenhando o seu papel de cidadãs brasileiras”¹³. Com a intenção de mobilizar para divulgar, conclamar e unir toda nação brasileira em torno de uma causa, essas mulheres tornavam suas dores públicas, com atos, manifestação e utilizando-se de imagens e cartazes de divulgação. O inusitado não era a presença delas no espaço público, mas “em busca de demonstrar o seu sofrimento de mãe, esposa, transformavam estes espaços em palanque para suas manifestações, ocupavam as portas das igrejas para distribuir poesias que retratava a imagem e reforçavam a figura dessas mulheres sofridas e dessa forma iam se impondo”¹⁴.

A questão da mulher em nossa sociedade, é também uma questão política, na especificidade de sua discriminação. O grande passo para que ela se liberte dessa discriminação é a instauração das liberdades fundamentais, democráticas. É quando ela reconhece que lutar pela ANISTIA, não é apenas lutar contra as injustiças, ou tão-somente porque são mães, irmãs, filhas, amigas ou solidárias com cerca de um milhão de

¹³ CORREIA; ARAS, 2017, p. 2.

¹⁴ CORREIA; ARAS, 2017, p. 5.

brasileiros atingidos, mas porque seu caso se amalgama ao de várias, ao de vários. Esta consciência política do coletivo, no caso das mulheres, deve-se moldar na prática de organizações de mulheres.¹⁵

Existia uma linha tênue entre o MFPA e o movimento feminista, que era visto de forma pejorativa pelas mulheres que participam dos núcleos do primeiro, pois o MFPA constituía-se de donas de casa, mães, esposas, irmãs, avós, de maioria católica e sem bandeira ideológica partidária. Ao contrário de vários movimentos feministas, a interpretação das especificidades da condição feminina não estava a partir da divisão entre os gêneros, mas como um meio de organização com fins comuns, a mulheres e homens tendo como pautas comuns a luta pela anistia e pelo trabalho.

(...) nestes termos, por exemplo, a organização de MOVIMENTOS FEMININOS PELA ANISTIA se justifica, como forma específica de luta por um objetivo comum e está ligada a um período histórico determinado, o momento atual, de participação em movimento coletivos, o que para a mulher assume caráter de libertação de imposições históricas. A contradição homem versus mulher só visa escamotear as contradições emergentes no atual processo político brasileiro.¹⁶

Para elas, a verdadeira contradição estava nos que apoiavam o fim dos aparelhos de repressão, o fim das torturas; lutavam pela liberdade democrática, de expressão, por uma Constituinte, por eleições livres; pelos direitos de greve, de organização dos trabalhadores; por salários mais justos ao custo de vida; por uma anistia ampla, geral e irrestrita; de um lado, e aqueles que não apoiavam tais reivindicações de outro.

É de extrema importância perceber o testemunho em imagem na divulgação do MFPA, como vimos nos cartazes, levando em conta o cenário político brasileiro. Essas mulheres estavam em meio a uma ditadura militar, um regime autocrático que através de Atos Institucionais retirou direitos e criou deveres de maneira arbitrária. Por isso, a palavra liberdade figura no movimento, juntamente com o símbolo da pomba voando.

O movimento tinha a árdua tarefa de manter um resquício de realidade em meio à censura e aparelho político posto na época. Foi dessa maneira que, aos poucos, as arbitrariedades e crimes dos governos militares foram sendo divulgados a fim de chegar-se ao objetivo principal da luta política que não se consolidou: a anistia ampla, geral e irrestrita.

¹⁵ MFPA – RJ, 1978, p. 10.

¹⁶ MFPA – RJ, 1978, p. 11.

Conclusão

As fontes primárias destacadas do conjunto para análise, neste trabalho, representam quatro cartazes atribuídos respectivamente ao Movimento Feminino pela Anistia e outras duas imagens que compõem o acervo. Os cartazes foram confeccionados para transmitir uma informação objetiva, tendo imagens e frases curtas com palavras de ordem, que no contexto para o qual foram criadas, desempenharam com eficiência sua função.

Na primeira seção, apresentamos a memória coletiva e sua relação com os documentos/monumentos. Servindo de base para a compreensão dos traços simbólicos e conceituais presentes nas imagens dos cartazes, a referida seção colaborou para o entendimento do método do historiador ao analisar imagens que são frutos de uma conjuntura política, econômica, social e cultural. Tendo os fundos do acervo virtual do Memorial da Anistia Política do Brasil para o levantamento das fontes primárias, trabalhamos o conceito de documento/monumento.

Já na segunda seção, traçamos uma pequena explicação sobre como se apresentam os cartazes da anistia e as percepções simbólicas que podemos compreender através da análise das fontes. Portanto, os cartazes são documentos/monumentos, um testemunho em imagem de uma resultante gráfica, ou seja, destacam-se no contexto no qual estavam inseridos.

São mencionados, na terceira seção, quatro cartazes de um total de cinquenta e nove disponíveis no acervo virtual do Memorial da Anistia no Brasil; ambiente digital que proporcionou a relação entre o material do acervo com possíveis referências artísticas e políticas que contribuíram para a formação de uma identidade visual e coletiva do MFPA. Nesse sentido, o intuito do artigo é despertar o interesse e divulgar a coleção que reúne de forma digital cartazes produzidos durante a luta pela Anistia de 1979.

Como podemos observar, a pomba sempre esteve presente no Movimento Feminino pela Anistia, seja no Brasil ou no mundo. Representando o símbolo da paz, a pomba voando é um elemento constituinte em todo o processo do movimento na luta pela Anistia. Um dos maiores intuítos da organização era levar a mensagem da paz e demonstrar, através desse forte símbolo, a necessidade inerente da liberdade pacífica, que, para as idealizadoras do movimento, viria logo após com a instauração da democracia.

Referências

BRASIL. Ministério da Justiça. *Projetos de memória e reparação*. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/anistia/projetos>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

- _____. Ministério da Justiça. Projeto Marcas da Memória. *Memorial da Anistia*. 2015. Elaborado por: Marcelo Zelic. Disponível em: <<http://memorialanistia.org.br>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- _____. Memorial da Democracia. 2015. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/museu>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- _____. Memorial da Anistia Política do Brasil. Acervo virtual. *Coleção de Cartazes da Anistia*. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/armazemmemoria/sets/72157639625552444/>. Acessos em: 23 jan. 2018.
- _____. Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo Rio de Janeiro. *Participação político-social da mulher no Brasil* (a Experiência de 1964). Rio de Janeiro, out. 1978. In: Acervo virtual da Anistia, fundo Movimento Feminino pela Anistia, pasta Ação Política. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&Pasta=Movimento%20Feminino%20Pela%20Anistia&Pesq=>. Acessos em: 23 jan. 2018.
- CORREIA, Elza Argolo; ARAS, Lina Maria Brandão de. *A participação das mulheres no movimento feminino pela Anistia: Um estudo sobre o núcleo baiano*. In: Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 e 13º Mundos de Mulheres, Florianópolis, Anais... 2017, p. 01-08. Disponível em: http://www.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498390317_ARQUIVO_ElzaArgoloCorreia.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.
- PEDRO, Joana Maria. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 248-259.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. 1989.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. 2005.
- RICOEUR, Paul. *Percurso do Reconhecimento*. São Paulo: Editora Loyola, 2004.
- SACCHETTA, Vladimir (org.). *Os Cartazes dessa história: memória gráfica da resistência à ditadura militar e da redemocratização (1964-1985)*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog e Escrituras Editora, 2012.
- VARGAS, Mariluci Cardoso de. *O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira*. In: Anais do IX Encontro Estadual da História, ANPUH, Anais... Rio Grande do Sul, 2008, p. 01-10. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212369464_ARQUIVO_trabalhocompletoanpuh.pdf. Acesso em: 12 jan. 2018.
- ZERBINI, Theresinha Godoy. *Anistia: sementes da liberdade*. São Paulo: Editora Salesianos, 1979.